

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**PADRES, CORONÉIS E ATIVISTAS SOCIAIS:
O CARIRI À ÉPOCA DA USURPAÇÃO
MILITARISTA 1964-1985**

**FÁBIO JOSÉ CAVALCANTI DE QUEIROZ,
FORTALEZA, 21 DE ABRIL DE 2010.**

FÁBIO JOSÉ CAVALCANTI DE QUEIROZ

**PADRES, CORONÉIS E ATIVISTAS SOCIAIS:
O CARIRI À EPOCA DA USURPAÇÃO
MILITARISTA - 1964-1985**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito final para obtenção do título de Doutor em Sociologia, sob orientação da Profª. Drª. Maria Auxiliadora de Abreu Lima Lemenhe.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FORTALEZA, 2010

AGRADECIMENTOS

À Auxiliadora Lemenhe, pela orientação e paciência durante todos esses anos.

Aos colegas que nunca se recusaram a fornecer boas pistas: Emmanoel Lima, Kátia Lima, Ronald Albuquerque, João Luís do Nascimento Mota, José Gonçalves de Araújo Filho, Josier Silva, Daniel Walker e José Bendimar.

Aos membros do antigo Grupo de Estudos Marxistas (GEM/URCA): Gevânia de Oliveira Leite, Antônia Márcia Nogueira Pedroza, João Paulo e Tiago Josimar (cuja amparo foi decisivo para realização de parte das entrevistas) e Ítalo Coelho.

Finalmente, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico pela bolsa de estudo (FUNCAP)

Dedico esta Tese a: Hugo de Carvalho Queiroz, Túlio de Carvalho Queiroz, Clarissa Benjamim de Queiroz e Maria Evânia Benjamim de Moura; ao meu pai (in memoriam) e a minha mãe; e finalmente, dedico aos valorosos camaradas do PSTU.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
FÁBIO JOSÉ CAVALCANTI DE QUEIROZ**

**PADRES, CORONÉIS E ATIVISTAS SOCIAIS:
O CARIRI À EPOCA DA USURPAÇÃO
MILITARISTA - 1964-1985**

Banca examinadora:

Orientadora: Dra. Maria Auxiliadora de Abreu Lima Lemenhe (UFC)

Dra. Raquel Dias Araújo (UECE)

Dra. Maria Sulamita de Almeida Vieira (UFC)

Dra. Zuleide Fernandes Queiroz (URCA)

Dr. Frederico Jorge Ferreira Costa (UECE)

Fortaleza, 2010.

RESUMO

A presente Tese é um estudo acerca do Cariri nos “anos de chumbo”, ou seja, no período em que o Brasil esteve submetido aos horrores de uma ditadura militar. Pretendemos recuperar o cenário econômico, social e político da região tomando por referência os 21 anos de usurpação militarista. É uma reflexão que nos permite examinar uma área do país de fraca civilização burguesa em um contexto de dominação bonapartista e que, ao mesmo tempo, oferece a possibilidade de analisar o sistema de poder militar partindo não dos grandes centros da luta de classes, como tem sido comum, mas de um ponto mais recôndito da geografia brasileira, qual seja: o Cariri cearense. Para tanto, delimitamos a pesquisa a três urbes caririenses: Barbalha. Crato e Juazeiro do Norte.

ABSTRACT

This thesis is a study of the Cariri Region during the “leaden years”, that is to say, the period on which Brazil was plagued by the horror of a military dictatorship. We aim at recovering the region’s economical, social and political scenario based on the twenty-one year span of militaristic usurpation. It is an approach that opens to examination a country’s region weakly dominated by the bourgeoisie within a Bonapartist configuration which at the same time offers the opportunity for analysis of a system of military power having as its starting point not the major centers of class struggles, as it has been the common practice, but a secluded place of Brazilian geography, namely, the Cariri, within the boundaries of the State of Ceara. To this end, we confined research to the bounds of three cities in the Cariri: Barbalha, Crato and Juazeiro do Norte.

SUMÁRIO

1 - APRESENTAÇÃO	09
2 - INTRODUÇÃO	26
3 - CAPÍTULO 1: CARIRI: ECONOMIA, CLASSES SOCIAIS E O GOLPE DE ESTADO DE 1964	31
I. Introdução ou algumas palavras acerca do Cariri	31
II. Uma breve apresentação do problema econômico	33
III. Os empresários “modernizadores” às vésperas do golpe de Estado: transição econômica e social	34
IV. Do “capitalismo agrário” ao projeto Asimow	41
V. As classes sociais na transição econômica caririense	54
VI. Algumas conclusões preliminares	73
VI. O golpe de 1964: repercussões no Cariri	76
VIII. Intervenção militar e repressão: o Cariri entra nos “anos de chumbo”	101
4 - CAPÍTULO 2: PADRES, CORONÉIS E AS INSTITUIÇÕES LOCAIS NOS ANOS DE CHUMBO	114
I. Uma apresentação ao tema	114
II. A igreja no Cariri à época da usurpação militarista	115
III. Coronéis capitalistas: a família Bezerra como vanguarda do bonapartismo periférico no Cariri	138
IV. A política institucional nos “anos de chumbo”: o caso do legislativo municipal de Juazeiro do Norte	188
V. Considerações finais acerca do presente capítulo	197
5 - CAPÍTULO 3: O CARIRI SOB O SIGNO DO BONAPARTISMO - VENTOS DA RESISTÊNCIA	199
I. Apresentação do problema	199
II. A poesia popular como mecanismo de resistência: o caso Patativa.	202
III. “Eu ando aflito para você ficar a par de tudo o que se passa”: artistas urbanos e o jogo antitético entre resignação e resistência.	209
IV. Intelectuais e ativistas políticos de “classe média” versus Estado militarizado: páginas da resistência	351
A) Um preâmbulo	248
B) Quando Zédebrito foi a guerra: bancários e estudantes contra a ditadura	250
C) Sílmiã Sobreira: uma intelectual contra a ditadura	277
D) Da resistência possível à “transição conservadora”	302
6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS E “SÍNTESES POSSÍVEIS”	310
7 - DEPOIMENTOS	330
8 - BIBLIOGRAFIA	333

1 – APRESENTAÇÃO

E, finalmente, os próprios pontífices da "religião e da ordem" são derrubados a pontapés de seus trípodes píticos, arrancados de seus leitos na calada da noite, atirados em carros celulares, lançados em masmorras ou mandados para o exílio; seu templo é totalmente arrasado, suas bocas trançadas, suas pernas quebradas, sua lei reduzida a frangalhos em nome da religião, da propriedade, da família e da ordem (MARX, K.)

Em 1964, o Brasil foi cortado por um golpe reacionário sustentado em operações de caráter preponderantemente militar, mas com epicentro em um movimento hegemônico pelo grande capital, brasileiro e estrangeiro. Sobre essa base, ergueu-se e perdurou por cerca de duas décadas um regime político-marcial, ou para trazermos a baila uma definição corrente entre os operários argentinos, e mesmo entre os membros das Ligas Camponesas, no Brasil, no tocante a essa forma de dominação política: uma *ditadura-gorila*.¹

Circunstanciando a questão, durante 21 anos o país esteve diante de um quadro de embaraço político, afundado nas águas frias de uma ditadura de corte bonapartista. Tratou-se de um bonapartismo periférico clássico, uma vez que se distinguiu do clássico ou original, cuja origem se observou na França, experiência estudada por Marx em O 18 brumário. No caso do bonapartismo clássico, o fator principal era o conflito entre as classes proprietárias no plano interno. O bonapartismo assim surgiu para arbitrar conflitos que se estabeleceram sem encontrar uma solução pelas vias representativas que a burguesia criara historicamente para dirimir questões que, direta ou indiretamente, lhes dizia respeito. No Brasil, bem como no conjunto da América Latina, os regimes policial-militares que surgiram ao longo dos anos 60 e 70 do século XX - e mesmo os que surgiram antes ou depois - foram resultantes de uma combinação de irresoluções internas no campo das burguesias autóctones, emergência social e política do proletariado e campesinato empobrecido, bem como da ascendência de fatores externos (em especial, a interferência do imperialismo norte-americano).

¹ A expressão "ditaduras gorilas" foi empregada sobremaneira para definir os regimes militares de tendências entreguistas (leia-se: que, de modo mais evidente, submeteram-se aos interesses imperialistas norte-americanos). Em linhas gerais, encerravam um sentido oposto ao atribuído aos regimes militares com nuances nacionalistas, como se observou em certos momentos da evolução política da Bolívia, Peru e Panamá (conf. COGGIOLA, 2001; 2003).

Em face do exposto, esteve na fraqueza da burguesia brasileira de conter o movimento de massas, pelo menos, pelas vias convencionais, a explicação para o fato do seu alto-comando decidir erguer sobre os ombros da classe como um todo o corpo salvador de um regime bonapartista periférico clássico. Concomitantemente, essa resolução se deu por uma articulação indissociável da dinâmica interna da luta de classes e da mecânica externa dos conflitos interclasses em meio à “Guerra Fria” e o triunfo da Revolução Cubana. Quer dizer, o aspecto externo, que tinha a ver com o papel subalterno do Brasil na ordem capitalista-imperialista, cumpriu posição de relevo no devenir dos acontecimentos, notadamente na mudança de governo e regime político.

Na França do século XIX havia um campesinato, de certo modo, grato pelas conquistas que lhes foram outorgadas. No Brasil, havia uma camada majoritária de camponeses pobres, empobrecidos ou em via de pauperização absoluta. No país europeu, Napoleão e o sobrinho puderam se apoiar na massa campesina para tentar dirimir as divergências que existiam nas camadas dominantes. Aqui, a ditadura se apoiou em setores assustados da classe média urbana, nas oligarquias rurícolas mais retrógradas e nas parcelas mais numerosas da burguesia cidadina. Para se estabelecer, contudo, careceu do apoio ostensivo do imperialismo norte-americano. Ao contrário do exemplo clássico francês, se fixou em terras brasileiras um bonapartismo entreguista, dependente, que ao se determinar o fez sob a mais severa repressão ao proletariado, campesinato, setores médios urbanos radicalizados e estratos minoritários da representação burguesa ligados ao governo deposto.

Em sua dinâmica, todavia, o regime dos generais, dos Bonapartes à brasileira, não se furtou em ampliar o raio dos atingidos por suas ações deletérias. Assim, representantes civis da burguesia que apoiaram ostensivamente o golpe de Estado - a exemplo de Carlos Lacerda - ou o fizeram com certo recato - a exemplo de Juscelino Kubitschek - não foram poupados da ira despertada em nome da religião, da propriedade, da família e da ordem.

Leon Trotski, em fins dos anos 1930, residindo no México, onde viveu os seus últimos anos de vida, até ser assassinado por Ramón Mercarder, agente da GPU, a mando de Stálin, escreveu acerca do bonapartismo latino-americano e criou a categoria analítica do bonapartismo *sui generis*. De plano, fica uma pergunta no ar: qual o sentido do conceito acrescido da expressão *sui generis*? Para Trotski (2000), em linhas gerais, o

regime bonapartista da América Latina encerrava laços profundos com o seu congênere clássico, mas tinha uma particularidade que o distinguia do seu modelo europeu. Tratava-se de um momento em que o Estado também pairava acima das querelas de classe e por essa via assegurava a estabilidade política necessária para a desenvolvimento do capitalismo. Aplicava, porém, uma estratégia que o impulsionava a uma situação de relativo antagonismo com os interesses imperialistas. O exemplo emblemático, estudado pelo velho revolucionário russo, foi o do general Lázaro Cárdenas Del Rio que, à frente do Estado mexicano, aplicou uma política nacionalista, entrando em rota de colisão com o imperialismo britânico. Nas décadas seguintes - em países tão diferentes como Brasil, Argentina e Peru - foram observados casos muito semelhantes de regimes semidemocráticos, isto é, bonapartistas *sui generis*, que se colocando acima da luta de classes, resistiam parcialmente à dominação imperialista.

Conjeturamos, no entanto, que o bonapartismo *sui generis* não apresenta essa condição somente em paralelo com o modelo clássico, de origem européia, mas, ainda que consideremos somente a América Latina, ele é invulgar em comparação com o modelo que, a nosso ver, tem se revelado prevalente: o bonapartismo periférico clássico. Nos anos 1960/1970, foi essa modalidade que, sob os auspícios de uma política consciente dos EUA, se espalhou na região produzindo um retardamento político sem par em quase todos os países. Ao contrário do periférico *sui generis*, o periférico clássico - que assim o chamamos por sua prevalência em comparação com o congênere regional- se caracterizou pelo mais impudente entreguismo. Ou seja: em lugar de apresentar linhas de choque, adotou uma política de alinhamento com o imperialismo norte-americano. Assim, do desenlace de 1964 no Brasil, forjou-se um regime que, sem pudor, revestiu-se deste caráter.

Doutro lado, esse desenlace se constituiu em um subproduto tardio de um longo processo de profissionalização e modernização das FFAA; processo esse em que a corporação recebeu instruções, sorveu teorias e se consolidou na qualidade de instituição do Estado sob os influxos das missões e do trabalho cooperativo oriundos de exércitos estrangeiros.² Da França aos EUA, essa profissionalização e modernização ampliaram o grau de autonomia das instituições militares brasileiras. Em seu desenvolvimento, a experiência comum junto aos seus pares estadunidenses, durante os

² Sobre o tema profissionalização/modernização das forças militares brasileiras, vide Rouquié et alli (1980); Coggiola (2003).

embates da 2ª Guerra Mundial, e mesmo nos anos seguintes, fez com que as suas principais lideranças, em particular, vissem-se ideologicamente alinhadas à defesa do “capitalismo ocidental”. Este, por seu turno, seria sinônimo de “mundo livre”.

Alcançado esse grau de autonomia relativa dentro do Estado, a quem, por princípio constitucional, deveria “protegê-lo”, a corporação militar conduziu a aplicação desse princípio ao seu mais controvertível paradoxismo: arvorou-se em Estado a partir do momento em que a este outorgou uma feição militarizada. A máquina estatal militarizada pareceu, então, solenemente erguer-se acima e à margem dos conflitos de classes, como se estes lhes fosse estranhos. Sem nos deixar arrastar pelas aparências, dir-se-ia que o Estado militarizado atuou como um árbitro parcial entre as classes e os seus antagonismos, exercendo influência no sentido de preservar a dominação de classe capitalista. Nestes termos, atuou como um Bonaparte. Um Bonaparte periférico.

Em conseqüência disso, na prática, o país sofreu um recuo no tempo depois de experimentar alguns anos de efervescência política e ideológica. Quando a Nação parecia avançar célere, dilacerou-se pela força de um golpe de Estado. Da possibilidade de mudança resultou um cenário de evidente retrocesso. Há de se explicar tamanho paradoxo? O fato é que do cabo-de-guerra pré-64 surgiu um regime político-militar - bonapartismo periférico clássico³- que submeteu uma nação inteira durante aproximadamente dois decênios. Esse é o nosso recorte histórico.

³ O bonapartismo tem uma particularidade que parece contrariar a teoria marxista das classes, uma vez que a correspondência entre a dominação de classes e o Estado parece prescindir do mais diminuto sentido. No fundo, trata-se de uma modalidade política própria de momentos de crise quando a irresolução se instaura de permeio entre as diversas facções das classes dominantes. Por isso, ele é um regime político de exceção. Não nega o capitalismo, mas o defende por métodos menos convencionais, prescindindo, por exemplo, das sutilezas e elasticidade do regime democrático-burguês. O termo periférico clássico deriva da compreensão de que o resultado – implantação do regime bonapartista – dependeu tanto das conjunções internas da luta de classes – tal qual se observou na França do século XIX - quanto das injunções forâneas. É absurdo abordá-lo historicamente ignorando as relações de contigüidade e subordinação econômica do Brasil aos EUA; dos liames entre a corporação militar brasileira e as orientações que emanavam da sua congênere norte-americana; do papel da embaixada americana nos acontecimentos que desembocou no golpe de Estado; da política consciente do governo dos Estados Unidos para desestabilizar o condomínio governamental trabalhista e do abraço de solidariedade com que os norte-americanos não se furtaram de obsequiar aos usurpadores vitoriosos. Essa postura acompanhou a prática dos governantes estadunidenses nos anos 1960/1970, momento em que eles adotaram como tática privilegiada o reforço do militarismo golpista. Nesse contexto, o conceito de bonapartismo periférico clássico se nos oferece na forma de uma categoria analítica dotada de historicidade própria e como uma variante do bonapartismo clássico, deste se diferenciando precisamente pelo papel de vulto cumprido pelas injunções externas em sua determinação. Esse fato tem uma explicação plausível que diz respeito ao caráter dependente, periférico (não central) e semicolonial do Brasil na ordem internacional imperialista. No bonapartismo clássico, não há uma

Recortamos um período em que os termos bonapartismo, tirania, autocracia, ditadura, autoritarismo e desportismo são empregados como sinônimos do regime político que o caracterizou, notabilizado pelo peso decorrente do papel excessivo cumprido pela força pública.

Nessa direção, a presente tese é uma sumária demonstração analítica desse período, ancorando-se em uma delimitação bastante precisa: o Cariri cearense, ou mais exatamente o coração econômico-político da região, o chamado triângulo CRAJUBAR (Crato/ Juazeiro do Norte/ Barbalha).⁴

Trata-se de um tema suficientemente vasto e esse simples fato já tornaria suscetível uma demarcação geográfica. Ademais, fundamentada em uma demanda científica, qual seja, a de esmiuçar e documentar esse tempo histórico tomando por referência uma porção da vida nacional, não raramente, esquecida dos estudos acerca dessa época.

O objeto de estudo é o Cariri à época da ditadura militar. Ou seja: interessa-nos saber a dinâmica interna de uma região de capitalismo incipiente e formas tradicionais de fazer política (de corte ideológico conservador) em um contexto específico: os “anos de chumbo” (1964-1985). São nestas circunstâncias mais especialmente que desenvolvemos esse estudo.

Leon Tolstói (1995) afirmava que “Todas as famílias felizes são parecidas entre si. As infelizes são infelizes cada uma a sua maneira”. No terreno da história do período militar, todos os episódios são parecidos entre si, e todos são infelizes cada um a sua maneira. Ora, se todos são infelizes cada um a sua maneira, há de se concordar com a possibilidade de estudar uma das formas em que se manifestou, por assim dizer, essa infelicidade, acrescentando algo diferente ao conjunto.

potência externa que o estimule, que dele tire proveito em nome dos seus interesses particulares; ainda que possa registrar laços com o seu entorno, não é a este que deve explicação como fator ponderável da sua existência. De outro, como pode ser verificado no corpo do texto, o modelo clássico periférico apresenta uma distinção fundamental em relação ao seu conterrâneo, no caso, o bonapartismo sui generis, uma vez que enquanto este se choca relativamente com o imperialismo, ele tem a sua razão de ser no alinhamento com os interesses e políticas do imperialismo para região.

⁴ É possível que no cerne da Tese o peso que possamos atribuir aos acontecimentos em uma cidade seja assimétrico em comparação a outra. De qualquer forma, o fio condutor da análise não deixará em nenhum momento de se apoiar essencialmente nos fatos registrados em uma das três urbes.

Se nos foi possível, na situação de estudiosos da vida brasileira, destacar a “Sedição de Juazeiro” como parte relevante dos anos da República Velha, por que não examinar outro momento da trajetória republicana, correspondente ao período de dominação do sistema político-militar, novamente enfatizando a análise concreta de uma situação específica? Isto é, pautando, uma vez mais, as particularidades caririenses e as suas conexões com o quadro mais geral?

Dito isso, não custa recordar que a análise concreta de uma situação histórica específica não exclui, mas sugere e se relaciona com o quadro mais geral do qual não pode perder a sua necessária e insubstituível referência. Isto é: esse movimento em direção ao específico serve de escopo para análise de situações e contextos que compreendem um conjunto mais amplo de forças.

Em linguagem sociológica, trata-se de estudar a prática política das classes, frações e esboços de classes em um instante determinado da nossa história e nos limites de uma ossatura regional distante dos núcleos urbanos e políticos mais poderosos do país. Doutro lado, há uma dialética de conexidade entre essa particularização e o cenário mais amplo que lhe serve de entorno.

Antes de qualquer consideração, almejamos perfazer o exame, ainda quando inevitavelmente breve, da economia e da população⁵ locais daqueles tempos.

Neste comenos, havemos de dedicar um esforço singular à investigação dos antagonismos sociais e das lutas políticas que ali se realizaram debaixo de condições as quais ansiamos descrever. É isso que o título sugere e mais do que isso: é daqui que arrancam e indicamos uma direção.

Voltando ao problema propriamente do golpe de Estado de 1964, aqui ele será tratado como uma antecipação à simples possibilidade de uma mudança histórica. Doutro lado, a sua organização e execução não podem ser debatidas senão como parte constituinte da luta de classes na arena internacional. Ou seja, para entendê-lo será preciso considerá-lo em sua irresistível dinâmica, que ultrapassava, em muito, os limites

⁵ No estudo da estrutura e evolução da demografia caririense, tomaremos como referência o método de Marx, segundo o qual “A população é uma abstração se deixo de lado as classes que a compõem” (1984:408). Nesse sentido, estudaremos a população caririense tomando-a não como algo a parte das classes sociais, mas como passível de compreensão unicamente como um conjunto expressivo das classes em luta; ou, mais amplamente, “não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas” (MARX, 1984:410).

impostos pelas fronteiras nacionais. Não por acaso, dias depois do triunfo do quartelazo, o coordenador norte-americano da Aliança para o Progresso, Thomas Mann, pedia “ao congresso dos EUA mais verbas para o Brasil” (ÚLTIMA HORA, 10 de abril de 1964, p. 4).

Cabe aqui uma pausa na reflexão que começamos.

Os governos civis se sucedem e não economizam energia para evidenciar a sua indisposição política de trazer a lume diversos acervos documentais e informações que seguem ignorados de milhares de pesquisadores. Isso não deve nos levar a supor que, mesmo sobre essa base limitada, os estudos políticos, sociológicos e históricos relativamente ao tema sejam parcos e insignificantes. Inversamente, seguem ampliando e aprofundando essa temática. É preciso dizer que há uma fecunda literatura sobre o assunto, que será ainda mais enriquecida à medida que novos maços de documentos e depoimentos venham a público. Ainda que não seja este o objetivo fundamental do estudo em pauta, a teoria existente quanto à época será suscitada na forma de aporte a iluminar alguns problemas concernentes ao nosso objeto. Falando claramente: não repetiremos aqui os resultados detalhados de pesquisas levadas a cabo por cientistas políticos, historiadores e sociólogos no tocante às repercussões do golpe de Estado e do regime militar bonapartista no cenário nacional. Ou melhor: citaremos aspectos desses estudos unicamente nos casos em que sejam úteis ao entendimento do nosso objeto: o Cariri à época do *putsch* e dos governos militares.

Assim, passemos aos problemas de conteúdo.

Como se sabe, o vale do Cariri está situado no sul do Ceará, um dos estados que compõe o extenso mosaico regional que, desde o século passado, passou a ser oficialmente nomeado de Nordeste. A criação da SUDENE (1959), um órgão para pensar o planejamento da região a partir do governo central, ainda no mandato de Juscelino Kubitschek, demonstrou a inquietação dos governantes brasileiros ante a existência de uma situação social explosiva, decorrente do quadro sócio-econômico nordestino (OLIVEIRA: 1993). Em 1964, esse cenário explosivo havia alcançado níveis que abalaram a taxa de confiança da burguesia no sentido de controlá-lo por meio estritamente parlamentar.

Embora o centro da quartelada não residisse no espaço nordestinense, este, desde o princípio, não deixou de ser visto como um dos principais focos de preocupação dos arautos do golpe. Por isso, as repercussões da intervenção militar no Nordeste foram a uma progressão constante, começando pelos centros principais da luta de classes, em particular, Recife, daí se irradiando para os quatro cantos da região. As conexões⁶ geográficas, políticas e culturais entre a temida capital pernambucana e o Cariri cearense não demoraram a se manifestar, notadamente nas prisões políticas derivadas da “Operação Limpeza”, que caracterizou os primeiros meses⁷ do governo bonapartista de Castelo Branco.

Obviamente, as conexões do Cariri com o restante do Ceará, e notoriamente, com a sua capital, Fortaleza, não estiveram ausentes do cotidiano da região debaixo dos “anos de chumbo”. Como veremos mais adiante, não será difícil constatar isso no fluxo da análise dos acontecimentos. Mas, esse elemento conexo do Cariri com a cidade de Recife, ao longo da história, não deixa de produzir um desejo quase irreprimível de apreender o significado essencial dessa relação.

Em todo caso, sob circunstâncias específicas, os acontecimentos que resultaram na implantação do poder ditatorial ecoaram na região. No Cariri, o golpe se evidenciou de diversas formas, sendo uma das mais comuns com o rosto de uma fulminante reação clerical. Dir-se-ia que essa foi a aparência inicial de que se revestiu o movimento. Isso não se constituiu propriamente em uma novidade. Analisando o golpe militar contra Perón, em 1955, na Argentina, Nahuel Moreno chamava a atenção para o fato de a igreja católica haver atuado como “agente político do imperialismo norte-americano” (2008:219).

Os párocos, entretanto, não teriam cumprido o papel⁸ de mover segmentos da população para o palco das ruas se não contassem com o suporte, orientação e

⁶ Ainda na época colonial, essas conexões começaram a ser engendradas. Nos embates contra a dominação da Metrópole e no começo do Reinado, as articulações entre o Cariri cearense e Pernambuco foram suficientemente evidentes, tanto na Revolução Pernambucana de 1817 quanto na Confederação do Equador (1824). Com o advento da ditadura militar, esses laços novamente se reativaram. Não custa lembrar que a família Arraes é originária do Cariri. Partindo de entrevistas de professoras da então Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, observamos que as relações do cenário repressivo e a prisão e exílio de Miguel Arraes eram estabelecidas de modo praticamente instantâneo. Mais: parte dos presos políticos caririenses foi obrigada a passar pelos porões recifenses.

⁷ Certamente, nos deteremos no conteúdo objetivo da “Operação Limpeza”, definindo o seu significado na região e enumerando os principais casos observados no Cariri.

⁸ Basta lembrar que padre Murilo de Sá Barreto (vigário barbalhense que morou e exerceu as suas

referência de agrupamentos políticos das classes dominantes. Dir-se-ia que as relações entre ideologia e interesses de classes não devem ser vistas como mecânicas, e de fato, não o são, mas, em circunstâncias determinadas da luta de classes há, com efeito, uma aproximação manifesta entre ambos. Isso, de certo modo, ajuda a compreender as articulações entre os políticos conservadores, oriundos das classes dominantes locais, e os padres e leigos (cuja fonte ideológica estava inscrita nos postulados da igreja católica).

Precisamente nisso, o anticomunismo católico selou um pacto com os interesses anticomunistas de coronéis, comerciantes e industriais, particularmente das suas representações políticas.

Ilustra admiravelmente essa inter-relação de lógicas, os acordos políticos da família Bezerra, em Juazeiro do Norte, com o padre Murilo e a leiga e intelectual católica Amália Xavier de Oliveira, e situações praticamente análogas foram verificadas nos municípios contíguos. Em todos esses casos, a soldadura do bloco histórico reacionário, em um sentido gramsciano, não foi assegurada por curas ou vertentes paralelas de intelectuais tradicionais, não obstante a função essencial por eles exercida. Neste quadro definido, não será difícil constatar a função de “vanguarda do atraso” preenchida pelas representações políticas⁹ das classes dominantes caririenses. Por isso, falamos de uma reação clerical como forma aparente assumida pelo golpe de Estado no espaço regional.

Do ponto de vista em que nos colocamos, será preciso circunscrever essas personagens, instituições, agrupamentos sociais e políticos na corrente do tempo e das estruturas socioeconômicas da época. É impulsionado por esse objetivo que tentamos

funções em Juazeiro à época do militarismo), que cumpriu papel notável nas marchas pelas ruas e praças de Juazeiro do Norte, participava de um encontro pedagógico em Fortaleza, no momento em que os golpistas tomaram de assalto a máquina estatal. Voltando ao Cariri, contudo, exerceu a tarefa de organizador de massas dispersas, sob a perspectiva de legitimação do golpe de Estado. Deter-nos-emos sobre esse personagem ao longo dos capítulos 1 e 2.

⁹ Intelectuais e articulistas de periódicos não se furtam em reproduzir um ponto de vista nostálgico acerca da força econômica do Cariri, bem como, e principalmente, da amplitude e potencial da sua representação política nos tempos ditatoriais. Uns conscientemente; outros inadvertidamente. Tarso Araújo, colunista do jornal fortalezense “O Povo”, mas residente na cidade do Crato, reforça esse coro: “Fazendo-se uma análise sobre o atual cenário político do Ceará, constata-se que o Cariri perdeu o peso político que possuiu nas décadas de 60/70. Àquela época, o Cariri deu ao Ceará governador (Aduino Bezerra), vice-governador (Wilson Gonçalves e Humberto Bezerra) e senador (Wilson Gonçalves)” (O Povo, 11 de outubro de 2009, p. 14). A força dessa representação não esteve dissociada dos seus nexos com o sistema de poder militar. Era, em última análise, uma manifestação colateral desse poder.

captar as rupturas e continuidades da economia e da organização demográfica no plano regional, tanto no instante do golpe de força, como nos anos que o precederam e nos desdobramentos inerentes ao estabelecimento do regime ditatorial.

É um erro evidente imaginar que esse ânimo vai além de um primeiro esboço para dissecar e pormenorizar a economia caririense nos anos do poder ditatorial. Esse primeiro esboço, porém, é condição sine qua non para uma análise apurada das condições gerais de vida da região no contexto do trágico desenlace cujo referencial é o golpe de 1º de abril de 1964. Uma apreciação sociológica das classes, das suas lutas, que sempre encerram um valor político, não nos permite não prezar a validade do delineamento do quadro econômico caririense e da situação das classes e frações de classe naqueles anos que sentiram o peso do manto de chumbo de um poder autocrático.¹⁰

No curso da própria luta, as classes, os grupos e os seus chefes políticos não pisaram os pés no abstrato, mas no concreto de uma realidade que carece de ser devidamente apreciada. Há, portanto, de não se fazer pouco caso daquilo que Lefebvre (1995) denominou de “estrutura social concreta”. Esse é o começo de um extenso périplo. Decerto, seguiremos com pontos cegos, pois se trata da primeira tentativa de uma apreciação mais global dos fundamentos da economia caririense daquela fase em uma perspectiva marxista. Ou seja: é parte de um esforço de estudar os acontecimentos em conexão com a economia e o desenvolvimento social. Em suma, essa apreciação global tem o proveito de influir como marco zero de uma apreciação das esferas sociais e institucionais.

¹⁰ A Sociologia surgiu no século XIX, de um modo geral, estabelecendo demarcações entre economia e sociedade. Lukács (1992) foi quem melhor descreveu a sua notória ambivalência. Para o marxista húngaro, a Sociologia “surge como ciência autônoma porque os ideólogos burgueses pretendem estudar as leis e a história do desenvolvimento social separando-as da economia. A tendência objetivamente apologética desta orientação não deixa dúvidas. Após o surgimento da economia marxista, seria impossível ignorar a luta de classes como fator fundamental do desenvolvimento social, sempre que as relações sociais fossem estudadas a partir da economia. Para fugir desta necessidade, surgiu a sociologia como ciência autônoma” (p. 123). Mais adiante ele infere: “Enquanto na época clássica havia um esforço no sentido de compreender a conexão dos problemas sociais com os econômicos, a decadência coloca entre eles uma muralha divisória artificial, pseudocientífica e pseudometodológica, criando compartimentos estanques que não existem senão na imaginação” (LÚKACS, 1992: 123). No mesmo sentido, apontam as conclusões de Henri Lefebvre: “Ora, a escola sociológica tende precisamente a representar de modo abstrato a vida social, desligando-a de qualquer relação com uma prática social determinada, com uma estrutura social concreta e com uma precisa organização das relações recíprocas dos homens em sociedade e destes com a natureza” (1995: 75).

Essas esferas - sociais e institucionais - refletem e refinam os elementos daquilo que, em última instância, definimos como o cenário da luta de classes. Essa luta se deu a partir de certos sujeitos e da sua prática social. Nessa direção, como essa transcorreu em um ponto particularmente complexo: o da emergência de um regime militar bonapartista?

O que adotamos como primeira hipótese é de que uma aliança anticomunista empalmou as três urbes do Cariri e o movimento organizado em escala nacional e amparado internacionalmente. Como um antecedente imediato em face desse movimento, almejamos estudá-lo, entendê-lo, explicá-lo em seu contexto específico. De plano, negamos a possibilidade de tomá-lo unicamente como mera refração do devir político pautado pelos grandes centros econômicos. Partimos dele para situar as particularidades da luta de classes no terreno local e das relações deste com o cenário mais amplo, e só a partir daí defini-lo teoricamente e de uma forma mais global.

O que nos importa, em primeiro lugar, é compreender como e em que se assentava toda essa problemática do anticomunismo na região, ancorando-nos em farto e, em larga medida, inédito material empírico. Importa-nos igualmente elucidar como por trás da ideologia do anticomunismo, se articulavam as forças reais e os seus interesses sociais e de classe. Trata-se, portanto, de empregar como solução criativa o ponto de vista dialético-concreto.

Na ótica de tal historicidade, constitui um capítulo a parte o Cariri à época do “golpe de 64”. Integra-o um conjunto de elementos: economia, população, organização de classes e as lutas políticas quando da efetivação do ato golpista. Este capítulo prepara um exame mais detido dos processos de repressão política e de resistência ao longo de dois decênios de autoritarismo militarista. De sorte que, tendo em mãos os elementos indispensáveis para uma avaliação concreta do fenômeno da usurpação militarista no Cariri, possamos estabelecer o nexos indispensável com a totalidade de um movimento que é, concomitantemente, nacional e internacional, e que é, a um tempo, concreto e histórico. Captá-lo em suas múltiplas dimensões presume capturá-lo inicialmente em sua forma primária, particular, afinal, os fatos exigem de nós, em primeiro lugar, esta análise concreta, que não deve ser confundida com faticidade e empirismo vulgar.

Para ser breve, pretendemos verificar o confronto entre revolução e contra-revolução debaixo de circunstâncias muito excepcionais, no marco da dominação de um

coronelismo redivivo, com ares de fortalecido e reconicionado pelo projeto de “desenvolvimento com segurança” emanado dos EUA e, a seu modo, traduzido pelas FFAA do Brasil.

Esse fenômeno revivido encontrou no coronel Aduino Bezerra e em seu poder de forte apelo familiar uma ilustração incomparavelmente superior. Qualquer que seja a interpretação que se privilegie - coronelismo, mandonismo, clientelismo etc. - é apropriado reconhecer que o caso da família Bezerra, cujo poder político e riqueza aumentaram com a ditadura, parece desmistificar a noção da existência de um fosso entre arcaico (pré-capitalismo) e moderno (capitalismo), tanto no plano teórico, quanto no terreno prático.

Relendo-a hoje, parece patente que a realidade da época sugere as relações de contigüidade, não só entre os extremos do arcaico e moderno, mas entre personagens e estratos sociais de épocas remotas e o que é tido e havido como sinônimo da mais ardente modernidade. Desse modo, oligarquias de origem rural, burgueses que, desde sempre, pareceram inexoravelmente urbano-modernos, tecnocratas refinados por instituições acadêmicas estrangeiras, todos, no fim das contas, se unificaram ao derredor, em um primeiro momento, de um projeto pela negativa: antecipar-se à simples possibilidade de uma mudança histórica. Em pouco tempo, firmaram um projeto nítido de “modernização conservadora”.

Ainda que evitássemos, desde já, apostar em generalizações fechadas, caberia, à luz das considerações iniciais, uma segunda hipótese de caráter geral: a burguesia - urbana, moderna, industrial e/ou financista - pode até marchar, nas questões táticas, de forma separada do imperialismo e das oligarquias rurais, mas, no plano estratégico, se une a eles frente às possibilidades de uma mudança histórica. Os acontecimentos vinculados à implantação da ditadura militar, para tomar um só exemplo, não dissimularam essa peculiaridade histórica da moderníssima classe dominante brasileira, mas a ventilaram, enunciando-a despidamente. O que explicaria essa combinação¹¹ aparentemente esdrúxula?

¹¹ Sobre essa esdrúxula combinação, assim se exprime Schwarz: “Sistematizando um pouco, o que se repete nestas idas e vindas é a combinação, em momentos de crise, do moderno e do antigo; mais precisamente, das manifestações mais avançadas da integração imperialista internacional e da ideologia burguesa mais antiga – e obsoleta – centrada no indivíduo, na unidade familiar e em suas tradições” (1995:26). Ora, no Cariri, as representações políticas da classe dominante e os homens do clero

Desse modo, apreciando a evolução do grupo familiar Bezerra, observa-se que falta explicar a combinação entre o velho (pré-capitalismo) e o novo (capitalismo) na constituição dos diversos agrupamentos que formam a classe dominante autóctone. Ou melhor: falta seguir explicando, trazendo novas combinações, aduzindo outros exemplos, revelando as peculiaridades e as relacionando com as considerações abrangentes de longo prazo. Partindo do itinerário pessoal do coronel Aduino Bezerra, é factível que busquemos em sua evolução as raízes do processo de formação da burguesia brasileira? Respondendo pela positiva, essa é a conjectura que, desde já, levantamos.

Seguindo nesse raciocínio, supomos que na reordenação produzida pelo poder ditatorial, muitos grupos econômicos se beneficiaram dos fundos públicos e da política de incentivos fiscais, modernizando-se e desvendando, não teoricamente, mas no campo prático, as junções comunicantes entre o passado e o presente na formação social brasileira. Grosso modo, não estaria aí um dos fundamentos a elucidar as tendências autocráticas da burguesia brasileira? Não estaria na mescla entre um passado nitidamente antidemocrático e um presente em que as reivindicações democráticas sofrem de uma ressurgente desconfiança, a de serem “subversivas”, na tênue fronteira entre o não-resolvido e o por-resolver, o alicerce das recorrentes recaídas autocráticas da burguesia nativa?

Resumindo: os estudos acerca do período ditatorial no Cariri podem vir a nos permitir avançar no entendimento dessas e de outras equações muito caras às investigações sobre a evolução brasileira. Em outras palavras, as nossas observações sobre o particular não devem ser descartadas - e, decerto, não estão descartadas - de problemas inspirados no quadro mais geral. Isso, de alguma maneira, faz parte de um esforço de compreensão dialética dos processos históricos nacionais.

Pelo que ficou dito até agora, os resultados da pesquisa efetuada no campo empírico não estão divorciados das discussões que dividem águas no pensamento social brasileiro. O que nos parece interessante é não perder de vista o fato de que esse nexos só será possível de se estabelecer na condição de não abrimos mão de um material substancial que decorre de uma rigorosa inspeção da realidade local.

“chamaram o povo à razão” em nome da unidade familiar e de tradições como o catolicismo, bastiões da impetuosa peleja contra o comunismo.

Temos no Cariri, então, um riquíssimo laboratório que há de ser explorado nessa perspectiva. Aqui, precisamos trabalhar outra maneira de expressar o problema, indo além das questões tocadas acima. Estabelecido o regime político de teor ditatorial, estaria definitivamente aberta uma via de mão única para a sua plena satisfação no plano regional? Se partirmos da noção dialética de subordinação e resistência, a resposta jaz na apreciação categórica de uma possível quanto provável resistência. Mas, se esta existiu, ou seja, se há evidências de que, efetivamente, ela teria existido, quais sujeitos sociais a protagonizaram?

A semimodernização das relações econômicas no terreno regional, os deslocamentos demográficos, os primeiros sintomas de urbanização, toda essa gama de componentes, em larga medida, contribuíram para uma relativa diversificação social, projetando frações de classe que, em circunstâncias até agora obscuras, planejaram uma resistência ao autoritarismo, ainda que de modo nem sempre coerente. A despeito disso, a resistência se delineou como um aspecto da realidade atravessada pelo signo do autoritarismo militarista. À luz dessa fundamentação, há de se questionar, agora com maior precisão e clareza: quais as forças sociais e por que motivos foram elas e não outras a dianteira do movimento de oposição à ditadura no Cariri?

De plano, opinamos que a inexpressividade numérica (e, sobretudo, política) da classe operária, no Cariri, colocou nas mãos dos setores médios urbanos assalariados a tarefa de liderar a resistência, em seu sentido mais global, ao bonapartismo periférico vigente. Deu-se uma espécie de resistência proletária por substituição.¹²

¹² A proletarização de setores médios urbanos levou a que parcelas da classe média aderissem às formulações e métodos, em geral, identificados com a classe operária, o que não quer dizer que se tenham transformados em operários. Nos anos que antecederam ao golpe, os trabalhadores, em particular, os operários, conduziram a burguesia a fazer concessões que iam além do que as suas representações imaginavam ceder. Vitoriosos os militares, o regime bonapartista periférico voltou as suas baterias, de forma decidida, contra as suas organizações. Aplastado o proletariado industrial, coube aos resistentes saídos das camadas socialmente intermediárias a tarefa de se opor à ditadura. Essa realidade foi bastante manifesta entre os anos de 1964 e 1966. Entre 1967 e 1968, o operariado ensaiou uma reação que foi sufocada. O seu retorno à ação pública ensejou a derrocada do militarismo. No Cariri, contudo, o quadro era agravado pelo número reduzido de fábricas e, por conseguinte, da força de trabalho operária. Esse fato tem relação direta com o pouco peso social e político da classe operária caririense nos “anos de chumbo”. Restou aos setores médios urbanos assalariados a incumbência de fazer frente ao regime discricionário. Ao longo de duas décadas, cumpriram uma função de suprir a ausência do sujeito social sobre o qual tem se concentrado os principais movimentos de luta anticapitalista. Nesse sentido, e só em tal sentido, é que falamos de resistência proletária por substituição.

Esse é um aspecto sobre o qual dirigimos o nosso foco ao examinar a temática da resistência. Aí, decerto, intervirá o resultado que obtivemos da pesquisa.

De imediato, vale somente ressaltar o problema mais geral. De sorte que, não nos parece que houve no Cariri uma absoluta prostração prática e político-ideológica frente ao regime de exceção e ao emprego maciço da componente repressiva. Sob a camada grossa do sistema repressor, medrou e se desenvolveu a resistência. Essa é uma terceira hipótese de trabalho. Para ser confirmada carece que examinemos, até o final da presente tese, as práticas que a caracterizaram, seja pela verificação da luta dos trabalhadores urbanos e rurais; seja pela ação de ativistas, intelectuais e artistas com origem nas camadas médias; ou pelos embates promovidos pelo movimento estudantil e organizações de esquerda, sem deixar de não reparar nas fraturas que se deram no interior de instituições, notadamente igreja e imprensa.

Em síntese: a resistência não pareceu se contentar com uma face única. Contrariamente, ela apresentou diversos rostos. Para uns, tratava-se de uma luta democrática, ou seja, o bom combate pelas liberdades políticas; para um segundo grupo, talvez a aspiração fosse até de vulto menor, quem sabe somente o desmonte de um sistema geral de censura em toda linha; para um terceiro, a luta democrática era inseparável da estratégia de superação do regime social. Não descartamos duas outras possibilidades: a de uma resistência combinada com certa resignação a aspectos do regime, ou seja, ambígua e inconsequente e outra - comum entre artistas - que era levar a cabo atividades que objetivamente os colocavam em um quadro geral de suspeição, empurrando-os a uma crítica ao regime, ainda que lânguida e declaradamente matizada. Neste último caso, ainda que o combate ao bonapartismo jamais houvesse figurado no centro das preocupações, fazer arte em tempos de ditadura nunca foi tarefa tranquila, a não ser que fosse para reverenciá-la. Nesse marco, a combinação de diversas modalidades de resistência dará a esse termo uma acepção múltipla.

Parece incontroverso que as formas de resistência adotadas no Cariri se inseriram nos traços gerais que a caracterizaram em escala nacional. A tudo isso viria se juntar as particularidades que diziam respeito às correntes mais profundas da vida local.

Para que essas correntes pudessem ser apreendidas não nos furtamos de verificar um feixe de registros, em uma perspectiva ampla; ou seja, considerando dos documentos oficiais aos depoimentos das personagens que viveram no Cariri à sombra

da ditadura, passando pelos textos de jornais da época, panfletos, obras literárias, fotografias etc. Esse procedimento nos pareceu o mais adequado com vista à adoção de um método distinguido por uma análise concreta de uma situação concreta, se bem que a simples intenção não seja garantia para se granjear esse objetivo. É um desafio cuja superação não está dada de antemão.

Em resumo: este apanhado, à maneira de preâmbulo, antecipa e instiga discussões aparentemente bem conhecidas, mas, a um só tempo, antecipa e instiga questões não resolvidas; aliás, ao abrigo de uma tessitura regional, de ordinário, ausente dos estudos em torno do tema.

Isso basta para demonstrar o tamanho do desafio que nos espreita.

É possível enfrentá-lo? Vencê-lo?

A esse respeito, há de se considerar de forma muito atenta como Marx colocava essa questão em uma perspectiva mais abrangente:

A humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir (1984:47).

2 - INTRODUÇÃO

O objeto deste estudo é o Cariri na ditadura militar. Ele está constituído de introdução, apresentação, três capítulos - que, necessariamente, encerram entre si nexos cruciais - e uma parte dedicada às considerações finais.

Pode-se dizer que, seguindo os passos da introdução e dialogando com o desenvolvimento do trabalho em tela, a apresentação amplia a primeira e levanta questões proeminentes cujo aprofundamento será factível à luz dos capítulos indicados, bem como das considerações à guisa de conclusão.

No primeiro capítulo, intentamos recuperar os traços essenciais da economia caririense, especialmente de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, em uma quadra delineada por um golpe de Estado e a introdução de um regime político bonapartista.¹³ De imediato, levantamos uma hipótese: a militarização da política e da sociedade, e a “modernização conservadora” que o Estado militarizado adotou como guia, permitiu que um setor da oligarquia local se postulasse ao papel de capitalista, apoiando-se nas brechas abertas em um contexto de captura da máquina estatal, e dos fundos públicos inerentes a esta máquina, pelo capital monopolista.

Concomitantemente, tentamos demonstrar que o golpe de Estado, ao se dar em uma conjuntura de profunda polarização social e ideológica no plano internacional, conseguiu atar as partes mais avançadas da organização capitalista - com centro nos EUA - e áreas refratárias ao desenvolvimento do Capital - a exemplo do Cariri. Servimo-nos do caso exemplar da Aliança para o Progresso, bem como do seu subproduto no Cariri, o Plano Asimow, para examinar a dinâmica desse enlace entre o carro-chefe do capitalismo monopolista e a economia caririense.

¹³ O bonapartismo, em linhas gerais, tem na relativa autonomia do Estado um dos seus caracteres fundamentais, aspecto que pode se notado no cenário que se seguiu à intervenção militar de 1964. Na presente Tese, utilizamos a categoria de bonapartismo, nos apoiando em Marx, para caracterizar o regime político em que o centro da ação saiu da esfera do parlamento e passou a girar em volta das FFAA, ou seja, do aparato burocrático-policial-militar estatal. Esta situação foi observada no Brasil após o *quartelazo*, ainda que, no caso brasileiro, estivéssemos ante uma variante do bonapartismo clássico: o bonapartismo periférico clássico. Apesar das especificidades do caso brasileiro, aqui, como em outras experiências do fenômeno, pelo entremeio de um regime de exceção, registrou-se o que Gramsci (1991) nomeou, adequadamente, de solução “arbitral”. Na questão em tela, objetivamente a corporação militar se colocou como um árbitro que assegurou, sob os golpes do sabre e da baioneta, não apenas o triunfo da contra-revolução capitalista, mas a sua institucionalização política por uma via que Alain Rouquié conceitualmente denominou de *Estado militar*.

Antes de estudar propriamente as repercussões da intervenção militar no Cariri, permitimo-nos examinar a dinâmica das relações econômicas, sociais e entre as classes na região considerando o período historicamente demarcado. Precisamente, o estudo do militarismo, em parte, é pretexto para o estudo das forças econômicas e sociais do Cariri nos “anos de chumbo”. Ou seja: trata-se em primeiro lugar, de nos debruçar sobre a realidade sócio-econômica da região nos anos em que o país caiu e viveu sob o domínio do militarismo, sem, no entanto, resvalar para o tosco entendimento de que a política é tão-somente um reflexo direto e automático da economia.

Aqui, antecipamos a hipótese de que as particularidades sociais das relações próprias a um capitalismo atrasado, que era o que de fato existia na região, engendraram situações muito próprias, dentre elas, o advento de uma categoria de oligarcas capitalistas e uma resistência social em que as camadas médias urbanas - e não o proletariado - constituíram-se nos principais agentes da resistência à ditadura no Cariri. De posse das informações e análises que dizem respeito aos aspectos acima indicados, colocamos, por fim, como principal preocupação o esforço de reconstituição panorâmica dos acontecimentos vinculados ao golpe militar de 1º de abril de 1964.

Nesses termos, revisitamos o Cariri e os sujeitos coletivos e personagens que, de uma forma ou de outra, estiveram ligados aos acontecimentos. Trata-se de um esforço com vistas a recompor o ambiente, os indivíduos, as classes, instituições e demais componentes que atuaram na conjuntura do golpe tendo como cenários preferenciais as três principais urbes caririenses: Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha. Indo além, verificamos as forças mais destacadas que, na esfera regional, ratificaram as posições golpistas e, dentro deste mesmo período, destacamos o início das iniciativas repressivas, nomeadamente contra as posições dos comunistas e nacionalistas, na acepção dada pela “operação limpeza”¹⁴ levada a cabo pelo primeiro governo militar. Nesse contexto,

¹⁴ A “Operação Limpeza” é codinome da ação repressiva que se abateu sobre pessoas cujos nomes, diretamente ou não, foram relacionados com a tosca e genérica idéia de “subversão comunista” ou possuíam ligações e/ou simpatia com o governo deposto e o nacionalismo. Conforme Cannabrava Filho (2003) “Pode-se comprovar, nos primeiros meses após o golpe, a presença de 12 mil presos políticos” (p. 12). Em seu desenvolvimento, “os golpistas demitiram e perseguiram mais de 10 mil oficiais e suboficiais” (idem). A mencionada operação começou nos dias e semanas que se seguiram ao golpe de 1º de abril de 1964. Para instrumentalizá-la, a Junta Militar concebeu o Ato Institucional (posteriormente identificado como AI-1), em 09/04/1964, dando início a um festival de cassações que, em conformidade com o seu artigo 10, excluía “a apreciação jurídica desses atos”. De plano, ocorreram 110 cassações, incluindo a do presidente João Goulart, do governador de Pernambuco Miguel Arraes, do deputado federal Leonel Brizola, além de sindicalistas, intelectuais e militares das mais diversas patentes. Derivou da lei – rigorosamente aplicada pelo primeiro presidente-ditador, o marechal

prestamos uma atenção distinta ao fenômeno do anticomunismo, mostrando como este serviu de eixo unificador de pessoas e instituições de origem e ideário não necessariamente coincidentes.

Examinados economia, classes sociais e a manifestação do golpe de Estado no vale do Cariri, dirigimos o olhar, menos para as grandes panorâmicas do que para o estudo de instituições e personagens cujos nomes estiveram diretamente implicados ao *status quo* representado pela ditadura militar. Ao analisar o processo histórico, deparamo-nos com os padres e coronéis, organizadores de marchas de rua e missas de ação de graça. Trata-se de uma análise teórica precedida de uma diligência da estrutura e dinâmica da igreja católica no Cariri, tomando em conta às transformações que nela se operavam em um sentido mais amplo e as suas mediações quando em contato com a realidade local. Aqui, nos guiando por Gorender (2001), a compreensão que temos é de que “o particular não é um exemplo do geral”. Deriva desse entendimento, a ponderação acerca da importância dos aspectos empíricos que, decerto, prestam luxuoso auxílio ao método que acentua a noção de especificidade e o valor da análise concreta de cada situação. Essa conduta é extensiva ao estudo categorial dos coronéis capitalistas e do campo político local em suas relações com a conjuntura de afirmação do regime autocrático.

Deste ponto de vista, o capítulo 2 volta-se de modo quase absoluto para os estudos sobre a igreja católica, os chefes políticos e a ditadura militar, tomando a pressão dos agentes da corporação religiosa em referência ao autocratismo impertinente; e com o mesmo grau de intensidade, medindo os laços que se constituíram entre os coronéis e o campo político local com o regime dos generais. Catolicismo, coronelismo redivivo e as instâncias municipais de poder se colocam aqui no papel de alvos prioritários de uma investigação terminantemente crítica. Desde já, somos atraídos vivamente pela hipótese de que entre tradição e modernidade, sob o arrimo da lei do desenvolvimento desigual e combinado,¹⁵ existe mais um imã que a essas categorias imantam do que propriamente uma barreira intransponível que as separa. Nesse sentido,

cearense Castelo Branco - a noção de “investigação sumária”, dando origem às Comissões Gerais de Investigação (CGI), IPMs (Inquéritos Policial-Militares) e Comissões de Investigação Sumária (CEIS). Com o objetivo de institucionalizar, em definitivo, a política consciente de “caça às bruxas”, em seu rastro veio uma nova lei (4.341), de 13 de junho de 1964, que criou o Serviço Nacional de Inteligência (SNI).

¹⁵ Mais adiante faremos referências mais explicativas concernentes à Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado, cuja relação com o pensamento e ação do revolucionário russo, Leon Trotsky, tem sido destacada, não apenas pela literatura marxista, mas mesmo por seus adversários.

a categoria de coronel-capitalista¹⁶ pode ser antecipadamente uma questão polêmica à volta da qual pretendemos estabelecer um esquadramento à parte. De antemão, sugerimos que essa categoria se fez possível no marco da “modernização conservadora” da qual o regime militar se colocou como a principal ferramenta.

Em larga medida, a análise de um coronelismo redivivo tem um triplo propósito: de um lado, reafirmar o caráter datado do “sistema coronelístico”; doutro, aduzir como não há um processo homogêneo de formação e afirmação, quer seja das relações capitalistas de produção, quer seja de constituição de uma classe que mereça ser nomeada de burguesa; por fim, demonstrar como o capital monopolista entrou por todas as brechas, unificou as forças mais desencontradas e gerou um capitalismo monstruoso de mil faces e incontáveis origens, e para isso é que se implantou o regime bonapartista, que removeu do caminho os possíveis estorvos à implantação de um modelo capitalista do “vale-tudo”. O coronel-capitalista é um subproduto dessa dinâmica evidentemente pasmosa.

Ironicamente, é possível estabelecer um paralelo entre esse processo e o que dizia Machado de Assis a respeito do amor. Para o prosador carioca, “Cada qual sabe amar a seu modo; o modo, pouco importa; o essencial é que saiba amar”.¹⁷ Dir-se-ia que nessa quadra da vida, que nos é útil como matéria de estudo, cada capitalismo se organiza ao seu modo; o modo, pouco importa; o essencial é que saiba ser capitalista. Esse é o resumo da ópera. Bufo, mas ópera.

Parece-nos que é isso o que explica o êxito do coronel Aduato Bezerra e de outros como ele. Ademais, ao amparar e se amparar na ditadura, os representantes do mandonismo local, com o controle das instituições municipais, a seu feitio,

¹⁶ Há quem pudesse vislumbrar na categoria do coronel-capitalista uma forma de repisar o antigo constructo, com exequível validade no tocante à figura do potentado rural da “República Velha”, de imediato, diríamos que não se trata disso. Mais do que uma comparação, o termo é uma metáfora que, como diria Albert Henry, “transgride os interditos combinatórios” (apud RIEDEL, 1979: 147). Nesse sentido, coronel-capitalista é uma metáfora de coronel, não uma simples comparação entre este e a sua espécie mais antiga. Isso é assim porque o coronel-capitalista transgride os limites e as características historicamente atribuídos ao coronel em sua significação clássica consagrada pela Sociologia. Portanto, a categoria que aqui usamos não deve ser lida e compreendida isolada do contexto que lhe serve de base e moldura. Trata-se, pois, de uma metáfora-conceito que, em seu significado mais amplo, encerra traços relacionais no tocante à formulação teórica que a inspira, mas exprime algo cujo valor fundamental é inelutavelmente distinto da sua fonte primária.

¹⁷ Trecho da fala da personagem Lívia, do seu diálogo com Félix, no romance “Ressurreição”, de Machado de Assis (1975).

contribuíram para que toda superestrutura da região girasse à direita, irmanada à ideologia do “desenvolvimento com segurança”.

Sob a direção dos coronéis, a afirmação do modo de produção especificamente capitalista no Cariri só poderia ocorrer à sombra de vias tortas. Essa é a contradição de um processo em que a modernidade deveria chegar pelas mãos dos agentes da mais cabal arcaicidade. Também como subproduto dessa desventura, o Cariri não conseguiu criar um proletariado industrial amplo e pujante, mas tão-somente uma classe operária diminuta, de forte tradição rural, e, indissimuladamente, privada de força política. Para que essa responsabilidade não seja assumida unicamente pelos chefes políticos locais, há de se adicionar a maneira em que o capitalismo tem se desenvolvido, engendrando desigualdades em conluio com o seu próprio trajeto, nomeadamente nos países capitalistas de afirmação hipertardia.

Cumprе, pois, observar que estamos tratando com esquemas, marcações no tempo que nos ajudam a descrever aspectos da realidade que aspiramos enunciar. Assim, parece sintomático que o principal papel no terreno da resistência à ditadura, em qualquer das fases em que esta se desenvolveu, dificilmente poderia ser levada adiante, no Cariri, pelas mãos da classe operária. O terceiro capítulo está voltado ao estudo dos diversos sentidos em que se operou a oposição à ditadura no vale caririense.

Neste último capítulo, demonstramos que os principais sujeitos da resistência - personagens, movimentos, correntes políticas etc. - tiveram a sua origem, ou seja, a sua base social, inelutavelmente, nas camadas médias urbanas assalariadas. Embora constem os nomes de operários nas listas dos que enfrentaram o regime despótico militar, saiu do cerne das chamadas classes médias modernas o maior número de combatentes ao autoritarismo, dentre eles, bancários, professores, artistas e estudantes. A eles dedicamos mais do que uma página de honra, afinal em suas mãos esteve concentrada o que designamos de resistência proletária por substituição.

Por conseguinte, estão contidas no terceiro capítulo a história e análise da resistência ao poder ditatorial em terras caririenses. Ainda que percorramos os 21 anos em que o país esteve debaixo da bota militar, destacamos os momentos mais cruciais da trajetória dos resistentes que, a nosso ver, se concentraram nos anos 1960 e 1970. Como se sabe, depois da emblemática greve operária do ABC, em 1978, começou a contagem

regressiva que levou à transição da ditadura burguesa-militar¹⁸ de volta ao regime burguês-parlamentar. Desse momento em diante, resistência e transição se combinaram. Por isso, preferimos conferir um peso menor a esse período dentro da apreciação da luta resistente.

Em suma: a tese cumpre o objetivo de construir uma panorâmica do Cariri à época da usurpação¹⁹ militarista (1964-1985). Nessa direção, decidimos recuperar a estrutura econômica e social da região no período militar, enfatizar as classes, instituições e personagens cujos trajetos se associaram à imersão do país em uma ditadura e, sob um ângulo distinto, resgatar a história da resistência ao autocratismo militar-burguês nas terras um dia honrosamente ocupadas pelos índios cariris.

Note-se que todas essas questões vão assomar novamente, de modo francamente condensado, no item denominado “considerações finais: sínteses possíveis”, quando também aspiramos desenvolver uma discussão acerca de elementos categoriais. Interessa-nos definir brevemente algumas categorias-chave empregadas ao longo do texto, em particular as de bonapartismo periférico clássico, coronel-capitalista e resistência proletária por substituição.

Por fim, um aviso aos navegantes: os que procuram uma fuga, que façam descansar em paz às suas ilusões, pois aqui não de encontrar somente uma obra teórica de forte realismo.

¹⁸ Dentro do texto alguns termos não de sofrer variações. Por exemplo, falamos de golpe militar, golpe civil-militar e golpe burguês-militar, assim como de ditadura militar, ditadura civil-militar e ditadura militar-burguesa. De fato, como marxistas não omitimos o caráter de classe do Estado, pois não omitimos a natureza classista da dominação. As formas dessa dominação variam – parlamentarismo, presidencialismo; ditadura militar, democracia representativa etc. – mas o conteúdo de classe permanece inapelavelmente burguês, ainda que em determinadas circunstâncias, frações burguesas adotem uma posição de supremacia em relação a estratos distintos da mesma classe. Em 1964, essa autoridade exercida pela burguesia valeu-se diretamente da espada e da baioneta para, em última análise, fazer prevalecer os seus interesses gerais de classe. Nesse sentido, falamos de golpe burguês-militar, bem como de ditadura militar-burguesa.

¹⁹ O conceito de usurpação, que na Tese é servido em farta ceia, não quer dizer outra coisa salvo que a instituição a quem caberia a defesa do Estado se arvorou em “substituí-lo”. Ou seja, na prática, a corporação militar, tal qual o rei Luís XIV, assim se pronunciou: “*L’Etat c’est moi*”. Dessa forma, a usurpação, em seu desenvolvimento, submeteu o país a um poder de notórias características despóticas: o Estado militar.

3 - CAPÍTULO 1: CARIRI: ECONOMIA, CLASSES SOCIAIS E O GOLPE DE ESTADO DE 1964.

I. INTRODUÇÃO OU ALGUMAS PALAVRAS ACERCA DO CARIRI

Nas palavras de Pinheiro (2009:15), “Dos sertões do Ceará e Pernambuco avista-se, distante de léguas, a serra do Araripe na sua imponente altitude, a separar-se do espaço por uma regular, extensa e nítida linha horizontal”. Na zona cearense ergue-se o Cariri e dentro deste a sua área economicamente mais dinâmica, constituída por Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha (CRAJUBAR), recentemente elevada à condição de segunda região metropolitana do estado e ao cerne de quais trilhas encaminharemos e delimitaremos²⁰ a presente tese.

Atribui-se aos migrantes sergipanos e baianos o processo de ocupação inicial da região pelos colonizadores brancos (NEVES: 2000; PINHEIRO: 2009). Quando estes começaram a chegar, desde o longínquo século XVII, encontraram estas terras habitadas pelos índios cariris. Conforme o médico-historiador cratense, “Foi-lhes fatal, aos nossos avós índios, o trato com o homem civilizado” (PINHEIRO, 2009: 10). Da antiga e resistente nação indígena restaram poucas coisas, dentre elas o nome de batismo da região. Ficaram também mitos que se enfronharam na longa noite do tempo. Uns deles a idéia de que a denominação desse imenso agrupamento nativo significaria “tristonho”, “calado”, “silencioso”. Não temos a intenção de retorquir essa leitura primária, uma vez que diversos autores já o fizeram, inclusive o próprio Irineu Pinheiro. Interessa-nos

²⁰ Não custa prevenir: para não cedermos às tentações de tomarmos um contorno maior do que o acima estabelecido, examinaremos rapidamente situações em um ou outro município (fora do eixo CRAJUBAR) apenas nos casos que ajudem na explicitação dos fenômenos estudados e analisados na área delimitada (Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha). Doutro lado, tomando como referência somente o eixo CRAJUBAR, poderemos incursionar prioritariamente em um dos três municípios nas situações em que um caso possa ajudar a criar uma panorâmica, não apenas sobre uma fração da tríade, mas sobre a área de conjunto. Por último, é válido lembrar que, hoje, o triângulo constitui uma mancha urbanizada de quase meio milhão de habitantes, com forte presença de instituições universitárias (públicas e privadas) e um dos principais pólos calçadistas do país. Em meados de 2009, 9 cidades da região foram alinhadas para formação da Região metropolitana do Cariri, constituída pelos seguintes municípios: Barbalha, Caririçu, Crato, Farias Brito, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri. Não pretendemos, contudo, incursionar por essa sua face mais contemporânea, salvo em situações excepcionais que pudessem contribuir para compreensão do estudo cujo recorte histórico encontra-se circunstanciado aos anos que vão de 1964 a 1985.

verificar como os “tristonhos” do presente se conduziram nos anos de chumbo. No passado, os índios cariris resistiram aos invasores em troca da própria existência. Quer dizer, sucumbiram lutando. Hoje, inquieta-nos saber como os “calados” e os “silenciosos” responderam ao golpe de Estado de 1964 e aos anos de sistemática repressão que decorreram desse novo cenário.

Presentemente, referenciamo-nos em inumeráveis estudiosos, apoiando-nos sobre os ombros de incontáveis gerações de pesquisadores, para avançarmos nos estudos acerca do Cariri, dos seus habitantes, das suas lutas, glórias e derrotas. Com frequência faz-se objeções às conclusões existentes, uma atitude crítica necessária, mas não há de se reclamar da ausência de um cimo de onde partir. No nosso caso, resta-nos debruçar sobre as limitadas fontes primárias que nos permitam um acercamento, através de aproximações sucessivas, da realidade caririense nos “anos de chumbo” (1964-1985). Resta-nos igualmente o esforço de reler nas entrelinhas de uma história oficial, as histórias que, na ótica dominante, deveriam ser silenciadas ou esquecidas. Reler, por exemplo, nas entrelinhas dos livros que narram trajetórias de representantes da classe dos grandes proprietários locais é um desafio para retirar de uma zona de sombra histórias que estão ainda por serem contadas, fatos que precisam ser reapreciados e personagens que carecem de ser recuperados. Quando isso não seja suficiente, embrenhar-nos em depoimentos será condição *sine qua non* para preencher lacunas e enfrentar hiatos.

Eis o desafio. O tema central desta Tese é a região do Cariri no marco das repercussões do golpe militar, bem como do regime político dele derivado, delimitando-o aos três municípios já mencionados. Queremos trazer a lume as suas particularidades e as suas personagens, engendrando novas perspectivas de análise para temática do bonapartismo. Em nosso entendimento, isso nos obrigará escrever com acerto sobre a realidade da região nos anos que antecederam e se seguiram ao *putsch* militarista. Inicialmente, será preciso “lançar uma vista de olhos” sobre a economia e a população, isto é, sobre as bases em que se sustentava a luta de classes no plano regional. Por cautela científica, comecemos por aqui, verifiquemos concretamente o cenário da organização das classes, as mesmas que irromperão à superfície, definindo os pontos de rompimento, as convulsões, do mesmo modo que sugerindo os impulsos e as tarefas. Aqui, e não há mal em repeti-lo, as fontes primárias e as entrelinhas da história oficial hão de nos fornecer um material abundante para que, mais adiante, possamos examinar

o comportamento dos “tristonhos” numa nova quadra da história, para que o problema possa, finalmente, ser esboçado em seu conjunto.

Ateste-se, por fim, que as três cidades que nos servem de observatório surgiram de uma única costela. Da Missão do Miranda surgiu a Vila Real do Crato, que sofrerá vários desmembramentos, dando origem a diversas cidades da região, incluindo o município de Barbalha (meados do século XIX) e Juazeiro do Norte (no início do século XX). Em 1964, os três pedaços da antiga costela se reencontrarão debaixo de um movimento que os unificará a ferro e fogo, deixando-os se arrastar na cauda de acontecimentos cujo marco, sem embargo, foi o golpe de Estado de primeiro de abril. Esse macro fenômeno social estará na raiz dos processos de repressão e resistência verificados nos anos que se seguiram. Processos esses que não podem ser tratados como memórias indizíveis, mas recuperáveis. Essa é a nossa hipótese de partida.

II. UMA BREVE APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA ECONÔMICO

A dialética nos ensina que a realidade está em contínua mudança. A realidade histórico-social do Cariri, nomeadamente de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, estava, nos idos da década de 1960, sob os auspícios de uma lenta e inapelável transição. Dir-se-ia que esse processo transicional adquiria tons razoavelmente visíveis no terreno econômico. As transformações da economia caririense precederam e acompanharam a usurpação militarista decorrente do golpe de Estado de 1964.

Assim sendo, “a análise concreta da situação concreta”, a nosso ver, começa não propriamente com o estudo do golpe militar, mas com um breve exame da economia e das classes sociais, tomando a região como um laboratório/arena. Nasce daí, conforme essa compreensão, a especificidade da situação e o caso dela despertar a necessidade de um estudo particular. Sob essa perspectiva, a relação de forças entre as classes sociais não se realiza no vazio, mas no plano da realidade. Começemos, pois, pela apreciação da estrutura e dinâmica da economia caririense, por suas determinações e particularidades. Situemos as relações de classe, e a partir daí as posições de classe, nessa quadra histórica e num quadro regional concreto, como condição para não adotarmos o caminho fácil e tosco das formulações gerais e abstratas.

Esse método, portanto, nos obriga (ao modo de Marx) a descer do céu a terra, pautando-nos inicialmente por breves indicações sobre a economia e as classes sociais do Cariri. Essa apreciação sumária servirá, decerto, de malha conceitual elementar de uma análise sociológica posterior do putsh militarista na região, permitindo aprofundar e alargar em uma perspectiva teórica o que, na aparência, sugere ser um elemento isolado da realidade. Valheremo-nos, para reforçar esse ponto de vista, das próximas seções, que terão a função de recuperar a peculiaridade do quadro histórico regional, para só então nos situarmos - de forma direta - face ao problema do golpe militar de 1964 e dos seus reflexos no Cariri, particularmente em três das suas urbes (Juazeiro, Crato e Barbalha), que hão de amparar o estudo.

III. OS EMPRESÁRIOS “MODERNIZADORES” ÀS VÉSPERAS DO GOLPE DE ESTADO: TRANSIÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL

De que forma Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha alcançaram o ano de 1964? Qual era a situação econômica? Como se organizava e se distribuía a sua população? Em suma, como se apresentava o Cariri e as suas classes sociais naquela trágica quadra da vida brasileira?

Responder essas questões invoca a necessidade de um breve retorno no tempo. Começemos, pois, esse retorno pela expressão mais aparente e manifesta desse processo, que tem a ver com a estrutura e dinâmica populacional.

Nesse instante, cabe enfatizar que dos anos 1960 até o início do decênio 1980, houve não somente a quase duplicação do número de habitantes da região do CRAJUBAR, mas uma maior centralidade do elemento urbano. No primeiro caso, não é difícil constatar isso ao tomarmos como referência a evolução demográfica da área do triângulo caririense no período considerado:

ANO	BARBALHA	CRATO	JUAZEIRO DO NORTE
1960	23.575	59.464	68.494
1970	25.370	70.996	96.047
1980	30.966	80.677	135.616

Fonte: IBGE/Juazeiro do Norte.

Quanto ao segundo caso, relacionado a maior centralidade do elemento urbano, tomaremos por base a cidade de maior crescimento demográfico que, em larga proporção, refletiu melhor o fenômeno da urbanização. No artigo “Informes sobre demografia de Juazeiro do Norte”, Walker (1984) sugere uma população de 135.687 para o mencionado município no ano de 1980, expressando uma ligeira diferença em comparação com os números oficiais do IBGE. Deixando de lado essa nuance, e traçando um paralelo entre os censos de 1970 e 1980, o que mais chama a atenção é a dinâmica das relações entre cidade e campo, senão vejamos:

ANO	JUAZEIRO DO NORTE	POP. URBANA	POP. RURAL
1970	96.047 (população total)	80.643	15.404
1980	135.687 (população total)	126.093	9.594

Fonte: Boletim do Instituto Cultural do Vale Caririense, nº 11, 1984.

Utilizemos o critério absoluto ou relativo, importa sublinhar o crescimento da população urbana. Enquanto ela cresceu nos dois sentidos, a dinâmica demográfica rural era terminantemente oposta, pautando-se por uma queda relativa e absoluta em número de habitantes. Não temos a intenção de tentar elucidar esse fenômeno rapidamente e de uma só vez. Feita essa ressalva, tentemos formular uma primeira explicação.

Tudo tem a sua causa, determinação, salvo aquilo que acontece na condição de acidente, contingencialmente. Tal qual na expressão popular, o que não podemos é tomar a “casca pelo caroço”. Dito isso, é imprescindível recuperar o conjunto de transformações vividas no plano regional nos anos que precederam à instauração do regime de força, bem como isso progrediu singularmente durante o drama do militarismo. É a descrição e o entendimento das mudanças de um quadro geral mais complexo que tendem a nos conduzir à compreensão das mudanças demográficas.

Nos anos 1950, o Cariri assistiu à formação da primeira empresa de sociedade anônima: A Aliança de Ouro Comércio e Indústria Ltda. Sobre esse fato, se pronuncia um dos seus protagonistas, Antônio Corrêa Celestino:

Devemos informar que antes da fusão das firmas Celestino & Cia, Teixeira & Cia, Feijó de Sá, e Aliança de Ouro Comércio e Indústria Ltda., em Aliança de Ouro S/A Comércio e Indústria, não havia, no interior do Estado nenhuma Sociedade Anônima com fins comerciais ou industriais (2008:29).

Essa ação poderia, sem grandes esforços, desnudar o fato de que uma “mentalidade capitalista”, ainda que primária, já se introduzira em segmentos dos

homens de negócio da região, refletindo em tons quase meridianos as mudanças²¹ que ali começavam a se operar. Falando de modo genérico, as classes dominantes locais procuravam novas fontes de receita em um momento em que a economia brasileira estava sob o influxo de incontáveis transformações. Aqui, não partimos da noção de avanço da racionalidade capitalista, mas da evolução das condições que arrastavam o Cariri em feitiço de um vagão atrasado da máquina capitalista nacional. Nessa direção, o próprio Celestino - que, nas suas palavras, procurou sempre se conduzir com muita parcimônia nos negócios - expressaria a sua filiação a esse esforço dos investidores regionais em busca de saídas para os seus negócios:

Fui experimentando determinados segmentos, continuando com o que se apresentava positivo e abandonando aqueles que não prometiam bons resultados. Muitos dos que no começo abandonamos, com o correr do tempo, tornaram-se ótimos negócios (2008:29).

Lembremos, de passagem, que ao lado da formação da antes citada sociedade anônima - e mesmo nos anos subseqüentes - surgiram novas situações econômicas: a primeira empresa de transporte coletivo, o aeroporto, a primeira companhia telefônica e a eletrificação de Paulo Afonso. Devemos igualmente recordar a existência de três pequenos bancos: o Banco de Sobral S/A, o Banco do Cariri S/A e o Banco de Juazeiro S/A, sem esquecer a existência de instituições financeiras e creditícias de expressão nacional, nomeadamente o Banco do Brasil. No caso do Banco de Juazeiro S.A, será por meio de encampações que se tornará uma poderosa instituição financeira sob a direção da família Bezerra. Foi sobre essas bases econômicas parcelarmente renovadas que o Cariri adentrou nos tempos do militarismo. Ou seja: A questão de fundo é que a eletrificação e certa complexificação das atividades econômicas foram conduzindo o espaço caririense a se incorporar às transformações vivenciadas na arena nacional, em que pese à lentidão do ritmo no plano das localidades examinadas.

Para encerrar as observações, recordemos que em fins dos anos 1950, surgiu a Faculdade de Filosofia do Crato, que, em seu desenvolvimento, servirá de base para organização da Universidade Regional do Cariri (URCA). Deve ser posto em relevo a

²¹ Não vislumbro a existência de uma “mentalidade capitalista”, a parte e acima dos processos reais e fator decisivo e quase único de mudanças objetivas que ocorrem em volta dos seus sujeitos. A abstração weberiana precisa ser posta de ponta a cabeça se queremos utilizá-la com alguma eficácia. Ou seja, necessitamos partir dos processos sociais objetivos e destes para o terreno mental e ideológico onde aqueles são subjetivados.

participação nesse processo de Dom Vicente²² de Paulo Araújo, primeiramente bispo auxiliar e depois bispo diocesano do Crato. Sob o lema episcopal “Ao vencedor darei o maná”, Dom Vicente atuou no papel de “mensageiro da modernização”, estimulando a formação da Rádio Educadora, de escolas e da própria faculdade. A Rádio Educadora surgiu predicando “a difusão do útil, do bem e da verdade”, conforme o seu slogan e não deixou de estar a serviço do projeto modernizante-empresarial, algo que não passou ao largo das preocupações do bispo. Nesse sentido, a industrialização deveria ser vista como algo útil dentro de uma estratégia que almejasse alcançar o desenvolvimento regional. Os industriais “modernizadores” - sobre os quais nos deteremos concisamente mais adiante - poderiam tomar para si as “promessas aos vencedores” que vinham do Apocalipse. A industrialização cumpriria a função de alimento para os justos, o maná escondido para o mundo do capital. Esse foi o saldo definitivo de uma trajetória em que o progresso das letras e da comunicação acompanhou a lenta introdução da manufatura²³ capitalista através da metalurgia, das indústrias de plásticos, cimento, cerâmica, beneficiamento do milho, mamona e algodão.

Como veremos, o maná não era farto e as promessas, na prática, não foram capazes de retirar o estigma de uma estrutura economicamente atrasada. Em termos mais concretos, a modernização findou se revelando menos aprofundada do que, em verdade, se aspirava. Mas ao acentuar a sua relevância no quadro regional contribuiu para atrair contingentes da população rural para que se estabelecesse entre as quatro paredes de uma das três urbes, notadamente Juazeiro do Norte. Convém referir que ainda que a tibia modernização contribuisse para movimentações demográficas no sentido campo-cidade, essas movimentações não foram determinadas fundamentalmente por esse fator, conforme verificaremos em seguida. Agregariamos igualmente que, decerto, não houve nenhuma paridade nesses dois processos distintos

²² Dom Vicente pareceu sempre um homem de negócios, tanto quanto um representante de deus preocupado com os problemas espirituais da sua gente. José de Brito Filho, a quem entrevistamos em 18 de dezembro de 2009, chamou-nos a atenção para esse detalhe. Por outro lado, o líder máximo da igreja no Cariri utilizou a capacidade empreendedora da igreja e a sua força mobilizadora para se colocar, por exemplo, entre as massas e o reduzido e determinado agrupamento comunista que teimava em se aproximar de setores da classe trabalhadora, inclusive e notadamente daqueles de origem rural. Com o êxito da estratégia reacionária, em 1964, o chefe da Diocese do Crato se tornou um aliado de primeira hora dos governos militares e coube a segmentos da igreja católica o controle do processo de constituição e orientação dos sindicatos rurais no Cariri. (Sempre que citarmos alguma passagem do depoimento de José de Brito Filho o registraremos como BRITO FILHO, 2009).

²³ Conforme Farias Filho (2007), “O processo de industrialização do Cariri teve início com a agroindústria da farinha de mandioca e o beneficiamento de algodão” (p. 208).

que, em seu devir, se combinaram: urbanização/industrialização, de um lado, desterritorialização do homem do campo, de outro. Essa desterritorialização, na prática, indicava que o trabalho do homem de campo estava se separando das suas condições objetivas de existência.

No caso de Juazeiro do Norte, havia um agravante: a diminuta área²⁴ de domínio municipal, inferior a 250 km².

Em suma: as condições de vida e trabalho estavam mudando no Cariri, lentamente, quando sobreveio à ruptura institucional. Aqui cabe uma reflexão. Essas mudanças, de fato, são lentas. Elas não são o resultado de uma ou duas gerações. Ao contrário, elas são o resultado contraditório dos muitos esforços de incontáveis gerações. A nosso ver, a geração que coincidiu com o regime militar teve aí um papel decisivo.

Para nos situarmos rigorosamente face ao problema, não custa trazer a tona os traços essenciais da economia regional, até pelo menos meados da década anterior ao golpe militar. Devem ser postos em relevo a proeminência da agricultura e formas rudimentares de organização econômica, dentre as quais as oficinas, um artesanato tradicionalíssimo e estruturas comerciais em desproporção com o desenvolvimento geral do país. Nesse contexto, é que surgiu na região um agrupamento empresarial se propondo a “modernizar” essa região periférica do capitalismo brasileiro, superando o seu “subdesenvolvimento”. Posteriormente, muitos deles serão chamados de “capitães do progresso”.²⁵ No interior desse grupo, saltam a vista nomes como os de José Feijó de Sá, Antônio Costa Sampaio, Pedro Cruz Sampaio, Edmundo Moraes e Antônio Corrêa Celestino. Essa era a vanguarda de um capitalismo em formação, praticamente embrionário, e constituiu a primeira turma de “capitães do progresso”, uma fração das classes dominantes locais que, no espírito da época, identificou modernização com

²⁴ Juazeiro do Norte procurou compensar o seu escasso território crescendo na direção de Crato, Barbalha e Caririáçu, engendrando um nítido processo de conurbação. Não resolveu, contudo, o dilema da terra para agricultura. Mais ainda: com a extensão da modernidade ao campo, o preço da terra tendeu a aumentar e esse fator reforçou, ainda mais, o fluxo campo-cidade. Isso explica o alto grau de urbanização de Juazeiro, comparável aos níveis ingleses (95%), bem como a reduzidíssima participação da agropecuária em seu PIB: menos de 1%.

²⁵ Em 1973, foi lançada, em Juazeiro do Norte, uma revista intitulada EXECUTIVA, e em um dos seus textos, há uma referência a essa expressão “capitães do progresso”, ou seja, homens “que em suas atividades específicas souberam oferecer um pouco de si em prol de uma cidade, em benefício de sua gente” (p.11). No corpo do texto, são destacados os nomes de Hidelberto Mendonça (empresário do comércio) e do multi-empresário Ivan Rodrigues Bezerra.

industrialização. Doutra lado, a família Bezerra foi deslocando, gradativamente, o eixo dinâmico das suas atividades da agropecuária para iniciativas nas áreas industriais e financeiras. Por fim, não é possível reduzir ao silêncio o nome de Antônio Pita, considerado por Aderson Borges de Carvalho como “o maior capitalista e industrial algodoeiro daquele tempo” (1999:165).

Quando ocorreu a derrubada do governo constitucional de João Goulart, os golpistas encontraram suporte político e ideológico na fração empresarial²⁶ dos “modernizadores”, bem como na hierarquia diocesana, que atuara em período próximo como membro societário do Banco do Cariri. No caso dos empresários, como intelectuais orgânicos de uma classe em constituição, não raro, se consagram como companheiros de arma do militarismo vitorioso. Aos padres, a quem dedicaremos uma seção a parte, caberá uma função ideológica típica daquilo que Gramsci convencionou nomear de intelectual tradicional, aspecto do problema que não nos furtaremos de examinar no seu devido tempo.

À parte isso, os noviços empresários caririenses - de resto, a maior porção do empresariado brasileiro - perceberam que os fatos vinham tomando uma direção evidentemente arriscada para os seus negócios. Acentuando o seu impulso de ação, a classe trabalhadora urbana e do campo se projetava na conjuntura. Para sermos mais nítidos, sobreveio um rápido crescimento dos sindicatos, das lutas de massas e da participação da classe operária. Nisso residia a essência do problema: mais do que o espectro do comunismo, essa, em linhas gerais, era a questão que os homens de empresa consideravam inadmissível por princípio.

Quanto a isso, não supomos que os proprietários caririenses - de loja, fábrica ou terra - pudessem problematizar a situação senão por dentro do quadro descrito. Embora, não se constatasse a generalização desse cenário de agitação social para as fronteiras internas do Cariri, as então chamadas “classes produtoras” locais pareciam não estar dispostas a pagar para ver. Na pior das hipóteses, existiria uma solidariedade de classe atando os proprietários de diversos matizes, independente do ponto do país onde

²⁶ Obviamente, que essa é a regra, o que não significa a inexistência de dissensões nos estratos empresariais. Mais adiante, se distinguirá o ex-engenheiro da PETROBRÁS e empresário Eudoro Santana, proprietário da CECASA, preso e torturado pelos órgãos repressivos da ditadura militar. Aqui, fica evidenciado o caráter de exceção do regime militar. Para salvaguardar as relações capitalistas de produção, o bonapartismo não exclui medidas repressivas contra frações da classe burguesa.

estivessem estabelecidos e do grau alcançado pelos conflitos classistas no âmbito de cada localidade.

Tomando a realidade como era, parece-nos patente para os donos dos meios de produção e troca que a direção acertada estivesse em modernizar o capitalismo, mas para isso a disciplina social era uma condição imprescindível. Por isso, não se constrangeram em criar centros de múltiplas atividades conspiratórias, empreendendo uma campanha para solapar as bases de um governo constitucional. Pode-se dizer que as classes dominantes já não acreditavam que o governo João Goulart fosse capaz de assegurar essa disciplina social. Em face desse problema e num contexto de polarização da luta de classes na América Latina, o recurso ao golpe militar se afigurou como uma perspectiva quase natural. Não era de surpreender, pois, que nos anos de reação, essa projeção teórica das forças empresariais, sob o controle de uma sucessão de governos arbitrários, ganhasse as condições essenciais passíveis de realizá-la.

Antes de fecharmos essa seção, queríamos avançar em um ponto que tem a ver com as transformações econômicas em curso no período cuja referência é a instalação do regime político militarizado. Tem, sobretudo, a ver com o caráter das classes dominantes locais, uma vez que elas também se encontravam em um trajeto de idas e voltas, suscitando novas saídas para os seus negócios. Vejamos.

Marx nomeou de burguesia nascente à classe dos burgueses que se desenvolveu no mesmo solo em que prosperou o Estado Absolutista e a acumulação primitiva de capital. Quanto a nós, empregaremos aqui a expressão burguesia nascente para descrever e nomear a classe dos proprietários de terra que fizeram migrar parte do seu cabedal para o setor comercial-usurário e, posteriormente, para o plano da atividade fabril propriamente dita e finanças modernas. Visto em perspectiva, a área rural estava deixando de ser o único cenário da história do Cariri, ainda que a separação campo-cidade não se revelasse suficientemente nítida. Nesse movimento, estava contido o uso intensivo de fundos públicos e da política de incentivos fiscais que, em certo sentido, é anterior a tomada do poder pelos militares, em 1964. Esse movimento, em nossa compreensão, garantiu à classe dominante local, partindo de algumas das suas frações, o desenvolvimento inicial das relações capitalistas²⁷ de produção. Resumidamente,

²⁷ Ainda que se queira prender a um modelo único de organização inicial do capitalismo, ignorando as particularidades das relações capitalistas que mal começavam a se organizar no Cariri, não há como não

tínhamos uma classe dominante formada de distintos tipos e dentro dela sobressaiu um estrato com “vocação” industrializante.

Percebe-se com isso que utilizamos a terminologia de Marx para nos referirmos às frações dos grandes proprietários de terra e comerciantes que, em fins dos anos 1950 e ao longo da década seguinte, fizeram a transmigração da sua alma campestre-mercantil para o purgatório urbano-industrial, uma vez que o paraíso só poderia vir com a consolidação desse processo. Mas estamos nos reportando a uma burguesia industrial não-consolidada, começando a se estabelecer como tal, em particular com o uso de subsídios governamentais no marco das ações da SUDENE, criada em 1959. Tanto a burguesia descrita por Karl Marx dependeu do Estado Absolutista, quanto a burguesia do nordeste, e especificamente, a do Cariri, por nós descrita, dependeu da ação do Estado burguês militarizado. Para se modernizar, os proprietários de terra e de capital comercial ou usurário, nunca prescindiram do aporte - explícito ou não - do santo padre Estado, em que pese às mistificações em contrário professadas pelos liberais, de ontem e de hoje.

IV. DO “CAPITALISMO AGRÁRIO” AO PROJETO ASIMOW

Será particularmente interessante reconstituir o ponto alto desse processo “industrial-modernizador”: o Projeto Asimow - de meteórica passagem - que unificou instituições como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Universidade da Califórnia (UCLA), além da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e Fundação Ford.

vislumbrar a chancela de um processo em que o arcaico e o moderno ali se combinavam, ainda que em prejuízo do segundo. De fato, o Cariri era – e é - uma região onde o capital se desenvolveu de forma menos dinâmica em comparação as áreas mais industrializadas do país. Isso pode induzir os mais incautos a perguntarem: o Cariri era, em 1964, capitalista? Com o método de Trotski (2007), só podemos responder: o Brasil era. Efetivamente, o capitalismo organizado em escala nacional conferia uma relativa homogeneidade estrutural ao conjunto do país. Ora, no marco do capitalismo hipertardio que se organizou em nosso território nada mais absurdo do que imaginar que essa organização pudesse ser realizada de modo linear ou sem as extremas desigualdades que marcou todo o seu trajeto em terras brasileiras. É uma contradição inerente ao capitalismo que aqui se estabeleceu. Se nem mesmo em uma Nação como a Inglaterra - modelo de organização do modo de produção especificamente capitalista – esse processo se deu linearmente, por que haveria de sê-lo por essas paragens tropicais em que este modo de produção se estruturou hipertardiamente e de forma dependente?

Cumpra, pois, observar de início a introdução desse projeto em estreita ligação com o esforço norte-americano de “combate à subversão” e, no caso brasileiro, esse esforço se combinou, de um lado, com a estratégia de enfraquecimento e desestabilização do governo Jango, e de outro, com a tática privilegiada de reforçar os cofres dos governos estaduais amigos, considerados “ilhas de sanidade administrativa”. Neste particular, o governo Virgílio Távora (1963-1966), em que pese este haver exercido a função de ministro de aviação no período parlamentar do governo Jango, não deixou de ter o seu condomínio governamental enquadrado na categoria das “ilhas de sanidade”. No triênio em que esteve à frente do executivo estadual, lançou o Plano de Metas Governamentais (PLAMEG), que correspondeu a um esforço de criação de uma infra-estrutura apta a inserir o Ceará na marcha da modernização-industrialização. Parte da consecução desse plano veio na forma de ajuda norte-americana, em especial dos recursos identificados com a chamada Aliança para o Progresso.

Como notou Lage (2001):

Esse alinhamento e subordinação deram ao Ceará a oportunidade de sediar a Jornada Brasileira da Aliança para o Progresso, realizada em Fortaleza no período de 4 a 6 de novembro de 1964, sob os auspícios da Comissão Brasileira da Aliança para o Progresso e da Organização dos Estados Americanos. (p. 113)

Está contida aqui a essência da arquitetura do Projeto Asimow, que, como se sabe, encerrou nexos cruciais seja com o PLAMEG, seja com a SUDENE e a Aliança para o Progresso. Este quadro iniciativo nos fornece pistas para abordagem de um tema que tem colocado em discórdia um número nada desprezível de estudiosos que se prontificou em examinar esse controvertido projeto. Inclusive pesquisadores da região caririense se debruçaram em volta desse tópico, refletindo acerca do seu significado e amplitude. Textualmente, um desses esquadrinhadores do tema assim se exprime:

Quando se fala em “Industrialização do Cariri”, não podemos esquecer o Plano Morris Asimow. Aqui, a industrialização teve continuidade com a implantação do Projeto Asimow, que incentivou a implantação de empresas de beneficiamento de milho, indústria de cerâmicas, artefatos de couro, fabricação de rádios, dentre outras. O plano Asimow fazia parte da “Aliança para o Progresso” um plano de ajuda econômica dos Estados Unidos para os países da América Latina (FARIAS FILHO, 2007:210).

Prosseguindo na análise, Farias Filho agrega:

Este plano constituiu-se de um programa de cooperação técnica entre a Universidade Federal do Ceará e a Universidade da Califórnia que pretendia, no Cariri, “implantar pequenas e médias indústrias e treinar o pessoal especializado à industrialização” (2007:210).

Essas passagens iniciais merecem uma primeira apreciação crítica. Dentro de um quadro histórico determinado, o Plano era parte da política norte-americana para enfrentar uma conjuntura política tremendamente delicada aos interesses estadunidenses na América Latina. Decorria daí a peculiaridade da tática levada a cabo por governos dos EUA, dentre eles o de John Kennedy. Tratava-se de convencer aos países da região e aos seus povos da possibilidade de verem as suas vidas transformadas sem que houvesse a necessidade de uma revolução nos moldes cubanos. Quer dizer, de que seria possível avançar socialmente sem a utilização de métodos de ação característicos de uma saída revolucionária. No aspecto político prático, o apoio formal (“técnico”) norte-americano à industrialização caririense não era obra do acaso, mas de exigências que as circunstâncias objetivas colocaram como expressão de uma peculiaridade importante: a vitória da primeira revolução socialista da América Latina.

O átimo de tempo que correspondeu ao triunfo da Revolução Cubana e a sua elevação ao plano de referência para os povos da região à sua volta foi também de ampla movimentação da parte dos norte-americanos. Os “Corpos de Paz”, formados de voluntários que deveriam se colocar como arautos de um programa que prometia resolver o problema da miséria latino-americana, sem recorrer ao uso da crítica das armas, eram partes desse esforço estadunidense. A hierarquia católica dos EUA não ficou petrificada, mas agiu na mesma direção e através da seção latino-americana da Conferência Nacional Católica de Bem-Estar lançou uma publicação intitulada “A América Latina chama”, criando os “Corpos do Papa”. Esses voluntários eram alimentados por verbas públicas e um ideário anticomunista ostensivo (GREEN: 2009). O lema dos católicos norte-americanos era bastante eloqüente; “Jovens com fome viram rebeldes duros”. Nesse contexto, o lançamento da Aliança Para o Progresso, em 1961, por John Kennedy, coadunou-se perfeitamente à estratégia maior dos EUA de não perder o controle sobre a América Latina. Em vez de revolução, os pobres precisariam de paz e alimentos. Por isso, a região nordeste do Brasil, onde a fome produzia “rebeldes duros”, haveria de ser um dos palcos decisivos das ações dos EUA e dos seus agentes.

A Aliança para o Progresso acompanhou os anos 1960, correspondendo, em sua conformação aparente, a uma política de “apoio técnico e financeiro” às nações latino-americanas. Com certeza, se não queremos nos deter na ante-sala dessa discussão acerca da Aliança, precisamos responder algumas questões prévias. Por exemplo: quais as raízes objetivas que a engendraram? Quais as suas premissas teóricas? Qual é o seu sentido mais profundo?

Para tomarmos, de imediato, um só exemplo de esforço teórico para entendimento do fenômeno, comecemos por Stein (1977), que tentou responder a tais questões de forma bastante sumária e objetiva:

É igualmente inegável que o socialismo cubano induziu a formulação de uma alternativa neocapitalista à eclosão do socialismo como saída para o labirinto do subdesenvolvimento - a Aliança para o Progresso (p. 145).

Não pretendemos simplificar uma experiência construída sob o signo da mais extrema tensão ideológica. Convenhamos, porém, que a citação acima nos permite a localização histórica do problema. Coerentes com essa reflexão há de se constatar o caráter reativo da alternativa estadunidense. Não se revestia a questão de um objetivo de pôr a salvo as nações latino-americanas das desditas do atraso e da pobreza extrema. Sem sombra de dúvida, era uma inflexão tática sem que os EUA perdessem de vista o seu fim: preservar o domínio da região pelos homens de tio Sam. Voltaremos mais pormenorizadamente a esse ponto. Antes de aprofundarmos esse debate, tentemos identificar como esse artifício norte-americano se concretizou.

Em ligeiros traços, os ensaios da política estadunidense adentraram o Brasil e alcançaram o sul cearense, mais precisamente Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, nos anos que precederam à instauração do poder militar. Seguiu-se, então, o surgimento de diversas fábricas sob os auspícios de uma estratégia friamente forjada nos gabinetes do “Colosso do Norte”:

No Crato, foi implantada a IMOCASA, destinada à produção de produtos derivados de milho, farinha e óleo; em Barbalha, a CECASA, produção de pisos e revestimentos cerâmicos; em Juazeiro do Norte foram implantadas a IESA, a fábrica de rádios e Motores, e a LUNA calçados do Cariri (In Revista da Indústria e Comércio No.1. Crato, 1965, apud FARIAS FILHO, 2007:210/211).

Para sermos mais exatos, é indicado situar esse processo no contexto da aplicação de um programa de industrialização para o Ceará, que ganhou coordenação estadual com a criação da Companhia de Desenvolvimento do Ceará (COPEC), em 1962. Sob muitos aspectos, mais do que a descrição desse quadro tem chamado mais a atenção dos estudiosos da região a controvérsia em torno ao desfecho da aplicação do plano. Teria ele cumprido o seu papel histórico? Por que naufragou provocando frustrações econômicas e a semidesindustrialização das áreas que foram destinadas à aplicação do plano industrializante?

Ainda hoje, essa pergunta divide águas entre os intelectuais e articulistas da região. O médico e historiador, Napoleão Tavares Neves, responsabilizou a incapacidade empresarial dos pretendentes a industriais pelo malogro do plano. Para ele: “Na década de 60 houve um sonho de industrialização no Cariri: foi o chamado Projeto Morris Asimow que feneceu antes de decolar” (2000:160). Logo adiante ele acrescenta o seguinte comentário a guisa de explicação:

O Projeto Asimow foi muito bem planejado em uma universidade americana (Universidade da Califórnia) para execução aqui no Cariri. Gente sem a mínima experiência foi fantasiada de empresário e mandada para os Estados Unidos, mais em viagem de turismo do que em viagem de estudo. Deu no que deu! (NEVES, 2000:160)

Imaginemos, por um minuto, que essa apreciação esteja sustentada na realidade. A isso há de se acrescentar que é apenas uma parte do problema, e nem sequer é a fundamental. O argumento não nos parece suficientemente razoável. Ao fim e ao cabo, ao invés de fazer a crítica do processo real em seu conjunto mais complexo, Neves julga que a falha estaria simplesmente nos agentes “fantasiados de empresários”.²⁸

Desnecessário dizer que, apesar de pouco rigoroso, esse ponto de vista tem amparo em setores da intelectualidade regional, e até no seu entorno, ainda que esta

²⁸ O professor do curso de economia da Universidade Regional do Cariri (URCA), João Mota do Nascimento, nos declarou que mais grave do que os “fantasiados”, foram os jovens filhos de empresários, que foram aprender nos EUA como se tornarem capitalistas em poucas lições, e passando um curto período na terra do “tio Sam” optaram por lá residir. Ademais, destacou o fato de que o ligeiro desenvolvimento da infra-estrutura – em particular, construção de estradas – não induziu a um reforçamento do ritmo industrializante, mas abriu as portas das cidades caririenses para entrada massiva de bens industrializados que foram de encontro ao projeto local de modernização industrial. Por fim, ressaltou a pouca qualificação da força de trabalho como um fator limitador do processo. Vê-se assim que diversos fatores específicos precisam ser considerados, ainda que desejássemos nos prender a uma leitura característica de economia pura. Limitar-nos à hipótese dos “fantasiados de empresários” não é, decerto, a saída mais oportuna (troca de idéias ocorrida no dia 24/02/2010).

opinião difundida vá de encontro a outros juízos e presunções que, em geral, esforçam-se em encontrar uma explicação menos irrazoável para questão.

Nesse sentido, procurando explicar as causas do insucesso, o empresário e líder político cratense Humberto Mendonça contesta meridianamente o próprio caráter do Projeto Asimow:

Culpou-se, até mesmo, uma suposta índole subdesenvolventista da nossa parte. Falou-se, também, em outras causas que hoje analisadas demonstram ser tão absurdas quanto imaginárias. Sabe-se agora que este afamado Plano (...) tinha objetivos mais políticos do que econômicos, já que sua finalidade principal era barrar a esquerdização (...) Passado o perigo da comunização do Brasil, o Congresso Americano vetou verbas que, dentre outras ações, mantinham o Plano Asimow no Cariri e em outras cinco regiões nordestinas. O impacto da desativação do Plano na economia caririense foi enorme, com maior gravidade por conta da insolvência dos que acreditaram na boa intenção americana. Além de comprometer irremediavelmente a poupança interna caririense, que foi quase toda investida em maquinaria comprada no exterior, essa industrialização frustrante deixou um trauma difícil de ser assimilado e digerido (apud FARIAS FILHO, 2007:211).

Tais questões não deveriam nos levar a replicar o conteúdo e a significação, e não apenas o resultado, do Plano Asimow?

A própria realidade nos fornece a chave para este aparente enigma.

Quando se deu o *putsch* militarista, os idealizadores do Plano tinham dado os seus primeiros passos no Cariri, movendo um setor do empresariado local, que impulsionado pela ideologia modernizadora do projeto, atirou-se à sua consecução. Não é sem alguma surpresa que empresários e aprendizes de empresários, carreiristas e oportunistas ou não, se vêem diante de uma realidade em que a retórica substituiu os vultosos recursos que deveriam ser transferidos para emancipação econômica e social do Cariri. Vista a questão sob esse ângulo, os EUA demonstraram que a industrialização dependente²⁹ tem um preço muito caro e que os sonhos que se sonham à noite resultam, não raro, em marasmos matutinos.

²⁹ Nas palavras de Neves (1976:59), em artigo publicado no número 10 da revista cratense REGIÃO, apenas duas empresas de Barbalha teriam sobrevivido à débâcle do projeto: CECASA (cerâmica) e IBACIP (cimento). No caso, tiveram que esperar uma nova onda crítica do capitalismo, quando também desceram ladeira abaixo.

Sobre isso, Virgílio Távora admitiu os limites da empreitada sob o signo da dependência de capitais externos, ao mencionar discretamente que estes se mostraram como:

“(D)e provimento sempre incerto como, infelizmente, a experiência nos tem mostrado, apesar do amplo noticiário envolvendo o grande número de convênios assinados e nem sempre cumpridos”. (apud LAGE, 2001: 115).

Obviamente, como é de rotina entre empresários, tecnocratas e governantes, somas de alguma significação devem ter sofrido subtrações fraudulentas dentro de um montante, quase sempre, aquém das necessidades de investimentos e das previsões iniciais. De modo geral, não nos parece se localizar nesses aspectos o remate desta discussão.

Esse Plano, de feito, era um remédio preventivo contra o que os norte-americanos consideravam a enfermidade esquerdista do Continente, expressão direta das repercussões produzidas pela Revolução Cubana. Cabe, além disso, destacar que a sua aplicação estava diretamente relacionada com o “combate à subversão”, que, na prática, tinha a significação de conter o impacto da revolução caribenha. Não por acaso, o slogan preferido dos EUA, naquele átimo, era o famoso “não permitiremos uma nova Cuba”. Ernesto Guevara tinha isso em mente, quando disse que “a Aliança Para o Progresso (era) uma tentativa de frear o irrefreável” (2002:284). Assim, voltemos ao esforço de compreensão teórica do problema. A respeito do juízo de Che e da sua significação, valhamo-nos, até para reforçar a reflexão em andamento, de uma citação de Moniz Bandeira:

O que mais alarmou os Estados Unidos, no entanto, foi a vitória da revolução em Cuba, sob o comando de Fidel Castro, Ernesto Guevara, já conhecido como Che, e outros membros do Movimento 26 de Julho (M-26-7), em 1º de janeiro de 1959 (2005:201).

Nos termos que acaba de ser colocada, a compreensão do fracasso da industrialização do Cariri não poderá ser construída salvo por uma leitura da conjuntura dos primeiros anos do decênio em exame. Nisso reside o fundo do problema. Respondendo às tendências revolucionárias das massas latino-americanas, em Março de 1961, John Kennedy retirou do seu magro arsenal teórico a proposta de Aliança Para o Progresso, “Programa de cooperação multilateral criado em agosto de 1961 pelos signatários da Carta de Punta Del Este, com o objetivo de incrementar o desenvolvimento econômico-social da América Latina” (SANDRONI, 1985:12). Na

prática, o programa de 10 pontos já fora lançado pelo governo americano, cabendo aos demais membros do continente simplesmente endossar a proposta de Kennedy, desfazendo a idéia de um “programa de cooperação multilateral”. Em última instância, se tratava de um programa unilateral imposto por necessidades geopolíticas dos Estados Unidos.

A despeito da conceituação genérica acima referida, Sandroni finda por reforçar a tese preconizada por Moniz Bandeira:

A idéia da Aliança foi lançada pelo presidente norte-americano John Kennedy, em março de 1961, como resposta aos acontecimentos revolucionários em Cuba e a pressões de setores políticos e governamentais latino-americanos preocupados com a situação econômica e social da região (p. 12).

Não é de pasmar que um projeto nascido de uma conjuntura como essas, logo, de uma estratégia que implicava “correr atrás dos fatos” e apagar incêndios, num dado instante, chegasse a uma situação de absoluto impasse. Sendo assim, o Projeto Asimow é capítulo secundário de um drama que lhe ia anos-luz adiante. Do mesmo modo que a sua feitura respondeu às pressões da vida política e a impulsos externos, o seu fracasso conteve profundos nexos com o fiasco da Aliança Para o Progresso, aspecto confirmado brilhantemente pelo professor e economista Paulo Sandroni:

Embora acenasse com reformas sociais e econômicas, a Aliança, com o tempo, mostrou-se inoperante: de um lado, pelos crescentes cortes na ajuda externa norte-americana e, de outro, por apoiar-se em governos conservadores, comprometidos com a situação vigente nos países participantes (1989:12).

Entenda-se, todavia, que essa política norte-americana do gênero “pastel com chicote”, ou seja, de oscilação de momentos concessivos e períodos fortemente repressivos, tem sido aplicada ao longo de uma curta história de menos de dois séculos. Concomitantes aos atos hostis e ofensivos afloram concessões e quando estas se revelam insuficientes o velho porrete, uma vez mais, se impõe com um intento “saneador”. Naquela quadra, em vez da prometida reforma econômica e social, formalmente sugerida pela Aliança, ergueu-se a arquitetura de um poder ditatorial fomentador de uma política letal de concentração de renda.

Segura e racionalmente, isso não passou despercebido no Cariri. Houve quem questionasse o projeto estadunidense. Nada ilustra melhor isso do que o conteúdo publicado em uma seção de jornal juazeirense, nomeada “Perspectivas” e sem uma autoria completamente assumida, salvo o vago sobrenome Bastos:

A Aliança para o Progresso conta já oito anos de existência. Neste período, 16 governos latino-americanos foram derrubados por “golpes militares”. Não queremos apontando essa relação, aduzir a Aliança como fator gerador dos “golpes”. Queremos, sim, chamar a atenção para a sua ação improfícua. A Aliança tinha por uma das metas principais a de assegurar governos democráticos pela participação crescente de um povo consciente e em melhores condições econômico-sociais. Mas nada disso aconteceu. O que presenciamos foi a Aliança tornar-se um “organismo defensor de capitais privados norte-americanos”, segundo Roberto Kennedy. O que presenciamos foi o progresso da marginalização do povo em decorrência da implantação de governos mais e mais totalitários (TRIBUNA DE JUAZEIRO, 20 de outubro de 1968, p. 4).

Vê-se assim que na região uma corrente crítica não se deixou seduzir pelas proezas retóricas do imperialismo norte-americano. Da interpretação acima divulgada, a conclusão é contundente:

A Aliança para o Progresso faliu. Faliu, como vem falhando as lideranças do movimento brasileiro de 64. Falência de ambos pela inautenticidade da busca de uma resposta aos problemas latino-americanos, aos problemas brasileiros (IDEM, P. 4).

Nesse sentido, o Cariri e o seu projeto de industrialização-modernização, naquela conjuntura, não estiverem salvos das inferências da “Guerra Fria” e por trás de um aparente e inocente plano industrializante existia um cálculo político meticuloso e exato. Não havendo alternativa, salvo aceitar a revolução como opção para as amplas massas latino-americanas, o governo dos EUA se obrigou a elaborar uma proposta fundamental para manutenção do seu domínio no continente, envolvendo apoio técnico-financeiro e ajuda em alimentos como expressão superficial dos seus objetivos mais profundos.

Por que superficial? Ora, desde o princípio, os EUA relacionaram a cooperação econômica e a assistência técnica na forma de duas táticas sujeitas a uma estratégia, qual seja: a de se combater internamente, isto é, ao nível das fronteiras internas de cada país da América Latina, o espectro da subversão.

Deste ponto de vista, a Aliança para o Progresso esteve para aquela conjuntura como a política da Boa Vizinhança³⁰ esteve para os tempos da Segunda Guerra Mundial e o BIG STICK³¹ para o início do século XX. Mudam as formas, mas não muda o objetivo central, qual seja: o de conservar a hegemonia do “Colosso” ou do “Grande Irmão” do norte em relação ao território que vai do rio Grande³² à Terra do Fogo.³³

Independente disso vale a pena lembrar que os golpistas e o regime derivado da sua ação, em muitas oportunidades, procuraram identificar o modelo econômico que abraçaram como signo da modernidade. Uma vez que sabemos que também identificavam o moderno com a águia norte-americana, nada mais natural do que tê-la como amiga³⁴ política e aliada econômica. Destarte, sob o signo dessa lógica submissa, a modernização supostamente viria à luz dessa aliança estratégica. Da situação real e do balanço dos acontecimentos, necessariamente, decorrem a mais cabal objeção dessa prédica. Em último caso, o que estava em jogo era a polarização revolução/contrarrevolução. A Aliança para o Progresso estava para a segunda como o que ocorrera em Cuba - e se espalhava pela América Latina - estava para a primeira.

Por fim, é estimável trazer à tona a observação atenta daquela conjuntura por um intelectual brasileiro, que fez dos estudos acerca do Nordeste um dos seus temas de investigação.

A presidência Kennedy estava inaugurando, nos Estados Unidos da América do Norte, um novo estilo de relacionamento internacional, adaptado às novas condições da competição inter-imperialista e da competição capitalismo versus socialismo. A “New Frontier” para a América Latina chamar-se-á “Aliança para o Progresso” (OLIVEIRA, 1981:120).

³⁰ Política preferencial do governo de Franklin Delano Roosevelt. Iniciada no período que precede a eclosão da 2ª Guerra Imperialista, a nova face da orientação dos EUA para a América Latina adotava uma retórica de repúdio ao seu próprio intervencionismo que caracterizara os primeiros trinta anos do século XX. A crise capitalista, a ascensão do nazi-fascismo, o transcrescimento da influência germânica na região e a iminência da grande guerra exigiram uma mudança de forma na dominação estadunidense sobre o continente. Tratou-se de uma alteração de forma, não de conteúdo. Os objetivos hegemônicos foram mantidos, mas debaixo de um novíssimo e refinado disfarce.

³¹ O BIG STICK (Grande Porrete) é a política preferencial de Theodore Roosevelt, sendo aplicada na América Latina nos primeiros anos do século XX, destacando-se por um intervencionismo cruente e irrefreável.

³² Rio que se encontra na fronteira dos EUA com o México.

³³ Arquipélago situado na extremidade meridional da América do Sul, cujo território é compartilhado por Chile e Argentina.

³⁴ Antônio Corrêa Celestino habitualmente tratava os Estados Unidos como “país amigo”. Esse procedimento, contudo, não nos parece ser um caso isolado, mas sinaliza para a postura adotada pelo empresariado em relação ao “Grande Irmão”.

Para o autor, os olhos dos serviços de inteligência dos EUA “de há muito estavam voltados para o Nordeste” (1981:120). Fixavam o mesmo objeto que os latifundiários nordestinos: as Ligas Camponesas. Não era aleatória a visita de um Henry Kissinger, ainda que este, no começo da década de 60 do século passado, não gozasse do prestígio que granjearia poucos anos depois. Como também não foram aleatórias a “Missão Bohan”³⁵, a recorrente ação da USAID e, de maneira mais específica, a ampliação do material humano e técnico do Consulado norte-americano em Recife (ibidem: 120).

O Nordeste foi um dos cenários principais da guerra de classe aberta que se travou no Brasil, nos primeiros anos da década de sessenta do século XX. Guerra de classe com inserção do sotaque yanque, visto que a entrada em cena dos Estados Unidos desvelava o conteúdo internacional de um conflito que parecia “somente nosso”.

Desse modo, não nos parece o caminho mais adequado querer entender o Projeto Asimow e medir o seu insucesso com um olhar e uma medida exclusivamente locais.

Há também de se recordar que a Aliança Para o Progresso adotou uma postura assistencialista - “alimentos para paz” - como mecanismo de combate à expansão e reforço das Ligas Camponesas.³⁶ A regra era: combater as forças populares e reforçar o poder oligárquico, trazendo-o para a aliança com a burguesia do centro-sul, já devidamente integrada às multinacionais. Criavam-se as condições para a articulação de um conjunto de forças que atuaria coordenadamente em 1964. Isso era central para os “aliancistas” e não, por exemplo, um projeto sólido com vistas a promover o desenvolvimento industrial do Cariri cearense.

Nestes termos, não era ofício da Aliança apresentar um projeto coerente, eficaz e consequente que produzisse uma consistente industrialização do Cariri ou de quaisquer das áreas selecionadas que tinham como meta industrializar-se. Os seus representantes não eram missionários desarmados a serviço do progresso local, mas missionários

³⁵ Missão da Aliança Para o Progresso, que veio ao Nordeste, em 1961, sob a chefia do antigo embaixador Merwin Bohan (OLIVEIRA, 1981:121), um conhecido mensageiro da “política da boa vizinhança”, levada a cabo no governo Franklin Delano Roosevelt.

³⁶ É válido rememorar que as proximidades geográfica, cultural e política entre o Cariri e a Zona da Mata pernambucana aumentavam o temor das elites caririenses no tocante à ação das Ligas Camponesas. Isso não deve ter passado despercebido do planejamento de políticos, técnicos e demais agentes norte-americanos. A distribuição de alimentos, particularmente leite, foi subproduto da estratégia contencionista da Aliança Para o Progresso. Não foram poucos os que se beneficiariam dessa política assistencialista, incluindo políticos, cabos eleitorais, membros do clero e comerciantes.

armados a soldo do capital imperialista. Essa é a questão de fundo. É a que, em última hipótese, explica e esclarece o fato do Projeto Asimow não haver sido bem-sucedido.

Da primeira fase de industrialização do Cariri ficaram as particularidades de um processo que, por exemplo, num segundo momento, no marco de uma nova fase industrializante, permitiria transformar o pólo calçadista ³⁷ de Juazeiro em um dos mais importantes do país, utilizando a mão de obra de milhares de operários, que, à época do golpe, existiam quase somente como um sinal. Para que isso acontecesse, se combinaram aportes financeiros da SUDENE, da Aliança para o Progresso e mesmo da escassa poupança interna.

A repercussão desse contato entre EUA e Cariri deu na imprensa americana, conforme observamos abaixo:

Working mostly during summer vacations, Professor Asimow since 1962 has put his conviction to the test in Ceará's Cariri valley in northeastern Brazil, where per capita income is well under \$80 a year. He gathered a team of graduate students and professors from U.C.L.A. and the University of Ceará (TIME, Friday, Aug., 14, 1964).

Essa citação tem o mérito de trazer à tona a relativa envergadura do projeto, o quanto ele moveu aqui e lá. A sua implementação no Vale do Cariri, uma área do nordeste brasileiro, sem a infra-estrutura necessária, já surgiu com um limite bem marcado. Do mesmo modo, a fragilidade da poupança interna regional e as limitações dos recursos externos contribuíram para o fracasso desse programa que, em tese, teria o objetivo de fazer decolar a industrialização da região. Isso, contudo, é inteiramente supérfluo como esforço de elucidação do significado mais exato de um projeto cujo destino, desde a sua origem, nunca deixou de estar conectado à estratégia dos EUA de

³⁷ O professor José Gonçalves de Araújo Filho, docente do curso de Engenharia de Produção da Universidade Regional do Cariri, nos chamou a atenção para a especificidade do pólo calçadista de Juazeiro do Norte. Diferentemente do observado em outros pólos importantes (interior de São Paulo e Rio Grande do Sul), no Cariri se priorizou a produção de calçados sintéticos, mais baratos e de menor valor agregado. O fato de possuir menor valor agregado (por exemplo, o preço de um calçado gaúcho ou paulista é de 15 a 20 vezes maior do que o seu similar produzido em Juazeiro), obriga o empresário juazeirense a produzir em grande escala para compensar o baixo valor agregado do seu produto. Ele, contudo, não tem do que reclamar ao ter à sua disposição lixo como matéria-prima e uma mão-de-obra mais barata do que o ar que respiramos. Sobre esse modelo de produção industrial, o mencionado professor alude à existência de uma realidade muito assemelhada no Cariri ao que se verifica na China e na América Central. Para nós, o mais relevante é que esse “modelo chinês”, apoiado no uso intensivo de mão-de-obra e no uso do lixo como matéria-prima, que caracteriza o setor de calçados sintéticos, começou a se desenhar em Juazeiro do Norte no primeiro ciclo de industrialização regional, nos anos 60 e 70 do século passado. Esse modelo é, portanto, herdeiro do ciclo industrializante que teve o seu centro nevrálgico durante os anos de ditadura.

conter a sublevação do continente. Em sua essência, havia uma finalidade que se sobrepunha a qualquer outra questão que se queira declarar relevante. Antes de existir uma preocupação com o progresso, existia - impregnando a idéia da Aliança de um sentido inverso ao propagado - um propósito de conter as mobilizações de massas que comoviam a América Latina. Contê-las ou desviá-las para o beco sem saída das amargas ilusões reformistas.

A década de sessenta do século passado, no entanto, entrou para história na qualidade de um dos períodos de mais intensa radicalização da luta de classes, marcando, em vermelho vivo, todos os continentes. A Descolonização da África (ou a sua continuidade), a Guerra do Vietnam, o Maio Francês, a Primavera de Praga, a influência da Revolução Cubana, em particular na América Latina, compõem esse ilimitado mosaico de situações de extremo antagonismo. É ponto pacífico que em conjunturas assim, o reformismo - que fala de paz e progresso para acalmar as multidões que se movem e radicalizam as suas ações - tende a “trocar figurinhas” com as soluções que trocam a paz pela guerra, a democracia pela ditadura, o progresso pela repressão. É dentro desse quadro que devemos inferir a significação mais profunda da Aliança para o Progresso e de um plano - como o Asimow - que não existiu senão ao jeito de uma partícula subatômica de um programa maior.

Era possível que o plano pudesse ter sido exitoso sem o êxito do programa maior? Dificilmente, o que não tem o mesmo sentido de absoluta impossibilidade. Essa hipótese, porém, é quase inassinalável. Sucintamente, vimos que o governo do Ceará, os empresários e aprendizes de empresários do Cariri e toda lógica que orientou o projeto colaram o destino deste aos recursos da Aliança. Quando estes foram escasseando, até definitivamente desaparecer, o Asimow foi posto a pique.

Tal qual Pedro pedreiro na canção de Chico Buarque de Holanda, o Cariri teria que continuar “esperando um trem que já vem/ que já vem/ que já vem...”.

V. AS CLASSES SOCIAIS NA TRANSIÇÃO ECONÔMICA CARIRIENSE

Interessa-nos, agora, observar as relações entre esses processos que descrevemos ao longo das seções anteriores e o estudo das classes sociais no Cariri.

A reconstrução científica da economia e da sociedade caririenses, no momento em que os militares operaram um corte na evolução político-constitucional do país, exige, decerto, uma apreciação do desenvolvimento histórico das classes sociais e, em especial, da classe trabalhadora, no plano regional.

Não parece haver dúvida que as transformações registradas no plano econômico fizeram refletir o seu peso, antes de tudo, no âmbito das classes dominantes, com deslocamentos de capitais de atividades tradicionais - como a agricultura e a pecuária - para ramos direta ou indiretamente vinculados aos setores industriais e de serviço. Gradativamente, proprietários rurais foram se tornando homens de negócios com características de predominância urbana. Cindiu-se uma tendência histórica em que a vida econômica era própria do campo, de forma quase exclusiva, e firmou-se como tendencialmente predominante um novo solo histórico apoiado na articulação entre as atividades agrárias e urbano-industriais, não obstante o seu caráter embrionário irrefutável.

No caso do efeito modernizante na vida rural, lento nos anos que precederam ao estabelecimento dos governos militares, esse processo sofreu uma maior aceleração somente com a dinamização das empresas rurais nos anos 1970.³⁸ Ao se revelar lenta, contudo, essa modernização do campo terminou cumprindo, no primeiro momento, um papel menos significativo do que poderia ter na liberação de braços rurais para a esfera cidadina, questão a que regressaremos mais adiante.

Para voltarmos novamente ao problema, revelou-se a afirmação de um segmento da classe dominante assentado nas atividades fabris e afins, fato que ensejaria, podemos supor teoricamente, a formação histórica de uma burguesia aparentemente moderna, isto

³⁸ Um exemplo da modernização e empresariamento das atividades agrárias se deu em Barbalha com a criação da AÇUSA, em 1976, uma usina que concentrou a atividade de aproveitamento econômico da cana de açúcar num grau de amplitude que teve o sentido de enfraquecer o dono do engenho, transformado em mero fornecedor da empresa, além de revestir a atividade em si “de um cunho puramente capitalista” (ver BRITO:1985).

é, urbano-industrial, cuja gênese estaria em estratos agropecuários tradicionais. Ou seja, o ordenamento capitalista da economia sugere que as fronteiras entre o arcaico e o moderno, ou entre proprietários rurais e urbanos, em terras caririenses, se mostraram porosas, quase tênues, sujeitas às permutas aparentemente inesperadas. A questão de fundo, para expor a argumentação por outro ângulo, é como esse ordenamento capitalista da economia, nos dias que precederam e acompanharam o golpe de Estado e suas repercussões no Cariri, se expressou nas classes e frações de classes da região.

De plano, não devemos considerar à parte esse ordenamento local do quadro nacionalmente estabelecido. O Brasil fazia parte, nos anos 1960, de um bloco heterogêneo de sociedades em transição. Ao longo do século XX, o país adquiriu o perfil de uma nação capitalista - hipertardia - de aparência moderna e de caráter essencialmente dependente. No Cariri, os processos de transição econômica, de ordinário, se caracterizariam, em especial, por sua natureza particularmente tensa, contraditória e prolongada. Em seu bojo se reuniam fases que se completavam, e a um só tempo, divergiam entre si, como se a vida desejasse testar a paciência humana.³⁹

Indo além da mera faticidade empírica, diríamos que, às vésperas do “quartelazo”, o Cariri viveu um momento em que, para usarmos palavras de Lênin, “a ampliação da produção pelos possuidores dos meios de produção coloca(va) no mercado novas demandas de instrumentos, de matérias-primas, de meios de transporte etc.” (1982:16).

O capitalismo não podia, contudo, surgir ali subitamente na sua forma “pura”. Por isso, esse processo será, desde o começo, abarrotado de refluxos que seguiam aparentes avanços. Não custa lembrar o desenvolvimento de vias de circulação, que em lugar de trazer progresso interno induzia à importação de bens industrializados, que por seu turno procrastinava o andamento dos projetos locais. Debruçando sobre a situação da localidade, não seria excessivo dizer que a consolidação do seu devenir industrial estivesse, desde sempre, colada a sorte do desenvolvimento desse modo de produção no plano nacional.

³⁹ Ainda hoje, quando o Cariri, e principalmente Juazeiro, vive uma nova fase caracterizada pelo esforço industrializante, a região continua ocupando um lugar discreto e inconsistente no tocante à organização do setor secundário da economia nacional.

Sem sombra de dúvidas, a região começou muito tardiamente o seu processo de industrialização. A ação do capitalismo sobre uma formação social atrasada tende a encontrar mais estorvo do que destreza. Não existiam também no Cariri os vastos capitais necessários garantidores do êxito da modernização industrial.

De qualquer maneira, na transição dos anos 1950 e 1960, no Crajubar surgiram fábricas, cresceu parcelarmente o emprego de máquinas, houve mudanças paulatinas da fisionomia econômica da região. Em alguns casos, o capital migrou parcialmente da esfera comercial para o âmbito da indústria. Em geral, ocorreu uma fusão dos esforços capitalistas voltados para o comércio e daqueles destinados à atividade industrial. Empresários como José Celestino Corrêa e José Feijó de Sá (criador da Indústria Cariri Algodoeira Sociedade Anônima - ICASA) transitaram entre o comércio e a manufatura. De algum modo, não seria também excessivo reafirmar aqui que essas características eram próprias de uma economia em transição. Uma lenta e sutil transição, com mais continuidade do que propriamente descontinuidade.

Notamos que o desenvolvimento de pequenas e médias indústrias e o impulso inicial do Projeto Asimow suscitaram o aumento do volume da produção industrial. Também não seria exagero supormos o desenvolvimento primário das formas capitalistas de produção. Tem a ver com o que descrevemos acima. Representantes do capital comercial se abeiraram do leito das atividades próprias do setor secundário. Noutros termos, no Cariri pré-golpe sobressaiu - pelo menos, em Juazeiro e Crato - a força do capital comercial e, em sua esteira, a formação embrionária de um capital de viés industrializante. De fato, o terreno estava sendo preparado para um domínio mais abrangente do capital.

Seguindo o método de Lênin (1982), alguns elementos devem ser considerados no processo de afirmação do capitalismo, dentre eles o aumento do número de estabelecimentos mecanizados, o crescimento da participação comercial e industrial, o êxodo para cidade e o emprego crescente do trabalho assalariado. No Cariri, região periférica do capitalismo periférico brasileiro, esses aspectos se apresentavam não na sua forma mais desenvolvida, mas em vias de formação. Essa condição explica a delimitação insuficientemente evoluída entre as classes possuidoras e, por exemplo, os assalariados.

O emprego de máquinas industriais e agrícolas, no marco do fortalecimento das atividades urbano-industriais, desenvolveu novos fluxos econômicos e demográficos. Apesar dos seus limites manifestos, derivaram desse quadro semi-renovado os processos migratórios campo/cidade, ainda que estes decorressem menos de uma ativa industrialização do que do empobrecimento das massas rurais. Sob o influxo ou em relação com o que se passava no contexto mais amplo, a paisagem local tacitamente se modificava.

As migrações provocaram mudanças na região, no estado e no país, afinal não há mobilidade impune. O “capitalismo agrário” foi se transformando e parte do campesinato empobrecido migrou da zonal rural e trocou a pobreza da terra pela pobreza da periferia das cidades. Em se tratando da região caririense, Juazeiro do Norte foi o palco histórico regional privilegiado do acolhimento de levadas rotundas de rurícolas. Numa escala mais ampla, Fortaleza, Recife e São Paulo foram destinos prioritários de milhares, e depois de milhões, desses deserdados da terra.

Essa era, aliás, a base a explicar a contradição entre o lento crescimento demográfico do Ceará entre 1950 e 1980 e, na razão inversa, o intenso crescimento populacional de Fortaleza neste mesmo período. Havia - desse modo - uma brutal transferência de massas rurícolas arruinadas em direção aos núcleos urbanos e no caso cearense, em particular, em direção à capital cearense, conforme sugerem os números abaixo:

<p>POPULAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ (1950/1980)</p> <p>1950 - 2.695.450 (28,9%)*</p> <p>1960 - 3.337.590 (23%)</p> <p>1970 - 4.491.590 (34,5%)</p> <p>1980 - 5.380.432 (19,7%)</p> <p>POPULAÇÃO DE FORTALEZA (1950/1980)</p> <p>1950 - 270.000 (49,9%)</p> <p>1960 - 514.000 (90,5%)</p> <p>1970 - 857.980 (66,6%)</p> <p>1980 - 1.367.611 (52,4%)</p> <p>* Trata-se do crescimento em relação à década imediatamente anterior.</p>

Fonte: adaptado de COSTA, 2007:76

Em resumo, o fluxo migratório campo/cidade é anterior à introdução do despotismo militarista, encerrando profundos nexos com as transformações experimentadas pelo país no período pós-2ª Guerra. Notemos o aumento da população de Fortaleza cotejando-o com o do conjunto de habitantes do estado. Se em 1950, a capital representava aproximadamente 10% da massa populacional do Ceará, 30 anos depois essa representação atingiria cerca de ¼ da população total. Segundo o nosso suposto, essas alterações se relacionaram diretamente com dois processos distintos e combinados: a industrialização/modernização/urbanização (de um lado) e o empobrecimento das populações rurícolas (de outro). Pressupomos que a região cariense não haveria como não se colocar como parte desse fenômeno. Situada em uma área semi-úmida, dependendo da agricultura, e cercada e atravessada por esse redemoinho, não teria como não ser comovida por esses acontecimentos.

De um estudo minucioso desse fenômeno decorre, necessariamente, a resposta a uma equação formulada em uma das primeiras seções. A questão é: qual o fator principal a explicar a transferência brutal de populações rurícolas para o ambiente urbano, tornando-o mais numeroso e complexo? A solução para o problema deve ser encontrada no abandono das práticas agrícolas tradicionais, na canalização de recursos para os estratos modernos da agricultura e no empobrecimento de uma população rurícola de pequenos proprietários e deserdados da terra. É a pauperização absoluta desses estratos, mais do que a modernização e/ou industrialização, que explicaria a intensa movimentação desses segmentos arruinados em direção aos núcleos urbanos. Assim, a urbanização é mal explicada quando é reduzida a uma resultante de arroubos de industrialização. Para sermos mais exatos: o trabalho de destruição é anterior ao de criação. Em síntese: menos que a industrialização, foram as transformações ocorridas no campo a *causa eficiente*, aristotelicamente falando, da migração campo-cidade, que começou como tal e se tornou, no seguimento do seu trajeto, em êxodo rural. Desse modo, as contradições internas das culturas agrícolas tradicionais, em processo de franco dilaceramento, estão na raiz dos deslocamentos campo-cidade.⁴⁰ No caso do interior cearense, a seca de 1958 apenas reforçou um movimento de giro para cidade que se registrava como uma tendência insocorrível para as massas campesinas oficialmente descuradas.

⁴⁰ Acerca das relações campo-cidade, espaço rural, espaço urbano, urbanização, mudanças sociais e modernização, vide Singer (1976), Corrêa (2002), Santos (1993) e Souza (1999). Parte das reflexões aqui adotadas encontra suporte em seus estudos e análises.

Visto em perspectiva, a ditadura militar não deteve, mas reforçou esse movimento irrefreável de almas camponesas. Nesse sentido, a decomposição parcial dos pequenos produtores rurais caririenses e o crescimento das populações citadinas foram dois lados de uma peça metálica única. Tem mais a ver com o desprendimento em massa dos pobres do campo do que exatamente com um irrefreável processo industrializante. Não se deram, entretanto, como fatos isolados, uma vez que esse fenômeno encerrava uma dinâmica nacional. Não por acaso, o censo 1960 foi o último a constatar a superioridade demográfica do campo em comparação com os núcleos urbanos. Dez anos depois, o IBGE revelaria, em cores vivas, a supremacia incontestada da população urbana, coroando uma mecânica da realidade que se desenhara na quadratura que precedeu a ação dos agentes do golpe e o estabelecimento da ditadura bonapartista.

Para que relacionemos adequadamente esses processos todos com o ordenamento político oriundo da ruptura com o regime democrático representativo, é importante considerar o seguinte quadro, segundo a descrição abaixo delineada:

A ação do Estado nos anos pós-64 se fez para acelerar as formas capitalistas de produção e ao mesmo tempo solidificar os interesses comuns da burguesia e dos proprietários de terra, base da aliança que promoveu o golpe de 64 (DINIZ, 2002: 41).

Nessa direção, o Estado militarizado, a partir de 1964, “implementa mudanças de caráter conservador, dirigidas a um processo de modernização da agricultura, mantendo, porém, inalterada a estrutura fundiária (idem, p. 42). Como base institucional e programática desse processo de “mudanças de caráter conservador”, Castelo Branco lançou e fez aprovar o Estatuto da Terra. Nasceu do estatuto propostas como o do “projeto de perímetros de irrigação” e a filosofia de “modernização da produção agrícola”. As empresas rurais, diga-se de passagem, é uma das categorias-chave do Estatuto de Terra. Esses programas de modernização capitalista do campo só terão efeitos no Ceará, de forma mais visível, somente na década de 1970. Quer dizer, eles não tiveram qualquer relação com as questões mais essenciais que foram tocadas, até agora, no presente capítulo. Efetivamente, ele ajudará na complementação dos fluxos campo-cidade, mas somente em um momento posterior. No instante da ação golpista, não tiveram qualquer eficácia no plano regional. A aceleração das formas capitalistas no campo não era uma realidade da zona rural caririense quando os militares aplicaram à

nação o seu golpe de força. Respeitante ao modo de produção especificamente capitalista, o Cariri era a sua retaguarda, não a sua cabeça de proa.

Nesse capitalismo incipiente, formou-se no Cariri um mercado menos tacanho de trabalho assalariado. Convergindo, de plano, com essa tendência, cresceu não só a população urbana, mas a demanda por serviços. É justamente aí que começou a se sedimentar uma agrupação restrita de elementos burgueses e, de forma concomitante, um proletariado industrial de dimensão tremendamente modesta.

Ao que tudo indica, ao capital comercial e usurário veio se somar o capital industrial. Tímido, cauteloso e solícito, mas capital industrial. Assim, a pequena produção mercantil, em passos lentos e cautelosos, evoluiu em direção a um capitalismo que era mais largo à volta do que por dentro da economia regional. De maneira mal disfarçada, em redor do quadro econômico local, essa dinâmica era mais abrangente, ao passo que em seu âmbito interno ela se consumava numa escala restrita e acanhada. Ocasionalmente, sofreu influxos externos que elevaram o processo real a tal altura que somente prestava o serviço de tornar o momento de queda mais doloroso. Afora isso, a penetração do modo de produção especificamente capitalista no Cariri não se fez senão pela lerdeza característica de uma preguiça de três dedos.

Quando se deu o *coup de main*, essa era a situação da economia regional e sobre essa base se ergueram as condições, a despeito de todos os limites da realidade, para formação das modernas classes (ou quem sabe, dos embriões destas) típicas do modo de produção especificamente capitalista. Esses traços definiram, em última instância, o caráter limitado da burguesia nascente e, mais ainda, a debilidade histórica da condição proletária, tomando por recorte apenas o plano da região do CRAJUBAR.

Em Marx, “a classe operária é definida a partir de sua posição no processo produtivo, no modo de produção capitalista” (COSTA, 2008:33). Diante do exposto, foram essas debilidades e insuficiências de um modo de produção capitalista principiante um dos fatores a explicar o papel comedido dos operários na ocasião.

Na contracorrente das tendências mais profundas do capitalismo, a indústria caririense, salvo raras exceções (reduzidas estruturas fabris de médio e grande porte), se reduzia às formas desenvolvidas do artesanato, seja na forma de oficinas ou de indústrias caseiras. Um observador atento, decerto, há de enxergar nessas formas os

traços específicos desse desenvolvimento que, por sua vez, era desproporcionalmente lento.

Como se pode ver, o Cariri se incorporou ao ciclo do desenvolvimento capitalista através de um capitalismo bárbaro constituído, sobretudo, de oficinas e indústrias domésticas e, desse modo, houve um aumento do papel econômico da cidade sem que a produção industrial ganhasse significativamente em importância. Tendo isso em foco, as indústrias de grande vulto e de aparência moderna, que vieram majoritariamente na esteira dos incentivos fiscais, constituíram não mais que uma parte reduzida da realidade econômica da região. Na contramão do facilismo, modernidade e arcaísmo se combinaram tais quais forças estranhas que se harmonizavam.

Some-se a isso o malogro do Projeto Asimow, bem como o implante de um número limitado de indústrias de maior porte, que se firmaram em que pese o fracasso do plano forâneo, e teremos aqui uma modesta fotografia da evolução primária do capitalismo no plano regional.

De maneira geral, Amora (2007) identifica três períodos no tocante à implantação do setor secundário na economia cearense. O primeiro corresponderia aos esforços fine-seculares do XIX até aproximadamente o decênio 50 do século passado. Nessa sequência, o segundo período iria dos anos 1950 até os primeiros anos da década de 80. De meados dos anos 1980 para cá, estaríamos ante o terceiro período. Tomando isso por base, ousaríamos dizer que o processo que aqui analisamos é parte integrante do segundo período que “compreende os anos 1960 até meados da década de 1980”.

Para que tenhamos maior clareza acerca desse segundo período, situemo-nos partindo do que diz a mesma autora a esse respeito: “O segundo período de industrialização do Ceará é marcado pela criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, em dezembro de 1959” (AMORA, 2007:373). Nesse contexto, os desdobramentos da política de planejamento regional, e em seu bojo, de industrialização de alguns pontos do país, são passíveis de verificação:

O Estado brasileiro edita uma lei (34/18) estabelecendo a dedução de imposto de renda de pessoas jurídicas e, posteriormente, de pessoas físicas que se dispunham a aplicar tais deduções em empreendimentos industriais no Nordeste (AMORA, 2007:374).

Neste parágrafo tocaremos numa série de questões que (é nossa opinião) retoma essa citação fazendo-a descer até aspectos mais específicos do problema. Vejamos. No caso do Nordeste, as prioridades foram conferidas a três das suas capitais: Recife, Salvador e Fortaleza. A maior parcela dos investimentos foi direcionada para as duas primeiras capitais. Em Fortaleza, sobressaíram as indústrias leves e, como parte desse esforço, na região do Cariri o eixo das ações industrializantes se orientaria por aquilo que Amora denominou de “beneficiamento de produtos agrícolas regionais”. No que se refere ao conspecto regional há de se rememorar o uso racional de recursos públicos, pela família Bezerra, como via preferencial para ampliação dos seus negócios e a sua transformação em um moderno agrupamento capitalista (LEMENHE: 1995). É preciso, contudo, que fique bem esclarecido o seguinte: a industrialização regional era o subproduto precário de um movimento mais abrangente do capital e, como parte de um segundo momento de arranque industrial de um dos estados mais pobres e menos industrializados do país. Enfocada a questão sob este plano, não custa também trazer a tona o que dizem Barreto e Ferreira (2004) relativamente à situação do Nordeste no ápice em que a ordem burguesa viu modificado o seu regime político: “O Nordeste, no momento do golpe, ainda não dispunha de uma ‘burguesia industrial’ consolidada” (p. 153). A ausência de uma “burguesia industrial consolidada” não era, portanto, um problema do Cariri, mas uma realidade nordestina.

Eis a base histórica sobre a qual se realizou a trajetória de cada classe social, na região caririense, nos anos em que a Nação brasileira esteve ligada de um extremo ao outro pelo domínio do sabre e da baioneta.

Em tais condições, o proletariado se ofuscou em seu tamanho acanhado. Essa pequenez, em última instância, derivava da implantação insuficiente das modernas relações sociais próprias ao capitalismo. Nesse sentido, para lembrar Trotsky (s/d), a “influência do proletariado está determinada por seu papel na economia moderna”, e esta existia no Cariri somente em seu formato rocambolesco, não havendo, portanto, como essa classe cumprir o papel de força social decisiva nos acontecimentos de 1964, pelo menos regionalmente.

Não dispomos de dados precisos do tamanho e volume do operariado caririense em 1964, mas informações acerca do ano de 1966, isto é, dois anos depois do triunfo golpista, dão conta de um quartel tremendamente limitado de proletários industriais,

tomando por referência o principal centro econômico e demográfico da região: Juazeiro do Norte. Conforme informações do IBGE (1967), o quadro era o que se segue:

Nº total de fábricas existentes em 31.12.1966: 127
Nº total de operários em 31.12.1966: 1.150
Nº de operários - média mensal: 939

Fonte: IBG, 1967.

Ora, se esses são os números referentes à classe operária do núcleo econômico e populacional mais dinâmico do interland caririense, o que dizer dos demais, em particular de Crato e Barbalha? Imaginamos que, em tais condições, se pode entender o baixo nível de organização do proletariado e, por que não, o papel não protagonista por ele cumprido nessa quadra histórica.

Obviamente, que os números de 1964 devem ser distintos, mas estamos supondo que não existiria entre eles e os de 1966 uma distância que pudesse ser medida em longos e inefáveis palmos. A classe operária, no plano regional, não deve haver sofrido alterações de vulto no espaço de tempo de diminutos dois anos. Em síntese, em uma região de fraca concentração operária, não seria enganoso esperar que o proletariado industrial pudesse cumprir um papel de inexorável magnitude? Obviamente que esse quadro numérico acima apresentado não pode gozar de uma consideração absoluta, principalmente levando em conta que em Juazeiro do Norte, nos anos 1960, já existiam fábricas abrigando centenas de operários. É provável que esses dados primem pela imprecisão. A despeito disso, eles têm a utilidade de chamar a atenção para os limites do setor secundário, bem como para os limites do proletariado industrial no terreno local.

Tomando por referência apenas o município de Barbalha, Silva (2009) descreveu este quadro na terra dos canaviais:

A forte participação rural na economia, herança histórica do modelo agro-exportador que dominou o país até 1930, inibia a industrialização, e com isso, retardava a formação do proletariado (p. 2).

O caráter desigual do desenvolvimento capitalista sugere a existência, naquele momento, de áreas economicamente refratárias à corrente industrializante, que se manifestou aí somente na forma de contrações súbitas que não ousaram se transformar

em uma criação mais completa. Em parte, essa descrição conceitual cabe involuntariamente ao entendimento da realidade caririense. Desse panorama decorreram as limitações de um proletariado verde como um diminuto fruto mal-e-mal delineado.

Em alguns casos, o desenvolvimento das cidades, que se realizou mais aceleradamente do que o da produção fabril, e, em parte, resultando do ruidoso empobrecimento e da conseqüente migração das camadas rurais mais desafortunadas, influenciou a composição de certos estratos sociais. Sem intuito generalizante, já vimos essa influência na diversificação das camadas proprietárias, que seguiam dependendo da renda da terra, mas já não se furtavam de investir em atividades urbanas ligadas ao comércio e à indústria.

Muito mais definido do que se pudesse crer - especialmente em Juazeiro - plasmou-se uma pequena burguesia clássica alinhada ao comércio e o artesanato, em largas faixas, dependente e ligada às camadas proprietárias mais enriquecidas. A estabilidade dos seus pequenos negócios era o seu horizonte histórico e, desse modo, não seria difícil entender que manifestasse uma postura favorável a manutenção da ordem, algo que deveria vislumbrar em um governo forte, politicamente estável e apto a garantir a segurança social. A esse setor provavelmente repugnasse a simples idéia de um acirramento da luta de classes. Visto assim, há de supor a existência de um bloco político e socialmente monolítico, o que não é exato. Isto nos leva de pronto a antecipar um aspecto que será retomado adiante: a simpatia nutrida por comerciantes caririenses à proposta de “reformas de base”, preconizada pelo governo João Goulart, além da adesão de alguns deles não só aos movimentos de resistência à ditadura, mas até mesmo ao PCB.

De forma paralela, constituiu-se um núcleo mais amplo do que poderíamos definir de esboço consistente de uma moderna classe média, isto é, “o segmento social composto pelos técnicos, profissionais especializados, supervisores, trabalhadores em escritórios, professores, funcionários da burocracia estatal etc., em geral, com níveis de rendimentos diferenciados e, em média, superiores aos da maioria da classe operária” (COSTA, 2008:38). Ou seja, convergindo, de plano, com as tendências de urbanização e assalariamento, cresceu não só a população do Crajubar, mas a demanda por serviços, e neste ínterim, os estratos modernos de classe média.

Ainda que não ignoremos o fato da repressão política haver alcançado representantes oriundos do proletariado industrial, em especial ferroviários e marceneiros, é do interior das camadas médias assalariadas que surgiram as porções majoritárias daqueles que denunciaram e enfrentaram as novas condições derivadas da implantação de uma ditadura política sem máscaras ou atenuantes.

Giddens (1975) estabeleceu uma diferenciação entre essa moderna classe média, a que nomeou de “trabalhadores *white-collar*”, e a antiga classe média ou pequena burguesia, característica do século XIX. O que a caracteriza, nos termos do autor, é o fato de seus membros se constituírem como trabalhadores “não manuais, não proprietários”. Admitindo, em geral, como correta essa caracterização, agregariamos o fato dela, ao inverso da antiga, constituir-se predominantemente de estratos assalariados, até devido ao fator descrito pelo sociólogo britânico.

No Cariri, o cruzamento desses dois fatores - o aspecto incipiente da classe operária e um nível de organização menos artesanal por parte dos segmentos intermediários da sociedade capitalista - explica, em parte, os limites, hiatos e contradições da resistência do proletariado industrial no intervalo de tempo que vai da conquista do poder pelos golpistas até o reavivamento das lutas da classe trabalhadora, que redundará na retomada das liberdades democráticas. Explicaria, igualmente, o papel crítico e ativo de elementos da nova classe média, tendencialmente assalariada, frente aos governos autocráticos do período.

A influência das classes médias,⁴¹ fundamentalmente daquelas parcelas diretamente dependentes de situações de assalariamento, já se mostraria ativa em 1959, quando se deu à oficialização da Associação dos Bancários, transformada, a posteriori, em Sindicato dos Bancários do Cariri. Em meados dos anos 1960, Juazeiro do Norte já contava com cinco bancos: Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco do Juazeiro S/A, Banco de Crédito Comercial e Banco da Baía. No Crato, embora houvesse uma quantidade menor de instituições creditícias, existia um quantum de agências que tornava os bancários um dos segmentos com relativo peso na vida regional. Na oportunidade em que a associação era fundada, Crato detinha três agências, enquanto em Barbalha o setor praticamente se resumia a uma cooperativa de crédito. Isso elucidada

⁴¹ *Classe média significa “negativamente” não-povo, isto é, “não-operários e camponeses”; significa positivamente as camadas intelectuais, os profissionais liberais, os empregados (GRAMSCI, 2001:88)*

o fato de que a perseguição a membros dessa base de trabalhadores tenha se restringido aos dois centros em que esse estrato de assalariados já adquirira uma existência efetivamente concreta. Da categoria bancária, como veremos adiante, se destacou o maior número de combatentes à ação golpista, nomeadamente na seara cratense, e de lá também despontará a quantidade mais relevante de presos políticos da primeira hora.

Devem ser postos em relevo que a prosperidade do comércio,⁴² bem como o surgimento de estabelecimentos bancários, escolas, rádios, jornais e da faculdade, para citarmos apenas alguns exemplos, concederam não apenas um aspecto mais moderno à fisionomia regional, mas ampliaram consideravelmente o espectro de elementos e profissões tipicamente de classe média. Um setor ponderável se contentou em servir às classes possuidoras locais, subordinando-se a uma dinâmica de clientelismo. Ele se formou, sobretudo, de componentes das velhas profissões liberais: médicos, bacharéis em direito etc. Os advogados Gumercindo Ferreira Gomes e José Carlos Pimentel,⁴³ ambos com carreiras profissionais e políticas⁴⁴ construídas em Juazeiro, são exemplares dessa categorização. Esse segmento atuou no plano político como uma “sobrevivência arcaica” sob o manto de um capitalismo pretensamente moderno. Doutro lado, elementos de classe média, na evolução dos acontecimentos, utilizaram-se da arte, do jornalismo e da vida sindical e política para combater o poder discricionário, surgido em

⁴² Juazeiro do Norte, nos anos 1960, “despontou como o segundo maior centro comercial do Ceará”. Crato e Barbalha cresceram num ritmo mais modesto. Não por acaso, considerando o longo prazo as atividades agro-pecuárias foram perdendo fôlego e o PIB passou a registrar uma presença cada vez mais imponente do setor de serviços. Precisamente, a participação da agropecuária tem variado de no máximo 1% (J, do Norte) até pouco mais de 6% Barbalha, cabendo ao Crato uma posição intermediária nessa escala. No caso da economia juazeirense, a participação do setor de serviços é da ordem de ¾ do valor total do Produto Interno Bruto, em que pese às distorções que são dissimuladas por trás dos números tomados sem uma análise correspondente. Esse desenho, contudo, começou a se insinuar nos anos 60 do século passado (conf. SOUZA, 2003).

⁴³ Às vésperas da comemoração de 7 de setembro, data muito cultuada pelo patriotismo conservador do regime dos generais, José Carlos Pimentel, então vereador em Juazeiro do Norte, polemizando com o colega Sione Sabiá, proferirá uma frase interrogativa que resumirá com exatidão o seu ponto de vista acerca do sistema de poder militar: “Qual a liberdade que lhe foi tolhida?” (Ata da sessão da Câmara Municipal de 05/09.1977). Essa frase é lapidar, sobretudo, se lembrarmos que ela foi dita 13 anos depois da instalação do regime autoritário e quase um decênio depois de vigência do Ato Institucional nº 5. Para que isso não pareça um ato isolado de Pimentel, citemos também a intervenção do seu colega, Elizeu Manoel Damasceno, brilhantemente reproduzida pela então secretária do legislativo municipal, Irismar de Sousa Lima: o desfile de 7 de setembro é a “verdadeira demonstração de civismo e amor à pátria” (Ata da sessão de 08/09/1977). Recordemos, aqui, que no ato do golpe de Estado, terço e civismo estiveram na base do seu esforço de legitimação. Portanto, 13 anos depois notamos a repetição desse discurso vago e indefinido. Os segmentos majoritários de classe média seguiram essa corrente ao longo de parte expressiva da trajetória militarista, maiormente no momento de transição para ditadura.

⁴⁴ Dedicaremos linhas especiais a esses dois personagens – com indiscutível presença, não somente em Juazeiro, mas no Cariri, nos decênios de 1960 e 1970 – numa seção mais adiante.

1964. O papel cumprido pela intelectual e professora Sílvia Sobreira⁴⁵ pautou o comportamento dessa porção delimitada dos estratos médios da sociedade local. Em suma, uma classe média ascendente, em terras caririenses, adotou um padrão que não será distinto daquele que a consagrou sociologicamente nos quatros cantos do planeta: o da oscilação política.

Apesar disso, não podemos ignorar o seu peso social e quantitativo, a sua influência política e o trabalho de resistência de alguns dos seus estratos às forças repressivas. Simultaneamente, não podemos esquecer o fato de que a velha classe média - com o seu séquito de advogados, médicos, pequenos e médios proprietários - tendeu a se somar à vertente autocrática, enquanto que dos setores médios urbanos assalariados despontaram as principais vozes que denunciaram a cristalina ré política imposta ao país: bancários, professores etc.

Situando-nos apenas em Juazeiro do Norte, ainda nos apoiando nos dados de 1966, veremos que a amplitude do seu comércio sugeriria um plantel nada desimportante de trabalhadores comerciários. O quadro fornecido pelo IBGE (relatório de 1967 sobre o ano anterior) é o seguinte:

Nº de estabelecimentos do comércio atacadista: 70
Nº de estabelecimentos de comércio varejista: 486
Nº de estabelecimentos de comércio misto: 225
Nº de estabelecimentos de prestação de serviços: 187

Fonte: IBG, 1967.

Nesse sentido, numericamente os assalariados não estavam concentrados em grandes fábricas, mas deveriam se espalhar, sobretudo, no setor de serviços, mais precisamente no comércio (os chamados “proletários de casaca”), embora o trabalho monográfico - acima citado - não forneça indicações precisas a esse respeito. Em 1969, surgiu o Sindicato dos Comerciários de Juazeiro do Norte, sendo o seu patrono o coronel Aduino Bezerra. Ou seja: uma categoria representativa de trabalhadores, com milhares de membros na base, e paradoxalmente, necessitada de uma direção sindical

⁴⁵ Sílvia Sobreira, mestra com formação na França, diretora da Aliança Francesa, professora da Faculdade de Filosofia do Crato, escreveu na imprensa local os mais fecundos libelos contra a ditadura militar. Foi presa, ou como disse: sequestrada.

minimamente consequente. Para sermos mais exatos: carecendo de uma liderança classista e combativa

Sob essa perspectiva mais genérica, é também representativo o quadro de escolas e professores em Juazeiro do Norte, conforme os dados oriundos do mesmíssimo relatório monográfico antes citado:

Nº de unidades escolares do ensino primário em 31-12-1966: 94
Nº de professores do ensino primário: 333
Nº de unidades escolares de ensino médio: 9
Nº de professores: 117

Fonte: IBG, 1967.

Durante a ditadura militar, particularmente no ano de 1967, o jornal Tribuna de Juazeiro noticiou diversas vezes situações de descontentamento do professorado. As manchetes, contudo, foram se movendo em conformidade com o vento contraditório em que os profissionais do magistério se moviam: “Professores do Cariri morrem à míngua”; “Assembléia de professores decretam greve no Estadual”; “Professores contratados prontos para greve” etc. Por fim das contas, o movimento paredista não saiu. Em que pese a causa angariar simpatia, a greve não aconteceu, mas sinalizou para disposição de luta de uma categoria de trabalhadores médios assalariados. Ademais, há indícios de esforços organizativos da parte dos educadores. Por exemplo: entre fins de maio e princípio de junho do mesmo ano, em conjunto com a Câmara Júnior, os professores realizaram um encontro para discutir o que entendiam serem as principais questões que afligiam a vida local.

Por outro lado, o exame das atas da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte nos forneceu elementos suficientes de sinalização de esboços de movimentos reivindicatórios da parte do magistério municipal.

Nada disso, no entanto, confere uma dimensão precisa das repercussões do golpe militar na vida e na consciência dos educadores caririenses. São sinais, clarões.

Saíram, entretanto, das fileiras dos setores médios, conforme veremos no último capítulo, os sujeitos sociais cujos trajetos de vida irão de encontro à muralha chinesa dos militares brasileiros. Por isso, instiga-nos desvendar as bases que concederam as

condições para que esses sujeitos derivassem dessa e não de outra composição social. Porque, finalmente, seria justificável falarmos de uma resistência proletária por substituição.

Curiosamente, tomando de forma isolada números de um setor ou outro das camadas médias, dir-se-ia não haver diferenças de fundo comparativamente com o operariado. Na medida em que consideramos unificadamente esses diferentes e variados estratos, pressentimos a sua supremacia numérica, do mesmo modo que o seu caráter profundamente heterogêneo. O transcrescimento de repartições públicas e similares - escolas, faculdades, postos de saúde, rede telefônica, correios, bancos, coletoria estadual e federal, agência do INPS etc. - serviu fundamentalmente para ampliar o leque desses estratos sociais de classe média.

Assim sendo, saíram das camadas médias os principais sujeitos da resistência ao golpe de Estado no Cariri, visto que pelo seu tamanho, peso social, inserção política, nexos com as áreas mais dinâmicas do pólo resistente à ditadura e nível de instrução reuniram condições mais favoráveis para fazer frente ao golpismo galopante. Em perspectiva oposta, substituíram o proletariado industrial como os principais opositores à reação militar-capitalista. Desse modo, mais do que qualquer outro segmento social, sofreram a “operação limpeza” que se seguiu ao triunfo da conspiração civil-militar de 1964; sentiram o peso do expurgo do serviço público, a repressão física e psicológica, bem como o sentimento de perder a liberdade. No caso do expurgo do serviço público, em nível nacional produziu aproximadamente 1.400 afastamentos na área civil. Um caso típico foi o da aposentadoria compulsória de José de Figueiredo Brito, intelectual residente no Crato e simpático às “reformas de base”. Como veremos adiante, o problema dos expurgos não foi um fenômeno separado. Um grupo de trabalhadores de diferentes profissões sentiu na pele o fardo de um sistema repressivo de vocação policialesca, não somente por essa via dramática, mas dos modos mais diversos e igualmente dramáticos. Nessa direção, alguns que não foram exonerados, sentiram-se coagidos a renunciar aos seus cargos. Não se tratavam obviamente de decisões de ordem técnica, mas invariavelmente política.

Pode ser que a arte para trazer a lume os aspectos essenciais da questão não esteja no caminho que adotamos. De fato, adotamos um método e de posse deste

percorremos um caminho. Há, todavia, uma face desse processo que, necessariamente, deve está contemplada nessa análise, desculpando-nos, desde já, se nela nos demorar.

Vejam bem: no esquadrinhamento crítico do passado econômico do Cariri, insistimos na idéia de uma transição econômica, destacando o deslocamento de capitais de atividades primárias para setores urbano-industriais. Não concluimos, a partir dessa argumentação, que o passado rural-agrário do Cariri houvesse sido soterrado. Vendo de outra perspectiva, não deve causar espanto que a região caririense - como uma fração de um espaço mais amplo - pertencia ao território cearense, onde, na virada dos anos 60 para os anos 70, do século passado, quase $\frac{3}{4}$ da população permanecia fixado no campo.⁴⁶ Ademais, quase $\frac{2}{3}$ da população economicamente ativa (PEA) se concentrava no setor agrícola (ALBUQUERQUE, 1991). Naquela altura, a urbanização ainda não completara a sua gigantesca obra.

No ano de 1964, em Fortaleza e Juazeiro do Norte, há um nítido predomínio da população urbana. Não nos parece prudente supor que essa realidade fosse a da maior parte das cidades cearenses. Nada de semelhante vamos encontrar. No Cariri, salvo Juazeiro do Norte, com incontestada supremacia urbana, e Crato, com uma ligeiríssima vantagem de habitantes pertencentes à cidade, as pessoas estavam localizadas majoritariamente no campo.

Não seria falso afirmar que o problema agrário se mostrou crucial, em particular, no Nordeste. Doutro lado, a relativa monotonia⁴⁷ do campo já havia sido quebrada nos anos 1950, desde o surgimento das Ligas Camponesas, tendo na zona da mata o seu cenário preferente.

Mas o que mostrou bem a preocupação com fenômenos como o das Ligas e organizações camponesas influenciadas ou dirigidas pelo PCB, foi o trabalho da Diocese do Crato para conduzir a formação⁴⁸ de sindicatos rurais na região do Cariri. Sob este

⁴⁶ É de se imaginar que a “modernização conservadora” ainda não fizera sentir todo seu peso sobre os ombros da agropecuária. Por outro lado, o golpe de misericórdia sobre a agricultura tradicional estava ainda por ser desfechado. Haveria de se esperar os anos 1980. Efetivamente, entre as décadas de 1970 e 1980, esse processo se agigantou e a migração campo-cidade adentrou uma nova fase cujo corolário foi a superação dos habitantes rurais por aqueles residentes em núcleos urbanos.

⁴⁷ Notificamos como de relativa monotonia, vez que, de tempos em tempos o campo brasileiro era sacudido por movimentos de inestimável peso social, dentre eles: Canudos (fins do século XIX, Bahia), Contestado (início do século XX, sul do país) e Caldeirão (anos 1930, no Cariri cearense).

⁴⁸ No Ceará, o PCB experimentou diversas formas de organização de pequenos produtores e camponeses, com destaque para criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará

aspecto, dois anos antes de triunfar o golpismo, tínhamos na região cinco entidades sindicais⁴⁹ que aglutinavam os pequenos produtores e trabalhadores do campo, situadas em Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Brejo Santo e Várzea Alegre. Havia uma coisa em comum entre as diferentes experiências de organização sindical: o controle da igreja católica, nomeadamente da Diocese do Crato. Precisamos simplesmente observar que o Sindicato Rural do Crato tinha a sua sede situada na Fundação Padre Ibiapina, ex-Casa de Caridade do Crato. Consequentemente, consoante nos informa Albuquerque (1991), “o sindicato funcionava quase como um apêndice da Fundação Pe. Ibiapina” (p. 116).

Logo à primeira vista, fica expresso o rigoroso controle da Diocese do Crato em relação à organização sindical rurícola por todo sul do Ceará. De qualquer modo, no plano das coisas estudadas, consideramos que o brusco encontro dessas experiências em curso e a intervenção militar terminou por engendrar situações bem distintas. No Cariri, sob a proteção do modelo sindical da igreja, de ordinário, não ocorreram perseguições sistemáticas aos dirigentes dos sindicatos rurais. Está visto que isto só se fez possível pela presença do clero que, se opondo aos modelos dos comunistas e das ligas, introduziu uma experiência pautada em uma concepção que apontava para o diálogo e aceitação⁵⁰ no tocante ao *status quo* autoritário. Inversamente, a mão de ferro do sistema repressivo caiu sobre os comunistas, conforme depoimento de uma das suas lideranças no Ceará:

(ULTAC), em 1955. Depois disso, os quadros desse partido perseguiram esse objetivo, introduzindo pequenas alterações no sistema organizativo, inclusive modificando, mais de uma vez, o nome da organização. Em 1957, criaram a Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (FALTAC), que será dissolvida menos de um ano antes do golpe de Estado, quando o partidão decide redimensionar a forma organizativa dando origem a três entidades que deveriam organizar, respectivamente, trabalhadores da lavoura, pequenos trabalhadores autônomos e pequenos proprietários/posseiros (conf. ALBUQUERQUE, 1991, pp. 102/108). A penetração desse trabalho, no Cariri, foi obstruída pela ação incisiva e organizada da Diocese do Crato, através da Fundação Padre Ibiapina. Ao invés das organizações de viés reformista do Partido Comunista Brasileiro, surgiram sindicatos rurais tementes a deus e aos homens, às leis e ao poder. Por outro lado, essa iniciativa da igreja católica continha, nos limites da fronteira do Pernambuco com o Cariri, a maré alta das Ligas Camponesas.

⁴⁹ Nos anos 1940 e 1950, a linha demarcatória no que toca à organização dos trabalhadores caririenses esteve diretamente associada à bipolarização entre os Círculos Operários Católicos, obviamente controlados por leigos e párocos católicos, e a União dos Trabalhadores do Cariri, que embora não diretamente controlada pelos comunistas, era assim apresentada pelos clérigos em suas ásperas e rancorosas polêmicas. Sobre isso, vide SILVA (2009).

⁵⁰ As detenções de trabalhadores rurais, ocorridas em Crato e Barbalha, são apresentadas por lideranças sindicais como “engano”, cabendo a rápida soltura de todos a partir da intervenção da igreja. No caso dos dirigentes sindicais camponeses, presos em Barbalha e transferidos para Juazeiro do Norte, logo depois da intervenção militar, há a mediação do bispo que obtém a soltura de todos eles, acompanhada de um “pedido de desculpas” da parte do comandante das forças policiais (conf. ALBUQUERQUE, 1991, p. 115).

Nós aqui no Ceará fomos pegos de surpresa, nós da FALTAC e das Federações Sindicais, fomos postos fora de ação, os líderes que não foram para cadeia, ficaram refugiados, sendo caçados, como é o meu caso (apud ALBUQUERQUE, 1991: 107).

Uma fratura, de feito, se instava. Como subproduto da ditadura militar, mesmo nas áreas rurais de quase inexistência de tradição das grandes lutas sociais, houve, em poucas palavras, uma ação repressiva que não decresceu de importância em comparação com os acontecimentos verificados nos núcleos urbanos. O grito de protesto do poeta camponês, Patativa do Assaré, mostrou a incompatibilidade entre a paz aspirada pelos pobres do campo e a contínua hostilidade que lhes era reservada pelo regime dos generais.⁵¹ Patativa falou de reforma agrária tanto quanto a ditadura se prontificou em obstruí-la, tal ficou perceptível em um documento dos militares: o Estatuto da Terra.

Aí está. Desnecessário acrescentar algo além de observar que, nestes termos, as classes trabalhadoras - da cidade e do campo - no contexto histórico-político da usurpação militarista foram desfavorecidas e reprimidas, ao passo que se desenvolveram os estratos empresariais identificados com um projeto posição de modernização conservadora. Ao contrário do comumente aceito na região, em que a história narrada se faz desde o ponto de vista dessa “elite econômica e política”, esta vislumbrou em 1964 não uma janela aberta para afrouxar as hierarquias sociais prevaletentes no quadro regional, mas calculou nos funestos acontecimentos um modo de reforçá-las. Em palavras mais simples, não havia lugar para classe trabalhadora - urbana e rural - sob a égide de uma modernidade postiça engendrada pelas forças de uma tradição genuinamente elitista e excludente. Tais forças não viram no golpe de Estado algo que afetasse negativamente os seus interesses particularistas. Daí escolherem aquele caminho e não o da preservação da democracia representativa. Foi a segunda derrota da classe trabalhadora, uma vez que a primeira decorreria da sua própria situação de classe subalterna na ordem do capital, que, então, se evidenciava mais nitidamente nas antigas terras dos Cariris.

⁵¹ Essa questão será abordada na Seção I do Capítulo 3.

VI. ALGUMAS CONCLUSÕES PRELIMINARES

Faz-se necessário estabelecer um primeiro conjunto de ilações, tomando por referência o que ficou esboçado em um plano propriamente econômico-social, firmando vasos comunicantes com o estudo do poder fundado no sistema militar.

Primeiramente, como observamos, esteve repousado sobre os ombros de grupos familiares tradicionais - Pita, Bezerra, Feijó etc. - o processo de modernização conservadora da economia caririense. Ou seja, a introdução de uma perspectiva industrializante esteve apoiada em agrupamentos sociais que eram destituídos de um programa democrático e se pautavam na tradição de pequenos grupos familiares privilegiados. Quando irrompeu a ditadura, esses estratos não separaram, mas, inversamente, agruparam os dois projetos: o deles e aquele que emanava do poder autocrático-militar. Modernização, tradição e ditadura traduziram as três dimensões de um processo que alterou parcialmente a face, sem alterar em nada a alma do Cariri e da sua elite dirigente.

Definitivamente, se deu um processo de espelhamento recíproco entre as oligarquias (e diminutos grupos empresariais da região) e a vanguarda da burguesia brasileira, cuja integração à economia capitalista-imperialista era manifesta e inequívoca. À luz dessa convicção, a classe dominante brasileira - produto dos cruzamentos históricos mais díspares - mostrou-se democrática na retórica e reacionária no terreno prático. Ou seja, levou o seu paradoxo histórico ao extremo: “sou democrática, mas, no momento, não há saída por fora da ditadura”. Esse paradoxo estava nas duas pontas - das oligarquias, desde sempre arcaicas e despóticas - e da burguesia industrial dos grandes centros, patentemente moderna e liberal-democrática - e estas duas pontas se ataram em março/abril de 1964.⁵²

⁵² A inconsequência democrática, não somente da burguesia brasileira, mas da burguesia latino-americana, ao longo do século XX, revelou-se em toda a sua extensão e profundidade nos anos 1960 e 1970. Sobre isso, Moreno (2001) afirmou: *Como siempre, Guevara es brillante en su ataque a los oportunistas, cuando señala que “ las burguesías nacionales no son capaces, por lo general, de mantener una actitud consecuente de lucha frente al imperialismo ”. Nosotros somos a ese respecto más guevaristas que Guevara: no creemos que “por lo general” son inconsecuentemente antiimperialistas sino que nunca lo son, que no hay ninguna posibilidad, ni como excepción, de que algún sector de ella puede llegar a luchar consecuentemente contra los terratenientes o el imperialismo.*

De um pedaço da primeira ilação, necessariamente, decorre uma segunda. Assim, a determinante decisiva é de verificarmos no nível regional não uma dissolução do arcaico, mas a fusão de formas históricas, do antigo e do novo, através de várias combinações; estas parecem moldar não apenas a origem da moderna classe dominante local, mas sugerem a sua realização, ainda que mediada, em escala de todo um país, em momentos distintos, desigual e combinadamente. É essa classe dominante que não se furtará em conceber uma modalidade de regime político na razão inversa da decantada modernidade democrática. Nessa linha, não deixou dúvidas, ao contrário do que professava Weber, que “tradicionalismo” e “espírito capitalista” não são, em absoluto, excludentes. Os “tipos ideais” não se firmaram. No nível da análise científica, ficou nítido o papel cumprido pelas “famílias de tradição” na organização dos alvares do capitalismo no Cariri. Ali, em parte, sociedade tradicional e sociedade industrial, contraditória e significativamente, interagiram, se aceitaram sem muitas reservas. Em suma, a “velha ordem oligárquica” se mostrou terminantemente compatível com a “nova ordem monopolista” imposta pelo capital. Sob o comando da segunda, a velha ordem se modernizou sem perder o seu princípio de vida definitivamente ligado a épocas remotas. Foi assim que o coronel se tornou industrial e financista moderno sem largar o exercício político característico do coronelato, uma vez que esse, em essência, não se contradizia com a “nova ordem” das coisas. Na presente tese, coronel tem esse sentido e é com esse sentido que as suas posições - econômicas e políticas - não foram enfraquecidas depois que os militares tomaram o poder em nome do capital monopolista, mas, em sentido inverso, se animaram e se reforçaram; se animaram e se reforçaram na medida em que o potentado se modernizou e estendeu os seus domínios além das fronteiras da localidade e das raízes rurais. Coronel pela origem, o coronel-capitalista - apoiado pelo acesso aos fundos estatais - avançou léguas adiante do seu ponto originário.

Nesse debate, nunca é demais ressaltar: assim como o capitalismo se desenvolveu no mundo todo em ritmos desiguais, não é temerário afirmar que, no caso brasileiro, não foi diferente. Outro aspecto a lembrar é que o Cariri não pode ser entendido senão como elemento constituinte de um sistema econômico inelutavelmente capitalista. Isso tem a ver com o funcionamento deste e que é explicada pela lei do desenvolvimento desigual e combinado, devidamente assinalada em outras passagens deste capítulo. É esta lei que, em última instância, explica que o Cariri se integrou ao

desenvolvimento capitalista na situação de uma área de desenvolvimento industrial atrasado. De fato, o capitalismo é uma totalidade contraditória. Do retardo de uns resulta a prosperidade de outros.

Da parte final da segunda ilação somos conduzidos a outra questão: desde o Manifesto Comunista, Marx e Engels já apontavam um aspecto, a nosso ver, crucial. O capital não é uma força pessoal. O capital é uma força social. Por isso, não muda apenas a vida dos seus agentes mais diretos, ou nomeadamente, dos seus possuidores. De feito, muda a vida à sua volta, reorganizando-a sob novas bases. A propósito do nosso estudo, a fraqueza da reorganização sócio-econômica no plano regional decorreu da fraqueza do capital, quer dizer, do nível incipiente do seu desenvolvimento no Cariri. Como exemplo prático, a reduzida composição numérica do proletariado industrial caririense era decorrência imediata desse estado principiante do capitalismo na região. Mas o que mostra bem essa contradição é o enorme peso que a vida rural seguiu tendo na tessitura regional. A força e a profundidade dessa influência ainda estão por serem medidas com a necessária exatidão. Independente disso, uma coisa é certa: a mão-de-obra ainda não estava suficientemente separada da agropecuária. Tomando emprestadas palavras de Arcary (2004), existiria em tal caso não mais do que um jovem proletariado “com mentalidade semi-agrária” (p. 155).

Em consonância com essa interpretação, reconhecemos e reafirmamos que a classe operária, no Cariri, não reunia as condições necessárias para criar uma posição de partida que lhe permitisse dar dois ou três passos à frente; por isso, ante os acontecimentos nacionais, cuja expressão primária foi a intervenção militarista, permaneceu praticamente no mesmo lugar. Nestes termos, no jogo das forças sociais, o proletariado industrial era a sua porção mais débil. Dessa contradição de ferro redundou a resistência proletária por substituição.

Em que pese essa observação, há de se dizer: as relações capitalistas se desenvolveram parcialmente, apoiando-se nas velhas classes e frações de classe e sem, de uma vez por toda, destruir as antigas formas organizativas de caráter pré-capitalistas, mas, inclusive, as incorporando. Queremos dizer: o Cariri não ficou incólume a eficiente ação da lei do desenvolvimento desigual e combinado.⁵³ Nesse ínterim, com as

⁵³ Acerca da noção de desenvolvimento desigual e histórico, é importante salientar que o seu uso se deveu inicialmente a Leon Trotski, cuja preocupação estava voltada para explicação do fenômeno russo,

cartas do baralho postas sobre a mesa, a peça do jogo que iria contrariá-lo proveio precisamente das parcelas médias urbanas, dilatadas por essa desenvolução contraditória. No nosso entender, do que ficou dito, podem-se discutir os pormenores da processualidade, mas não rejeitar - como costuma se dizer - a sua essência.

De modo que, para reivindicar novamente o método de Lênin, essas foram as raízes econômicas⁵⁴ e sociais do fenômeno. Sobre elas, cresceram e adquiriram as suas respectivas dinâmicas a vida política e a luta entre as classes e frações de classe, fenômenos esses igualmente influenciados, de maneira decisiva, por uma realidade exterior cujas dimensões eram concomitantemente nacionais e internacionais. Com essa compreensão, recusamos o método, de ordinário aplicado pelos liberais que, amiúde, aparta economia e política.

VII. O GOLPE DE 1964: REPERCUSSÕES NO CARIRI

O golpe militar chegou pra nós (para o Juazeiro) como a salvação; confundiram a cabeça de todos nós entre o que é ideologia e o que é religião

(depoimento de Renato Dantas, intelectual tradicional do Juazeiro do Norte).⁵⁵

isto é, um país atrasado que começou a revolução socialista antes daqueles de economia mais desenvolvida. Nesse nível, aplicou a lei para fundamentar a sua tese da revolução permanente. Grosso modo, tem a ver com a combinação de diferentes etapas do desenvolvimento histórico. Nesse sentido, “(o) desenvolvimento desigual e combinado apresenta-se-nos como uma mescla particular de elementos atrasados com os fatores mais modernos”, como nos diz Novack (1988:50). Isso tem a ver com uma lei da dialética, a da interpenetração dos opostos, um aspecto que pode ser observado concretamente na peculiaridade do desenvolvimento capitalista do Cariri, em que se deu “a cristalização particular de um processo universal”. Esperar que o capitalismo surgisse em todas as partes, do mesmo modo que despontou na Inglaterra, é tomar o desenvolvimento histórico como uma processualidade de eventos análogos. Em outras palavras, como uma evolução linear e sem contradições. No Cariri, esse regime social se apresentou sob formas definitivamente rocambolescas, quer dizer, enroladas, enredadas e confusas.

⁵⁴ Seguindo o método de Marx e Engels, consideramos o modo material de existência como o “primus agens” ou “causa primeira”, mas não excluimos as esferas políticas, ideológicas e jurídicas que reagem sobre o “primus agens”, o que significa que, à luz desse método, o elemento econômico não é o único determinante. Sobre essa discussão, apoiamo-nos em excertos de Marx e Engels (1977), reunidos na obra “Cartas filosóficas e outros escritos”.

⁵⁵ Todas as citações daqui por diante atribuídas a Renato Dantas, a começar pela que serve de epígrafe a presente seção, foram extraídas da entrevista que ele nos concedeu em 24/03/2005. Sempre que citarmos o seu depoimento, daqui para frente, faremos isso o creditando a Dantas (2005)

Até certo ponto, as análises acerca do golpe militar de 1964 e do regime discricionário dele decorrente, bem como uma atitude escrupulosa ante o seu significado, guardam a incrível freqüência de praticamente limitar-se às áreas econômica e politicamente mais dinâmicas. Não estaríamos frente a um erro em que nos colocaríamos objetivamente como escravos do hábito?

No caso da Sociologia, essa tem sido uma norma de conduta de fundo convenientemente estabelecido. Há - de feito - no cerne da Sociologia brasileira, um problema: o estudo do período tem se restringido aos principais centros do país, passando quase ao largo das áreas interioranas. Uma das conseqüências desse fato é a de negligenciar as particularidades de um processo irrecusavelmente complexo cuja natureza política é diversa, concreta e passível de inúmeros recortes. Como se sabe, tais elementos particulares não são suscetíveis de elucidação separados do seu conjunto mais amplo. Mas, do mesmo modo, as análises mais amplas não podem dar conta da riqueza e emaranhado de detalhes presentes em cada objeto particular. Por certo, servem-me como proposta central de estudo as repercussões políticas da usurpação empresarial-militarista no Cariri cearense e o seu significado mais profundo para vida brasileira. Eis a questão preliminar. Há vários trabalhos disponíveis sob essa categoria, mas nenhum que tome para si a tarefa de uma análise concreta das especificidades do Cariri, à época. É necessário acrescentar que tomamos como recorte a fração mais densamente povoada da região, compreendendo Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha. Esta parte da tese está dedicada restritamente ao estudo do golpe de Estado de 1964 nas três urbes citadas, tomando por base as suas especificidades no plano da luta de classes e das características por ela assumidas no período em tela.

Cabe ainda uma última explicação. Qual a significação do que temos chamado de usurpação militarista? Primeiro, é preciso reconhecer um débito. A idéia de usurpação nasceu das leituras de trabalhos do pensador político francês, especialista em política comparada, Alain Rouquié, cujo livro *O Estado militar na América Latina* (1984) é a sua expressão mais exata. A leitura liberal dos acontecimentos e das instituições, levada a cabo pelo mencionado autor, não nos parece uma razão que pudesse servir de estorvo ao reconhecimento da importância das suas obras que, sobremaneira, giram à volta da temática do autoritarismo contemporâneo. Destacada esse dívida, reconhecemos também o fato de navegarmos seguindo roteiros que, decisivamente, não são os mesmos. A transformação por Rouquié de um elemento - a

relativa autonomia das corporações militares - em uma componente de valor quase absoluto é um exemplar das diferenças que existem entre as suas reflexões e as que aqui esboçamos e desenvolvemos.

Segundo, entendemos usurpação não mais do que o exercício do poder por uma corporação cuja tarefa, em princípio, não repousa sobre esse primado. Nas palavras de Coggiola (2003), o Exército submete o Estado “ao seu controle (...) para desenvolver seus próprios interesses de casta” (p. 42). Isto é, “o órgão criado para defender o Estado democrático (substitui) o próprio Estado, negando portanto a democracia, e reproduzindo o princípio absolutista” (idem). Em outros termos, os militares exorbitam das suas funções e assumem “a direção do sistema político” (ROUQUIÉ, 1980:11). Em suma: a corporação impõe à sociedade a dominação de tipo militar.

No caso do Brasil, em 1964, havia um governo constitucional e este foi derrubado por uma intervenção militar levada a termo por uma instituição que, em tese, deveria a ele estar subordinado. Houve uma tentativa de justificá-lo aplicando de modo deliberado, e simultaneamente errôneo, a palavra “revolução”. Ora, um processo que mereça esse nome tem o dom de olhar para o futuro, quer dizer, de mudar as condições sociais, econômicas e políticas do presente em uma perspectiva nova. Caracteriza-se, em última análise, por uma transformação dessas condições. Trata-se de um processo de mudanças profundas e que se ligam, em sua forma mais candente, a uma intervenção viva, não de forças militares, mas dos trabalhadores e demais camadas populares. Sendo assim, a revolução é uma processualidade que não se separa da ação multitudinária das massas e tem “por objetivo realizar o que não entra na cabeça das classes dominantes” (TROTSKI, 1979: 15).

Ora, em 1964 foram as classes dominantes que impuseram à classe trabalhadora o que não teria entrado em sua cabeça salvo pela força do putsh militar. E assim o fizeram porque “não entrava” na cabeça das classes dominantes que os trabalhadores seguissem exigindo novas e cada vez mais amplas demandas. Nesse sentido, o que aconteceu em 1964 deve ser definido com rigorosa precisão. Sem dúvida, houve uma contra-revolução em que a ordem burguesa debilitada foi socorrida por uma corporação que só poderia governar abertamente pela via a que recorreram: a da contra-revolução armada. Mas em essência isso significou usurpar as funções de um governo eleito pela população. Feitas as contas, não dá para falar de outra coisa senão de usurpação.

Trotsky afirmou que o “racionalismo político da democracia burguesa era a mais alta conquista da burguesia revolucionária” (1989: 40). Desse modo, ao fazer tábula rasa da “mais alta conquista da burguesia revolucionária”, a burguesia brasileira retirou do baú os velhos trapos de um autocratismo que tem se revelado um traço histórico das classes dominantes latino-americanas. Revelou-se assim, não a irmã siamesa da burguesia revolucionária, mas a herdeira dos velhos hábitos que têm caracterizado o mandonismo autocrático no Brasil, desde a aurora colonial.

Aqui, cabe distinguir que, diferentemente do passado brasileiro, quando as corporações militares tomavam o poder de um civil e o punha na mão de um segundo civil (“função moderadora”), as FFAA, depois de tomar o poder em 1964, determinou-se por continuar governando, e assim o fez por cerca de 20 anos. Por isso, e na condição de parte de uma estratégia continuista, suspenderam a eleição presidencial marcada para 1965 e, em nome da ordem, seguiram no comando do país, assinalando, uma vez mais, o caráter de usurpação. Diferentemente também da Roma antiga - antes de César atravessar o Rubicon - quando o ditador assim o era com prazo de validade, aqui se perpetuou uma ditadura que, por cima das classes, garantiu que uma delas seguisse enriquecendo a custa dos demais setores da sociedade. É a isso que chamamos de usurpação militarista. Ela, porém, não se fez economicamente em benefício da corporação militar ou de qualquer outra corporação; se fez, sim, à mercê de uma classe e de um sistema que lhe era afim. Sem cair em ambigüidade, pode a ditadura ser chamada de militar-empresarial. Militar na forma; capitalista, de conteúdo. Esse foi o resultado da usurpação.

Bem, superada essa fase de dar explicações, nossa exposição está voltada agora para o desvendamento de como o movimento golpista se concretizou no Cariri.

Antes de qualquer coisa, é lícito que lembremos as preocupações norte-americanas e das forças retrógradas internas atinentes ao Nordeste. Em estados como Pernambuco e Paraíba, as inquietações eram monumentais devido à polarização social crescente, na cidade e no campo. No segundo caso, a radicalização das posições e o fortalecimento das ligas camponesas davam um frio na espinha dos grandes proprietários. Esse cenário ajuda a compreender a atitude impiedosa da repressão política nos meses que se seguiram ao êxito do golpe político-militar. No caso do Ceará, o grau de radicalidade dos antagonismos de classe era muitíssimo menor se comparado

com o que, só para exemplificar, se passava nos estados acima mencionados, em que os processos em tela se revestiram da sua expressão mais cruenta. Em vista disso, lancemos mão de uma análise concreta dos acontecimentos no Ceará, e mais precisamente na área do estado que nos serve de arrimo.

No Ceará, o governador Virgílio Távora, de imediato, estabeleceu uma política de colaboração com os golpistas de primeira hora, e não demorou a se introduzir no estado uma política de cassação dos opositores do regime militar recém-implantado, conforme se observou com alguns deputados da assembléia legislativa, cassados pelos “seus pares”. Da mesma maneira, o cerco sobre os meios de comunicação, ilustrada pela invasão pura e simples da Radio Dragão do Mar, adquiriu indiscutível nitidez. Praticamente se resumiu ao movimento dos estudantes, apesar de brevíssimas insinuações de algumas categorias e entidades de trabalhadores, os elementos de resistência à introdução da ditadura. Essa é a moldura geral no estado, mas o problema que se coloca é: quais as repercussões desse movimento no Cariri? Seguindo nesse mesmo rumo, cabe uma segunda questão: é possível recompor o cenário em cada um dos municípios que servem de base para esta análise? É inútil descrever unicamente os acontecimentos gerais. Em princípio, será preciso nos prender ao infinitamente pequeno mundo do Cariri, caso desejemos seguir adiante

O fato, portanto, é este.

Juazeiro do Norte - em conformidade com o censo 1960 do IBGE - era um aglomerado urbano com 68.494 habitantes distribuídos em uma área de reduzida dimensão (menos de 220 km²). Considerando a dinâmica demográfica da cidade, superava as 70 mil almas⁵⁶ em 1964. Esse quantum populacional se concentrava, como de resto até hoje, na zona urbana, uma vez que o município detém uma zona rural decididamente diminuta, quase inexistente.

De plano, uma ou outra hipótese já pode ser requisitada para avançarmos na compreensão do que se passou na chamada “Terra do Padre Cícero”. Imaginamos que a mesma possa servir para ressaltarmos parte da mecânica política levada a cabo em Crato

⁵⁶ A estimativa ao redor da população de Juazeiro do Norte é da nossa inteira responsabilidade, já os dados estatísticos mais definidos foram retirados do artigo de Daniel Walker Almeida Marques intitulado “Algumas implicações ecológicas das romarias em Juazeiro do Norte”. O artigo foi publicado no Boletim do Instituto Cultural do Vale Caririense nº 11 ((1984:56/65). Doutra lado, apoiamo-nos em informações mais precisas e detalhadas extraídas dos arquivos da agência do IBGE na cidade de Juazeiro do Norte.

e Barbalha pelos sujeitos sociais envolvidos, embora isso não deva servir de pretexto para não considerarmos a necessidade de um estudo específico da situação nos dois municípios mencionados. Assim sendo, conjecturamos que os acontecimentos político-militares de 1964 na região estiveram vinculados a sistemas particulares de aliança, como aquele resultante do compromisso firmado entre a família Bezerra e a igreja católica, na cidade de Juazeiro do Norte. Este sistema específico de aliança foi coordenado ao redor de um eixo: o anticomunismo. Trabalhando com o imaginário da população, os líderes conservadores locais alardearam que os comunistas - chegando ao poder - colocariam o pároco da cidade para “dançar xaxado” e tomariam de assalto as igrejas. Conectando argutamente o plano nacional com aspectos da localidade, padres e coronéis mobilizaram os populares ao redor de uma linha principal: o anticomunismo.

Sobre essa questão, lembremos que o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), consagrado pelo seu trabalho de propagandismo anticomunista e por sua campanha para depor o governo Jango, em sua ampla lista de títulos se destacou por publicações centralizadas na contenda contra o Comunismo, dentre⁵⁷ as quais: Amostra da infiltração comunista no Brasil, Democracia e comunismo, a China Comunista em perspectiva, Anatomia do comunismo, Cuba: nação independente ou satélite (?), A América vermelha, Como lidar com os comunistas, Cartilha do comunismo: teoria e prática, Estratégia e tática comunistas para a América Latina e Relatório sobre o comunismo. Eis então o espantinho, o álibi justificador, o inimigo a ser vencido.

Para Motta (2004) “o medo ao comunismo” promoveu a adesão de setores como a grande imprensa, as FFAA e a igreja. Para ele, “A ligadura a atar extratos políticos e sociais tão díspares não era um projeto para o país, que teria gerado sentimentos como a esperança e a confiança. Unia-os o medo” (Motta, 2004:180). No caso do Cariri, o pacto entre os conservadores e a igreja católica adquiriu uma particularidade notável pelo próprio fervor religioso presente na região. Tratava-se de salvar a “civilização cristã” do perigo vermelho iminente, afinal o comunismo⁵⁸ era apresentado, desde Pio XI, como

⁵⁷ Os títulos citados estão em Dreifuss (2006)

⁵⁸ Em 1962, no Ceará, quando da última eleição antes da implantação da ditadura, a igreja católica “tomou posição contra os comunistas, recomendando ao eleitorado católico os candidatos nitidamente anticomunistas” (MONTENEGRO, 1965: 164). Não apenas isso. Antes e depois de 1962, a igreja travou uma guerra sem quartel frente o iminente crescimento da influência comunista. A opção pelo golpe de força foi a continuidade dessa política por outros meios, ou, mais precisamente, por um meio específico evidentemente drástico: a intervenção militar. Feito esse esclarecimento, não há porque se surpreender com a contraparte do clero ao golpe de 1964, expressa, não somente pelas missas de ação de graça e os

“intrinsecamente mal”. No sul do Ceará, esse discurso haveria de encontrar indisfarçável acolhida.

Conforme veremos mais adiante, com certa riqueza de detalhes, a religião foi empregada feito uma arma para persuadir setores sociais com vista a movê-los como fachada ou cobertura para um movimento conspiratório engendrado de cima a baixo pelas classes dominantes brasileiras e o grande capital internacional, sob a inspiração norte-americana. Para o êxito da conspiração, contaram com o respaldo do imperialismo e a ação das FFAA. Mas, sem dúvida, a colaboração de setores majoritários da grande imprensa e da igreja católica não se constituiu em um dado sem importância. No sul do Ceará, a debilidade dos meios de comunicação colocou sobre os ombros dos párocos a principal tarefa de engenharia ideológica. Para que o resultado chegasse a bom termo, contaram com o arrimo de uma intelectualidade católica dotada de forte ranço anticomunista. Esse é um aspecto da questão que, com certeza, merece acréscimos.

Há uma riqueza documental e historiográfica que, decerto, oferece aos estudiosos da temática a possibilidade de reconstruir esse tempo, as suas personagens, classes e conflitos. Um aspecto crucial que salta da observação dos fatos é que aconteceu nas três cidades citadas a combinação de dois dos principais setores burocráticos: o eclesiástico e o militar, explicitamente ou por meios e modos camuflados e mediatizados. Foi o concurso desses estratos o componente a permitir uma coesão prática e ideológica do movimento no plano regional. Imaginamos que o transcrescimento da análise licenciará a presente suposição.

Nessa direção, as atas do Apostolado da Oração, da cidade do Crato, o depoimento do falecido e legendário monsenhor⁵⁹ Murilo de Sá Barreto, de Juazeiro do Norte, a movimentação da Diocese do Crato, o discurso adotado pelos coronéis Adauto e Humberto Bezerra, são sinalizações de que setores eclesiásticos e militares se uniram em nome do combate às “perigosas seduções comunistas”. Como seria de esperar, a

documentos oficiais favoráveis à quartelada, mas na forma de um sentimento de gratidão, quer dizer, de natural solidariedade com o ato em si. Diferenças à parte, esse foi o sentimento que prevaleceu na corporação eclesiástica.

⁵⁹ Monsenhor Murilo de Sá Barreto, barbalhense de nascimento (conforme antecipamos), se estabeleceu na lida religiosa em Juazeiro do Norte, primeiro como vigário cooperador, depois vigário e posteriormente monsenhor. Concedeu-nos entrevista em 06/04/2005. Pouco meses depois, em dezembro do mesmo ano, viria a falecer. Todas as citações do falecido monsenhor que fazemos daqui por diante serão acompanhadas de (SÁ BARRETO, 2005).

fusão da força material de militares-empresários com a força moral da igreja permitiu que verdadeiras procissões políticas ganhassem ruas e praças da região caririense.

É fato: houve um apoio ao golpe militar por parte de frações da população caririense. Um fator foi decisivo para esse apoio: o pacto entre coronéis e padres, isto é, entre as forças políticas conservadoras e a igreja, eleitores e fiéis. Dinheiro e terço - fusão dotada de poder de arregimentação. Obviamente, não é uma explicação suficiente. Há de se considerar outros sujeitos da categoria nomeada, dentre outros, por Murilo de Carvalho (2008) de “elite política”. Há de se considerar, igualmente, a fragilidade (no Cariri) dos partidos comprometidos com as reformas de base, especialmente o PCB. A robustez de padres e coronéis se encontrava na razão direta da falta de vigor dos comunistas e trabalhistas. Acerca dessa questão, não custa trazer à memória uma advertência de Hobsbawm: “... em sociedades tradicionais a religião faz parte das estruturas tanto da autoridade quanto da comunidade” (2000:61). A atitude ressabiada quanto ao comunismo não era prerrogativa do coronelato, mas, quase da mesma forma, das pessoas mais simples. Comumente, a imagem⁶⁰ do comunista estava associada a um homem ameaçador que “comia criança”, violentava freiras e incendiava igrejas, carecendo ser detido. Esse ambiente complexo, em seu todo, e tradicionalista, em sua primazia, serviu de arrimo para os adeptos de uma solução militar (fundada em confusas formulações anticomunistas). Tudo se explicava à luz da necessidade de derrotar os “agitadores vermelhos”. Assim sendo, o Cariri dormiu de pijama e despertou de farda.

Em princípio, essa foi a face teatral dos acontecimentos, a sua autoproclamação ideológica, mas não é algo que deva ser desprezado.

Detenhamo-nos, de momento, menos no apelo ideológico do que na pressão dos acontecimentos. De agora em diante, alinharemos a temática do anticomunismo somente ao nível da própria história e não mais como hipótese ou temática genérica. Assim, nos ateremos de modo mais extenso aos fatores concretos e sujeitos que, tomando por base a sua prática social, cumpriram a função de determinantes históricos fundamentais dos fatos relacionados à extensão do golpe de Estado ao Cariri.

⁶⁰ Renato Dantas defende a tese de que, no caso do Cariri, a retórica da igreja contra os comunistas no contexto da Guerra Civil na Espanha, nos anos 30 do século passado, quando os acusava de queimar igreja e violentar freiras, corroborou ostensivamente na produção de uma imagem dantesca do comunismo (entrevista cit.)

Começamos pelo papel desempenhado por uma família tradicional, partindo e colocando no centro os seus condutores políticos de maior envergadura. É preciso ter em mente a coincidência histórica entre a ascensão da família Bezerra - ma condição de força política de envergadura estadual - e o triunfo do bonapartismo autocrático instalado com o *putsch* de 1º de abril de 1964. A essa altura, Humberto Bezerra já ocupava a Prefeitura de Juazeiro do Norte como chefe do poder executivo, para o qual fora eleito em 1962. Adauto Bezerra já tomara assento como deputado estadual desde fins dos anos 1950. A ação militarista veio encontrá-los em posições políticas privilegiadas, embora essa história de simultaneidades já se denunciasses em outros momentos.

Adauto Bezerra foi parte ativa da “Novembrada”, movimento golpista cujo objetivo era impedir a posse de Juscelino Kubitschek. Um dos seus principais biógrafos admite que o então capitão aderiu à tese de Carlos Lacerda de não dar posse à JK (CASTRO E SILVA, 2001:42). Desse modo, a sua formação antidemocrática foi sendo consolidada nos embates que caracterizaram a vida brasileira nos anos anteriores à quartelada de 1964. Quando esta se materializou - segundo antecipamos - encontrou o irmão, Humberto Bezerra, à cabeça da Prefeitura de Juazeiro do Norte, e mais do que isso, uma experiência autocrática acumulada que se reforçou na sua passagem por Fortaleza e Natal. Foram os irmãos, Adauto e Humberto, as lideranças políticas propulsoras das manifestações reacionárias que ganharam diversos lugares públicos da municipalidade juazeirense, dentre os quais a estação ferroviária, o Paço Municipal e o centro da cidade. No caso dos gêmeos, tradições familiares, carreira militar, interesses empresariais e convicções políticas soldaram os seus laços em um momento difícil de polarização social. Esse dado é muito significativo para entender a função de vanguarda do conservadorismo a ser cumprida por eles na conjuntura de 1964.

Guardadas as necessárias cautelas, ratificamos a seguinte conjectura: a “velha ordem oligárquica”, berço dos irmãos Bezerra, não se mostrou terminantemente incompatível com a “nova ordem monopolista” imposta pelo capital na esteira do golpe de Estado. De feito, não é ilusório supor: as duas pontas - a do significativamente arcaico e a do contraditoriamente moderno - se encontraram e se ataram como se encerrassem uma impecável linha de coerência. Na prática isso não significaria a possibilidade de ligadura entre uma oligarquia de formação autocrática e a dita

modernização capitalista? Não seria exatamente esse fato o que explicaria, em última análise, o sentido da ação golpista e do regime político ditatorial?

São questões que, de plano, não ambicionamos responder. De imediato, interessa-nos reconstituir o cenário do movimento civil-militarista na região cariense. Seria aceita com reservas uma reconstituição que ignorasse atores sociais cujas ações foram decisivas para definição do cenário corporificado nos primeiros dias de um quente outono de 1964. Sem dúvida, a força política, militar e econômica da família Bezerra, em particular, dos gêmeos, foi decisiva. Importa ressaltar que esse grupo político não só era o encarregado da lei, mas, de certo modo, o que criava “leis” sob as quais os demais deveriam viver e respirar. Coube, entretanto, ao estamento clerical a função de coesionar ideologicamente um povo cujo consentimento diante de determinados fatos, em última hipótese, depende de certo evolver ideológico. Não custa lembrar que a igreja de Pio XII definiu quais seriam os “quatro perigos mortais” a serem enfrentados pelos Católicos: Protestantismo, Comunismo, Espiritismo e Maçonaria. Naquela conjuntura, no marco da vitória da Revolução Cubana (1959), o comunismo parecia o mais visível dos quatro perigos mortais. Examinando novamente as atas do Apostolado da Oração do Crato, essa assertiva não está destituída da condição de plausível. Na 14ª ata da obscura entidade católica cratense, o combate ao “materialismo pagão” - preconizado e “propagado sistematicamente” pelos comunistas - assume um papel de relevo, daí falarmos de um evolver ideológico. José de Figueiredo Brito, residente, à época, em território cratense, deu testemunha acerca desse cenário de verdadeira guerra psicológica:

Meu filho, uma das coisas que mais me entristeceu em 64, após o 31 de março, foi um boato que correu no Crato: espalhou-se que os comunistas estavam organizando um ato de selvageria. Muitas figuras importantes - inclusive alguns parentes nossos - seriam enforcados, caso os comunistas tomassem o poder. E eu era acusado de ser um dos organizadores dessa lista (BRILHANTE; BRITO, 2009:15).

Nessa perspectiva, Monsenhor Murilo sempre fez questão de realçar que os comunistas o ameaçaram de fazê-lo dançar o sensual xaxado.⁶¹ Segundo se observa: não

⁶¹ Renato Dantas (2005) também se refere a essa questão: a “notícia que corria no Juazeiro era que dona Amália e Pe Murilo iriam dançar xaxado em cima do rosário. Imagina o que é que era isso para a população de Juazeiro, ou seja, dois ícones representativos serem obrigados a dançarem o xaxado?” Lembremos que Amália Xavier de Oliveira era uma mulher ilustrada, firme em suas convicções conservadoras e se tornou um referencial no campo educacional juazeirense. Conduziu ferremente a

se tratava de casualidades ou episódios solitários. Ou seja, nos municípios caririenses foram sendo construídas as condições necessárias para unir cristãos e patriotas contra o perigo imane dos “conspiradores” comunistas. Nessa direção, a propaganda anticomunista cumpriu papel de primeira ordem.

Definitivamente, dessas elucubrações anticomunistas para unidade e coesão das “marchas” - que ganharam as ruas e demais caminhos públicos do Cariri - foi quase um salto, um movimento quase natural, quase um serviço litúrgico.

Ora, se a sentença condenatória do Vaticano ao Comunismo era incondicional, absoluta, no Cariri adquiriu contornos que se irradiaram para além desse limite caso pudéssemos falar de uma terceira dimensão. O dramaturgo e intelectual tradicional juazeirense Renato Dantas⁶² costuma relatar um episódio para explicar o que entende como a causa fundamental a explicar o “fracasso” da introdução da doutrina comunista em Juazeiro do Norte. Esse episódio teria sido testemunhado pelo genitor do declarante. Na oportunidade, os comunistas realizavam reuniões para difusão das suas idéias em uma casa situada na atual Rua Leandro Bezerra e lá declararam o seu posicionamento contrário ao mito do Padre Cícero e definitivamente ateu (“deus não existe”). De chofre, nas palavras do pai de Dantas, as pessoas foram levantando e se dirigindo para porta da rua, restando na sala apenas os “militantes de carteirinha”. Corriam os anos 1950 e ali, contraditória e significativamente, os comunistas se instalavam e, ao mesmo tempo, adubavam o terreno para os seus inimigos teóricos e ideológicos. Do “pecado original” da década precedente à perseguição do período militarista foi uma breve travessia. Nesse intervalo foi se dando o evoluir ideológico levado a cabo pelo estamento clerical. A resultante veio no formato de marchas e marchas. Supomos que esses acontecimentos não teriam sido construídos da forma em que o foram sem a intervenção do grupo Bezerra, mas, na mesma medida, não ganhariam a amplitude que adquiriram sem a força moral da igreja. Em Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte, uma nata de políticos

Escola Normal Rural e o seu rigor era tomado de paradigma pedagógico. Com sólida formação católica, guiou-se por um aberto anticomunismo.

⁶² Aqui empregamos o termo intelectual tradicional ao modo de Gramsci, quer dizer, observamos em Renato Dantas o típico homem letrado preocupado menos com a transformação do que com a conservação de uma ordem social com um olhar fixo no passado. Ao lado de padres e advogados, os professores cumprem um papel em sociedades tradicionais com vistas à manutenção do status quo. Isso, em dado momento, não impediu Renato de questionar a desenvolvimento do poder militar. Isso não está isento de contradição, vez que parte do seu trabalho artístico, de alguma maneira, não deixou de se chocar com as asperezas do regime.

conservadores aliada aos padres⁶³ arrastaram os fiéis, carregando os seus rosários, para o centro das vias públicas. Dir-se-ia que padres e coronéis estiveram na organização de eventos cuja função precípua era legitimar a usurpação militarista. Essa usurpação, contudo, era justificada em nome do embate às “perigosas seduções comunistas”. Quem mais poderia cumprir um papel ideológico de vulto naquela conjuntura, e em nome desse embate, salvo uma instituição como a igreja católica? Nesse sentido, os padres desempenharam uma missão relevante, ainda que não fossem aqueles que remassem na proa. Eram, todavia, simbolicamente os principais antípodas dos agitadores vermelhos: os cordeiros de Deus. Nada melhor do que contrapor aos comunistas a igreja católica e os seus ideólogos.

É preciso, todavia, ter em mente que entre o céu a terra havia mais do que padres e coronéis, quer dizer, há de se considerar sujeitos sociais não passíveis de serem categorizados nos estamentos clerical e militar. Esses elementos, cada qual a seu jeito e na medida da sua investidura, exerceram funções, tomaram decisões e agiram para as coisas acontecerem da forma transcorrida.

Dreifuss (2006) chamou a atenção, em passagens do seu clássico “1964: a conquista do Estado...”, para atividade especial pró-golpismo levada a cabo por diversos parlamentares, incluindo nesse rol o deputado federal da UDN Leão Sampaio, oriundo da cidade de Barbalha, parlamentar por aproximadamente quatro décadas, e pai do não menos renomado médico e político Mauro Sampaio, prefeito de Juazeiro do Norte (dois mandatos) e por diversas vezes deputado federal. Leão Sampaio esteve envolvido em diversas articulações com vistas a desgastar e desbaratar o governo constitucional de João Goulart e, no limite de uma prática política concreta, ratificou o caráter autocrático das oligarquias caririenses. Na divisão de tarefas levada a termo pelos estratos oligárquicos, o mencionado parlamentar exerceu papel de expressão nacional. Quando, por exemplo, o deputado udenista Amaral Netto instituiu o Comitê Nacional de Defesa da Democracia lá estava o parlamentar barbalhense como um dos seus baluartes. Note-

⁶³ O médico-historiador caririense Napoleão Tavares Neves, em entrevista concedida em 27 de janeiro de 2009, declarou que o fenômeno das movimentações de ruas, ocorridas, em Juazeiro do Norte e Crato, não se repetiu em Barbalha; tentou fundamentar o seu ponto de vista apontando para o distanciamento dos clérigos barbalhenses em relação aos acontecimentos políticos, fato que careceria de um exame mais detido, uma vez que esses suposto “apocritismo” da igreja católica em Barbalha parece não se apoiar em qualquer elemento empírico, mas somente nas convicções ideológicas do citado intelectual. Sempre que nos referirmos a passagens dessa entrevista o faremos sempre com o crédito Neves (2009).

se que essa organização⁶⁴ era constituída basicamente de notórios representantes da Ação Democrática Popular (ADP), organização golpista financiada pelos grandes grupos econômicos, além de reivindicar a pauta política do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). Na sua ação política, essas organizações priorizavam a eleição dos melhores anticomunistas. A razão parecia residir no quadro de extrema polarização político-ideológica e num quadro assim lideranças políticas conservadoras ideologicamente cristalizadas, que era o caso do Dr. Leão Sampaio, eram sumamente valorizadas por instituições financiadas⁶⁵ pelo empresariado (e pelos EUA) com vistas a garantir bancadas confiáveis no parlamento. Era o único cearense⁶⁶ com mandato federal a quem podemos colocar uma etiqueta rigorosa de colaboracionismo? Certamente, não. Mas no infinitamente pequeno mundo do Cariri, Leão Sampaio exerceu a função de ponto decisivo da reação. O fato, portanto, é este (!) - e este é o significado mais amplo do destaque que atribuímos à sua figura e ao papel por ele cumprido.

Essa postura, de fato, não era um raio no céu azul. A chamada elite econômica (e política) caririense decidiu-se por um caminho e organizadamente atuou na conjuntura dos primeiros anos do decênio 60 do século passado. No caso da “elite” barbalhense, há em sua história uma visão nostálgica⁶⁷ da monarquia, de certo modo, alimentadora de uma concepção política elitista, quer dizer, social e politicamente excludente. Em um momento de confrontação social, política e ideológica, não seria natural encontrar em

⁶⁴ Qualquer esforço de aprofundamento quanto à ação das organizações citadas – IPES, IBAD, ADP e CNDD – passa, necessariamente, pelo extenso estudo realizado por René Armand Dreifuss, 1964: a conquista do Estado (Petrópolis, RJ: Vozes, 2006). No livro, Dreifuss elenca tais organizações como órgãos de uma classe – a burguesia – adotando ações políticas e ideológicas que, em larga medida, desaguaram no golpe de Estado de 1964.

⁶⁵ O empresariado brasileiro, grupos econômicos internacionais e o imperialismo norte-americano deram suporte econômico e ideológico às instituições mencionadas no corpo do texto. Um dos encargos assumidos por elas dizia respeito ao financiamento de candidaturas “confiáveis”, signatárias do “livre mercado”, da “política de portas abertas” e anticomunistas. No caso da influência norte-americana sobre esse cenário, além de Dreifuss, debruçamo-nos sobre trabalhos produzidos por Moniz Bandeira (1997 e 2005).

⁶⁶ Sobre o deputado barbalhense, F.S. Nascimento, membro da Academia Cearense de Letras, se pronunciou cheio de entusiasmo e apologeticamente: “Numa continuidade sem precedentes nesse campo da atividade pública, esse notável cearense passaria para a história como o único parlamentar brasileiro a pertencer à Câmara Federal em sete mandatos consecutivos, dando por encerrada essa brilhante trajetória no final de 1974 (1998:182).

⁶⁷ Barbalha é conhecida como a “cidade dos verdes canaviais”. Encravada no vale esverdeado que se forma desde os eflúvios das encostas da Chapada do Araripe, trata-se de uma das mais antigas urbes da região, sobrevivendo, em larga amplitude, da produção canavieira. À época do Golpe, reinavam ainda os engenhos e os armazéns de rapadura. Dir-se-ia que vivia um esplendor aparente que apenas preparava a decadência. A ruína dos engenhos e armazéns nos anos seguintes, já no auge da ditadura, revelaria a fragilidade dessa suposta fulgência econômica.

seu interior os desdobramentos de tendências voltadas para soluções “pelo alto”? A nosso ver, a conjuntura de 1964 confirmou - em vermelho vivo - essas tendências sacramentadas pelo selo do conservadorismo autoritário. No mais, Dr. Leão formou-se na escola de homens e mulheres de tradição familiar, mas não uma tradição familiar vaga, indefinida, mas da tradição dos grandes proprietários. Nos primeiros anos do decênio 1960, esses proprietários se sentiram ameaçados pelo espectro redivivo do comunismo. Sentiam-se, no fundo, temerosos de perderem as velhas garantias. Era exemplar o temor sentido pelas ações protagonizadas pelas Ligas Camponesas, cujo nome aterrorizava os donos de propriedade da região (cujos laços com Pernambuco, em particular, com Recife, nunca se constituíram segredos de alcova).⁶⁸ Em vista disso, as instituições que fomentavam e financiavam candidatos para defender a propriedade capitalista encontraram nesse homem de família, tradição e propriedade um candidato perfeitamente congruente com o seu projeto estratégico. Haveria, em última hipótese, uma relação recíproca.

A respeito cabe uma advertência: Leão Sampaio não se notabilizou na condição de proprietário de terra ou coisa do gênero. Firmou-se como médico - oftalmologista e clínico geral identificado com atos caritativos - e político de muitos mandatos. Não podemos fazer *tabula rasa* desses fatos. Acontece que médicos e advogados, nomeadamente no Cariri da primeira metade do século XX, e mesmo até período bem recente, ou vinham do berço de proprietários rurais ou escalavam as montanhas da sua profissão em estreita associação com os legítimos representantes desse berço. Em última análise, se aproximavam ideologicamente e, desde este ponto de vista, assumiam a defesa da propriedade acima de quaisquer outras considerações. Não é difícil constatar: no quadro de radicalização que se seguiu à renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, um quadro político do quilate do médico barbalhense - com potencial eleitoral e convicções políticas acumpliciadas ao programa sustentado pela nata da burguesia brasileira - haveria de assumir um lugar de relevo no trem pressuroso da reação. Tais são os fatos.

⁶⁸ As prisões de personagens populares como José de Freitas Noca (mestre da banda de música da cidade) e de Manoel Ramos (presidente do Sindicato Rural) demonstram que, na cidade de Barbalha, como nos demais pontos do país, o outro lado do colaboracionismo (praticado fundamentalmente por suas camadas dominantes) foi a repressão pura e simples aos que optaram por não se curvar às recorrentes ordens do dia que exalavam das casernas.

Se, pois, adotamos esse exemplo, a experiência conservadora adquire cores ainda mais vivas quando nos deparamos com a história de vida de um dos expoentes da introdução da moderna economia capitalista no Cariri: Antônio Corrêa Celestino. Monarquista por convicção, integralista e anticomunista, o “empresário vitorioso”, nos termos do historiador monárquico caririense ⁶⁹Armando Lopes Rafael, não se furtou em apoiar efetivamente o golpe civil-militar que depôs o governo constitucional de João Goulart. Nas palavras de um dos seus filhos, ele deu o “seu incondicional apoio à revolução (sic) de 1964” ⁷⁰. Parece-nos patente, então, que acima das liberdades democráticas e do constitucionalismo, existiriam forças superiores associadas aos interesses, práticas e costumes, histórias e tradições de uma “elite” fadada ao conservacionismo social e político. Assim sendo, não haveria para Celestino a mínima contradição entre o seu empreendedorismo modernizante e as suas convicções políticas irresistivelmente autocráticas. Esse comportamento não nos parece uma exceção, mas a regra que norteou a conduta das classes dominantes brasileiras ao longo do século XX, em particular nos mais de 20 anos de predomínio do sistema militar de poder. Trata-se, em última instância, de um procedimento histórico, moral e político de mãos dadas com uma concepção de mundo antidemocrática e contra-revolucionária.

Seguindo o curso real da luta de classes, o criador da Aliança de Ouro S.A viu-se impulsionado ao colaboracionismo. Não podemos, contudo, tomar a superfície pelo seu conteúdo mais denso. Esse impulso não nascera ali, mas crescera com ele na condição de homem de negócio e de profunda raiz familiar. O que estava em jogo? A tradição contra a revolução? Que morresse a revolução! Esse é o sentido mais intenso do caudismo de Antônio Corrêa Celestino. Ele também seguiu a corrente da reação como quem seguiu uma trilha natural desde muito tempo descerrada e acessível.

Se tudo tem as suas causas, eis as causas da sua adesão incondicional ao golpe contra-revolucionário: os valores tradicionais embutidos na sua formação, um perpétuo instinto social e uma posição de classe como função histórica necessária.

Os gêmeos Adauto e Humberto Bezerra, o pároco Murilo de Sá Barreto, o deputado Leão Sampaio e o empresário Antônio Corrêa Celestino são expressões corpóreas de uma “elite” tradicional que executou com inegável êxito a missão de fazer

⁶⁹ A citação está no livro, organizado por Renato Casimiro, que trata da vida de Antônio Corrêa Celestino, já devidamente mencionado.

⁷⁰ Idem (p. 106).

o Cariri empalmar com os acontecimentos que sacudiram o país em março/abril de 1964. Com pesos diferentes, foram sujeitos de um processo onde mais do que o espectro do comunismo, estava em jogo o espectro que os animava, o da contra-revolução, o que é quase o mesmo que dizer, dos seus interesses de classe dominante de viés autocrático.

Essa apreciação dos acontecimentos ficará pela metade caso não destaques o papel da intelectualidade. Em uma região pouco vigorosa industrialmente, ou seja, de fraca civilização burguesa, distinguem-se os elementos de uma “elite” intelectual tradicional constituída por um séquito de professores, advogados e padres. Um símbolo do papel cumprido pelas pessoas cultas da região nos acontecimentos de “64” encontra a sua justa tradução na professora⁷¹ Amália Xavier de Oliveira, diretora da tradicionalíssima Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, estudiosa do Padre Cícero, escritora aclamada e referência pedagógica dos gêmeos Aduino e Humberto Bezerra. Quando estes e os padres ganharam os trechos de pedras bem cuidados da Rua São Pedro, com os seus paralelepípedos exemplarmente dispostos, viram que a mestra de todos eles não lhes faltaria em uma hora tão decisiva. Dona Amália esteve na linha de frente das passeatas como a maior das “marchadeiras”. Dantas (2005) testemunhou essa participação:

Eu me lembro muito bem dessa passagem, desse comício, uma passeata e esse comício, e eu me lembro bem de dona Amália, não sei se no palanque ou se nessa passeata, eu não me recordo bem, em 64 eu tinha 15 anos, mas eu não me lembro bem das pessoas que comandaram essa grande festa, regozijo pelo fora o comunista e o corrupto.⁷²

Sílmia Sobreira, que conheceu a educadora, desnudou os rasgos evidentes de uma intelectual conservadora⁷³:

Ela, como os outros de sua geração, estavam preocupados com a família, a propriedade, a moral, os costumes e sua decadência, e essas preocupações antecederam o golpe militar.

⁷¹ Em uma sociedade em que os elementos modernos, urbanos e industriais estão em fase de implantação, e paralelamente, ainda não se desvencilhou inteiramente do seu vestuário rural, uma configuração muito adequada à região do Cariri da época, o papel cumprido por mestres escolares, sacerdotes e advogados é suficientemente largo e profundo. A função de Amália Xavier de Oliveira corresponde ao que, em linguagem gramsciana, nomearíamos de intelectual tradicional. Tal categorização tem validade igualmente para caracterizarmos e elucidarmos o papel cumprido por padre Murilo de Sá Barreto e demais intelectuais dessa estirpe social.

⁷² Entrevista cit. (2005).

⁷³ Um dos traços da intelectualidade tradicional caririense é o conservadorismo político. Metonimicamente, usamos o termo conservador na mesma linha de tradicional. Nesse caso, tradicionalismo e conservadorismo são simétricos.

*Mas não é impossível que um movimento como a marcha com Deus pela Família encontrasse eco num espírito já afeito a essas idéias.*⁷⁴

Num nível mais geral, a admiração de “dona Amália” pelos irmãos gêmeos (Adauto e Humberto Bezerra) se cruzou com uma visão de mundo inexoravelmente embebida pela tradição, religiosidade e anticomunismo. Segundo Daniel Walker, um dos principais estudiosos⁷⁵ da História da cidade e das suas personagens mais afamadas, a “intelectual normalista” revelou nos acontecimentos de março/abril a sua fidelidade política ao grupo Bezerra, uma fidelidade não simplesmente conjuntural, mas que seria freqüentemente repetida. Em síntese, prevaleceu entre eles a ditosa sincronia de hábitos e interesses que vem caracterizando a história das “elites” tradicionais ao longo de tempos que se recuperam e se repropõem.

Onde começa essa história? Adauto Bezerra (assim como o gêmeo) estudou no Grupo Escolar Padre Cícero, cuja diretora era Amália Xavier de Oliveira; depois, passaria pela Escola Normal Rural e aí novamente o seu caminho cruzou com o da educadora, escritora e intelectual. Quando o golpe de força é preparado e, posteriormente executado, uma vez mais Adauto e Amália Xavier vêem os seus caminhos se interceptarem. Adeptos de uma concepção aristocrática de democracia, isto é, de uma visão de poder autocrática, foram solidários ativos com a “Redentora”. No caso da intelectual, projetava-se nitidamente uma cultura cristã anticomunista que lhe dava a convicção de que a patética regressão era um salto adiante; já para o líder político conservador, o executivo forte, de centralismo militar, constituía-se no rumo adequado para varrer do mapa a “anarquia” e os riscos de introdução de uma suposta “república sindicalista”.

Calcado nesse caleidoscópio floresceu aquilo que o golpista de primeira hora, o Sr. Jarbas Passarinho, definiu de “movimento cívico-eclesiástico-militar” (apud RAGO FILHO, 2001:174). Somente um movimento com essa envergadura explicaria o cruzamento de caminhos do padre, do coronel e da intelectual em 1964. Ademais, esse cruzamento no marco da “Redentora” não se deu divorciado de outro encontro ocorrido anos antes. Na Academia das Agulhas Negras, Adauto Bezerra foi pupilo do então

⁷⁴ Entrevista realizada com Sílmia Sobreira em 21-12-2009. Sempre que a citarmos faremos como SOBREIRA (2009).

⁷⁵ Entrevista concedida por Daniel Walker. Esse depoimento nos foi concedido em 18 de novembro de 2007. Walker, primo de José Wilker, é um dos principais estudiosos da História de Juazeiro. Sempre que citarmos esse seu depoimento o faremos assim: Walter (2007).

tenente Jarbas Passarinho. Para o futuro governador do Ceará, as aulas de Passarinho “eram verdadeiros discursos de amor à pátria, de civismo, de preservação dos valores morais” (apud CASTRO E SILVA, 2001:18). Aquilo que a oposição ironicamente denominaria de “A Gloriosa” parecia traduzir o amoroso discurso do antigo mestre de Bezerra. Tudo parecia natural como natural pareceu o compromisso com o poder autocrático da parte de uma classe dirigente visceralmente antidemocrática.

Aqui abrimos um parêntese. No Cariri, mesmo entre os intelectuais tradicionais houve uma vertente, de certo modo, crítica. Obviamente, o Ethos que movia a intelligentsia local era profundamente conservador e se identificava nos valores conservadores embutidos na retórica golpista. Provavelmente, o papel de intelectuais como Amália Xavier de Oliveira foi mais auxiliar do que diretivo. Seja como for, revelou a linha mestra do pensamento de uma inteligência sintonizada com a ordem e as aspirações dos grandes proprietários. Nesse padrão, a obra política dos intelectuais tradicionais de oposição, isto é, a sua ação pretensamente prática se pautou por limites bem definidos. De feito, jamais saiu do terreno retórico. Mesmo assim, Aderson Borges de Carvalho, da sua posição de intelectual, não se perfilou entre os partidários da ditadura militar.

José Boaventura de Souza⁷⁶ fez um breve apanhado da trajetória de Carvalho, desde a sua passagem pelo Partido Republicano, pelo o qual se elegeu vereador em Juazeiro do Norte, em 1950, passando pelo Partido Social Democrático (PSD), pelo qual concorreu contra Humberto Bezerra ao cargo de chefe do executivo municipal, em 1962, até a sua adesão ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Sobre isso, destaca Souza:

Com o golpe militar de 1964 que dissolveu os partidos, Aderson resolveu fundar em Juazeiro, o MDB - Movimento Democrático Brasileiro -, passando a sofrer repressão, fruto do “dedurismo” e da perseguição política (1999:200/2001).

Nesse sentido, a dimensão democrática não é uma memória ausente ou indizível na intelectualidade tradicional caririense. No caso de Aderson Borges, o político, o empresário, o literato e o intelectual contraditoriamente se combinavam e o definiam na sua ação pública. Outro aspecto do seu sinuoso trajeto esteve ligado à imprensa, fosse

⁷⁶ Professor da Universidade Regional do Cariri (URCA), falecido recentemente. O seu depoimento está no livro de Anderson Borges, já devidamente citado.

como um dos fundadores do Jornal do Cariri, nos anos 1950, ou na qualidade de membro do corpo jornalístico da Rádio Iracema de Juazeiro do Norte, “A Pioneira”. Ainda que não assumisse desde esses lugares um antagonismo aberto à autoridade discricionária, não adotou uma postura de alinhamento com o tom dominante no escol local. Houve, portanto, do interior da casamata intelectual do Cariri as chamadas vozes dissonantes. Aos poucos, e não sem muita dificuldade, uma vertente crítica foi se afirmando na intelligentsia, mas, à primeira vista, primou o adesismo ao regime militarista de uma intelectualidade, em larga medida, refém de uma plêiade de proprietários e líderes políticos antidemocráticos.

Esses intelectuais, ainda que moderassem as suas críticas ao regime político, eram provavelmente visados ou, pelo menos, não deveriam ser bem vistos pelos homens da ditadura.

Sem embargo de tudo isso, os mais visados, contudo, foram aqueles considerados “comunistas de carteirinha”. É isto que explica a prisão de Peres Amaral, proprietário de um pequeno sítio no rumo do Rio Salgadinho, cujo espaço físico era utilizado para reuniões do diminuto exército de comunistas de Juazeiro. Não foi por motivos aleatórios que também se deu a prisão do comerciante João Mariano, uma vez que, nas palavras de Dantas (2005), “o seu Mariano era reconhecidamente comunista, ele fazia questão de dizer que era comunista”. Muitas vezes, é uma simplificação. Dentre os numerosos presos políticos da região a nomeação como militante comunista deveria ser atribuída a uma pequena parte deles. Na acepção rigorosa do conceito, apesar do que dizem, eram poucos aqueles que poderíamos definir, de feito, que eram comunistas. Para velha cepa conservadora, todavia, essa era a palavra mágica capaz de justificar a sistematização da fúria repressiva.

Independente disso, o golpe de força não poupou professores, livres pensantes e pequenos proprietários e os colocou sob severa vigilância, e em certos casos empregou contra eles os instrumentos dos interrogatórios, das perseguições e da prisão pura e simples. Nesse ínterim, foi preso o simpatizante do trabalhismo Geraldo de Lucena Militão e o professor e homem de teatro Walter⁷⁷ Barbosa, ambos de Juazeiro do Norte.

⁷⁷ Walter Menezes Barbosa nasceu em Juazeiro do Norte em 06/11/1929. Filho de José Barbosa dos Santos, que gerenciou a Tipografia do padre Cícero (Tipografia Esperança) - depois seria nomeado para os correios - e da cratense Francisca de Menezes Barbosa. Ao longo do tempo, a família foi ocupando papel de destaque na máquina dos correios de Juazeiro do Norte, fato a que nos ateremos mais adiante.

Militão carregaria por muitos anos o estigma do homem de classe média, de uma família mais do que remediada, preso por subversão. As conversas da praça e da porta do cinema teriam sido (talvez) os fundamentos para uma das tantas prisões arbitrárias, sem sentido, ocorridas na região. Já Walter Barbosa teria sido presa fácil das suas leituras, algumas delas declaradas, desde o êxito da “Redentora”, inconfortavelmente subversivas. Tratava-se de um homem de hábitos simples, de preocupações intelectuais, voltado para o ensino e o teatro. Concomitantemente, oriundo de uma família tradicional, isto é, ligada aos círculos sócio-políticos dominantes. Esse último fator desencadeou um movimento subterrâneo para que fosse posto em liberdade.

Acerca desse episódio, assim se pronunciou Renato Dantas⁷⁸:

Ele foi preso por que ele tinha esse trânsito na juventude, por que ele sabia conversar com a juventude; então eu questionava inclusive e eu poderia jurar de pé junto que ele não era comunista, ele tinha pensamentos sociais, mas que ele não era o cão que a Igreja e as elites apontaram para todos nós a respeito do comunismo.

Sobre Walter Barbosa e o seu irmão Geraldo Menezes Barbosa, escreveu o dramaturgo Anchieta Carlos Morais:

Ainda na década de 50 e em todos os anos 60 os irmãos Valter (sic) e Geraldo Barbosa constituíram o ponto exclusivo de atividades teatrais. No auditório da Escola Técnica de Comércio os amantes do teatro podiam ver “A Cigana Me Enganou”, “O solar dos Urubus”, “O Hóspede do Quatro nº 3”. Da escola teatral dos irmãos Barbosa surgiu o teatrólogo Dema escrevendo e dirigindo a famosa peça “A Prostituta” (1973:2).

Esses fatos desvendam a natureza de um regime de exceção em que à dimensão democrática é reservado unicamente um gélido lugar nos discursos de festas e inaugurações. Casos como os de Walter Barbosa e Militão, que irão se multiplicar ao longo dos anos, possivelmente estiveram relacionados com a política de delação que adquiriu ares jamais observados na história da República, mas, desde o primeiro momento, sinalizariam para disposição dos homens da ditadura de lançar mão de suas lancinantes garras de poder autocrático.

Valter faleceu na década passada e nos seus últimos anos de vida se dedicou menos às preocupações políticas e teatrais do que propriamente aos problemas do ensino da língua portuguesa.

⁷⁸ Passagem de entrevista anteriormente citada (2005).

Vale a pena reproduzir um trecho do depoimento de Dantas (2005) em que ele levanta uma hipótese para o uso dessa ferocidade repressora:

Lembro-me bem dessa cidade coberta de soldados, Juazeiro teve, era soldado nos correios, na Prefeitura, [...] mesmo aqui presente, por isso que a minha idéia, de medo, de colocar medo nas pessoas, de força, mostrar força, perpassa por essas prisões e por essa colocação do exército aqui no Juazeiro.

Sublinha-se aqui um aspecto crucial da análise. Notamos que representantes da classe média estiveram na linha de fogo do aparelho repressivo, tomando por base o momento que se seguiu ao golpe de força. Os golpistas trabalhavam com a noção de “remédio preventivo” e essa atitude provocava danos colaterais, isto é, mesmos segmentos moderados das camadas médias eram alvos da política de policiamento movida pelos agentes da ditadura. Tratava-se de realizar o que Huggins (1998) denominou de “operação limpeza” e “controle interno autoritário”. No primeiro plano estava o anticomunismo, mas em sua desproporção política essa sanha não excluía do seu raio de ação qualquer sombra que sugerisse um corpo comunista. Longe de ser um comportamento atípico, a perseguição indiscriminada se tornou uma peculiaridade da contra-revolução triunfante. Ganhando contorno de fúria coletiva, essa postura contribuiu para que populares saíssem pelas ruas e pelos cantos denunciando até o vizinho, com quem travava “briga de quintal”, nomeando-o de perigoso agente a serviço do “ouro de Moscou”. Ou seja, como não podia deixar de ser, isso se tornou lugar comum e muitos foram detidos sem que houvesse razões políticas evidentes. Apesar disso, não nos enganemos, estava-se diante de uma repressão institucional-estatal, resultante de um gradual processo de militarização da sociedade. Aos presos por engano restou à peleja por aquilo que Huggins nomeou de “reabilitação moral”. No âmbito das classes médias, essa expressão tinha (e tem) a sua importância.

Nos anos subseqüentes, elementos oriundos do mesmo berço social, com intensidade incomparavelmente superior, sofreriam os rigores não apenas da “violência estatal institucionalizada”, mas de um “Estado Carcerário” que adotou como prática a institucionalização da Tortura (HUGGINS, 1998:185). No segundo momento, o caráter seletivo da repressão se fez mais rigorosamente.

Voltando, contudo, aos alvares da “violência estatal institucionalizada”, pudemos, até onde os resultados empíricos permitem, afirmar que o se observou em Juazeiro do Norte e Barbalha, de certo modo, esteve aquém da voragem repressiva

desencadeada na cidade do Crato. Na chamada “Princesa do Cariri”, os níveis de organização sindical-política das camadas médias assalariadas estavam um grau adiante dos seus compatriotas de classe nas cidades vizinhas. Esse fato, porventura, explique o grau adiante da “limpeza” levada a termo pelos órgãos repressivos na cidade da pedra da batateira.

Antes de encetar na descrição e análise das ocorrências, fixemos brevemente aspectos gerais da vida cratense. De feito, “A princesa do Cariri” desse período foi descrita e colorida com precisão pelo pincel de Farias Filho:

Fruto das primeiras fazendas de gado (...) durante muito tempo, a cidade do Crato permaneceu com o aspecto de cidade colonial (...) durante os anos 50 e 60 (século XX), surge a arquitetura “moderna”, e chega, também a industrialização com esperanças de melhorias econômicas e sociais (2007:213).

Ainda segundo o autor:

O Crato, durante a década de 1950, foi o município do Cariri que apresentou o mais alto índice de crescimento populacional. Segundo o recenseamento da época, em 1960, a população da cidade era de 27.469 habitantes (FARIAS FILHO, 2007:207).

Assim, na cidade em transformação o sistema repressivo atuou rispidamente e com o colaboracionismo da elite local. Há fatos impossíveis de serem esquecidos. Um dos documentos mais preciosos acerca da opressora odisséia militarista é o cordel de Zédebrito, Filho - “O bigode de Stálin” (2008). Tomamos, então, ciência da rispidez da “Operação Limpeza” na terra do Cego Aderaldo. O autor destaca uma relação de 11 pessoas⁷⁹ presas: José Belchior Silva (bancário), José Figueiredo de Brito Filho (bancário; depois advogado e oficial da Justiça Federal), José Kléber Callou (bancário e posteriormente deputado estadual), Juvêncio Mariano dos Santos (comerciante e vereador), Raimundo Bezerra de Farias (médico, posteriormente deputado estadual e federal e prefeito do Crato), Elói Teles de Moraes (radialista), Geraldo Alves Formiga (contabilista), Wellington Alves de Sousa (bancário e, em seguida, médico), Francisco

⁷⁹ No livro organizado pelos filhos de José de Figueiredo Brito, pai de Zédebrito Filho, são homenageados “companheiros de lutas e idéias libertárias” do pai, perseguido e detido pela ditadura: Francisco Ferreira de Assis, Ernane Silva, Juvêncio Mariano, Otacílio Anselmo, Wellington Alves de Souza – Tonton, Geraldo Alves Formiga, Elói Teles de Moraes, José F. de Brito Filho, Rui de Figueiredo Bezerra, Francisco Ivan de Figueiredo, José Valdesley Alves e José de Paula Bantim (BRILHANTE; BRITO, 2009:9). Como se ver, parte dos amigos aí lembrados coincide com parte daqueles que foram presos pelos agentes da repressão, logo depois do êxito obtido pelos golpistas.

Soares (funcionário da Receita Federal), Francisco Gaioso (bancário) e Francisco Arrudinha (mecânico).

Nota-se aí o grande número de assalariados do setor médio, especialmente bancários. Quer dizer, foram os setores médios da classe trabalhadora os mais atingidos pela repressão que se abateu no Cariri no rastilho do golpe de Estado. Não nos interessa agora discutir as causas desse fenômeno, qual seja, o seu sentido mais profundo, uma vez que o sugerimos páginas atrás. Parece-nos mais oportuno recuperar a atmosfera repressiva à luz da dramática poeticidade do cordel:

*No decorrer desse ano,
No Crato, houve prisões:
Não de homicidas, LADRÕES,
Daqueles que causam dano!
Porém de sindicalistas,
Velhos socialistas,
Bancários e estudantes;
CONHECIDOS PATRIOTAS,
Abatidos pelas botas
Das elites dominantes!
FOMOS ONZE, desta vez...
Pessoas aprisionadas
No Crato, nas madrugadas
E levadas pra xadrez!
Reparem nesse roteiro:
De Crato para Juazeiro
E, depois, p'ra Capital;
Em dois carros, com soldados
Vigilantes, bem armados...
Um deles, oficial.*

Imaginamos que a riqueza da descrição desmonta a tese de um processo tranqüilo, no Cariri, de transição do governo Goulart para o de Castello Branco. Tal tese, de fato, decorre de aparências fabricadas pelo poder autocrático. Prisões ilegais tornaram-se amiúdes, consagraram-se na situação de regra e na abertura do cordel essa realidade, de pronto, é denunciada por seu autor: “Tortura...prisão ILEGAL/ABRIL DE SESSENTA E QUATRO!” há momentos do texto de Zédebrito Filho em que o drama e a comédia andam de mãos dadas. Ao ser acusado pelo Major que presidia o inquérito de haver adentrado o Crato com o bigode de Stálin, o narrador retruca: “DE STÁLIN? Não, não senhor.../Ao Crato, cheguei co’ o meu”. O corolário do poema é uma demonstração de que o anedotário pode ser um ótimo caminho de se recuperar a verdade. Verdade que só pode ser uma: a de que a repressão caiu como um chicote na caça ao espectro do comunismo. Desgraçadamente, o espectro possuía mãos para

sofrerem castigos, dorso para padecer torturas intermináveis e os demais órgãos para sofrerem flagelação.

Antes de seguir adiante, há duas questões ainda dentro do poema que merecem uma reflexão.

A primeira, diz respeito à expressão “velhos socialistas”. Apesar das arbitrariedades, do encarceramento de pessoas cujas trajetórias distavam anos-luz da genérica noção de “subversivas”, de ordinário, houve um esforço dos militares de alcançar preferencialmente os militantes políticos de esquerda. Nesse sentido, a repressão foi, cada vez mais, se tornando seletiva. Para os bonapartistas, era preciso retirar a esquerda da cena política por longos anos. Deriva desse entendimento, não economizar esforços para detenção dos “velhos socialistas”, o que incluía militantes trabalhistas e cristãos. Assim, aqueles que não foram para o exílio ou clandestinidade, terminaram caindo na grade de ferro dos cárceres da ditadura. Numa região, em que socialistas e comunistas sempre representaram um estrato razoavelmente diminuto, não se tornou uma tarefa difícil colocar sobre os seus ombros o peso do manto de chumbo da repressão policial.

A segunda questão deriva do verso: “FOMOS ONZE, desta vez...” Esse verso descortina uma verdade. A escalada da repressão foi crescente. O autor se refere a um grupo formado por sindicalistas, estudantes, patriotas e velhos socialistas. Desse modo, estávamos ainda ante o preâmbulo de um sistema repressivo que foi se sofisticando e se diversificando tal qual uma infernal máquina de triturar ossos. É interessante reter: esse sistema, ao contrário do esforço de alguns em embelezá-lo, não se separou daquele que se tornaria tristemente célebre nos derradeiros anos da década de 1960 e primeiros anos do decênio seguinte, mas seria a sua origem mais fiel e a sua condição essencial. O trem com os ONZE não se cansaria de levar outros tantos onze nos anos subsequentes. As marchadeiras voltariam à paz dos seus lares. A hora agora seria dos algozes do porão.

Não por acaso, numa das primeiras excursões pelo país, Castello Branco visitou em 21 de junho de 1964 a região do Cariri, sendo “recepionado pelo TG 205 de Crato, o primeiro Tiro de Guerra do Brasil a formar uma guarda de honra para um presidente da república. Comandada pelo 1º SGT Ariovaldo⁸⁰ Carvalho”, conforme informações

⁸⁰ Ariovaldo Carvalho se tornaria depois prefeito do Crato no marco de um nítido processo de militarização da política.

contidas em uma fotografia especial⁸¹ que registrou a viagem do primeiro presidente-ditador, essa guarda de honra militar encarnava a aparência política do novo regime político de conotação intrinsecamente bonapartista.

Localizados esses fatos, no marco de uma solução burguesa para crise, solidamente enraizada na repressão política, é lícito falarmos de resistência? Ou, na razão inversa, neste quadro aparentemente definitivo, é possível afirmar que não houve resistência? Ou seja, os golpistas saíram às ruas, lançaram os seus gritos de guerra e nada ocorreu como resposta? Em vista disso, podemos falar de um passeio das FFAA? Aí está, de corpo inteiro, a região caririense no contexto de um golpe de Estado?

O que vimos? O que nos revela a vasta literatura acerca do período? No Brasil praticamente não aconteceu resistência. Jango preferiu “bater em retirada”. Luis Carlos Prestes - dirigente histórico do PCB - jurou, até as portas do golpe de força, que tudo estava sob controle. No mais, a CGT fez um chamado abstrato a uma greve geral. Isso tudo é de importância decisiva. Trabalhistas e comunistas não prepararam as massas para um confronto aberto com a reação. Falou-se muito, à época, do dispositivo militar do governo. Nem isso funcionou. Como funcionaria se o presidente decidiu se render sem esboçar qualquer modalidade de resistência? Um enfoque claro e racional do cenário nacional explica de forma chocante porque no Cariri a necessidade de resistir não se traduziu em um movimento organizado.

Havia um inimigo se organizando, preparando-se para efetivação de um golpe de Estado. Naquela situação, não se poderia cometer dois erros. Subestimá-lo seria um erro; exagerar a sua força, não seria menos danoso. O que fizeram as lideranças do movimento de massas? Nos dias que antecederam o putsh, subestimaram o inimigo; com o golpe em marcha, exageraram a sua força. Isto é, praticaram em questão de dias os dois erros fatais.

Impossível não ver que a burguesia almejava se tornar mais estável e forte. Era preciso detê-la e isso seria decidido nas ruas. É in verdade que não houve resistência. Existiu, mas se configurou como resultado de esforços isolados, caóticos e descentralizados. Logo, estava fadada ao insucesso. As prisões ocorridas no Cariri ao longo de 1964 foram uma manifestação inequívoca da impossibilidade de resistir e

⁸¹ A fotografia nos foi gentilmente cedida pelo 1º SGT Sílvio Sales do Tiro de Guerra do Crato.

vencer desorganizadamente. Foram, na verdade, a ilustração gráfica dos pífios resultados de uma resistência desorganizada. Isso foi de importância decisiva para o duro balanço que dilaceraria a esquerda nos anos subsequentes à quartelada. Da análise de cada aspecto do problema, sugeririam diversas proposições e caminhos para fazer frente ao poder autocrático de viés militarista. Os militantes de esquerda, então, se esforçariam para descobrir correlações, não mais apenas na teoria/programa que até então os guiara, mas fundamentalmente nos fatos, duros fatos de uma realidade em sangue banhada.

VIII. INTERVENÇÃO MILITAR E REPRESSÃO: O CARIRI ENTRA NOS “ANOS DE CHUMBO”

Em dezembro de 2008, o governo do estado do Ceará, em conjunto com a Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou, fez público o convite para a “Solenidade de pagamento de indenizações a ex-prisioneiros políticos, presos e torturados, em dependências administrativas do Estado do Ceará ou sob a guarda de agentes do Estado, no período de 1961 a 1979, conforme a Lei Estadual nº 13.202, de 1º de janeiro de 2002”. Fixemos para começar que o mencionado convite arrolava os nomes de “Ex-presos políticos comprovadamente detidos e torturados em dependências administrativas do Estado do Ceará ou por seus agentes, com processos deferidos no ano de 2008”. Examinada mais de perto a relação de beneficiados pela Lei, encontrar-se-ão em seu cerne as presenças de quatro militantes políticos caririenses.

Chegando a esse ponto, sobrevém uma advertência. As solicitações de reparação econômica, os seus exames e resultados constituem um capítulo a parte da trágica odisséia vivida pelos presos políticos. As investigações acerca desses materiais permitem-nos coligir informações capazes de nos socorrer na reconstituição dos “anos de chumbo” no Cariri, evitando então o pesquisador de sucumbir às soluções nebulosas e grosseiras simplificações. Será preciso, entretanto, aprofundar-se na análise, visando a atingir o cerne do problema. Vê-se, pois, que as dificuldades não são aparentes.

Durante certo tempo, apologetas do regime ditatorial vangloriaram-se do mito da inexistência de constrangimentos físicos acentuados, leia-se, repressão brutal e tortura,

em território cearense. Farias (2007) tratou de dessacralizar essa mistificação infame. Como sabemos, a oposição foi severamente reprimida e 15 cabeças-chatas estão incluídos na lista nacional de mortos ou desaparecidos, embora a maior parte tenha fenecido fora das fronteiras estaduais. Não seria redundante trazer novamente à memória os casos das prisões nas cidades de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha na sequência imediata da quebra da ordem constitucional. Os processos de aprisionamento de opositores e suspeitos seguiram ao longo dos anos e, na maioria dos casos, o exercício dos tormentos físicos era um termo correlacionado com o encarceramento. É especialmente nesse particular que referimo-nos em institucionalização da tortura.

Na última listagem de reparações levada a efeito pelo governo do Ceará, há 38 pessoas, e dentre elas, conforme adiantamos, quatro delas são originalmente da região do Cariri. Vejamos como cada uma é descrita, uma vez que o convite traz em seu bojo os perfis biográficos dos presos políticos que tiveram o direito de reparação sacramentado pelo poder público.

O primeiro nome citado compõe a galeria dos primeiros presos políticos, pertencendo, de fato, a uma primeira geração de resistentes encarcerados:

Hugo de Paiva Bezerra (falecido), processo No. 04269846-4, nasceu em 12 de outubro de 1931. Exercia a função de assistente administrativo na extinta Rede Viação Cearense (ramo ferroviário). Filiado ao PCB - Partido Comunista Brasileiro. Preso na Delegacia do Crato, DOPS e 23º BC no ano de 1964 e submetido a maus tratos. Demitido, permaneceu perseguido e vigiado durante todo o período de vigência da ditadura.

Embora Hugo venha propriamente de uma categoria operária, nota-se que a sua função estava mais diretamente vinculada à estrutura administrativa. Sem embargo, a sua militância no PCB é uma demonstração do enraizamento do “partidão” entre diversos segmentos da classe trabalhadora. Seja como for, essa amplitude tinha limites muito objetivos: o caráter clandestino do partido, o reduzido tamanho do proletariado industrial, a fixação fundamentalmente em setores médios, a pouca pujança da luta de classes no plano regional, o amplo círculo de poder das forças oligárquicas e a robustez da hierarquia católica anticomunista. Esse cenário deixava os partidários e simpatizantes do Partido Comunista, ao mesmo tempo, visados e vulneráveis. Ao avivaram-se as tensões, no caso do Crato, tornaram-se alvos preferenciais.

A explosão selvagem de violência dos golpistas não atingiu apenas bancários, professores e advogados. Além de Hugo de Paiva Bezerra, um ferroviário, outra vítima da truculência policial foi um dirigente sindical operário: José Milton Barbosa do Carmo. O seu perfil biográfico é categórico:

José Milton Barbosa do Carmo (falecido), processo No. 04310969-1, nascido em 07 de setembro de 1924, era membro da diretoria do Sindicato dos Marceneiros da cidade do Crato. Preso pela DOPS em 1964, amargou 7 meses de prisão e mais de 11 anos de perseguição pelos aparelhos de repressão da ditadura, com conseqüências para toda sua família.

Convém notar que o exposto não interdita o fato de que os bancários constituíram a categoria profissional mais amplamente alcançada pela “operação limpeza” (e consequentes prisões) na cidade do Crato. Por sua vez, os próprios processos contemplados em fins de 2008 incluirão um bancário na relação de ex-presos políticos caririenses. Sobre ele, lê-se:

José Tarcísio Costa, processo No. 04270200-3, nascido em 12 de maio de 1931, na época era bancário do Banco do Brasil e pertencente ao sindicato da categoria. Preso na Delegacia do Crato, DOPS e 23º BC, sendo vítima de maus tratos. Teve sua ascensão profissional prejudicada pelas perseguições que continuaram por longos anos.

Observa-se que a população estava diante de um processo seletivo de perseguição política, dirigida, sobretudo, aos sindicalistas e militantes de esquerda. Obviamente, isso não exime esse quadro dos casos de exceção, de pessoas que foram detidas ou presas, e até torturadas, sem que houvessem adotado, em qualquer momento das suas vidas, um ponto de vista político mais ativo e crítico. Há inclusive - como já sugerimos - estratos da população que utilizaram o clima de inquisição para fazer um acerto de contas com esse ou aquele desafeto. Segundo essa estranha maneira de ver o mundo, tudo era válido ao se colocar sob o signo de um Estado de terror.

A cidade de Barbalha não esteve isenta de viver esse conjunto cênico cruento e tirânico. Um exemplar contundente da sanha repressiva pode ser verificado no enclausuramento da ativista social Maria Antonietta, cuja militância, em larga medida, esteve associada à esquerda católica. Ela também pode servir de exemplo para se afirmar a existência de uma senda no interior de uma igreja sobejamente conservadora. Ou seja, mesmo uma cúpula clerical hermeticamente fechada às lutas sociais não é um estorvo absoluto ao surgimento de correntes de leigos com características progressistas.

Essa atitude audaz de militância no movimento estudantil e de educação popular, porém, cobrou o seu preço. Vejamos, agora, o seu perfil biográfico:

Maria Antonietta Duarte Silva, processo No. 04024153-0, nascida em 06 de junho de 1939, era membro da JEC (Juventude Estudantil Católica) e da AP (Ação Popular) e atuava em trabalhos de educação popular pelo método Paulo Freire. Presa na Cadeia Pública de Barbalha e na Escola de Menores Jesus Maria José, em Juazeiro do Norte, no ano de 1964, escola transformada em quartel pelas forças da repressão política.

Esses quatro processos somente dão uma panorâmica da marcha repressiva. Afirmamos que não encerram nada de fortuito em comparação com os fatos que passaremos a examinar.

Uma questão ainda mais pungente é que a repressão sobre opositores cearenses não se restringiu aos seus limites fronteiriços. Não estávamos frente a uma ditadura localista. De fato, o seu cosmopolitismo era decorrente da própria lógica da situação mundial, já incontáveis vezes devidamente referida. Esse é o caso do cratense, José Mendes de Sá Roriz. Herói da 2ª Guerra Mundial, onde atuou sob o comando do marechal Cordeiro de Farias, Sá Roriz militou no Partido Comunista e, depois do golpe militar, passou provavelmente por mais de uma das vertentes⁸² que se dedicaram a luta armada contra a ditadura. Entregou-se ao ex-comandante para salvar a vida do filho (preso e torturado em seu nome), sendo devolvido morto à família cinco meses depois, assassinado pela ditadura. Até onde nos foi dado saber, foi o único cratense que perdeu a vida na luta contra o poder discricionário. Conforme a documentação disponível teria sido morto em 17 de fevereiro de 1973, ou seja, praticamente nove anos depois da implantação do sistema de poder militar. Nesse sentido, dedicou quase uma década da sua vida a confrontar-se com o regime bonapartista.

No extremo oposto, podemos recordar o exemplo de Antônio Bem Cardoso. Pernambucano, nascido em Serrita, Cardoso foi aniquilado pelas forças repressivas na região do Cariri, na fronteira com o estado natal, mais precisamente na cidade cearense de Jati. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), ele caiu provavelmente ante a

⁸² Do trabalho “Direito à memória e a verdade” (2007), levado a cabo pela Comissão especial sobre mortos e desaparecidos, depreende-se que Sá Roriz tenha passado pelo Comando de Libertação Nacional (COLINA) e Resistência Armada Nacional (RAN).

ação de membros da polícia federal, conforme indica o depoimento⁸³ da viúva. Foi assassinado na madrugada de primeiro de junho de 1970.

Vê-se por aí que há casos de caririenses que caíram em áreas distantes da sua localidade, mas, do mesmo modo, há ocorrências que dizem respeito a opositores nascidos em outros estados que tombaram em solo cearense.

E não é só. No momento do Golpe de Estado e nos anos seguintes, o Brasil se tornara palco privilegiado de correntes migratórias internas. O desenvolvimento do capitalismo brasileiro nos trinta anos que antecederam a entrada em cena dos generais, decerto, demandou o surgimento de novas vias de transporte e a prosperidade e reforço dos principais centros urbano-industriais do país, amiúde, tornaram-se fatores decisivos de atração. Não por acaso, Sá Roriz migrou do Crato para o Rio de Janeiro. Inversamente, o ator José Wilker, que saíra de Juazeiro do Norte para o Recife, retornou⁸⁴ ao burgo de sua infância encobrendo-se das vistas dos aparelhos de repressão que tinham os olhos grudados na subversiva Veneza pernambucana. Como se percebe, as correntes migratórias receberam um novo impulso produzido pelo despotismo militarista. De sorte que, Wilker (que saíra do Cariri para o Recife) volta da capital do estado vizinho e se refugia em Juazeiro⁸⁵ e um pernambucano, Antônio Cardoso, retira-se para Jati, uma diminuta localidade encravada no sul do Ceará, onde, de fato, será executado.

Uma parte desse mau fado começa a vir à tona. Papito de Oliveira, que presidiu a Comissão de Anistia Wanda Sidou, entre os anos de 2004 e 2006, decidiu organizar um trabalho na forma de livro, partindo dos depoimentos “de mais de cem pessoas vítimas das atrocidades da ditadura militar” (2009:25/26). Há seções da obra dedicadas ao interior e como parte delas há páginas destinadas aos presos políticos caririenses, ou, pelo menos, a certo número deles. Em todo caso, eles seguem como um subcapítulo de uma história ou um estudo carecendo de ampliação e aprofundamento. Uma vez mais,

⁸³ Idem, p. 131.

⁸⁴ Esse retorno nos foi detalhado pelo professor aposentado e pesquisador caririense Daniel Walker, primo do ator José Wilker e testemunha in loco da fuga e ocultamento.

⁸⁵ O ator José Wilker (nascido em Juazeiro do Norte, 1947) trabalhava, no ápice da ruptura constitucional, no Recife, mais precisamente no Movimento de Cultura Popular (MCP). No auge da repressão que se seguiu ao golpe, se deslocou até Juazeiro do Norte, e lá se refugiou, mas no caso, a sua terra natal foi somente a ante-sala de um deslocamento mais profundo e ousado: o Rio de Janeiro.

será inevitável empenhar-se para procurar descobrir onde se escondem páginas de uma história que carece de ser reconstituída e explicada.

Assinale-se, por fim, que a contribuição é válida e pode servir de impulso para estudos mais elaborados e aprofundados acerca da vida daqueles que, desde o Cariri cearense, foram vítimas da coação do militarismo. Há, sem dúvidas, potencialidades operatórias no texto passível de torná-lo um registro indispensável para trazer à superfície uma fração dos fatos eventualmente imprecisa ou obscura.

Cuidemos, então, de apreender o essencial.

Duas passagens chamam a atenção pelo inusitado. Uma delas diz respeito ao sucedido com Airton Gomes de Araújo, “preso em Brejo Santo (CE), em 15 de dezembro de 1965” (PAPITO, 2009:317). Em uma conversa informal, declarou que “o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco não tinha pescoço ou, se tinha, era de tartaruga” (idem, p. 317). No momento seguinte, o fato é elevado à categoria de marco histórico, por si só, exposta às sanções de maior rigor. Airton passou pelas prisões de Juazeiro do Norte e Fortaleza e “pela cadeia pública de sua cidade natal”. Esse processo se estenderá ao longo do ano de 1966 e ele será “detido novamente” em 1969. Pelo seu depoimento, o estigma de subversivo ou comunista o acompanhará como uma maldição, tendo sofrido “todo tipo de discriminação” (p. 319). Outro exemplar que agride pela irracionalidade diz respeito a “um senhor com cerca de 70 anos”. Esse senhor não nominado surgiu nas narrativas do período a começar do depoimento de Geraldo Alves Formiga, contador arbitrariamente aprisionado no município do Crato. Nas suas palavras, a prisão do idoso se deveu ao fato do mesmo haver arrematado “num leilão promovido por sua paróquia em 1938, uma galinha cheia em homenagem a Luis Carlos Prestes” (PAPITO, 2009: 327). Isto é, de forma surrealista, ele estaria sendo apenado por um “delito” praticado há cerca de ¼ de século, o que nos permite também verificar a preponderância de um arbítrio incomum por parte dos agentes do regime político militarista. Finalmente, nota-se a clareza meridiana no que toca ao elemento do anticomunismo.

Essas prisões decorriam - não poucas vezes - de delações e testemunhas que produziam rosários de denúncias contra pessoas cujas relações com a doutrina e o programa do comunismo eram tão sólidas como as de um leigo com as teorizações referentes à física quântica. Supomos aqui, portanto, que prisões como a de Walter

Barbosa e Dário Maia Coimbra, em Juazeiro do Norte, só poderiam, e só podem ser compreendidas⁸⁶, em um contexto talhado por sentimentos de grande inquietação e capaz de infundir um clima de suspeição e de alcagüetes.

Num sentido generalíssimo, foram modos ou manifestações de um mesmo fenômeno: o ditatorial policialesco. Efetivamente, mostram recorrência ao longo do tempo. Constituem, no fundo, características comuns de todas as ditaduras: fascistas, bonapartistas etc.

São nestes contextos que tem lugar a monstruosa sombra da caça as bruxas.

A partir desse esboço, podemos retomar a personagem Geraldo Alves Formiga, o contador cratense, que preso, perseguido, “sem mais explicações”, “agredido na nuca pelos trogloditas”, nas enérgicas palavras de Papito (2009:328), encontrou incontáveis impedimentos, dentre eles o da discriminação política e da condenação moral, para seguir a sua profissão. Retirou-se do Crato, vagueando por diversas cidades caririenses, como forma de retomar a sua carreira e garantir a sobrevivência material. Decididamente, partindo desse delineamento inicial há de se retirar daí uma conclusão fundamental, a saber: em tais ocasiões, nada é lícito, mas tudo deve ser aceito e legitimado.

Papito de Oliveira também aborda o caso de José Figueiredo de Brito Filho, episódio que exploraremos melhor mais adiante, mas que começamos a esboçar em seção anterior, empunhando um cordel na condição de registro histórico do fato. Essa é uma situação passível de ser formulada de vários modos e, nestes termos, nos contentamos com a fórmula que adotamos. Resta-nos trazer para o primeiro plano os casos de Gilberto Mariano, Anastácio Nóbrega Tahim e Eribaldo de Carvalho Portela.

⁸⁶ A prisão de Walter Menezes Barbosa, intelectual, educador e homem ligado ao teatro amador de Juazeiro do Norte, já foi devidamente apreciada em uma das seções da presente tese. Dário Maia Coimbra, autor de *Os construtores de Juazeiro*, foi detido e prestou depoimento acerca do seu suposto esquerdismo. Irmão do esportista e carnavalesco, Antônio Fernandes Coimbra (conhecido como “Mascote”), Dário pertencia a um dos agrupamentos familiares tradicionais da cidade de Juazeiro e a sua prisão decorreu, em última instância, da combinação de arbítrio e incompetência dos órgãos responsáveis pelas investigações e processos coercitivos no âmbito do regime de força. A transformação de cada Inquérito Policial Militar (IPM) em um esforço incontido para deter a “subversão” tornava cada um dos ouvidos em um subversivo de primeira hora.

No período imediato que se seguiu à instalação do poder ditatorial, dezenas de pessoas foram presas no Crato. Um dos casos de maior repercussão se deu com a prisão de Gilberto Mariano. Em tese, se tratava de um “homem da sociedade”. Nas palavras de Papito, era tido “como uma pessoa de bem pelos amigos” (p. 337). Em palavras simples, isso queria dizer que ele não era um “vermelho”, um “agitador”, em suma, um comunista. Com o sistema militar de poder, entretanto, disseminou-se uma disposição de encarcerar todo indivíduo cuja trajetória pudesse conter um milímetro que fosse de criticidade política. Privilegiou-se perseguir todos aqueles que, de alguma maneira, houvessem adotado uma expressão equivalente a simpatia ou apoio a Jango e as reformas de base, ainda quando estabelecessem essa simpatia ou apoio de forma somente pontual ou velada.

Embora não como aspecto central, poderíamos empregar uma hipótese de trabalho: efetivamente, Gilberto Mariano⁸⁷ era um democrata radical, uma opção política considerada naquela áspera conjuntura de um delito passível de penalidade. Assim, os golpistas não se furtarão de destruir e desorganizar a vida de um número expressivo de “pecadores” cujas transgressões mais visíveis foram as de apoiar reformas profundas capazes de tornar menos injusto um país varado pelo signo da iniquidade e resguardar as liberdades democráticas. Parte dos presos políticos poderia até se enquadrar no modelo ou arquétipo do subversivo ou comunista, aquele cuja estratégia, retórica ou efetiva, estivesse na realização de transformações de fundo em um regime social fundado na exploração, mas costuma-se, em certos casos, indicar democratas, trabalhistas⁸⁸ e afins como se estes tivessem como móvel a doutrina de Marx. Num

⁸⁷ Gilberto Mariano, assim como João Mariano em Juazeiro, foram presos. No caso de João Mariano, ele assumiu abertamente ser comunista, enquanto Gilberto, mesmo passadas várias décadas dos funestos fatos, de ordinário, manteve o tom mais de um adepto da democracia representativa do que propriamente de um militante político favorável a uma mudança do regime social, leia-se, de um adepto do comunismo. Ronald Albuquerque (conforme descrevemos no corpo do texto) e José de Brito Filho, contudo, afirmaram categoricamente a idéia da militância comunista de Gilberto Mariano. Essas convicções parecem mais fortes do que as nossas dúvidas.

⁸⁸ Tomando como precisas as informações do filho de José de Figueiredo Brito, José de Brito Filho, certamente estaremos próximos de desmistificar a noção primária que relaciona mecanicamente as condições de presos políticos e militantes da causa comunista. Entrevistado pela irmã, ele dirá: “Telma, você se esquece que papai era tachado de comunista. Era esse o conceito que ele tinha no Crato, apesar de não ser filiado a nenhuma agremiação política desse gênero. Era um lutador pelas causas justas, apoiava os movimentos populares, mas sem qualquer compromisso ideológico ou partidário” (BRILHANTE; BRITO, 2009:33). Obviamente, o PCB estava na condição de semi-ilegalidade e o registro no PTB era, por exemplo, quase que a única via, para uma militância legal. De fato, José de Figueiredo Brito foi filiado ao PSD e ao PTB. De resto, Brito Filho não admite que isso pudesse se constituir em cobertura a uma suposta militância comunista clandestina. Teria ele alguma razão, 45 anos depois, para não afirmar essa opção do seu genitor, na hipótese de que ela houvesse ocorrido? Na entrevista que nos

sentido geral, nacionalistas e comunistas foram tidos, no período em análise, como expressões equivalentes. Essa hipótese, contudo, é contestada no caso de Gilberto Mariano. Por exemplo, o professor Ronald Albuquerque, cuja família sofreu barbaramente com a ditadura militar, afirmou-nos o caráter comunista da militância do Sr. Mariano.

Essa afirmação do professor, entretanto, não invalida a conjectura em seu sentido mais geral. Com vistas a infundir imputabilidade aos perseguidos, por via de regra, atribuíam-lhe o rótulo molesto de comunista. No sentido mais geral, é uma conjectura que, na nossa percepção, tem validade para numerosos casos ocorridos não apenas no Cariri, mas em escala de todo país. Quantas vezes os nomes de dom Hélder Câmara, dom Fragozo e frei Tito não foram distinguidos como marxistas, “vermelhos” e “subversivos”?

A associação era constantemente admitida e considerada verossímil.

Supomos, aqui, portanto, a existência de casos de perseguidos políticos caririenses, por maiores que fossem as suas convicções sociais, que se inserem na corrente associação. Esse liame, muitas vezes falso, era decorrente de um tempo movido pela “mão invisível” dos instrumentalizadores da política de caça às bruxas.

De outro ponto de vista, a questão é, pois, a seguinte: ao se colocar sob o signo da ordem constitucional, democratas, nacionalistas e comunistas foram arrolados - com grosseira simplicidade - unicamente na última categoria. A idéia básica dessa concepção reducionista era: por dentro, são todos vermelhos, ainda que por fora se pintem de verde, azul ou amarelo.

Essa idéia seria não apenas política e metodologicamente redutora, mas estaria desprezando uma regra elementar, a de que um conceito, ainda que correlato, não é, forçosamente, similar. Esse procedimento, ou idéia-diretriz, era relativamente normal na época e isso explicaria que a imagem de uma pessoa tida como um lojista, “uma pessoa de bem”, amiga de pessoas influentes na urbe cratense, correspondesse, ao mesmo

concedeu José de Brito Filho afirmou a sua condição de comunista, mas não a do seu pai. Suponhamos que situações similares estariam colocadas para alguns casos em que trabalhistas e democratas, mesmo que guardassem pontos de contato com o Partido Comunista Brasileiro, são caracterizados rigorosamente como se, com efeito, fossem “comunistas de carteirinha”.

tempo, a imagem do agitador da foice e do martelo. Muitas imagens foram construídas à luz de uma notável ambivalência.

É discutível que se queira tornar cada preso político em um “agitador vermelho”. No curso da década de 1960, reiteradamente se percebe o enlaçamento de grupos e ideologias aparentemente estranhos uns aos outros. Parecia ser uma necessidade dos vencedores: unificar os inimigos, todos eles, debaixo do mesmo rótulo. Dessa maneira, os presos políticos do Cariri são partes separadas por programas e ideologias, mas integradas, não só pela máquina de propaganda militarista, mas pelo sofrimento comum. Esta rápida caracterização serve para entender por que se inserem num único itinerário percorrido um operário comunista como José Milton Barbosa do Carmo e representantes das camadas médias, antes de qualquer coisa, aparentemente apenas democratas, casos de Geraldo Alves Formiga e Gilberto Mariano. Aliam-se das apreciações o que os distinguem e, nestas condições, avivam-se os traços comuns.

Nesse espaço, coube aos sindicalistas a efetivação de uma trajetória experienciada com gosto de sangue. Nestes termos, os exemplos de José Tarcísio Costa (bancário) e José Milton (marceneiro) são frações de uma só e mesma história, a do aniquilamento da livre organização sindical. Parece ocioso recordar que a repressão ao sindicalismo brasileiro consistiu em uma das passagens mais funestas do período, começando paralelamente com o despedaçamento do regime político democrático-burguês. Esse fato demonstra que um sindicalista consequente não pode ter despreço às liberdades políticas, pois elas são fundamentais para organização da classe trabalhadora, ainda que no seu formato mais primário. Ademais, sob o domínio de um regime político coercitivo, as lutas por reivindicações, sejam elas imediatas, sejam elas gerais e históricas, tornam-se muito mais difíceis e embaraçosas.

Bastante significativo, em relação a essa questão, deu-se, em Juazeiro do Norte, com Anastácio Nóbrega Tahim. Aqui temos um exemplo evidente:

Em 13 de agosto de 1962, Anastácio Nóbrega Tahim assumiu, no Banco do Brasil de Juazeiro do Norte, a carteira administrativa e em seguida, um cargo em comissão como caixa. No mesmo ano, foi eleito secretário da Associação dos Bancários de Juazeiro do Norte, hoje denominada Sindicato dos Bancários do Cariri (PAPITO, 2009:341).

Quais os “crimes” praticados pelo sindicalista bancário?

Papito de Oliveira se esforça em elucidá-los:

Entre as suas atividades como secretário da associação, consta a publicação de um jornal e a participação, como líder sindical, nas greves aprovadas pela categoria em reunião aberta e democrática (p. 341).

Cumpre, porém, rememorar que as lutas sindicais estiveram no centro da conjuntura nos anos que antecederam à ação de força civil-militar de 1964. Esse foi um dos rasgos mais evidentes da vida política nacional nos primeiros anos da década examinada. Portanto, quando ocorreu a ruptura da ordem política constitucional, o governo militar mobilizou o seu dispositivo repressor e empregou o arbítrio e a tortura como ferramentas para desarticular os líderes sindicais inconvenientes ao regime.

O Sindicato dos Bancários do Cariri surgiu como associação, em fins dos anos 1950, em um contexto de politização da sociedade e de reorganização do movimento sindical. O Comando Geral dos Trabalhadores (CTG) é produto da recomposição e fortalecimento do sindicalismo brasileiro. Por trás das lutas que sacudiram o país, nos primeiros anos do decênio 1960, estiveram os sindicatos operários, de bancários e, no plano mais amplo, o CGT. Consoante essa realidade, não é de estranhar que no projeto repressivo em marcha compusesse a sua agenda a perseguição sistemática aos sindicalistas.

Vivendo no fio da navalha, os perseguidos políticos - fossem sindicalistas ou não - viam passarem os anos, mas não o estigma. No caso de Anastácio, com o tratamento cruel que lhe foi infligido e sob repetida diligência, terminou por ser arrastado a um beco sem saída, e poderíamos dizer que acabou por ser constrangido a pedir demissão, e conforme Papito: “A liberdade real só chega(ria) com a promulgação da Lei da Anistia, a partir da qual os democratas tenta(riam) reconstruir suas vidas destroçadas pelos algozes da democracia” (2009:342).

Empregado, maiormente, em Crato e Juazeiro do Norte, esse método de aossamento também será instaurado e desenvolvido na cidade de Barbalha. O relato pungente do ocorrido com Maria Antonietta Duarte Silva não é manifestação isolada. Tratava-se de uma ativista social, de uma educadora popular, uma paulofreireana.

Nessa mesma linha, o que dizer, então, de Eribaldo de Carvalho Portela?

O texto de Papito é amorfo, não permite que se estabeleça com clareza o grau de engajamento político de cada preso político. Chama a atenção a natureza ostensiva da perseguição movida contra Eribaldo e os seus contatos com a cidade do Recife. Por trás desses contatos existiriam somente projetos profissionais? Paralelamente, não haveria uma militância política dissimulada, crítica, de esquerda? O que nos permite, num sentido geral, levantar essas indagações são os laços políticos históricos entre ativistas e lideranças caririenses, em diferentes tempos, com a capital pernambucana. Desde a Conjuração de 1817 até a resistência contra o autoritarismo pós-64, essa proximidade política não apenas continuou, mas foi aprofundada. Fazemos outra observação: ele esteve preso em Barbalha, Crato e Fortaleza. Obviamente, os fatos não falam por si só. Com efeito, o esquema repressivo era recorrente, não costumava a dar trégua e perseguia os suspeitos infatigavelmente. Fazemos esse esclarecimento porque houve casos de pessoas detidas ou presas, posteriormente liberadas e novamente recambiadas aos presídios da vida, sem que se provassem os seus envolvimento com correntes de esquerda. No curso daqueles anos, isso era frequente.

Abandonamos a própria sorte uma hipótese aventada em diversos depoimentos de testemunhas da época, qual seja: a de que os presos políticos, quase invariavelmente, eram comunistas. Ao defrontarmo-nos com esse caso, contudo, verificamos que há indícios de que o funcionário público do IBGE, Eribaldo de Carvalho Portela, dispunha de algum grau de militância política, embora os dados arrumados não nos permitam uma resposta definitiva. Do livro organizado por Papito, há um indício que precisa ser tratado com cautela. Diz ele que Eribaldo foi demitido, em Teresina, da Companhia Hidroelétrica de Boa Esperança (COHEBE), empresa para a qual trabalhará quando se encontrava em situação de licença do IBGE, acusado “de estar envolvido com grupos de esquerda” (2009:349).

Por que cautela?

Porque já vimos que as perseguições, em diversas circunstâncias, resultavam do arbítrio, de um acossamento sistemático, e não, forçosamente, do fato de um indivíduo qualquer encontrar-se engajado em uma organização de esquerda. Muitos foram vítimas de apresamento e da espionagem mais descabida sem que houvesse entre eles e as vertentes marxistas ou correlatas qualquer nível de contato orgânico. Há situações em que a mera simpatia era causa de acosso pela polícia política. Concomitantemente, a

mera suspeita poderia servir de argumento para violações da privacidade e, no limite, perseguições infames.

Teria ocorrido isso com Eribaldo? Trata-se de uma hipótese perfeitamente cabível. Estudioso e profissionalmente dinâmico, não há de se rejeitar a conjectura de que os seus contatos em Recife se devessem essencialmente a um projeto pessoal, sem qualquer nexos mais profundo com opções políticas consideradas “perigosas” pelo regime dos generais. De qualquer modo, as relações de simpatia de segmentos letrados do Cariri com propostas de mudanças sociais e políticas nos levam a não pôr de parte a hipótese de que, neste caso, o servidor público em tela provavelmente conservava laços orgânicos com as idéias sustentadas pela esquerda⁸⁹ naquela difícil conjuntura. Seja como for, tornou-se alvo dos agentes de uma ordem tatuada pelo selo da arbitrariedade.

⁸⁹ Depoimentos que colhemos na região atribuem a Eribaldo de Carvalho uma militância efetiva e assim sendo as perseguições se deveram fundamentalmente ao seu engajamento político. Monsenhor Murilo de Sá Barreto e Manoel Santana (militante do PT e prefeito de Juazeiro, eleito em 2008) reforçaram essa hipótese de trabalho. Sempre que citarmos Manoel Raimundo Santana Neto, o faremos como SANTANA NETO (2005)

CAPÍTULO 2: PADRES, CORONÉIS E AS INSTITUIÇÕES LOCAIS NOS “ANOS DE CHUMBO”

I. UMA APRESENTAÇÃO DO TEMA

O importante neste capítulo é trazer para o centro das nossas inquietações o exame do papel exercido pelas forças que apoiaram a implantação do “Estado militar”. Com esse objetivo, recolocamos a questão da parte que coube a padres e coronéis na trama golpista, mas o fazemos em conexão com a dinâmica do regime político. Note-se que consideramos central, a partir de agora, examinar a prática dos sujeitos citados no desenvolvimento do sistema de poder militar.

Em todo caso, estendemos o nosso campo de observação, alcançando a institucionalidade política local. Dito isso, adotamos a orientação de examinar um caso - o legislativo municipal de Juazeiro do Norte - na qualidade de via de acesso às instituições - partido, câmaras etc.

Diferentemente do capítulo anterior, fatiado em seções, em geral, curtas, a nossa pretensão é estudar esses sujeitos, instituições e processos em grandes panorâmicas, sem mitigá-los, mas apresentando-os de uma forma talvez menos leve, isto é, por intermédio de um número menor de seções, mas, em contrapartida, ineludivelmente mais longas.

Em resumo: padres, coronéis e instituições políticas locais são os escopos fundamentais deste capítulo. Mais do que os elementos empíricos, contudo, nos inquieta a intenção de conferir uma historicidade e um estatuto teórico ao conjunto de sujeitos e práticas que nortearam o campo da contra-revolução. Isso, por sua vez, não tem o significado de incorrer em uma leitura linear, imprevidente quanto às contradições, das forças sociais e políticas que, em linhas gerais, estão associadas ao militarismo. Isto é, a regra inicial não nos exime de observar e marcar vivamente as particularidades. Disso resulta a tentativa de recolher da evolução geral os pontos de incoerência com a regra inicial.

Quer dizer: se bem seja certo que padres, coronéis e instituições políticas locais se irmanaram ao engenho golpista, também é certo que do interior da “armada” tenha se

observado a presença de elementos que, em seu devir, nos oferecessem algo mais que o simples e indubitado assentimento à ordem despótica? Teriam esses pontos de incoerência conferidos à evolução geral uma sorte diferente?

II. A IGREJA NO CARIRI À EPOCA DA USURPAÇÃO MILITARISTA

De igual modo que concluímos a introdução do capítulo começamos a presente seção, quer dizer, indagando. A pergunta é: pode-se medir o caminho percorrido pela institucionalidade católica nos “anos de chumbo” ou tal propósito é - não mais - que uma ilusão?

No sul do Ceará, a igreja católica tem invariavelmente cumprido um papel de indiscutível magnitude. Os primeiros sinais da empresa colonizadora, de certo modo, não estiveram divorciados da organização das primeiras capelas. Chamamos a atenção, todavia, para a sua função socialmente organizadora ao longo dos séculos seguintes à colonização, sobremaneira no decorrer do século XIX. É uma função, inclusive, empreendedora. Salta aos olhos a intensa atividade desenvolvida, por exemplo, no século XIX, pelo padre Ibiapina. Della Cava (1976) narra exatamente o entusiasmo da população diante das iniciativas do religioso cearense que o destacaram entre os seus pares:

Por toda parte era recebido, com veneração, por ricos e pobres. O trabalho do missionário não deixou de lado as melhoras materiais. Mobilizou trabalhadores submissos e crédulos não apenas para a realização de concertos nas igrejas e nos cemitérios, mas, também, na construção de açudes, abertura de poços e cacimbas, bem como no planejamento de novas estradas.. (p. 34).

O padre Ibiapina ficou conhecido, sobretudo, pela construção das casas de caridade, e nas suas duas estadas pelo Cariri ergueu quatro delas nos “quatro principais municípios do Vale (da época) - Crato, Barbalha, Milagres e Missão Vermelha” (DELLA CAVA, 1976:34). Ele, no entanto, não foi um caso isolado de influência da igreja católica, ou de alguns de seus membros eminentes, sobre a vida e a mentalidade de milhares de desafortunados. Essa influência, não raro, transitou entre a vida social e a superestrutura política. Os casos de Antônio José de Souza, pároco de Jardim, e do

padre Alencar, filho de Bárbara de Alencar, nos acontecimentos políticos de 1817 e 1824, foram uma expressão dos laços entre o poder espiritual e os poderes terrenos. Por fim, há o caso mais que estudado de padre Cícero Romão Batista.

Essa história específica da igreja católica no Cariri justificou, muitas vezes, a utilização do termo⁹⁰ “política eclesiástica”. Nesse sentido, ao adentrarmos a realidade da região no período de dominação do militarismo, não é recomendável ignorar esse fato histórico, social e político. De modo ineliminável, também não se deve desconhecer que essa história específica da igreja católica jamais esteve dissociada dos interesses de classe dos agrupamentos dominantes.

Quando do golpe de 1964, a região caririense atravessava um momento de transição, conforme já constatamos. Se pusermos à parte as mudanças no terreno econômico, guardadas as proporções devidas, verificamos a existência de manifestações indo no mesmo sentido no tocante à realidade social e à aparelhagem mental. Cumpre mencionar que essas transformações eram parte de um conjunto mais amplo de metamorfoses cuja amplitude era nacional, ou, em alguns casos, até mais.

Esse fenômeno das transformações, então em curso, traduziu-se em diversos níveis. Tratava-se, em última análise, de um processo desigual e combinado. Analisando a conformação do campo político-ideológico no Cariri dos anos 1960, devemos salientar que aí as mudanças se operavam com irrefutável lentidão. Dito isso, no caso da igreja católica a sua gramática seguiu prisioneira dos constrangimentos típicos da neocristandade. Nestas condições, primavam mais os elementos de antigos impulsos em comparação com os ventos renovadores. Em poucas palavras, tratava-se de uma transição lenta e carregada de ambigüidades e contradições. A hierarquia da igreja católica, em especial, parecia divisar o presente que lhe batia com força a porta, mas pesava o seu compromisso com um passado que lhe conferia sentido e segurava-lhe o passo.

Assim caminhava a igreja católica em seu processo de atualização⁹¹ e presentificação: um passo a frente, dois passos atrás.

⁹⁰ Sobre isso, reportar-se a Raph Della Cava e o seu trabalho “Milagre em Joazeiro” (1976).

⁹¹ Engels nos lembra que o clero “sofre também os efeitos das transformações históricas” (MARX; ENGELS, 2004:64).

Menos de três anos depois do êxito dos generais, comentando nas páginas da Tribuna de Juazeiro o caráter dessa modernização incoerente, Sílmia Sobreira infere, quase com amargura: “O aspecto físico de Juazeiro muda muito rapidamente, mas o mental, parece, não acompanha o mesmo ritmo” (1967:2)

Resumidamente, se as transmutações econômicas eram graduais, nas demais dimensões da realidade regional os processos pareciam se revelar ainda mais lentos. A partir daquele momento, quando os golpistas se vêem vitoriosos, a superestrutura política e as formas ideológicas mais relevantes estabelecidas no Cariri vão se identificar com o espírito que guiou o movimento contra-revolucionário. Talvez mais do que em qualquer outra parte, tivemos na região o que Rago Filho denominou de “movimento cívico-eclesiástico-militar” (2001:174).

Assim, como sugerimos antes, em uma região de fraca civilização burguesa-industrial, a cultura cristã anticomunista haveria de cumprir um papel de força ativa na opressora odisséia que se estabeleceu - como marco histórico - a começar de 1964, com o golpe de Estado. Essa linha, contudo, vinha sendo percorrida e não somente desde o momento imediatamente anterior ao sufocamento da ordem constitucional. Do exposto, segue-se a necessidade de examinar atentamente a função sócio-histórica cumprida pela igreja católica na empreitada golpista nas urbes que propositadamente nos servem de laboratório. Esse intento, no entanto, exigirá uma breve vistoria do seu percurso *in situ* e o encadeamento da análise no plano local com as mudanças de rumo experimentadas pela igreja em uma perspectiva político-geográfica mais abrangente.

Não se deve exagerar, mas o anticomunismo não era uma prerrogativa da legião de clérigos contemporâneos dos acontecimentos que fizeram o país mergulhar em uma ditadura bonapartista. No caso da região, não é precipitado recordar esse tipo de postura no próprio Padre Cícero Romão Batista. A primeira manifestação mais contundente a esse respeito veio da sua pena por intermédio do “Manifesto Anticomunista”, divulgado pelo padre em fevereiro de 1930.

Em suas palavras:

A horda vermelha ameaça com as suas garras de abutre destruir a nossa felicidade, perturbando a paz do Brasil em

*seus fundamentos seculares - a própria organização da família, célula-mater da sociedade cristã.*⁹²

Nessa medida, os comunistas são tidos como “emissários de Satanás” e o comunismo como a “besta fera do apocalipse”. Visto em conjunto, o manifesto era um chamado aos cristãos para que lutassem contra o “vulcão bolchevista”. Em geral, há imprecisões teóricas a ponto de existir no texto uma profunda confusão entre comunismo e liberalismo, enleamento teórico-ideológico frequentemente observado nas formulações de contemporâneos de Cícero Romão Batista. Baseado em um fluxo impreciso e irregular de informações, esse ponto de vista, em amplo sentido, desvenda uma leitura recuada no tocante ao desenvolvimento histórico. A passagem final é reveladora:

De pé cristãos do Brasil! Guerra de morte aos que empunharem a bandeira vermelha do liberalismo para estancar em nossas almas a fonte perene de fé e entregá-la inerte nos braços de Satanás! Cegos serão todos aqueles que cerrarem os olhos à evidência da verdade.

Dessa forma, a retórica contra o comunismo era um dado da realidade que precedia, em décadas, os anos 1960. De feito, no marco da neocristandade a luta contra a “horda vermelha” era um problema de princípio. Em seu sentido mais profundo, isso era parte de um confronto que ultrapassava as fronteiras regionais e até as linhas fronteiriças do país. A linguagem do padre Cícero era decididamente de guerra e isso, decerto, não poderia deixar de estabelecer as suas marcas, ainda que isso não seja tudo e não substitua a necessidade de uma análise concreta da situação concreta.

Dito isso, voltemos ao contexto histórico da nossa análise.

No mesmo ano que padre Cícero divulgava o seu manifesto, nascia em Barbalha Francisco Murilo de Sá Barreto. Em 1958, veio para o Juazeiro do Norte, como vigário cooperador, e não demorou a ser comparado, por alguns, com o seu antigo antecessor. Um ano antes, Antônio Batista de Fragoso, dom Fragoso, se tornou bispo auxiliar de São Luís do Maranhão. Ambos desenvolveram percursos distintos nos anos seguintes. Murilo fez com que a igreja de Juazeiro gravitasse ao seu redor, tornando-se um novo divisor de águas no trajeto da instituição, em escala local; mas, antes disso, aderiu ao

⁹² Uma cópia desse manifesto nos foi gentilmente cedida por Tiago Josimar, graduado em História pela URCA, professor e membro do Grupo de Estudos Marxistas (GEM), que mantivemos na universidade citada até o período de afastamento para cursar o Doutorado. Depois descobrimos o mencionado manifesto em um livro escrito por Walker (2002).

movimento golpista, partindo do eixo do anticomunismo. Dom Fragozo se deslocou do Maranhão para Crateús, no Ceará, e transformou a diocese, sob o seu comando, em uma trincheira de resistência ao sistema de poder militar. Ou seja, nada estava dado. Mesmo dentro da igreja, os caminhos não estavam, desde o princípio, traçados. Ocorreram roturas em seu interior, embora prevalecesse a linha de solidariedade política com os golpistas. É o que pretendemos demonstrar.

Aqui, somos obrigados a abrir um novo parêntese. Vejamos como alguns estudiosos abordaram essa temática e trataram as mudanças que se operaram no cerne do catolicismo brasileiro ante o esgotamento do modelo característico da neocristandade.

Maduro (1983) refere-se⁹³ à “influência que as instituições religiosas exercem sobre os processos sociais e dos condicionamentos que a dinâmica da sociedade impõe ao desenvolvimento das religiões” (p. 41). Pode-se dizer que nos trinta anos que precederam a emergência da ditadura militar, a dialética dinâmica da sociedade/instituições sociais esteve permanentemente colocada. Isso explica os esforços de atualização da corporação clerical, mas ao mesmo tempo os limites da atualização. Os processos sociais exigiam que a igreja se atualizasse, mas também fixava o ponto-limite da modernização. Em outras palavras, o compromisso com a ordem e não com a sua superação era a fronteira estratégica a ser respeitada.

Digamos, para reforçar a nossa argumentação, que ao tempo que procurava se adequar a um mundo em transformação, a igreja católica não se furtava em reafirmar as suas convenções morais e sociais mais importantes.

No nível da própria história, no entanto, a “Igreja Católica não é um bloco homogêneo. Nela estão presentes práticas diferentes e mesmo contraditórias” (DELGADO; PASSOS, 2003: 98). Na seqüência imediata, os autores concluem: “Existem diferentes comportamentos religiosos e políticos, influenciados pela forma como seus membros se ligam às várias classes sociais” (idem, p. 98). Dir-se-ia que, na difícil conjuntura de emergência do militarismo político, padre Murilo e dom Fragozo se ligaram a classes sociais distintas e antagônicas.

⁹³ Maduro, efetivamente, discute a função da Sociologia das Religiões e essa citação não está descolada desse esforço. Ora, a Sociologia das Religiões reflete exatamente essa dialética entre os processos sociais e a influência das instituições religiosas.

Rejeitamos, porém, a conjectura de uma instituição amorfa, que não teria adotado uma posição definida concernente aos fatos de 1964, sem que essa nossa postura tenha o significado de ignorar a necessidade de um exame concreto, particular e objetivo da igreja católica nos anos que antecederam e no momento de eclosão do *putsh* reacionário.

Anotemos, de passagem, que a igreja católica deixou de ser religião oficial de Estado, com a Proclamação da República, mas, amiúde, sempre se recusou a atuar no dia a dia, salvo como parte da institucionalidade dominante. Embora o Estado tenha se tornado laico, a Nação deveria se afirmar, mais do que nunca, como Católica Apostólica Romana. Nesta ótica, com o advento do regime republicano:

O catolicismo oficial procura se afirmar como poder e, em várias situações, alia-se ao poder político para combater o liberalismo, o comunismo e assegurar a ordem na nação brasileira (DELGADO; PASSOS, 2003: 98).

Evidentemente, essa ordem pressupõe a reafirmação do *status quo* no plano econômico e político, assegurando a ordem social de uma Nação brasileira calcificada sob a égide de uma religião que lhe seria legitimamente oficial. Esse é o preço que ambos têm de pagar, Estado e igreja em sua tácita e quase infável Concordata. Sem simplificação excessiva, poder-se-ia concluir: em nome de Cristo, a igreja não pouparia esforço para atuar em ditosa sincronia com o poder político terreal, mas sempre na perspectiva de enraizá-la, ainda mais, no coração das amplas massas.

Mais adiante, Delgado e Passos arrematam:

O pensamento da hierarquia católica estava, num primeiro momento, em sintonia com o lema do papa Pio X: “Restaurar todas as coisas em Cristo” e, depois, com o de Pio XI: “expandir o reino de Cristo” (idem, p. 98).

Esse espírito se traduziu na lógica que permearia a política da neocristandade sob a direção de dom Sebastião Leme, que comandaria o catolicismo oficial brasileiro, desde o Rio de Janeiro, por aproximadamente 20 anos. A sua proximidade com Getúlio Vargas é testemunhada por fotografias que, ainda hoje, são observadas em manuais de história e revistas especializadas sobre o período. Com a queda de Vargas, abriu-se um período de transição que seria completado somente nos anos 1950. Partindo daí, a igreja católica ensaiaria uma modernização do seu discurso.

No período anterior, a preocupação, de fato, estava na “luta contra o comunismo, os protestantes, os espíritas e a mentalidade laicizante” ((DELGADO; PASSOS, 2003: 99). Teria ocorrido nesse lapso de tempo um apagamento progressivo das preocupações centrais⁹⁴ que, até então, , em particular, centralizara os membros da hierarquia católica?

Serbin (2001) escreveu em “Diálogos na sombra” que o processo de modernização da igreja católica, necessariamente, não significava que a sua hierarquia almejava retirar o foco no que dizia respeito aos principais inimigos do catolicismo. Inversamente, a força dos contendores parecia se ampliar e ameaçar a hegemonia da mais poderosa corrente religiosa do país. Para o brasilianista:

A revolução da igreja também começou depois da Segunda Guerra Mundial. As rápidas mudanças socioeconômicas, a ameaça do comunismo, o crescimento do protestantismo e das religiões afro-brasileiras e a assimilação de inovações teológicas e filosóficas européias impulsionaram a mudança. A partir do final dos anos 40, os bispos passaram a exigir a reforma do sistema profundamente iníquo da posse da terra, que eles viam como a causa da efervescente migração para as favelas urbanas. No final dos anos 50 e nos anos 60, padres, bispos e trabalhadores leigos aderiam ao novo nacionalismo econômico e pregavam transformação social. Muitos católicos questionaram o modelo de neocrisandade da igreja (SERBIN, 2001:98).

Essa revolução modernizadora, não obstante, sibilava de contradições, uma vez que, por exemplo, a ida aos movimentos organizados, urbanos ou rurais, em muitos casos, reforçava os atritos com correntes políticas cuja base de funcionamento se apoiava na doutrina comunista. Na medida em que as posições se radicalizavam e os trabalhadores aumentavam o tom das suas demandas, a hierarquia católica voltava as suas baterias contra a “horda vermelha” e se aproximava de empresários e militares inconformados com a dinâmica dos acontecimentos. A modernização, necessariamente, não implicava em uma convergência da igreja com o seu principal inimigo no âmbito da modernidade: o comunismo. Seguindo essa hipótese, a polarização social empurrava a

⁹⁴ Certamente, a liberdade de religião, legalmente explicitada no Brasil, a partir dos anos 1950, abriu as comportas para que, gradativamente, as correntes protestantes pudessem adentrar o coração de amplos setores de massa. Depois do golpe militar, o protestantismo adquiriu, inclusive, maior visibilidade. O presidente-ditador Geisel confessará uma das suas correntes, ilustrando o seu transcrescimento no país, não só nas populações mais pobres, mas também nas camadas dirigentes. Às vésperas do golpe, esse era um movimento da vida real que incomodava a hierarquia católica, ainda que esta desse a esse aspecto da realidade um peso menor daquele conferido à “ameaça comunista”.

hierarquia católica para direita, ou seja, para o cerne do conservadorismo político, antípoda dos comunistas.

Não é de surpreender esse desenlace. A noção de um comunismo “intrinsecamente perverso” fora elevada, nos anos 1930, à categoria de encíclica, a *Divini Redemptoris*, de autoria do papa Pio XI. Sem dúvida, os clérigos que atuarão sobre a realidade dos anos 1960, em seu processo de formação, não foram poupados das conclusões que resultavam dessa leitura de mundo. Assim sendo, a modernização iniciada depois da Segunda Guerra se deu sem o desmoronamento de antigos mitos ideológicos, dentre os quais o do “comunista comedor de criança” e desorganizador de famílias. Dessa maneira, a hierarquia católica seguiu com uma “atitude escancaradamente hostil ao comunismo” (PIERUCCI et al, 2007:431), tratando os seus membros como “agitadores mundiais” e “infiltrados”. Mesmo a reestruturação do episcopado e o surgimento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (1952), afora medidas complementares, não foram suficientes para inverter a lógica desse curso anticomunista.

Documenta essa postura a I Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CELAM), transcorrida no Rio de Janeiro, em 1955, que apontou os “quatro perigos mortais” a ser enfrentados pela igreja: o protestantismo, o comunismo, o espiritismo e a maçonaria. Naquela conjuntura que desembocaria no golpe político-militar, entretanto, o inimigo a ser batido era o comunismo. No Cariri não foi diferente do restante da América Latina, cortada pela polarização ao derredor do triunfo da Revolução Cubana.

Considerando esses elementos em seus múltiplos movimentos, voltemos ao pastor de ovelhas de Juazeiro do Norte. Murilo de Sá Barreto adentrou o Seminário da Prainha no mesmo ano da constituição da CNBB, saindo de lá em 1953 e iniciando as suas atividades religiosas na “terra do padre Cícero” somente em 1958. Em 1964, apenas auxiliava monsenhor José Alves de Lima na condição de vigário cooperador (WALKER, S/D: 3).

No dia 19 de março de 1964, ocorreu a “Marcha da família com deus pela liberdade”, na cidade de São Paulo. Nesse evento, os clérigos católicos cumpriram um papel de inigualável magnitude. Utilizaram a sua capacidade de mover céu e terra e colocaram centenas de milhares de pessoas nas ruas. O apoio político do governo paulista e o dinheiro do empresariado completaram a obra que serviu de pretexto

legitimador para ação golpista, quinze dias mais à frente. Nos dias que precederam as operações militares, e mesmo depois, o mesmo ato será repetido pelos quatro cantos do país, e novamente serão os pastores de Cristo que estarão na dianteira das multidões arrastadas. Em Juazeiro do Norte, quatro grandes manifestações foram organizadas e Murilo de Sá Barreto, no limite, utilizou a força moral da igreja para trazer um exército de marchadeiras às ruas da maior cidade caririense.

No momento preciso das operações militares, Murilo participava de um encontro pedagógico na capital do Ceará e utilizando o seu prestígio de pároco, quase de imediato, conseguiu liberação para retornar a Juazeiro do Norte. Chegando ao sul cearense, se juntou ao prefeito de Juazeiro do Norte, Humberto Bezerra, para colocar nas ruas um número incontável de mulheres com terços nas mãos, rezando o rosário para, uma vez mais, execrar o comunismo e se confraternizar com a quartelada, “A Redentora”.

Nos anos seguintes, o padre não se furtará a interferir em determinadas situações para interceder por pessoas do seu raio de conhecimento, mas que, em dados momentos estiveram também sobre os raios de ação dos militares. Nada, todavia, que pudesse servir como uma borracha capaz de apagar o papel cumprido pelo vigário quando da ruptura institucional de 1964.

Assim, quando Murilo de Sá Barreto assumiu a função de vigário da matriz de Nossa Senhora das Dores, em 1967, já consolidara o seu nome, não apenas o do religioso, mas o do intelectual tradicional, um representante ideológico das classes dominantes, e acima de tudo, um conciliador⁹⁵ entre as frações da política oficial do município. Neste mesmo ano, o periódico Tribuna de Juazeiro ecoava as palavras de Antônio Fragoso em uma matéria de primeira capa designada “Fome e analfabetismo: outros nomes da subversão”. Em sua fala, o religioso lembrava-se dos altos índices de

⁹⁵ Enquanto a família Bezerra dominou a vida política de Juazeiro do Norte encontrou em Murilo de Sá Barreto um aliado incondicional. Na medida em que Mauro Sampaio criou o seu próprio grupo político e se assenhoreou do poder municipal, o padre não se furtou de subir no palanque do novo líder como se dele se esperasse, naturalmente, essa iniciativa. A atitude contemporizadora, portanto, de conciliação entre as frações da classe dominante caririense, e particularmente, de Juazeiro do Norte, revelou a personalidade de um líder espiritual e político de tom pragmático e pacificador. Em nenhum momento, adotou a postura de contestar a hegemonia dessa ou daquela fração política, sublinhando uma conduta preocupada, sobretudo, com a estabilidade política entre as diferentes frações oligárquicas que se revezavam no poder.

analfabetismo, da falta de escola e da fome que devorava as pessoas do meio popular. Novamente, Murilo e Fragoso se prontificavam em posições antípodas.

Mas Daniel Walker, no opúsculo antes citado sobre a vida do monsenhor Murilo, retoma o tema das semelhanças entre este e o padre Cícero. Estabelecida a analogia histórica das personagens, mais adiante Walker irá destacar o papel do novo pastor de intelectual e homem público, exercendo “atividade literária”, “escrevendo artigos para jornais e revistas”, publicando livros, apresentando programas radiofônicos, atuando como orador e fazendo trabalho assistencial. Esse resumo explica o papel de primeira hora cumprido por ele no tocante ao esforço de legitimação do movimento militar de 1964. Foi, sem dúvida, um dos esteios da contra-revolução vitoriosa em terras caririenses. Enfatizada a sua capacidade de homem de inteligência e ação, não surpreende que tenha desempenhado uma função de envergadura entre as forças da reação que triunfaram em 1964.

Engana-se, todavia, quem pensa que ele esteve sozinho. As suas iniciativas não teriam alcançado os seus objetivos se não houvesse o consentimento do seu superior imediato, no caso, do monsenhor José Alves de Lima. Esse clérigo teve forte entrelaçamento histórico com Juazeiro, embora seja natural da cidade do Crato e tenha cumprido a sua função em diversas partes do estado e até fora dele. Com extremado pragmatismo, ocupou o seu posto em território juazeirense em dois momentos fundamentais: entre 1927 e 1933, coincidindo com os últimos anos de vida de Padre Cícero e entre 1950-1967, quando se estabeleceu a outra personagem mítica do catolicismo local, no caso, monsenhor Murilo. Nessa segunda passagem, Monsenhor José Alves de Lima, que vivera o contexto da “Revolução de 30” em sua primeira estada, assumirá as suas funções de líder, no plano da localidade, de uma instituição que oficialmente respaldou o ato de força praticado pelos militares. Sem a sua cobertura, supomos que o jovem Murilo de Sá Barreto não teria cumprido apropriadamente a sua tarefa de ganhar as ruas, arrastando os fiéis, para saudar a derrota do comunismo e o triunfo da “Redentora”.

Mais do que isso, e de forma complementar, não devemos desprezar o apoio dos frades franciscanos, que, à época, ficaram célebres em Juazeiro por suas relações de indubitável intimidade com o principal líder golpista da região: o coronel Adauto Bezerra. No caso da igreja franciscana local, nunca é demais lembrar que um dos seus

membros, frei Egídio de Messejana, para mais de organizar um teatro sacro, cumpriu com denodo o papel de capelão da polícia militar. Tratava-se, obviamente, de uma tarefa institucional. Ou seja, não queremos com isso fazer ilações que a problematização dos dados empíricos não nos permita. Queremos, sim, enfatizar os laços entre as instituições armadas e a igreja católica, e especificamente a ordem franciscana. Trata-se, nada mais, de um apelo à evidência.

Sobre essa base, cabe uma digressão. Com o advento da República, o célebre assistente religioso que a igreja, por exemplo, mantinha nos quartéis para que os militares tivessem acompanhamento espiritual rigorosamente católico, perdeu o seu estatuto legal. Era o laicismo, produto da Constituição de 1891. Gradativamente, esse mecanismo voltou a ser implantado. Quando se deu a ação golpista, essa disposição já voltara a ser aplicada, conforme a lei. Reféns de princípios comuns - como ordem e hierarquia - militares e religiosos estiveram juntos em 1964. Dos quartéis, saíram os combatentes da “Gloriosa”; das igrejas, vieram às missas de ação de graça. Novamente, a espada e a cruz se juntaram em uma missão “salvadora”.

Concluído esse comentário digressivo, voltemos à contextualização que permitiu ao jovem Murilo de Sá Barreto cumprir a sua missão político-apostólica. Essa tentativa de contextualização, porém, depende do exame da movimentação arrematada por seus superiores imediatos, nomeadamente pela principal liderança da diocese.

Não deixa de ser significativa a forma em que agiu o maior líder espiritual do catolicismo caririense, o bispo do Crato, dom Vicente de Araújo Matos, vulgarmente conhecido como “dom Ratão”, uma das lideranças⁹⁶ mais proeminentes do movimento golpista em terras caririenses. Não é outro o significado da marcha unificada e celebração na cidade-sede da diocese, atendendo a um chamado da primeira autoridade eclesiástica do catolicismo caririense. A mencionada marcha ocorreu no dia seguinte ao triunfo da sublevação militar. É pouquíssimo estudada a movimentação que a administração eclesiástica realizou aos dias que precederam e posteriores ao levante conservador. De qualquer modo, não é menos instrutivo do papel por ela desempenhado

⁹⁶ O professor e pesquisador Ronald Albuquerque mencionou as relações entre a igreja e programas do governo norte-americano ligados à Aliança Para o Progresso, especificamente de distribuição de alimentos. Corria em boca pequena informação de que se estabeleciam relações entre o clero e comerciantes à volta dos mantimentos, um ponto, até hoje, mal explicado pela igreja. Pode-se discutir a veracidade da informação popular, mas a alcunha de “Dom Ratão” permaneceu na memória de muitos que viveram aqueles tempos (conversa informal com Ronald Albuquerque em 17/11/09).

do que a convocatória ao clero regional para essa grande confraternização na cidade do Crato, para louvar a conspiração vitoriosa.

No Crato, provavelmente, mais do que em qualquer outra parte da região, a hierarquia da igreja adotou uma postura colaboracionista de primeira hora. As relações conciliadoras da diocese do Crato com a ditadura militar deixaram as suas marcas na memória de muitos que acompanharam de perto os acontecimentos da época. Não foi um raio no céu azul, o suntuoso banquete oferecido ao primeiro presidente-ditador, Castelo Branco, e que ocorreu na cidade do Crato, sob as bênçãos de dom Vicente de Araújo Matos. Além disso, o fato de a igreja haver diversificado as suas ações, se fortalecendo e adquirindo muito mais prestígio em comparação com qualquer outro período, tem também contribuído para uma leitura definitivamente crítica acerca do papel por ela cumprido naquela difícil conjuntura.

Doutro lado, o conhecido anticomunismo de dom Vicente, bem como do conhecido monsenhor Montenegro⁹⁷, reforçou a tese da colaboração⁹⁸ entre a igreja, o regime político discricionário e os agrupamentos anticomunistas locais. Elói Teles - intelectual comunista e radialista, já falecido - sugeriu algo acerca do caráter colaboracionista da igreja. Talvez seja mais do que uma lenda, a história que sempre correu entre os contemporâneos do “seu Elói” da gavetinha secreta da Rádio Educadora, local que guardava informações⁹⁹ que eram repassadas aos agentes da ditadura. O radialista esteve na relação dos primeiros presos da “Redentora”. Sobre os principais membros da hierarquia católica da Diocese do Crato permaneceu o véu da suspeição de haver não apenas conciliado com os ditadores de plantão, mas de adotarem o papel de linha auxiliar das forças repressivas e de seus temíveis órgãos de informação.

⁹⁷ Não só o anticomunismo foi apanágio do monsenhor Francisco Montenegro. Além do mais, estabeleceu vínculos com os principais representantes das classes dominantes locais, amparado provavelmente em convenções sociais, morais e ideológicas de caráter comum. Ocasionalmente, deixou transparecer esses vínculos de modo muito explícito. Fiquemos num exemplo: quando a Casa José de Alencar publicou o seu trabalho “As quatro sergipanas” (1996), lê-se na dedicatória: “Aos meus prezados Humberto e Adauto Bezerra, com fraterna amizade”.

⁹⁸ Na entrevista que nos concedeu, José de Brito Filho afirmou que D. Vicente era menos anticomunista do que monsenhor Montenegro. Na realidade, estava mais preocupado em ganhar dinheiro do que de se inquietar com o comunismo. Esse tato para os negócios encerraria, provavelmente, nexos com o infame epíteto de “D. Ratão”.

⁹⁹ O professor e pesquisador da URCA, Jurandy Temóteo, inclui-se entre aqueles que nos falaram do “seu Elói” e do seu relato acerca da famosa “gavetinha” (Diário de pesquisa, conversa com o mencionado professor em julho de 2009, em presença do também docente da Universidade Regional do Cariri, João Mota Nascimento). Sobre o colaboracionismo da igreja cratense, também há referência na entrevista que nos concedeu o músico Abdoral Jamacaru.

Para uma melhor compreensão do que queremos dizer com a expressão linha auxiliar das forças repressivas, parece-nos conveniente trazer a lume o parecer de um dos clérigos mais respeitados da igreja católica cratense da época, monsenhor Pedro Rocha. Antes de qualquer coisa, precisamos lembrar que Rocha foi dos mais assíduos colaboradores do jornal católico A Ação, desde os anos 1940, quando surgiu o periódico e contra ele polemizou¹⁰⁰ José de Figueiredo Brito, adversário ferrenho do conservadorismo da igreja. Não por acaso, quando houve a intervenção militar, José de Figueiredo Brito foi detido e compulsoriamente aposentado, enquanto monsenhor Pedro Rocha seguiu com as suas prédicas antissubversivas, inclusive nomeando pejorativamente os militantes comunistas de “baderneiros vermelhos”. Em sua rígida retórica, lembrava da existência de “ordens severas de vigilância e até de prisão para os elementos comunistas”, concluindo com expressões não menos contundentes:

Ninguém se iluda, pois, o Brasil jamais será prêsas nem dos aventureiros nem dos comunistas que tramam contra a liberdade, contra a pátria e contra a família brasileira (A Ação, nº 1.113, 1965:3).

Visto em conjunto, não nos parece acidental a ampliação e o fortalecimento das atividades desenvolvidas pela Diocese do Crato naqueles delicados anos de repressão e censura. Deu-se, de fato, um reforço da antiga prosperidade. Paralelamente, os liames entre o primeiro presidente ditatorial, o marechal Castelo Branco, e Dom Vicente de Araújo Matos, devidamente registrados em textos jornalísticos e fotografias históricas, são apenas uma expressão particular de um tempo em que as duas corporações se uniram para enfrentar e derrotar o inimigo comum: o comunismo.

Ora, nas duas visitas de Castelo Branco à cidade do Crato, em seu curto mandato ditatorial de cerca de três anos, os laços com a Diocese se mostrariam mais do que nítidos, e, em ampla medida, se deviam, não somente à identidade ideológica, relacionada com o anticomunismo, mas também ao reconhecimento da ação prática desenvolvida pela igreja católica. Essa atividade esteve marcada, sobremaneira, pelo trabalho junto ao sindicalismo rural que, embora inicialmente referendado nas Ligas Camponesas de Pernambuco, rapidamente passou para o controle do clero. À proporção que o militarismo fortalecia as suas posições mais gerais, a igreja reforçava os liames

¹⁰⁰ Acerca da polêmica, veja José de Figueiredo Brito – luta e trajetória, obra organizada pelos filhos do intelectual progressista, devidamente citada em outro momento da tese.

junto aos sindicatos rurais. No Crato, o sindicato esteve debaixo do rigoroso controle da Fundação Padre Ibiapina, instituição pertencente à Diocese.

Em termos brilhantes, DREIFUSS (2006) chamou a atenção para o caráter de classe da conspiração que induziu à derrubada do governo de João Goulart e, em sua dinâmica, alterou não somente o governo, mas, num sentido mais amplo, o próprio regime político. Isso é esquecido ou subestimado com frequência. O problema que pretendemos formular é: como depreender o papel cumprido pela igreja católica, em especial, da sua hierarquia, em um movimento com esse caráter?

Dito isso, antecipamos não ser cômodo estabelecer uma posição de classe no âmbito da análise. Não é fácil, mas é necessário. Sugerimos esse método na breve analogia entre padre Murilo e dom Frágoso. Pretendemos seguir trabalhando com essa nuance crucial. Vê-se que os membros da hierarquia católica do Crato, não somente traduziram fielmente a sua histeria anticomunista¹⁰¹ em uma conjuntura atravessada pela intervenção militarista, mas fizeram uma escolha de classe num quadro em que caberia aos trabalhadores a aceitação de uma ordem de coisas em que obedecer, mais do que uma meta, era uma regra. O clero cratense não se furtou em aplicar a regra para alcançar a meta. Não acidentalmente, o sindicalismo rural, reprimido em muitas partes do Nordeste, se viu “protegido” e quase intocável em terras caririenses. Um sindicalismo obediente e temente a deus e às autoridades da igreja e do Estado.

A quem interessava um sindicalismo acuado, sem autonomia e tutelado? É preciso dizer: interessava aos patrões e ao governo de plantão - um governo cioso de estabelecer uma ordem que, em última análise, exprimisse os interesses do grande capital, que conspirou contra Jango que, por seu turno, perdera o controle da atividade sindical em curso.

¹⁰¹ Com o fim do “Estado Novo” e o estabelecimento da legalidade do Partido Comunista Brasileiro, bem como a eleição de parlamentares dessa agremiação partidária, acendeu um sinal de alerta na igreja católica e nas forças políticas conservadoras. Não por acaso, não demorou muito para o partidão ser lançado na ilegalidade e os seus parlamentares perderem o mandato. Nesse átimo, o mundo presenciava o aparecimento do espectro da “Guerra Fria”. O embate contra as forças comunistas ganhava, então, vulto e força. No Ceará, não foi diferente. Mesmo no Cariri, a igreja não economizará esforços para mover massas populares para as ruas. Em suma: quando se preparava a intervenção militar e a sombra do comunismo assomava como uma ameaça iminente, todo um trajeto já havia sido percorrido pelas autoridades eclesásticas, e no caso do Cariri, notadamente na cidade do Crato, sede da Diocese na região. Em sua trajetória, a igreja católica regional estabelecerá vínculos, cada vez mais fortes, com agrupamentos caracterizados pela supremacia de classe.

Nisso consiste a importância da organização sindical que a diocese implementou na região do Cariri. Como já vimos, ela se ressaltou por seu cunho dócil e respeitoso perante à ordem burguesa-militar. Por isso, nos referimos a uma escolha de classe objetivamente construída pela administração eclesiástica.

Isso, contudo, não foi apanágio do Crato. A essa altura, a apreciação crítica das relações entre a igreja na cidade de Barbalha com as forças sociais privilegiadas, numa quadra difícil atravessada pelo punhal de um regime político militarista, quiçá nos permita recuperar os interesses de classe que não são estranhos à dinâmica dos acontecimentos que nos servem de foco analítico.

Inicialmente, tomemos por base informações de um intelectual tradicionalista no tocante ao devir da igreja em Barbalha nos anos que precederam e acompanharam os atos da “Gloriosa”. Antes de tudo, lembremos que os esforços modernizadores da classe dominante barbalhense começam em 1943 com a criação do Centro de Melhoramentos, uma entidade que a “elite local” instituiu com objetivos cooperativos e de empreendimento. Uma das conseqüências dessa iniciativa foi a atração da Ordem¹⁰² Salvatoriana. São os padres dessa Ordem, ao lado do empresariado e dos políticos da localidade, que, nos anos que se seguiram a chegada do seu primeiro sacerdote (1943), darão impulso aos esforços modernizadores. Decorreram dessa articulação o surgimento do então Ginásio Santo Antônio, do Centro Social, das reformas de igrejas e capelas e, no limite, da criação do Hospital-Maternidade São Vicente de Paula (NEVES: 2000).

No livro de Tavares Neves se observa uma Corporação - a Ordem Salvatoriana - que se caracterizaria por uma série de realizações, mas nas suas páginas não há uma palavra sobre a conduta da Ordem em relação ao poder militar. O reconhecimento um tanto a contragosto, acerca das ligações entre a igreja católica e o regime militar, decerto, coerentizaria o estudo de Neves e a ardente memória de um tempo em que as corporações eclesiásticas e militares viram - mais do que em outras oportunidades - os seus caminhos se cruzarem e os seus esforços se somarem.

Subsiste aí um problema mais central a cobrar resposta.

Não é uma questão puramente abstrata lembrar o fato de que a trajetória política da classe dominante de Barbalha, não raro, esteve vinculada ao regressismo

¹⁰² Nota-se também na época a chegada da Ordem Beneditina Missionária à cidade de Barbalha.

monárquico, caracterizado - em termos inequívocos - como sinônimo de tradição e ordem, o que incluía, forçosamente, o catolicismo. Não por acaso, os visitantes que chegassem a Barbalha se deparavam com a seguinte frase lapidar: “Alto lá senhores protestantes, a cidade de Barbalha já está evangelizada”.

Dessa forma, é por um setor da classe dominante com um olhar preso ao passado que os padres salvatorianos são convidados a auxiliar na modernização de uma cidade prenhe de reminiscências políticas. Essa modernização, porém, não comportaria os inimigos do catolicismo, notadamente os comunistas e os protestantes.

No momento da erupção golpista, o pároco de Santo Antônio era padre Eusébio de Oliveira Lima, que viera do Vale do Jaguaribe dois anos antes do fato cardinal. Será mantido na função durante todo período de dominação do militarismo, isto é, até 1985. Temos a sensação de que esse longo mandato esteve associado, numa medida não desprezível, aos laços que o pároco formou com a cidade e a sua elite política, mas, também, pelo seu assentimento de primeira hora com o cenário descortinado com a institucionalização da ditadura. Padre Eusébio, tal como a classe dominante da localidade, não se absteve¹⁰³ de se pronunciar acerca dos acontecimentos e o apelo à retórica anticomunista nunca esteve separada da justificativa da ruptura institucional. Não renunciou a uma tradição histórica firmada no espírito das oligarquias familiares que, de ordinário, escreveram a história da cidade e determinaram a sua direção política à luz dos seus interesses de classe. Em 1964, esses segmentos econômicos, políticos e religiosos viram no golpe de Estado, não um instante de corte autoritário, mas um ato de purificação, de restauração de uma ordem, perseguida desde tempos longínquos, que parecera nascer de uma perpétua necessidade: a de deixar tudo como um dia fora. Deriva dessa estranha equação a insistência de nomearmos essas forças de terminantemente tradicionais, ainda que, desde sempre, pareçam inexoravelmente modernas.

Para que não fiquemos desprevenidos das palavras de uma testemunha da época, e cujo nome tem sido constantemente evocado, consideremos o que diz¹⁰⁴ Tavares Neves: “Eu lembro que Barbalha, sendo uma cidade tradicionalista como era,

¹⁰³ Essa leitura é contestada por um dos nossos entrevistados, o médico-historiador Napoleão Tavares Neves. Em sua opinião, a igreja católica barbalhense optou pelo silêncio em relação aos fatos de 1964.

¹⁰⁴ A entrevista de Napoleão Tavares Neves foi concedida em 27/01/2009 (com o auxílio de Tiago Josimar).

conservadora, vibrou com aquele movimento” (refere-se ao golpe militar). Em seu ponto de vista, conforme salientamos, a igreja em Barbalha não adotou uma postura mais firme, como se observou em Crato e Juazeiro, devido o que Neves caracterizou como uma espécie de cautela e retração de cunho quase histórico. Confessa, todavia, “que intimamente eles (os padres) estavam gostando”. Isso é visto mais nitidamente, quando consideramos o que nos disse o pesquisador e docente da Universidade Regional do Cariri, Josier Silva, que se debruçando sobre a documentação¹⁰⁵ da igreja matriz barbalhense, encontrou carta de próprio punho do padre Eusébio enaltecendo o golpe. As convicções morais e sociais da igreja estão ali resumidas, e junto disso um convite do bispo da Diocese do Crato, em que o principal líder dos católicos caririense conclama os fiéis da região para uma concentração de solidariedade espiritual e política à “Redentora”.

Em sua tese, Silva reproduz um trecho fundamental da oratória sacra do Pe. Eusébio:

A paróquia logo no primeiro dia do mês uniu-se às demais paróquias do Brasil para uma ação de graças pela pelo rápido e feliz êxito da revolução, como um verdadeiro alívio e depois de horas de terrível expectativa tudo chega rapidamente a um bom ter termo. Nesse dia primeiro uma missa em ação de graças a Deus é muito justo. Viviam dias de terrível apreensão, de grande agitação e crescente mal estar dominava toda nação brasileira. Estivemos a beira do caos total, da destruição, e sem dúvida, tudo desabaria no comunismo. Graças a Deus fomos salvos. Devemos pedir a Deus que os ideais desse movimento de salvação seja inspirado em bons propósitos e leve o Brasil por rumo certo e sejam propiciados o amor, a paz, a ordem e conseqüentemente o progresso não somente material, econômico, mas social, moral, espiritual. Que Deus nos inspire e ajude (2009:13).

Observou-se, de fato, um complexo processo de adesão da igreja católica às forças de direita e ao militarismo. Em Barbalha não foi diferente. Nas palavras de Napoleão Tavares Neves (2009), haveria uma explicação:

Todo mundo achava que João Goulart era um perigo no governo, porque era um homem de esquerda e acenava sempre para o lado das esquerdas. Como Barbalha sempre foi

¹⁰⁵ Josier Silva acessou a mencionada documentação como parte da sua pesquisa para tese de doutorado. Além do mais, o texto do padre Eusébio tinha um objetivo bem definido, qual seja: o de ser lido aos fiéis durante missa de ação de graças em que a dádiva a ser retribuída era nada mais que o Golpe de Estado (Diário de Pesquisa, conversa efetuada em 17/11/09).

uma cidade tradicionalista, conservadora, claro que ela sentiu receio de tudo isso e procurou se concentrar em torno das direitas.

Resumidamente, foi “em torno das direitas” que a igreja católica barbalhense anotou o seu nome na lista de instituições aderentes ao militarismo triunfante.

Todo esse quadro, aqui somente esboçado, sugere uma ilação: as autoridades católicas do Cariri, ante as transformações em curso ou potenciais na corporação, não raramente, adotaram um pragmatismo resoluto cuja dinâmica, mais do que em outros pontos, enlaçava-as aos fragmentos de uma vida antiga conduzida sob o signo da neocristandade.

Como vimos acima, o papel da igreja em Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha se sintetizou, nos “anos de chumbo”, em uma evidente solidariedade política à usurpação militarista. Logo, em nenhum momento foi uma posição de abstencionismo político. Admitimos se tratar de um posicionamento político que encontrou resistências internas em clérigos e leigos que adotaram uma postura incondicionalmente crítica. Fixemos este aspecto para que não sejamos vitimados por uma leitura linear da instituição. Pode-se dizer que uma exceção importante no Ceará foi o bispo de Crateús, dom Frágoso. Na sua passagem pelo estado, não se furtou de assumir o lado oposto da trincheira ditatorial. Isso lhe custou uma vigilância permanente dos órgãos de informações do regime militar. Custou, inclusive, a prisão de religiosos que militavam sob a sua orientação. Não podemos deixar de reconhecer esse fato (DIÁRIO DO NORDESTE, 3 de janeiro de 2005, p. 13).

Em fins dos anos 1970 e primeiros tempos do decênio seguinte, padres salesianos adotaram em Juazeiro uma linha de conduta que o fizeram se aproximar da população empobrecida e, nessa perspectiva, diversas vezes, entraram em choque com os representantes do poder discricionário com atuação no município. Monsenhor Murilo confessou em entrevista que o discurso deles “estava incomodando as estruturas de domínio; padre Pedro era um padre italiano, que vinha de uma Diocese altamente horizontal e que quis implantar isso aqui”.

Não era apenas a pureza austera dos padres Elias¹⁰⁶ e Pedro que incomodava, nem somente o desejo de edificação de uma igreja mais horizontal. Importunavam

¹⁰⁶ Padre Elias descerrou as portas da igreja para que o primeiro agrupamento trotskista organizado do

também aos estratos conservadores os seus nexos com organizações e lutas sociais, ainda que os fizessem com inigualável discrição. Em fins dos anos 1970 e começo do decênio posterior, os salesianos descerraram espaços físicos pertencentes à Ordem para utilização por grupos e movimentos - culturais, sociais e políticos - cujo sentido estava na contracorrente de um sistema de poder militar já profundamente carcomido. Essa movimentação, todavia, era reflexo direito de uma postura institucional em rota de colisão com o regime dos generais.

Essa mudança de foco se realizou precisamente no contexto da agonia do regime, quando o questionamento à lógica dos anos de chumbo já mobilizara praticamente toda sociedade. Já estávamos nos anos 1980. Antes disso, a conduta dos salesianos não fora, para exemplificar, distinta dos franciscanos, uma Ordem que no Cariri, segundo observamos páginas atrás, conciliou com a ditadura, notadamente através da sua representação política na esfera local.

Em alguns casos, para dar a cada o seu exato nome, é provável que essa conduta tenha extrapolado os limites de uma mera simpatia ocasional ao tipo de regime político - nascido na esteira de uma ação de força extraconstitucional e contra-revolucionária. Ao analisar os depoimentos de testemunhas da época, chama a atenção o juízo implícito emitido por Renato Dantas (2005): “têm umas histórias assim de que umas pessoas seriam espias da ditadura, teria até um padre salesiano, que seria uma pessoa que estaria prestando atenção ao que estava acontecendo”.

Na documentação analisada, esse tipo de suposição é recorrente mesmo entre pessoas que não eram declaradamente de esquerda, como é o caso de Dantas. A desconfiança decorria, em larga medida, da existência de um Estado policial que de tudo suspeitava e onde quase nada escapava à sua vigilância. A postura da Diocese pode ter servido de espelho para alguns párocos atuarem para além dos seus serviços espirituais de rotina.

Cariri – A Convergência Socialista – utilizasse desse espaço para algumas das suas atividades, além de adquirir os seus materiais de propaganda política, particularmente o seu periódico. Estávamos vivendo, então, a transição da ditadura militar para democracia burguesa. Provavelmente, o descontentamento de alguns fiéis justificou o pedido do padre para que essas atividades pudessem ser realizadas fora do templo dos salesianos. Ainda sobre o trotskismo no Cariri, os primeiros esforços de implantação dessa corrente na região vieram de membros da organização “O Trabalho”, sem, no entanto, se revestir de uma estrutura organizativa regular.

Historicamente, bem como em moldes práticos, os salesianos sempre adotaram uma postura conservadora, diferentemente, para exemplificar, dos dominicanos, que constituíram no Brasil, em particular, entre os seus membros mais jovens, uma força de resistência à ditadura. Julgamos indispensável recordar os laços políticos entre os dominicanos e a Ação Libertadora Nacional (ALN), agrupamento armado dirigido por Carlos Marighella. As prisões e as sessões de torturas impingidas a alguns dos seus quadros desvendaram o caráter combativo dessa corrente no confronto ao poder militar, bem como o fato de que ela não passou incólume ao sistema repressivo institucionalizado pelo regime político despótico. Frei Betto, em “Batismo de Sangue”, fez uma arguta leitura da função política de uma Ordem que fez da luta contra a coerção política militarista uma profissão de fé.

Há, portanto, uma evidente contradição, poder-se-ia dizer, a partir do reconhecimento do papel progressista cumprido pelos salesianos na região do Cariri, ainda que num instante em que o regime perdia fôlego. Essa contradição não é do texto, mas da realidade e é nesta, em última análise, que deverá ser compreendida.

O solo histórico que pode ter contribuído para uma revisão do conservadorismo salesiano não estaria no Seminário de Carpina? Explicamos melhor: no município de Carpina, a 42 km de Recife, se destaca imponente um seminário que ajudou decisivamente na formação de muitos religiosos. Não devem ser menosprezados os fluxos de informação entre o município pernambucano e o Cariri. Sempre que se falou de Pe. Elias, quase que automaticamente se estabeleceu uma relação com o Seminário Salesiano de Carpina. É possível que estejamos diante de um nexu impróprio. Não descartamos, todavia, que novamente tenha se fixado uma junção comunicante entre Pernambuco e o Cariri e que esse aspecto, em parte, pudesse elucidar essa aparente contradição: as iniciativas progressistas de padres salesianos em Juazeiro do Norte.

Reforcemos: não nos parece sensato negligenciar as particularidades da igreja católica, em Pernambuco. Esse fato, provavelmente, se deve a uma conjugação de fatores. Nesse estado, no decênio anterior ao golpe militar, se criou um forte movimento rural que se expressou concretamente nas Ligas. Na capital pernambucana, os Centros de Cultura Popular formavam, arejavam, politizavam. Diferenças à parte, a igreja não esteve alheia a esses movimentos. Também aí, quando da intervenção militar, governava Miguel Arraes, tido e havido como chefe de um condomínio governamental

de centro-esquerda. Por fim, nos dias que se seguiram ao primeiro de abril de 1964, é nomeado como arcebispo de Recife/Olinda, não menos que dom Hélder Câmara que, na processualidade da conjuntura dos anos 1960, se tornaria uma espécie de “pedra no sapato” dos generais.

Seria errôneo perder da lembrança que Dom Hélder recuperou o conceito de “conscientização” de Paulo Freire e passou a empregá-lo cotidianamente em suas pregações, tanto dentro como fora do Brasil. “Conscientizar” tinha na conjuntura do regime militar o sentido das pessoas compreenderem o que estava acontecendo e, verdadeiramente, adotar uma posição com vista a inverter aquele curso errático. Conscientização da repressão política, da tortura, da censura e da necessidade de superar esse estado de coisas, eis a lógica com a qual trabalhava o bispo de Recife/Olinda. Essa atitude de Dom Hélder, a princípio, era francamente minoritária. Apenas com o tempo e o aguçamento do sistema repressivo, ela adquiriu carta de cidadania dentro da igreja católica.

Sobre isso, cabe ainda uma última observação. Durante o período em que o religioso cearense esteve à frente desse importante espaço da institucionalidade católica, surgiu o Instituto de Teologia do Recife (ITER), de tendência aberta aos influxos mais a esquerda, e floresceram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Não custa trazer à tona a organização do “Encontro de Irmãos”, articulado por D. Hélder, que serviu não só para uma prática religiosa menos vertical, mas também de inspiração para a rica experiência das CEBs. O que desde logo se observa, é que o Cariri, por seus contatos históricos com a capital pernambucana, não deve haver se safado dessa tentadora influência. Diremos, efetivamente, que os padres Pedro Lappo e Elias, com altíssima probabilidade de estarmos certos, foram contagiados por essa tendência da igreja católica pernambucana, sob a direção de Dom Hélder, de se aproximar das camadas populares socialmente mais afligidas.

Deixando aparentemente de lado essa conjectura, poderíamos complementar essa percepção com uma segunda hipótese. As transformações que a igreja católica vinha sofrendo, desde os anos 1950, deram um salto de qualidade com o Concílio Vaticano II (1962-1965). No caso brasileiro, possivelmente “a ficha não caiu” de imediato e a maioria dos clérigos seguiu como se ainda estivesse vivendo no auge da neocristandade. Em virtude disso, a adequação dos padres ao novo cenário talvez tenha

sido completada primeiramente fora do Brasil. Se é assim, podemos entender porque muitos padres estrangeiros estiveram na linha de frente da luta contra a ditadura militar no Brasil. Nessa linha de raciocínio, poderia se explicar o comportamento político mais avançado de um padre salesiano, que é o caso de Pedro Lappo, de origem italiana, que exerceu um papel na Igreja do Sagrado Coração de Jesus, em Juazeiro do Norte, quando, em alguns momentos, entrou em rota de colisão com as posições conservadoras, hegemônicas neste município.

Antes de seguir nessa reflexão, lembremos as boas relações entre Pedro Lappo e Eudoro Santana, empresário residente em Barbalha, preso (no Cariri) e torturado (em Recife) por agentes da ditadura, em meados da década de 1970. O exame da farta documentação que obtivemos demonstra que frequentemente os padres, à época, preferiam se relacionar com os mandatários locais do que com um empresário que na juventude fizera movimento estudantil e houvera sido preso político da ditadura. De pronto, Lappo se antepôs a essa regra. Em vista disso, não seria exagerado afirmar que escolheu o caminho de maior custo político.

Num certo sentido, essa mudança de postura de membros da igreja, no Cariri, também não deveria estar divorciada da mudança de rumo da hierarquia católica, no Brasil, notadamente depois do Ato Institucional 5 e da perseguição mais agressiva aos membros da igreja. Sem ignorar exceções, que não eram insignificantes, começou a prevalecer gradualmente a linha geral de defesa dos direitos humanos que, objetivamente, se opunha ao sistema de repressão que fora montado nas pegadas da ditadura.

Capturar com equilíbrio a mudança de rumo da hierarquia católica é entender as relações entre o recrudescimento dos mecanismos repressores, as repercussões das medidas coercitivas sobre membros da igreja¹⁰⁷ e o alargamento de correntes sociais e políticas reivindicando a retomada das liberdades democráticas. A atitude dos padres salesianos sobrevém na ocasião em que, também para exemplificar, a CNBB já se posicionara majoritariamente pela abertura política. Esse posicionamento já era tido como uma fronteira a ser defendida. Colocar o foco nessas questões não significa

¹⁰⁷ Há uma rica literatura acerca das relações entre a igreja católica e o militarismo na esteira daquela delicada conjuntura política, abordando diferentes aspectos dessas relações, cabendo registrar: Betto (2003), Bruneau (1979), Ciambarella (2007), (2008), Delgado e Passos (2003), Della Cava (1988), Petrucci et al (1986) e Serbin (2001).

proceder à minimização do papel progressista convenientemente realizado pelos párocos salesianos. Não significa também ignorar que no ápice do golpe de força, clérigos e grupos de católicos laicos, a despeito de minoritários, não deixaram de se colocar no campo oposto dos golpistas, nomeadamente membros de organizações tais quais a JEC e a JUC, e em especial, os componentes da Ação Popular (AP).

Seja como for, não foi essa a situação verificada no Cariri na década de 1960. Os clérigos do Cariri, no ápice do putsch, não só não resistiram ao poder autocrático, mas em uma dinâmica de portas aferrolhadas e repressão política, optaram por tocar a mesma flauta seca da ditadura, ou, sendo mais amenos, buscaram uma justa compatibilização aos interesses particularistas dominantes. Inicialmente, se agarraram ao espectro do anticomunismo como se este lhes conferisse um salvo conduto apto a legitimá-los em sua associação a um projeto de teor ditatorial. Das mais concretas maneiras, demonstraram uma inconsistência, digamos que... democrática.

Nesta situação, se aconselha prudência, além de se recorrer às nuances. A igreja - a exemplo de qualquer instituição - não é um rochedo formado de um único mineral. Enfocado o problema sob este critério, no entanto, nós não estamos autorizados - em nome das nuances - a não descrever, com a precisão e clareza que a ciência exige o que se sobrelevou na ação levada a termo pela igreja católica ante o golpe de Estado que derrubou o governo Jango. Agindo assim, estaríamos adicionando ao primeiro critério, que nos parece justo, um segundo, que, a nosso ver, seria absolutamente conservador.

Na prática, o excesso de sutileza, muitas vezes, serve para neutralizar os aspectos mais essenciais de uma questão. Houve no governo norte-americano alguém que tenha questionado o apoio de Lyndon Johnson ao golpe de Estado de 1º de abril? Provavelmente, sim. Isso, entretanto, não nos permite adotar uma postura de negligência quanto ao apoio do governo dos EUA aos golpistas brasileiros. Houve nas FFAA brasileiras quem levantasse uma contestação (mínima que fosse) à intervenção militar? Sem dúvida! A prisão, o exílio e até a morte de militares legalistas o demonstram. A política de terra arrasada adotada na marinha é sintomática dos que estamos enfatizando. Igualmente, o comprova o afastamento das suas funções de 1.200 militares no pós-golpe. Isso apaga o fato de que as operações de 1964 foram levadas a cabo pela corporação militar? Decerto, não. Mesmo no cerne de outras igrejas, que não a católica, ocorreram roturas pequenas, mas não desprezíveis. Green (2009) enumera as presenças

de diversos componentes dessas igrejas não-católicas na resistência ao poder militar. De passagem, recordemos de membros do movimento ecumênico de jovens protestantes, dos metodistas, da igreja congregacionista brasileira. Isso não significa que majoritariamente os membros dessas igrejas não tenham apoiado a implantação da ditadura e que as alas antiautoritárias não constituíssem minorias pouco organizadas. Raciocínio semelhante é válido para Igreja Católica, ou não?

A justificativa oficial do golpe expressa em nota pública da CNBB é uma nódoa na história da igreja católica no Brasil, assim como a orientação para que em todos os seus templos, de norte a sul do país, fossem celebradas missas de ação de graça em honra dos militares golpistas. A mudança de foco, do apoio à ditadura à solidariedade ao processo de redemocratização do país, não apagou essa nódoa, mas, recuperou a imagem da instituição, em especial na consciência dos que combateram o regime autocrático-bonapartista. Antes da mudança de foco, os componentes que formavam a corporação e que resistiram à escalada contra-revolucionária constituíam uma minoria. A transformação dessa minoria em maioria não se fez em linha reta, sem sobressaltos, sem avanços e recuos. Para que isso se fizesse possível, religiosos pagaram um preço muito alto, às vezes com a própria vida, como foram os casos de Pe. Henrique e Frei Tito de Alencar.

III. CORONÉIS CAPITALISTAS: A FAMÍLIA BEZERRA COMO VANGUARDA DO BONAPARTISMO PERIFÉRICO NO CARIRI

Com a ajuda de Deus e uma fé inquebrantável, haveremos de prosseguir a longa e difícil trajetória ascensional iniciada em 1964... (Adauto Bezerra)¹⁰⁸

Smith (1996) assinala:

Riqueza é poder, diz Hobbes. Mas a pessoa que adquire ou herda uma grande fortuna não necessariamente adquire ou herda, com isto, qualquer poder político, seja civil ou militar. Possivelmente a sua fortuna pode dar-lhe os meios para adquirir esses dois poderes (p. 88).

¹⁰⁸ A epígrafe acima foi extraída de uma mensagem lida por Adauto Bezerra em cadeia de rádio e televisão no dia 31-04-1975, no undécimo ano do golpe de Estado (CASTRO E SILVA, 2001:328).

Até que ponto essas palavras escritas por Adam Smith há mais de duzentos anos pode nos servir na análise da família Bezerra, em particular da sua expressão política mais contundente: o ex-governador do Ceará Aduino Bezerra?

Veamos.

Quando faleceu o patriarca do clã, José Bezerra de Menezes, os irmãos Aduino e Humberto Bezerra seguiam uma trajetória ascensional nas FFAA e, um dos seus biógrafos (CASTRO E SILVA: 2001) sugere uma relação entre essa ocorrência e a entrada de modo mais ativo, em especial de Aduino, na política. Até que ponto isso é real ou mistificação, não nos propomos a investigar, uma vez que a nossa intenção não é detalhar aspectos pitorescos da vida dos membros da família, mas analisar as relações entre um grupo político de tradição familiar e a autocracia militarista.

Interessa-nos, sobremaneira, entender o fortalecimento do poder oligárquico no marco do relacionamento entre militarismo e coronelismo.

Sem embargo de tudo isso, a morte do “pacificador”, constituiu um acontecimento político que transcendeu o círculo familiar. Aduino Bezerra vem para a senda política e gradualmente ultrapassa as fronteiras municipais. Em 1962, quase uma década depois da morte do pai, Humberto se torna prefeito de Juazeiro do Norte. Portanto, no momento do golpe de Estado, é ele que comanda a vida política local, ocupando o cargo mais importante da institucionalidade no plano de um município.

Castro e Silva (2001), ideólogo direitista, quiçá, é o autor de um dos mais completos estudos ao redor da figura de Aduino Bezerra. Em que pese o seu tom confessadamente simpático à controversa personagem, é dele que podemos extrair informações que nos ajude a reconstituir um trajeto capaz de iluminar aspectos do período ditatorial, tomando por base uma área economicamente atrasada do país e um indivíduo cujo papel nos acontecimentos não deve ser desprezado.

Nascido em Juazeiro do Norte, em 1926, no Sítio Salgadinho, o futuro governador do Ceará, na contextura de sua formação, passaria por diversas instituições, e em cada um delas encontraria pessoas com as quais iria engendrar laços de solidariedade política, tanto no momento da ação golpista, como nos anos subsequentes. Veja-se. Por exemplo, estudou no Grupo Escolar Padre Cícero, na cidade natal, onde se deparou com a educadora Amália Xavier de Oliveira, de cepa genuinamente

conservadora e anticomunista. Reencontrou a mencionada personagem na Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte. Quando atingiu o curso de admissão do Ginásio do Crato, encontrou-se com um diretor de sólida formação ideológica e militância aguerrida contra o comunismo: monsenhor Francisco Montenegro.

Depois de um período de aproximadamente três anos, em Fortaleza, Aduino e Humberto Bezerra seguiram “para a Academia Militar das Agulhas Negras, de onde (sairão) oficiais do exército” (CASTRO E SILVA, 2001:17). Pois bem, na Academia das Agulhas Negras, serão pupilos de Jarbas Passarinho, episódio devidamente registrado em seção anterior deste trabalho. Depois, passarão pelo Forte de Duque de Caxias, onde realizaram estágio de especialização em Realengo e se separarão apenas no Rio Grande do Sul, quando o futuro governador do estado serviu em Alegrete e o futuro prefeito de Juazeiro, em Cruz Alta. Depois disso, voltaram para o nordeste, com Humberto sendo deslocado para a cidade do Recife e o irmão para Natal.

Em Natal, última estada antes de ser “promovido a capitão e classificado em Fortaleza”, Aduino Bezerra entrou oficiosamente na composição de um grupo que, conforme o mesmo biógrafo, “teve posição destacada em 1964” (p. 29). A carreira militar cumpriria assim a “base da sua formação”.

Ao se deparar na curva da ascensão militar, Aduino é surpreendido com a morte do pai, “O pacificador”. Estávamos em 1954, ano de crise política nacional e suicídio de Getúlio Vargas. Dez anos antes do golpe militar. Assim sendo, já capitão, volta ao Juazeiro para ajudar na eleição de José Geraldo da Cruz, o seu padrinho. O irmão mais jovem, Orlando Bezerra se elege vereador e quatro anos depois é Aduino que é sufragado, elegendo-se deputado estadual, pela primeira vez. O grupo político-familiar começava a extrapolar os limites fronteiriços da cidade natal. Assistirá, contudo, ao contendor, Conserva Feitosa, vencer o candidato do seu agrupamento, Raimundo Viana, na disputa pelo executivo municipal de Juazeiro.

As convicções de Aduino Bezerra já estavam firmemente alicerçadas. Já passara pela primeira experiência de golpismo, no caso, a “Novembrada”, movimento político-militar cuja finalidade era a de impedir a posse de JK. A luta reacionária empreendida, decerto, fortalecera a sua persuasão íntima. Estabeleceu-se como parlamentar estadual, dentre os numerosos eleitos, com a firmeza granítica de um homem de família, de tradição, de formação militar rígida, de um patriotismo visceralmente anticomunista.

Esses traços seriam cobrados em 1964 e ele não faltaria ao encontro de um projeto de sociedade de capitalismo cristão e de rechaço ao comunismo, cujo arcabouço já se desenhara em palavras que ouvira atentamente no passado, vindas da educadora Amália Xavier, do monsenhor Montenegro e do então tenente, Jarbas Passarinho.

Depois do triunfo da quartelada, a “Casa Grande” da Rua Padre Cícero¹⁰⁹ ficara pequena para ambição política da família. Depois de 1964, se consolidaria o poder do grupo na região do Cariri, mas isso se concretizou tão-só como a ante-sala de um poder que se elasteceria; tornando-se anos depois em um domínio estadual (dividido com outros grupos coronelísticos) e adquirindo, em sua dinâmica, contornos nacionais.¹¹⁰

Para Adauto, o que houvera tinha sido uma “revolução” e juraria que “as eleições indiretas (eram) mais democráticas, porque mais isentas de corrupção” (Apud CASTRO E SILVA, 2001:45). Essa convicção “democrática” inabalável foi, contudo, traída por inúmeras declarações do coronel juazeirense:

DECLARAÇÃO I

A escolha de César Cals foi feita praticamente pelo exército, lá em Recife.

DECLARAÇÃO II

Acontece que tudo vinha de Brasília.

DECLARAÇÃO III

A eleição dos governadores era pelo processo indireto, mas a efervescência, nos meios políticos, era praticamente a mesma. O critério de escolha era muito rígido, com a vantagem, portanto, de não ser qualquer um que se arriscaria a enfrentá-lo. O pente fino dos órgãos de segurança, tendo a frente o famoso Serviço Nacional de Informação, funcionava de verdade.

DECLARAÇÃO IV

As assembleias decidiam pelo voto, mas só chegava lá quem recebia o “sim” do “Planalto”.

(Apud CASTRO E SILVA, 2001: 49/53).

¹⁰⁹ Referimo-nos a elegante e imponente moradia da família Bezerra localizada na outrora área nobre de Juazeiro do Norte; hoje, cercada de consultórios, lojas e um trânsito caótico ficou na memória dos mais antigos não menos que o signo de um poder de origem familiar que ali começou para então se espriar além dos limites da localidade.

¹¹⁰ Esse simples fato – a superação do limite da localidade, típico do espaço de poder do coronel em seu sentido clássico – demonstra que o termo coronel para Adauto Bezerra, no mínimo, é insuficiente para caracterizá-lo e que, nestes termos, a metáfora do coronel-capitalista nos parece um achado precioso tendo em vista a exigência de uma definição categorial que procure refletir o fenômeno em sua complexidade.

Essas passagens demonstram qual é o significado de “mais democráticas”, tanto para Adatao, quanto para o seu mais renomado biógrafo. Para eles, democracia é sinônimo do “pente fino” dos órgãos de segurança, é tudo vindo de Brasília, o “sim” do planalto ou do “exército, lá em Recife”. Essa visão autocrática tem marcado a média do pensamento burguês, no Brasil, e ela conseguiu reunir em 1964, sem dúvidas, um amplo arco de frações, um arco majoritário, de burgueses das mais distintas origens.

Quando assumiu a presidência da assembléia legislativa, o coronel Adatao, como ficou conhecido, fez um pronunciamento em que defendeu ardorosamente a implantação do regime bonapartista:

Prestigiarei a linha de ação das classes armadas, a quem muito devo na minha formação moral e cívica como instituição nacional a serviço da pátria, do direito e da ordem, e ainda como instrumento do regime democrático, que se revitalizou em decorrência de sua atuação decisiva e eficiente no movimento de 31 de março (Apud CASTRO E SILVA, 2001:117).

Sem se perder em explicações, abrimos aqui uma digressão. Esse discurso encerra a essência do pensamento autocrático que, ao longo do tempo, vem caracterizando o ponto de vista e a prática das classes dominantes brasileiras. Observemos a relação que é estabelecida entre bonapartismo e democracia. Há uma correspondência entre regime democrático e ordem autocrática. A propósito, é como se a última fosse uma condição de revigoramento do primeiro. É o desmascaramento de uma concepção de nocauteamento da democracia.

Foi assim que, anos depois, Adatao Bezerra se fez escolhido governador do Ceará pelo general Ernesto Geisel, sedimentado não somente no rude vestual da sua retórica, mas também nas suas boas relações com Humberto Barreto, mais do que um homem de confiança do presidente-ditador, quase um filho. Entre o seu primeiro mandato estadual e a governança do estado do Ceará, transcorreu menos de 20 anos e nesse período de menos de dois decênios, a família se tornou um dos grupos econômicos mais modernos, ricos e diversificados de uma unidade da federação que, ainda hoje, amarga a condição de ser um dos três estados mais pobres da região Nordeste.

O que explicaria isso? O que, em última hipótese, elucidaria o êxito do Cel. Adatao Bezerra?

Não estaria na hora de voltarmos a Adam Smith?

Quando lhe faleceu o pai, Aauto, assim como os irmãos, herdou uma pequena fortuna. Nada que pudesse ser cogitado como uma imensa coleção de riquezas. Existiam propriedades rurais, empresas de pequeno e médio porte e economias que permitiriam aos familiares do morto viver com absoluta serenidade, sem a preocupação bíblica de ganhar o pão com o suor do rosto. Herdou-se também um poder político de expressão puramente local. Foram, todavia, esse poder político diminuto e essas economias, não completamente desprezíveis, que permitiram a José Bezerra de Meneses educar os filhos em um tempo em que a desenvolvimento escolar era basicamente um privilégio. A formação militar dava aos irmãos gêmeos a expectativa de sorver fatias do poder, considerando uma trajetória republicana em que a corporação sempre exercera parte considerável do mando político.

Tratava-se ainda de abstrações, pelo menos até fins dos anos 1950 e, principalmente, até o golpe de Estado. Na esteira desses tempos, a ampliação da influência e a multiplicação da fortuna foram caminhando *pari passu*. A fortuna inicial ajudou na escolaridade conduzida aos níveis mais elevados, à formação militar e aos primeiros passos do domínio político nos limites da paisagem local. Somente o advento político-militar de 1964 transformaria os processos e ganhos quantitativos em processos e ganhos qualitativos.

De feito, a fortuna, forçosamente, não se materializa em poder, seja ele civil ou militar. No caso da família Bezerra foi o poder político, robustecido e amplificado após o golpe militar, o fator mais significativo na elevação da fortuna do agrupamento familiar. A ocorrência em si desautoriza qualquer idéia que venha a contrapor as noções de oligarquia (poder arcaico) e burguesia (poder moderno) tais quais se constituíssem planos da realidade absolutamente incongruentes. Em Aauto Bezerra se mesclam as expressões do oligarca extemporâneo e do burguês perfeitamente adequado aos termos da modernidade capitalista. Mesclam-se a força política adquirida por suas conexões com o poder militarizado e a fortuna, cuja linha se traduziu ascensionalmente no período compreendido entre a vitória dos golpistas e os anos que se seguiram. Em síntese: o aumento da fortuna familiar, desde o princípio, esteve associado inextricavelmente pelos laços entre o agrupamento político, comandado por Aauto Bezerra, e o sistema de poder militar.

Essa hipótese, certamente, será contestada por seus biógrafos e defensores, que não são poucos, e que, nessa direção, deverão considerar que os seus haveres, ou, a multiplicação destes, só poderiam derivar dos esforços e da parcimônia administrativa “dos Bezerra”. E alguns o dirão, acreditando fervorosamente em sua mítica crença, enquanto outros se aferrarão provavelmente aos motivos ideológicos e num longo etcétera.

Eis a questão que nos propomos desmistificar: afinal como podemos considerar inteligível ou razoável um grupo deter uma pequena casa creditícia, num recôndito lugar do Ceará, e, subitamente, se verificar que a mencionada casa se tornou um dos dez maiores bancos privados do país?

Foram as boas políticas, as boas aplicações, a variedade dos negócios da família e o esforço e obstinação do grupo que o fizeram o que hoje representa? Trata-se de um expediente muito comum, que é tomar o acessório como se este fosse o mais importante, isto é, o fator decisivo. A partir desta perspectiva, não estamos ignorando a pequena fortuna já constituída pela família, envolvendo atividades no comércio, indústria, finanças e atividades agropastoris. Não é isso que questionamos. Contestamos outra coisa. Por importante que fossem esses negócios, por si não explicariam a transformação de um grupo local endinheirado em um dos agrupamentos empresariais mais ricos da região nordestina.

Lemenhe (1995) considera que tanto quanto o poder político, “a estrutura familiar foi decisiva no processo de empresariamento dos irmãos Bezerra (p. 175). Sob essa perspectiva, ela completará:

Vinculações estreitas entre a organização familiar e a empresarial no Brasil não são fenômeno que particulariza as regiões do país que ingressaram mais tardiamente no processo de expansão industrial. Apesar de inexistirem estudos sistemáticos atualizados, pensa-se não ser equivocado afirmar que situações de dissociação entre aquelas duas instâncias estão restritas, no Brasil, às empresas multinacionais, e evidentemente, às estatais (LEMENHE, 1995: 176).

É importante notar que esse quadro tende a se modificar na medida em que a economia brasileira vai se complexificando e se tornando, mais ainda, vinculada aos trustes internacionais, que não respeitam nem pátria, nem família, mas unicamente ao capital, e esse não tem família, nem pátria. É suprafamiliar e transnacional. A

modernização do hoje BICBANCO, dos irmãos Bezerra, é compreendida como parte desse complexo processo de suprafamiliarização e transnacionalização da economia.

A Cooperativa de Crédito, que surgiu em 1938, logo, há mais de 70 anos, teve como um dos seus fundadores, José Bezerra de Menezes, o progenitor de Aduino, e no próprio sítio¹¹¹ do banco na internet, há o reconhecimento de que o seu reforço no plano regional, dentre outras coisas, se deveu “a profícua atuação política e administrativa dos irmãos Aduino e Humberto Bezerra”. Mais do que isso: nos anos 1970, o locus regional se tornou limitado e a instituição mudou a sua sede para Fortaleza, bem como a sua razão social, se tornando o Banco Industrial do Ceará (BIC). Dez anos depois da saída de cena dos governos militares, a instituição transferiu a sua sede para São Paulo e atualmente esta se localiza no coração financeiro da capital da maior cidade brasileira: a Avenida Paulista.

Esse processo de avultamento de uma riqueza cujas dimensões, até o golpe de Estado e a introdução do poder militar, limitaram-se fundamentalmente ao âmbito de Juazeiro do Norte, não pode ser elucidado a partir de abstrações administrativas e econômicas. Essa leitura aparentemente “desideologizada” e anódina é replicada por Lemenhe, que assim se manifesta:

Na mobilização do poder político para a acumulação, valendo-se de ações legais e ilícitas resguardadas pela solidariedade familiar, encontram os Bezerra meios para a metamorfose, em curto espaço de tempo, de médios proprietários rurais e industriais e banqueiros (1995: 177).

Transcrita essa citação, que não deixa de ser uma via de análise, somos obrigados a reconhecer que o nó está armado e precisamos desatá-lo. Nesse sentido, como parte do esforço de desfazê-lo, três ilações já podem ser aduzidas.

Primeira: Até a ditadura, considerar a família Bezerra como um grupo industrial e financeiro, de certo modo, é um pouco exagerado. Era, com efeito, uma oligarquia, de origem rural, em processo de empresariamento.

Segunda: o “curto espaço de tempo” de que nos fala Auxiliadora Lemenhe, grosso modo, corresponde ao período ditatorial.

¹¹¹ Pesquisa efetuada no dia 28 de setembro de 2009 no site <http://www.bicbanco.com.br>.

Terceira: o poder político não derivou da força de uma fortuna avantajada, mas foi utilizado como fomento para multiplicação dos haveres familiares, transformando um grupo econômico local, quase acanhado, em uma potência econômica cuja amplitude, atualmente, excede os limites da fronteira nacional, com agência do banco até em Cayman Island.

É fora de propósito julgar os irmãos Bezerra, em sua origem, como pobres moços do interior. Eram pessoas de posse em uma época em que poder e terra, no Cariri, encerravam relações profundamente viscerais. É preciso fugir desse estereótipo. Se devesse haver uma lista das famílias mais ricas do Cariri, nos anos que antecederam à introdução do regime, dito eufemisticamente autoritário, provavelmente lá estaria a família Bezerra. Não é recomendável pôr de lado o fato de que José Bezerra foi um dos políticos mais importantes do seu tempo (foi presidente do legislativo municipal), nem as eleições de Leandro Bezerra, feito vereador em 1948, e de Orlando Bezerra, eleito para cargo semelhante em 1954, ou a escolha de Aduino como deputado estadual, em 1958, e finalmente, a ascensão de Humberto Bezerra à chefia do executivo municipal juazeirense, em 1962. Nenhum grupo conseguiria franquear tantas portas trazendo somente meia dúzia de níquel na carteira. Havia poder econômico, existia fortuna. Esse poder e essa fortuna, contudo, estavam reduzidos a determinadas porções do Cariri, nomeadamente Juazeiro do Norte. A eleição de Aduino a deputado estadual representou o primeiro esforço de ruptura com as fronteiras cingidas à terra natal.

Os hábitos do conservadorismo, dentre eles o de glorificar os seus antepassados, nos oferece mais elementos para fortalecer a tese de que a família Bezerra, antes do seu fortalecimento no decorrer do militarismo, sempre foi tida como força política tradicional¹¹² e de posse. Não por acaso, o padre Pedro Ribeiro da Silva, neto do brigadeiro¹¹³ Leandro Bezerra Monteiro, que tem o seu nome relacionado aos primeiros dias de Tabuleiro Grande, embrião do futuro município de Juazeiro do Norte, é tido e

¹¹² João Bezerra de Menezes assumiu a prefeitura de Juazeiro do Norte, em 1912, administrando-a até fins de 1913, quando foi deposto no rasto da Sedição de 1914, que já estava em marcha. Bisneto do brigadeiro Leandro Bezerra Monteiro, mostra o peso da linhagem Bezerra na história política regional.

¹¹³ A ligação da linhagem com o método e o programa da contra-revolução vem de longa data. Diz-nos Nascimento que “o Brigadeiro Leandro Bezerra Monteiro foi Coronel de Milícias da Guarda Nacional, um emérito administrador de suas propriedades rurais e um político de tal influência, que chegou a ser articulador da contra-revolução de 1817 em Crato” (1998:95). Ou seja, a relação do clã com a grande propriedade da terra e com o projeto de rejeição de mudanças na ordem social não surgiu com Aduino Bezerra, mas já se revelara em um dos seus mais longínquos antepassados.

havido como glorioso antepassado da estirpe.¹¹⁴ É comum nas famílias de posse do Cariri, ainda que não seja essa uma singularidade regional, a busca por ancestrais ricos e poderosos, heróicos e honrados. Na família de Aauto e Humberto Bezerra, essa tradição não foi rejeitada.

Com isso, queremos pôr de lado certas cartas que não servem para vencer esse difícil jogo de traduzir fielmente a significação real das estreitas relações entre os irmãos Bezerra e os governos militares, e do mesmo modo, como elas concorreram para o êxito político e econômico de cada um dos seus membros e, numa escala maior, do conjunto da família.

É inútil unicamente descrever a evolução econômica do agrupamento familiar. Ficariamos prisioneiros de concepções vagas e indefinidas e nem conseguiríamos esclarecer os aspectos mais substanciais desse nosso objeto de análise. É especialmente nesse particular que, agora, analisaremos a trajetória política do grupo e as conexões desta com o transcrescimento do seu poder econômico.

Sobre isso, lê-se:

Referenciando-se à trajetória do grupo em estudo pode-se afirmar que a eficiência empresarial tem um dos seus pilares no poder político, pois é por meio dele que créditos maiores e constantes são assegurados, é sob ele que se ocultam estratégias espúrias de enriquecimento pela apropriação e manipulação de recursos públicos (LEMENHE, 1995: 177).

Observando atentamente a obra, de conjunto, notamos que a autora coloca no mesmo plano o papel do poder político e da coesão familiar como fatores decisivos para o enriquecimento do grupo Bezerra. Na nossa hipótese, apesar da importância da coesão familiar, não nos parece esta, mas, diversamente, o poder político, as relações viscerais com o sistema central de conotação militar, o fator, em última análise, o mais resolutivo.¹¹⁵ Quer dizer, o fator mais preemptório para alocação de recursos e para o

¹¹⁴ Lemenhe (1995) escreveu todo um capítulo a respeito da temática que tratamos nesse parágrafo.

¹¹⁵ Aauto Bezerra se tornou governador com o apoio ostensivo do sistema de poder militar e nunca deixou de tecer loas ao golpe de Estado que empurrou o país ladeira abaixo em direção à ditadura bonapartista. Já citamos em epígrafe trecho da mensagem lida em cadeia de raio e TV, no décimo primeiro aniversário do *putsh* de 1964. A mencionada mensagem tem a força de desnudar o pensamento do coronel-capitalista e dos seus sentimentos afetivos no tocante à intervenção militar. Na mensagem, o então governador do Ceará fala de “justo e legítimo orgulho”, de “grande e irrisgatável dívida” com o movimento golpista que, supostamente, teria forjado o “caráter do povo brasileiro” e promovido a “paz em todos os quadrantes da Pátria”. Para ele, o “movimento de março” tinha a significação de “um legado sagrado” (APUD CASTRO E SILVA, 2001:327). Em determinado momento ele

revigoreamento e expansão do seu capital, foi à aproximação e acesso aos fundos públicos. A nosso ver, é disso que se trata. É o que a própria Lemenhe, simples e meridianamente, define como transformação de “crédito político” em “crédito econômico”.

Para uma melhor compreensão, situemos o problema em uma perspectiva ampliada. Estamos diante de um grupo econômico local que adquiriu uma conotação de regionalidade e como tal, não apenas sobreviveu, mas se fortaleceu. Qual o segredo do êxito? À luz dessas considerações, parece-nos útil trazer à tona as palavras de Chico de Oliveira:

Os poucos e contados grupos econômicos regionais que sobreviveram fizeram-no porque conseguiram elevar-se ao mesmo nível dos grandes grupos monopolistas da economia nacional, e em certos termos, já o eram ou estavam caminhando para sê-lo à época da criação da SUDENE: os favores fiscais administrados por esta serviram-lhe igualmente como mecanismos de concentração e centralização do capital. O resto da burguesia industrial nordestina foi irremediavelmente jogado ao lixo da História (1981:132).

Se a oligarquia agrária nordestina se tornou um fantasma, no pós-golpe, o grupo Bezerra se recusou a cumprir esse destino, e ganhou corporeidade e musculatura com o regime dos generais. Sob o influxo da adesão ao militarismo, se transformou não em um espectro, mas em uma força real. Frisemos, de passagem, que quando do surgimento da SUDENE - 1959 - esse agrupamento econômico ainda engatinhava na condição de potência regional. Apenas no breve período de tempo de dominação militarista é que alçou vôos mais longos e consistentes. A partir desse momento, se consolidou como força política regional e portador de pujante poder econômico.

Em realidade, a partir de 1964, se produziu uma alteração importante e nesse devir somente um grupo determinado de empresas será profundamente favorecido, se apropriando de uma fração adicional da mais-valia social. Nesse contexto, o setor industrial-rentista será o mais obsequiado. O período de ascensão econômica da família Bezerra coincidiu com esse momento. De modo a entender adequadamente o seu êxito como agrupamento capitalista, é útil lembrarmos a sua realocização cujo

defendeu transformar os “êxitos” do regime dos generais em “dividendos sociais”. Talvez aí estivesse pensando nos benefícios que essa forma de dominação política trouxe para o seu próprio grupo.

direcionamento se deu em uma perspectiva industrial-rentista. Os “favores fiscais administrados” exerceriam aí uma função decididamente essencial.

Vê-se, assim, que Aduino Bezerra se tornou em mais do que um mero funcionário do Estado; utilizou a sua posição na máquina estatal para garantir não só a sobrevivência, mas a prosperidade da agrupação familiar e dos seus respectivos negócios. Nas diversas posições assumidas - deputado estadual, federal, governador, vice-governador e superintendente da SUDENE (no período pós-ditadura) - o coronel juazeirense empregou os postos políticos ocupados em mecanismo privilegiado para acesso aos recursos oriundos do fundo público. Essa permissão especial se converteu em um fator objetivo de transformação de cada negócio em algo terminantemente vantajoso.

Não sem razão, poder-se-ia afirmar: na casa grande da Rua Padre Cícero, havia um lugar reservado ao culto dos antepassados, mas, provavelmente, isso não excluiria outro espaço destinado ao culto do capital. Não se tratou de uma aparição súbita, vez que as primeiras iniciativas econômicas e empresariais do clã precederam, em décadas, ao golpe de Estado, mas é um processo que, de repente, se viu potencializado pelo vendaval da contra-revolução vitoriosa em 1964.

Contrariando a hipótese de Chico de Oliveira, a oligarquia Bezerra, no pós-64, não escreveu o seu epitáfio, mas elevou-se quase que ao “nível dos grandes grupos monopolistas da economia nacional”, fato evidenciado pela elevação do BIC, depois de duas décadas de predomínio do sistema de poder militar-ditatorial, ao posto de um dos dez¹¹⁶ principais bancos privados do país.

Pode parece estranho, mas a deterioração do poder político familiar, que começou a se desenhar nos derradeiros anos da ditadura, não se fez o suficiente para desarticular essa realidade econômica. Ao término da longa agonia do regime militar, com a restituição do poder civil, em meados dos anos 1980, encontraremos o agrupamento em seu auge econômico. Desse modo, parece-nos útil investigar a dinâmica política dos membros da família e as relações entre os cargos que ocuparam

¹¹⁶ No momento em que escrevemos a presente tese, o BIC é tido como o 5º maior banco de capital nacional privado. Nada que possamos comparar com instituições financeiras do porte do BRADESCO ou do ITAÚ. Delineia-se, contudo, como uma instituição de porte médio – se comparada com as antes citadas - com operações que excedem os limites territoriais do país, figurando entre os principais bancos da sua categoria.

na máquina do Estado e os esquemas empresariais que, direta ou indiretamente, findaram por alimentar.

Nascimento (1998) resume a evolução política¹¹⁷ dos membros do clã.

José Bezerra de Meneses (presidente da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte, até o golpe do “Estado Novo”, em 1937).

Leandro Bezerra de Meneses (primeiro dos filhos de José Bezerra de Meneses a ocupar um cargo político, foi vereador em Juazeiro do Norte na legislatura de 1948-1950).

Sobre Orlando Bezerra, F.S. Nascimento não economiza na tinta:

A escalada política de Orlando Bezerra teve início como vereador do seu município em dois sucessivos mandatos: 1955-1958 e 1959-1962. Tomando o rumo do poder executivo do seu Juazeiro do Norte, nas eleições de 1970 era eleito prefeito, mantendo-se nessa elevada função no período de 25 de março de 1971 a 31 de janeiro de 1973. Nesses 22 meses tanto fez pela sua terra e pelos seus conterrâneos, que se viu impelido por esses mesmos patrícios a candidatar-se a deputado estadual (NASCIMENTO, 1998: 159).

Na transição do regime militar para a democracia parlamentar, Orlando Bezerra se voltou para o horizonte nacional, exercendo três mandatos em Brasília. Em 1982, no mesmo ano em que, pela primeira vez, se tornou deputado federal, indicou o filho de apenas 24 anos para “substituí-lo” na assembléia legislativa do Ceará. Jarbas Bezerra, não só seria eleito naquele ano, mas conseguiria se reeleger para mais dois mandatos.

Caso assemelhado se daria com José Arnon Bezerra, filho de Leandro Bezerra de Menezes. Nas palavras de Nascimento (1988), a desistência de Jarbas de concorrer a um quarto mandato, abriu caminho para a candidatura de Arnon Bezerra a deputado estadual. Nos anos seguintes, ocuparia o cargo de vice-prefeito e, até hoje, é deputado federal. A ruptura do seu pai com Adauto Bezerra parecia haver colocado o seu futuro político em risco, mas a conduta do velho coronel nunca pareceu de absoluta hostilidade com o sobrinho, o que, de certa maneira, lhe permitiu seguir o seu caminho, embora

¹¹⁷ Tomamos por referência somente os membros da família a partir de José Bezerra de Meneses, pai dos representantes familiares que ocuparão cargos importantes em Juazeiro do Norte, no Ceará e nacionalmente durante o regime militar.

apadrinhado por Tasso Jereissati, o “capitão da indústria” que derrotou¹¹⁸ “os coronéis”, na eleição de 1986.

Não nos interessa aprofundar os casos recentes, exceto quando eles nos auxiliem em elucidar a evolução política familiar nos “anos de chumbo”. Trabalhando com esse método, não há como não enfatizar o nome de Alacoque Bezerra de Menezes. Chamada por Blanchard Girão (2007) de “A madrinha de Juazeiro”, Alacoque é uma das duas filhas de uma descendência de sete filhos de José Bezerra de Menezes e Maria Amélia. Ocupou os postos de delegada regional de educação e senadora da república (suplente). Em um tempo em que concurso público era simplesmente uma aspiração e o clientelismo grassava sem qualquer constrangimento, o cargo de delegada da educação era o elo entre o aspirante ao cargo de professor ou de servidor público e o cargo em si. Os contratos adentravam as casas de família e iam fortalecendo os laços de solidariedade entre os seus membros e os interesses políticos do clã “dos Bezerra”. Nos círculos familiares escolarizados era comum se encontrar pelo menos um dos seus membros favorecido por um desses sedutores contratos. O clientelismo se reafirmava como artefato natural do coronelismo renovado, mas não de todo.

É proveitoso salientar que a autoridade da delegacia regional, cuja sede era Juazeiro do Norte, abarcava 16 municípios e esse era o significativo limite para adoção de práticas clientelistas que repercutiam favoravelmente no âmbito eleitoral. É de supomos que o uso da máquina em benefício das aspirações políticas e econômicas da família, mobilizou cada um dos seus membros e esse fato talvez nos ajude a entender porque, por exemplo, Lemenhe realça mais o aspecto familiar do que propriamente o político para explicar o revigoramento empresarial do grupo.

A nossa hipótese é de que essa mobilização familiar sem o respaldo de uma localização política conveniente se conteria em limites que se definiriam do precário ao apenas razoável. De resto, a continuidade enérgica do projeto empresarial esteve unida o tempo todo a uma localização política suficientemente propícia. Funções públicas como

¹¹⁸ Contando com um amplo arco de alianças, que chegaria a enquadrar o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Jereissati, apoiado em um discurso primário de “modernização”, se elegeu governador do Ceará. Adauto Bezerra, cujo candidato perdera a eleição para prefeito de Juazeiro do Norte, em 1982, perdeu, ele próprio, a disputa eleitoral para governador do estado. Politicamente, a família perdeu a supremacia política que, de algum modo, dividira com outros segmentos do coronelismo, em particular o de Virgílio Távora e o de César Cals, durante os anos de domínio militar.

o de delegada de educação, chefe do executivo municipal, vice-governadoria, presidência da assembleia legislativa, governo do estado e superintendência da SUDENE (já no governo Collor) foram todas galgadas por membros da família e, cada uma, a seu modo, fortificou as posições econômicas do agrupamento empresarial.

Para não nos alongarmos mais, sabemos muito bem do papel dos gêmeos nessa empreitada. Humberto foi de prefeito a vice-governador, ocupando nesse ínterim mandatos na Assembleia Legislativa e na Câmara Federal. Adauto Bezerra ocupou o principal e o segundo cargo da máquina estatal no plano de uma unidade federativa, respectivamente, em meados da década de 1970 e primeira metade dos anos 1980, depois de diversos mandatos proporcionais. Conforme Nascimento (1998), quando da sua posse no governo do estado, Adauto conseguiu mover para a solenidade representações de aproximadamente 100 municípios cearenses. Esse episódio demonstrou o grau de mobilização política obtida pela maior liderança do grupo, menos de vinte anos depois de haver assumido o seu primeiro mandato parlamentar.

Ainda hoje a família se faz representar no governo estadual. Ivan Bezerra é secretário da indústria do governador Cid Gomes. Isso significa que ainda mantém o mesmo peso político? Em nosso entendimento, não. Ainda nos anos 1970, começou um lento e irreversível declínio político o qual, concisamente, tentaremos explicar a partir de agora.

Sob o comando de Adauto Bezerra estavam não só os quadros políticos familiares, mas lideranças com história e tradição. O grupo Bezerra conseguiu fazer o sucessor¹¹⁹ de Humberto: Mauro Sampaio, filho do já renomado parlamentar Leão Sampaio, uma liderança política conservadora com militância na UDN e ARENA, e que havia disputado e perdido no partido a indicação como candidato a prefeito, no pleito anterior. Nem terminou o seu mandato, Mauro foi içado pelo governador Plácido Aderaldo Castelo à secretaria de planejamento do estado. Em seu desenvolvimento político, se aliou a uma das correntes do coronelismo encabeçada por César Cals. Em tais condições, se elegeu cinco vezes deputado federal e organizou o seu próprio agrupamento político. Voltou a ser prefeito de Juazeiro do Norte, mas antes disso foi um dos principais responsáveis pela primeira derrota “dos irmãos Bezerra” em eleição

¹¹⁹ De fato, Humberto Bezerra já estava afastado da administração, se desincompatibilizara para concorrer a uma vaga na Câmara Federal e deixara o posto para o vice-prefeito, um homem de confiança da família, o tabelião José Teófilo Machado.

municipal. Em 1982, apoiado por Mauro Sampaio, Manoel Salviano venceu o candidato oficial de Aduino Bezerra, dessacralizando o mito da invencibilidade política “dos coronéis”.

A derrota na eleição municipal de 1982 se deu sob o signo de um rompimento político de um dos membros da agrupação familiar: Leandro Bezerra. Por sua parte, o país atravessava um período de aceleradas modificações no cenário da luta de classes. Até que ponto essas mudanças imprimiram um novo modo de ser a política local, mereceria um exame separado. Sem embargo, a conjuntura municipal e as disputas paroquiais também ditaram o seu peso aos acontecimentos. Registremos, contudo, que a cisão política nas hostes bezerristas foi um dos fatores que levaram ao desencaminhamento do seu candidato na disputa pela prefeitura de Juazeiro. Erivano Cruz, “o candidato dos coronéis”, perdeu a eleição por 212 votos.

Entrevistado, Mauro Sampaio é só elogio a Aduino Bezerra. Em todo caso, apesar de nunca terem apresentado divergências de princípio ou programática, os dois grupos dividiram a base de apoio da ARENA, primeiro em Juazeiro do Norte e depois alargando para as cidades mais próximas. Essa divisão, decerto, não foi um fator de reforço, mas de debilitamento da hegemonia da família coronelística.¹²⁰ Depois desse episódio, o controle do executivo na terra natal do clã não mais seria efetuado diretamente por ele, mas apenas implicitamente, uma vez que o cofre do banco nunca deixou de financiar candidaturas que se comprometessem com a manutenção do status quo.

Como se pode ver, o aumento da força da vertente política liderada por Mauro Sampaio¹²¹ e o acordo celebrado por este com o dissidente Leandro Bezerra, em uma

¹²⁰ Consideramos a família coronelística na condição de grupo oligárquico uma vez que ela tenda a ultrapassar os seus limites de origem. Caso tomemos rigorosamente os conceitos à luz do estudo da “República Velha”, de ordinário, as oligarquias eram tidas como personagens e grupos que controlavam a política em um plano mais amplo, por exemplo, dos estados; os coronéis, ao contrário, representavam o miolo do poder política em escala puramente local. Nos anos 1960, pensamos que essa realidade apresenta uma inflexão de tal modo que coronéis que, em princípio, controlavam a política paroquialmente, passaram a exorbitar dessas funções convencionadas e construíram formas de dominação política que os elevaram a um patamar superior. É o que observamos com os agrupamentos familiares comandados por líderes coronelísticos da envergadura de ACM, José Sarney e Aduino Bezerra. A esses agrupamentos empregamos as noções de família coronelística e família oligárquica como termos correlatos.

¹²¹ Em entrevista, mais de 20 anos depois da saída de cena do regime militar, Mauro Sampaio procurou se isentar de qualquer relacionamento com o poder ditatorial. Lembremos que o desmembramento de Sampaio do grupo Bezerra não se deveu a uma ruptura principista. Igualmente, não custa recordar que

conjuntura de desalento político das forças conservadoras mais diretamente identificadas com a ditadura militar, produziram um cenário cujo desenlace foi a primeira derrota, em 20 anos, do grupo adautista.

O desgaste, todavia, já se desenhara desde a segunda metade dos anos 1970 no célebre “Caso do Vigia”, que será objeto de apreciação um pouco mais à frente.

Há, nesse sentido, um aparente paradoxismo: esse episódio, é curioso verificar, ganhou as páginas de jornal de trânsito estadual e nacional (O Povo, Movimento, Mutirão, Tribuna da Imprensa) e de uma revista de circulação nacional (Veja), mas, em Juazeiro do Norte, palco do flagrante delito, preponderou à hesitação, e quando não, quase um silêncio constrangedor, relativamente ao acontecido. Para o que nos interessa aqui, a difusão da ocorrência no município deu-se praticamente por meio de um cordel de autoria de Abraão Batista, poeta e intelectual identificado com o grupo político de Mauro Sampaio, embora com passagem pelo MDB, agremiação pela qual se candidatou a prefeito de Juazeiro (1972).

Longamente, se estabeleceria uma regra e essa seria a regra do silêncio. Seja como for, é de crer que esse padrão de conduta ante o fato não tenha surgido por pura casualidade. Há que se refletir acerca do círculo de lealdade formado ao redor dos “irmãos Bezerra”, do seu quase monopólio dos meios de comunicação da localidade (praticamente resumidos, à época, a duas emissoras de rádios: Rádio Progresso, de propriedade da família, e Rádio Iracema, flexível aos apelos dos interessados em não difundir o acontecimento), do temor infundido pelos métodos de violência comumente atribuídos ao grupo, sem omitir o fator, porventura, o mais decisivo: o poder político e econômico traduzido em um esquema de dominação eficazmente organizado.

Se deixarmos a parte as denúncias que eram suscitadas nos comícios e nas “conversas ao pé do ouvido” do eleitor, o essencial estriba nas condições que descrevemos acima.

ele vinha de uma família com forte tradição política e, portanto, era até compreensível que desejasse caminhar e disputar em raia própria. Não ensejou, porém, nenhum movimento no sentido de romper com a institucionalidade política que se esforçava para legitimar a ditadura. Atuou dentro da ARENA e depois do PDS, ainda que debaixo de rótulos (sublegendas) de ARENA-II e PDS-II. O seu candidato, Manoel Salviano, até então, um ilustre desconhecido, adotará em seu mandato um viés administrativo profundamente anti-social e antidemocrático.

Inquietantemente, apesar dos anos decorridos, é o fato de que o episódio segue na situação de um tabu, como se fosse algo merecedor de silêncio e infundisse um medo imemorial, despertando reminiscências adormecidas que não carecem ser provocadas. Prevalece um misto de obscuridade e silêncio complacente. De outra feita, um escapismo discreto. Os depoimentos de Daniel Walker, Aguinaldo Carlos de Sousa, Raimundo Rodrigues Araújo, Mauro Castelo Branco Sampaio e Manoel Raimundo de Santana são sintomáticos.¹²² Não que não ousam contradizer a versão¹²³ dos “irmãos Bezerra”; é que não ousam falar sobre o caso.

Não é totalmente incrível que, passados mais de três decênios, predomine uma lacuna no registro a respeito desse caso? Falando-se especificamente da repercussão fora do âmbito do município, os coronéis cariarienses se viram impotentes na guerra sem quartel para emudecer a imprensa de expressão nacional. Três anos depois do acontecido, a Tribuna da Imprensa não desistia de preservar viva a memória do fato e cópia de um material acusador do periódico carioca circulou, discretamente, pelas ruas de Juazeiro do Norte, em que se lia:

O crime político ocorrido no interior do Ceará que envolveu diretamente os irmãos Bezerra - um deles, Adauto, governa o Estado - tornou difícil a posição da família, ao menos perante a opinião pública, pois os três nada têm a temer: assaltaram o Ceará, fazem o que querem, mandam discricionariamente, são senhores de tudo e de todos. Até quando, ninguém sabe. Talvez o tempo necessário para mantê-los na impunidade pela prática coronelística que implantaram. Hélio Fernandes, em sua coluna Fatos e Rumores, observa a repercussão fulminante da reportagem publicada pelo Semanário Reporte-1, que deixou a família sem condições de divulgar os clássicos desmentidos que nunca desmentem nada (Panfleto de texto transcrito pela TRIBUNA DA IMPRENSA, Ano XXVIII, N. 8675, fevereiro de 1978).

A conclusão do incendiário material jornalístico é contundente:

Teve enorme repercussão, a matéria-acusação-libelo-documentário, intitulada ASSASSINO, publicada pelo

¹²² Qualquer alusão a um dos nomes citados, exceto Walker (já informado) obedecerá à seguinte formulação técnica: SOUSA (?), ARAÚJO (2007), SAMPAIO (2009), SANTANA NETO (2005).

¹²³ Obviamente, os “irmãos Bezerra” desmentiram incontáveis vezes a acusação de que houvera assassinato. Não deixou de ser parte da estratégia, o esforço para calar a família do morto. À medida que se debilitava o sistema de dominação política que esse grupo político familiar implantara em Juazeiro do Norte, fragmentos de versões distintas das comumente divulgadas vazaram e puderam chegar ao conhecimento de porções mais ponderáveis da chamada opinião pública juazeirense. Esse vazamento, todavia, não serviu de todo para superar a supremacia do discurso lacunar ao redor do tema.

semanário Reporte I, e transcrita sexta feira passada aqui na TRIBUNA. Os três irmãos Bezerra, que assaltaram o Ceará e dominam o Estado com a mão de ferro, ficaram em situação insustentável na história e devem pelo menos uma explicação à opinião pública. Mas como explicar ou desmentir o que todo mundo sabe que é verdade?

Não estaria exatamente na frase interrogativa final a explicação para a censura social em torno do tema-tabu?

Independente de que “todo mundo” estivesse ou não ciente do que verdadeiramente ocorrera, o acontecimento se fez repercussivo e a conjectura de que a saída¹²⁴ de Aduino Bezerra do cargo de governador devera-se a isso, vista sob esse ângulo, não nos parece alguma coisa que não devêssemos subscrever sem vacilações.

Expomos aqui traços particulares de uma relação que, ao longo de 21 anos, se desenvolveu entre o poder militar e os “irmãos Bezerra”, que saíram da sua casamata, em Juazeiro do Norte, e estenderam os seus braços econômicos e políticos para latitudes acima e abaixo da sua origem geográfica. O estabelecimento de vínculos com o domínio político-militar foi seguido pela ascensão política e sócio-econômica do agrupamento familiar, representando um salto em seu curso de empresariamento e revigoração da riqueza, bem como na ocupação de cargos públicos de incontestável envergadura.

Em uma observação atenta, há de se notar a quase simultaneidade dos processos que se exprimiram na inflexão para baixo da dominação de aparência militar e do domínio político deste grupo coronelístico. Registre-se, porém, que o declínio político dos “irmãos Bezerra” não representou uma decaída dos negócios familiares, conforme comentamos páginas atrás. Para sermos breves, esses seguiram prosperando, como se não houvesse uma relação imediata entre o abatimento do sistema de poder militar e os negócios daqueles que foram favorecidos pela introdução do mencionado sistema na cena política. No fim das contas, o compromisso pelo alto que permitiu que o derradeiro governo militar - o do general João Batista de Figueiredo - saísse pela porta dos fundos do Palácio do Planalto implicou na manutenção de privilégios para um conjunto nada modesto de apoiadores da ditadura.

¹²⁴ A versão dos adautistas é de que mais do que uma saída ou renúncia, houve efetivamente uma desincompatibilização para que o Cel. Aduino Bezerra se candidatasse à Câmara Federal, meta alcançada com a maior votação entre os postulantes. Lembremos, todavia, que a sua continuidade no governo estadual o tornava mais vulnerável às denúncias. Ao contrário, a estadia em Brasília, em tese, o colocaria mais distante do foco.

Arriscando-nos ir além do que a prudência nos estipula, basta que lembremos que o primeiro presidente civil pós-militarismo, José Sarney, vice do falecido presidente escolhido pelo colégio eleitoral, Tancredo Neves, construiu a sua trajetória política sob os auspícios do despotismo militar (1964-1985). Como é sabido, o primeiro presidente diretamente eleito pela população, depois de quase trinta anos sem eleição presidencial, Fernando Collor de Melo, começou como prefeito biônico de Maceió, em 1979. Adauto Bezerra, que tornou o seu apoio a Collor em uma espécie de revivescência política, foi por este guindado ao posto de superintendente da SUDENE, último cargo político que, de fato, será por ele ocupado.

Abrimos aqui um novo parêntese: em 1989, a família Bezerra ganhou novamente as ruas e praças de Juazeiro do Norte, trazendo ao seu lado a mítica personagem de Frei Damião de Bozzano, frade italiano conhecido por suas prédicas contra o demônio e o comunismo. Sob essas circunstâncias específicas, Collor de Melo recebeu uma votação avassaladora na cidade em que os “irmãos” iniciaram o seu trajeto de figuras da esfera pública. Na oportunidade, os comícios favoráveis à candidatura de Luis Inácio Lula da Silva eram violentamente dispersados pela “fúria popular” dos adeptos do candidato dos coronéis. Na periferia da cidade, os apoiadores de Lula eram apedrejados e expulsos.¹²⁵

O restante é bastante conhecido. O impeachment de Collor atirou Adauto Bezerra, uma vez mais e, agora, definitivamente, para o fundo da cena política, tornando-o quase que exclusivamente uma personagem da história política. O outono do patriarca, contudo, não começara no início dos anos 1990. Relendo hoje os acontecimentos, pressintimos que o curso regressivo do seu poder político já se desenhara quinze anos antes dos fatos acima descritos, quando a instabilidade política do seu grupo não resistiu às suas próprias contradições, bem como às contradições que se forjavam por dentro e em torno ao regime político que o fomentara.

Em todo caso, a instabilidade política interna do grupo começou provavelmente com o afastamento de Mauro Sampaio e a consequente organização, à sua volta, e sob os auspícios do coronel César Cals, de um novo agrupamento, correndo em raia própria e disputando com “os Bezerra” um naco do poder local. Ao lado desse fato, e/ou em sua esteira, se desencaderam outros não menos explosivos, dentre eles “O Caso de Mozart

¹²⁵ Acompanhamos essa experiência e somos dela testemunha.

Cardoso”,¹²⁶ a ruptura de Leandro Bezerra, e tanto ou mais expressivamente, a projeção externa que ganhou o episódio popularmente nomeado de “o assassinato do vício”. Aqui, de fato, começou o outono do patriarca. Tem início uma curva descendente que nem mesmo a eleição de Ailton Gomes, em 1978, para prefeito de Juazeiro, com o suporte do grupo hegemônico, e nem sequer as votações expressivas obtidas para cargos proporcionais por irmãos e sobrinhos, e até pelo próprio Aduino, produziram uma oxigenação política capaz de vivificar um domínio que, gradativamente, se mostrava arrefecido.

Visto sob esse ângulo, se o patriarca de Gabriel Garcia Marques viveu por mais de duzentos anos, o domínio político de Aduino Bezerra, dependendo de qual referência adotamos, não durou mais do que vinte e poucos anos.¹²⁷ Durante esse período, contudo, instituiu uma espécie de tirania política que não deixou nada a dever aos históricos casos de ditadores latino-americanos, retratados por notáveis escritores do subcontinente americano. Nos cordéis de Abraão Batista, essa tirania “se mostra descomedida e grotesca” tal como esta é descrita na literatura engendrada por autores do subcontinente¹²⁸ que abordaram a mesma temática (IANNI, 1991:29).

No poema “Encontro do Soldado Paraíba com o Vício da Usina no outro Mundo”, Batista parte de um episódio: a morte do soldado que esteve por trás do

¹²⁶ Mozart Cardoso de Alencar governou Juazeiro do Norte entre 1973 e 1975. Elegeu-se com o apoio político de Aduino Bezerra e Mauro Sampaio e foi deposto por iniciativa dos “irmãos Bezerra”, que o acusavam de “corrupção”. Não há dados concretos que comprovem a acusação. A nosso ver, a hipótese mais consistente é a que aponta para perda de controle do prefeito pelo agrupamento familiar. Mesmo Nascimento (1998), que não se furta em parecer simpático ao clã dos Bezerra, não encontra motivos sólidos para justificar a intervenção, salvo o de que Cardoso não aceitava “qualquer sugestão sobre planejamento administrativo ou assessoramento de forasteiros” (p. 108). Pior: agrega que isso não teria sido o determinante para intervenção, mas “fatos inconseqüentes” e “até folclóricos”, sem que se dê ao trabalho de elucidar o que significam essas generalizações vazias. A substituição de Mozart Cardoso por Eriano Cruz é sintomática de que a família aspirava manter o controle absoluto sobre a vida política juazeirense, uma vez que este havia sido ajudante-de-ordem de Humberto Bezerra, quando Humberto fora vice-governador, e quando da gestão de Aduino Bezerra no Palácio da Abolição, ocupara duas funções estratégicas: chefe do serviço de segurança e subchefe da Casa Militar do Governo do Estado.

¹²⁷ Caso tomemos como referência a primeira eleição de Aduino Bezerra à assembléia legislativa (fins dos anos 1950) até a derrota eleitoral para o governo do estado (1986), podemos contabilizar quase trinta anos de domínio político. Talvez fosse mais prudente tomar como ponto de partida a eleição de Humberto Bezerra a Prefeitura de Juazeiro do Norte (1962), se estendendo, no máximo, até dois fatos cruciais: a derrota do candidato de Aduino ao executivo juazeirense (1982) e o seu próprio insucesso no pleito estadual de 1986. Nos dois casos, estaríamos ante um domínio que não alcançaria três décadas. Cabe observar que, a rigor, esse poder se resume, no essencial, às décadas de 60 e 70 do último século.

¹²⁸ Em brilhante artigo em que diz que “A figura do ditador é uma das imagens mais frequentes no pensamento latino-americano”, Ianni (1991:13), enumera alguns autores da América Latina que tematizaram o problema da tirania através da literatura: Miguel Ángel Asturias, Augusto Roa Bastos, Pablo Neruda, Gabriel Garcia Márquez, Oduvaldo Vianna Filho, Alejo Carpentier e Ernesto Cardenal.

assassinato do vÍgia da Usina José Bezerra, fato já sinalizado na presente seção. O autor procura efetuar uma caracterização objetiva do soldado ParaÍba: “e servia de pistoleiro/aos grandes de Juazeiro/dizem os jornais e escriba”. Notem que o poeta se esquiva de caracterizar a personagem supracitada, optando por fazê-lo como decorrência da opinião de outrem.

Há um momento em que se lê: “mataram esse soldado/com uma história inventada/cada um contando a sua/ pois a verdade na rua/eu não sei se foi contada”. Os dois últimos versos confirmam e ampliam o que víamos afirmando: o silêncio constrangedor acerca de fatos que pudessem comprometer os notáveis da política juazeirense. Essa percepção impõe-se, primeiro, ao caso da morte do vÍgia, e em segundo lugar, no aparente misterioso assassinato do soldado ParaÍba, que, conforme registramos, esteve envolvido no aniquilamento do vigilante da usina.

Ao se deparar com o vÍgia no “outro mundo”, o soldado ParaÍba “quase que cai” e “gritando, não acredito/nós matamos esse maldito”, confessa o crime perpetrado de cuja lembrança não deveria ficar pedra sobre pedra. Em contrapartida, a fala do vÍgia traz a tona os esforços dos notáveis da política local de dissimular o efetivamente ocorrido:

*Segundo minha mulher
Tem documento guardado
A casa ela comprou
Por um preço inventado
Foi comprado do Abrigo
Graças a Deus eu não ligo
Pois tudo foi consumado
(BATISTA, s/d:5).
O discurso do Soldado é delatário:
O Soldado ParaÍba
Fica roxo de emoção
- vou voltar pra Juazeiro
E avisar o meu chefão
Que não mato mais ninguém
Pois na terra do além
Matar não é a solução
(idem, p. 5).*

A conivência da imprensa, cujos nexos com o coronelato eram suficientemente visíveis, também é objeto de uma crítica demolidora:

*28 dias depois
Que eu estava enterrado
Arrancaram o meu cadáver*

*No mais perverso estado
Com a rádio transmitindo
O locutor sempre mentindo
Pro Juazeiro enganado
(ibidem, p. 6).*

No fim das contas, transbordando os limites do mandonismo e das regras a ele afeitas, a personagem do vigia coloca o dedo na ferida:

*Voce me diga agora
Somente pra nós dois:
Por que o Cel. Adauto
Deixou o governo, pois
Ele podia ficar
Sem mesmo atrapalhar
A ARENA e outro bois?...
(ibidem, p. 7).*

Cabe aqui recordar ainda a acusação do vigia de que a morte do soldado “foi como queima de arquivo” e que este deveria se arrepender “dos seus pecados/que cometeu com os potentados/ do Juazeiro que enganou”. Qual a saída para dirimir a situação? O poeta-narrador se impõe sobre as personagens e declara: “ - Essa Justiça da terra/está sem vez, estourou...”.

Nesse debate, se destacam mecanismos típicos da poesia social de tom satírico, dentre eles o escárnio e o riso perante a tudo aquilo que se apresentava como contrário à justiça. Há passagens que concretizam muito bem o que dizemos. Assim o vigia se dirige ao soldado Paraíba, o seu assassino: “Já arranjaram advogado/prá defender quem lhe matou”. Antes, o soldado dizia ao vigia: “veja lá o meu conforto/no caixão todo invocado...”.

Assim sendo, nos versos - que satirizam politicamente os exemplos típicos de uma forma de poder tirânico, traduzido na dominação política exercida por um homem e pelo seu agrupamento familiar - do mesmo modo que em Miguel Ángel Asturias, Gabriel Garcia Marques e Alejo Carpentier, o “riso rebaixa e materializa”¹²⁹ a prática hedionda da tirania política.

Não será difícil, examinando cuidadosamente o que escreveu Batista em seus folhetos satíricos, perceber o quanto se exprimiu adequadamente Octávio Ianni, tratando de tema correlato:

¹²⁹ (BAKHTIN apud IANNI, 1991:29).

Apesar de padecer tirania, medo, tortura, terror, o povo reage, retrabalha e recria a tirania a seu modo. Diante da força, brutalidade e boçalidade do ditador e seu bando, o povo luta tanto prática como imaginariamente (1991:27).

No caso de Abraão Batista, cujo grupo político se contentou em cumprir o mero papel de sublegenda ¹³⁰ do partido da ditadura, pode-se dizer, que deu conta de uma realidade tão complexa quanto delicada, ainda que imaginariamente.

Esses episódios, em que a sátira e a paródia foram empregadas como moeda de crítica ao poderio tirânico da família Bezerra, possuem conexões internas com os processos de resistência político-cultural ao autoritarismo característico dos anos 1960 até meados do decênio 80 do século passado. Ao final desse período, inverte-se o sinal: em vez de serem glorificados, os opressores são satirizados. Esse raciocínio, mais uma vez, estabelece paredes-meias com as reflexões teóricas de Ianni, para quem “(t)oda ditadura começa a ser destruída no momento em que o povo, operário, camponês, mineiro, empregado, funcionário, faz piada sobre o ditador” (1991:27).

Não teria sido isso o ocorrido em Juazeiro do Norte, no Cariri e no Ceará?

Um exame mais ponderado acerca das relações entre poder discricionário e resistência cultural, decerto, será objeto de uma seção específica. Aqui, quisemos chamar a atenção de quem, na presente seção, tem se debruçado na apreciação dos fatos e personagens, sem exceção, associados ou opostos a família Bezerra, procurando estabelecer a íntima coerência entre o declínio político do mencionado clã e as diversas contradições que foram se desvelando à sua volta. Contradições que explicariam, e quando não identificariam, ainda que de maneira matizada, as causas fundamentais desse decaimento político que trouxemos à baila ao final deste segmento.

Em resumo: nutrido à sombra da árvore da ditadura militar, o grupo se esmaeceu como força política à medida que o regime dos generais recuou da sua longa e funesta centralidade política. Combinadamente, as contradições internas da vertente bezerrista e da vida política em Juazeiro do Norte e no estado não só afloraram, mas prosperaram, sem contudo, conter ou invalidar o circuito de prosperidade econômica da família.

¹³⁰ Para que não sejamos injustos com o Sr. Abraão Batista, vale lembrar que ele foi candidato a prefeito de Juazeiro do Norte, em 1972, por uma das sublegendas do MDB, o partido de oposição consentido. Na eleição municipal do ano antes citado, inexplicavelmente, o Movimento Democrático Brasileiro se apresentou no cerne da disputa com três candidatos ao cargo de chefe do executivo, o que levou a uma fragmentação dos votos oposicionistas.

Daí para frente, em termos políticos, praticamente “(o) tirano é obrigado a ver-se como personagem, figura, máscara, paródia” (IANNI, 1991:25).

Não seria pertinente, no entanto, cessar por aqui essa reflexão. Vale dizer: precisamos observar o problema em dupla perspectiva. Até agora, reduzimos a nossa abordagem aos aspectos mais empíricos da questão, partindo, numa primeira aproximação, fundamentalmente, da análise da trajetória política da família Bezerra, em especial da “nossa” personagem-tipo: o coronel Adauto Bezerra. Trata-se de uma discussão longa e complexa. Observaremos agora o outro lado do que denominamos acima de nossa dupla perspectiva. Tendo evocado o percurso do grupo e do seu líder resta-nos ainda uma questão a colocar: qual a significação teórica de que se reveste essa experiência?

Responder a essa indagação tem um pressuposto. É como se, neste átimo, tudo o que escrevemos acerca da prática de vida de um agrupamento social, em relação à sua especificidade, devesse ser deixado de lado. Aí está o nó-górdio! Tentaremos, neste momento, superar as limitações ou insuficiências da primeira perspectivação, formulando teoricamente os elementos até aqui acolhidos. Nesse particular, a instância privilegiada desse segundo esforço de compreensão do fenômeno abarcará as relações entre militarismo, modernização conservadora e coronelismo.

Em princípio, esclareçamos o que entendemos por cada um desses termos.

Sem hesitação, relacionamos militarismo à intervenção das FFAA na vida política como recurso de força ante o deslocamento do pêndulo dos conflitos de classe em um plano que pudesse colocar em xeque a ordem social. Em termos mais redondos: é a elevação das Forças Armadas ao papel de principal instituição do regime político e/ou a ascensão de membros dessa corporação ao status de governo. Nesse contexto, a sociedade padece de um processo de franca militarização. Historicamente, a democracia representativa tem servido mais adequadamente à dominação burguesa. O militarismo, portanto, é um expediente excepcional e não a norma-padrão. Isso, obviamente, não é uma linha reta. Cada caso exige uma análise direta. Os golpes militares podem derivar de situações não alcançadas pela fórmula geral. Independente disso, em 1964 tivemos um golpe de Estado no Brasil que gerou um regime em que o militarismo se elevou como uma das suas principais características. De sorte que, é sobre este contexto que pretendemos teorizar acerca do fenômeno do coronelismo redivivo.

Ao largo do período militar, a modernização - entendida na esteira da complexificação¹³¹ do capitalismo e cujas linhas gerais provinham da etapa anterior ao golpe de abril - não foi suprimida da agenda nacional, mas, se tornou mais propriamente agenda do que nacional. Antes de 1964, para parte expressiva da sociedade as relações entre projeto nacional, industrialização e modernização eram francamente indissociáveis. Na segunda metade dos anos 1950, JK, por cima ou por fora desse entendimento, pareceu contrariar, ainda que não integralmente, essa noção, em larga medida, referida à estratégia do nacional desenvolvimentismo. A fundação de Brasília estava implicada à idéia mais genérica de modernização. Coube, contudo, à ditadura militar à imposição de um projeto modernizante - concretizado em planos industrializantes, fábricas, estradas, pontes, avanço do capitalismo sobre o campo, reforçamento das bases de uma “sociedade de consumo”, urbanização desordenada etc. - sob a égide do estreitamento das relações com os EUA e o sufocamento das liberdades políticas e civis. O conservadorismo social, cultural e político era uma face desse processo. A dependência econômica a sua segunda face. Como sabemos, elas não existiram separadamente, mas de forma umbilicalmente agregada. Como quer que seja, da imposição desse modelo decorreu o aumento do fosso entre ricos e pobres. A sua imposição se expressou em três palavras: concentração de renda. É a essa imposição que denominamos de modernização conservadora. Do seu ventre, nasceram os shoppings e a miséria urbana em seu entorno.

No fim das contas, esse é ambiente em que o coronelismo se anunciou como uma fenômeno redivivo. A propósito, situamos o coronelismo em um horizonte: o de um fenômeno datado, tal qual consagrado na literatura dos últimos 50 anos. O seu espaço histórico foi a da “República Velha”. A sua sobrevivência além dessa delimitação deveu-se a um conjunto de fatores, dentre eles a força inerte da história, a capacidade de adaptação de seus sujeitos às mudanças da vida, a nossa trôpega evolução política, as contradições do desenvolvimento capitalista no Brasil e como as classes dominantes do país foram se formando, se fundindo e refundindo ao longo do tempo. Deveu-se, por fim, a ausência de uma revolução burguesa que houvesse liquidado com o monopólio da terra por coronéis e oligarcas tradicionais, isto é, que houvesse, de fato

¹³¹ Essa complexificação deve ser compreendida a partir do elo entre mais industrialização (com a implantação e prosperidade de novos ramos industriais) e urbanização (transcrescimento das cidades, nomeadamente das metrópoles; desenvolvimento das áreas vinculadas ao setor de serviços; etc.). Isso redundava em mais capitalismo, modo de produção típico da modernidade.

e direito, liquidado impiedosamente, e de forma definitiva, com esse arcaísmo (pré-capitalista). Desse drama, ergueu-se o coronel sobre os ombros da modernização conservadora (capitalista), abocanhando frações do fundo público, retirando o chapéu da cabeça e o sujeira das unhas, transfigurando-se em parte constituinte da moderna classe dominante (burguesa) no marco do modo de produção especificamente capitalista e sob a regência de um militarismo indissimulado. É desse coronel que falamos. E é desse coronelismo. Um coronelismo moderno, capitalista.

Não estaríamos diante de categorias aparentemente contraditórias quando referimos a coronelismo moderno, coronelismo redivivo e coronel-capitalista? Não estaríamos, com efeito, afirmando e ratificando termos que, em si, não podem traduzir outra coisa salvo um quadro teórico de contradições insolúveis?

Em nosso entender, esse disparate é aparente e a contradição não é do pensamento, mas da realidade. Retomemos a figura do coronel Aduino Bezerra. Por que não observar o caráter dúbio desse personagem? Em sua trajetória há uma dupla face: uma voltada para o passado, os seus métodos, a sua base; outra, apontando em uma direção oposta, moderna, renovada, capitalista. Essa dupla face nos tem obrigado a recorrer a uma solução, de viés metafórico, que dê conta de uma dubiedade caracterizada pela articulação de dois momentos da história e da formação social brasileira. Sem romper com traços fundamentais da sua origem, o coronel alçou vôos que o elevaram a uma condição diametralmente oposta daquela que o consagrara histórica e sociologicamente. Daí falarmos de coronel-capitalista.¹³²

Esse raciocínio nos persuade às seguintes questões: de que coronelismo estamos falando? quais são as suas marcas? Sem se desvencilhar dos velhos suportes do coronelismo clássico - mandonismo local, bases rurais, uso de métodos coercitivos para constranger os adversários, clientelismo etc. - o coronel não nega, mas inversamente, mergulha no grande e complexo rio da modernidade capitalista. Sem tirar o olhar do passado imerge na competitividade capitalista num momento em que esta assume uma faceta essencialmente monopolista. Logo, sem perder as características do passado este coronel moderno e empreendedor se permite dá um passo para a frente, dirigindo a sua atenção para novos desafios.

¹³² No caso específico de Aduino Bezerra sobreleva-se também o fato de que o mesmo, de fato, detém o posto de coronel.

No caso da família Bezerra não é possível entender o seu progresso político sem levar em conta que o Ceará, nos anos 1960/1970, era ainda preponderantemente rural e os votos que elegiam os seus membros provinham em parte desse universo sócio-geográfico. Doutro lado, uma parte expressiva da votação decorria do peso econômico e político do grupo no âmbito do Cariri, região constituída de pequenas cidades e forte presença rurícola. Nesse sentido, a base eleitoral era praticamente a mesma dos antigos coronéis e até os métodos de recrutamento dos votos - assentado no uso da violência contra os adversários políticos e no clientelismo - não divergiam das velhas e surradas fórmulas do passado. Esse era um lado da moeda. De outro, o coronelismo modernizado soube explorar as suas relações com o Estado não somente para garantir o seu domínio na arena local, mas, antes de tudo, para estendê-lo e, mais do que isso, para dotá-lo de uma face extra-regionalista, modernizante e empresarial. Essa dupla face é a sua marca mais emblemática.

Concluída a solução desses aspectos problemáticos, esboçemos o problema em seu conjunto.

Com a ditadura militar, paulatinamente se estabeleceu uma centralização política cujo grau deve ser comparado com os momentos mais cruciais de centralismo político da vida brasileira, como num curto período do “Primeiro Reinado”, como na maior parte do “Segundo Reinado” ou mesmo durante o “Estado Novo”.

Percebe-se - ao se debruçar sobre a nossa evolução política - que a obra da centralização não se fez de uma só vez, sem recuos e numa linha ascendente irreprimível. Houve momentos em que o centralismo se combinou com elementos autonômicos, caso da “República Velha”, num curto período da “Era Vargas” e “Pós-Vargas”.

Para compreendê-lo em seu desenvolvimento, há de se reconhecer que o centralismo, em seu sentido geral, respondeu a dois problemas: o da pressão das forças centrífugas herdadas da época colonial, em que o poder privado ocupava a lacuna deixada por um poder público indeciso e incompleto, e a necessidade das classes dominantes de instituir um quadro político que tivesse a capacidade de assegurar a ordem social. Antes de tudo, em seu conteúdo mais profundo, essa estrutura de funcionamento significava a primazia do poder central sobre os poderes locais. Ilustra admiravelmente esse esforço de frações dos grandes proprietários, que capturaram o

Estado ao longo do século XIX, a arquitetura de poder montada com a antecipação da Maioridade sob o signo do centralismo político-administrativo.

Preservando as devidas ressalvas, caberá a Getúlio Vargas - nos anos 30 do século XX- responder ao federalismo oligárquico da “República Velha” com um nível de centralidade político-administrativa que em nada deveria à experiência instituída nos anos 40 do século precedente.

Parece encerrar-se nesse debate a antiga querela entre poder público e poder privado e entre o poder central e os poderes locais. Acontece que, muitas vezes, a pretexto de combater o privatismo de elites interioranas, de feito, se utiliza o instrumento da centralização na forma de um mecanismo para sufocar as liberdades políticas. O estabelecimento do “Estado Novo”, em 1937, respondeu mais propriamente a essa questão do que, necessariamente, ao problema do poder privado dos potentados. No plano das relações Estado-poder local¹³³ tem funcionado quase invariavelmente uma linha de conduta pautada mais por compromissos do que pela radicalização dos focos de tensão.

Em 1964, o militarismo, uma vez mais, invocou a ferramenta da centralização, não como uma maneira de frear o poder privado, mas de tê-lo ao seu lado, e mais do que isso, colocar as forças sociais populares em uma jaula de ferro. Em consonância com a sua interpretação, os militares paulatinamente estabeleceram um grau de centralidade que funcionou mais como uma resposta para um problema político-ideológico: o da segurança nacional.

Evidentemente, o poder central, sob controle dos militares, compôs o cume de uma estrutura de poder em que o local - leia-se paroquiano, municipal - e o nacional inelutavelmente se cruzavam, se tocavam e prosseguiam em seus trajetos distintos e combinados.

São vários os motivos para isso. Destaquemos alguns.

¹³³ Ao longo da formação e desenvolvimento da vida política brasileira, as noções de poder privado e poder local têm convergido de tal modo que uma e outra parecem ter um só e mesmo significado. O fenômeno do coronelismo – generalizado ao longo da República Velha – encerra essa síntese entre poder local e poder privado. Trata-se de um aspecto decisivo da nossa evolução que deita raízes no período colonial em que os “homens bons” preenchiam, no âmbito da localidade, o vazio deixado pela ausência do poder público.

Em primeiro lugar, queremos concordar com o argumento de Bursztyn, cujo entendimento é de que “o reforço do poder local não é, necessariamente, incompatível com a progressiva centralização política” (2008:32). Esse reforço do poder local se tornaria inconveniente somente na medida em que se colocasse na contracorrente dos interesses gerais do projeto maior. Essa idéia peculiar não deve haver passado pelos privilegiados cérebros dos portadores de um parco poder que Leal (1975) definiu de “privado residual”.

Em segundo lugar, o direcionamento para uma linha de ação do tipo centrípeto não quer dizer, forçosamente, que se deva descartar uma tática privilegiada de aliancismo com os poderes locais em nome de uma estratégia cujo motor é o Estado em seu sentido mais geral. Na “Era Vargas”, a política de intervenção levou em conta, muitas vezes, a possibilidade de unificação com um segmento e outro dos notáveis locais. Do mesmo modo, os militares no poder não viram qualquer senão em unificar forças com o mandonismo privado encastelado nos municípios.

Por fim, ocorreu, no caso da ditadura militar, uma disposição ordenada entre as diferentes frações da classe dominante que permitiu o “reforço da estrutura de poder local” paralelamente à “centralização política em nível nacional” (BURSZTYN, 2008:32). Esse reforço era indispensável para dotar de “legitimidade” o Estado militarizado na esfera de cada município. Doutra lado, reforçar o poder local dos aliados do regime político era condição *sine qua non* para evitar que este pudesse sofrer pequenas erosões em pontos determinados da sua urdidura. Assim sendo, ao fortalecimento dos coronéis no âmbito do poder local corresponderia, por baixo, guarnecer a centralização política que se fazia por cima, isto é, em nível nacional.

O que desde logo se observa é que a obra da centralização política, levada a cabo pelos militares, reforçou, “por baixo”, a hegemonia social de grupos tradicionais locais, tal é o caso da família Bezerra, e essa nos parece à questão decisiva.

Por hora, deixemos esse tema de lado, pois outra questão também se coloca: a da modernização conservadora, já tocada brevemente. Quer dizer, apesar do triunfo do conservadorismo político mais tacanho, não houve um rompimento com o processo de modernização que a classe dominante precisou lançar mão, muitos anos antes do evento golpista, para empalmar o capitalismo brasileiro com as exigências de uma realidade cada vez mais complexa e diversificada. Antes, se aprofundou os liames entre a noção

de modernidade e a de associação com o capital internacional. Em virtude disso, o projeto do “Brasil grande” dos militares, dos tecnocratas e da burguesia brasileira esteve sempre na razão direta da sua inserção subordinada a uma ordem mundial que, cumpre destacar, se orientava por determinações que passavam ao largo do mínimo controle interno.

Diremos, efetivamente, que prevaleceu a estratégia de um capitalismo dependente associado, cuja louvação foi compartilhada não apenas pelos militares, tecnocratas, arenistas e a burguesia associada, mas até por membros da oposição consentida e intelectuais, a exemplo de Fernando Henrique Cardoso. Sem intuito generalizante, a bem dizer, afirmou-se de novo, não obstante a renovação da roupagem, a anterior direção imposta ao país pela classe dominante: a de uma semicolônia. Somos tentados a concluir que os processos de industrialização e modernização não suprimiram, mas reforçaram os traços que distinguem e demarcam uma Nação semicolonial, ainda que industrializada, urbanizada e de vestes modernas.

Começando por essas observações primárias, de fato, ambicionamos sugerir uma tese, qual seja: a centralização política e a modernização conservadora, de modo aparentemente paradoxal, permitiram reforçar alguns notáveis, patriarcas da vida local, membros proeminentes do que Bursztyn (2008) denominou de “bloco hegemônico tradicional da região”. Com isso, o autor se referia aos potentados nordestinos, majoritariamente agrários, conservadores e tradicionalistas. Desse bloco, em nossa opinião, constava a família Bezerra, parte constitutiva dos “grupos tradicionais locais”.

Já são muitas as questões levantadas. É hora de entender “o comportamento de fênix do coronel” (BURSZTYN, 2008:53).

QUEIROZ (2006) preconizou em texto sociológico clássico que o crescimento demográfico, a urbanização e a industrialização funcionariam como fatores de decadência da sociedade coronelística. Segundo vimos brevemente, o Brasil caminhava paulatinamente para se tornar um país industrializado, urbano e demograficamente sincronizado a esse novo cenário. Esses processos se fizeram viáveis mediante a crescente subordinação da economia brasileira ao capital internacional que, seguramente, capturou os seus setores mais rentáveis. Para voltar a nosso exemplo, caberia inferir que, minimamente, se realizava uma transição econômico-social e demográfica. Nestes termos, somos levados a defender a incompatibilidade entre esse

movimento mais geral e a sobrevivência do poder dos coronéis, fossem eles nordestinos ou não. Para nós, entretanto, a questão decisiva é entender como e porque o coronelismo sobreviveu, ainda que num grau mediatizado.

Ora, vejamos. A idéia de um Nordeste moderno é parte do projeto tecnocrático-burguês resultante do golpe de Estado de 1964, sem que isso queira dizer uma ruptura com a estrutura tradicional (BURSZTYN, 2008:34). Com isso, o paternalismo - “instrumento-chave” do coronelismo - não desapareceu. Ao contrário, ressurgiu debaixo de múltiplos disfarces. Antes de tudo, esse traço se revelou parte destacada das relações Estado/poder local. A fênix não se processou do nada. Decorreu de uma estratégia em que modernidade e arcaísmo, centralização e poder local não se excluíam, mas se tocavam e se completavam como resultantes de inumeráveis combinações.

Esse cenário não era uma exclusividade do Cariri. Em linhas gerais, ele se verificou em diferentes partes do país, notadamente no Nordeste, em que os grandes proprietários de terra se apresentaram de aliados de primeira hora da burguesia industrial e associada. Essa aliança política, por exemplo, determinou o ritmo da modernização das relações de produção e de propriedade no Brasil.

Nas palavras de Bursztyn:

Agindo como um “capitalista coletivo”, o Estado assegura(va) ao mesmo tempo os imperativos da reprodução ampliada do capital internacionalizado e a preservação da estrutura arcaica (2008:211).

Esse exemplo vem simplesmente explicitar uma realidade cuja dinâmica é anterior à intervenção militarista de 1964; anterior, de verdade, em muitas décadas. Esse compromisso entre as diferentes frações das classes dominantes tem sido um signo das relações entre elas ao longo da formação e evolução da sociedade brasileira. Isso é um fato. Apesar disso, não conseguiremos desvendar com exatidão o fenômeno do coronelato caririense sem estabelecer um diálogo com as suas especificidades, tal qual nos esforçamos em fixar no marco da primeira perspectiva de cunho mais empírico.

Leal (1975) concebeu o coronelismo “como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo e uma estrutura econômica e social inadequada” (p. 20). Explicamos melhor: o autor da obra clássica sobre o coronelismo o tomou em sua relação com o regime representativo. Cabe uma distinção analítica: em 1964, o

regime representativo é rasgado pela força das baionetas. Precisamos pensar agora o fenômeno por fora do mecanismo que brota do texto clássico. Como fazê-lo?

Enfocado sob este plano, no Cariri o coronelismo redivivo se apresentou, em parte, como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime ditatorial e uma estrutura econômica e social inadequada. Doutra lado, se colocou de resultante da sua adaptação ao processo de “modernização conservadora” encaminhado sob o abrigo da ditadura. Noutras palavras: ditadura e revigoração do coronelismo mostraram ter entre si linhas de parentesco em nada incompatíveis, do mesmo modo que as relações pré-capitalistas e capitalistas que se irmanaram sob o domínio direto do segundo tipo.

Importa sublinhar que isso só se fez possível em conformidade com o grau de entrelaçamento entre os potentados locais e a máquina estatal debaixo do férreo controle das autoridades e instituições militarizadas. Esse entrelaçamento, todavia, se estreitou proporcionalmente com a ordem de amplitude alcançada pelos “grupos tradicionais locais”. Personagens que nem José Sarney (MA), Antônio Carlos Magalhães (BA) e Adauto Bezerra (CE) cresceram à sombra da ditadura, mas souberam ir além da função de meros chefes de “grupos tradicionais locais” e ampliaram o raio de influência mais adiante dos limites estabelecidos pelo seu poderio original. Consoante notou Lage (2001):

Com os militares no poder, ocorreu o fortalecimento dos executivos estaduais, que passaram a ser os intermediários oficiais entre o governo central e as alianças locais, viabilizando um quadro conhecido em nossa política: da relevância política dos governadores (pp. 110/111).

No Ceará esse papel foi executado pelos coronéis Virgílio Távora, César Cals e Adauto Bezerra. Dos três, Adauto se mostrou mais ambicionado com vistas a combinar a dominação política autocrática e a modernização dos seus negócios. Mais do que Virgílio e Cals, ele se colocou em uma perspectiva de quem não se contentava em ter somente a “relevância política dos governadores”. Apoiando-se nessa relevância, fez com que esta se colocasse na condição de instrumento consolidante de um processo aparentemente paradoxal: o da sua transformação em coronel-capitalista. Enquanto os dois outros coronéis - Virgílio Távora, em especial - se preocuparam em criar a infraestrutura e fazer decolar no estado um curso real de afirmação do capitalismo por meio de uma industrialização precária e limitada, o coronel de Juazeiro do Norte decidiu

pavimentar o caminho da modernização do seu próprio grupo familiar.¹³⁴ Mais do que se preocupar com a introdução da indústria capitalista, ansiava se introduzir no universo burguês moderno. Por isso nos parece aceitável empregarmos para ele a expressão categorial de coronel-capitalista.

Em resumo: do coronel ele manteve os aspectos modelares da personagem histórica: mandonismo, clientelismo, origem rural, métodos caracterizados pelo uso da força bruta para solucionar contendas políticas etc. Do capitalismo, ele adquiriu o frenesi pela valorização recorrente do dinheiro, isto é, da transformação de dinheiro em mais dinheiro (leia-se: em capital), com uma fúria de quem aparentemente se recusava a olhar para trás (pré-capitalismo) e só vislumbrava a necessidade de acrescentar mais valor ao valor existente (típica do modo de produção especificamente capitalista). Isto é, mais do que o entesouramento que fazia a festança dos seus pares locais, o que, de fato, o atraía era aquilo que Engels (1977) definiu de “dinheiro processivo, ou seja, capital” (p. 77).¹³⁵

Deste ponto de vista, este coronelismo “remoçado” - por seu conteúdo nitidamente capitalista - colocou o presente de norma-padrão sem, no entanto, rejeitar sistematicamente o passado. Olhava para este apenas na medida em que as suas armas pudessem fazê-lo andar para frente. Eis a arte e o segredo da formação do coronel-capitalista e eis por que o elevamos a uma posição categorial. Trata-se da apreensão pelo pensamento do que temos definido de coronelismo redivivo e do seu delineamento teórico.

Daqui já é possível vislumbrar uma saída desse labirinto.

Em 1964, houve a captura do Estado por uma burguesia sequiosa de colocar o país sob a égide da dominação do capital monopolista (OLIVEIRA: 1981). Em “nossa história”, observamos que essa captura foi levada a cabo com tal amplitude que setores,

¹³⁴ Isso não pode ser tomado ao pé da letra. César Cals e Virgílio Távora, assim como Adauto e Humberto Bezerra, trilharam o caminho de uma formação militar que, decerto, abriu-lhes portas e janelas quando passaram a prevalecer os mecanismos do poder militar. Virgílio, com formação jurídica, dedicou-se, talvez com mais afinco à atividade política; já Cals procurou fazer coexistir engenharia, política e ações empresariais. Os dois, entretantes, não conseguiram se notabilizar como os irmãos Bezerra o fizeram na seara empresarial.

¹³⁵ LEMENHE estudou a evolução da riqueza, da propriedade e dos negócios da família Bezerra. Resumidamente, verificamos nessa evolução a passagem de um quadro de grupo negociista envolvido com a propriedade da terra e ações em um pequeno banco para uma sociedade empresarial abarcando setores econômicos variáveis, em particular da indústria leve e do capital financeiro.

desde sempre colados à tradição, vestiram a camisa da modernidade capitalista; apoderaram-se de fatias do fundo público e sem negarem a identidade de coronéis se converteram em capitalistas e na condição de coronéis-capitalistas se mostraram como a configuração, ao mesmo tempo a mais grotesca e real, de um regime social na periferia da periferia de um capitalismo marcadamente periférico.

O que explicaria que esses coronéis-capitalistas, que se tornaram industriais e financistas modernos, tenham se safado do destino que marcou boa parte da debilíssima burguesia industrial do nordeste? Não deveríamos, de fato, responder a essa pergunta simplesmente com outra pergunta? Não seria exatamente os seus laços com o Estado militarizado, a sua localização privilegiada dentro da máquina estatal no plano de um ente federado, o que lhe assegurou uma fração do butim de um Estado, em definitivo, capturado?

Parece-nos ser isso o que explica o êxito de coronéis de história e formação tão distintas como o literato e bacharel de direito José Sarney, o médico Antônio Carlos Magalhães e o coronel do exército Adauto Bezerra. Aliás, são considerados coronéis não por que supostamente detinham um posto em uma corporação militar, mas pelo motivo de cumprirem a função de chefe político incontestável da sua parentela e de uma massa de eleitores cujos movimentos circulavam a volta do líder irresponsável.

O que há de comum entre Sarney, ACM e Adauto Bezerra é o fato de que, no marco da ação da mão-de-ferro armada e do “Estado de exceção”, eles fizeram coexistir em seu trajeto o apego ao autoritarismo e a propensão à decolagem econômica. Quer dizer, souberam se aproveitar do militarismo político para cumular as funções de coronel e agente direto do capitalismo moderno. Embora perturbadora, e, por isso aparentemente inaceitável, essa imagem - que priva passado e presente de fronteiras vivas - é a que manifesta mais vivamente o caráter da lenta evolução histórica de uma burguesia cuja progênie não deixa de pagar um excessivo tributo ao autocratismo de base agrária. Que o digam esses coronéis cuja trajetória não pode ser separada tanto da militarização do Estado, quanto da modernização capitalista levada a cabo pelo capital monopolista.

Assim, a família Bezerra, em um dado momento, controlava não só a Prefeitura de Juazeiro, mas dezenas de pequenas Prefeituras do interior cearense, controlando igualmente a máquina estatal no Ceará e contando com a solidariedade política ativa de

membros da estrutura familiar na Assembleia Legislativa e Congresso Nacional. Ademais, sempre procurou influir nos órgãos do Estado em que, para citarmos Oliveira (1981), não deixava de existir a disputa ao redor da “reinversão do excedente captado pelo Estado em capital” (p. 118).

Estas foram as bases históricas em que a oligarquia agrária, como bem o disse Oliveira (1981), se tornou uma sobrevivente, e não mais que uma sobrevivente, salvo no caso dos seus agentes que souberam se localizar não somente em uma situação de funcionários do Estado militarizado, mas souberam, ao mesmo tempo, se aproveitando da sua localização pública, fortalecer e dilatar os seus negócios privados. Sarney, ACM e Adauto Bezerra, ainda que a influência dos primeiros haja sido mais abrangente e duradoura, podem ser vistos, não menos, que três dos maiores exemplos desses estratos oligárquicos que não sucumbiram ao vendaval de uma modernização, desde sempre, imposta de fora para dentro.

Em Juazeiro do Norte, e no Cariri, em geral, existiram no período muitos chefes políticos locais, mas nem todos passaram à história com a alcunha de coronel. No caso específico de Adauto, contribuiu formação militar, amplitude do poderio econômico, capacidade incomparável de “fazer favores” e força eleitoral. Enfim, uma posição de destaque comparativamente aos chefes locais do seu tempo.

Cientemente, não devemos esquecer que, em princípio, o coronelismo é “sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra” (LEAL, 1975: 20). Por que utilizamos a expressão “em princípio”? De fato, o poder público se viu “progressivamente fortalecido”, mas na outra ponta não deveríamos absolutizar a noção de uma “decadente influência dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra”. Por que não? Porque estratos de “senhores de terra”, em um contexto de modernização, não demonstraram contentamento com o destino que, a longo tempo, lhes parecia definitivamente reservado. Foi exatamente esse “tipo especial” de “senhores da terra” que em vez de sofrer as dores de uma “decadente influência”, viu-se de repente alçado a uma condição de mando renovado, debaixo da autoridade militar-burguesa - bonapartista periférica clássica - e do fortalecimento e dilatação dos seus negócios privados.

Nos limites de um sistema coronelístico, suficientemente datado e vencido, se cumpria o que nos disse, com extrema propriedade Leal, e mais ainda que este Queiroz (2006): “Em suma, na estrutura coronelística, somente os indivíduos bem aquinhoados de fortuna herdada ou adquirida tinham possibilidades de fazer favores e granjear clientela” (p. 197). Nessa mesma direção, conclui que: “o verdadeiro motor de ascensão era constituído pelos bens de fortuna” (idem). Já tivemos a ocasião de desmistificar a idéia de uma família Bezerra pouco aquinhoadada. Não nos apetece seguir repetindo respostas já dadas, quando isso já não se faz necessário. Questionamos, entretanto, a relação ditada pela citação de Maria Isaura e a ascensão de Aduino e irmãos. Neste caso, foi a captura do Estado em um plano limitado que cumpriu a função de “verdadeiro motor de ascensão” do agrupamento familiar cariense. Junto disso, estamos a examinar um grupo de homens de negócios que soube - como poucos - aproveitar as oportunidades conferidas pelo ciclo dos gerais.

Nestas circunstâncias, não foram os bens de fortuna senão uma condição necessária para instrução e entrada na vida política local. Quer dizer, significaram um bom ponto de partida, mas não devem ser vistos cumprindo o papel de motor. Esse, em última análise, derivou da inserção de quadros familiares na estrutura do Estado e da modernização do grupo em sua instância econômica (a sua conversão em um grupo capitalista), decorrente das vantagens obtidas a partir do lugar ocupado nas esferas públicas e governamentais.

Para muitos, ser coronel, ter a denominação honorífica ou respeitosa, era o suficiente. Para Aduino Bezerra, era preciso ir mais longe. Assim, elementos tais quais liderança econômica, liderança de parentelas e aspecto carismático, que resumem a liderança coronelística na interpretação de Maria Isaura P. Queiroz, estiveram presentes na dominação da família Bezerra, mas não satisfizeram aos seus membros. Em lugar de se contentarem unicamente em ter para si o horizonte nebuloso dos rótulos e salamaleques, preferiram agregar ao primeiro o horizonte límpido da reprodução do capital, ou seja, a transformação do agrupamento coronelístico em coronelístico-capitalista. Dialogando com Leal, talvez devêssemos considerar essa como a última variação no tempo sofrida pelo “sistema coronelístico”.

Queiroz (2006) atribuiu à urbanização, ao crescimento demográfico e à industrialização o papel de “agir contra” a estrutura coronelística.¹³⁶ Aos poucos, e sob essas condições, a cidade “vai escapando ao poder dos coronéis”. Desse modo:

O coronel, que fora o antigo “dono” da cidade, torna-se assim um dos elementos da estrutura de poder, ao lado de outros que ora agem como seus aliados, ora como seus opositores (p. 202).

De feito, o eixo CRAJUBAR, e Juazeiro, em particular, vivenciaram ao longo dos 21 anos de poder militar, um processo de urbanização e crescimento demográfico, e em menor medida, de incremento no tocante à montagem de empresas industriais. Esses fatores, agrupados às contradições internas ao ajuntamento político-familiar, e, significativamente, as alterações que se realizavam na correlação de forças em escala nacional (greves operárias, luta pela anistia, realocização de instituições do peso da CNBB, OAB e ABI), foram transformando o mítico poder do sistema coronelístico bezerrista; e, assim, efetivamente, sob a ação ininterrupta da mecânica dos acontecimentos o grupo foi se reduzido à condição de “um dos elementos da estrutura de poder, ao lado de outros”.

Ao haver aproveitado o momento em que estiveram no âmago do poder, para se transfigurarem em algo mais do que simples coronéis, isto é, para se converterem em coronéis-capitalistas, comandando negócios que excediam o espaço regional, Adauto, Humberto e Ivan Bezerra - da mesma maneira que os demais irmãos - conseguiram atravessar o Rubicon. Lançaram-se além dos limites que a história delineara aos chefes políticos genericamente tratados de coronéis. Lançaram-se, sobreviveram, enlaçaram o destino da agrupação ao destino do capitalismo brasileiro. Um capitalismo dependente típico de país semicolonial.

Em 1985, quando a ditadura saiu de cena, o grupo que já perdera a Prefeitura de Juazeiro do Norte, estava a um ano de ser novamente golpeado, agora em definitivo, devido à derrota de Adauto Bezerra ao governo estadual. Em contrapartida, havia se modernizado de tal modo que o coronel, tal qual o regime a que colara a sorte da família, poderia sair de cena, se recolher, portando-se feito um “coronel de pijama”, sem

¹³⁶ De fato, a formulação de Maria Isaura terminou por se confirmar no caso de Juazeiro do Norte. Na maior cidade cariense, a influência da família permanece, mas o grau de complexidade que presentemente o município registra não permite que o grupo, hoje, politicamente disperso e sem a energia que mostrou no passado, reúna as condições necessárias para repetir o antigo sistema de dominação que conseguiu infligir nos anos em o regime político gravitou em redor das instituições militares.

que isso afetasse a outra face da idiosincrasia do grupo: a de uma associação capitalista próspera e consolidada.

Se o capitalismo se consolidou no nordeste, com indústrias espalhadas nos principais centros regionais, e o Cariri seguiu na retaguarda desse processo, o coronelismo retirou-se do meio rural e foi morar na beira-mar. Da fazenda à praia, houve uma longa estrada de 21 anos de ditadura.

Sem dúvida que o coronelismo, ou o que restou dele, ainda obstina-se em nos aparecer em noites em que a opressão política parece se revestir dos “velhos métodos de ação”. É possível que os vestígios de um modelo que o Ceará experimentou pelo espaço de mais de duas décadas, com uma dominação de tipo familiar-autoritária, ainda sobreviva, palpite, em alguns dos seus muitos pequenos municípios; é possível igualmente que alguns insistam ¹³⁷em brincar com velhos brinquedos (velhos e mortais) de um passado que, conforme descreveu Marx, “oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos” (1997:21).

Por fim, fechamos esse esforço de conferir inteligibilidade ao fenômeno do coronelismo redivivo estabelecendo um cotejo entre este e o coronelato em seu sentido tipológico clássico. Para isso, voltamos a Bursztin. Para ele a “mentalidade arcaica dos velhos notáveis se adaptou bem à lógica da economia camponesa” (2008: 214). Inversamente, os notáveis Aduino, Humberto e Ivan, dentre outros, se adaptaram bem à lógica da economia capitalista. Esse foi o fator decisivo para que, perdido o controle das rédeas políticas, o grupo mantivesse o seu poderio ¹³⁸ e influência econômica.

¹³⁷ O jornal “O Povo”, em um número dominical, dedicou a manchete principal de primeira página e diversas páginas do caderno político para retomar o temário da sobrevivência do coronelismo, visto agora praticamente como um “estilo”, uma força a controlar, de cima a baixo, as máquinas partidárias. A manchete de capa, “O novo coronelismo”, bem como os títulos e subtítulos da matéria interna (“Os donos do poder”; “A política sob um novo coronelismo”; “Quando o ‘caciquismo’ é uma problema real” etc.), dão uma idéia da ressurgência dos velhos métodos de ação. Em que pese às imprecisões e certa superficialidade da matéria, os textos que a compõem têm o mérito de chamar a atenção para preservação de resquícios de um sistema que, ainda que datado, insiste em se desvelar feito o espectro do morto em sua recusa a ser enterrado.

¹³⁸ Em pleno período de democracia burguesa, uma coligação de esquerda ameaçava ganhar a prefeitura de Juazeiro do Norte, praticamente sem dinheiro e apenas com a mobilização da militância de PT e PSTU (que ali fizeram a sua derradeira frente eleitoral). Era o ano de 2000. Faltando quinze dias para o pleito, a cidade se encheu de um boato: “chegou o dinheiro do coronel”. No sábado que antecedeu a votação, andávamos pelas ruas da cidade. Era um espetáculo dantesco. Milhares de pessoas, em plena madrugada, se acotovelavam pelas sombras para receber dinheiro, redes, cestas básicas etc. O candidato do coronel ganhou por pouca margem de votos. Quando o resultado foi proclamado, quem esperava a chegada de um coronel montado em um cavalo seguido de um bando de

Em síntese: fenômeno datado, o sistema coronelístico tem a sua história ligada a estrutura e dinâmica da “República Velha”. Nela, o coronel era coronel. A forma e o conteúdo encerravam o mesmo tempo histórico. Nos anos 60/70 do século passado, no marco da filiação do capitalismo brasileiro à sua variante monopolista, por uma questão de sobrevivência, o coronel se viu compelido a concentrar, em um único tempo, passado e presente. Assim sendo, deixou de encerrar, em termos, forma e conteúdo de um mesmo tempo histórico. Em termos, pois, de fato, a forma obrigou-se a se casar a um novo conteúdo que lhe era ditado pela força inequívoca do capital.

Só isso explica a sobrevivência do coronelismo. Agora, não mais na condição de um sistema pronto e acabado, mas se constituindo em parte de um sistema (capitalista monopolista), que não só lhe era mais amplo, tal qual na “República oligárquica” (capitalismo incipiente), mas que lhe exigiu, na função de um salvo-conduto para o futuro, que a ele se adaptasse, fundindo a velha forma ao novo conteúdo. Nessa direção, se revelou mais do que uma mera repetição do seu protótipo arcaico, mas se revestiu de um plano metafórico que o elevou além da sua configuração original.

IV. A POLÍTICA INSTITUCIONAL NO CARIRI NOS “ANOS DE CHUMBO”: O CASO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE

O êxito da contra-revolução, a partir do militarismo político, engendrou um quadro pautado pela primazia de leis de emergência, censura recorrente e centralização do poder. Diante disso, como se comportaram as instituições políticas locais no tocante à ruptura da ordem constitucional e da emergência do militarismo repressivo? Enfrentaram ou se solidarizaram com a usurpação marcial ou não há possibilidade de elucidar a sua dinâmica partindo unicamente dessa disjuntiva?

Seria temerário configurar um modelo de antemão. Sem impulsão polêmica, o método mais seguro consiste na análise direta do problema. Fixemo-nos, então, na

cavaleiros armados, se decepcionou. Adauto Bezerra desceu de um helicóptero cercado de pessoas bem vestidas e de gestos refinados. O velho potentado de há muito se transformara no moderno homem de negócio tipicamente capitalista. Para ele, a eleição também não deixava de ser um negócio. Os métodos para vencê-la, eram seus conhecidos de longa data.

análise das instituições políticas, ou seja, na apreciação dos partidos e poderes políticos no plano local.

Diante desse contexto particular, embora devamos nos esforçar para estabelecer um quadro geral da região, tomaremos como referencial um estudo de caso. Explicamos: apanharemos a experiência da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte como espaço privilegiado para inspecionarmos o comportamento da institucionalidade local ante o poder de força de caráter militar.

É importante observar que nas eleições municipais de 1962 elegeram-se para o cargo de prefeito em Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte, respectivamente, Joaquim Duarte Coelho (PSD), Pedro Felício Cavalcante (PSD, PTB, PTN e MTR) e Francisco Humberto Bezerra (UDN).¹³⁹ Nesse particular, na eclosão contra-revolucionária de 1964, eram esses senhores e partidos que governavam essas localidades.

Aqui, será preciso interromper a análise dos dados empíricos para, bem entendido, voltar a eles depois de algumas breves anotações e comentários quanto aos aspectos mais gerais dessa discussão.

Historicamente, os partidos no Brasil encerram uma trajetória de artificialismo. As relações entre os profissionais da política e as agremiações partidárias são, habitualmente, instáveis e inorgânicas. Seja qual for o ponto de vista que se adote, há de se reconhecer que, salvo um ou outro agrupamento de direita clássico e as forças localizadas na faixa esquerda do espectro político, esse tem sido o resumo do que tem sido uma verdadeira ópera bufa. Ilustra admiravelmente essa realidade a supremacia de quadros políticos de vulto em comparação com as organizações políticas que lhes abrigam. Essa explanação é necessária para entendermos que esse leque de partidos e de forças coligadas tem pouco significado para tornar inteligíveis os acontecimentos referidos na presente Tese.

¹³⁹ As legendas citadas compõem o sistema pluripartidário característico da quadra política anteriormente à quebra da ordem constitucional e à imposição do Ato Institucional nº 2, que introduziu o sistema bipartidário (ARENA E MDB). As siglas com existência legal no período pré-64 eram: PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PST (Partido Social Trabalhista), PL (Partido Libertador), PR (Partido Republicano) PSD (Partido Social Democrático), PTN (Partido Trabalhista Nacional), PRP (Partido de Representação Popular) MTR (Movimento Trabalhista Renovador), PTR (Partido Trabalhista Renovador), PST (Partido Social Partido Rural Trabalhista). Nota-se a ausência de qualquer legenda de esquerda, alijada que estava da relação legal de partidos institucionalizados. (Cit. por http://www.tre-ce.gov.br/tre/eleicoes/prefeitos/pref_1962).

O fim melancólico do regime democrático representativo encontrou suporte nos prefeitos das três cidades e nas suas Câmaras Municipais. Já fizemos referência ao papel de monta cumprido pelo prefeito Humberto Bezerra na cidade de Juazeiro do Norte quando do estabelecimento das bases de apoio à contra-revolução política.

Sobre a questão fundamental suscitada, lembremos que o PSD, partido que elegeu Joaquim Duarte Coelho em Barbalha, é o mesmo que encabeçou a coalizão que elegeu Pedro Felício na cidade do Crato. Situar esse partido no plano nacional é a contra-face dessa mesma investigação. É útil e estimulante trazer à memória o fato dele se constituir em base de apoio do governo destituído. Há no Partido Social Democrata¹⁴⁰ uma marca distintiva. No seu interior conviviam segmentos parcialmente contrários às reformas de base (mais para sim do que para não), parcialmente contrários (mais para não do que para sim) e um último totalmente hostil à sua implantação (essa terceira corrente era constituída, sobremaneira, pelos representantes das grandes propriedades rurais). À medida que se deslocava dos principais centros urbanos para núcleos populacionais diminutos, esse terceiro grupo se tornava mais influente. Não se deve, porém, esquecer que conforme se radicalizava a luta de classes e as posições políticas se polarizavam, reduzindo o número de saídas para uma conjuntura cuja complexidade se amplificava, as diversas facções do PSD giravam cada vez mais à direita.

Assim como não há que se estranhar a sua aliança com a UDN, para eleger Virgílio Távora (udenista) para o governo do Ceará, em 1962, não há de se estarrecer com as posições adotadas por essa agremiação partidária ao longo desse período decisivo da vida brasileira.

Não se trata de um modelo matemático. Nosso método de trabalho volta-se para o exame da conduta desse partido nos momentos cruciais de preparo prévio da usurpação pretoriana, bem como da leitura dos seus passos no átimo da quartelada e no

¹⁴⁰ Montenegro (1965) tratou da aliança do PSD com a UDN no Ceará como constituição de um “centro” para enfrentar a “esquerda e o populismo”, na eleição de 1962. Para ele, esse era o exemplo que deveria ser seguido pelas forças regressistas. O autor coloca esse problema nos seguintes termos: “O Ceará deu exemplo que não foi imitado por São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco” (p. 105). Assim, “o triunfo do candidato esquerdista” em Pernambuco deveu-se, em larga medida, a divisão das forças centristas”. Ora, se a unidade de udenistas e pessedistas pode se tomada como a união de centristas, o que seria, então, a unidade da direita? A nosso ver, se concretizava no Ceará uma tendência da política brasileira da época: quanto mais se afastava dos principais centros da luta de classes, mais o PSD se revelava terminantemente conservador.

instante seguinte à instalação do “Estado¹⁴¹Militar”. Um ponto de grande importância foi a postura do PSD, fazendo coro a UDN, denunciando a “infiltração comunista” no governo João Goulart. Ademais, quase sempre se mostrou hesitante e quando tomou alguma decisão o fez na contramão da defesa consequente das liberdades democráticas. Aqui cabe perguntar: qual a postura do PSD frente à repercussão do movimento golpista no âmbito do parlamento? Alguns contestaram, outros silenciaram e, por fim, um terceiro segmento se aliou aos vencedores do dia.

Faz-se necessário considerar a ruptura formal do partido com Jango três semanas antes da empreitada político-militar. Essa atitude pode ter soado feito uma senha para o desencadeamento dos funestos acontecimentos de fins de março e começo de abril de 1964. Até hoje ecoam as palavras de JK na convenção do PSD, 15 dias antes do golpe militar: “Repudiamos sem vacilações o comunismo, que jamais conseguirá empolgar nosso povo livre e cristão”.¹⁴²Intervenções como essas podem ter soado como uma segunda senha para os golpistas. Embora condenasse as pressões para soluções extraconstitucionais, vindas sobremaneira da UDN, a adesão de Juscelino à histeria anticomunista trazia, em germe, o aceno a uma saída reacionária. Deposto João Goulart, coube a um pesedista, Ranieri Mazzilli, o lamentável papel de assumir provisoriamente, à esteira do golpe, à presidência da república. Sincronizando-se com essa atitude, José Alkmin, do PSD mineiro, se tornou vice-presidente do primeiro governo militar sob o comando do marechal Castelo Branco. O maior número de votos para o engodo da sacramentoação deste governo adveio dos parlamentares deste partido.

Assim, coerentes com essa postura, quando em 27 de outubro de 1965 foi instaurado o Ato Constitucional nº 2, que erradicou o pluripartidarismo e criou o bipartidarismo, círculos inteiros do Partido Social Democrata migraram para o partido oficial da ditadura - a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) -, se juntando a uma maioria oriunda da União Democrática Nacional (UDN). Outra parte seguiu para as hostes da oposição consentida, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Apesar disso, parte das suas lideranças, em especial JK, sofreu dissabores na insensata marcha de transcrescimento do militarismo político.

¹⁴¹ Expressão largamente utilizada por Rouquié (1984)

¹⁴² In: <http://www.fgv.br/cpdoc>

Por isso, não há de se surpreender com a rápida acomodação política dos prefeitos de Barbalha e Crato ao novo quadro decorrente da usurpação marcial. Tratou-se de um processo quase natural, uma vez que não se revelou a existência de estorvamento entre as suas convicções e os arranjos políticos próprios do sistema militar estabelecido.

As análises feitas acima estão adequadamente alinhadas com o posicionamento que adotaram nos instantes mais graves, inclusive quando, em atos e palavras, reforçaram o movimento que redundou na instalação do poder ditatorial.

Temos, então, no Cariri, uma situação não de todo distinta do panorama nacional. Sob a marca da capitulação mais cabal, a título de primeira hipótese, as instituições locais estiveram lado a lado com a reação triunfante. Nossa perspectiva, todavia, não é de dar conta, em pormenores, do quadro político em cada um dos municípios. Não será preciso especular muito para desvendar o papel cumprido, por exemplo, pelas câmaras municipais e prefeituras da região. Aqui precisaremos lançar mão de um caso que possa ser acompanhado processualmente, quer dizer, que, à luz da apreciação crítica do seu desenvolvimento, nos permita uma compreensão de como agiu o campo político em terras caririenses, não só nos dias anteriores ao golpe de Estado, mas no momento do seu desfecho e nos anos que se seguiram.

Com isso em mente, não devemos esquecer que no percurso em direção ao passado encontramos atalhos que nos auxiliam. Concebida assim a questão, opinamos que o caso da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte nos fornece um material substancial e, baseado nisso, parece-nos frutífero examinar o comportamento¹⁴³ das instituições políticas, ou mais exatamente, dos seus membros, frente à ruptura da ordem constitucional e conseqüente estabelecimento do poder militar autocrático.

Nos meses que prepararam a saída pela via contra-revolucionária, as discussões acerca das reformas de base atravessaram o país. Num certo sentido, o tema da reforma agrária esteve quase sempre no centro das polêmicas. Seguindo a mesma lógica, o poder legislativo de Juazeiro se incorporou à celeuma. Numa sessão realizada um ano antes da

¹⁴³ Desde o início, sugerimos essa possibilidade, qual seja: a de tomarmos como referência um caso que sirva para criarmos uma visão panorâmica acerca de determinado fenômeno ou situação. No caso em tela, tomaremos a Câmara Municipal de Juazeiro do Norte como principal suporte para o estudo da função cumprida pelas instituições políticas da região no instante da intervenção militar e nos anos subseqüentes.

intervenção militar, um vereador se posicionou nesse debate, conforme descrito em ata: “O vereador José Evandro e Silva (...) fez severas críticas ao anteprojeto de Reforma Agrária e ao Sr. Leonel Brizola, pelos estardalhaços feitos em torno do mesmo” (Ata da Sessão de 28 de março de 1963, da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte). Ao não se tratar de um caso isolado, é um exemplo significativo da inserção dos representantes institucionais carienses na densa contenda política que aos poucos extremava as posições de um canto a outro do país.

Ainda mais contundente, por abordar mais explicitamente a problemática ideológica, é a oratória do parlamentar municipal Manoel Leite Teixeira Filho, que requereu fosse “oficiado ao Sr Carlos Lacerda, governador da Guanabara, congratulando-se com o seu combate aberto e destemido aos comunistas cubanos” (Ata da Sessão de 06 de abril de 1963 da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte). O ponto aqui é o seguinte: Carlos Lacerda era a principal voz civil do anticomunismo e aliado, de primeira hora, de uma solução extraconstitucional. Esteve no Cariri por mais de uma vez e o seu nome era referência para os segmentos conservadores da política local. Não é surpreendente, então, o requerimento¹⁴⁴ de Manoel Leite Teixeira Silva. Pode-se dizer, de forma resumida, que o vereador juazeirense estava adotando um ponto de vista muito nítido em relação às controvérsias que repartiam politicamente o país. Por sua vez, reencontramos na fala do orador, o tema, já tantas vezes abordado, do espectro do anticomunismo das elites políticas carienses.

Ao avivarem-se as tensões, essas elites já estavam devidamente postadas de um dos lados das trincheiras.

É importante observar cada movimento, o menor sinal, por parte da representação política das classes dominantes na esfera do legislativo municipal. Do ponto de vista em que nos colocamos, não nos parece desimportante ou ingênuo quando o então vereador Valdir Sabiá informa aos seus pares de que “o coordenador da Aliança Para o Progresso dará uma entrevista numa rádio em São Paulo” (Ata da Sessão de 27 de maio de 1963 da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte). Essa informação contém

¹⁴⁴ Não se tratou de um ato solitário de um lacerdista alucinado, e, tanto é, que em sessões posteriores, parlamentares como Raimundo de Sá e Sousa e José Xavier da Silva seguirão na linha de solidariedade à Carlos Lacerda. No caso de José Xavier da Silva, ele não se furtará em se propor a entregar pessoalmente ao governador da Guanabara uma mensagem de congratulação do legislativo municipal juazeirense. De fato, ele viajará até o então estado da Guanabara, se encontrando com Lacerda, que teria lhe relatado algo “sobre o comunismo” e “os perturbadores da ordem”.

um sentido, uma posição, e desvela, de alguma maneira, como a conjuntura se movia e como cada força se dedicava a fazer os seus lances. Essa informação não se restringirá a um único orador ou somente a uma sessão, relevando, em cores vivas, a natureza sistemática de cada lance daquilo que Gramsci nomeou “guerra de posição”.¹⁴⁵

Manoel Teixeira Leite pode ser identificado de principal inimigo de Brizola, do trabalhismo e do comunismo. A sua oposição cerrada a Leonel Brizola, levou-o a fazer uma saudação a assembléia legislativa do Ceará, por retirar a cidadania do dirigente político trabalhista. Em seu discurso, diga-se, de passagem, coligido confusamente, Manoel Teixeira não deixou de tocar no inimigo comum, findando a sua intervenção sem se omitir de fazer uso de uma das suas temáticas prediletas: a “infiltração comunista” (Ata da Sessão de 27 de setembro de 1963 da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte).

Cabe enfatizar que vereadores - a exemplo de Manoel Teixeira Leite - cumpriam uma função nada desprezível no marco do combate ao comunismo, leia-se, às reformas de base e à organização dos trabalhadores. Retrospectivamente, podemos aquilatar o peso de cada sujeito, individual e coletivo. Por trás do tom grandiloquente dos oradores da Câmara tomava vulto uma organização cujas lideranças não estavam dentro do legislativo. A constituição da Frente Democrática tinha na posição de principal líder o prefeito da cidade, o então capital Humberto Bezerra, e é essa frente a principal ferramenta de organização das forças contra-revolucionárias em Juazeiro do Norte. Grosso modo, essa estratégia foi reproduzida nas cidades circunvizinhas. Em face da expansão do golpismo, dir-se-ia que ela se repetiu à escala nacional, evidenciando a capacidade organizadora e mobilizadora das classes dominantes e dos seus “intelectuais orgânicos” e “tradicionais”.

Em outras palavras: o Cariri deixou-se arrastar na cauda dos acontecimentos.

Particularmente importante, inclusive pelo seu simbolismo, foi a sessão da câmara municipal de vereadores de Juazeiro do Norte no exato instante em que o general Mourão se deslocava de Minas Gerais, precipitando os fatos e desencadeando as operações militares que se concretizariam na virada de 31 de março para o primeiro de

¹⁴⁵ Grossíssimo modo, guerra de posição significaria a disputa por espaço, hegemonia, no interior da sociedade burguesa, e estaria, na ótica de Gramsci, colocada em oposição/relação com a idéia de guerra de movimento, cujo sentido estaria associado, genericamente, a luta direta pelo poder.

abril de 1964. Os trabalhos transcorreram com a presença de 9 dos 14 vereadores da legislatura. Era a sua 21ª sessão.

Fixemos, para começar, que a presidência estava naquele momento com Antônio Fernandes Coimbra, cuja família teria - num futuro não distante - o que reclamar do militarismo triunfante, conforme poderemos concluir da leitura de uma das seções da tese.

O que estava em jogo? Estava sendo jogado naquele momento o futuro do país nos próximos anos. Isto é, o destino de toda uma nação estava na oportunidade em uma renhida disputa. Aonde vai o Brasil? Essa era a pergunta que faziam comunistas, democratas, reacionários, estudiosos, aprendizes de feiticeiro, cartomantes, clérigos, agentes do imperialismo estadunidense, homens e mulheres comuns.

Forçoso é supor que o ponto alto dos trabalhos se deu com a intervenção do vereador Gumercindo Ferreira Lima, uma das lideranças mais ativas do período em que a cidade esteve sob o comando da família Bezerra. A propósito, a sua força - nos anos 1960 e 1970 - derivaria, fundamentalmente, das suas relações com o grupo político familiar mais poderoso do Cariri durante os anos de poder ditatorial. Em sua fala Gumercindo convocou os seus pares a reforçar o campo golpista:

Referiu-se a sessão por ele assistida, promovida pela Frente Democrática desta cidade e convidou a casa a se fazer presente a passeata em protesto, que se realizará no dia 12 (doze) de abril próximo, que sendo o Juazeiro uma cidade conhecida pela fé cristã, pelo rosário, não pode permanecer de braços cruzados quando o país atravessa tamanha crise (Ata da Sessão de 31 de março de 1964 da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte).

É necessário distinguir nos fatos o que é decisivo e o que é acessório. Note-se que as forças contra-revolucionárias têm na Frente Democrática o seu centro organizador. Em segundo lugar, o orador manifesta de que haveria um entendimento da gravidade da situação traduzido na expressão “o país atravessa tamanha crise”. Por fim, Gumercindo mobilizava ideologicamente os elementos da tradição, nomeadamente do catolicismo, para agrupar, coesionar e mover as forças necessárias para travar o combate contra Jango, os trabalhistas, os comunistas e as reformas de base. Era um instante precioso para engendrar um consenso amplo das classes dominantes. Ressalte-se que a ideologia da tradição era o cimento a juntar os tijolos das oligarquias locais e, desde

esse ponto, mover forças sociais aptas a avaliar o destino tortuoso que o imperialismo e a burguesia traçavam para o país.

Em situações assim o ritmo da vida política se acelera brutalmente. Por isso, enquanto a “Frente Democrática” preparava uma manifestação de rua em Juazeiro para 12 de abril, no centro-sul, nos pólos mais dinâmicos da luta de classes, a sorte de uma nação inteira estava sendo decidida. Os golpistas não poderiam esperar pelos meados do quatro mês de 1964. Quando Humberto Bezerra, Gumercindo Ferreira Lima, padre Murilo de Sá Barreto e dona Amália Xavier ganharam as ruas, a batalha decisiva já havia sido vencida pelos golpistas. Em suma, os rosários já não tinham o que exorcizar. Os comunistas, o governo Jango e as reformas de base estavam derrotados.

Por isso, nos dias que se seguiram, cada um haveria de se mostrar mais simpático ao novo regime político que se estabelecia a ferro e fogo. O próprio Gumercindo criticou o fato de uma ata anterior não citar a leitura que teria feito de um manifesto, efetivamente redigido contra Goulart e a ordem constitucional, publicado em “O Globo” de 22 de março do ano vigente (Ata da Sessão de 04 de abril de 1964 da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte). Não é um fato menor constatar que o parlamentar bezerrista seguiria nessa mesma toada nas sessões seguintes. Ressalte-se que ele requererá ao presidente da assembléia municipal o envio de:

Telegramas de congratulação aos Srs. Magalhães Pinto, Hilder Meneguette (na verdade, o governador gaúcho do PSD e antibrizolista, Ildo Meneghetti), Carlos Lacerda e Ademar de Barros e um telegrama de agradecimento ao general Amauri Crúel (corretamente Kruel e não Crúel), que tão bravamente expulsou do poder os comunistas (Ata da Sessão de 04 de abril de 1964 da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte).

Nessa direção, o vereador¹⁴⁶ Adauto Palitó, na mesma sessão ressaltou a “bravura do marechal Eurico Gaspar Dutra”, e requereu que fossem enviados a este e ao general Mourão Filho “telegramas de agradecimento pelos seus feitos”. A única voz dissonante, diga-se de passagem, foi a de José Valdir Sabiá, cuja discordância se limitou à inclusão de Carlos Lacerda entre aqueles que mereceriam as amplíssimas congratulações.

¹⁴⁶ Para que compreendamos os limites do MDB, na condição de força oposicionista consentida, O Sr. Palitó não se furtará de se candidatar, já nos anos 1970, à prefeitura de Juazeiro do Norte, se apresentando de opositor. Antes fizera isso, também se apresentando contra a UDN e na forma de candidato do “campo progressista”. Esse caso reforça a tese do caráter amorfo e inconsequente de grande parte das agremiações partidárias do país e dos seus representantes.

Naqueles dias em que as instituições municipais caririenses se adequavam ao novo quadro político nacional, a nota mais desoladora viria de um parlamentar do Partido Trabalhista Brasileiro.¹⁴⁷ Diante da notícia - trazida para dentro da casa legislativa - de uma carta encontrada na rua, supostamente assinada por Brizola e direcionada ao líder do partido no legislativo local, Miguel Rocha fez questão de destacar “ser vereador do PTB, mas que não mantém nenhuma correspondência com o Sr. Leonel Brizola, nem com nenhum comunista” (Ata da Sessão de 06 de abril de 1964 da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte).

De atenuante, poderia se reconhecer as dificuldades de um líder¹⁴⁸ da minoria em circunstâncias tão desfavoráveis. Observa-se, então, o clima de caça as bruxas transportado para os debates internos entre os legisladores. Há até uma solicitação de que a polêmica carta constasse da ata daquela sessão, demonstrando o amoldamento da instituição aos tempos de impecável perseguição que, em seu nascedouro, recebeu o nome de “Operação Limpeza”.

As considerações que fizemos até agora, assentadas em dados empíricos suficientemente representativos, resumem o que marcou a postura do campo político-institucional caririense na ocasião: a completa subserviência ao projeto vitorioso nascido de uma patética quartelada.

Havendo alguma dúvida acerca da postura dos chamados representantes do povo, não custa retomar um personagem já mencionado e caracterizado:

Com a palavra o Sr. Adauto Palitó que falou no afastamento do Sr. João Goulart da presidência da República e que na quarta feira seria eleito (sic) pela Câmara Federal o seu substituto, fazendo ligeiros comentários sobre a situação nacional, tecendo elogios ao general Castelo Branco, o provável candidato; solicitou que fosse enviado ofícios ao dep. Leão Sampaio e demais da bancada cearense, para darem apoio ao

¹⁴⁷ Montenegro (1965) declarou com cruzeza: “O partido Trabalhista Brasileiro no Ceará, conforme já provei com dados estatísticos, é um partido conservador” (p. 104). Ora, pensemos em um partido que, nos anos que precederam o golpe militar, era dirigido por políticos como Parsifal Barroso e Carlos Jereissati? Esse era o PTB cearense, uma agremiação comprometida mais com a manutenção do status quo do que engajada nos embates pelas reformas de base. Em parte, a composição do partido no Cariri não esteve identificada senão com esse perfil politicamente conservacionista.

¹⁴⁸ Miguel Rocha enfrentará, no período imediato ao triunfo das operações militaristas de março/abril de 1964, uma cerrada campanha de Gumercindo Ferreira, que o acusará sistematicamente de comunista, fazendo questão de frisar, invariavelmente, o seu completo distanciamento do comunismo. Algumas atas reproduzem resumidamente o conteúdo das discussões e sinalizam para atividade policialesca levada a cabo por Gumercindo.

candidato general Castelo Branco(Ata da Sessão de 06 de abril de 1964 da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte).

Pondo em destaque esses pronunciamentos, empreendemos uma análise articulada em que se percebe que o devenir da política local velejava em direção similar ao experimentado no conjunto do país, em que pese às especificidades no plano da vida paroquial. Ou seja: a província seguia à metrópole.

Fornecem-nos uma ilustração típica da conduta dos partidos e homens de partidos no Cariri da época, tomando referencialmente às instituições partidárias hegemônicas no plano local, os fatos que se desdobrarão nos anos que se seguiram à instalação do regime militar autoritário.

Uma notícia, redigida pelo então corresponde do jornal O Povo em Juazeiro do Norte, Daniel Walker, dá uma mostra da evolução política das agremiações partidárias, em particular, no Cariri, mas abarcando o estado do Ceará. Na matéria intitulada de “Juazeiro organiza-se para formação da Arena”, escreveu o correspondente:

O vereador José Valdir Sabiá, líder da bancada do extinto PSD na Câmara Municipal de Juazeiro, recebeu dos senadores Waldemar Alcântara, Menezes Pimentel, Wilson Gonçalves e Vicente Augusto um telegrama no qual os referidos políticos dizem ter entrado em entendimento com o presidente Castelo Branco para a participação do seu partido na formação da Arena. Os senadores esperam contar com todo apoio dos seus correligionários e para tanto darão, posteriormente, maiores detalhes através de circular. Por outro lado, conforme comenta-se pela cidade, a extinta UDN, que tem como chefes os irmãos Humberto e Aduino Bezerra, está também preparada para ingressar na Aliança Renovadora Nacional. Aliás, a maioria da Câmara de Vereadores desta cidade está com o partido da revolução (sic) (O Povo, 31/01/1966).

Trata-se de uma fonte primária de dados que municia ao pesquisador atento de incontáveis contribuições.

Em primeiro lugar, partindo do texto jornalístico pode-se desvendar, retrospectivamente, o caráter adesista dos principais agrupamentos políticos burgueses locais ao que Walker nomeou equivocadamente de “revolução”, reproduzindo o discurso dos militares que usurparam o poder político usando mão de um movimento caracteristicamente contra-revolucionário. Esse caráter adesista acompanhou as correntes político-partidárias burguesas em sua esmagadora maioria ao longo da nossa história e, decerto, apenas se recolocou na conjuntura derivada do putsch militarista.

Em segundo lugar, o que afirmávamos como traço do PSD recebeu uma candente confirmação. De um lado, reforça-se a tese de uma fisionomia ainda mais conservadora dessa agremiação à proporção que se embrenhava em rincões mais longínquos dos principais centros políticos do país; doutro, traz a lume a perspectiva governista da maioria dos seus membros que, sem perda de tempo, rapidamente se acomodaram ao recorte político pós-64. Aqui vale agregar o fato de que esse partido serviu à Vargas, desde sempre adotou Juscelino, esteve na base de apoio de Jânio Quadros e Goulart e, quando chegou a hora de romper com a ordem constitucional democrático-burguesa, não se fez de rogado e aderiu, de chofre, à pesada batida das botas militares. Por fim, a matéria ilumina a tese da fragilidade histórica da maior parte das organizações partidárias do país, cujo oportunismo parece fluir da pia batismal.

A trajetória do PSD é a trajetória inexaurível do processo de falência criadora da burguesia brasileira. Ao longo dos tempos que se sucedem, ela tem demonstrado uma inequívoca vocação antidemocrática. Por isso, os seus partidos servem nos quadros de um regime democrático representativo e, em seguida, não se encabulam de servir a um regime de exceção que atira aos leões, de modo fluente, meridiano, aquilo que definiremos resumidamente como as liberdades democráticas, duramente obtidas em um sem número de batalhas. O fato de que frações da burguesia autóctone e algumas das suas personagens repudiem, principalmente em palavras, o poder autocrático de plantão, não nos autoriza a tomar a exclusão por regra.

Outra marca do texto que se faz necessário trazer à superfície refere-se à possibilidade de desmascaramento do morticínio ideológico expresso no cotidiano das falas e da escrita do tempo. A falsidade histórica da idéia de uma revolução ainda hoje se inclui no vocabulário de muitos que viveram aquele período. Com todo rigor, o emprego dessa inversão terminológica não se resumiu aos textos produzidos à época, conforme examinamos na matéria assinada por Walker. Em seu depoimento, diversas vezes, Renato Dantas empregou inadvertidamente a expressão para nomear o que, de fato, não passou de uma contra-revolução. Naquele átimo, todavia, uma das poucas vozes e penas a se levantarem contra essa impropriedade foi a intelectual Sílvia Sobreira que, nas páginas da imprensa local, se insurgiu frente a essa atroz inconsequência. Ainda que num plano bem mais modesto do que um Florestan Fernandes, adotou, porém, uma conduta que fez do exercício crítico permanente uma arma para desmascarar a fraude de que houvera uma “revolução” em 1964.

Longe de querer já ter plenamente avaliado o processo em seus diferentes aspectos, diríamos que essa conduta de Sílmia Sobreira esteve na contracorrente do comportamento abraçado pela institucionalidade política regional em seu complexo mais abrangente. Em todo caso, a liturgia dos anos tão-só prestou um enorme serviço a presente reflexão. É o que pretendemos evidenciar.

Se essas considerações gerais têm o seu valor, nos parece razoável considerar detalhes que nos ajudam a construir visões panorâmicas. Vejamos. Findado o regime pluripartidário, ergueu-se o bipartidarismo como expressão dos esforços da ditadura de forjar para si uma aparência democrática. De um lado, a Arena, o partido oficial do autocratismo burguês-militar. Doutro, o MDB, como já dissemos, uma espécie de oposição consentida, constituída fundamentalmente de ex-pessedistas, uma vez que um segmento ponderável de trabalhistas caiu na malha fina do sistema de poder militar. Obviamente, que restou aos trabalhistas sobreviventes da hecatombe militarista, com pretensões eleitorais, uma quase inevitável inclusão nas hostes medebistas.

Um episódio registrado na Câmara Municipal de Juazeiro do Norte, já nos primeiros anos do decênio seguinte à ruptura institucional, permite-nos constatar os limites do exército oposicionista reconhecido. Trata-se do debate em torno da proposta de se conferir a Humberto Barreto de Esmeraldo o título¹⁴⁹ de “cidadão juazeirense”. Como é sabido, o citado personagem¹⁵⁰ ocupou uma função de destaque na hierarquia política do governo do ditador Ernesto Geisel e a ele é atribuído um peso considerável na escolha de Adauto Bezerra como representante do regime ao cargo de governador do Ceará. Há de se conceber de forma muito atenta que era uma oportunidade para o MDB marcar posição, pois Esmeraldo não era um mequetrefe, mas uma figura exponencial da ditadura. Desse drama, o resultado é quase cômico. O mencionado título é aprovado por unanimidade, implicando, obviamente, no voto dos medebistas, cuja diminuta bancada era liderada por Carlos Moraes. Queixar-se-ão os adeptos da velha conciliação brasileira tratar-se de uma questão menor, uma simples formalidade. Sem nos retardar mais no

¹⁴⁹ O projeto que conferia a Humberto Esmeraldo a citada honraria foi votado na sessão de 11 de agosto de 1977, conforme ata do legislativo municipal juazeirense. Um dos momentos que demonstram o fio que atava as representações políticas locais ao poder discricionário, bem como a sua evidente submissão, pode ser pressentida na seguinte passagem da ata: “O vereador José Carlos Pimentel conclamou aos seus pares para votá-lo de pé, por uma questão de merecimento” (Ata da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte, 11/08/1997).

¹⁵⁰ Humberto Barreto, filho do Crato, além de amigo íntimo de Geisel, ocupou vários cargos importantes na república militarizada, destacadamente na Petrobras e na Caixa Econômica Federal.

exemplo, objetamos este ponto de vista, dado que o episódio não é um fato isolado, segundo observaremos.

Sete anos antes, Dário Maia Coimbra, líder da bancada oposicionista na oportunidade, frente a posse do vice-governador Humberto Bezerra, diga-se, de passagem, não eleito pela população, se pronunciou falando de “apoio integral a escolha”. Pode-se ver: o que deveria ser um momento de estabelecer um crivo crítico não apenas no tocante ao nome e ao partido da situação, mas ao próprio método pelo qual Humberto fora elevado ao segundo cargo mais importante do estado, restringiu-se a uma saudação solidária e amiga. Queixar-se-ão, uma vez mais, os adeptos da incorrigível e antiga conciliação pelo alto, que tudo não passou de um ato oficial de somenos importância. De nosso lado, não há como não vislumbrar, primeiro, o eterno retorno do espírito de conciliação entre “os de cima” e, segundo, as hesitações de uma oposição que jamais travou de modo consequente o embate frente à tradição autocrática que tem marcado a vida brasileira e que, naquele instante, se manifestava na carapaça militar.

No final de 1970, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) não se furtaria em externar o seu apoio à candidatura de Virgílio Távora (ARENA) para a governança do estado. Nesse sentido, na sessão de 15 de dezembro, o Sr. Aduino Palitó, vereador do MDB, subiu à tribuna para explicar as razões que impulsionaram a sua agremiação a decidir-se pelo apoio ao candidato do governismo militarista. Disso, a história forneceria, se preciso fosse reunir e construir um exemplário, mil provas, porventura mais ricas e fecundas. Dito isso, fiquemos com esses exemplos.

Analisar mais detidamente como se portou a instituição, que temos acompanhado desde um ano antes da eclosão dos acontecimentos de março/abril de 1964, parece-nos muito mais apropriado, trabalhando com a perspectiva inicialmente delineada. Analisar mais detidamente como se portou a instituição, significa sopesá-la em situações cruciais, como o período imediatamente posterior à imposição do AI-5 e certo número de anos para frente que nos permita estabelecer elementos de corte mais conclusivo. Para sermos breves, fiquemos no tempo que transcorrido de 1969 até 1977, momento em que a luta pela abertura política adquiriu contornos mais definidos.

A nosso ver, o ano de 1969, o primeiro na sequência do Ato Institucional nº 5, começa na Câmara Municipal de Juazeiro do Norte com um ato suficientemente

simbólico. Francisco Rocha da Silva, ex-presidente do Centro Estudantil Juazeirense (CEJ), parlamentar arenista, se dirigiu à tribuna e de lá propôs a entrega de uma comenda ao arcebispo de Fortaleza, dom José Delgado, e extensiva a Amália Xavier de Oliveira e ao general e ministro do interior, José Costa Cavalcanti. Arriscando-nos em uma digressão, diríamos que a tríade - igreja católica, intelectualidade tradicional e FFAA - cumprira em 1964 papel de irreduzível vulto. Cinco anos depois, é como se esse fato não devesse sair da memória, quer dizer, devesse ser imortalizado.

Essas discussões superficiais e os relatos delas decorrentes, como quer que seja, dissimulavam movimentos e idéias de cunho muito mais profundo. Tomá-los em conta, de certa maneira, nos permite reconstituir o panorama político de uma época, dissecando-lhe, conferindo-lhe sentido e explicação. Parecem processos desencontrados, mas, decerto, há uma junção comunicante entre eles.

Não por acaso, na mesmíssima sessão, o emedebista Aduino Batista Palitó “teceu comentários sobre o dia da revolução (sic), enaltecendo os seus participantes” (Ata da Sessão da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte, 07/04/1969). O que chama a atenção na ata não é somente o seu conteúdo exposto, mas o que lhe falta. Por exemplo, falta a intervenção de um opositor de fato (já que Palitó era oposição apenas pela sigla) que, ainda que de forma breve e cuidadosa, se dignasse a tecer uma crítica, embora pálida, ainda quando mínima. Certamente, uma ata, muitas vezes, mais esconde do que revela. Acontece que “o revelado” da mesma forma que o “não dito” nos conduz a uma mesma direção: o alinhamento incondicional das instituições políticas locais - partidos, câmaras, representações do executivo - ao regime autocrático burguês-militar.

Sob o mesmo impulso, os discursos nesse intervalo de tempo (1969/1977) mistificam e legitimam o poder ditatorial. Demonstram à exaustão o seu significado mais denso, caracterizado pelo anticomunismo e um patriotismo à moda de Comte, obviamente fixado no princípio de que há de existir “segurança” (ordem) para existir “desenvolvimento” (progresso).

Isso fica patente em discursos tal qual o de Francisco Rocha da Silva, cujo conteúdo se encontra sintetizado em ata:

Usou a tribuna o vereador Francisco Rocha da Silva, que de início enalteceu a revolução (sic), no tocante a nova iniciativa do presidente da república em querer dialogar com os

políticos, para juntos solucionarem os problemas brasileiros. Requerer consignar em ata que sempre acreditou nos dirigentes da pátria (Ata da Sessão da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte, 02/06/1969).

Não seria excessivo aduzir que, na ótica do parlamentar, não era suficiente demonstrar a sua solidariedade política ao governo militar de plantão e ao movimento que o originou. Era indispensável registrar e imortalizar a sua fé patriótica; fé essa que não poupava a existência de seus inelutáveis dirigentes. Na peça oratória não havia lugar para metáforizações estilizadas ou ambiguidades. As coisas deveriam ser ditas de forma meridiana e registradas *ad aeternum*. Evidentemente, a moléstia que retirou Costa e Silva da cena política não passou despercebida do patriota “Rochinha”, tanto quanto a substituição do general por uma junta militar cuja natureza patética impingiu-lhe a impagável denominação de “Os Três Patetas”. Para o vereador, contudo, um novo desafio estava colocado. Desse modo, ele desenvolveu “comentários elogiosos aos novos dirigentes da pátria” e convocou os vereadores para “unidos ajudarem os defensores da pátria” (Sessão da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte, 08/09/1969). Ou seja, os membros supostamente patéticos da junta militar, em sua visão, seriam “os defensores da pátria”.

Coggiola (2001) já traçou uma nítida linha demarcatória entre os regimes militares que prontificaram nas décadas de 60 e 70 do século passado, na América Latina. De um lado, ele arrolou aqueles de características nacionalistas e praticamente restritos às experiências de um pouco de países, a saber: Bolívia (Ovando Candia e Juan José Torres), Peru (Velasco Alvarado) e - acrescentaríamos - Panamá (Omar Torrijos). De outro, inventariou um segundo grupo distinguido por seus impulsos entreguistas, incluindo aí a Argentina com as suas juntas militares, o Chile de Pinochet e, antes destes, o Brasil. Portanto, o caráter entreguista da ditadura brasileira traz à tona a trajetória de um regime político em que os aspectos patrióticos não podem ser vistos na condição de um dos seus traços efetivos. A retórica traduzível no slogan: “Brasil, ame-o ou deixe-o”, longe de confessar um “princípio patriótico”, era útil porque servia de cobertura ideológica, quer dizer, de legitimação e sustentação do regime genocida.

O fosso entre retórica patriótica e programa e estratégia do entreguismo é um candente libelo contra a opinião dos que, tal como “Rochinha”, enxergavam no regime dos generais uma fortaleza inexpugnável da pátria-Brasil. De feito, embora soltassem gemidos de patriotismo, os militares deixaram um legado de reforço dos laços que ainda

hoje prendem o país à dominação externa. A extensão dos tentáculos das empresas multinacionais em solo brasileiro e o crescimento em progressão geométrica do endividamento externo desmentem a eloquência dos patriotas da ditadura.

O que pretendemos deitar ao papel - e frisar - são os nexos indiviciáveis entre as representações políticas da localidade e esse projeto pretensamente cívico associado ao golpe de Estado de 1964.

Em 1971, a resistência armada à ditadura já agonizava. De plano, o legislativo de Juazeiro ignorou olímpicamente o que se passava no país no tocante à repressão institucionalizada. Num grau mais profundo de análise, os discursos cívicos eram talvez uma forma de enunciar o ponto de vista da casa legislativa no tocante a essa temática. Não eram tempos de textos e pronunciamentos de intenções declaradas, explícitas. No seu significado habitual, o ritmo da Câmara era o ritmo de um país ditado pela repressão, mordação e tortura sistemática. Mais do que isso: trazia em si a marca da adesão ao sistema de dominação vigente em que preponderavam as instituições militares.

Nesse devir, a manifestação de Eliseu Manoel Damasceno (ARENA) é sintomática: na sessão de 02 de abril de 1971, ele declarou que a data de 31 de março guardava “grande significado para pátria”, e seguiu requerendo enviar ofícios ao presidente da república, ao ministro da guerra, ao governador do estado e ao comandante da 1ª região militar, “se congratulando pela maneira (inelegível) com que vêm dirigindo à nação”.

Durante o repressivo governo Médici essa foi a tônica dos debates legislativos, sem que uma voz ousasse contrariar o coro dos contentes. Esses laços da institucionalidade caririense e o governo central se fortaleceram pelo espaço de tempo em que o país esteve sob o governo de Ernesto Geisel. As proximidades entre o general Geisel e o cratense Humberto Esmeraldo e deste em relação ao Cariri, em particular para com o coronel Aduino Bezerra, compuseram o elenco de razões que trouxe a Juazeiro do Norte, em 1974, o penúltimo ditador-presidente. As ruas da cidade se encheram de colegiais, arrancados das escolas para acolher ao mandatário-mor do regime de exceção. Os notáveis locais - com e sem batina -, a Arena, a imprensa, tudo sob a batuta do Cel. Aduino Bezerra, davam ao acontecimento ares de aparente eternidade.

Em suma, as instituições da localidade e adjacência - Prefeituras, Câmaras Municipais, Igreja Católica em escala regional etc. - celebravam os seus laços com o regime militar. Essa seria a derradeira visita de um presidente-ditador à terra da família Bezerra.

Fechando o ciclo empírico, somos tentados a opinar de que já é possível avançar para um remate relativo aos nexos entre Estado Militarizado e poder local.

O que desde logo se observa é o papel puramente caricato, superficial e sem aspirações próprias da parte de instituições como as Câmaras Municipais, notoriamente em cidades de pequeno e médio porte, em que a rotina dos pequenos negócios expressa apenas modesta e timidamente a profundidade dos grandes antagonismos nacionais. Essa primazia do pequeno e do rotineiro impede que a institucionalidade paroquial transborde os limites da sua objetivação geográfica. Tendem as pequenas urbes a cumprir a função de caudatárias de movimentos mais amplos que parecem fugir sempre ao seu controle.

Explicamos melhor: as instituições políticas das pequenas localidades - Câmaras Municipais, partidos políticos etc. - parecem se contentar em, invariavelmente, nadar ao sabor da corrente, reproduzindo tendências exógenas. Percebe-se, todavia, que uma análise mais aprofundada desvendará os aspectos mais profundos dessas relações.

Ora, vejamos.

Deixemos de lado, as particularidades da vida paroquial e fixemos o problema partindo de outro ângulo de observação. De feito, a política local em cidades de pequeno porte tem a feição de um recuo no tempo. A bem dizer, se expressam aí de forma recorrente as pequenas e quase indizíveis tiranias. Para irmos além da superficialidade do problema, lembremos que desde a Época Colonial as instituições municipais eram controladas pelos ditos “homens bons”, ou seja, ricos proprietários que - cada qual à sua maneira - traduziam as transações entre o poder público e o privado. Essa longa modorra se arrastou e se estendeu aos tempos da Monarquia e da República.

Poderia essa suma dar conta de uma realidade tão complexa, uma vez que nessa trajetória nem tudo permaneceu da mesma forma que antigamente?

Não será difícil perceber que, diferenças à parte, as antigas práticas de mandonismo não se apagaram, tanto em escala nacional, quanto, e principalmente, na esfera dos municípios de pequeno e médio porte. Por outro lado, não devemos buscar na realidade o que ela não é. Efetivamente, a realidade das instituições municipais nos anos da república militarizada é distinta da existente seja no tempo colonial, monárquico ou dos primeiros passos da etapa republicana. Sem isto, ficaríamos reféns de uma noção linear e estática do desenvolvimento histórico.

Queremos ressaltar que a obra da centralização - realizada no decurso de séculos - estabeleceu conexões internas, que foram se agigantando, entre os poderes locais e o centro. Desse esforço - renhido e centrípeto - decorreu a primazia do poder estatal nacionalmente organizado sobre as instâncias locais de poder, em que pesem aí as relações de continuidade e descontinuidade.

Inverte-se o sinal e a localidade - instância do poder privado - se submete, de maneira cada vez mais evidente, aos ditames do poder central. E, ao menos em parte, essa realidade, de modo incontestável, difere da observação que fizemos atinente aos tempos coloniais, quando a omissão ou ausência do governo geral engendrava um quadro de micro poderes cuja aparência política se mostrava autônoma em relação ao primeiro.

Feito esse esclarecimento, diremos efetivamente que, à eclosão do golpe de Estado e estabelecimento de um sistema de poder militar-ditatorial e centralista, correspondeu uma rapidíssima adequação dos poderes locais aos ditames e esforços dos governantes de turno. Entre eles se formou uma zona de cinzelagem em que dificilmente se identificava quem era quem, salvo por uma esforçada investigação empírico-teórica.

Não apenas isso explica o nível de sincronização obtido entre as instituições locais e o projeto nacional autoritário. É uma questão particularmente difícil de evidenciar. Um exame mais ponderado, contudo, talvez venha nos permitir um exame mais completo da questão. De acordo ao que mencionamos páginas atrás, facções fundamentais da vida política cariense se dedicaram com arrojo visando à deposição de Jango. Ao longo deste estudo, chamamos a atenção para o papel exercido por Humberto Bezerra, então prefeito de Juazeiro do Norte, na organização do movimento golpista em termos locais. O ponto mais sensível da discussão pré-golpe se deu nas

Câmaras Municipais. Ainda em Juazeiro do Norte, parte expressiva da vereança não se furtou em encarnar as posições favoráveis à ruptura da ordem constitucional. Um impertinente hábito veste a alma política de segmentos variados da vida local: o do autoritarismo. Esse hábito - enclausurado em determinadas conjunturas - emerge com força em momentos de radicalização da luta de classes.

Mais uma vez, em 1964, em uma conjuntura de polarização social, essa alma despótica veio à superfície e, em grande parte, se solidarizou integralmente ao projeto de “desenvolvimento com segurança”.

Para a nossa discussão, duas questões, então, se colocam. A primeira diz respeito ao papel cumprido pela obra da centralização política (e administrativa) que, gradativamente, foi aumentando a sombra, a ampla sombra, do poder central sobre as instâncias de poder locais. Enfim, uma segunda questão concernente às coincidências ideológicas entre o movimento reacionário de 1964 e as não menos reacionárias pretensões e ideologias que alimentavam e impulsionavam os agrupamentos políticos dominantes à escala dos pequenos e médios municípios. A alusão ao papel exercido por políticos udenistas nos tristes episódios que conduziram à intervenção militarista, qualquer coisa parecida ao caso do parlamentar cariense, Leão Sampaio, reforça a percepção acerca desse aspecto decisivo da construção do ponto de vista da institucionalidade local em torno da ditadura militar.

Tanto quanto uma aquietação do poder local a uma realidade de centralismo político-administrativo, houve uma acomodação ideológica dos “blocos hegemônicos locais” aos mecanismos discricionários do regime ditatorial. Essa acomodação, em ampla medida, derivou de uma história que deitava raízes em um desenvolvimento histórico objetivo plasmado pelo selo do mandonismo circunscrito ao plano da localidade. Ademais, do novo quadro político caracterizado pela tirania política nacionalmente organizada resultou num fortalecimento relativo da estrutura de poder local. Por exemplo: a ditadura reforçou os grupos e lideranças tradicionais que estavam à frente de Prefeituras e Câmaras Municipais, e que, desde o primeiro momento, não se esquivaram de solidarismo absoluto ao novo estado de coisas, isto é, à tirania institucionalizada.

Converge para essa linha de raciocínio o que registramos das discussões no âmbito do parlamento juazeirense. Não se tratou de um caso de desentendimento. Essa

foi a tônica entre os notáveis locais de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha. De resto, a literatura já tratou de demonstrar que nas situações em que vereadores ou deputados ousaram, ainda que minimamente, questionar os mecanismos ditatoriais, os governantes de plantão não se furtaram em usar parte desses mesmos mecanismos para punir - inclusive com a perda de mandato - a essas eventuais insubordinações.

Os fatos viriam mostrar, no entanto, que por trás da subserviência institucional grassava um movimento subterrâneo de descontentamento, de caráter nitidamente extraparlamentar, cuja visibilidade somente os anos haveriam de revelar para mais prosaica das percepções. Evidentemente, a resistência não haveria de ser desenvolvida partindo de instituições mais preocupadas em preservar o *status quo* do que propriamente avançar numa seara nova. Uma resposta para esse problema, com certeza, teria que surgir de organizações e movimentos que não se deixassem subjugar por uma lógica institucional que representasse, do mesmo modo que a ditadura militar, um recuo no tempo.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DO PRESENTE CAPÍTULO

Na introdução deste capítulo, deixamos no ar duas perguntas: se bem seja certo que padres, coronéis e instituições políticas locais se irmanaram ao engenho golpista, também é certo que do interior da “armada”¹⁵¹ tenha se observado a presença de elementos que, em seu devir, nos oferecessem algo mais que o simples e indubitável assentimento à ordem despótica? Teriam esses pontos de incoerência conferidos à evolução geral uma sorte diferente?

Seria absurdo, à luz dos dados, da sua problematização e análise, responder afirmativamente.

Merecem ser mencionadas que, na evolução dos acontecimentos, decerto, ocorreram, por exemplo, pontos de incoerência em relação à regra inicial, caso consideremos a igreja católica. A seção dedicada à instituição, mais uma vez para exemplificar, revelou a atuação dos padres salesianos de Juazeiro. Não imaginamos que

¹⁵¹ Referimo-nos à sólida aliança entre políticos conservadores, militares e hierarquia da igreja católica.

esse tenha sido um caso isolado, que jamais parece ter havido casos semelhantes. Pelo contrário, há indícios de outras movimentações. Dito isso, esse é um aspecto da pesquisa que pode e deve abrir pistas para novas investigações concernentes às mudanças que foram se operando gradativamente na igreja católica no âmbito do Cariri. De outro, isso não modifica a essência da regra: em geral, o comportamento institucional do catolicismo na região se caracterizou primeiro pelo apoio à quartelada; depois, por uma política de compromisso em relação à ordem que, em alguns casos, enveredou para a convivência pura e simples.

É preciso enfatizar, no entanto, que os líderes católicos, talvez à exceção do bispo dom Vicente, cumpriram - em relação à ditadura - uma função ofuscada, em larga medida, pela solidariedade ativa das lideranças políticas locais no tocante à ratificação do regime político. É particularmente significativa a apreciação da postura que adotou os membros da Câmara Municipal de Vereadores de Juazeiro do Norte. O grau de adesão, muitas vezes, beirou ao delírio. Durante todo período estudado, apoiando-nos nas atas do legislativo, percebemos a existência de um panorama desolador de cumplicidade para com o poder ditatorial. Nem mesmo o esforço de garimpar nas entrelinhas um fino fragmento de contestação se mostrou bem sucedido. A única coisa que poderia atenuar essa lassidão consciente ante o regime estaria em admitir que as atas, por razões óbvias, não pudessem reproduzir os finos fragmentos de uma oposição velada ao autoritarismo da parte de uma parcela dos vereadores. Essa é uma hipótese que não temos o direito de rejeitá-la de plano. Deve-se entender, entretanto, que não conseguimos aqui demonstrá-la. Inversamente, demonstramos o acumplicimento dos poderes locais ao sistema de poder militar.

Finalmente, há a temática do coronelismo redivivo. Para entender bem esse assunto, fizemos uma reflexão em que combinamos a descrição do apoio veemente da família Bezerra ao militarismo à análise dos processos e estratégias que, naquela quadra da vida brasileira, permitiram à elevação de um grupo de rústicos proprietários - de início, de projeção local - à condição de um agrupamento capitalista moderno. Consideramos central a hipótese de que esse grupo, na região, foi o principal esteio do golpe de Estado e de ratificação do regime bonapartista periférico. Em face do exposto, o grupo Bezerra pode ser visto não menos que a expressão mais categórica da faceta autoritária em território caririense. Quer dizer, no Cariri, se admitirmos que a ditadura militar tivesse um rosto, esse seria o seu rosto.

CAPÍTULO 3: O CARIRI SOB O SIGNO DO BONAPARTISMO - VENTOS DA RESISTÊNCIA

I - APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Seria metodologicamente redutor nos referirmos ao termo resistência como um termo homogêneo. Deste modo, para nós ele adquire aqui uma conotação que abrange muitas coisas, quer dizer, é um tanto multifacetado. Em diferentes casos resignação e resistência se misturaram. As combinações, em regra, variaram de tal forma que não seria absurdo falar de uma resistência fragmentada e, muitas vezes, ambígua.

Mas uma resistência fragmentada não deixa de ser resistência. Ainda que paire aí a sombra da resignação, não há por que não buscar por trás do seu véu os ventos da resistência. Frágeis? Sim, frágeis, mas ventos. Ventos da resistência.

Neste capítulo tentaremos retomar uma pergunta essencial: que sujeitos sociais protagonizaram esse processo que metaforicamente nomeamos de ventos da resistência? Mais do que isso: por quê? Por fim caberá respondermos a um terceiro quesito: de que forma?

No Cariri, já sinalizamos, pela ausência de uma classe operária robusta e politicamente ativa, o protagonismo da oposição ao poder ditatorial se restringiu praticamente aos setores médios da sociedade.¹⁵² Por isso, os resistentes foram principalmente membros das camadas médias urbanas assalariadas.

Isso, contudo, não elimina o fato de que operários sofreram - no Cariri - e, de resto, no Brasil, as agruras de uma ditadura de nítido olhar de classe. Do ponto de vista

¹⁵² Caso tomemos centros fundamentais da luta de classes, a exemplo de São Paulo e Minas Gerais, a classe operária cumpriu papel protagonista. Em nossa visão, as ações diretas do operariado do ABC, na segunda metade dos anos 1970, por exemplo, foram fundamentais para jogar a ditadura contra as cordas, embora, muitas vezes, os sociólogos e cientistas políticos prefiram enfatizar o papel cumprido por instituições e personagens que passam ao largo do proletariado industrial. Por isso que, em larga medida, são destacados os papéis exercidos por entidades da chamada sociedade civil organizada tais quais OAB, ABI e CNBB. Em tais casos, os aspectos superestruturais dissimulam ou reduzem os aspectos mais decisivos que dizem respeito à arena da luta de classes. No Cariri, todavia, foram as camadas médias urbanas, em particular, às dependentes de assalariamento, que ocuparam uma função social hegemônica no âmbito da resistência.

operatório, como já demonstramos, é perfeitamente válido fixarmos esse registro. Sofreram as agruras, mas não se arrogaram ao papel protagonista.

Ora, Marx e Engels (2003), nas páginas do Manifesto Comunista, declararam que a “nossa época, a época da burguesia, possui uma característica: simplificou os antagonismos de classes. A sociedade global divide-se cada vez mais em dois campos hostis, em duas grandes classes que se defrontam - a burguesia e o proletariado” (p. 27). Observando, contudo, o cenário cariense, há de se admitir que essas relações estivessem pautadas pelo signo da incompletude. Coube, então, aos setores médios urbanos assalariados a tarefa de se contrapor ao golpe encetado pelo “capital atrofico”.¹⁵³ Nessas circunstâncias, atuaram na forma de substitutos de um proletariado pouco extenso e politicamente débil. Por isso temos nos referido a uma resistência proletária por substituição.

Feitas essas ressalvas, convém referir que da classe média sobressaíram estratos urbanos assalariados que, em resposta ao bonapartismo, colocaram o seu talento artístico, a sua capacidade de reflexão política e, parte deles, a sua disposição militante, com vistas a livrar o país do que errôneo e enfeumisticamente um dia chegou a ser designado de uma “democracia vigiada”.

Por definição, consideramos resistência qualquer iniciativa que, abertamente ou não, estivesse se desenvolvendo partindo de uma lógica que pudesse induzir a uma relação de choque com os valores, as estratégias e os objetivos que guiaram o movimento de 1964 e o regime político dele resultante.

Ao se constituir em uma regressão histórica um regime ditatorial tende a se interpor aos mínimos movimentos levados a cabo por diferentes estratos da vida social. Uma letra de música que simplesmente confronte flor e canhão já seria motivo de azedume para os representantes do poder. Do mesmo modo, um texto teatral que associasse seca, fome e descaso político já suscitaria questões suficientes para que aí se voltasse o olhar de desaprovação. Assim sendo, ainda que o artista tenha apenas a intenção de divulgar o seu trabalho, sem se propor a um combate direto à autoridade discricionária, o seu intento tende a ir de encontro aos pendores de uma forma de dominância política em que o fazer artístico, *per si*, encerra uma propensão subversiva.

¹⁵³ Sobre a noção de “capital atrofico”, vide Antônio Rago Filho (2001).

No Cariri, a relativa fraqueza dos nacionalistas e comunistas conduziu à constituição de um ambiente pouco propício ao surgimento de movimentos mais amplos de contestação ao regime político. Há por todo texto uma constante e minuciosa apreciação da estrutura sócio-econômica do Cariri e já tivemos oportunidade de adotarmos uma leitura relacional entre esta e a fraqueza das forças de esquerda. Coube a estas recrutar os seus membros, em limitada quantidade, junto às camadas médias urbanas (comerciantes, professores, bancários, artistas, estudantes etc.). Assim, coube a núcleos, em nada vastos, formados por pessoas com essa origem social, o desafio da retomada dos canais de expressão politicamente expropriados pela ditadura.

Dessa conjunção de elementos, se originou uma resistência frágil, mas real, cortando pequenos gumes do vale do Cariri. Ela se mostrou exposta ao esforço de observação das páginas de jornal, letras de músicas cantadas nos festivais, poesia popular, depoimentos de personagens que não ouviram dela falar, mas a viveram como quem viveu um sonho ou um pesadelo que a outros resta somente contar e refletir.

É disso que tratamos neste terceiro capítulo, dedicado inteiramente aos mínimos sinais de resistência ao autocratismo militar-burguês em terras caririenses. Para isso, o dividimos em três partes com o intuito de tornar o estudo mais compreensivo. Primeiramente, abordamos um caso singular da resistência traduzido na poesia popular, nos amparando fundamentalmente em um exame detido da trajetória do poeta Patativa do Assaré no contexto do militarismo triunfante. Segundo, evocamos os artistas urbanos que, em parte, resgataram a função social da arte em uma ambiente sufocado pela censura e a repressão política. Em tal caso, adotamos mais o foco cultural do que propriamente o político, embora se saiba do imbricamento entre eles. Depois, dedicamos uma parte substancial do capítulo para trazer a lume o papel cumprido por intelectuais, estudantes e lideranças políticas de esquerda no embate contra a ordem burguesa revestida de farda. Em tal caso, tomamos mais o foco político do que propriamente o cultural.

II. A POESIA POPULAR COMO MECANISMO DE RESISTÊNCIA: O CASO PATATIVA

De plano, fixemos o seguinte aspecto: a poesia popular, notadamente o cordel, tem sido uma modalidade de comunicação de inigualável eficácia em regiões em que a escola regular ainda não abarcou o conjunto da população. A sua eficácia também encontra uma vital correspondência em ambientes onde a vida rural ainda exerce um peso considerável à sua volta. Esse era o quadro do Cariri às vésperas do Golpe de Estado de 1964, e basicamente no transcorrer dos 21 anos de ditadura. Somente nos últimos 10 ou 15 anos é que essa realidade começou a se modificar, não obstante as agruras de uma irritante lentidão.

Desde logo, não é objetivo da presente seção apreciar esteticamente a produção literária de caráter popular. Interessa-nos examinar de que jeito os versos populares foram empregados frente à repressão política que se abateu sobre a região e o país. Ou seja, como a imaginação enfrentou o poder.

No contexto de cerceamento da liberdade, bem como de embate pelo restabelecimento das liberdades democráticas, os mais talentosos no trato com “o engenho e a arte”, dentre eles Patativa do Assaré, Abraão Batista e Zédebrito Filho, empregaram o verso popular para fustigar a tirania. Examinar a obra desses autores, ou mesmo de outros, nos pareceu que poderia desfocalizar, ainda que parcialmente, os objetivos aos quais perseguimos. Dentro desse entendimento, e considerando que Abraão e Zédebrito estão contemplados em outras seções da Tese, optamos por trabalhar com um deles, no caso, Patativa do Assaré. O nosso escopo é o de investigar em que condições a poesia popular conseguiu se colocar na situação de um espaço de questionamento da ordem militarizada.

Todos sabem que Antônio Gonçalves da Silva, o Patativa, não nasceu e nem viveu em Juazeiro do Norte, Crato ou Barbalha, mas o seu trajeto de vida e mesmo o seu roteiro poético nunca delas se separaram - especialmente das duas primeiras cidades mencionadas. O artesanato, o cordel e a cultura popular, de um modo geral, são aspectos indissociáveis do cotidiano juazeirense e isso o poeta assareense¹⁵⁴ não tinha

¹⁵⁴ Em *Cordéis e outros poemas* (2008) lê-se “Saudação ao Juazeiro do Norte”, um poema que resgata os

por que ignorar. No tocante ao Crato, as relações entre Patativa do Assaré e representantes do mundo cultural daquela urbe ¹⁵⁵ sempre se fizeram efetivas. É arqui-sabido o intercâmbio que se deu entre o inimigo visceral da ditadura, o radialista e comunista Elói Teles de Menezes, e o genial poeta popular, tanto quanto entre o mestre da poética regional e o narrador da Radio Educadora, Antônio Vicelmo. Desse modo, nos parece natural abrir um parêntese para fazer entrar o vate maior caririense na quadra repressiva dos “anos de chumbo”. A sua postura, de alguma maneira, revelou de que forma membros da vida cultural da região se depararam e fizeram certas escolhas, de ordinário, defensivas, ante o famigerado regime político.

Efetuada essa ressalva, vamos aos fatos e à sua pertinente problematização.

Por causa da derrubada contra-revolucionária do governo João Goulart, assumiu o poder, de fato e não simplesmente no plano formal, o comando militar que, no limite, realizou a centralização dos atos de força que se realizaram país afora em fins de março e começo de abril de 1964. Estávamos ante um golpe político-militar, mas coube às corporações militaristas a tarefa de operacionalização das atividades práticas do movimento usurpador. Neste quadro definido, o cearense (e marechal) Castelo Branco é imposto à nação na condição de primeiro presidente da saga militarista. O poeta de Assaré não se furtou de “cutucar” o recém-empossado “com vara curta”, tal qual se exprimiria em linguagem piamente regionalista:

*Com atenção eu apelo
Para o supremo juiz
Por causa de um só Castelo
Nunca mais castelos fiz.
Me prometeu um tesouro
Todo lindo, todo franco
E em vez de um castelo de ouro
Me deu um Castello Branco
(Apud Carvalho, 2008:39).*

Nota-se a atitude ferina do vate assareense ante o ditador de plantão, um traço marcante que o acompanhou durante os dois decênios de poder discricionário. Sobre isso, assim se coloca um dos principais estudiosos da sua obra:

*O golpe de Estado encontrou a consciência social da Patativa
ainda mais aguçada, crítico, a partir do primeiro momento, da*

laços entre o vate e “a terra dos romeiros”.

¹⁵⁵ Na obra clássica *Cante lá que eu canto cá* (1989), algumas poesias estão diretamente vinculadas à cidade do Crato, dentre elas “O paraíso do Crato”, “Professor J. de Figueiredo Filho”, “Sodade é assim – ao jornalista Antônio Vicelmo” e “Ao locutor da Rádio Araripe – Elói Teles”.

ruptura institucional promovida pelos militares, com o indispensável apoio dos Estados Unidos (Carvalho, 2008:39).

Mais adiante, Gilmar de Carvalho analisa a dinâmica do poeta nos anos de coação institucionalizada, de que forma ele se posicionou politicamente em uma quadra da vida brasileira atravessada pelo selo de uma corrente indelevelmente repressiva. Segundo ele, “O poeta passou a colaborar, com o pseudônimo de Alberto Mororó, com jornais da UNE” e por conta de uma atitude desabridamente contundente contra os ditadores da hora, passou a sofrer as devidas represálias, conforme o pesquisador relata:

Patativa sofreu ameaça de prisão, mas o mandado foi relaxado por interferência de um parente que tinha laços de amizade com os prepostos da repressão. Esse parente teria rasgado a intimação deixada no cartório para o poeta depor (IBID, PP. 39/40).

“Caboclo Roceiro”, o poema que serviu de desculpa para que o aparelho repressivo voltasse o seu olhar para Patativa do Assaré, tornou-se um dos textos clássicos do autor, e os seus versos¹⁵⁶ representam um ensaio de conscientização das causas profundas que explicariam a “desdita”, “opressão” e “desgraças” que acompanhariam a vida do trabalhador rural. É praticamente um diálogo simples e direto do poeta com o caboclo:

*Tu pensas, amigo, que a vida que levas,
De dores e trevas, debaixo da cruz
E as crises cortantes quais finas espadas,
São penas mandadas por Nosso Jesus.*

*Tu és, nesta vida, um fiel penitente,
Um pobre inocente no banco do réu.
Caboclo, não guardes contigo essa crença,
A tua sentença não parte do céu (PATATIVA, 1989:99/100)*

Depois, veremos de que maneira essa postura do poeta será mantida e reforçada ao longo dos anos, particularmente quando o círculo começou a se fechar contra o regime bonapartista. Em princípio, fiquemos nos primeiros tempos da ditadura e de que modo ele se posicionou face aos fatos e as forças em combate.

Dir-se-ia que, de feito, o poeta estaria não apenas contra os militares, mas igualmente contra os seus opositores, de modo específico contra os comunistas. Essa

¹⁵⁶ Segundo Gilmar de Carvalho (2008: 40), o poema foi publicado no jornal Folha de Juazeiro, em 1967, causando furores nos segmentos autocráticos.

compreensão deriva de episódio¹⁵⁷ ocorrido duas décadas antes do golpe de força de 1964, quando o poeta - a pretexto de atender uma solicitação do padre David Moreira - escreveu um libelo poético anticomunista intitulado *Glosas sobre o comunismo*:

*"Será muito natura
nossa pátria entrar em guerra
ao chegar em nossa terra
o comunismo fatal;
do sertão à capital
nosso povo varonil
há de pegar no fuzil
em defesa da nação:
que esta cruel sujeição
não queremos no Brasil
[...].
Nas folhas de uma revista
li um conselho exemplar
que ninguém deve aceitar
o regime comunista
quem se assinar nesta lista
ficará sem proteção,
pois a negra escravidão
grita ali em vozes altas
e além de outras grandes faltas
é contra a religião
[...]
É um materialismo
que nos faz perder a calma
não tem coração nem alma
quem apóia o comunismo
esta espécie de ateísmo
que perseguindo nos vem
com a sua maldade além
crê somente na matéria
quem gosta desta miséria
gosta do diabo também/
[...]
Leitor, meu caro leitor
falo a verdade, não minto
vive trapilho e faminto
lá na Rússia o agricultor
debaixo do tal rigor
da maldita sujeição
dentro da concentração
privado da liberdade,
cheio de necessidade
só come quando lhe dão
[...]*

¹⁵⁷ Sobre o mencionado episódio veja o trabalho de Gilmar de Carvalho, amplamente utilizado nessa seção, intitulado "Patativa do Assaré – um poeta cidadão". O livro foi publicado em São Paulo pela Expressão Popular, em 2008.

*O seu regime é assim,
ninguém tem direito à vida
e a família é destruída
na doutrina de Lênin,
seu instinto de Caim
seu coração de maldade
implantou a crueldade
com o seu tal comunismo
na qual não há civismo
só reina a imoralidade
(...)
Por ter alguma noção
A ninguém peço perdão
Tenho sobrada razão
Aqui rimei a verdade
Tudo quanto em versos fiz
Ildefonso Albano diz:
“Viva, pois, nosso país
A terra da liberdade!”
(PATATIVA, 2008: 158 a 165).*

Cabe uma breve menção. Trata-se de um texto sob encomenda, em uma busca de compatibilização entre a sua poesia e a força da igreja. Note-se que o padre ministrava as suas obrigações paroquiais em cidade vizinha à pequena Assaré. Note-se igualmente o contexto de predomínio da neocrisandade, que marcou o catolicismo brasileiro nos primeiros 50 anos¹⁵⁸ do século XX. Suponha-se que diversos motivos impeçam o vate caririense de voltar a sua pena contra a essência do mote que lhe fora dado. Dentre eles, além da mão escassa de homem em formação, e, portanto, de poeta em formação, destaquemos o ambiente profundamente anticomunista e o extremo cuidado que deveria qualquer um adotar no tocante à solicitação de um clérigo. Não nos parece, portanto, um poema baseado numa convicção íntima. Acreditamos que houve oportunidade de repetir o feito nos anos 1960, no auge da sanha contra o comunismo, e não ocorreu a repetição desse ato. Os parágrafos que seguem talvez expliquem porque nos agarramos a esse raciocínio e a essa hipótese.

Com extremo cuidado, poderíamos voltar ao “Caboclo Roceiro” e lá o que conseguiríamos observar? Trata-se de uma leitura de mundo diametralmente oposta a do cristianismo oficial, o qual imputava à vontade de deus uma responsabilidade pela miséria da população que deveria, com efeito, ser buscada na realidade social.

¹⁵⁸ Sobre o tema da neocrisandade, confira o trabalho de Diogo Cunha, “Estado de exceção, igreja católica e repressão: O assassinato do padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto”, Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008. Na presente Tese, o tema está contido mais especificadamente na seção dedicada à igreja católica (seção I do capítulo II).

Há lufadas de comunismo no poema de Patativa. Não nos referimos a uma compreensão¹⁵⁹ doutrinária, pior ainda a uma filiação partidária, mas numa intuição poética cujo conteúdo estaria mais em rota de colisão com o capitalismo do que propriamente à “doutrina de Lênin”. Como o arqueiro obstinado que fixa o seu alvo predileto, a temática social acompanhará o “Passarim de Assaré” e essa obstinação, amiúde, encerrará um nexos íntimo ao solo histórico da qual deriva a concepção comunista de mundo. Não por acaso, o operário e o camponês se constituirão em duas personagens em nada ausentes da galeria de atores sociais patativanos.

É, todavia, segundo enfatizamos parágrafos atrás, Gilmar de Carvalho - um dos principais pesquisadores da vida e obra de Patativa do Assaré - quem nos fornece argumentos suficientes para reforçar a nossa linha de raciocínio. Senão vejamos. Na dinâmica de enfrentamento do poder ditatorial, Patativa esteve, em regra, ao lado dos comunistas, fossem os “oficiais”, do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ou de orientações distintas do “partidão”. Carvalho (2008: 9) destaca a sua colaboração “nos jornais alternativos que vicejam depois do golpe de 1964”, assim, como mais tarde, no “palanque da anistia” e das “diretas já”.

Nestes termos, a sua atitude não era de um poeta compromissado com o *status quo*, nem de um descabido anticomunista fervoroso, mas o de um autor cuja poesia vertia-se de uma dimensão democrática e vocação terminantemente social. Adotou essas posições no momento em que no primeiro plano sobressaía o anticomunismo. Mais do que isso: no momento em que triunfara frações da classe dominante apoiadas em uma retórica que exorcizava a doutrina comunista e descortinava caminhos para um controle interno absoluto, ditatorial, típico de um Estado de natureza carcerária. De modo mais consistente, Patativa travou o necessário embate contra a repressão institucional de um regime político que almejava reduzir ao silêncio as vozes dos opositores.

Alguns exemplos práticos valem por mais de dez arrazoados. Observemos como o poeta volta a lidar com a temática do comunismo, em *Inspiração Nordestina*:

¹⁵⁹ A jornalista Neusa Barbosa (2009) em um texto reproduzido em www.uol.com.br em 21/05/2009 recupera uma nuance da vida de Patativa que é lugar comum na região do Cariri, o de que ele teve contato, ainda que muito superficial, com a obra de Marx e Lênin, porventura um dos fatores que justificariam o poeta se declarar “socialista de coração”. No texto, intitulado “Documentário recupera figura do poeta Patativa do Assaré”, Barbosa comenta o filme “Patativa do Assaré – ave poesia” de Rosenberg Cariry (acesso em 20 /09/2009).

*A nossa crise fatal,
Cada dia mais aumenta
O pobre já não agüenta
Esta pressão atual
O peso deste costal
É carga pra mais de um trem
Isso assim não nos convém
O povo está revoltado
Coronel, tenha cuidado
Que o comunismo vem aí (Apud Carvalho, 2008: 62).*

Os coronéis escolheram evidentemente o golpe e não a democracia. Isso encerra uma significação profunda. Nessa mesma direção, se perfilaram os segmentos majoritários da corporação eclesiástica. Notamos em Patativa, contudo, uma admirável manifestação de defesa das liberdades democráticas e de um senso do que se convencionou nomear de justiça social. Assim, em vez de condenar o comunismo, a “doutrina de Lênin”, ele adverte ao coronel que “tenha cuidado”, pois o “comunismo vem aí”. Ao contrário do comumente aceito nos círculos conservadores, o vate de Assaré fez cruzar o seu caminho com a dos militantes comunistas, reformistas ou revolucionários, que pugnavam contra o poder ditatorial. Para tanto, empregou a sua mais contundente arma: o verso popular.

No concernente à igreja católica, ele se aproximou dos setores¹⁶⁰ considerados progressistas. Ora defendendo o padre italiano, Vito Miracapillo (expulso do país pela ditadura); ora fazendo exéquias poéticas a um morto político dos católicos mais a esquerda no espectro dessa vertente, no caso¹⁶¹ o padre Henrique Pereira da Silva Neto, auxiliar de Dom Hélder Câmara, assassinado pelas forças coercitivas do poder ditatorial. Assim, o poeta sertanejo trilhou um percurso que em nada lembra o autor de Glosas sobre o comunismo. Se comunista não era; anticomunista muito menos. Inimigo da ditadura? Explicitamente declarado.

Essa tortuosa discussão, porém, se estendeu até o período posterior ao da ditadura. Já derrotado em Juazeiro do Norte, o coronel Aduino Bezerra concorreu ao governo do estado e seus acólitos decidiram ressuscitar o fantasma do antigo poema. Patativa se contrapôs a esse movimento e terminou por reforçar a candidatura apoiada

¹⁶⁰ Acerca dos diferentes setores da igreja católica – progressistas, conservadores e moderados – veja o trabalho de Michel Lowy, *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*, Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

¹⁶¹ Há um trabalho específico sobre o tema. Trata-se da obra de Diego Cunha “Estado de exceção. Igreja católica e repressão: O assassinato do padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto”, já devidamente citado páginas atrás.

pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a do empresário Tasso Jereissati. Mesmo a decisão temerária de apoiar um setor empresarial contra outro não ocultou um aspecto fundamental: a sua firme decisão de não mais se deixar levar pelo fácil da retórica anticomunista.

No mais, não podemos fazer tabula rasa da história. Patativa do Assaré não se recusou em empregar o seu talento para defender as liberdades políticas. Enquanto muitos capitularam ao circuito do poder ditatorial, ele mostrou uma faceta de certos estratos da cultura cariense da época, a de não se vincular ao regime discricionário. Este é o significado mais amplo de uma trajetória que aí está, de corpo inteiro, como um exemplo decisivo de resistência, não obstante os seus limites e contradições.

A questão não é retórica. Nota-se, a partir de Patativa, a determinação do campo cultural em não se deixar sucumbir à tirania que se fixou na condição de desdobramento da intervenção militar. A próxima seção pode evidenciar o caráter coletivo desse movimento de contestação à ordem autocrática.

III. “EU ANDO AFLITO PARA VOCE FICAR A PAR DE TUDO O QUE SE PASSA”: ARTISTAS URBANOS E O JOGO ANTITÉTICO ENTRE RESIGNAÇÃO E RESISTÊNCIA

Triunfante a contra-revolução, haveria de se esperar uma longa modorra em variados campos da vida, inclusive no tocante à cultura. Colocados em uma situação aparentemente inesperada, homens e mulheres souberam, contudo, se conduzir artisticamente de modo tal que permitiu que se teorizasse acerca da derrota política da esquerda, em 1964, sem que esta derrota pudesse obstruir a sua relativa hegemonia cultural (SCHWARZ, 2001).

Observado o comportamento de Patativa, cuja poesia cumpriu uma função social evidente, passemos agora a um exame mais amplo do tema da resistência cultural. Nos dois primeiros capítulos tentamos enunciar o papel do campo¹⁶² cultural tomando-o

¹⁶² O termo campo, por exemplo, em Bourdieu faz parte do seu arsenal teórico como um dos seus conceitos-chave. Aqui, o uso do termo campo cultural, decerto, não encerra o mesmo significado atribuído pelo intelectual francês a essa formulação conceptual. Em outras palavras, campo cultural aqui

cruzado aos demais campos da vida social. Neste capítulo, tentamos elucidar o seu papel tomando-o separadamente. Vejamos a ação desse campo um pouco mais pormenorizadamente.

De chofre, cabe uma indagação: amotinados ou conformistas, de que forma agiram artistas e produtores culturais no contexto da ditadura? Teria sido Patativa do Assaré um exemplo quase isolado de recusa do militarismo político?

Nada está mais longe do nosso intuito do que imaginar que responderemos satisfatória e definitivamente a um problema que, com reiterada ênfase, tem se manifestado uma preocupação recorrente no pensamento social brasileiro. Podemos, entretanto, afirmar que é parte da nossa postulação teórica interrogar sobre um dos temas mais intrigantes de uma época em que o país caminhou em marcha unida, sob o signo da ditadura militar. Quer dizer: qual a postura de homens e mulheres que juntaram os seus destinos ao fazer artístico-cultural em um tempo de dilemas cruciais e impetuosamente repressivo?

A nossa hipótese de trabalho, ainda que incipiente, é que essas pessoas (e grupos), com raras exceções, postularam-se parte de uma resistência objetivamente percebida. Esta conjectura pode ser estendida - sem que sejamos acusados de especulação bizarra - ao campo dos realizadores culturais da região do Cariri, tomando este não apenas em sua especificidade, mas no quadro amplo da cultura do país.

Parece evidente que ao ir ao cerne do problema, certamente reuniremos melhores condições de endossar ou não essa hipótese, vez que essa observação mais aprofundada permitirá o exame dos aspectos particulares das contribuições culturais caririenses em uma quadra de regressão política.

Um viés de apreensão marcou a vida cultural do país nos dias e meses que se seguiram à intervenção militar. Com a prisão, morte e deportação de lideranças operárias, camponesas, democráticas e de esquerda, a função oposicionista, de agora em diante, passou a ser exercida, em grande parte, pela música, pelo teatro e cinema. Não é menos verdadeiro que as forças repressivas se preocuparam, em primeiro lugar, com as representações do operariado, do campesinato e setores médios - civis e militares -

tem unicamente a função de destacá-lo dos demais campos da vida social, sem, contudo, sugerir o sentido e os objetivos almejados por Pierre Bourdieu ao aplicá-lo em parte considerável dos seus trabalhos acadêmicos. Denota, por fim, esfera, domínio ou âmbito.

envolvidos em ações sindicais e políticas radicalizadas. Em linhas gerais, essa repressão seletiva encontrou a sua contrapartida no fortalecimento das tendências de matiz cultural.

Para efeito da argumentação acima delineada, não custa fazer vir à memória as palavras de Frederico (1995):

Fechando as portas da participação política institucional o golpe militar de 1964 fez da resistência cultural um pólo de aglutinação dos opositores do regime (p. 188).

E com mais fundamento, arremata:

A contestação inicial do regime foi feita basicamente pela intelligentsia radicalizada, num momento dramático em que a classe operária encontrava-se desmobilizada e sofrendo uma repressão que os donos do poder não ousavam estender para a classe média intelectualizada (FREDERICO, 1995: 188).

Ironicamente, a repressão aos setores mais francamente de oposição, concedeu a artistas e intelectuais a primazia de promover formas particulares de resistência ao sistema de poder militarizado. À guinada da situação correspondeu uma série de movimentos, sendo este um deles. Esse fato se explicaria igualmente pelo que Frederico denominou¹⁶³ de “efervescência artística pré-64”. Não esqueçamos o que disse Schwarz sobre a realidade do Brasil no período pré-golpe: “o país parecia irreconhecivelmente inteligente”. Nos seus diversos modos de existir, a arte agitava, inquietava e comovia. O “Cinema Novo”, o Teatro de Arena e o Centro Popular de Cultura (CPC) são exemplos dessa efervescência.

Pode-se, então, nessa perspectiva, dizer que a principal modalidade de resistência, no plano nacional, nos primeiros anos da ditadura, no marco de um novo reagrupamento de forças, foi implementada por intelectuais e artistas.

Mello (2003) equaciona essa questão, do mesmo modo que Frederico, afirmativamente:

Logo após o início do regime militar, em abril de 1964, há um primeiro endurecimento - uma primeira inflexão - sob a forma das cassações que incidem sobre políticos e líderes sindicais. Apesar de ser um momento duro, as áreas de educação e cultura, vale dizer as formas de manifestações artísticas, não

¹⁶³ Para compreender melhor esse cenário cultural, conferir Frederico (1995) e Schwarz (2001).

são impactadas por essa medida de repressão denominada Ato Institucional (p. 288).

De tudo o que acabamos de destacar, reafirmamos a função contestatória, cumprida por uma camada significativa de artistas em relação à ordem burguesa-militar, ao tempo que fixamos os motivos principais que propiciaram essa movimentação: a repressão seletiva das lideranças políticas, o aniquilamento físico das organizações sindicais e políticas dos trabalhadores, a declaração de ilegalidade das principais entidades estudantis e a relativa concessão aos artistas para que seguissem operando tal qual o país não houvesse experimentado uma brusca reviravolta.

Em essência, no marco dos desdobramentos da contra-revolução bonapartista, as camadas médias, de onde veio a maior parte dos artistas, se aproximaram, de um lado, das lutas de resistência da segunda metade dos anos 1960, e de outro, preferiram ser fiéis à burguesia golpista.

Seja como for, de imediato, representaram a principal força social capaz de imprimir uma orientação de amplo protesto ao aparato político-militar. No cenário pós-derrota histórica do proletariado brasileiro, essas foram as raízes sociais dos primeiros indicadores da resistência, tanto no Cariri (onde a classe operária carecia de número e força), quanto nacionalmente (em que a expressão social e política do operariado já era suficientemente representativa).

Exceto talvez a cidade do Crato (definida por aqueles que a estudaram e a cantaram¹⁶⁴ como “a cidade da cultura”) e a de Juazeiro do Norte, a vida cultural do Cariri se notabilizava pelo folclore, festas de clubes, eventos religiosos e um quadro ainda parcamente estudado de manifestações lítero-musicais e dramáticas. Havia um reduzido número de salas de cinema, que se ampliava, entretanto, na direção dos centros maiores da região. Apesar das limitações evidentes, os representantes dos movimentos culturais da região, decerto, não viveram impunemente o brutal desvio da proa da vida política brasileira.

A intelectual Sílmia Sobreira (2009), que se insurgiu contra a mentalidade policial da época e sofreu as agruras da prisão, concedeu-nos - comparada com a

¹⁶⁴ Há um esforço de leitura crítica (“desconstrutiva”) da noção do Crato como “cidade da cultura”, levado a termo pelo professor da Universidade Regional do Cariri (URCA), Roberto Marques, cujo título é “Contracultura, tradição e oralidade: (re)inventando o sertão nordestino na década de 70” (2004).

descrição acima -uma panorâmica mais complexa da realidade cultural caririense de então:

O Cariri, naquela época, era melhor servido em termos de jornais, livrarias e cinema que agora. Não me lembro mais do nome da livraria-papelaria do Crato onde me abastecia do Correio da Manhã (Rio), do Pasquim (minhas principais fontes de informação), da Revista Civilização Brasileira e da Revista Paz e Terra. Além da livraria, podia lançar mão do reembolso postal. Antes de retornar, fiz uma assinatura do Le Monde que pôde ser renovada. Nunca tive aborrecimento por causa dessa assinatura. Minhas leituras eram variadas, passando pela informação política, pela literatura (poesia, romance) e pelo humor, uma arma poderosa.

É neste nível que podemos mencionar a existência de condições concretas para constituição de uma modalidade específica de resistência ao regime político de exceção, de uma maneira geral, levada a cabo por intelectuais, e ao lado deles, por artistas caririenses. A partir desse fato, não há de se espantar com a constatação do caráter crítico-prático de que se revestirá a atividade dos setores médios ligados tanto a criação artística quanto a produção cultural.

A despeito do risco de esquematismo, poderíamos distinguir algumas fases no desenvolvimento das expressões artístico-culturais do Cariri à época da usurpação militarista. Uma primeira fase correspondeu ao momento do golpe de Estado, se estendendo até fins dos anos 1960. Um segundo período se estendeu ao longo dos anos 1970, quando ao desenvolvimento do teatro regional, social e político - que já se insinuara em fins “dos 60” - se uniu a explosão dos festivais regionais da canção, o “Salão de Outubro” e a criação do jornal Nação Cariri, fatos diretamente vinculados à cidade do Crato. Por fim, um terceiro momento que coincidiria com a fase mais grave de declínio do regime político quando uma confluência das manifestações culturais e da dinâmica da luta política adquiriu nítida corporeidade.

Ao longo dos primeiros dias seguidos à intervenção militar, representantes do mundo artístico não passaram incólumes aos acontecimentos. Relembremos a prisão do intelectual e homem de teatro, Walter Menezes Barbosa, em Juazeiro do Norte. Qual o seu pecado capital? O de reunir jovens para educá-los na senda teatral. Qual a pena? A detenção. Apesar de dirigir comédias, dentre elas “A cigana me enganou” e “O solar dos urubus”, foi tratado tal qual um perigoso subversivo. Na ótica da confusa ideologia

de “salvação nacional”, a posse de cabedal cultural, muitas vezes, dava ares de um crime hediondo.

O fato é que os mundos da política e da arte se cruzaram e esse cruzamento provocou apreensões em poetas, teatrólogos, músicos e em outros segmentos representativos da atividade criadora.

Não por acaso, o sensível poeta de Mauriti, já então residente em Crato, José Valdesley Alves “Delei”, registrará em seu poema “Meditação” versos, mais do que lúgubres, nitidamente apreensivos: “Há dias que morrem antes da noite/ outros que nunca amanhecem” (apud Temóteo et alli, 2005: 65). O que tivemos na passagem de 31 de março para primeiro de abril de 1964, senão um desses dias “que morrem antes da noite” e que “nunca amanhecem”?

No que concerne a Delei, diga-se, de passagem, que além de poeta, era funcionário do Banco do Brasil, instituição financeira pública de onde saiu o corpo de infantaria que resistiu ao golpe de Estado em terras de Bárbara de Alencar. Alguns pagaram um preço alto, seja por causa da perda do emprego, do sossego ou da liberdade. O vate de Mauriti se levantou contra esse estado de coisas:

*E que é triste, senhor, é doloroso
Ter o jovem seu peito sufocado,
De falar, de vibrar interdito
O ideal de batalhas desejoso
(...)
Conservai, no entanto, ò juventude,
Nem que custe uma vida, a eternidade,
Vossa fé na justiça e na virtude.*

*Lutar sempre e a bandeira da verdade,
Vereis dos altos montes na amplitude,
Aos povos proclamando a liberdade.
(idem, p. 55)*

A despeito do condoreirismo tardio, a palavra do poeta é de desolação, mas, concomitantemente, de esperança no dia que virá “Aos povos proclamando a liberdade”. Ou seja, o primeiro encontro (ou seria desencontro?) entre a ditadura e a arte se traduziu na prisão de Walter Barbosa (em Juazeiro) e na explosão de insubordinação poética de Valdesley (em Crato). Aparentemente, se resumiu a pequenos atos e atritos localizados, mas demonstrando, de imediato, as dificuldades de se estabelecer um ponto

de costura entre o poder ditatorial e a criação artística. Há dados que se esquivam, mas que sugerem que os confrontos mais patentes ficariam mais para frente.

Nesta fase, fazendo dupla com o iê-iê-iê, predominou um teatro de comodismo frente ao quadro político amplamente desfavorável à liberdade de expressão. No Auditório dos Franciscanos prevaleceu uma dramaturgia que trocava a representação do sofrimento humano na terra pela exposição quase didática da vida de santos e temas correlatos. Nas palavras de Anchieta Carlos de Moraes (2008), o movimento teatral franciscano era “dirigido pelo Frei Egídio de Messejana, que era um Frade que veio de Messejana e era capelão da polícia militar” e em seus trabalhos dramáticos se destacavam as “peças sacras”. Completando esse quadro, os espetáculos musicais basicamente se resumiam aos caixeiros da jovem guarda. Por meio de um jogo complexo, mais do que o ocultamento dos conflitos de classes se realizava a dissimulação da realidade mais comezinha.

Mas em círculos determinados, sem embargo das premissas políticas desfavoráveis, uma cultura de resistência ganhou corporeidade.

Deste ponto de vista, o surgimento - desde fins dos anos 60 e começo dos anos 70 do século passado - de um teatro com viés de engajamento político, ou, quando não tão explicitamente, de temática social (uma leitura da realidade pouco apreciada pela censura estabelecida pelo regime), sinalizou para um segundo momento, agora mais sugestivamente antagônico ao projeto de despotismo militar. À primeira vista, a criação de um grupo teatral com as características e a linha temática do “Grupo Construção” redefiniu novos contornos para as relações entre a arte produzida no Cariri e o cenário político desfavorável que a circundava. O nome do grupo adveio do título homônimo da genial e crítica composição de Chico Buarque de Holanda, que também servira para nomear seu disco de 1971.

“Construção 10”¹⁶⁵ era, de fato, a denominação do grupo teatral liderado por Renato Dantas, que se pautará pela coexistência do regional e social. Sem embargo, houvesse apoiado tacitamente o golpe de Estado na condição de um movimento

¹⁶⁵ O elenco de Construção 10, na representação de Êxodo, em 1972, era formado por Leonildo Pereira Pedrosa, Lourdes Callou, Josefa Gregório, Francisco Renato Sousa Dantas, Sucena Sisnando Araújo, Romildo Sisnando Araújo e Socorro Alencar. Afora esses membros, existiam os componentes de um coral sob a regência de Gil Grangeiro Pereira. A direção do espetáculo era de Renato Dantas e Gil Grangeiro.

saneador, Dantas, de forma gradativa, começou a se afastar das suas posições de primeira hora. Em seu depoimento, ele descreveu esse lento processo de apartação política. Ainda em fins da década 1960, a sua postura, para dizer o mínimo, é de conformismo e apologia em relação ao regime militar. As discussões com um estudante, colega de sala, que investiu argumentativamente contra a ditadura, mostraram um jovem que se recusava a cindir o seu caminho do caminho iniciado em 1964 por segmentos majoritários da classe dominante brasileira. É assim que observamos a conduta do futuro dramaturgo, ainda cioso da necessidade de tomar uma postura defensiva concernente ao golpe de força de 1964:

Eu fazia o primeiro ano científico, em 67, o primeiro ou era o segundo, e nós estávamos numa aula de história com o professor Irapuan Pimentel, e nós fomos discutir a revolução (sic). Então, nós éramos 33 alunos, 32 eram a favor da revolução (sic) e tinha um contra que se chamava Demerval Néri, filho de Felipe Néri, porque ele tinha vindo de Recife e tinha tido contato com o que aconteceu lá em Recife. Os centros de cultura popular tinham sido estourados, pessoas tinham sido botadas para correr, umas se refugiaram, fugiram, esse tipo de coisa, e ele dizendo a realidade da revolução (sic), mais nós estávamos ainda com a idéia de botar pra fora os corruptos, os ladrões e que só quem estava fazendo bonitinho isso era os militares. Até então AI-5, Médici, ainda parece que não reinava, aí ele levantou-se e fez um discurso e eu levantei e fiz um defendendo a revolução (sic), beleza, sabe(?) com eloqüência, com toda essa forma de defender que me foi ensinada, que me foi passada na minha juventude (DANTAS, 2005).

Para melhor compreender a evolução política de Dantas, lembremos mais um fragmento da entrevista que nos concedeu. Lá ele diz: “não tínhamos ciência do que o Brasil estava passando”. Colocado sob a influência de uma atmosfera política conservadora, se atendo praticamente à leitura da revista “O Cruzeiro”, ele não conseguiu captar - nos primeiros quatro anos que se seguiram ao golpe de Estado - o mal-estar generalizado que, não raro, se apossara das camadas intelectuais e artísticas, premidas pelo sistema repressivo, nomeadamente a censura, e um vago sentimento de liberdade que, de ordinário, acompanhara a maioria dos seus membros.

Era quase inevitável que ao se relacionar com artistas e produtores culturais os mais diversos, e paralelamente desenvolver atividades criadoras, que fosse reavaliando os seus pontos de vistas acerca da quartelada e dos seus efeitos mais danosos, em especial à volta dos segmentos vinculados à produção artística. Os primeiros sinais de

metamorfose cultural vieram com o Grupo¹⁶⁶Desafio, que tinha à frente Maria dos Remédios, que dialogava com o teatro brechtiano. Importa destacar a fala de Renato Dantas (1995) quanto a esse fato:

Ai entra o Desafio, em 67, 68, esse grupo que mudou as cabeças, eles trabalham “Um homem é um homem” do Brecht, bonito como um deus; começou a se ensaiar “Morte e vida Severina”, mas as famílias não deixaram porque alguém foi dizer que os meninos eram comunistas, e desfez esse grupo justamente.

Desta maneira, é forçoso admitir que a transição capital na perspectiva de uma arte contestatória no Cariri, que irá incomodar à mentalidade conservadora preponderante, se ensaiará com o Grupo Desafio. Desde logo, a denominação do agrupamento teatral já sinalizava para o espírito que o animava. Sem dúvida, a emergência desse ajuntamento artístico influenciou na constituição mental de uma juventude que começava a acordar para incisão política reacionária que se dera no país.

Além desse aspecto, Dantas destacou a ascendência da intelectual Sílmia Sobreira, que através dos seus artigos e movimentações provocara-lhe impulsos reflexivos de grande valor. Ele recordou um artigo da autora em que a temática natalina é socialmente redimensionada: “talvez tenha sido o meu momento de despertar para uma ideologia, um pensar, não vamos chamar de ideologia não, era um pensar diferente do que até então eu vinha dizendo”. É compreensível que isso abrisse um horizonte novo para um artista neófito que, aos quinze anos, vira a história bater à sua porta, mas que se deixara arrastar pela fulminante corrente¹⁶⁷ da contra-revolução.¹⁶⁸

¹⁶⁶ De acordo com Renato Dantas, o Grupo Desafio era formado por Maria dos Remédios, Aldemir Sobreira, Diana Moreira, Pedro Sérgio, Ricardo Monteiro, Valmir Paiva e Vera Lúcia Almeida. Nas palavras de Dantas, Maria dos Remédios e Aldemir Sobreira (marido) foram “convidados” a se exilarem do Cariri. Aldemir – um misto de economista, jornalista, publicitário e teatrólogo – foi diretor do jornal Tribuna de Juazeiro, espaço em que Sílmia Sobreira escreveu os artigos mais contundentes contra o regime militar. Estabeleceu relações políticas com Mauro Sampaio, que encabeçará uma dissidência dentro da Arena oficial, controlada pelos irmãos Bezerra (vide capítulo II). Já a piauiense Maria dos Remédios Sobreira atuou no Cariri como professora da Escola Normal (J. do Norte) e da Faculdade de Filosofia (Crato), contribuindo também na Tribuna de Juazeiro. Posteriormente, desenvolveu carreira profissional tanto na TVE (Rio de Janeiro) como na TV Ceará, sempre na área educacional. Faleceu recentemente, aos 75 anos de idade (19 de novembro de 2009).

¹⁶⁷ Renato Dantas, na entrevista, se referiu a livros de propaganda americana que terminaram por provocar um efeito oposto ao pretendido por seus autores. Nesses livros, a crítica a ex-URSS era recorrente, mas, de modo gradual, Dantas foi procurando fazer uma leitura profunda das margens dos textos, chegando a conclusões mais positivas do que negativas em relação à experiência soviética.

¹⁶⁸ Em Renato Dantas prevaleceram mais aspectos de resignação do que de combatividade. Tensionado pelas linhas antagônicas que dividiam os artistas caririenses em conservadores e críticos, Dantas oscilou

Essa letargia político-ideológica de uma geração de artistas caririenses que, efetivamente, irá se manifestar mais vividamente nos anos 1970, é também confirmada pelo músico cratense Abidoral Jamaru, cujo desabrochamento político não se registrara de pronto, mas apenas ao longo dos anos, ou seja, do contato bruto com o cotidiano da ditadura.

É bastante sugestiva a informação de Sílvia Sobreira de que jornais, inclusive de conteúdo mais crítico no tocante ao poder ditatorial, chegassem ao Cariri com certa facilidade. Somando-se a isso, o contato com representações artísticas de notória criticidade, ter-se-á uma conjugação de fatores que influenciará no estado de espírito de uma linhagem de músicos, pessoas de teatro e poetas, que mal havia aberto os olhos para o mundo e já era convocada a se posicionar frente uma conjuntura de polarização social e política.

Tem uma importância própria o contato dessa geração com a literatura, cinema e o universo dos festivais da canção. Sílvia Sobreira, considerada ícone por Renato Dantas, nos revelou que a sua formação esteve diretamente vinculada ao campo das artes: “a base da minha formação é a literatura e o cinema que alimentaram meu gosto pela liberdade”.

De qualquer modo, desorganizar e destroçar um ponto de vista do mundo em que a contra-revolução é dissimulada de revolução - constructo ideológico proferido pelos apologistas da ditadura - não deveria ser uma tarefa fácil. Os aspectos ideológicos incutidos na retórica golpista são alijados das apreciações. Mas, ao defrontar-se com o enrijecimento do regime político, os intelectuais e artistas - parcialmente poupados no primeiro momento - são arremessados a um coliseu e as feras estavam por toda parte e queriam reduzir a pó o que ainda restasse do que se convencionou nomear de livre expressão.

É neste ponto que o regime dos generais lança mão do Ato Institucional nº 5. Quando o AI-5 é imposto, a 13 dezembro de 1968, os festivais da canção agonizavam:

entre um projeto de transformação social e um regionalismo que o fazia, em muitos termos, coincidir com a leitura de mundo das forças econômicas e políticas que dominavam, sobretudo, o cotidiano de Juazeiro do Norte. Por isso, a sua crítica à tirania em geral – a partir de um determinado momento - não o impediu de se aproximar do grupo Bezerra em diversas ocasiões. Finalmente, há de se lembrar que a sua crítica social se diluía, em larga dimensão, em um regionalismo em que a figura do padre Cícero se impunha com excepcional magnitude. Desse modo, a resistência do seu teatro, da sua poesia e da sua música não deixou de vir acompanhada de uma prática política que continha certo viés resignativo.

O ano de 1968, que foi o ano com mais festivais, que foi o da fadiga dos festivais, da Tropicália, do AI-5, não foi um ano qualquer. Em 1968 a Era dos Festivais entrava na curva descendente da parábola (MELLO, 2003:334).

No instante de reforçamento dos ditames de um Estado militarizado, entrava em curva descendente não somente a “Era dos Festivais”, mas a expectativa de grupos políticos de esquerda no tocante a uma saída para o impasse senão pela ação armada. Nos anos seguintes, a guerrilha urbana, sem suporte de massa, será gradualmente vencida pela ferocidade dos vencedores de 1964. A primeira metade dos anos 1970 será mais de luto do que de luta.

Cumprido, entretanto, rememorar a natureza desigual dos fenômenos. Numa fase do regime militar em que se acentuaram os elementos de domínio e coerção, em que a esquerda armada foi dizimada e os festivais entraram numa curva decrescente, surgiram no Cariri os festivais de música popular e um teatro engajado cuja expressão mais sabida foi Construção 10.

Wisnik (2005), fazendo o balanço da década musical dos anos 1970, trouxe à baila o tema do “vazio cultural”. Paralelamente, Baiana (2005) referiu-se ao “vazio de idéias”. A atmosfera de desbunde que se seguiu à derrota física da resistência armada, não raramente, estaria associada a esse “vazio cultural” e de “idéias”. Mas a base era uma só: a repressão direta e inapelável.

Bastante significativo, em relação a esse problema, é o fato dos Festivais do Crato ocorrer regularmente entre 1974 e 1979. Colocando as coisas assim, reafirmamos o caráter desigual do fenômeno dos festivais. Baiana se esforçou em definir as dimensões reais desse processo:

1972 pode ser considerado o ano final dos festivais - e também, o ano que marca a entrada em cena da terceira geração de compositores a eles ligados, a segunda geração de universitários dos anos 70. Em 1975, a Rede Globo tentaria trazer de volta a fórmula, sem êxito - os compositores e seu público já tinham encontrado novos canais de comunicação (2005: 42).

A despeito disso, um ano antes do malogro da Rede Globo de “trazer de volta a fórmula”, ocorre na “Cidade da Cultura” um dos mais concorridos festivais de uma série deles, que começara timidamente em 1971, e que se estenderia, ininterruptamente, de 1974 até 1979. No evento de 1974, em particular, a contestação social (e política)

cobra o seu lugar entre os diversos temas que, de resto, não fogem ao caleidoscópio temático de qualquer evento com esse caráter.

Nos festivais dos anos 70 do século passado, organizados nos principais centros urbanos, notava-se forte presença nordestina. Dir-se-ia que se a moda passara pelo “sul maravilha”, ela estava apenas chegando ao nordeste. Baiana (2005) se refere aos nordestinos “fora do eixo”, a quem “as explosões dos anos 60” chegaram tarde e repercutiram de modo diverso. Compositores e intérpretes cearenses ganharam notoriedade nesse período, em especial Fagner, Belchior e Ednardo. Ao redor do último, se organizou o chamado “Pessoal do Ceará”, que não deixará de ter problemas com a polícia e a censura.

Ora, se os nordestinos que migravam não se furtavam de cavar um lugar ao sol dos sons dos festivais, o que, então, dizer daqueles que aqui ficavam? Foram eles, em primeiro lugar, as molas propulsoras de uma fórmula que caducada para os grandes centros, aqui se revelou um espaço de grandes novidades e de questionamento da ordem sem progresso.

Adquiriu realce a temática sócio-regional em um cenário em que a ordem estava reforçada e o progresso prometido não fora alcançado. Com o fim do “milagre brasileiro” e a explosão de um novo ciclo de seca no Nordeste, um regionalismo permeado de crítica social surgiu de cenário lítero-musical e dramático.

Aqui, já é possível voltar a Renato Dantas, à releitura “setentista” dos acontecimentos que vivera nos anos 1960:

Eu me lembro bem o dia que chegou um cara, mas já foi na década de 70. Aí é onde eu cobro algumas pessoas determinadas coisas que não fizeram, uma conversa de umas pessoas e eu vou me omitir de dizer o nome por que pode melindrar as pessoas. Elas em conversas, era uma pessoa que veio de fora, certo (?), e que estava ouvindo um desabafo de outra pessoa de Juazeiro. Eu a ouvi mostrando a essa pessoa, mostrando a real situação de Juazeiro, a real situação do Brasil, a forma de como nós éramos governados, a forma de como era isso na ditadura, a tristeza que campeava, a pobreza que campeava e eu ouvindo aquilo, primeiro ficando puto porque essa pessoa não dizia isso pra gente, precisou eu ouvir por tabela, mandar uma pessoa que tinha o mesmo nível intelectual, vamos dizer assim; quer dizer a partir daquela conversa que eu ouvi por tabela, aí foi que eu comecei a fazer umas ligações, entre o que é o pensar, o porquê da revolução brasileira, que não era corrupto, não era ladrão por conta

disso, era uma coisa muito mais profunda, a gente sabia que era o País com uma tentativa de chegar a uma democracia plena, que antes de 64 estava acontecendo; todo mundo se expressando, aqueles grandes comícios, aquelas grandes coisas que pra nós chegavam como baderna, não eram como reivindicações e a partir também dessa conversa eu fui compreendendo melhor.

Conjugam-se, assim, processos muitos complexos. Os festivais vêm junto com o desenvolvimento do regionalismo, de uma perspectiva social da problemática regionalista e combinam-se com os protestos contra a situação política mais geral e a disseminação de informações e leituras da realidade até então desconhecidas dessa linhagem de artistas e intelectuais.

Nesse contexto de atualização política, “Construção 10” sai de cena e surge o Grupo Teatral Centelha (GTC), cuja peça Êxodo¹⁶⁹ é representada, não só em terras carienses, mas também em Fortaleza. O estereótipo do retirante é redimensionado e se fundem as temáticas: regional e social. Em seu elenco, se destaca um jovem homem de teatro: Renato Dantas. O Grupo Construção 10 perdurou entre os anos de 1972-73, enquanto o Centelha se tornou o seu fio de continuidade ainda em 1973.

De fato, a peça Êxodo é um legado do Construção para o GTC. Examinando o texto de apresentação da peça, de autoria de Dantas, lê-se: “A seca tem sido tema pra diversas manifestações culturais. E é baseado neste fenômeno - e suas conseqüências - que procuramos com o nosso escasso talento, retratá-lo para o teatro”. Ou seja, a força do regionalismo é determinante.

O falecido teatrólogo Anchieta Carlos de Moraes escreveu em 1983, em uma publicação do Clube dos Poetas Juazeirenses, um artigo (Pequena história do teatro de

¹⁶⁹ Até onde nos foi dado compreender, a peça teria sido apresentada pelo grupo, ainda com a denominação de “Construção 10” (GAC), conforme antecipado, mas quando é encenada em Fortaleza, por exemplo, o grupo já se chamava “Centelha” (GTC) e, provavelmente, sofrera pequenas alterações em sua composição. O grupo “Construção 10”, ao fazer o *avant premiê* de Êxodo, no teatro Edvar Pires, em 17 de junho de 1972, agradeceu a dois dos principais líderes do movimento golpista em Juazeiro do Norte: Orlando Bezerra (prefeito e irmão do chefe do executivo em 1964) e a padre Murilo, pelo apoio recebido. O GAC tinha, à sua frente, a religiosa Maria Iva Praciano. Já o GTC não fugiu a esse traço de boa parte do teatro praticado em Juazeiro do Norte: a influência da igreja, no caso também através da irmã Maria Iva Praciano. Deste modo, uma postura crítica no plano nacional não dispensou - numerosíssimas vezes - um posicionamento conciliador no plano da localidade. É quase inevitável que essa ambigüidade dos setores médios se refletisse no terreno mais amplo da resistência à ditadura, afinal como ser conseqüente no combate ao autoritarismo, nacionalmente, ao mesmo tempo, que se colocasse com indulgência em relação ao mandonismo local?

Juazeiro do Norte) onde examinou parte das questões sobre as quais vimos centrando a nossa atenção:

Somente em 1972, com a criação do Grupo Construção 10 a arte juazeirense atinge os degraus do chamado teatro moderno e popular. O grupo era formado por: Gil Grangeiro, Lourdes Callou, Renato Dantas, Eduardo, Ricardo Brasileiro e Cícero. Êxodo, de Renato Dantas, pode ser definida como o ápice do teatro juazeirense pela veracidade em mostrar os problemas sociais do nordestino como consequência da falta de chuvas. A estréia do referido trabalho em Juazeiro do Norte obteve sucesso absoluto, sendo também apresentado em Barbalha e Fortaleza. O Construção 10 ainda mostrou: “Tiradentes”, “Abolição da Escravatura” e a peça “Utopia” de Luis Carlos de Lima (1983:2).

Arranca-se assim dos arquivos o universo temático que animava o grupo, dentre eles o tema da liberdade, em uma perspectiva histórica ao estilo do Teatro de Arena (“Tiradentes” e “Abolição da Escravatura”), e a mudança social (“Utopia”). Nota-se que o retorno ao passado histórico e a sugestão de temas gerais - dentre eles a liberdade - parecem-nos dizer que a contestação ao regime não se deu, muitas vezes, de um modo explícito. Parece que tematizar situações e personagens que pudessem trazer à tona uma leitura crítica da realidade, de alguma maneira, era uma forma de questionar o cotidiano do país ao jeito de resistência. Pelo menos, é como ajuizamos a intenção desse Teatro de Arena cariense e dos seus sujeitos.

Como já anotamos, também é bastante sugestivo o temário regionalista (“Êxodo”). Neste caso, os problemas regionais dialogam com a realidade social e nacional e não é surpreendente que esse fato pudesse ser observado nas músicas de “Êxodo” que, ilustrativamente, trouxeram para o palco a poesia regional e popular de Patativa do Assaré, mas também a de autores da MPB, dentre eles Caetano Veloso, João do Vale e Chico Buarque. No caso do último, a temática social estava profundamente ligada ao seu nome na difícil conjuntura dos primeiros anos da década 1970. Mais do que um registro sentimental, o nome do GTC-10 infundia uma relação de contiguidade política em relação ao símbolo da resistência político-cultural ao regime dos generais.

Assim sendo, o teatro de Francisco Renato Sousa Dantas flerta com a música, notoriamente com a do compositor-símbolo da resistência político-cultural à ditadura, a quem o autor de Êxodo atribui certa influência em seu comportamento político:

O meu pensamento, não é (?), aí amadureceu em 68, 69, 70, 71 com várias coisas acontecendo em Juazeiro, aí sim chegando notícias, música de Chico denunciando claramente o que estava acontecendo.

Abriu-se um horizonte novo e isso foi determinado por uma conjugação de fatores: várias coisas acontecendo, notícias chegando e a música de Chico Buarque. Mais adiante, essa linha de raciocínio é reforçada por Dantas:

Aí chega a história de Chico (Buarque), chegam os textos de (Gianfrancesco) Guarnieri, a gente começa a ter conhecimento dessa coisa, o Morro do Ouro¹⁷⁰ mostrou uma peça que mostrou a realidade muito crua que é.

Colocado sob a influência dessa nova atmosfera política, o jovem artista se esforçará em alçar novos vãos e o seu próximo desafio será a música.

Em 1974, quando os festivais da canção, em âmbito nacional, experimentavam um momento definitivamente de refluxo, a cidade do Crato promoveu, na Quadra Bi-Centenário, uma nova edição do festival regional da canção. O primeiro deles - com sede no Crato - ocorreu em 1971, ainda com forte presença promotora da igreja católica. Cabe aqui uma observação. Três anos antes, nos dias 10, 11 e 12 de dezembro de 1968, às vésperas da imposição do AI-5, Juazeiro do Norte já havia promovido o I Festival da Canção do Cariri. Não obteve, contudo, a fortuna social do evento que dominará o panorama cultural do Crato e da região, marcadamente entre os anos de 1974 e 1979.

No festival de 1974, ganhou projeção o grupo musical¹⁷¹ MATULÃO, do qual Renato Dantas também se verá incluído como um dos seus membros. Para ele, o grupo era praticamente um fio de continuidade do Construção-10. Com uma direcionalidade sócio-regional e impulsivamente crítica, os “estróinas”, os “vadios” - segundo a definição do Aurélio - conseguirão classificar três composições (das 5 que apresentaram) entre as 10 selecionadas para a disputa final. Estamos falando de

¹⁷⁰ Peça de Eduardo Campos, autor cearense, criada um ano antes do golpe de Estado, Morro do Ouro descreve as difíceis condições de vida na periferia de Fortaleza. Essa tragédia social, decerto, influenciou sobre o comportamento dos jovens artistas amadores do Cariri, fazendo repensá-los a realidade à sua volta.

¹⁷¹ Há desencontro de informações no tocante às datas. Sione Sabiá coloca como marco inicial do Matulão o ano de 1974. Renato Dantas chegou a falar de 1973 para 1974, embora sublinhando o último ano como o mais provável. Somente um rascunho de jornal, sem identificação, relativamente à edição do VIII Festival Regional da Canção, menciona 1973 como o ano da criação do grupo. Feita essa ressalva, salientamos que trabalharemos com a informação sobre a qual encontramos mais indicação de verossimilhança, qual seja, a que sugere o ano de 1974 como o da criação do grupo e primeira apresentação no festival sediado no Crato.

“estróinas”, de “vadios”, na acepção do dicionário, mas Matulão para eles era o saco, o saquinho de couro, a bolsa para transportar os seus materiais, quer dizer, “o matulão” a que se refere Luis Gonzaga, em suma, a perspectiva regionalista.

Músicas como Vietnam, Acomodação e Procissão ganharam notoriedade na região ao longo do decênio 1970. O influxo de um entorno político mais amplo e complexo foi tomando forma tanto na musicalidade quanto na expressão visual do Grupo Matulão. No caso do Vietnam, os acordos de Paris, de janeiro de 1973, já reconheciam no papel a derrota da maior potência imperialista frente a um país pobre e rural do sudeste asiático. Esse fato, todavia, adentrou os ambientes quando um já inevitável antiamericanismo grassava indelevelmente.

Renato Dantas, conforme vimos em uma passagem mais recuada dessa seção, já ensaiara um sentimento de antiamericanismo, partindo paradoxalmente da leitura de livros de propaganda pró-EUA. Isso explica porque nesses idos, ele cantava nas ruas com os amigos uma paródia antiamericana; em vez de “entre as flores, você era a mais bela, minha rosa amarela, que desfolhou e perdeu a cor”, ele e os amigos cantavam “entre as cores branca, azul, verde, amarela, verde era a mais bela, que o americano levou”. Esse pequeno exemplar de rebeldia causou uma admoestação de um juiz de direito através de Irmã Iva.

Essa consciência antiamericana e contra a Guerra do Vietnam fora se formando, às vezes até de maneiras aparentemente ingênuas, conforme relato do próprio Dantas: “mas quando a gente ouviu a música de [...] sobre a guerra de Vietnam e aí a gente começou a refletir, porra se esses artistas estão dizendo isso dela não deve ser legal”. Doutro lado, o contato a uma música mais engajada politicamente, em especial dos artistas latino-americanos, firmou com mais vigor esse consciência em construção. Joan Baez e Victor Jara figuraram entre os artistas estrangeiros que influenciaram a postura musical e política de parte dessa geração dos festivais do Crato. Isso sem querer ignorar a penetração do rock internacional, que já era bastante intensa.

Obviamente, estamos tomando para exercício de análise crítica uma parte do que foi o teatro, a música e as demais representações artísticas do Cariri à época da usurpação militarista. Não estamos nos propondo examinar o amplo mosaico dessas expressões da arte local, mas relacionar aspectos da sua dinâmica que nos ajudem a esclarecer as relações entre autoritarismo e resistência no âmbito da cultura.

Importa-nos destacar esse aspecto da realidade que Renato Dantas resume nos seguintes termos: “com as leituras que a gente foi fazendo, com as músicas que a gente estudava, a gente estudando e a gente discutindo, aí sim houve... as barricadas foram nas nossas cabeças”. Assim, ele estabelece uma relação entre o que estava acontecendo no Cariri, nos primeiros anos da década 1970, e o que se passara em Paris, em 1968. Na capital francesa, as barricadas foram nas ruas; no Cariri, elas se recolheram as cabeças. Essa é a transposição de que foram capazes de fazer. Os tempos eram outros e o Cariri não era Paris.

Por outro lado, a ida de Renato Dantas a Salvador, para participar da Bienal, o seu contato com a obra de Jean Genet, a música de Geraldo Vandré e Caetano Veloso, tudo isso foi ajudando a tirar as coisas do lugar; às vezes, muito mais na cabeça, na folha do papel, no tablado do teatro ou nos palcos dos festivais do que nas ruas e praças. Essa foi, sem dúvida, uma modalidade de resistência. Pacífica, parcial, sem o radicalismo impertinente que operários e estudantes protagonizaram em Paris (1968) e mesmo no Brasil, anos depois (1978).

Concomitantemente, Crato era palco de experiências que, feitas as contas, apontavam para um grau de radicalidade - na forma e no conteúdo - que, do ponto de vista estritamente teórico, parecia se constituir no processo mais avançado de contestação político-cultural perante tudo o que significava o ambiente de sufocamento político. Por sua vez, esse momento não era apenas de “dérápagem” política da esquerda, mas de alargamento do cinturão repressivo. Recentemente, um dos principais animadores¹⁷² dessa efervescência cultural - que brotou da sombra do regime discricionário - não se furtou a realizar um balanço dos experimentos artístico-culturais levados a cabo, por sua geração, na difícil quadra pós-derrota da luta armada de caráter urbano:

Em 1973, no Crato, no Cariri cearense, surgiria o Grupo de Artes Por Exemplo, que reunia jovens da pequena classe urbana local e artistas populares em torno de diversas atividades artísticas e culturais. Publicava-se uma revista mimeografada chamada Por Exemplo. Rodavam-se os primeiros filmes Super-8 documentários e de ficção. Faziam-se performances artísticas, happenings, shows musicais, encenações teatrais, ao mesmo tempo em que era promovido

¹⁷² Referimo-nos à entrevista concedida pelo cineasta Rosemberg Cariri ao blog “Coletivo Camarada” (<http://coletivocamaradas.blogspot.com/>) que tem como coordenador o pedagogo Alexandre Lucas (acesso em 09/02/2010). Lembremos que, durante a ditadura, Rosemberg militou no PCdoB.

um substancioso intercâmbio entre a região do Cariri e capitais dos Estados Nordestinos, notadamente com as cidades de Recife e Fortaleza. Esse grupo eclético, no qual me incluo, reunia nomes como Bil Soares, Hugo Linard, Jackson Bantin, Walderedo Gonçalves, Múcio Duarte, Pedro Ernesto, José Roberto França, Abdoral Jamararu, Emérson Monteiro, Jefferson de Albuquerque Jr., Luiz Carlos Salatiel, Pachelly Jamararu, Vera Lúcia Maia, Luiz Karimai, Ivan Alencar, Cleivan Paiva, Bá Freyre, Zé Nilton, José Wilton (Dedê), Stênio Diniz, José Bezerra (Deca), Valmir Paiva, Geraldo Urano, Socorro Sidrin e Célia Teles, entre outros. A principal marca do Grupo de Artes Por Exemplo era a diversidade das tendências, que se identificavam no objetivo de projetar a cultura do Cariri cearense para o País. Patativa do Assaré participava ativamente dos happenings, espetáculos e recitais do grupo. Fazíamos o Salão de Outubro... (entrevista de Rosemberg Cariry ao blog “Coletivo Camarada”, 26/01/2010).

Acerca do lendário Salão de Outubro, Rosemberg assim se pronunciou:

O Salão de Outubro, realizado pelo Grupo de Arte Por Exemplo, a partir de 1974, firmou-se, como um espaço privilegiado de reunião das vanguardas artísticas e das manifestações ditas populares, congregando poetas, artistas plásticos, escritores, cantores, compositores e cineastas em torno da ideia de promover mostras de trabalhos e espetáculos, bem como exercitar o intercâmbio com outros centros artísticos. A proposta do grupo, que se reunia em torno do I Salão de Outubro, era a representação da arte por meio do encontro com os materiais e os elementos da cultura local, buscando, ao mesmo tempo, o cruzamento da tradição com as vanguardas artísticas. Esse ideário transformou o evento num grande sucesso. Havia uma forte influência da contracultura norte-americana, do rescaldo cultural da década de 60, do underground, dos movimentos de contestação, do teatro de Augusto Boal, do Grupo Oficina, do teatro do absurdo de Qorpo Santo, das leituras dos movimentos de vanguarda pós-revolucionários soviéticos, da revista Rolling Stones, dos movimentos de contracultura norte-americanos e europeus - tudo isso junto com cegos cantadores, reisados de mestre Aldenir e do Meste Dedê de Luna, coco do Mestre Carnaúba, poemas de Patativa, Cine Clube da Fundação Padre Ibiapina e programas radiofônicos de Elói Teles. Patativa do Assaré, Cego Oliveira, Zé Gato, Banda de Pífanos dos Irmãos Aniceto, Azuleika, João de Cristo Rei, Mestre Tico, Correinha, Severino Batista do Berimbau de Lata, Mestre Nino, Zé Ferreira, Ciça do Barro Cru, Cícera Fonseca, Mestre Noza, Chico Mariano do Mamulengo, Mestre Bigode, Zé Oliveira, Pedro Bandeira, Cego Heleno e outros artistas populares tomavam parte ativamente dos eventos artísticos, sendo convidados para participações especiais em performances, happenings, recitais e shows. Junto com Deca e Geraldo Urano, fizemos peças de teatro experimentais, happenings, recitais, apresentações bem vanguardistas no Festival da Canção. Agitávamos o Cariri. Para o Salão de Outubro, de Fortaleza, chegavam nomes como

Caio Silvio, Graccho Silvio, Ana Maria Roland, Ferreirinha, Ângela Linhares, durante a realização do Salão. Na geléia geral brasileira, misturava-se tradição e vanguarda, regional e universal, popular e erudito, como é o caso da Escola de Música do Padre Ágio e a orquestra do Belmonte. O grupo mantinha ainda intercâmbio com os artistas caririenses do êxodo. Em São Paulo, Hermano Penna já conquistara importantes prêmios com seus filmes, e Jefferson de Albuquerque Jr. se profissionalizara no cinema. Tiago Araripe compunha com Tom Zé, fazia parceria com os concretistas Irmãos Campos e participava de um grupo de pop-rock brasileiro chamado Papa Poluição, que tinha, em sua formação, músicos cearenses e baianos, todos radicados em São Paulo. Tiago Araripe ligou-se, posteriormente, com o pessoal da Lira Paulistana (idem).

As longas citações não estão aí aleatórias. Queremos demonstrar que em plena ditadura havia vida inteligente no Cariri, seja através dos seus cinemas, do teatro ou da música. Compreenda-se, então, às vezes em que nos colocamos na exigência de citar autores e obras que, em linhas gerais, parecem ter tão pouco em relação ao tema que serve de motor da presente Tese: o tema do Cariri em relação direta a ditadura militar. O busílis da questão é que ao ocorrer nesse contexto, cinema, teatro, música, dança¹⁷³e literatura não poderiam ter direito a existência senão para calar, sugerir ou explicitar o que sufocava a “alma brasileira”.

Aqui cabe interpelar: o que teria engendrado ou influenciado essa efervescência cultural? Rosemberg procurou, nesta mesma entrevista, recopilar as influências que - de dentro e de fora - repercutiram sobre uma juventude ávida de renovação:

Se Fagner, Ednardo, Belchior, Rodger, Tėti, Amelinha, Fausto Nilo e Brandão faziam sucesso e exerciam grande influência sobre os jovens músicos e compositores do Cariri, não menos sucesso e influência exerciam Zé Ramalho, Alceu Valença, Quinteto Violado, Banda de Pau e Corda, Quinteto Armorial, Gil, Caetano, Tom Zé e outros compositores e grupos da cena nordestina contemporânea, além de todo um clima de busca de integração latino-americana por meio das músicas de Violeta Parra, Atahualpa Yupanqui, Victor Jara e Mercedes Sosa. O Jefferson de Albuquerque Jr. chegara do Chile e trazia todas essas novidades. O jornal Versus, com artes e culturas da afro-latino-américa era uma grande referência literária e jornalística. De Minas, chegavam os ecos profundos do Clube da Esquina. Além do mais, o Festival da Canção do Cariri era o grande acontecimento musical da região e revelaria toda uma geração de jovens compositores (ibidem)

¹⁷³ Nunca é demais lembrar que, em 1976, durante o governo Geisel, a censura proibiu a apresentação do balé russo Bolshoi.

Colocadas as questões desta maneira, é digno de nota observar o mosaico abrangente de influências que ia do regionalismo, passando pelo “Clube da Esquina” e alcançando o latino-americanismo (aspecto que o jornal *Versus*¹⁷⁴ expressou significativamente em suas páginas). Doutra lado, na citação anterior Rosemberg se lembrou do teatro Oficina - cujo radicalismo experimental, nacionalmente, chocou o público e provocou os agentes da ditadura - e da experiência do teatro de Arena - uma dramaturgia engajada que influenciou autores e atores, de esquerda ou não e que, igualmente, foi tratado pelo autoritarismo reinante como causa de afronta à ordem estabelecida.

Provavelmente, nesse redemoinho, nem todos tivessem nitidez quanto às várias formulações teóricas que, de fato, eram buscadas em experiências as mais diversas e, chegadas *ao Cariri*, fervilhavam em mentes jovens que buscavam caminhos novos, mais arejados. A posição cultural e ideológica - majoritária entre os adeptos do Grupo de Arte Por Exemplo - tinha como pressuposto básico de que era possível casar todo esse entorno de vanguarda, nuançado de arrojo formal e politização, com a rica tradição regional. Não por acaso, ainda hoje Rosemberg Cariry e Jefferson Albuquerque se orientam por essa gradação sutil entre vanguarda e tradição, universalismo e regionalidade. Essa é uma face desse processo.

Inevitavelmente, isso nos leva a análises de outra ordem. Ora, para renovar - ainda que no âmbito cultural - os artistas tinham de enfrentar a censura. Em um período ditatorial - quando a tirania prevalece - criar, acima de tudo, é um ato de contestação à ordem estabelecida. A criação artística é um fator de desestruturação de qualquer regime político fundado sobre o autoritarismo, a repressão mais cabal e o amordaçamento da vida. “Arte por exemplo” é o anti-exemplo, é a negação de uma realidade instituída sob o signo do despotismo, e neste sentido, representou um exemplo de movimento resistente à ordem que foi ao país infligida desde 1964. O “Salão de Outubro” é parte desse mesmo painel contestatório.

Tendo todas essas questões em mente, não tencionamos nos travar em consideráveis e intermináveis polêmicas acerca das limitações dessa modalidade de resistência. Decerto, ela se continha em certos limites, mas devemos tê-la em conta

¹⁷⁴ Em determinado momento, a redação do jornal *Versus* passou a ter maioria de ativistas sociais que passou a defender a necessidade de constituição de um Partido Socialista, que combinasse a luta ilegal e legal e que, na realidade, testasse os limites de liberdade já arrancados do regime. Na dinâmica desse processo surgiu a Convergência Socialista, da qual derivou o jornal homônimo, sucedâneo do periódico *Versus*.

dentro de um conjunto mais abrangente que, invariavelmente, levava água ao moinho da contestação ao regime político. Dir-se-ia que, ao estilo da síntese de Alfredo Bosi, esses artistas souberam articular “atividade estética” e “empenho social” (Apud RIDENTI, 1993: 100). A consciência de setores de classe média que apoiaram o golpe de Estado migrara, já não estava no mesmo lugar. Despertara do desencanto dos setores médios urbanos em relação ao regime político e sentiram a necessidade de não só produzir arte, mas fazer isso aliado ao “empenho social” em mudar a natureza das coisas. Com o perdão da rima, do apoio envergonhado a uma crítica mediada se percorreu toda uma estrada. Os indivíduos, as camadas sociais e as classes, de um modo geral, não ficam plantados; se movem, avançam, retrocedem, refletem e recomeçam. Nesse recomeço, o Cariri fez um acerto parcial de contas com a ditadura falando pela boca dos seus artistas.

Vejamos mais pormenorizadamente esse ponto nos voltando ao enfoque da linha por meio da qual se conduziu o grupo musical Matulão. Começamos submetendo a exame uma das suas canções mais emblemáticas. Pode-se dizer que a música “Acomodação” é um jogo antitético construído a partir de duas palavras de sentido oposto: acomodar e agir.¹⁷⁵ Acomodar-se, sim, mas acomodar-se à ação. Tratava-se, realmente, de substituir a acomodação pela ação. Esse era o objetivo. Na temática e técnica de compor nota-se a influência vaga e tardia de Geraldo Vandré, do mesmo modo que em “Procissão” não há como não nos remeter à composição de título homônimo de Gilberto Gil. A despeito disso, nos dois casos repara-se o talhe regional que lhe empresta uma identidade da qual os membros do Matulão não tencionaram jamais abrir mão. Em suma, engajamento político, temática social e regionalismo se fundiram em um mesmo material. Por sua vez, o Grupo de Artes Por Exemplo, embora guiado por uma maior clareza ideológica, também se banhara nessas mesmas águas em que mergulhara o seu congênere juazeirense.

Sem querer alongar-nos, invocamos as palavras de um ex-Matulão, que viveu de dentro e de fora a experiência do grupo. Escrevendo para o órgão da Ação Cultural Comunitária de Juazeiro do Norte, intitulado “Panorama”, José Sione Sabiá resumiu a entrada triunfante do Matulão na cena musical caririense:

¹⁷⁵ Trabalhamos lamentavelmente com uma limitação: o que sabemos da letra da música é o que cantarolou Renato Dantas, enquanto conversávamos. Independente disso, o título da música, o cantarolar do seu autor, bem como a sua interpretação da “letra perdida”, permitiu-nos construir um entendimento a respeito da emblemática canção.

Em 1974, funda-se o “Grupo Matulão”. Logo de saída o grupo ganha de modo espetacular o Festival do Cariri e permite, definitivamente, a participação efetiva da nossa gente no cenário musical nordestino (1979:5).

Esse “modo espetacular” se estendeu ao terreno da performance, incluindo um vestuário provocativo, ou, no limite, a sua quase ausência. Esse apelo visual é explicado de duas maneiras. Para Dantas (2005), devia-se à criatividade do grupo, em particular de Jefferson Albuquerque, cuja experiência de teatro em Brasília, teria provavelmente impulsionado essa radicalização do vestuário. Apesar de terminantemente negado por Renato Dantas, é difícil imaginar que esses jovens artistas não se sentissem atraídos pela força musical e performática dos Secos e Molhados, um grupo irreverente, inclusive nos trajes, que vendeu em 1973 um milhão de discos, precisamente no ano anterior ao lançamento do Matulão.

O Brasil da primeira década dos anos 1970 era um país em que a esquerda armada estava derrotada, os artistas falavam por metáforas e o comportamento extravagante, muitas vezes, era empregado como moeda de crítica. Os Secos e Molhados inovaram, juntando a poesia de Fernando Pessoa/Vinícius de Moraes, performances audaciosas e um protesto social nem sempre explicitado, mas, às vezes, somente sugerido. Nessa mesma direção, Chico Buarque utilizou-se até de pseudônimo - Julinho de Adelaide - para burlar o cerco da censura. Ao lado disso, cresceu a força e a influência da música estrangeira. Em muitos casos, a atitude politizada cedeu o seu posto ao desbunde.

Nesse marco, Renato Dantas, Luís Fidélis Lopes, Jefferson Albuquerque, Valmir Paiva, Sione Sabiá, Danilo Fidélis, Josimar, Feia, Stênio Diniz, Deusimar e Cicinho são alguns dos nomes que figuraram no demorado périplo levado a cabo pelo grupo. As diversas detições que marcaram o intervalo do V Festival Regional da Canção (1974) até a nova vitória no VIII Festival da Canção do Cariri não foi tão-somente marcado pela saída de alguns para entrada de outros ou mesmo pelo simples percurso de “Arrumação” até “Desesperadamente” (de autoria de John Taylor). Além disso, a vestimenta se tornou mais sóbria. Os saíotes sem camisa deram lugar às roupas esportivas que pareciam anunciar um novo tempo, talvez um pouco mais molhado do que seco.

Se fosse o caso de ampliarmos os exemplos, poderíamos também tomar de ilustração o Grupo Cactus, liderado pelo artista e intelectual Luis Carlos Salatiel que estava para o Crato, no aspecto do regionalismo acima bosquejado, tanto quanto o Matulão estava para o Juazeiro do Norte. Marques (2004) examinou, sucintamente, a rica experiência do Cactus, cujo desempenho nos festivais regionais cratenses é anterior ao do Matulão.

Seja como for, as mudanças que vão se operando nesses grupos - Matulão, Cactus etc. - e tão importante quanto isso, as alterações de rumo de muitos dos seus protagonistas, com alguns deles se definindo por atividades que passavam ao largo da vida artística, fecham um ciclo. Decorre dessa apreciação o seguinte problema: qual o caráter da nova geração que se afirmaria sobre a boa cinza de uma geração que, a seu modo, pugnou contra a repressão, a censura e os seus promotores? Do primeiro para um segundo problema: a nova geração que se apóia - ou não - sobre os ombros da anterior, começa a enxergar mais agudamente as conexões entre vida, cultura e política? Independente das respostas mais completas que pudermos dar há de ser reconhecer a existência de pontos de contatos entre as gerações e, talvez, o mais importante deles estivesse na primazia da temática regionalista.

Cinco anos depois do aparecimento do Matulão, em texto já citado na presente seção, o ex-Matulão, Sione Sabiá, assim se pronunciava em relação ao que estaria ocorrendo de novo na música local:

Hoje, dentre os vários grupos existentes, um nos chama a atenção, pelo regionalismo das suas composições: o “Grupo Mandacaru” - Marcílio - Isidro - Leandro - Neto, Araújo, Didi, Delamário e Azul. Seguindo a linha aberta oficialmente pelo Quinteto Violado, faz um tipo de música onde predomina, tanto na letra como na melodia, o sentimento do homem nordestino marcado pela vivência do sofrer perene (1979:5).

Mais adiante, ele recupera os temas do grupo: seca, chuva, Maria, *vaqueiro*. Mas junto disso, levanta uma crítica:

Com “lágrimas na seca” - baião de Marcílio e Isidro - 2ª colocada no Festival da canção do Cariri-1978, o “Mandacaru” ainda se prende ao misticismo como o culpado pela seca, diferindo do “Matulão” e do “Cactus”, que colocam o homem/governo como responsável (SABIÁ, 1979:5).

Estaria aí inscrita a linha demarcatória de duas gerações?

Antes de procurar responder a essa indagação e de adentrarmos, em definitivo, à análise do terceiro período - que vai de fins dos anos 1970 até a retirada, pelos fundos do palácio, do derradeiro governo dos generais - somos obrigados a abrir um novo parêntese.

Não é demais lembrar que, em nenhum momento, nos propusemos a examinar esteticamente a obra de cada autor ou grupo. Nesse marco, cabe-nos analisar a conduta de cada autor ou grupo no solo histórico em que se desenrolou o drama da luta frente à autocracia burguesa-militar.

De qualquer modo, a observação crítica de Sione Sabiá tem nuança ideológica explícita. De imediato, diríamos que não era uma discussão nova acerca da temática da seca. Em *O Quinze*, Rachel de Queiroz abordou o tema sob a égide de uma quase fatalidade natural. Graciliano Ramos, em *Vidas Secas*, deu primazia aos aspectos sociais do problema. Desta maneira, o “Matulão” e o “Cactus” trilharam um caminho cujo modelo já estaria projetado no prosador alagoano, colocando “o homem-governo como responsável”. Nas duas situações, sobressaiu a função social da arte.

Por tudo isso, essa segunda geração - onde se destacaram homens e mulheres ligados ao teatro e à música - poderia ser distinguida como aquela que realizou um “chamamento à reflexão” (RAGO, 2005: 68). No espírito de Brecht, isto é, de uma “assimilação crítica do passado”, não renunciou ou execrou as tradições regionais, as temáticas solenemente consagradas na região, mas as reabilitou ao abrigo de uma nova perspectiva. O que há de específico em Francisco Renato Dantas, Rosemberg Cariry, Abidorral Jamacaru e Luis Carlos Salatiel, como de resto, nos sujeitos dessa epopéia, não é o de uma suposta ruptura quanto à tradição, mas de pronunciá-la de uma maneira distinta, de exprimi-la de um modo crítico e enriquecedor.¹⁷⁶

Ao formular esse objetivo, diga-se, de passagem, ora mais prática do que teoricamente, ora mais na teoria do que na prática, engendraram linhas de tensão, embora frágeis e quebradiças, em relação à “doutrina” oficial do regime, ainda que não houvesse da parte deles uma proposta articulada de confrontar o militarismo. Em certas oportunidades, essas linhas de tensão se estabeleceram não em relação ao todo, que

¹⁷⁶ Politicamente, os indivíduos e grupos não expressaram jamais um ponto de vista comum. Em sua dinâmica, Renato Dantas, por exemplo, estabeleceu ordinariamente laços à direita do espectro político, diferentemente de Rosemberg Cariry que, em regra, se identificou com posições políticas mais à esquerda.

parecia distante, mas no tocante aos representantes locais do poder militar. Isso, no entanto, não impediu que artistas que adotavam uma orientação crítica quanto ao autoritarismo no plano nacional, se deixassem arrastar por acordos pontuais com a representação local desse sistema geral de poder. Por exemplo, o espetáculo Êxodo de que tratamos acima é um indicativo desse binômio antagônico entre criticidade no plano universal e arranjos no âmbito particular. Na ficha técnica da peça, há um item denominado de “NOSSOS AGRADECIMENTOS”, em que há um agradecimento, em primeiro lugar, “A Prefeitura Municipal na pessoa do nosso Pref. Sr. Orlando Bezerra”. Esse, contudo, não é um exemplo isolado, vez que esse binômio antagônico acompanhou uma parte expressiva dos artistas e grupos de arte que, ainda que por vias não necessariamente planas e categóricas, souberam fazer o uso da tradição regional para refletir criticamente acerca do momento vivido pelo país. Nestes termos, e só nestes termos, conseguiram ajustar as noções de “atividade estética” e “empenho social”. Cabe ainda distinguir o esforço de recuperar o passado, não como alguma coisa a ser apenas reverenciada: um cortejo de “personagens ilustres”; mas, antes de tudo, por uma tentativa de saber por que e quando aqui chegamos; tal e qual a recuperação do passado não declinasse de um olhar agudo em busca de novas interpretações. Nessa toada, os Índios Cariris, o Caldeirão do Beato José Lourenço e as representações da Cultura Popular, quando Dona Ciça do barro Cru e os Músicos da Chapada são inseridos em uma história onde, até então, tinham se manifestado somente nas entrelinhas, salvo raríssimas exceções.

Aí residiu uma peculiaridade do processo no Cariri. Padres e coronéis buscaram no leito da tradição os elementos de autenticação visando respaldar a intervenção militar. Jamais estabeleceram uma linha divisória que os apartasse da noção de regionalidade. Paradoxalmente, parte significativa dos artistas ingeriu da água do mesmo rio - o da tradição regional - sem abrir mão de uma proposta de “assimilação crítica do passado”.

Mais do que isso: na obra desses autores, passado e presente não estavam separados por uma muralha chinesa. Entre passado e presente existiam vasos comunicantes. Em resumo: a tradição não estava para eles de justificativa para um recuo político no tempo, mas por uma possibilidade de um passo adiante na história.

Quando a terceira geração encontrou o seu lugar nesse trem, efetivamente, ele se movia. As coisas já não estavam no mesmo lugar. Isso tinha a ver com o que ocorrera no Cariri em uma década. A urbanização mudara a fisionomia dos lugares e das pessoas. Os contatos com o mundo exterior se fizeram de maneira mais amiúde. Apesar de uma economia ainda retardatária, a realidade econômica sofrera incrementos importantes. As atividades urbanas cresceram paralelamente à ruína de atividades agrícolas tradicionais, marcadamente da cultura do algodão. Ainda que suscitasse uma sensação de atraso no âmbito da produção capitalista, desta se aproximara por outro viés, leia-se, através do consumo crescente do que era produzido pelo sistema em suas porções chanceladas pelo desenvolvimento industrial. Crato caminhava para a realidade de um núcleo urbano de 90 mil habitantes e Juazeiro se abeirava de 150 mil residentes.

Essa dialética progresso/atraso não era uma prerrogativa do Cariri. Imaginamos que essas marchas e contramarchas devem ter ocorrido em lugares os mais distintos. Lúcida e corretamente, o compositor Tom Zé recuperou uma situação, no tocante à sua cidade natal, que em tudo estabelece relações com o que vínhamos descrevendo: em seu campo de observação, a cidade de Irará “era um sítio fugaz entre o passado e o ‘progresso’ que invadia” e “era um jogo de espelho contrapondo tempos” (Apud GARCIA, 2005:33).

No caso de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha o progresso invadiu o passado, atualizando-o ante o altar do deus capital. Os princípios parecem incompatíveis: fraca industrialização e incremento urbano. De fato, esse crescimento urbano, forçosamente, não decorreu da prosperidade industrial, vez que a industrialização era comandada de fora para dentro e os grandes conglomerados econômicos se deram o direito de escolher as áreas em que os investimentos deveriam ser concentrados.

Constatou-se aí a unidade contraditória do desenvolvimento capitalista em que as diferentes frações de uma formação social específica participam de um processo global, mas cada parte é entranhada no todo de maneira que as suas diferenças não sejam um obstáculo, mas uma condição da sua realização.

Estabelecendo para nós aparentemente um dilema de ferro, essa realidade promoveu uma classe ao papel de um ponto faltante. Estamos nos referindo, uma vez mais, à classe operaria. Talvez não sejamos precisos ao falarmos de ponto faltante. A expressão tem mais um efeito retórico, haja vista que o proletariado existia, palpitava,

mas faltava-lhe, todavia, expressão numérica e força política para se inserir, com eficácia, sobre a áspera superfície da luta de classes. Do ponto de vista estritamente empírico, sobraria a uma classe heterogênea a função de ocupar essa ausência social: uma classe média urbana¹⁷⁷ que, de resto, havia apoiado o golpe de Estado. De seu ventre, virão os artistas que não se esquivaram de cooperar quanto aos esforços de restabelecimento das liberdades democráticas. Atuaram assim feito construtores de uma resistência proletária por substituição.

Não estamos mencionando uma situação historicamente única. Ampliando um pouco o raio da análise, permitimo-nos ir até a Alemanha das primeiras décadas do século XIX, sobremaneira aquela de fins dos anos 1930 e começo do decênio seguinte. Nas palavras de Netto (2009):

Com uma burguesia débil e um proletariado incipiente, ambos carentes de organização política, a oposição ao regime prussiano e o enfrentamento da miséria alemã foram de fato protagonizados na passagem dos anos 1830 aos anos de 1840 pela intelectualidade mais jovem (p. 13).

No Cariri, “com uma burguesia débil e um proletariado incipiente”, a oposição e enfrentamento ao regime bonapartista foram de fato protagonizados por intelectuais e artistas cuja origem social era indelevelmente às camadas médias de origem urbana. Se na velha Prússia retrógrada, movimentos e grupos, dentre eles “Jovem Alemanha” e “Clube dos Doutores” (de matiz neohegeliana), levaram a cabo essa tarefa, ao sul do Ceará, artistas e uma intelectualidade jovem também se destacaram na qualidade de componentes de uma resistência, nem sempre explícita e coerente, ao militarismo triunfante.

Sem embargo, para maioria deles não estava em jogo o questionamento da natureza de classe do Estado. Talvez devêssemos falar de questionamento aos governos e ao regime bonapartista. Em ligeiros traços, pugnavam pela liberdade de expressão e manifestação, isto é, pelo fim da censura e demais formas de arbitrariedades. Os limites do programa e da estratégia, em última análise, explicam os limites da resistência desses

¹⁷⁷ No Cariri, o mercado urbano de serviços – excluindo-se daí o setor industrial – prosperou em um ritmo muito mais acelerado em comparação com o desenvolvimento fabril. Isso tem lá as suas conseqüências. Elas são mediadas, mas não podem ser escarnecidas, mesmo que se negue, ao menor pretexto, a função da causalidade nos processos sociais.

segmentos de classe média e por que esta, em mais de uma vez, confundiu-se com certa resignação e apelos à conciliação e não à combatividade.

Não devemos, entretanto, nos conduzir na análise desses caminhos e descaminhos das camadas médias carienses omitindo a dinâmica da etapa contra-revolucionária que se descortinou no Brasil depois do golpe de Estado. Grosso modo, há de se reconhecer quatro ou cinco situações distintas dentro da etapa. A primeira vai de 1964 a 1967 e a caracterizamos de uma situação contra-revolucionária dentro de uma etapa igualmente contra-revolucionária. Entre 1967 e 1968, em meio a uma conjuntura internacional fortemente altercada, o movimento estudantil, a intelectualidade e os artistas ganharam as ruas. A Passeata dos 100 mil foi uma síntese concentrada desses anos. O general Costa e Silva se sentiu obrigado a receber uma comissão formada de estudantes e membros da intelligentsia. As mobilizações se sucederam. Mesmo segmentos da classe operária se moveram. O Estado policial reagiu e as ações de rua foram barradas pelo AI-5. Nesse segundo momento, as camadas médias urbanas estavam ativas na oposição à ditadura. Depois do Ato Institucional 5, multiplicaram-se os grupos armados clandestinos. A luta saiu da rua para o porão. Em uma peleja desigual, a esquerda armada lutou, debilitou-se e se dividiu. Concretamente, foi arrasada por uma descomunal repressão. Nesse contexto, a conjuntura econômica houvera mudado. A economia crescia sobre os escombros de uma classe operária amordaçada. Era o “milagre” econômico. De modo geral, a classe média se realocizou e passou a refutar o “terrorismo da esquerda” e aspirar ao enriquecimento. Abriu-se uma terceira situação no marco da etapa contra-revolucionária, impreterivelmente contra-revolucionária. Era o tempo do “desbunde”, do “vazio cultural”, das metáforas que falavam da desolação que tomou conta do país. Essa situação perdurou até a classe operária levar a termo um dos maiores ascensos da história brasileira. Abriu-se uma situação pré-revolucionária no país, que marcou particularmente os anos 1980. Aí os setores médios assalariados se revelaram como uma categoria analítica ante o pensamento social brasileiro.

Em determinados momentos essa situação evoluiu para um signo distinto daquele que caracterizou a etapa em seu sentido mais geral. Nahuel Moreno (1986) considerou que, nos primeiros meses de 1984, o país foi traspassado por uma situação revolucionária. O desvio da campanha das diretas para a mão morta do colégio eleitoral, sob os auspícios da oposição burguesa, e contando com a solidariedade políticos dos

PCs e do já envelhecido MR-8, teria provocado uma nova mudança da situação. Mas aí a ditadura já se preparava para dobrar a esquina. Vê-se que os diferentes estratos médios foram se movendo em conformidade às alterações conjunturais. A oscilação política foi a sua regra de ouro.

Nesse sentido, quando as camadas artísticas de Barbalha, Crato e Juazeiro se puseram em movimento, por volta de 1973/74, a conjuntura mundial sofrera uma inflexão. Os EUA colocaram um ponto final na velha paridade dólar/ouro, a Guerra do Vietnam chegara ao fim resultando na derrota do imperialismo norte-americano e tinha início a primeira crise do petróleo. Nesse contexto, o “milagre” fazia água. A modernização conservadora enriquecera uma minoria em cima da superexploração da classe operária e dos sonhos de enriquecimento fácil das camadas médias urbanas. Essa constatação impeliu todo um setor da classe média para contestação ao regime. Dava-se assim uma ligeira curvatura no marco da etapa contra-revolucionária. A vitória da oposição consentida no pleito de 1974 sinalizou a mudança no estado de ânimo dessas camadas sociais, em regra, espremidas entre o proletariado e a burguesia. De ordinário, temem descer à condição do primeiro, enquanto sonham se aproximar do padrão de vida da classe burguesa. A crise da economia do “milagre” que estava apenas começando as colocou em uma situação de defensiva econômica e de contrariedade política.

Assim sendo, encetaram uma consideração atenta de que na esteira da autocracia burguesa-militar prevalecera um modelo de modernização em que o abismo entre as classes antípodas não apenas se manteve, mas escavou-se ainda mais fundo. Nesse sentido, os inocentes hábitos da classe média batiam a cara contra o muro. Os artistas - provenientes dessa classe - expuseram em seus dramas e canções as mazelas e injustiças do modelo engendrado pela ditadura bonapartista. Justiça seja feita, foram sensíveis aos seus problemas, mas também falaram em nome dos socialmente desafortunados. Em suma: atuaram como substitutos.

Nessa toada, quando o “Grupo Matulão”, já completamente modificado se compararmos à sua edição original, ganhou o festival de 1979, o Brasil também já era outro. As greves do ABC mudaram a correlação de forças no país. Isso conduziu a luta de classes a um novo patamar de enfrentamento. Resultante disso, o regime militar foi perdendo a capacidade de iniciativa política e se isolando. Somente estratos da classe dominante seguiram apoiando a manutenção da ditadura, ainda assim fixando prazos

para a sua saída. As instituições Igreja Católica, OAB e ABI já mudara de lado. Partidos e facções começaram a se realocar frente ao novo cenário. Era o outono dos generais.

Paulatinamente, o Movimento Estudantil vinha se organizado. Em meados da década 1970, pelo menos em algumas universidades, ele dera sinais de reavivamento. A retomada da luta proletária serviu para reforçar essas tendências. É neste ponto que poderemos situar e entender a realização do Congresso de Reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1979, na cidade de Salvador.

Eis, então, a nova quadra política que contextualizou o terceiro e último momento da resistência político-cultural. Sobre este terceiro ciclo, seremos suficientemente breves, uma vez que o entrelaçamento dessa geração às formas mais nítidas de organização política, nos obriga a abordá-la não só nesta, mas igualmente na próxima seção, bem como pelo fato do seu desenvolvimento ir além dos limites que estabelecemos para o nosso estudo.

Em 1979/1980, seguindo as pegadas da classe operária, começou a se mobilizar os mais distintos estratos do movimento sindical brasileiro, inclusive aqueles ligados aos setores médios assalariados. No Ceará, em “79”, ocorreu uma greve dos professores da rede estadual. Em Juazeiro do Norte, os principais indícios de mobilização estiveram concentrados na Escola de 2º grau Adauto Bezerra. Nesta instituição de ensino, se deu um ensaio de unificação entre professores e estudantes. Um grupo de alunos, que principiava a articular um teatro virtualmente amador, decidiu realizar uma diminuta peça em que a temática central era uma greve de trabalhadores. Nota-se a mudança temática. Neste aspecto, há mais ousadia, afinal houvera uma mudança de conjuntura. Com raríssimas alterações, esse agrupamento de alunos constituiu o “Grupo Acauã”, cujo nome, de plano, evidenciou a sua filiação à tradição regional.

Pois bem, é nesse momento também que o “Grupo Mandacaru” tornou-se visível em uma perspectiva de agrupamento artístico, depois de conquistar o segundo lugar no Festival Regional de 1978. Não é demais trazer à memória o seu compromisso quanto à tradição regional. Na quadra do seu surgimento, o “Matulão”, embora seriamente alterado, não desaparecera, para que não tomemos os ciclos que didaticamente adotamos por um quadro caracterizado de divisões estanques. Quanto ao fato de que representasse um recuo na análise da temática da seca, não dispomos de elementos que

nos permita afirmar isso tão categoricamente tal qual se posicionou Sione Sabiá, uma vez que não conseguimos recuperar a letra de “Lágrimas na seca”, de Marcílio e Isidro.

Para o nosso estudo - considerando os objetivos que previamente definimos - se torna mais importante chamar a atenção para as presenças de Delamário e Azul ¹⁷⁸na formação do grupo. É na casa do primeiro e com forte presença do segundo que se reuniu um dos primeiros núcleos organizados de militantes do Partido dos Trabalhadores, já nos primeiros anos da década de 1980.

Um pouco antes do Acauã e do Mandacaru, surgiu em Juazeiro do Norte o Grupo Anta, que funcionou até 1984. “Cícero - o levita do sertão” foi uma das suas principais encenações e ficavam ali evidentes os seus laços de contiguidade¹⁷⁹ com o regionalismo e o misticismo próprios às raízes culturais do Cariri. Dirigido por Francisco Feitosa, a temática política não era aparentemente o forte do grupo, ainda que a peça “Identidade”, de Anchieta Moraes, insinuasse um desprendimento no tocante aos temas não diretamente políticos.

Acauã, Mandacaru e Anta - três grupos, três caminhos?

De forma condensada, poderíamos falar de dois caminhos. No caso do “Grupo Mandacaru”, parte significativa dos seus membros voltou-se, de feito, para vida artística, em particular, Marcílio Homem, que se tornou um dos mais importantes violonistas cearenses. Do mesmo modo, os representantes do “Anta” se tornariam as principais referências do teatro juazeirense no período subsequente de redemocratização. Inversamente, os membros do “Grupo Acauã”, gradativamente, vão se dispersando e a maioria passou a se concentrar em atividades que, em linhas gerais, faziam com que passassem ao largo das atividades teatrais. Para não sermos inteiramente injustos, alguns dos seus membros ainda se dedicaram a pintura e a poesia de vanguarda, se afastando das temáticas regionais.

Por que falamos de dois caminhos?

¹⁷⁸ Esteve na linha de frente de uma mobilização na UNIFOR, quando já residia em Fortaleza, na primeira metade dos anos 1980, participando inclusive da greve de fome que findou sendo o signo do movimento.

¹⁷⁹ As informações nos foram fornecidas por Josefa de Oliveira – ex-membro do grupo Anta (Diário de Pesquisa, conversa entabulada em 05-01-2009) e enriquecidas pelo texto de Anchieta Moraes (1983).

Queremos com isso destacar que um setor se aprofundou no campo das manifestações artístico-culturais, ao passo que uma segunda tendência se afastou diretamente desse foco, ainda que não o fizesse de todo e de imediato. Desse segundo caminho surgiram as bases para reorganização da esquerda política.

Essa interpretação aparece de ante-sala para próxima seção, mas antes disso seria interessante adicionar algumas questões.

Primeiro, uma concisa recuperação da trajetória do “Grupo Anta” nos parece bastante útil para compreender o grau de relação entre a sua linha mais geral e o contexto de agonia do regime militar. Colocando o problema nestes termos, aliás, permitimo-nos rememorar o fato de que o ano da criação do grupo é coincidentemente o da explosão operária que veio da ABC paulista. Esse era o quadro amplo, embora não existisse qualquer relação de causa e efeito entre o fato geral e o surgimento do grupo. Opinamos, todavia, ser proveitoso relacioná-lo às questões mais gerais que se davam por essa mesma época.

Desde logo, assinalamos que a melhor síntese quanto à trajetória do “Grupo Anta”, das que tivemos acesso, saiu da pena de Anchieta Carlos de Moraes, um dos seus membros mais proeminentes:

Em 1978, Francisco Feitosa cria o Grupo Anta, o primeiro grupo juazeirense a ser registrado como entidade pública municipal e estadual. Formado por Francisco Feitosa, Anchieta Carlos, Robério Rocha, Maria José Sales, Silvana Chaves, Joaquina Carlos e outros, o ANTA já coordenou mais de 200 apresentações. Entre várias peças, acentuam-se “Navalha na Carne”, de Plínio Marcos, a “Consciência de Leidguima”, “De Quem Era a Fantasia” e “Almas Ninfas”, de Maria José Sales, “Liberdade Para as Borboletas”, de Francisco Feitosa Chaves, “Identidade”, de Anchieta Carlos de Moraes e “Cícero, o Levita do Sertão”, de Francisco Feitosa Chaves (BOLETIM DE CULTURA, ANO I, Nº 1, NOVEMBRO DE 1983)

Observamos, sem detença, a temática multifacetada do “Grupo Anta”, que recolheu e acrescentou algo ao que já fora desenvolvido pela dramaturgia caririense, vindo do professor Walter Barbosa, passando por Maria dos Remédios e chegando a Renato Dantas. O Anta é o herdeiro, é o fio de continuidade de uma tradição, daí o misticismo e o regionalismo entre os seus temas. Por outro lado, a perspectiva social já estava posta na proposta teatral de Remédios, ilustrada pela encenação de “Morte e

Vida, Severina”, tendência que seguiu acompanhando parte dos trabalhos de “Construção 10” e ressurgiu com a encenação de “Navalha na Carne”, de Plínio Marcos, aonde a marginalidade de um submundo vem à tona em toda a sua intensidade. Chico Buarque continuou exercendo a sua influência sobre as mulheres e os homens de teatro do Cariri. Ele que inspirara o “Grupo Construção”, está de corpo inteiro em “De Quem Era a Fantasia”, da “antista” Maria José Sales, a Mazé Sales.

Feitas essas ligeiras observações, já é possível indagar: amotinados ou conformistas, de que forma se postaram os membros do “Anta” ante a influência externa de uma conjuntura em que toda uma geração se equilibrou no fio da navalha?

Dir-se-ia que nem amotinados e nem conformistas. Na realidade, não havia também da parte deles uma proposta articulada de confrontar ao regime militar. Apesar disso, o trabalho do grupo poderia ser inserido - com muito esforço - na “estética da resistência”, vez que não deixou de insurgir-se, do seu jeito, contra a coerção político-ideológica instalada no país. Em suas preocupações, o foco privilegiado era a cultura e não a política, mas em circunstâncias de cerceamento das liberdades não renunciaram inteiramente em cutucar o “rei mal coroado/ (que) não queria/ amor em seu reinado”. Aqui, a contradição entre resistência e resignação encontrou o seu termo mais completo.

Um segundo ponto é atinente ao “Grupo Acauã”. Começando pela apresentação de enquetes na Escola de 2º Grau Aauto Bezerra, logo ganharia os teatros juazeirenses, entre eles o Teatro Municipal e o dos Salesianos. Antes de examiná-lo, sucintamente, lembremos que ele surgiu já com inclinações políticas. A princípio, nomearam-no OL-1ªA (Organização de Libertação do Primeiro “A”), uma referência à Organização de Libertação da Palestina (OLP). Os seus membros não demoraram a utilizar a dramaturgia ao feitio de um recurso de protesto político. Uma curta e polêmica peça (“A greve”) sobre um movimento grevista de trabalhadores foi ilustrativo dessa postura. Tratava-se de uma greve de operários, mas foi encenada em um momento em que o governo do estado - que tinha o coronel Virgílio Távora em seu comando - enfrentava a primeira greve geral da categoria desde a implantação da ditadura militar. Com efeito, os estudantes estavam influenciados pelo clima que se abriu com as greves metalúrgicas do ABC, mas o propósito era se solidarizar aos professores e ao seu movimento paredista.

Outra questão se coloca. Em seu desenvolvimento, no entanto, ele se vinculou ao regionalismo, a partir do próprio nome com o qual a “OL-1ªA” foi rebatizada: “Grupo Acauã”. A sua primeira apresentação fora dos muros da escola se resumiu a um “novelão” acerca de desencontros familiares: “Pai João”. Já corria o ano de 1980.

No ano seguinte, ao participar do 1º Festival Intercolegial de Teatro, realizado no Teatro dos Salesianos, a vocação para os temários sociais e segmentos marginalizados se mostrou bastante vívido. A peça “Cárcere” trazia em seu bojo uma legião de tipos despossuídos: o preso político, a prostituta, o travesti etc. Na noite da premiação, as medalhas de honra ao mérito foram atiradas para o alto pelos membros do grupo. Tratou-se de um ruidoso protesto contra a decisão do júri, que premiou agrupamentos do Ginásio Municipal Antônio Xavier de Oliveira (GMAXO) e dos Salesianos. Apenas um dos membros teve a delicadeza de receber a sua medalha (além de recolher as que foram entornadas no chão): o futuro vigário Sebastião Bandeira.

Depois desse episódio, o grupo difundiu o seu trabalho, no caso, a peça “Cárcere” em diversos espaços, inclusive para o público da periferia da cidade, em geral, alijado do circuito teatral. Concomitantemente, ensaiou uma peça de conteúdo histórico, tematizando a Revolução Francesa, mas o grupo - que em seu auge reuniu mais de 20 componentes - começou a se esgarçar, vitimado por suas próprias contradições internas. A Revolução Francesa ficou, então, restrita aos Manuais de História.

Em seu curto trajeto, de pouco mais de dois anos, o “Grupo Acauã” foi composto por um núcleo fixo e ao redor deste núcleo se fizeram composições as mais variadas. Essa, na essência, é uma das suas composições: José Carlos Morais Uchoa, (Maria) Assunção, João Ernesto Tavares, Fábio José Cavalcanti de Queiroz, Sebastião Bandeira, Francijone Nepomuceno Monteiro, Márcia Leite e Sidney Rocha.¹⁸⁰

Entre 1982 e 1983, o núcleo duro do elenco constituiu um derivativo do “Grupo Acauã”: o “Grupo Choque”. Este, contudo, teve vida breve, e coerente com o seu lema “Choque é movimento”, transformou-se em “Grupo Chokista Marxista”. A partir desse momento, vai declarar guerra às tradições regionalistas, adotando uma perspectiva

¹⁸⁰ Sidney Rocha é hoje um autor consagrado nacionalmente, em particular depois do êxito do seu livro de contos Matriuska, publicado pela editora Iluminuras. É também autor do romance “Sofia, uma ventania para dentro”, vencedor do prêmio Osman Lins de Literatura.

vanguardista e cosmopolita. O contato tardio com a pintura abstracionista, a poesia concreta, o poema processo e a vanguarda paulista de Arrigo Barnabé marcaram a base teórica do grupo. Doutro lado, a recepção tardia de um marxismo superficial reforçou o giro para os problemas sociais e o engajamento político. Em pouco tempo, vai se tornando mais marxista do que propriamente chokista. O foco privilegiado era cada vez mais a política e não a arte.

Em janeiro de 1984, quando ocorreu a semana anual do Centro Acadêmico de Juazeiro do Norte (CAJUNO), que reunia universitários da região que estudavam, sobretudo, nas principais capitais nordestinas, uma parte do grupo já se reivindicava do PT, desde 1982, quando o partido concorreu, pela primeira vez, a uma eleição. Terminada a semana, o agrupamento cumpriu outro dos seus lemas: “Choque é rompimento”. Da ruptura e posterior ampliação do núcleo original surgiu a Convergência Socialista, uma corrente interna do PT, de conotação trotskista. O foco, agora, era definitivamente a política. Os artistas e ativistas agora eram somente ativistas. Em vez de regionalistas, se colocavam em uma postura internacionalista no espírito da revolução permanente de Leon Trotski.

Nesse contexto, as raízes da crítica à ditadura no campo cultural se expandiram e alcançaram a arena política. Por isso, parte do “Mandacaru” e uma facção ponderável do “Grupo Acauã”, considerando o personalíssimo itinerário de metamorfoses deste último, acrescentarão às armas da crítica cultural as armas da ação política cotidiana. De nossa parte, não há o propósito de engendrar uma mistificação. Ou seja, não queremos corroborar com a tese de que a evolução da linha cultural resultou em uma definição política. Não é bem assim. Não podemos deixar de perceber que artistas e intelectuais das gerações anteriores também se engajaram partidariamente. Eventualmente, a própria Sílmia Sobreira, nos anos 1970, se filiou ao MDB e concorreu a uma vaga na Câmara Municipal de Juazeiro do Norte. À luz dessa convicção, no entanto, assinalamos que no marco de uma situação de quase ocaso da ditadura militar, abriram-se leques de possibilidades no terreno da organização político-partidária que não estiveram dados nos períodos imediatamente anteriores.

Em definitivo, pode-se dizer que, à luz das informações disponíveis, a militância política - nos anos 60 e 70 do século passado - se realizou praticamente em uma zona crepuscular. Não nos surpreende as relações de Jefferson Albuquerque e Eudoro

Santana com a Ação Popular. Esse fato é um presságio de que havia algo mais profundo no âmbito da organização clandestina. Antes de concluir essa passagem, recordemos que Eudoro Santana não é explicitamente identificado aos movimentos culturais ocorridos no auge da ditadura. Inversamente, Jefferson, em que pese a sua militância política no movimento estudantil, em algumas das principais capitais nordestinas, tem o seu nome, ainda hoje, vinculado à criação artística, nomeadamente a área cinematográfica.¹⁸¹

Com semelhante síntese, queremos destacar a função social de vulto - e em alguns casos de franco engajamento político - cumprida por artistas e movimentos por eles organizados. Para o “comum dos mortais”, poderia ser uma exposição a mais, um filme a mais, um festival a mais. Usualmente, para alguns artistas até seria assim. Sem dúvida, não era assim para Jefferson Albuquerque, que aprendeu no M.E e no cerne de uma família de irmãos¹⁸² politizados, a significação da ditadura militar, bem como a necessidade de derrotá-la. Num certo sentido, o seu vaivém por Fortaleza/Salvador/Crato/Brasília - e até pelo Chile de Allende - era produto direto de uma época em que a maquinaria militar submeteu o país a uma ditadura institucionalizada. Perseguido nos grandes centros, Jefferson voltou para o Cariri e contribuiu decisivamente para tornar as suas tradições culturais ainda mais ricas e críticas.

É relevante resgatar o trecho de um artigo por ele publicado no jornal Nação Cariri, quando destacou que “numa época daquela (...) qualquer assunto que tratasse de cultura” poderia ser encarado de “subversão” (ALBUQUERQUE, 1981/1982). Essa é a

¹⁸¹ Só para ficar em alguns trabalhos, lembramos que Jefferson Albuquerque Júnior dirigiu curtas-metragens (um filme sobre Patativa, um segundo sobre a legendária artesã juazeirense “Dona Ciça do barro cru” e outro acerca dos músicos camponeses do Crato então entre os seus principais trabalhos na modalidade); foi um dos cenógrafos do longa-metragem “Amantes da chuva” (de Roberto Santos); fez a direção de arte do laureado curta-metragem “O último dia de sol” (Nirton Venâncio), que tem como pano de fundo o golpe de 1964; por fim, foi um dos responsáveis pela cenografia do superpremiado longa-metragem “Eles não usam Black-tie” de Leon Hirszman.

¹⁸² Sem sombra de dúvida, não há como nos lembrar da politizada família Albuquerque, da cidade do Crato, sem mencionar o nome de Ângela de Figueiredo e Albuquerque Mattos. Sobre ela, assim se pronunciou o seu irmão Jefferson de Albuquerque Júnior: “Lutou contra a ditadura, casou, foi presa, torturada (física ou psicologicamente) e exilada no Chile de Allende. Especializou-se em Sociologia. Em 1973 a revê em Santiago, não mais como um irmão alienado, como ela me achava nos tempos de secundarista, mas já também na luta contra a ditadura militar, dentro do movimento estudantil, também já preso por esta participação e buscando o exílio, meio hippie” (2009:123/124). Com a queda de Allende, Ângela mudou para Colônia (Alemanha), voltando ao Brasil com a lei da anistia. Lamentavelmente, em 1980 veio a falecer em um desastre de automóvel, já morando em Recife. Tinha apenas 34 anos.

peculiaridade histórica que transformou a cultura em uma força subversiva. Em certa medida, a tensão entre as manifestações culturais e a ditadura induziu esta última a fixar a censura, geral e irrestrita, de política de Estado.

Durante os anos do regime militar essa tensão se revelou nas páginas de jornal, nos festivais da canção, nos palcos dos teatros mais modestos e na participação de artistas regionais em atos políticos favoráveis a retomada das liberdades democráticas. A palavra resistência se tornou o eixo que foi capaz de unir gerações de artistas e intelectuais de classe média do vale do Cariri. Em determinados momentos, a voz dessa resistência ultrapassou as fronteiras locais, conforme observamos da experiência do jornal Nação Cariri. Em um dos seus editoriais, lê-se:

Nós, que fazemos o jornal Nação Cariri, nos propomos a uma arte de resistência. Se partimos de uma região, no caso o Nordeste, isto significa apenas que é possível a luta a partir de espaços marginalizados. Partimos de uma constante revisão crítica da arte feita (até agora), quer pelas camadas marginalizadas, quer pelos setores dominantes da sociedade, quer num contexto regional (Cariri/Ceará/Nordeste), quer num contexto nacional. É aí que a proposta extrapola os limites geográficos e se afirma como movimento maior, integrando artistas que comungam a resistência em vários estados do Brasil (NAÇÃO CARIRI, Crato/Fortaleza, setembro/outubro - 1981).

Nota-se no texto/editorial que a sua chave explicativa se manifesta vivamente em uma palavra: resistência. O editorial, contudo, vai além deste problema nodal, reacendendo a discussão em volta do tema do regionalismo e vinculando-o a uma perspectiva mais global. Mas essa perspectiva, em última instância, decorre da efetivação da palavra-chave: “integrando artistas que comungam a resistência em vários estados do Brasil”. Tomando o texto na forma de objeto, afirmamos que a expressão resistência tem aí inicialmente um cunho culturalista, mas pelo conteúdo da situação, inevitavelmente, encerra um caráter político.

Continuando à apreciação da letra do texto-manifesto, opinamos que, com vistas a compreendê-lo, nele não devem ser menosprezadas as contribuições e referências que reivindicavam os construtores da Nação Cariri. Ainda que sem zelos excessivos, não há de se desmerecer o papel cumprido pelos influxos externos na reelaboração de artistas e intelectuais cuja ligação com o local é cabalmente documentada. Para que capturemos a intensidade desses influxos externos, citaremos longamente uma passagem do editorial

em que os seus autores revelam uma ampla abertura para o intercâmbio com um entorno que era, simultaneamente, nacional, latinoamericanista e internacional:

Arte de resistência é arte independente, que compreende o processo histórico vivido por nós e sabe que mergulhar em um regionalismo fechado é abraçar a esterilidade e rever mecanismos nacionalistas fascistas. Interessa-nos o que é bom, forte, vivo, revolucionário, na forma e no conteúdo, o que não nos impede também de usar formas tradicionais quando acharmos que é necessário, como um elemento a mais na confecção mais complexa de um novo contexto. Pablo Neruda e Patativa do Assaré. Eisenstein e Hermano Penna. Karl Marx e Antônio Pires. Severino Pinto e Victor Jara. Cego Oliveira e Maiakovski. Ferreira Gullar e Oswald Barroso. Pachelly Jamacaru e Bom Dylan. Não enxergamos a cultura como algo estático, mas como força dialética, evolutiva e capaz de transformações.

Vê-se que estamos ante um editorial/carta de princípios, localizando o leitor nos preceitos gerais que davam sentido ao periódico, traduzindo, em vermelho viva, a sua alma político-filosófica. Nessa direção, os seus protagonistas estavam nitidamente na contramão da ditadura que agonizava, mas que relutava a sair de cena. Os seus autores refletiam, em última instância, o desejo de uma arte independente e nesta direção, como caso pensado, não deveria desconhecer o processo histórico. “Arte de resistência é arte independente”, dizem eles. Essa passagem faz recordar o manifesto da Federação Internacional por uma Arte Revolucionária Independente (FIARI), de André Breton e Leon Trotski, embora Rosemberg Cariri, por exemplo, militasse politicamente na mais antitrotskista das agremiações de esquerda: o PCdoB. Independente disso, a alusão a uma arte independente tem a significação de se declarar guerra à tirania institucionalizada.

As alusões, contudo, não cessam. Da África e do seu contributo à luta pela descolonização até “o último poema que Atahualpa recitou antes de cair”, elas seguem. Mais adiante, surgem e se destacam novas referências que reforçam às primeiras menções:

Agostinho Neto e Zumbi. Caldeirão do Beato José Lourenço e Santa Maria de Iquique. A invasão de cidades pelos flagelados nordestinos e a última greve da Fiat. As lutas e os cantos de resistência de todos os povos oprimidos. Necessariamente, com mais profundidade, o nosso.

Essa explanação histórico-sociológica nos remete à compreensão de um agrupamento de artistas consciente dos movimentos que realizava e dos objetivos que perseguia. Nesse contexto, atuou como uma fração das mais relevantes na luta pelo restabelecimento das liberdades políticas. Em suma: essas pessoas tanto estavam preocupadas com o fazer artístico e com a região de onde se originavam quanto com as transformações sócio-históricas que o presente exigia.

Ao fim e ao cabo, resumiram o seu intento: “Fazemos arte de resistência. Saber do mundo para escrever poesia sobre Juazeiro do Norte, saber de Juazeiro do Norte para escrever uma carta desaforada aos poderosos”.

No expediente do periódico saltam aos olhos os nomes de artistas e resistentes da longa noite da ditadura. Artistas e resistentes que tiveram sempre a região, ora tal um santuário, ora qual um ponto de referência inicial. Dentre eles: Jakson Bantim, José Wilton, Francisco Airton, Luis Karimai, Stênio Diniz, Geraldo Urano, Pachelly e Abidorral Jamacaru, Luis Carlos Salatiel, Patativa do Assaré e Jefferson Albuquerque.

Se a vivência histórica fez essa proposta tropeçar em suas próprias ambiguidades e limites, com certeza não a apagou como expressão de um tempo em que fazer arte era sinônimo de subversão. Não seria também menos verdadeiro dizer que os artistas caririenses aí escreveram os seus nomes, dir-se-ia que de modo ineliminável. Devido a sua posição histórica, o jornal Nação Cariri poderia ser tomado como um ato de síntese entre as diversas gerações. Ou melhor: atuou, num certo sentido, por um elo entre aqueles que enfrentaram o regime bonapartista em seus primeiros passos e a jovem geração que foi às ruas, entre 1983 e 1984, retinindo o brado que se espalhou nacionalmente de “Abaixo a Ditadura”.

Embora o jornal retratasse melhor o ponto de vista da segunda geração de artistas, que alcançara um grau bastante acentuado de amadurecimento cultural e político, não deixou de resumir e concentrar, em suas páginas, o significado da ação de intelectuais e artistas naquela quadra da vida brasileira. Uma ação que se voltou para vida política sem perder o olhar de quem escolheu a cultura por caminho. Quando uma parte do terceiro ciclo de artistas colocou o caminho político de forma prioritária já o fez em abono de outra reflexão. Os tempos já eram outros e a esquerda já respirava para além da dureza dos “aparelhos”. A essa altura, distinguia-se por aspirar reaver um terreno que fora perdido em duas décadas de ditadura. Acolhendo essa linha de reflexão,

setores desse derradeiro estrato de artistas resistentes largaram - ou colocaram num segundo plano - a imaginação artística e se lançaram no turbilhão da política.

A análise em tela é mais um esquema do que uma reprodução irrepreensível da realidade. Esse esquema, todavia, foi o resultado prudente de um longo esforço de aproximações sucessivas, significativo de uma persuasão íntima de que era possível acercar-nos o mais próximo possível daquilo que efetivamente ocorreu.

Decididamente, esses artistas de classe média não podem ser vistos senão como aqueles que a pensadora liberal, Hannah Arendt, com muita propriedade, definiu de *homens em tempos sombrios*. Mas, sobretudo, homens e mulheres impertinentes. Souberam com a sua poesia, a representação cênica, a música ou um artigo aparentemente imprudente levantar-se sobre o fundo comum de um tempo em que a disjuntiva ceder ou enfrentar não poderia ser descartada.

À pergunta - amotinados ou conformistas? - respondemos: nem uma coisa, nem outra. Os artistas carienses, de ordinário, podem ser definidos por sujeitos de uma resistência objetivamente pressentida. Nestes termos, não deixaram de se orientar brechtianamente, quer dizer:

(Conciliaram) a preocupação artística com a preocupação política sem nunca submeter uma à outra, mas justamente encontrando um novo e surpreendente significado para ambas (PEIXOTO, 1977:25).

IV. INTELLECTUAIS E ATIVISTAS POLÍTICOS DE CLASSE MÉDIA VERSUS ESTADO MILITARIZADO: PÁGINAS DA RESISTÊNCIA

A) UM PREÂMBULO

Em princípio, pode parecer uma mera tautologia da nossa parte aos empregamos o conceito de Estado militarizado, uma vez que o Estado, na ótica marxista clássica, antes de tudo, é um exército de homens armados. “Antes de tudo” não quer dizer unicamente, mas que a máquina estatal não sobrevive sem o seu aparato armado e que este, em última hipótese, cumpre uma função decisiva para manutenção da estrutura institucional própria de uma sociedade organizada em volta de um critério: a dominação de classe.

Acontece que as FFAA não governam diretamente. A administração da máquina estatal, de ordinário, não é exercida por seu braço. Em 1964, no entanto, o Estado-Maior das Forças Armadas se transformou em Estado-Maior da Nação. Quando isso acontece não nos parece de todo ilógico e incoerente falarmos de Estado militarizado. É contra ele que se insurgiu um leque de intelectuais e ativistas. E eles, de fato, não se insurgiram contra o Estado em geral, salvo raríssimas exceções, mas contra a acepção militarista assumida por este em uma dada quadra da vida brasileira. Este, a nosso ver, foi o caráter de que se revestiu a resistência, por exemplo, no Cariri.

Para sermos mais exatos, os trotskistas - que colocam no horizonte a necessidade de aplastamento do Estado burguês, e não apenas da sua versão militarista - só se organizaram no Cariri nos estertores do regime militar e, de modo geral, o PCB, que era a principal força de esquerda existente na região, não só durante o golpe, mas nos anos subsequentes, já adotara a possibilidade de reforma do Estado e qual seria o caminho da revolução brasileira. Nesse sentido, a resistência no Cariri se faz fundamentalmente na perspectiva de inverter uma lógica em que a sociedade e a estrutura estatal dela resultante estavam sob o signo da espada e da baioneta.

Essa resistência foi conduzida, em primeiro lugar, por intelectuais e ativistas de classe média, sob o signo das mais distintas e inesperadas combinações. Esses intelectuais e ativistas abrangiam ideologias as mais amplas, mas, antes de tudo, encerravam nexos extensivos ora com o comunismo, ora com o nacionalismo. Foram essas duas correntes ideológicas que estiveram presentes e que atuaram de forma mais viva na formação política das camadas médias intelectualizadas que resistiram aos mecanismos do poder militar refletidos no Cariri. Foram, enfim, dessas camadas de onde saíram os ativistas que nas ruas, escolas, universidades, imprensa e outros espaços deram o combate pela retomada das liberdades democráticas. Se nas páginas anteriores voltamos a nossa reflexão para o campo artístico, procurando identificar as características e os atores sociais da resistência neste espaço, aqui pretendemos ampliar essa reflexão, enveredando para análise das organizações políticas, dos ativistas a elas ligados, bem como a um setor da intelectualidade que reagiu criticamente à usurpação marcial. Desse modo, pretendemos explorar aqui menos o enfoque do campo artístico do que exatamente o do campo político, visto que embora as pessoas sobre as quais falaremos não se furtassem em dialogar com a esfera artística, estabeleceram o seu

combate à ditadura partindo diretamente da atividade política. É este o centro da presente seção.

Resumidamente, essas são em nosso entendimento, questões preliminares que deveriam anteceder o exame da temática específica de quem e como, na região do Cariri, na ordem deste campo, resistiu à militarização social e política que acompanhou o desenlace dos acontecimentos de março/abril de 1964.

Efetuados os devidos esclarecimentos, adentremos agora na análise dos aspectos mais nitidamente políticos da resistência.

B) QUANDO ZÉDEBRITO FOI À GUERRA: BANCÁRIOS E ESTUDANTES CONTRA A DITADURA

Usualmente, a literatura especializada que tem se debruçado sobre os acontecimentos de 1964, destaca o caráter diminuto, quase inexpressivo da resistência política ao golpe de Estado. Por que não reagiram os trabalhadores? Por que o movimento estudantil foi incapaz de organizar a juventude, em larga escala, para fazer frente aos acontecimentos?

Para o homem comum, a quem a vida política se apresenta de um ponto distante, as coisas provavelmente parecessem amplamente confusas. Num quadro político de polarização, tendo em seu pano de fundo uma radicalização social, os que dedicam mais tempo da sua vida a trabalhar nas fábricas do que ao acompanhamento *pare passo* da vida política, tendem a compreender com mais lentidão os aspectos mais profundos da conjuntura. Dizem que abelhas e cães são seres vivos que tendem a sentir o cheiro do medo. Como se sabe, o gênero humano conviveu durante longo período da sua existência entre abelhas e cães, e, provavelmente, não deve haver esquecido de toda essa função instintiva. Imaginamos também que por instinto qualquer indivíduo, classe ou fração de classe tende a observar a aproximação do perigo. A nossa hipótese é que os trabalhadores pressentiam a aproximação do perigo e estendemos essa conjectura para o movimento estudantil.

Por que, então, a resistência se fez tão acanhada?

No primeiro capítulo da Tese, ao reconstituir o panorama político da região cariense no momento da intervenção militar, não nos furtamos de examinar essa equação aparentemente difícil. Reforcemos o que foi dito. Nos meses que precederam aos acontecimentos de março/abril de 1964, as lideranças trabalhistas e comunistas, não raramente, adotaram uma conduta típica do triunfalismo auto-suficiente que precede grandes derrotas. Quando a sublevação militar adquiriu corporeidade e nitidez, se diminuíram frente ao inimigo em marcha. Cometeram dois erros simétricos, ainda que distintos em seu conteúdo, em dois momentos cruciais: antes e durante a eclosão do movimento golpista. No primeiro momento, subestimaram os inimigos do campo reacionário para no instante decisivo inflarem as suas forças.

No caso do PCB, sistematicamente apelaram para a hipótese de uma aliança com um “setor progressista” da burguesia, fator que permitiria uma marcha tranquila e quase pacífica à etapa socialista. Quando os militares saíram dos quartéis e assumiram um posicionamento que sinalizava para o início de uma guerra civil, uma parte da burguesia dita nacional se irmanou aos golpistas, enquanto a outra tomou o caminho do aeroporto. Em nome da tática de não derramamento de sangue, abriram-se as comportas para que se derramasse o sangue de operários, camponeses, estudantes e soldados fiéis à legalidade.

Concomitantemente, a direção do Partido Comunista ensejou uma segunda mistificação: a existência de um suposto e infalível dispositivo militar, fiel a João Goulart e à legalidade. Quando os fatos se precipitaram e Mourão Filho se deslocou de Minas em direção a São Paulo, quase de chofre veio a lume o logro dessa caracterização.

Desmistificadas as teses da burguesia nacional consequente e aliada do proletariado e do dispositivo militar inextirpável, o que restaria fazer? Esse era o dilema da direção do “Partidão” no momento em que era necessário reagir à ação militar-burguesa.

Começou, assim, a contagem regressiva para o êxito das elites civis e militares que estiveram por trás dos acontecimentos de março/abril de 1964. Quando o PCB, através do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), ensaiou a proposição de uma greve geral era o sinal mais seguro que o desespero já batera a porta. Pelo gigantismo da tarefa, fazia-se necessária uma ampla preparação, e como nada disso houvera de fato,

somente uma mescla de desespero e sensação de impotência poderia explicar essa proposta colocada francamente em abstrato.

Em todo caso, surgiram esforços isolados de resistência que ao se processarem sem a indispensável organização, foram arrastados pela força das coisas, leia-se: pela movimentação golpista de matiz burguesa. Há um tempo de floração, mas também de preparo do solo, notadamente se estamos nos reportando ao desconcertante solo da história. Considerando que as lideranças trabalhistas e comunistas não prepararam os trabalhadores e a juventude para o que ameaçava acontecer brevemente, esse tempo de floração, inclusive à falta de uma adequada perspectiva histórica, se deteve, recuou e guardou os seus frutos para um futuro indeterminado.

Além disso, em especial, ocorreram também ilusões de que lideranças políticas e governantes estaduais, de corte “progressista”, nomeadamente Miguel Arraes (PE), Leonel Brizola e Mauro Borges (GO), pudessem encabeçar uma vertente democrática contra o golpe de Estado. José de Brito Filho, cariense, no momento em que o aparelho estatal caiu nas mãos dos golpistas, pegou a família, foi para Pio IX, um minúsculo município do Piauí, situado a 444 km da capital Teresina, se dirigindo depois para Goiás, onde esperava que o governador resistisse à ação reacionária. Quando adentrou em território goiano, tomou conhecimento da capitulação de Mauro Borges.

Nunca é demais agregar que, de um lado, a prisão de Miguel Arraes, e doutro, o caminho do desterro político, adotado por Brizola, representaram os derradeiros lances que puseram um ponto final nas ilusões de que esses representantes da burguesia democrática fossem de encontro à quartelada.¹⁸³ José de Brito Filho (2009), por exemplo, não tardou bater em retirada de Goiás: “Eu fui para lá para me engajar na luta e quando cheguei lá, ele (o governador de Goiás) tinha capitulado”. Enquanto isso, na cidade do Crato, o seu pai, José de Figueiredo Brito, admirador de Luis Carlos Prestes, sem jamais haver integrado as fileiras do PCB, era preso, sob a acusação de ser um subversivo.

Com o corte histórico representado pelo golpe de Estado de primeiro de abril de 1964, maçons (em menor medida) e comunistas (em maior medida) cratenses foram os alvos preferenciais do regime policialesco em processo de franca montagem. Por que

¹⁸³ Leonel de Moura Brizola ensaiou uma resistência do exílio para dentro. A malfadada Guerrilha do Caparaó é parte desse ensaio. Vide Capitani (2005).

maçons e não somente os comunistas? De um ponto de vista muito particular, em Crato maçonaria e comunismo estabeleceram laços suficientemente nítidos. Sobre isso, o depoimento de José de Brito Filho (2009) é elucidativo. Em suas palavras, “havia um entrosamento muito grande” entre membros das duas organizações e, nesse marco, embora “nem todo comunista fosse maçom e nem todo maçom fosse comunista”, o PCB quase sempre recebeu o apoio da maçonaria, ou, pelo menos, de parte dos pedreiros-livres.

Em suma, partindo do fato de que “muitos eram maçons e eram do partido comunista”, os membros de duas organizações estrategicamente bem distinguidas terminaram por sofrer conjuntamente os reveses da introdução no país de um regime militar bonapartista.

Em uma área de importância relativamente secundária, a intelligentsia se tornou um alvo a ser atingido pela “Operação Limpeza” que se seguiu aos acontecimentos de primeiro de abril. Na prática, militavam na Loja Maçônica e no Partido Comunista parte da intelectualidade cratense e para ela se voltaram os olhos e ouvidos do obscurantismo político resultante da quartelada. Debaxo do teto autocrático, foi acomodada uma geração de intelectuais de classe média. Aliás, acomodada em celas e depósitos para que respondessem a uma só e irritante acusação, a de que eram comunistas.

Quando Telma de Figueiredo e Heitor Bezerra de Brito, filhos de José de Figueiredo Brito, resolveram recuperar a trajetória e as lutas do pai, não se esquivaram de homenagear aos ativistas e intelectuais cujo percurso e ideário estiveram intimamente ligados ao principal personagem do livro. Percurso e ideário que, com certeza, chamaram a atenção dos agentes da ditadura. Na obra dos irmãos, esses ativistas e intelectuais são apresentados na condição de “companheiros de lutas e idéias libertárias de nosso pai”. Entre eles incluía-se o próprio primogênito.

Constam da relação nomes que frequentemente estão conectados à luta contra o sistema de poder militar - em seus primeiros anos - em terras caririenses: Francisco Ferreira de Assis, Ernane Silva, Juvêncio Mariano, Otacílio Anselmo, Wellington Alves de Souza - Tontom, Geraldo Alves Formiga, Elói Teles de Moraes, José F. de Brito Filho, Rui de Figueiredo Bezerra, Francisco Ivan de Figueiredo, José Valdesley Alves e José de Paula Bantim.

Pode-se dizer que a história desses homens quase nunca esteve separada das grandes questões do seu tempo. Eram o que, em linguagem da época, chamaríamos de “homens de idéias”. A história de parte deles se confundia à da organização comunista em um ambiente social em que o catolicismo era gritantemente majoritário e historicamente sempre exercera uma função explícita de controle social. Nesse ínterim, usara o seu poderio para sustentar qualquer mínimo avanço da doutrina e da organização próprias ao comunismo. Com a progressiva deterioração dos indicadores de liberdade, dessa e de muitas outras maneiras, os comunistas, amigos e simpatizantes da causa foram intensamente perseguidos.

A hierarquia católica, como é arqui-sabido, foi um dos pilares do golpe. Através dela se fortaleceu o que aqui denominaremos de ideologia aglutinadora: o anticomunismo. Em torno dela, se juntou do padre ao coronel, do fazendeiro ao industrial, da inteligência conservadora ao executivo a soldo das multinacionais. Na prática, contudo, essa ideologia aglutinadora não nasceu da noite para o dia, mas fora sendo construída lenta e cuidadosamente. Interessa-nos aqui saber as formas de que se revestiu esse processo em território caririense.

Ribeiro (1989) indicou a pujança político-eleitoral do PCB em Fortaleza, tomando por base a última eleição que o “Partidão” participara - 1947. Nos dados coletados pelo autor, o Partido Comunista se constituía na segunda força eleitoral (quase 24% dos votos), sobrepujado unicamente pela UDN (27,75%). Obviamente, conforme o tabuleiro se movia na direção dos votos do interior, essa porcentagem caía reconhecidamente. De qualquer modo, o partido elegeu dois dos seus membros à Assembléia Estadual Constituinte de 1947.

Certamente, a eleição é um termômetro distorcido do grau real de influência que uma agremiação partidária, de fato, tem nas camadas mais profundas da sociedade, mas não deixa de ser um indicador para o qual não devemos adotar um olhar frio e desprezível. Essa intensa atividade dos comunistas não deve ter passado despercebida pelas representações políticas das diferentes classes, pelos grandes órgãos de imprensa, em particular do “Correio do Ceará”, explicitamente anticomunista e, mais ainda, aos olhos sempre atentos do inimigo histórico: a igreja católica.

Nas eleições de janeiro de 1947, o PCB lançou uma candidatura na região do Cariri, no caso, Lauro Cabral de Oliveira Leite. Esse detalhe também não deve ter

passado despercebido aos membros do clero, sempre atentos à movimentação do inimigo a ser batido. Esse quadro, sob muitos aspectos, caracterizou o conjunto da região caririense, ou para sermos mais exatos, todo interior cearense:

O grande palco da luta ideológica entre Igreja e Comunismo foi, sem dúvida, o interior do Estado onde a primeira mantinha seu domínio secular sobre as populações rurais encontrando aí terreno propício para a sua pregação anticomunista. Contando com o apoio de toda a hierarquia católica, os vigários, muitos deles grandes proprietários e senhores da política local, se sentiam ainda mais motivados para se opor àqueles que pregavam a distribuição gratuita da terra usando para isso o poder de que dispunham e dos artifícios que aquele lhe proporcionava. Os municípios que me mais se destacaram pela combatividade dos seus párocos ao comunismo, foram Sobral, Crateús, Juazeiro, Barbalha, Baturité e Iguatu onde, à medida que se aproximavam as eleições estaduais de 1947, o clima dominante era de batalha campal (RIBEIRO, 1989:95).

Assim sendo, a batalha campal de 1947 preparou a batalha campal de 1964. Para a segunda peleja, aparentemente, a igreja aprendera mais dos fatos, retirara deles as conclusões precisas, em paralelo aos comunistas que, decerto, aprenderam menos e mais debilmente. Mais inclinados a conservar do que a mudar, os párocos foram às ruas nos idos de abril como se liquidassem uma dívida contraída no dia primeiro daquele mês junto aos militares golpistas, venerados, e desde o seu ato, considerados salvadores da pátria. Simultaneamente, as prisões eram abarrotadas dos signatários do “perigo vermelho”.

Para pertinência da análise, a nosso ver, era fundamental trazer à tona esses elementos. A decisão tomada pela igreja, em 1964, de feito, já estava tomada muitos anos antes, ou, quem sabe, muitas décadas atrás. No quarto ano do decênio sessenta, as condições que antes se apresentaram parcialmente favoráveis, então se mostraram plenamente propícias. Coube a hierarquia católica respaldar a ideologia aglutinadora do anticomunismo. Fornecida à justificativa, os militares, do mesmo modo que os líderes políticos e os seus financiadores, poderiam não usufruir um lugarzinho no céu, mas teriam a necessária legitimação divinal para o seu ato de força.

Nesse contexto, os militares poderiam estabelecer a disciplina social exigida por diferentes estratos de classe, nomeadamente dos segmentos empresariais, sem com isso macular a sua suposta retidão histórico-institucional. Fornecida à justificativa, maçons e comunistas, ou, no limite, uma combinação das duas forças, conheceram a expressão

física de um movimento que se justificara a partir da ideologia aglutinadora. Detidos no Crato, eles foram conduzidos a Juazeiro do Norte, sendo, então, definitivamente, ouvidos e encarcerados.

Não tem sentido especular por que os comunistas do Crato estiveram na alça de mira dos agentes da ditadura, sem nos reportarmos à organização do PCB em território caririense. Essa é uma história ainda por ser contada. Aliás, falta um historiador para recompor a história desse partido na região. Esse ponto, certamente, é um complicador para reconstrução dos acontecimentos a que nos propomos, desde o princípio. Nesses termos, seria esse um problema incontornável?

Não devemos excluir a possibilidade de reconstituir os fios dessa narrativa partindo de relatos de testemunhas e do estudo minucioso das margens de uma história oficial que, invariavelmente, exerceu o papel de abastecimento ideológico do anticomunismo na região. Admitida essa conjectura, pensamos não estar frente um problema incontornável.

Segundo vimos, a primeira geração de resistentes foi formada basicamente de comunistas e maçons, cujas instituições foram anteriormente definidas pela igreja de inimigas mortais. Se em Barbalha, a ação policial se dirigiu aos setores mais populares e se em Juazeiro esse esforço foi voltado para detenção de um homem de teatro, um simpatizante do trabalhismo e um comunista de carteirinha, em Crato, foram os pedreiros-livres e comunas os alvos distinguidos.

Uma vez feita essa ressalva, inicialmente cabe-nos recordar que a organização comunista no Cariri recebeu impulso com a introdução do chamado “intervalo democrático”, período histórico descortinado pela derrota do nazifascismo, no plano mundial, e internamente, pela queda do “Estado Novo” e o retorno do regime democrático-burguês. Em Juazeiro do Norte, na hoje Rua Leandro Bezerra, a caminho do Horto, velha estrutura geológica cristalina, local em que se ergueu uma estátua em homenagem a padre Cícero, os comunistas começaram a dar os seus primeiros passos na montagem de uma estrutura partidária que, de resto, sempre se revelou amplamente frouxa. Em um cenário irreconciliavelmente hostil, os comunistas nunca foram em Juazeiro senão uma sombra escassa. Admitida essa dificuldade, verificaremos que a doutrina comunista encontrou um ponto de apoio mais consistente na cidade do Crato.

Até porque o avanço econômico fosse lento, insuficiente, diferentemente de outros pontos do país, aqui a organização comunista se estabeleceu mais vividamente entre os estratos de classe média. Ademais, alguns dos comunistas não se esquivarão de seguirem na condição de maçons. Nessa direção, Aminadar Campos, Arrudinha, José Mariano e Afonso Tavares, de maneira reconhecidamente singular, cumprirão a tarefa de organização dos temidos “agitadores vermelhos” em terras de Bárbara de Alencar.

Esporadicamente, do centro do trabalho que ficava em Fortaleza, se deslocavam quadros partidários que, segundo José de Brito Filho, “vinham para o Crato fazer reuniões, traçavam tarefas, em comum acordo” e “partíamos para o cumprimento dessas tarefas”. Nesse sentido, o partido se engajou em diversas campanhas, entre elas a da eletrificação e da criação do estado do Cariri.¹⁸⁴ Além disso, não se furtou em participar da União dos Trabalhadores do Cariri, hegemônica pelos trabalhistas, e do dia-a-dia das associações e sindicatos. No caso dos sindicatos rurais, os comunistas, impedidos de aí atuar, criaram a sua própria estrutura organizativa, cumprindo papel decisivo nessa tarefa o militante comunista José Leandro, preso na sequência dos acontecimentos de abril de 1964.

À parte isso, algumas das mais vibrantes páginas das narrativas da resistência foram escritas pela geração que veio da Juventude Comunista. A trajetória dessa colateral do PCB é parte das memórias de um dos seus fundadores: José de Brito Filho. Quando o pai voltou ao Crato, em meados da década de 40 do século passado, o filho entrou em contato com alguns jovens adeptos da doutrina comunista: Adovaldo Dantas Brasil, José Fleury de Aquino e Francisco Quezado Cruz. Das reuniões entre os três rapazes e José de Brito Filho surgiu a organização da Juventude Comunista no município do Crato.

Inicialmente, essa juventude disputará palmo a palmo com a igreja, esta sob o comando do monsenhor Montenegro, quem deveria dirigir a União dos Estudantes do Crato (UEC). Depois de anos de disputa, em que, primeiramente, o monsenhor transformava as vitórias comunistas em vitórias de Pirro por intermédio de uma política

¹⁸⁴ Eventualmente, ao longo da História regional, tem sido levantada a bandeira da criação de um estado que abarcasse de forma autônoma os municípios caririenses. Essa idéia remonta o século XIX. Ao longo do século passado, porém, ela ressurgiu em diversos momentos. Em fins dos anos 1950 e começo dos anos 1960, mediante o giro do crescimento econômico em direção a capital cearense combinado a um ligeiro esvaziamento da economia do sul do Ceará, uma vez mais a proposta voltou a ser ventilada e, no Crato, por exemplo, parece haver sido abraçada por comunistas e maçons.

de cooptação, em seu desenvolvimento se desenhou um segundo período quando a igreja se apoderou totalmente da entidade, compelindo os jovens comunistas a mudarem de tática.

Essa inflexão tática se deveu a uma questão concreta. Crato dispunha somente de quatro colégios: o Diocesano, o Santa Tereza e as Escolas Técnicas (uma ligada à Associação Comercial e a Federal Agrícola). Restava aos filhos dos trabalhadores e de parte expressiva de uma classe média menos remediada se contentar ao exercício de uma aprendizagem muitíssimo parcial, alcançando, no máximo, um certificado de técnico contábil ou coisa pelo estilo. Quem desejasse seguir adiante, se formando em Direito ou Medicina, ou mesmo granjeando outro título acadêmico, teria que retirar dos cofres um quantum nada apequenado para bancar os estudos de um adolescente em uma das escolas privadas da igreja: Diocesano e Santa Tereza. Esse também era o caminho natural para os aspirantes ao sonho de uma profissão que tivesse o selo de uma instituição universitária. Salvo isso, caberia aos segmentos mais afortunados deslocarem os seus filhos para os estudos em uma das capitais.

Nesse marco, a juventude comunista decidiu levar em frente uma campanha por uma escola pública de 2º grau para cidade do Crato. Com a UEC sob o comando da igreja, surgiu a proposta de criação de uma entidade que pudesse levar a cabo a referida campanha. Nasceu desse esforço a Frente Estudantil Nacionalista, em 1959. Poder-se-ia dizer que o papel peculiar das classes médias nesse processo foi uma demonstração de que, no contexto da lenta transição sócio-econômica do Cariri, estratos dessas classes poderiam e deveriam cumprir uma função social mobilizadora de primeira ordem. Como de fato se registrou. Ao lado de estudantes, instituições e personagens dos setores médios - maçons, advogados, médicos e intelectuais - se engajaram para ampliar e aprimorar as condições de ensino na “cidade da cultura”.

Durante nove meses, programas de rádio, ações em amplificadoras, pichações, passeatas e outras formas de mobilização colocaram a cidade do Crato quase que suspensa no ar. O ponto alto se deu com a passeata até a casa do vice-governador, Wilson Gonçalves, que, embora natural de Cajazeiras (PB), se envolveu na cena pública em território cratense, ocupando inclusive o cargo de prefeito municipal. Durante uma das suas vindas “à base”, uma multidão de mais de 1000 estudantes ganhou as ruas, exigindo a escola estadual, uma instituição para que, sobretudo, os filhos dos

assalariados médios, efetivamente, pudessem estudar, uma vez que as escolas dos padres e freiras eram para os que tivessem moeda corrente para pagá-las.

Na prática, essa luta da Frente Estudantil Nacionalista garantiu que o governo do estado criasse a instituição de ensino público pleiteada, em 1961. Ao lado da FEN, diversas instituições estiveram na linha de frente desse movimento, mas nenhuma delas, provavelmente, teria a força específica necessária para mover a juventude que ganhou as ruas da cidade em defesa da sua reivindicação. Desse modo, os comunistas cumpriram uma tarefa fundamental em uma conquista que moveu setores expressivos da população cratense.

A professora Zuleide Queiroz resume bem a significação do movimento e daquilo que conquistara:

Fundado em 1961, o Colégio vinha representar os anseios da classe média assalariada do Cariri que não tinha condições de colocar seus filhos nas escolas privadas da Diocese desinteressada de uma educação profissionalizante, como era o caso da educação oferecida pelo Colégio Agrícola do Crato e pela Escola Técnica do Comércio. Na realidade, essa classe buscava um ensino de qualidade que preparasse seus filhos para os cursos superiores ofertados pelos grandes centros ou pela própria Faculdade de Filosofia do Crato (2006: 6)

Na vanguarda desse movimento, maçons, cristãos, e, principalmente, comunistas, tinham as suas crenças, projetos e nomes, dentre os quais poderíamos lembrar: José de Figueiredo Filho, Gilberto Pinheiro, José Pinto Teixeira Mendes, Audísio Teles Pinheiro, José Cléber Callou, José Monzinho de Queiroz, Pedro Rocha Jucá, Valdir Oliveira, José de Paula Bantim e Francisco Pedro de Oliveira.

Sob muitos aspectos, a Frente Estudantil Nacionalista exerceu considerável influência política na cidade do Crato e de 1959 até o ano do golpe contou - em sua evolução institucional - com três presidentes: José de Brito Filho, Francisco Veloso de Alencar e Elói Teles de Moraes. Quando ocorreu a intervenção militarista, do mesmo modo que a UNE foi jogada na ilegalidade, a FEN foi esmagada mal se firmou o levante contra-revolucionário. O livro de atas foi confiscado e o presidente cujo mandato coincidiu com a entrada em cena da ditadura, no caso Elói Teles de Moraes, foi preso e transportado para a cadeia de Juazeiro do Norte. Conforme veremos agora, o primeiro presidente da entidade não teve sorte diferente.

Voltando ao Cariri, pois “não era rato para está correndo”, José de Brito Filho chegou ao Crato, provavelmente seis meses depois da ação golpista. Em depoimento, ele nos disse que vinha sendo procurado em Fortaleza e Crato. Chegando a esta última, foi contatado por dois estudantes que lhe propuseram uma ação incisiva: pichar as paredes da “princesinha” do Cariri. José de Brito, que jamais revelou os nomes dos jovens audazes, nem mesmo sob o interrogatório da polícia, considerou a proposta uma aventura, uma “provocação” que executada terminaria por induzir a uma reação desproporcional, incluindo prisões de militantes e lideranças. Apesar da advertência do já então experiente comunista, a pichação ocorreu e nas horas que se seguiram à sua execução um leque amplo de suspeitos é arrastado para os porões da ditadura, entre eles o primeiro presidente da Frente Estudantil Nacionalista.

José de Brito Filho foi conduzido à prisão de Juazeiro e depois seguiu para Fortaleza, ficando detido primeiro na “polícia civil” e posteriormente no 10º G.O (Décimo Grupo de Obuses), órgão que ficou tristemente famoso por sua desenvoltura em favor do golpe e por sua ação repressiva no marco do regime militar. O seu depoimento é bastante esclarecedor: “minha mulher estava grávida, quando a policia cercou a minha casa em Crato e de lá me recambiou para Juazeiro e de lá para Fortaleza”. Nessa onda de capturas - vinda depois da pichação - estiverem juntos comunistas, maçons, e, secundariamente, cristãos.

José Kleber Callou, por exemplo, era filho de plantadores de cana de açúcar, quer dizer, de proprietários de médio porte, além de funcionário do Banco Caixaeral e advogado. Em seu trajeto ideológico, nunca se afastou da orientação católica, embora tenha trabalhado ostensivamente ao lado de comunistas e maçons em lutas históricas, incluindo aí a peleja em torno da bandeira do colégio público. Em 1966, se candidatou a deputado estadual pela ARENA e passou a ocupar uma das cadeiras da assembléia legislativa. Para ele, objetivamente, os tempos das mobilizações de rua estavam terminantemente enterrados em um recôndito cômodo da história.¹⁸⁵

¹⁸⁵ Talvez coubesse aplicar a Kléber Callou o conceito de “transformismo molecular”, constructo muito caro ao arsenal teórico gramsciano. O transformismo tem a ver com assimilação, em especial de intelectuais, pela classe dominante. Isso pode ocorrer coletivamente (“transformismo de grupos”) e individualmente (“transformismo molecular”). Ao abrir mão das propostas de “reforma orgânica”, Callou se deixou assimilar pelo projeto burguês-bonapartista. Falamos, no entanto, “talvez coubesse” porque, em última instância, essa sua nova localização política não estava em contradição quanto a sua origem de classe. De fato, era praticamente um caso de retorno à casa paterna.

É válido um acrescentamento: entre os presos se destacaram aqueles cuja atividade profissional era desenvolvida em bancos e casas creditícias, principalmente no Banco do Brasil. José de Brito Filho era funcionário do Banco do Brasil desde 1957. Da mesma maneira que ele - eram bancários: José Kleber Callou, José Belchior Silva e Orival Brito. Nas alterações estruturais que ocorriam no país, uma das categorias que mais lutara pagava um alto preço pelas audaciosas ações do momento anterior. Desse segmento vieram cristãos leigos, maçons e comunistas, e cada um com seu jeito e seu modo de ação, de alguma forma, não acatou a imposição de ordem unida emanante do regime político discricionário.

Dessa primeira fase de confrontação entre repressão e resistência, duas questões fundamentalmente ainda carecem de aprofundamento. Uma diz respeito ao peso político dos elementos de resistência na cidade do Crato em comparação a Juazeiro e Barbalha, cidades em que esse peso, pelo que nos parece, foi incontestavelmente reduzido na fase de implantação da ditadura. Verdadeiramente, Juazeiro do Norte funcionou ao jeito de uma oficina do regime para onde eram levadas as “peças” que não se ajustavam à engrenagem do regime policialesco. Doutro lado, há outra questão, esta atinente às relações entre comunismo e maçonaria, exigindo, forçosamente, um exame elucidativo. Vejamos, de imediato, a forma mais apropriada de respondermos a esses problemas que dizem respeito à compreensão teórica do fenômeno em terras dos Cariris.

Acabada a Segunda Guerra Imperialista, os comunistas - até, então, na clandestinidade - vieram à superfície respirar e, ao lado da estrutura ilegal, emergiu uma parte legal que deu maior visibilidade ao partido e algumas das suas principais lideranças. Esse movimento de articulação partidária era um fenômeno bem mais vasto e o país, de fato, vislumbrou pela primeira vez um processo de organização nacional dos seus partidos, sendo UDN, PSD e PTB grêmios partidários forjados nesse novo arranjo de forças políticas.

As organizações comunistas - até o golpe de 1964 - praticamente se resumiram ao “Partidão” e a um restrito agrupamento de trotskistas, que sem inserção na classe operária e formado a partir de círculos de estudantes e intelectuais, se pautou por uma trajetória de incontáveis rompimentos internos. Às vésperas do levante militar, o Partido Operário Revolucionário (POR), de orientação trotskista, em que pese os seus equívocos e debilidades, vinha desenvolvendo um esforço crucial de aproximação ao

movimento de massas, em especial na zona rural pernambucana (COGGIOLA: 2003; LEAL: 2003). No Cariri, quando da irrupção militar, não há indício da existência de qualquer agrupamento que reivindicasse o legado de Leon Trotski. Desse modo, no Cariri havia somente o PCB avocando a doutrina de Marx e Lênin.

Na trincheira de classe oposta, a direita tradicional se dividiu entre pequenas siglas de aluguel, PSD e, em especial, na UDN. O sindicalismo tradicional - com as suas lideranças atreladas à máquina estatal - e as lideranças burguesas e pequeno-burguesas nacionalistas, de forma majoritária, se organizaram no PTB, de inspiração varguista.

Na região do Cariri, somente em Crato é que trabalhistas e comunistas obtiveram um nível organizativo menos precário. No tocante à Barbalha e Juazeiro do Norte, essa estrutura organizativa era bastante sofrível. Segundo José Figueiredo de Brito Filho, no espaço cratense “havia um grupo do Partido Comunista Brasileiro e era um grupo forte”. Pode-se afirmar que o tradicionalismo de Barbalha - já indicado na presente tese - e a força do legado de padre Cícero em Juazeiro - um fervoroso anticomunista - devem ter se constituído em fortes motivações para que o comunismo aí encontrasse pouco acolhimento. Assim, as dificuldades embutidas em um quadro histórico-social conservador permitem-nos entender primeiro a debilidade do PCB em tais municípios, e, em segundo lugar, porque os membros dessa agremiação partidária sofreram as perseguições do regime militar mais propriamente na cidade do Crato.

Sem dúvida que em terras cratenses se forjou um espaço um pouco mais arejado que promoveu uma abertura maior para realização dos trabalhos de propaganda, agitação e organização do PCB. É interessante observar que mesmo os trabalhistas encontraram dificuldades de organização na região do Cariri, embora, até pela sua presença expressiva na máquina estatal, tenham reduzido esse ambiente de embaraços e objeções, deparando-se assim com condições menos estreitas de estruturação do seu trabalho.

A abordagem desse ponto nos remete ao quadro eleitoral de 1962, último pleito transcorrido antes da usurpação militarista. Tomando por base as três cidades-base e alguns municípios mais próximos dessas urbes, teremos o seguinte quadro: o PSD venceu a eleição em Barbalha, Missão Velha e Farias Brito; a UDN ganhou em Juazeiro e Várzea Alegre; já o eleitorado cratense elegeu uma coligação de quatro partidos: PSD, PTB, PTN, MTR. Apesar da fragilidade programática e institucional da maioria

dos partidos brasileiros, notamos que a única cidade em que o PTB, de algum modo, ocupou uma extensão definida da institucionalidade política foi na cidade do Crato.

Voltemos, entretanto, a nossa atenção para o aspecto essencial da investigação no momento, porquanto esse exame da dinâmica dos partidos já se fez objeto de uma das seções deste trabalho. Pois bem, a verdade é que no período imediatamente anterior ao golpe, no chamado “intervalo democrático”, a organização de trabalhistas e comunistas se encontrava em um estágio mais adiantado no município do Crato em comparação ao que se observava em Juazeiro do Norte e Barbalha. Ou seja, o realinhamento político pós-Estado Novo se fez com desigualdades na região. As oligarquias barbalhenses e juazeirenses foram mais eficazes na sua política de contenção ao nacionalismo e ao comunismo. Ao contrário, as oligarquias cratenses não conseguiram sítiar o suficiente às movimentações, dentro e fora do campo institucional, levadas a cabo pelo “partidão”, e, paralelamente, pelos trabalhistas.

Partindo desse raciocínio queremos elucidar a razão de por que essas forças - em particular, os comunistas - foram mais amplamente reprimidas numa urbe em cotejo as duas outras. Neste caso, dizemos, em particular, os comunistas, não pelo seu tamanho, definitivamente minoritário, mas porque os membros do PTB, com certeza, tiveram mais oportunidades de se mover no tabuleiro posterior à implantação da institucionalidade autoritária. Em linhas gerais, a repressão foi diretamente proporcional ao tamanho dessas forças em cada uma das localidades e, mais do que ninguém, trabalhistas e pecebistas do Crato sentiram isso na pele; mas no caso desta localidade a sanha que se abateu sobre o Partido Comunista Brasileiro se deveu menos à sua grandeza, se comparada à dos trabalhistas, do que à significação política desse procedimento.

Esse, decerto, é um aspecto do fenômeno. Permanece, entretanto, uma questão aberta. Tem a ver com o tema das relações entre comunismo e maçonaria no núcleo urbano cratense. Acerca desse ponto, vale a pena pelo menos esboçar uma síntese teórica e avançar em algumas conjecturas.

Num sentido institucional, a maçonaria - tal qual a igreja católica - apoiou o golpe militar. Esse apoio, antes de tudo, proveria dos altos escalões da instituição. As afinidades entre esta e os protagonistas da quartelada eram tão nítidas que um dos

cérebros golpistas - Golbery do Couto e Silva - nunca escondeu os seus liames no tocante à entidade dos pedreiros-livres.

É difícil, contudo, analisar uma instituição com o nível de complexidade da maçonaria tão-somente se apoiando em exemplos individuais. Não esqueçamos que, ao longo do século XIX, da igreja vieram para entidades maçônicas personagens tão díspares como padre Feijó e Frei Caneca. Durante o Primeiro Reinado, existiam maçons favoráveis e em oposição ao maçom D. Pedro I. Ademais, o problema não se limitou a esse período. Recuando um pouco no tempo, nos movimentos emancipatórios de fins do século XVIII e princípios do século XIX, muitos maçons cumpriram papel de inegável valor. Menos de 100 anos depois, estiveram na linha de frente de movimentos importantes, principalmente do abolicionista e do republicano.

Como explicar essa postura política dos pedreiros-livres?

Modernamente, trata-se de uma organização cujo desenvolvimento correspondeu - no tempo e no espaço - ao percurso de ideários e movimentos como o iluminismo, o liberalismo e a Revolução Francesa. Estabeleceu-se, inclusive, uma identificação entre os princípios gerais da Maçonaria e a notável tríade da grande revolução: igualdade, liberdade e fraternidade.

Em seu desenvolvimento, já no século XX, ficaram conhecidos os atritos entre os seus membros e o Partido Bolchevique, durante a Revolução Russa de 1917. Para os bolcheviques, as concepções maçônicas eram inegavelmente burguesas e isso esclareceria os enormes focos de tensão entre comunistas e maçons naquela quadra da história contemporânea.

Captando o sentido histórico dessa relação, verificamos as diferenças estratégicas e programáticas entre comunismo e maçonaria e essa constatação tende apenas a criar novos e variados complicadores ao esforço de compreensão dessa estranha proximidade pactuada entre membros das duas instituições. Aproximação que não se deteve, mas que se seguiu à introdução do “Cesarismo Militar”. Considerando que os comunistas mantiveram uma postura de oposição à ditadura e, inversamente, a instituição maçônica se solidarizou aos golpistas, haveríamos de reconhecer a existência de uma orientação crítica de segmentos maçônicos locais em relação ao sistema de

poder militar. Isso é possível? E, se sim, quais as razões que tornariam esse ato inteligível?

É necessário aqui lembrar que nenhuma instituição é monolítica. Institucionalmente, a igreja católica cerrou fileiras com a burguesia, o imperialismo e a alta oficialidade que orquestraram a intervenção militarista. Podemos afirmar, em termos gerais, que essa foi a posição oficial da igreja católica. Na prática, isso não impediu que religiosos adotassem uma orientação crítica no tocante à ditadura. São embaraços embutidos em um processo tremendamente complexo. Houve também grupos burgueses e, principalmente, militares que se opuseram ao regime de exceção. Ou seja, isso demonstra uma única coisa: o caráter não-monolítico das classes e instituições, ainda que pareçam inequivocamente um único bloco de pedra rigidamente talhado. Essa compreensão joga um pouco de luz sobre a análise das relações entre comunistas e maçons na cidade do Crato, às vésperas e no período imediatamente seguinte ao estabelecimento do poder ditatorial.

Uma hipótese bastante plausível estaria no comportamento anti-despótico que marcou a trajetória histórica da maior parte das lojas maçônicas espalhadas pelo mundo. Cabem, no entanto, duas ponderações. Primeiramente, há de se perguntar: por que essa conduta não foi adotada pela cúpula maçônica, que, ao contrário, virou às costas a essa tradição anti-despótica e se solidarizou ao golpe de Estado? Além disso, nunca é demais recordar que essa estranha aproximação entre comunistas e maçons, em Crato, antecedeu o putsh de abril.

Dessa maneira, uma hipótese mais razoável deveria se amparar em uma análise concreta da situação. Isto é, a resposta para o enigma não está nos livros ou nos princípios e comportamento-padrão desta ou daquela organização, mas na problematização da própria realidade.

Em uma área do país de importância relativamente secundária, de baixíssima taxa de civilização burguesa e em que se fortaleceu a ideologia da cultura como o móvel e o sentido da sua existência, se orientar para militância em um partido com as características do PCB, de forte presença intelectual, ou para uma Ordem comprometida com o progresso e o saber, encerrariam, em si, uma diferenciação profunda?

De um ponto de vista bastante particular, maçons e comunistas estabeleceram um alinhamento concreto à volta de problemas pontuais: eletrificação, criação de um colégio público, estado do Cariri etc.. Imaginamos que essas experiências de ação conjunta foram engendrando laços entre membros de “ordens” suficientemente diferenciadas. Além disso, as aproximações por laços afetivos e familiares em uma localidade de um número restrito de habitantes, onde quase todos se conhecem, tornam as fronteiras entre estruturas organizacionais distintas em linhas quase imaginárias, ou, quando não, suficientemente porosas. Antes de validar a esse nível de análise, salientamos que, por exemplo, o pai de José de Brito Filho era um maçom de “idéias arejadas”, nas palavras do primogênito. O pai é preso em abril, na sequência do golpe; o filho é arrastado para os cárceres da ditadura, em novembro de 1964. O primeiro é maçom; o segundo, militante histórico da Juventude Comunista. Assim, uma relação que é anterior à usurpação seguiu sob o galope dos acontecimentos.

Cabe aqui um registro. Cerca de duas décadas depois, Zédebrito Filho escreveu sob o pseudônimo de Tejo Boris um trabalho poético de elegia ao padre Vito Miracapilho, perseguido e expulso do país pela ditadura militar, num momento em que as relações entre a igreja e o regime político se azedaram em definitivo. Essa postura da igreja induziu um dos seus fervorosos adversários a reconsiderar a sua postura anterior. Assim consideramos o poema: um ato de condescendência a uma corporação contra a qual digladiara por longos anos. De apêndice, o autor coloca um segundo trabalho também escrito em versos de nome “O estouro da boiada”. Quase 20 anos depois do golpe, Zédebrito Filho (1981) novamente retoma o tema da representação católica por um ângulo mais ameno, mas, uma vez mais, afirma os laços com a maçonaria, conforme se lê abaixo:

*A pátria reconstruir,
Eis a PALAVRA DE ORDEM!
Acabar com a desordem
E o caos em nosso porvir...
PEDREIROS LIVRES! O Templo
Deve seguir o exemplo
Da Santa Madre Igreja!
Pecaminoso é o regime
Que mente, esfomeia, oprime
E, disso, nunca se peja!¹⁸⁶*

¹⁸⁶ “Até breve, padre Vito” e “O estouro da boiada” foram publicados conjuntamente no início da década de 1980. Recebemos do autor o livrinho com os poemas correspondendo a sua 2ª edição (1981).

Em suma, aproximadamente 20 anos depois, o intelectual comunista enxergou na prática renovada da igreja a possibilidade de uma união para vencer a ditadura. Mas junto disso não deixou de conclamar os antigos aliados - os pedreiros-livres - para vir se somar ao combate a um regime “pecaminoso”, que mentia, esfomeava e oprimia. Ou seja, as mudanças da conjuntura e a realocização dos atores sociais permitiram que as forças que se digladiavam - comunistas/maçons X igreja católica - tivessem a oportunidade de se unir para derrotar o sistema de poder militar, que então agonizava. Ao avançar no tempo, o fizemos propositadamente para demonstrarmos que aquilo que parece improvável no terreno teórico-abstrato tem a condição de se realizar no plano da realidade e esse deve ser o nosso critério de análise das práticas políticas dos diferentes sujeitos - individuais e coletivos.

Acerca desse tema, há ainda duas questões a exigir registro. A primeira delas tem um sentido genérico. Os comunistas sempre se pautaram pela ênfase na organização e disciplina. Os seus membros sempre se reuniram em núcleos ou células, manifestando assim um caráter disciplinado e orgânico. Por trás da estrutura legal, valorizaram uma segunda estrutura assentada no mais profundo secretismo. Na mesma linha, os maçons irão valorizar a disciplina, a organização e o secretismo - aspectos inerentes à sua Ordem. Embora organização e política não se dissociem, poderíamos destacar essas aproximações organizativas, sendo elas um dos fatores que, debaixo de certas circunstâncias, poderiam instituir liames entre membros de entidades diversas em seus princípios e estratégias.

Uma segunda questão tem a ver com as limitações técnicas próprias do campo cultural em uma região em que a igreja, e não a escola, a imprensa ou a universidade, era o principal fermento ideológico. Isso em si continha alguns efeitos imediatos. Em Crato existiam basicamente dois jornais: o da Igreja (A Ação) e o da Maçonaria (Gazeta do Cariri). Assim sendo, os setores que se reivindicavam progressistas, incluindo os comunistas, escreviam na Gazeta do Cariri e em suas páginas se sedimentavam polêmicas muito ásperas contra os ideólogos católicos que escreviam no semanário da igreja. Essa experiência comum durante um largo período, pelo visto, promoveu uma junção de forças que a história e as doutrinas separaram, mas que as condições concretas da vida, em um recôndito lugar encravado no sul do Ceará, conseguiram, em alguma medida, aproximar, e até mesmo juntar. Poder-se-ia dizer que um inimigo maior

induziu a essa afinidade efêmera e contingente entre comunistas e maçons na cidade do Crato: a igreja católica.

Abrimos aqui um novo parêntese. Neves (2002) descreveu as zonas de atritos entre católicos e maçons, tendo por cenário a capital cearense do meio para o fim do século XIX. Em seu artigo, a autora resgatou os caracteres do ideário maçônico, cujos membros pertencem a “segmentos ilustrados” da sociedade fortalezense. Através do jornal “Fraternidade”, que polarizava com o periódico “Tribuna Católica”, somos informados desses caracteres, dentre eles a defesa do progresso (ideologia iluminista), do laicismo, das reformas sociais (que levassem à afirmação da dignidade humana) e da propriedade privada (o que levava os maçons a “rejeitarem as doutrinas revolucionárias”).

Distingue-se aí o fato de que a instituição maçônica combatia, naquele átimo, “o papel da igreja como reguladora das várias esferas sociais” (NEVES, 2002:108). Ora, o que era a igreja católica no Cariri, nos anos 1950/60, senão uma “reguladora das várias esferas sociais”? Essa constatação talvez ajude a elucidar a aproximação de grupos de comunistas e maçons, ambos integrados por “segmentos ilustrados”, numa região em que o catolicismo nunca deixou de se fazer onipresente, desde o momento em que os primeiros conquistadores brancos puseram os pés no interior das suas fronteiras. Segundo o nosso suposto, a força ideológica da igreja, ocasionalmente, colocou no mesmo barco da sobrevivência, em uma área de fraca civilização burguesa, duas instituições de origem e programa diversos, ainda que isso contrastasse do modo mais flagrante com as controvérsias principais que separavam, e seguem separando, irremediavelmente, comunistas e pedreiros-livres.

De forma análoga ao ocorrido em Fortaleza, na segunda metade do século XIX, intelectuais se uniram no Crato em torno de causas pontuais e, portanto, bem concretas. O jornal escrito era o meio empregado para levar a camadas da sociedade os seus pontos de vista renovadores, uma vez que o lugar da loja maçônica aparecia “como espaço privilegiado de convivência e exercício intelectual e político” (NEVES, 2002:97-98). Dessa maneira, o Crato dos anos 1950/60, em certa medida, tinha as características culturais que revestiram a capital cearense quase cem anos antes. Especificamente, sobre a experiência dos intelectuais fortalezenses com o periódico “Fraternidade”, assim se pronuncia Neves:

Os maçons cearenses, através de um segmento social que concentrava maior capital cultural para o campo que então se delineava - os intelectuais - passaram a construir, pela imprensa maçônica, um instigante sistema de representações sobre a sociedade, sobre a época em que viviam, sobre as reformas sócias necessárias para o progresso do país e, particularmente, sobre o lugar que cabia à instituição maçônica para a sociedade brasileira e ainda sobre os papéis a serem desempenhados pelos maçons na orientação/condução das transformações que esperavam ver realizados (2002:100-101).

Quase um século depois, e não mais na capital do estado, mas em uma cidade interiorana, ao se tornar esfera de influência de intelectuais forjados não necessariamente numa mesma tradição, o jornal cratense-maçônico Gazeta do Cariri conseguiu juntar segmentos ilustrados da cidade, uns maçons, outros, maçons-comunistas. Assim, um hebdomadário constituiu um laço objetivo que permitiu à cristalização de relações, em princípio, absolutamente inimagináveis.

Longe de uma hipocrisia ideológica, esses maçons - que tomaram parte da constituição de duas agremiações doutrinariamente antagônicas - pareciam acreditar na afinidade ou comunhão de interesses entre representações não só de duas causas diferentes, mas de dois tempos separados por dois objetivos suficientemente distintos. O tempo da maçonaria era o de implantação do liberalismo burguês; os comunistas vieram ao mundo para liquidar a burguesia e lutar pela implantação do socialismo. Quer dizer, maçons e comunistas são filhos de épocas distintas e se propõem à realização de tarefas completamente diversas. Somente em uma formação social transicional, em que o antigo e o novo pareciam não estar separados por rígidas linhas demarcatórias, um fenômeno desse poderia ser verificado sem que o pesquisador fosse impelido a uma visão caricatural. Assim nos parece que ocorreu - tanto em Fortaleza de metade a fins do século XIX quanto em Crato de meados do século XX.

Essa, sem dúvida, é uma faceta da resistência política no Cariri. Ainda que a maçonaria e a igreja católica tenham se colocado no campo dos golpistas de 1964, isso não impediu que setores dessas instituições se despregassem das suas orientações corporativas e se somassem aos comunistas na luta contra a ditadura. Na proporção em que o poder autoritário se desgastava, isolando-se da sociedade, essas aproximações foram se tornando gradativamente mais seguras e consistentes.

Nos anos seguintes ao golpe de Estado essa cooperação foi diminuta, e, portanto, pouco perceptível, salvo aquela que uniu comunistas e pedreiros-livres. De qualquer modo, depois de 1964, com as suas primeiras sessões de aprisionamento, as pichações da madrugada foram se transformando em manifestações de rua e estas foram ganhando corpo pelas ruas do Crato, cujo símbolo maior foi a Praça Siqueira Campos. José de Figueiredo Brito Filho, o comunista, filho primogênito de um maçom, participou de atos e passeatas estudantis na cidade, já na segunda metade dos anos 1960, no momento em que o M.E se mobilizava no mundo inteiro. De Paris à cidade do México e desta às ruas do Rio de Janeiro, milhões de jovens se moviam pelas artérias do mundo. O exemplo de Cuba se alastrava pela América Latina. Multidões também se moviam pelos logradouros públicos denunciando a Guerra do Vietnam. No Brasil, esses processos se combinavam à luta contra a ditadura militar. No caso do movimento estudantil brasileiro, havia igualmente o combate frente aos planos do MEC-USAID.¹⁸⁷ Nessa textura, há de se entender as razões que levaram a juventude cratense a se mobilizar pelas vias públicas da sua cidade.

De fato, entre os anos de 1967/68, o movimento estudantil retomou o seu lugar na conjuntura política. No contexto de uma etapa contra-revolucionária, aberta com o golpe de força de abril, descortinou-se uma situação distinta caracterizada por um ascenso espetacular do M.E. Em uma análise objetiva, há de se reconhecer a incidência dessa movimentação sobre outros segmentos sociais. Nesse sentido, era visível a comoção social entre os artistas que, em larga medida, nos palcos, telas, jornais, livros e ruas, também se colocaram em uma perspectiva de confronto ao poder ditatorial. Na passeata dos “Cem Mil”, no Rio de Janeiro, a unidade de intelectuais, artistas, movimento estudantil e esquerda organizada foi um fato incontestado. A própria classe operária não passou incólume a ação mobilizadora da conjuntura 1967/68. Em Osasco

¹⁸⁷ Os Acordos MEC-USAID foram construídos inicialmente de forma sigilosa, durante o governo Castelo Branco, mais precisamente ao longo do ano de 1966. Quando isso veio a público – em 1967 - provocou não só um profundo mal-estar no país, mas um repúdio da intelligentsia progressista e do movimento estudantil brasileiro. Esses acordos feriam gravemente a soberania nacional, subordinando o planejamento do ensino superior e educacional, de um modo mais amplo, não só às teses americanistas, mas à ação de técnicos norte-americanos. À época, inclusive, se denunciou que o centro de decisões no tocante ao planejamento do ensino no país saíra, de feito, da alçada dos órgãos governamentais do Estado brasileiro para o das comissões americano-brasileiras. Nesse marco, a proposta de transformação das nossas universidades públicas em fundações que deveriam buscar recursos junto ao capital privado causou profunda comoção e despertou a ira da juventude que ganhou as ruas de grande parte das cidades brasileiras, protestando contra “acertos de alto nível” que golpeavam o interesse nacional.

(SP) e Contagem (MG), em 1968, o operariado empregou novamente a arma da greve na condição de um instrumento para fazer valer os seus direitos e, nessa toada, enfrentaram a reação do regime repressivo.

Terminantemente, a resposta da ditadura não tardou. Ela veio na forma do Ato Institucional 5 e ampliou as áreas de tensão, alcançando agora mais duramente artistas, intelectuais e meios de comunicação. Estava completada a obra reacionária começada em primeiro de abril de 1964. Há quem veja neste fato de 13 de dezembro de 1968 um “golpe dentro do golpe”. Nós preferimos falar de ampliação e aprofundamento do sistema ditatorial.

Essa inflexão dentro do movimento reacionário, enrijecendo, ainda mais, as suas posições não se fez sem acentuar as contradições sociais. Nesse sentido, dentro da institucionalidade católica aumentou o número de vozes discordantes, agravando as divergências entre as duas corporações que estiveram juntas em 1964. Os desdobramentos do fato nos anos posteriores elevarão o grau dessas discrepâncias políticas corporativas a um plano que tornará inevitável a passagem de setores ponderáveis da hierarquia católica ao questionamento do regime dos generais.

A radicalização, pela direita, da conjuntura política imprimiu mudanças de rota, no curto e no longo prazo, não só junto às classes e frações de classes, mas em instituições e movimentos os mais variados. Dentro das FFAA, se aprofundaram as disputas entre as principais vertentes militares, cuja clivagem levada a termo pela literatura acerca do período terminou por dividi-las em duas alas: “linha dura” e “moderada”.

Na esquerda, as rupturas dentro do PCB - que começaram antes do golpe, por conta da criação do PCdoB, expressão do estrago provocado pelas revelações dos crimes de Stálin, em 1956, durante o XX Congresso do PCUS, bem como pelas disputas internas pelo controle do partido em âmbito nacional - se aprofundaram interminavelmente. No intervalo de tempo do golpe de 1964 até a imposição do AI-5, as dissensões foram num crescendo quase inesgotável. Por trás da luta fratricida que se descerrou esteve sempre colocado o tema do balanço da derrota de abril. O que teria levado à derrota? Aumentou o tom das denúncias contra as vacilações do Comitê Central do Partido Comunista. Igualmente, cresceu o questionamento a linha adotada pelo partido. Os debates táticos foram se transformando em discussões doutrinárias. Um

dos principais intelectuais do partido - Caio Prado Jr. - escreverá um libelo contra as insuficiências teóricas do “Partidão” e a esse trabalho crítico ele nomeará de “Revolução brasileira” (2004). As feridas se abriram de par em par.

Militantes históricos - Carlos Marighella, entre eles - não perdoarão o partido pela falta de uma resistência organizada que houvesse se defrontado com o movimento golpista. Do balanço levado a cabo por esses militantes, se fortaleceu a proposta de organização da luta armada no Brasil. Os laços de Marighella com Cuba se acentuaram e a estratégia foquista começou a ganhar corações e mentes da esquerda brasileira. Mais do que isso: a noção de um partido leninista que lutasse para ganhar o movimento de massas para a estratégia da revolução é questionada. Era preciso substituir essa estrutura por uma organização militar, inclusive com um grau de centralismo maior e que não fosse obrigada a esperar pela ação dos trabalhadores, afinal “quem sabe/faz a hora/não espera/acontecer”.

Obviamente, que as vacilações do Comitê Central do PCB e que a sua orientação tático-estratégica errática induziram a inumeráveis e justos questionamentos por parte da militância, mas também engendraram múltiplas confusões, inclusive uma leitura equivocada da Revolução Cubana. Em Cuba, a luta guerrilheira se combinou à luta de massas. Portanto, não foi um punhado de mulheres e homens heróicos que libertaram a ilha da dominação imperialista. Isso redundou de uma ação coletiva, quer dizer, não excluiu a participação de trabalhadores urbanos e rurais. Essa, inclusive, foi uma condição essencial para que a revolução se fizesse vitoriosa. Logo, a idéia de ações armadas distanciadas da noção de luta pela consciência das amplas massas não guardava, verdadeiramente, um lastro com o que ocorrera a partir da guerrilha de Sierra Maestra.

De qualquer modo, quando se deu a imposição do AI-5 as divergências no interior da esquerda brasileira tinham alcançado a sua fase superior. Certamente, nas hesitações e erros que seguiram acompanhando os movimentos da direção do PCB estão muitos dos motivos para aceleração das pequenas e grandes rupturas. Ilustraram bem essas hesitações e erros, as limitações dos atos partidários ao terreno de uma institucionalidade autoritária, conforme se observou na patética (e quase isolada) tática de reforçamento da Frente Ampla, incluindo JK/Jango/Lacerda.

Por isso, quando se concretizou para além da página do calendário o “13 de dezembro de 1968”, o entendimento de uma soma de pequenos agrupamentos da esquerda urbana era de que a luta armada contra o regime era a única forma de luta possível naquele momento. Para a maioria deles, as escaramuças armadas nas cidades eram somente a ante-sala de uma guerra prolongada ou uma guerrilha revolucionária que deveria se efetuar nos campos, serras e florestas tropicais. Somente o PCdoB, efetivamente, conseguiu sair da cidade e se organizar na região do Araguaia, até a eliminação física de aproximadamente uma centena dos seus militantes.

Esse cenário de crises e rompimentos, notadamente na principal força da esquerda brasileira, não deixou de se manifestar na região do Cariri, particularmente no Crato. Provavelmente, boa parte das lideranças das manifestações estudantis não era mais do PCB, mas do PCdoB. Sobre as ocorrências que se abateram sobre os comunistas, José de Figueiredo Brito Filho nos descreveu que “quando houve a divisão do movimento comunista, nós ficamos meio como baratas tontas”. Nessa linha, porque “o movimento se fragmentou (...) para não ficar desligado fui para o PCdoB”, que era formado por alguns antigos militantes, mas “fundamentalmente por uma turma nova”. Certamente, essa turma fundamentalmente nova contribuiu para articulação das marchas de rua em 1967/68.

Alguns efeitos concretos da mudança político-partidária de Figueiredo Filho não tardaram a se revelar. Entre 1965 e 1969, ele vai trabalhar em Fortaleza. Eventualmente, fez ponte com o Cariri, e neste período participou em Crato de alguns atos de rua cuja palavra de ordem mais entoada era “Abaixo a ditadura”. Na capital cearense, todavia, a sua militância se traduziu principalmente em ações que a ditadura vai classificar genericamente de “terroristas”. Dentro de um “fusca velho”, e ao lado de militantes legendários, entre eles Aquino e o professor José Ferreira de Alencar, trazendo um revólver em punho, ele trocou os panfletos e a oratória das manifestações pelas bombas que explodiam nas ventiladas madrugadas de Fortaleza.

Em 1969, ano em que ele mudou de Fortaleza para Recife, o sistema de poder militar e a sua maquinaria policiaesca começaram a empreender uma jornada funesta contra as organizações de esquerda que vinham agindo, sobretudo, na forma de ações espetaculares: expropriação de bancos, seqüestros de diplomatas estrangeiros, justificação de agentes e colaboradores da ditadura, panfletagens relâmpagos etc.

Quando começou a década de 1970, os agrupamentos da esquerda armada estavam completamente destruídos. Entre 1969 e 1971, foram mortos dois dos mais proeminentes dirigentes da luta armada no Brasil: Carlos Marighella e Carlos Lamarca. Em Recife, Figueiredo Filho - vigiado e com os movimentos limitados - gradativamente foi saindo de cena. Foram os seus anos de recolhimento e silêncio. Nos anos subsequentes, restariam fundamentalmente de armas de protesto os folhetos e cordéis.

Somente em 1982, já nos estertores da ditadura, ele voltaria a exercer uma tarefa política mais explícita, candidatando-se ao cargo de prefeito de Campos Sales, localizada na micro-região da chapada do Araripe, a 596 km de Fortaleza. Ainda sob a égide da ilegalidade das organizações comunistas no Brasil, e sob o nome de guerra de Brito, ele utilizará a legenda do PMDB (nova sigla do MDB pós-reforma partidária) de espaço legal para expressão dos seus pontos de vista em defesa de mudanças sociais e políticas.

No ano em que saiu da vida pública o derradeiro dos governos militares, em 1985, José de Brito Filho escreverá um dos seus cordéis mais contundentes, intitulado “Como o homem se fez patrão”. Nele está resumido o ponto de vista geral de um homem que se tornou uma das principais referências de luta no Cariri frente à ditadura militar. A parte III, que é também a parte final do cordel, é um libelo contra a exploração e a opressão, situações que foram reforçadas pelo regime bonapartista:

*Repito: o FORTE cercou
De terra, a melhor porção,
Ficando, o fraco, sem posse,
Escravo do próprio irmão,
Pagando RENDA POR DONO,
“Lascando-se” no cambão.*

*Daí nasceram disputas
Entre OPRIMIDO E OPRESSOR;
As lutas do servo ou escravo
Contra o nobre, seu senhor,
Ou do operário, ESBULHADO,
Enfrentando o EXPLORADOR!*

*Muitas lutas espontâneas,
Cruéis, reivindicatórias,
De escravos e camponeses,
Passageiras, ilusórias,
Batalhas que se travaram
Com pequeninas vitórias!*

*São as tais LUTA DE CLASSES
Contra o julgo patronal,
As molas-mestras que explicam
O suceder social,
Surgidas, lá nas origens,
Do SISTEMA DESIGUAL!*

*Um dia, a classe operária
Atentou - que feliz dia! -
Para as palavras de MARX
- Prá tese da MAIS-VALIA,
Conscientizando-se, assim,
Das causas da FELONIA*

*Preparou-se para o embate
Feroz contra o EXPLORADOR,
Organizando um partido,
Incansável lutador
Que visa o SOCIALISMO
Para extirpara o OPRESSOR.*

*Já houve grandes conquistas,
E alguns recuos, é verdade,
Mas a vitória final
Será da humanidade
Que só almeja justiça
Que trará PAZ COM IGUALDADE!*

*Pela IGUALDADE ENTRE TODOS,
Que vença o SOCIALISMO!
Pelos direitos, negados,
No exausto capitalismo,
Por uma REVOLUÇÃO
AGRÁRIA, sem reformismo!¹⁸⁸*

Resumidamente, trata-se de texto poético de inspiração popular em que Zédebrito reafirma - passados 21 anos de ditadura - a sua profissão de fé política, que permaneceu inabalável, a despeito das perseguições e do fato de haver se constituído em prisioneiro do Estado burguês militarizado. O uso da terminologia marxista indica que por trás do folheto há um homem culto que não se furtou de dar aos conceitos criados ou empregados por Marx - mais-valia, explorador, luta de classes e socialismo - uma enunciação popular. Por fim, o poema verbalizava implicitamente o novo cenário vivido pelo país em meados dos anos 1980, período caracterizado por um poderoso ascenso da classe operária, dos trabalhadores do campo (bóias frias) e do funcionalismo público.

¹⁸⁸ O texto está assinado por Zédebrito, como de um modo geral ele tem assinado os seus trabalhos. De feito, o cordel foi composto originalmente em 27 de junho de 1985 e aqui foi reproduzido em conformidade com a revisão levado a termo por seu autor em 31.12.06/02.01.07. Em linhas gerais, o texto revisado mantém o conteúdo emanado do original, se prendendo basicamente aos aspectos formais.

Efetivamente, o centro da tática ia deixando de ser a luta contra a ditadura. As pelepas por salário, emprego e reforma agrária entravam na ordem do dia. Nem por isso, o autor esqueceu-se de que houvera “grandes conquistas,/E alguns recuos, é verdade”.

É verdade que entre estes “alguns recuos”, decerto, a ditadura militar talvez sido o maior de todos eles.

Pressupomos que esse é um aspecto da resistência ao regime militar em terras caririenses; um aspecto que tem uma conotação coletiva, embora o papel cumprido pelos indivíduos não deva ser desprezado, notadamente quando o indivíduo-intelectual cumpre o papel de quadro social. José Valdesley, escrevendo no jornal “O Ideal”, da cidade do Crato, em 1º de maio de 1960, nomeava José de Brito Filho como “estudante heróico”, uma vez que houvera sido o “idealizador” e “concretizador” da luta pela criação do colégio estadual. Quase cinqüenta anos depois, será preciso lembrá-lo também na condição de um resistente ao sistema de poder militar. Os erros cometidos pelas organizações políticas, sob cujas bandeiras ele militou, não podem apagar esse fato. Secretário geral da Federação Norte-Nordeste dos Bancários, eleito para o cargo no mesmo ano da implantação do regime militar, a sua trajetória política foi atravessada pelos “anos de chumbo” quando a burguesia, para usar uma expressão muito cara ao velho Marx, decidiu-se pelo “triunfo do poder sem frases sobre o poder da frase”. Enfrentando essa lógica, Zédebrito ousou empregar de arma contra a ditadura precisamente “o poder da frase” traduzido nas palavras de ordem das passeatas, nos panfletos, discursos em palanque, reuniões clandestinas e através dos versos de seus poemas em cordel.

*Meu Brasil, tão grande e rico,
Tão fraco e tão desigual...
De Delfim, GÊNIO DO MAL,
De Maluf e Ludovico,
De planos mirabolantes,
Mordomias luxuriantes,
NORDESTE E SERRA PELADA,
Ludwig e Carajás,
Das multinacionais que nos reduzem a nada!*¹⁸⁹

¹⁸⁹ Extrato de “O estouro da boiada” (2001), título já devidamente registrado neste capítulo.

C) SÍLMIA SOBREIRA: UMA INTELLECTUAL CONTRA A DITADURA

Derivando entre Juazeiro do Norte e Crato, outra personagem marcante da resistência ao autoritarismo foi a professora e intelectual Sílmia Sobreira. Tanto quanto Zédebrito Filho, e se utilizando de meios e modos não necessariamente análogos, Sílmia se mostrou uma resistente à forma de dominação política nascida do golpe de força de 1964, ano em que ela, coincidentemente, retornava do mestrado que prestara em terras francesas, com mais exatidão, em Nancy. Mais do que uma resistente e educadora, ela atuou como um quadro social, isto é, uma intelectual no sentido gramsciano.

Retornando ao Cariri, Sílmia Sobreira agiu tanto de incentivadora do teatro e demais manifestações artístico-culturais quanto na condição de professora universitária, articulista do principal jornal de Juazeiro e responsável pela Casa de Cultura Francesa. Procedendo criticamente em cada uma das dessas atividades, não haveria modos do seu caminho e o da ditadura se cruzar senão na forma de uma profunda dissensão.

A entrevista que nos concedeu tem diversas virtudes, mas um dos seus principais méritos é o de nos consentir recuperar a atmosfera política e a dinâmica cultural desse tempo em que o Cariri conviveu com a ascensão e fortalecimento de um regime firmado no terror político e repressão às atividades culturais.

É importante verificar o olhar de quem volta e encontra o país (bem como à sua região de origem) mergulhado em uma ditadura:

De volta ao Brasil, ao Cariri, a Juazeiro, não dava para perceber se um número grande de pessoas se preocupava com o fato de ter havido ou não golpe de Estado. Já retornei ao Cariri com um convite da Faculdade de Filosofia e Letras do Crato para assumir a cadeira de Língua e Literatura Francesa e a de Didática do ensino do francês. E ao chegar, seu diretor, o Prof. José Newton Alves de Sousa, me convidou para assumir a Aliança Francesa que seu prestígio e esforço obtiveram para o Crato (Sobreira: 2009).

Em outros termos: à primeira vista, a situação estava sob controle. Não havendo sinais nítidos do que, de fato, houvera no país, da profunda reviravolta que o marcara. Somente aos poucos, Sílmia foi tomando contato com os rigores da nova atmosfera política. Concomitantemente, foi assumindo novas tarefas, dentre elas a de articulista de

jornal, e se aproximando de intelectuais que, em sua maioria, adotavam um ponto de vista crítico quanto à situação global do Brasil.

Partindo da memória viva dos fatos que vivenciou, ela ressalta:

Apesar de morar em Juazeiro, eu vivia mais no Crato onde tinha aula nos três períodos, sendo pois natural que ali fossem tecidas as relações de amizade com as profissionais em razão também de afinidades quanto à visão de mundo e do momento que o país atravessava. Mas, nos primeiros anos não passava de troca de idéias. Olhando agora para trás, instigada, por suas perguntas, a trazer de volta lembranças que deixara para trás, me vejo então um tanto ingênua me movimentando com tanta liberdade. Em 1966, meu primo Aldemir Sobreira, casado com uma colega minha no Crato, Maria dos Remédios, me procurou por causa de sua idéia de criar, junto com outros que admiro e respeito, um jornal que se chamou Tribuna de Juazeiro. Ia escrevendo inspirada em ocorrências do momento, seja no Cariri ou mais longe. Nunca Aldemir deixou de publicar o que eu escrevesse nem me fez recomendação que me limitasse. Na verdade, fui ficando mais prudente, por exemplo, em vez de afirmar, fazia perguntas (SOBREIRA, 2009).

Expressões do gênero “fui ficando mais prudente, por exemplo, em vez de afirmar, fazia perguntas” parecem sugerir uma mudança de olhar, quer dizer, a presença do autoritarismo foi ficando mais nítida em sua percepção. Supomos que essa passagem acima demonstra que a aparente ingenuidade dos primeiros tempos foi cedendo lugar a uma postura, que sem deixar de ser crítica, foi sofrendo do acautelamento que se colocava na forma de uma exigência de primeira hora. Doutro lado, apesar de inicialmente não passar de uma “troca de idéias”, de feito, havia a preocupação em relação ao “momento que o país atravessava”. Fica-nos daí a impressão de alguma coisa que se processava lentamente.

Tendo em vista esses aspectos, não podemos senão ficarmos atentos ao desembaraço da intelectual juazeirense nas páginas de a Tribuna de Juazeiro, onde, conforme antecipamos, foram escritos os principais libelos contra a ditadura militar, e, agregaríamos: as mais contundentes denúncias acerca da interferência e dominação norte-americana em escala planetária. Em seus artigos, e isso veremos adiante, a autora não desprezou o apelo a um nacionalismo crítico, ainda que refinado pelos anos de estudo, os contatos com o movimento estudantil, Fortaleza, Recife e França. De fato, ela nunca pareceu se negar a estabelecer um intercâmbio em relação ao mundo à sua volta. Esse polimento não se tornou motivo de resignação. Ao contrário, mesmo quando fez

um questionamento cuidadoso à ditadura, tratou de fazê-lo sem que isso jamais representasse uma diluição própria das tensões que encerravam a sua postura anti-regime.

Em síntese, dotada de uma formação intelectual de inquestionável refinamento, podemos considerar pacífico o fato de que Sílmia não se furtou a colocar o saber adquirido a serviço da contestação de uma ordem assentada na inexistência de liberdade. Ora, ao elevar a literatura, o magistério e o cinema à categoria dos seus “mestres”, seria possível acreditar que adotasse um ponto de vista sem que esse significasse resistir a ausência de liberdade, uma condição para que a criação artística e o exercício magisterial, efetivamente, pudessem existir? Não estaria estabelecida a base para o seu inconformismo?

A nossa compreensão é a seguinte: em 1964, estivemos ante uma crise nacional; ela poderia se resolver, essencialmente, ou pela vitória do movimento de massas e das suas organizações ou pelo êxito dos seus inimigos de classe encabeçados pelo grande capital. De feito, venceu a variante contra-revolucionária. Ou seja: o regime democrático-burguês vacilava e o bonapartismo veio em socorro da ordem capitalista. Assim, “a mão-de-ferro armada se adiantou para impedir uma insurgência, que desabrochava nos quartéis e nas ruas” (FERNANDES, 1997: 144). Dolorosamente, o papel ativo passou a ser cumprido pelas instituições armadas do Estado, sob cuja sombra abrigaram-se os interesses do capital monopolista. Sabemos bem que essas hipóteses teóricas não deixam de conter um lado polêmico. Tomando-as como justas, diríamos que a ditadura significou para operários, artistas, estudantes e intelectuais uma calamidade indescritível. Com a derrota física da classe operária, coube aos elementos de classe média, em especial, artistas e intelectuais, imediatamente à instauração do novo ordenamento político, a função de vanguarda da luta pela retomada dos canais de expressão rudemente arrestados pelo regime dos generais. Nesse contexto, o papel de intelectuais, destacadamente Sílmia Sobreira, não pode ser menosprezado em sua atividade de resistência ao autoritarismo vigente. Em nossa percepção, estamos ante uma figura-síntese. Síntese de uma resistência, em substância, levada a cabo, no vale do Cariri, por ativistas sociais e por uma intelectualidade de origem comum: a classe média.

Mas, em essência, em resposta ao militarismo triunfante, a preocupação dominante dos membros de classe média, insurgidos contra a ditadura, era a de retomar as liberdades democráticas dilaceradas pelo sabre e a baioneta. Com efeito, agiram cumprindo um papel libertário, não no sentido anarquista ou mesmo de parentesco a este, mas numa perspectiva que, decerto, poderia não indicar para um cenário além da dominação capitalista, mas positivamente se inclinava para o âmbito das liberdades individuais e coletivas. Exceção seja feita ao núcleo de ativistas de classe média que se organizou em algumas das vertentes políticas de conotação marxista.

Por isso não nos surpreende que, num dado instante, a sensação de Sílmiã seja a de haver chegado a um limiar perigoso. A partir dali era preciso prudência. Caso ocultasse para si mesma a gravidade da situação, certamente os riscos lhe seriam indiscutivelmente maiores. Se isso não nos surpreende, causa-nos certa estupefação, todavia, comparar a sua informação e a força dos seus artigos em um periódico, que ainda que tivesse um alcance limitado, segundo ela mesma nos confidenciou, sempre encerraria um núcleo de leitores que deveria ir mais longe do que o universo dos seus responsáveis e escrevinhadores. Podemos supor isso objetivamente, uma vez que um grupo de estudantes chegou a reproduzir um dos artigos da intelectual juazeirense para distribuí-lo tal qual um panfleto. Portanto, eram palavras que não se limitavam à redação, mas, de certo morto, eram ecoadas e não há possibilidade de não relacionar esse eco e o seqüestro da Sílmiã Sobreira pelas forças da repressão, anos depois.

Em face desse problema, é empírico e metodologicamente válido nos debruçar sobre o que escreveu Sílmiã nas páginas da “Tribuna de Juazeiro”. À primeira vista, são artigos que não se voltam para um único tema. Os assuntos são variados, embora a criticidade seja um dos seus traços mais vivos. Convém notar que a autora desses textos críticos pareceu não se inclinar no sentido de transformar a “arma da crítica” em “crítica das armas”. Deste modo, há indícios de que se recusou, por exemplo, a se organizar clandestinamente para travar o combate à ditadura. Preferiu aparentemente fazê-lo apenas à luz do dia, em que pese os seus limites e inconvenientes. Amiga de seguidores incondicionais da luta subterrânea, a princípio, ela optou pelo jornalismo combativo e até pelo uso da legalidade partidária, ossificada e controlada pelos militares, com o intuito de contribuir para o restabelecimento das liberdades democráticas e divulgação dos seus pontos de vista. Para tanto, o seu primeiro impulso esteve voltado para o

juízo da própria origem do sistema de poder militar, bem como dos sujeitos sociais envolvidos em sua consecução.

Antes de examinar esse impulso, cabe informar que a “Tribuna de Juazeiro” tinha um formato simples compreendendo certo número de colunas: “A semana que passou” (política), “Coluna das bandeirantes”, “Folclore, artes e letras”, “Trabalhismo”, “Meditação”, “Coluna de Etiqueta”, “Esporte” etc. Em seu devir, o periódico acompanhou os últimos dias do governo Castelo Branco, a transição para o segundo governo militar e, no marco do populismo de direita do general Costa e Silva, esse era tratado nas manchetes do jornal de “seu Artur” (“Seu Artur garantido: a ARENA o elegerá”; “A fim de estudar problemas que afligem o Nordeste: Seu Artur no Recife durante oito dias”; “‘Seu Artur’ de sobreaviso: Frente Ampla está nas ruas” etc.). Caberá, então, à editora de artes, Sílmia Sobreira, o papel de colocar o dedo na ulceração e só por isso já seria compatível a incluirmos no núcleo essencial da resistência.

Tínhamos, então, no Cariri uma situação, segundo tudo tem nos levado a crer, em que o intelectual se encontrava frente à seguinte disjuntiva: parecer ridículo e ingênuo, enfrentando a ditadura; se mostrar pragmático e silenciar ou amparar política e ideologicamente a ditadura. Com isso em mente, opinamos que Sílmia estivesse cônica desse horizonte disjuntivo para intelectualidade, considerando o “momento que o país atravessava”. Talvez por isso afirmasse: “numa sociedade pragmática como a nossa, o intelectual é contraditoriamente admirado e ridicularizado”. O texto em que ela recorre a essa reflexão, sugestivamente se chama “Artigo de luxo em casa de pobre” (Tribuna de Juazeiro, 02 de outubro de 1967, p. 2). O que se pode dizer, de antemão, é que o texto em si nos indica que a sua autora, frente à disjuntiva acima mencionada, não se negou a tomar uma posição. Estudar o seu trajeto de vida - nos tempos do militarismo burguês - tem a significação de apreciar as relações entre o intelectual acadêmico e a política. Não será preciso especular muito para se concluir assim, vez que os seus artigos não deixaram jamais de entrar no cerne desta problemática. Em um deles, quem sabe o mais incisivo, ela afirmou:

Como criticar a ordem social presente, nossa inserção em um mundo capitalista de escaladas, como criticar o fato de ajudarmos às nações ricas a ficarem mais ricas à custa da nossa pobreza crescente, nossa inconsciência e nosso sono que, desde o século passado, nos colocam às margens das reformas

que nunca houve nem com a independência, nem com a República, nem em 1930, nem em 1964? Quem dirá que nunca houve revolução porque nunca houve reforma de estrutura e que mudança de cúpula sem participação popular não é revolução? Quem dirá sem risco que capitalismo não é sinônimo de democracia e pode ser até mesmo seu contrário? Quem denunciará a utilização desonesta dos sentimentos religiosos do povo que, dopado com o ópio de uma falsa religião, passa a defender o que pode ser tudo menos um valor cristão?

Quem dirá que “a marcha da família com deus pela família e pela liberdade” foi organizada por uma empresa publicitária (SOBREIRA, O rei está nu, in: Tribuna de Juazeiro, 1967:2).

Observemos agora que, na contracorrente da tradição intelectualista local, a autora discorreu acerca de uma série de questões de modo inabalavelmente direto. De forma resumida, há um juízo crítico relativamente à dominação imperialista, à leitura hegemônica no tocante à nossa história, bem como do golpe de Estado, da ditadura estabelecida e dos sujeitos coletivos que a protagonizaram, cabendo, em particular, uma visão demolidora do papel cumprido pela igreja católica nos acontecimentos, fato que, com certeza, deve provocar calafrios nos adeptos do relativismo com que muitos preferem examinar a atividade levada a cabo pela hierarquia católica naqueles anos. Convém, ainda, ponderar as conexões íntimas entre a linguagem e o enfoque da articulista e as formulações do jovem Marx com referência à religião, apesar dela minimizar o que denominou de a sua “formação em filosofia ou em sociologia”. A noção de “ópio” é retomada no esforço de analisar o comportamento da igreja católica na conjuntura que conduziu o Brasil aos braços de uma estrutura organizada de poder permeada pelo mais absoluto autoritarismo. Essa leitura, contudo, estava a serviço de um objetivo: o de demonstrar que, em 1964, não ocorrera uma revolução. Nem aí, nem antes. A revolução não é um processo dirigido de cima a baixo, não é um movimento de “cúpula”. Ela deriva, em última análise, da efetiva “participação popular”. Foi exatamente para deter esta que a “cúpula” se articulou à volta de uma proposta de retrocesso histórico que se traduziu no golpe de Estado de primeiro de abril. Três anos depois, Sílvia Sobreira demonstrava com propriedade de que já não era possível encobrir o logro. O rei estava nu!

Este artigo é um exemplo significativo de uma postura de não-conformidade aos fatos. Cumpre ainda recordar que essa postura a acompanhou - como se aparentasse um critério rigoroso - na abordagem das mais variadas questões sobre as quais desenvolveu

as suas reflexões na esfera da imprensa. Para exemplificar, em “Tópicos de uma conferência”, a articulista se apoiou nas palavras de um padre lazarista, Luciano Castelo, para vislumbrar as causas do nosso subdesenvolvimento, a saber, o “nosso tipo” de colonização e o imperialismo econômico das nações desenvolvidas.

O que se pode dizer é que a temática do subdesenvolvimento marcou os debates acerca das opções econômicas do Brasil, um país dependente no bojo da dimensão hierarquizadora das relações entre as Nações dos quatro cantos do planeta. Para cada categoria de sujeito, a questão encerrava um sentido distinto. No entendimento de Sílvia, as relações entre educação, cultura, dependência e subdesenvolvimento pareciam guardar uma lógica interna inelutável. Retomando esse tema num outro artigo (nomeado de “Educação e desenvolvimento”), e dessa vez se apoiando em estudos do educador Lauro de Oliveira Lima, ela afirmará que “somos subdesenvolvidos porque somos ignorantes e somos ignorantes porque somos subdesenvolvidos”. Quer dizer, existiria uma relação entre subdesenvolvimento e a falta de investimento na educação. Tratava-se de uma discussão que havia sido profundamente afetada depois da intervenção militar. Não custa trazer à lembrança os debates que existiam no Brasil pré-64, as propostas de reformas, as experiências educacionais, particularmente a de Paulo Freire, a fundação da UNB, só para citar alguns exemplos que nos permitam iluminar essa questão, fazendo-a mais compreensível. Recordemos, uma vez mais, Schwartz e a sua frase lapidar: *o país parecia irreconhecivelmente inteligente*. Sob o signo da desolação mais cabal, com Paulo Freire e outros educadores no exílio, coube aos que ficaram a tarefa de não admitir a morte por inanição das propostas renovadoras para educação brasileira. Não só para educação, mas para os demais campos da vida nacional.

As reflexões presentes nos artigos de Sílvia, a despeito deles guardarem uma cara própria, se relacionam aos debates e controvérsias aparentemente sepultadas pelos acontecimentos de 1964. Nesse caso, talvez tenha razão o poeta Ferreira Gullar que se aventurou a entender esse fingido paradoxo, tentando elucidar a permanência daquilo que deveria inelutavelmente estar morto:

O rio que vinha avolumando suas águas e aprofundando seu leito, até março de 1964, desapareceu de nossas vistas. Mas um rio não acaba assim. Ele continua seu curso, subterraneamente, e quem tem bom ouvido pode escutar-lhe o rumor debaixo da terra (apud RIDENTI, 2006: 227).

No caso do Cariri, este “bom ouvido” era o de uma educadora, docente universitária e intelectual orgânica, a quem competiu à chancela do reavivamento desse debate estratégico pré-64, que é retomado no marco de uma tarefa, não somente por cumprir, mas, em certa medida, suspensa como um espectro da subversão anterior ao golpe de Estado. Ao relacionar subdesenvolvimento e educação, ou melhor, à ausência desta, de que estaria vestida Sílmi Sobreira senão do traje da subversão? Uma vez mais, ela vestiu a indumentária de resistente, conforme observamos em seu artigo “Educar ou domar?”:

Refletindo nesses antecedentes, o prof. Paulo Freire idealizou um método de educação de adultos que fosse o reflexo de uma confiança amorosa na capacidade que tem o povo de se transitar, de emergir do estado de consciência ingênua para o de consciência transitiva, isto é, do estado de objeto para o de sujeito (SOBREIRA, In: Tribuna de Juazeiro, de 1º a 6 de setembro de 1967, p. 2).

Eis uma maneira de expressar o problema, recuperando um tema e uma experiência que os ditadores de plantão almejavam destruir, desde o princípio. Tratava-se de não perder o contato em relação aos avanços pedagógicos que caracterizaram o período diretamente anterior à imposição da ditadura. Era preciso resistir aos esforços de sepultar as experiências renovadoras, e o artigo acima citado não pode ser entendido salvo quanto um contra-esforço de intelectuais e educadores para preservar a memória que os militares ansiavam extinguir. Outra maneira de expressar o problema era atualizar a temática da educação, tratando-a no bojo do sistema de poder militar, segundo pode ser notada em um artigo que Sílmi escreveu em fins de 1967, em que se lê:

Ministério da Defesa pode comprar mais armas; a universidade precisa restringir seus programas. Mais uma contribuição valiosa é dada para dividir o país em militares e civis, em “eles” e “nós” (Tribuna de Juazeiro, 12/11/1967, p. 4).

Pouco mais de um ano depois, esse fosso que ela descreveu será aprofundado com a edição do Ato Institucional nº 5. No fundo, a autora já vinha vaticinando a escalada repressiva, que saía de uma progressão aritmética para a sua co-irmã geométrica. No início daquele ano, ela elaborou um escrito para o jornal (“Novas leis”), no momento em que ascendia Costa e Silva, e ali afirmou: “Sabendo que a lei geral da natureza é a evolução, essas leis e decretos parecem ‘corrigir’ a natureza” (Tribuna de

Juazeiro, 02/04/1967, p. 2). Através de uma magistral ironia, a autora, efetivamente, definiu a real significação de uma ditadura.

Apesar do número limitado de leitores, e apesar dos exercícios de prudência dos seus articulistas, a Tribuna de Juazeiro parece não haver ficado isenta dos olhares dos organismos de inteligência da ditadura. Depois de citar Otto Maria Carpeaux, Ênio Silveira, Paulo Francis e Nelson Werneck Sodré, dentre outros, ela questionava:

Não sei se essas pessoas que acabo de citar vivem assediadas de amigos imprevistos que, com ares de mistério, voz abafada e olhos inquietos lhes dizem, como se estivessem interpretando o papel de 007: cuidado que vocês estão sendo vigiados pelo SNI. Ora, meu deus do Céu, cuidado com o SNI, por quê? (SOBREIRA, 23/04/1967, p. 2).

Dito isso, arrematou:

Parece que a TRIBUNA DE JUAZEIRO está ficando cada vez mais importante, pois pelo que nos dizem esses amigos tão preocupados com a sorte do nosso jornal, toda a máquina de defesa nacional, a 10ª Região Militar, o Exército, a Polícia vivem agora em função da TRIBUNA DE JUAZEIRO e de seus “perigosos” redatores (idem).

No texto, ela atribuiu essa atmosfera policesca ao “jogo de fofocas locais”, imputando ao periódico uma dimensão diminuta, razão por que não encontrava sentido na idéia de que o mesmo pudesse estar sendo vigiado pelos homens da ditadura. Mais de 40 anos depois, Sílmia segue sem acreditar que essa atividade jornalística estivesse dotada de força suficiente que provocasse uma preocupação maior da parte dos órgãos repressores; embora não tenha descartado a possibilidade de que houvesse algum tipo de vínculo entre a sua atuação no jornal e a ocorrência de seu seqüestro/prisão, que se deu quase meio decênio depois do fechamento do periódico. Páginas acima recordamos o episódio em que estudantes utilizaram um artigo da intelectual como se estivessem entregando um panfleto comum. Antes disso, fizemos notar a influência de um texto da autora (“Natal de não”, provavelmente) sobre a visão de mundo do então jovem Renato Dantas. Aqui, acrescentaremos o uso de textos do jornal em escolas (fato citado no artigo “A Tribuna vai à escola”, de 16 de abril de 1967). Supomos que se esses materiais jornalísticos incutiam aspectos novos no repertório de estudantes universitários e secundaristas, e até em jovens que, naquele momento, procurassem uma direção que o guiasse em meio aos transtornos, por que não haveriam de chamar a

atenção de agentes da polícia? Afinal, conforme ela nos indicou, “um texto são mesmo penas ao vento”.

Independente disso, das várias respostas que pudéssemos dar a cada uma dessas questões, nos estertores do ano 1967, os presságios para 1968 não pareciam figurar na categoria dos melhores. Talvez por isso, um ano antes da imposição do AI-5, a articulista da Tribuna recorrerá a Brecht para referir-se a uma “má hora para o lirismo”. Fez isso pensando na educação, mas nem assim se recusou a lutar por ela, pelo teatro (“Façamos o nosso teatro”) e demais formas de representação artística (“Abrigo para a nossa arte popular”). Tanto ou mais do que seus contemporâneos, reivindicou a construção de um teatro para Juazeiro, anelo que seria concretizando somente na década 1970. Ademais, essa “má hora” tinha a ver com o cenário interno, mas também estava relacionada ao quadro mais geral. Por isso, ela não se esquivou de se pronunciar sobre o fato político que dividia águas no mundo inteiro, à época, a Guerra do Vietnam, e citando apelo de Bertrand Russell, traduzido e publicado na Revista da Civilização Brasileira, exprimiu-se: “O que o governo dos Estados Unidos está fazendo no Vietnã pode ser comparado ao que os nazistas fizeram na Europa Oriental, excetuando a matança sistemática de Judeus” (Tribuna de Juazeiro, 26/02/1967, p.2). Nessa passagem bastante incisiva, é oferecido ao leitor o que denominaremos aqui de persistência temática do antiimperialismo, um dos aspectos ideológicos que se revelaram da cuidadosa leitura dos seus escritos.

Em suma: história, imperialismo, nacionalismo, ditadura, subdesenvolvimento, educação, arte e religião estiveram entre as temáticas preferenciais tratadas por Sílvia Sobreira no periódico Juazeirense. No plano teórico, se apoiou em autores e textos exatamente adequados ao contexto da época e às intenções que a moviam. No plano metodológico, não se deixou levar pela neutralidade axiológica que movia, e ainda hoje, segue movendo, milhares de seus pares. Politicamente, tomou posição frente aos acontecimentos do seu tempo. A exemplo do ocorrido em outras partes do país, envolvendo também intelectuais, - Caio Prado Junior, Florestan Fernandes etc. - Sílvia combinou - com maestria - política e especialização. Por tudo isso, quando a caracterizamos não é por outra expressão, salvo a de uma intelectual moderna, urbana, orgânica e de incontestável sensibilidade social. No artigo “Por uma história combatente”, reivindicando Nelson Werneck Sodré e José Honório Rodrigues (este, em particular), ele desmistificará a sonsa noção de neutralidade, afirmando que “Não há

história neutra, imparcial. A que parece neutra, na realidade, está a serviço do status quo”. Não por acaso, em seu artigo “Antes tarde do que nunca”, classificou a política externa do governo Castelo Branco de “política externa de espinha curvada”, colocando o Brasil “muito mais a serviço da segurança externa dos EUA do que da sua própria”.

Ao contrário dos intelectuais tradicionais, representantes - como bem o disse Gramsci - “de uma continuidade histórica ininterrupta”, Sílvia Sobreira compôs o time de uma categoria especial de intelectuais, cuja práxis estava a serviço de novas relações sociais e políticas, colocando-se frontalmente em oposição ao status quo. Percebe-se com isso que ela esteve na vertente oposta da intelligentsia tradicionalista corporificada em Murilo de Sá Barreto e Amália Xavier de Oliveira, devidamente descritos nos capítulos um e dois da presente tese.

Essa corrente conservadora do pensamento social cariense não era atributo de Juazeiro. Vimos isso quando nos debruçamos nas especificações de religiosos e outros ideólogos barbalhenses e cratenses. Em geral, esses ideólogos conservadores possuíam fortes laços em relação ao catolicismo, haurindo desta concepção de mundo os seus aspectos essenciais. Isso posto, as suas idéias não nasceram da imposição do conservadorismo ideológico dos generais. Elas lhe são anteriores. Quando Sílvia voltou ao Cariri - depois de passar por Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro e Nancy - trazia consigo uma formação humana e política oposta, nas grandes linhas, a essa cultura tradicional que nutria os intelectuais da sua terra. Mas, essa dramática contradição - conforme extraímos da entrevista que nos concedeu - somente veio a lume depois do seu retorno à região.

Vejamos a forma em que ela resumiu esse brutal antagonismo:

Até o período que passei na França tive prática religiosa, mas, ao voltar, fui ficando incomodada, não por causa do golpe ou da ditadura, mas pelo discurso da Igreja que é muito anterior à ditadura. Houve sempre algum padre ou religioso que tinha uma posição mais crítica, mas quanto a uma postura conservadora por parte de outros, isso é anterior, já era assim antes. A mesma coisa no ensino.

Ou seja: a sua oposição a esse modo de vida, a essa configuração ideológica encerrava raízes muito mais entranhadas. Ao se defrontarem com o país submergido na maré de um despotismo militar, essas duas vertentes teriam que se mover segundo orientações cabalmente divergentes. Assim, a intelectualidade tradicionalista -

identificada por “uma continuidade histórica ininterrupta” - saudará à “Redentora”, que supostamente teria salvado o país do “perigo comunista”, ao passo que intelectuais de prumo crítico, democrático e nacionalista se integrarão à luta e denúncia do regime civil-militar opressivo. Se olharmos para trás, não há meio de não constatar a adesão de Sílmia Sobreira a essa segunda corrente que decidiu remar contra a maré.

Não será tarefa das mais embaraçosas verificar essa suposição. Já no preâmbulo de um artigo designado “Antes tarde do que nunca”, essa adesão era realçada através de um tom duro e contundente, que ela soube empregar quando se fez necessário, contra a política entreguista levada a termo pelo regime dos generais:

A nossa soberania nacional vem sendo amarfanhada nesses últimos tempos sem o menor pudor, nem da parte dos que a amarrotam nem de nossa parte que parecemos nos resignar ao papel subalterno de eterno satélite das grandes potências. Isso não é de hoje. Até parece que já virou foi hábito (SOBREIRA, S/D, p. 2).

Certamente, Sílmia Sobreira devesse conhecer a tênue linha de fronteira separando esses pontos de vista daquilo que vulgarmente era definido de cripto-comunismo nos limites da linguagem do período. Dizer que a nossa soberania nacional estava sendo amarfanhada, com certeza, deveria ser considerada “coisa de comunista”. Talvez por isso, dentro do mesmo artigo, ela se pronunciou em referência a esse problema:

Não duvido que chamem esse artigo de subversivo como chamaram outros, o que me faz achar uma graça imensa. Recuso-me absolutamente a aceitar com tranqüilidade a posição de colônia e de satélite para o Brasil e certamente não faltará fanático ou mistificador que chame de comunista a todo aquele que denuncia a aproximação das garras da grande águia (IDEM, S/D, p. 2).

É de importância substancial verificar a sequência do artigo, quando o papel das FFAA é contestado com inusitada firmeza, a se considerar o contexto em que o escrito foi produzido:

Mas o que dá mesmo impaciência é ver nossas Forças Armadas, de tradições tão gloriosas, fazer o jogo desse grupo de fanáticos; em vez de se angustiarem pela nossa soberania, segurança e autonomia, se prestam a uma função policialesca de caça às feiticeiras sem nenhuma dignidade. Em vez de descobrirem quais os nossos verdadeiros interesses e defendê-los nossos homens de armas vão aprender na Escola das Américas como melhor defender os interesses dos EUA. Não é

por acaso que se multiplicaram na AL e no mundo os golpes de Estado com o beneplácito da Pax Americana (IDEM).

Uma coisa é estarmos lendo esse artigo hoje, reproduzindo-o; outra, bem distinta, distinta pelo vértice, é alguém a escrever exatamente isso em pleno governo do general Costa e Silva. Podem classificar essa postura de inúmeros modos; quanto a nós, só podemos classificá-la de resistência.

Saltam aos olhos, a expressão nacionalista e antiimperialista que, em última hipótese, define o caráter político-ideológico do texto, confirmando assim a sua adesão à vertente crítica e nacionalista. Não conseguimos vislumbrar em nenhum autor do período, que vivesse à época sob o céu do Cariri, uma eloquência mais meridianamente antiditatorial, com toda a carga de significação do regime militar, do que aquela que expressou Sílmia Sobreira em seus artigos de 1966/1968.

Subjacente aos artigos havia uma mulher de sólida formação intelectual. Passado tanto tempo, e especulando quanto à natureza precária das condições da época, não há modo de não indagar: quais os fundamentos que lhe serviram de referência e permitiram-lhe se colocar em uma posição tão destacada entre os seus pares de geração?

Há, sem dúvidas, marcas específicas em sua formação que, de certo modo, explicariam a qualidade da sua oposição ao regime dos generais. É problemático imputar unicamente a um dado fator a faculdade de elucidar determinadas situações e personagens. Supomos, porém, que, em dadas circunstâncias, um ou outro fator pode, de repente, lançar lume em volta de questões que dizem respeito a um só indivíduo ou a uma coletividade. Para tentar responder a essa questão aberta, acreditamos que seja necessário nos deter brevemente sobre a trajetória de vida de Sílmia Sobreira.

As respostas que ela nos proporcionou de um elenco de perguntas as mais variadas, certamente podem servir de fio condutor dessa investigação. Parece-nos essencial salientar o fato de Sílmia haver usufruído de condições que lhe consentiram frequentar instituições de ensino cujas portas estiveram cerradas para a maioria dos seus contemporâneos. Deixando de lado esse aspecto, verificaremos as suas inclinações ideológicas ainda sob a base do ensino médio:

Como disse, ao responder a uma pergunta anterior que o senhor me fez, a base de minha formação é a literatura e o cinema que alimentaram meu gosto pela liberdade. Fiz o segundo grau em Fortaleza, no Colégio da Imaculada

Conceição onde, pela primeira vez, tive uma vasta biblioteca (que me parecia enorme) a meu dispor. Lá, tive duas professoras marcantes, uma bem diferente da outra: Irmã Elisabeth, sisuda, professora de português e de francês, o lado do “amor à língua”. E a Irmã Maria, professora de espanhol e adjunta da JEC. A JEC foi uma experiência inesquecível pela importância na minha formação, um exercício fantástico de liberdade de pensar, fazer propostas, responsabilizar-se por elas. Acho que posso situar aí o embrião de minhas preocupações políticas. No colégio havia também a Congregação das Filhas de Maria, mas sua proposta francamente piedosa não me atraiu. Na JEC havia uma preocupação com o social que diferia da prática caridosa das Luíças de Marillac, outra proposta oferecida à escolha das alunas. Também participei da JUC, sobretudo em Recife, até 1960 (SOBREIRA, 2009).

Alguns pontos, desde já, devem ser realçados. Primeiro, o papel que a literatura e o cinema cumpriram em sua formação, promovendo em seu espírito “o gosto pela liberdade”. Ora, dialogando criticamente com Georg Simmel, sociólogo alemão, Plekanov (2006) questionou-lhe, sobretudo, a relação que ele estabelecera entre liberdade em sentido oposto a uma sujeição. Por que o questionamento? Para o intelectual russo, esse seria somente um aspecto elementar do conceito. Era preciso ir adiante. A liberdade, antes de tudo, seria a necessidade feita consciência. Retomo essa antiga querela, para esclarecer que “o gosto pela liberdade” se tornou um apanágio da formação/ humanização de Sílvia Sobreira no marco de uma “necessidade feita consciência”. Assim, ao se deparar com a sujeição que o militarismo impusera ao país, salta à vista a antinomia liberdade/sujeição de Simmel, mas isso se realiza não à luz do horizonte teórico do sociólogo alemão, mas em sintonia fina relativamente à tese preconizada pelo velho marxista russo. Dentro dessa linha, antes mesmo do golpe de Estado a liberdade se fizera necessidade na consciência de Sílvia.

Uma das saídas que a escola lhe oferecera se desenhara na opção religiosa “francamente piedosa”. Ela, no entanto, fez uma opção distinta. A sua imersão na Juventude Estudantil Católica (JEC) dirigiu-lhe o olhar para um ponto diametralmente oposto sugerido por duas palavras: “preocupação social”. Essa escolha se aprofundou a partir do seu deslocamento para o Recife quando se organizou na Juventude Universitária Católica (JUC). Convém notar que na JUC todas as questões que dividiam águas na sociedade eram abordadas. Nesse momento, as influências das elaborações sociais emanadas da Europa - inclusive a noção de “padres operários”, que vinha da

Bélgica e da França - “faziam a cabeça” de toda uma geração de jovens ativistas sociais que militavam em grupos leigos de inspiração católica.

Em geral, esses exemplos são cuidadosamente fisgados para desqualificar qualquer argumentação que venha a sugerir as conexões entre a corporação católica e o golpe de Estado e até em agrupamentos de jovens não-católicos. Inversamente, a radicalização de jovens que professavam o catolicismo, em uma conjuntura de polarização social e ideológica, gerou zonas de tensão entre eles e à hierarquia católica, introduzindo muitos desses jovens em organizações marxistas. Dada a eclosão do golpe (e a instauração do despotismo militar), essa zona de tensão não parou de se estender, consoante se observou na experiência da Ação Popular, estuário de onde proveio certo número de militantes que, em seu devir político, adotou o marxismo de referência, cabendo ressaltar que parte desses militantes migrou para luta armada. É patente que muitos seguiram militando sem perder as referências católicas. Ainda na França, Sílvia se manteve atenta à “prática religiosa”

Deve-se salientar o vigor de muitos estudos levados a cabo por estudiosos simpáticos à causa católica, que, não raramente, se utilizam desses exemplos para provar a inconsistência das vertentes teóricas que não poupam ataques à conduta da corporação por ter apoiado o golpe de Estado. A nosso ver, é uma temeridade dissimular o papel exercido pela instituição se utilizando do exemplo desses jovens que, em linhas gerais, cumpriram uma função resistente no tocante à ditadura e, incontáveis vezes, não somente não contaram com a solidariedade da maior parte dos líderes do catolicismo no Brasil, mas se depararam, em oportunidades¹⁹⁰ variadas, com a sua mais cabal reprovação. No limite, estávamos ante as contradições da realidade sobre as quais as instituições faziam as suas apostas e tomavam as suas decisões. Essas apostas e

¹⁹⁰ A título de ilustração, lembremos que ativistas ligados às organizações de leigos católicos foram perseguidos, e alguns até presos, nas semanas de “caça às bruxas” que marcaram o cenário político pós-golpe, sem que a hierarquia da igreja católica adotasse uma postura firme de repúdio a esses atos repressivos. Ademais, esses exemplos abundaram nos anos seguintes. A cumplicidade de membros proeminentes da nomenclatura católica com a ditadura, mesmo depois da prisão dos dominicanos por agente da repressão, e na sequência dos fatos, o encarceramento e tortura de frei Tito, chama a atenção por seu grau acentuado de colaboracionismo. (ver Frei Betto; Serbin). Por fim, as posturas em contrário de lideranças como d. Hélder e d. Fragoço, praticamente desde o começo, e de d. Paulo Evaristo Arns, depois de certo tempo, não correspondiam à linha mais influente entre os seus pares, ao longo dos anos 1960. Constituíam, em última análise, fidedignas trincheiras de resistência no interior da própria instituição. Gradualmente, o ideário desses guias católicos de indiscutível envergadura – centrado na defesa dos direitos humanos – foi se reforçando e favorecendo a formação de casamatas para abrigar os perseguidos do regime.

decisões nem sempre resultaram de um consenso. Não foi diferente na igreja católica. Ela adotou uma linha geral, mas em seu interior não deixou de existir a contradita. Alguns intelectuais de origem católica, de longa tradição quanto à “prática religiosa”, caso de Sílmia Sobreira, decerto, necessariamente, não trataram essa linha geral tal qual estivessem ante um artigo de fé.

Portanto, entre 1964 e 1968, as relações entre intelectualidade, política e poder se tornaram escrupulosamente estreitas e, em larga medida, a maior parte da intelligentsia nacional se posicionou francamente em oposição à ditadura. Esse aspecto do problema não deve ser desprezado até para que entendamos que a postura adotada por intelectuais na região do Cariri, em aberta divergência à ordem militarizada, não foi um raio no céu azul ou decorrente de atos isolados de pessoas absolutamente brilhantes. Ela encontrava uma base social e política que, sem dúvida, ultrapassava as fronteiras regionais. No caso de Sílmia, ela soube penetrar na singularidade dos processos sociais da região sem abrir mão de atar à análise do local uma panorâmica mais abrangente.

Segundo o nosso suposto, esse contato em relação à realidade exterior ao vale do Cariri sempre foi de indissimulável importância para o seu trabalho de dissecação crítica do militarismo, segundo ela mesma implicitamente sugeriu:

O Cariri, naquela época, era melhor servido em termos de jornais, livrarias e cinema que agora. Não me lembro mais do nome da livraria-papelaria do Crato onde me abastecia do Correio da Manhã (Rio), do Pasquim (minhas principais fontes de informação), da Revista Civilização Brasileira e da Revista Paz e Terra. Além da livraria, podia lançar mão do reembolso postal. Antes de retornar, fiz uma assinatura do Le Monde que pôde ser renovada. Nunca tive aborrecimento por causa dessa assinatura. Minhas leituras eram variadas, passando pela informação política, pela literatura (poesia, romance) e pelo humor, uma arma poderosa (SOBREIRA, 2009).

Assim sendo, essa ativa intelectual, em uma das quadras mais difíceis da vida brasileira, em larga medida e com muita clareza, se mostrou conectada a um tipo de projeto político que Gramsci nomeou de *cultura nacional e popular*. Cultura essa que o capital monopolista sentia a imensa necessidade de dilacerar-lhe a alma, cortar-lhe os punhos e tornar-lhe menos cortante o gume. Ao recuperar aspectos da cultura nacional e popular, colocando-se em oposição frontal à dinâmica do capital monopolista e do regime político que o favorecia, a intelectual juazeirense abeirou-se do ano de 1968, não como quem olhasse triste para o passado, mas como quem atravessou duras provas e

agora precisava urgentemente seguir adiante. O ponto para ser resolvido era: de que forma fazer?

Efetuada esse interregno, reforçemos que em 1968 ocorreu uma inflexão conjuntural no marco da etapa contra-revolucionária. Mais do que isso, o ascenso estudantil - que aqui jorrou feito uma torrente, em princípio, irrefreável - se fez ver na situação de um fenômeno internacional. No caso do Brasil, o assassinato do estudante Edson Luis, em fins de março de 1968, reforçou as mobilizações estudantis que vinham questionando os acordos MEC-USAID e protestando contra a ditadura militar. A passeata dos 100 mil no Rio de Janeiro entrou para história e serviu de referência para esse momento de inflexão na conjuntura. Afora isso, operários de Osasco e Contagem voltaram a se pronunciar mediante greves e protestos, e paralelamente, cresceu a agitação política no meio artístico. No caso do Ceará, de Fortaleza a Crato, milhares de estudantes ganharam as ruas. Em forma de resposta fulminante, a ditadura baixou o Ato Institucional nº 5 e aprofundou o regime bonapartista. Aparentemente, Sílvia se recolheu ao seu trabalho na Faculdade de Filosofia do Crato. Cerradas as portas da Tribuna de Juazeiro, seria preciso buscar novos mecanismos para seguir contradizendo as sem-razões de Estado de um Estado Militarizado. Aqui retomamos ao parágrafo anterior. O ponto a ser resolvido era: de que forma fazer? Ou seja: de que modo lutar?

A nossa resistente apresenta essa questão do seguinte modo: “Em seguida, se formaram outros laços fora do âmbito da Faculdade ou da Tribuna, como por exemplo: Eudoro e Ermengarda Santana”. Aqui cabem algumas breves informações. Eudoro Santana foi dirigente estudantil e depois da ditadura ocupou cargos públicos, eletivos ou não. Interessa-nos, entretanto, descortinar a sua trajetória na fração histórica que nos serve de referencial. Recentemente, um dos dois maiores veículos de comunicação do estado fez o seguinte apanhado acerca do seu trajeto nos anos 1960/70:

Eudoro Santana é natural da cidade de Quixeramobim. Começou a fazer política na Universidade Federal do Ceará, onde se formou Engenheiro Civil. Como ativista estudantil participou da direção do Centro Acadêmico do curso de Engenharia Civil, foi Vice-Presidente da União Estadual dos Estudantes, Presidente do Diretório Central dos Estudantes, e foi o primeiro estudante da UFC a participar do Conselho Universitário, além de ter representado (...) vezes o Ceará junto a UNE - UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. Ainda durante a Ditadura Militar Eudoro Santana foi demitido da Petrobrás e teve seus direitos políticos cassados, refugiando-se

no Cariri, onde recebeu a proposta de fazer parte do Projeto ASIMOV, um projeto da UFC em parceria com a Universidade da Califórnia, com o objetivo de estruturar empresas no Brasil. A partir daí adotou o Cariri, principalmente Barbalha, como seu ambiente de trabalho político (in: ÚLTIMA HORA - <http://verdesmares.globo.com>).

Esse quadro resumido permite-nos entender não somente a quem estamos nos referindo, mas igualmente porque naquele momento, ao se colocar além dos espaços da universidade e do jornal, o caminho de Sílmiã vai se cruzar ao de Eudoro/Ermengarda Santana.¹⁹¹ Conforme a nossa suposição, Eudoro cumpriu naqueles anos um papel de articulação, de caráter nitidamente clandestino, engendrando, em princípio, uma rede de contatos que deveria estabelecer vasos comunicantes junto à luta política subterrânea em curso no país. Ao se tornar esfera de influência dessa rede, a intelectual juazeirense, que até então não houvera sido molestada, se colocou plenamente em uma posição de risco iminente. Nestas circunstâncias, algumas pessoas se integraram a esse processo de estruturação de uma rede ilegal de ativistas que ia alimentando a resistência.

Em seu depoimento, Eudoro Santana, três vezes feito prisioneiro pela ditadura bonapartista, resumiu as atividades de um grupo subterrâneo que encontrou no Cariri condições mais favoráveis para o seu desempenho. No fim das contas, a localização central da região era utilizada com o fito de realizar reuniões clandestinas. Mas, além disso, ao redor da CECASA (empresa de cerâmica comandada por Eudoro), se aplicou uma política consciente de estruturação social de perseguidos do regime. Não por acaso, José Luis Guedes (presidente da UNE no biênio 1966/67) trabalhou durante um período bastante razoável na firma mencionada ocupando a função de supervisor. Por fim, esse centro situado em Barbalha (embora, à época, Eudoro morasse no Crato, mudando depois para o Juazeiro) contribuiu para constituição de uma rota de fuga para ativistas acoados pelo que Rago Filho (2001) denominou, com muita propriedade, de “sisudez inculca dos bonapartistas”. Nesse sentido, outro ex-presidente da União Nacional dos Estudantes - Aldo Arantes (presidente no biênio 1961-62) - passou também pela região empreendendo um movimento de fuga que teve apoio da central caririense.

Antes de mais nada, quando saiu de Salvador - depois de ser demitido da Petrobrás - Eudoro Santana se deslocou para o Cariri, mas sem perder o contato em

¹⁹¹ Ermengarda é esposa de Eudoro Santana, tem relações de parentesco com Sílmiã Sobreira e, embora ajudasse discretamente na resistência política, pareceu realizar uma aproximação, de fato, com o campo artístico-cultural.

relação à Ação Popular (AP). Tampouco deixou de cumprir tarefas deliberadas no âmbito da organização. Pode-se ver: a sua tarefa - partindo da CECASA - jamais se deu aleatoriamente. Tinha, sim, um sentido premeditado, consciente. Dito isso, não devemos descurar de uma questão: o seu nome e a sua militância política não eram aspectos que devessem escapar à vigilância policial. Sem querer nos retardar, não nos parece plausível, contudo, que os seus movimentos não estivessem sendo rigorosamente monitorados pelas equipes de inteligência do regime. Esboçando o problema em seu conjunto: não era plausível que os movimentos de Aldo Arantes e José Luís Guedes também não estivessem sob o mais rigoroso monitoramento. Portanto, a região do Cariri deve ter sido colocada, entre os fins dos anos 1960 e primeiros anos do decênio seguinte, no raio de mira dos governos militares.

Constata-se também a ação complementar levada a termo por Hermengarda, a companheira de Eudoro Santana. Foi por intermédio dela que, por exemplo, se abriu o contato com Jefferson Albuquerque Júnior.

É válido citar novamente o nome de Jefferson Albuquerque Júnior, cineasta e membro de uma família de forte tradição intelectual. Nesse meio tempo, ele voltara ao Cariri, depois de residir em três pontos sensíveis da luta de classes no país: Fortaleza, Recife e Brasília. Desta última, trouxera uma rica experiência cultural que, ao retornar ao Crato, decerto, produziu interesse e gerou influências. Não custa também recordar que a sua passagem pelo Chile, onde morava a sua irmã Ângela, exilada da ditadura, também muito lhe acrescentou ao repertório cultural e político. Praticamente um refugiado em sua própria terra, Jefferson se aproximou de Eudoro no exato instante em que se fechava o cerco da repressão ao redor do núcleo que, imaginamos, devesse ter a CECASA (empresa de cerâmica comandada pelo casal Santana) na condição de bunker de uma esquerda, então, rasgada em pedaços. Aqui já podemos, sem hesitação, afirmar que todo esse movimento se dava em torno de um eixo: a Ação Popular (AP).

Talvez fosse mais adequado falarmos de um círculo de resistentes, uma vez que em seu interior havia a presença de pessoas que, certamente, adotaram como regra o secretismo e outros, como era o caso de Sílvia Sobreira, cuja opção, a princípio, estava concentrada na ação pública legal. A questão era: de que modo desenvolver uma ação pública legal naquele instante com viés de esquerda?

Para tratar deste tema e tentar responder à indagação acima, será preciso recuar ligeiramente no tempo.

Em setembro de 1969, depois do espetacular sequestro do embaixador norte-americano, Charles Burke Elbrick, - partindo de uma iniciativa da DI-GB (Dissidência Interna Guanabara), que daquele momento em diante passaria a se assumir por Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), em conjunto com a Ação Libertadora Nacional (ALN), acentuou-se a virulência das forças contra-revolucionárias instaladas no poder central.¹⁹² O primeiro sinal mais contundente da ferocidade repressiva que se abateria sobre o conjunto da esquerda brasileira foi o assassinato de Carlos Marighella, em novembro do mesmo ano. Daí em diante, a ditadura utilizará toda maquinaria coercitiva para fazer valer a ausência severa do tão propalado “estado de direito”. Depois da posse de Emílio Garrastazu Médici (30/10/1969) teve início um dos governos de maior coercitividade da história republicana brasileira. Em seu governo, a burguesia demonstrou até que ponto está disposta a ir para assegurar os seus privilégios de classe dominante.

No governo Médici se fortaleceu a ideologia do “desenvolvimento com segurança”, emanado do arsenal teórico dos EUA no contexto da “Guerra Fria”. As frases de efeito - “Brasil, ame-o ou deixe-o”, “Esse é um país que vai pra frente” etc. - passaram a cumprir a função de ordens do dia. O país se tornou um porão destituído de qualquer utilidade. A todo esse gestual áspero se somava a retórica do “milagre brasileiro”, embalada pela tosca noção de que era preciso fazer crescer o bolo para depois dividi-lo. Em economia, no entanto, não é suficiente a beleza da expressão. Nas sombras da propaganda do regime se movia quase silenciosamente as contradições de um modelo econômico totalmente reduzido à dependência ao capital internacional. Aí residia o nó-górdio da questão, desvendando a crônica de uma morte anunciada. Não obstante a euforia, o “milagre” tinha pés de barro.

Quando Garrastazu Médici transferiu a faixa presidencial para Ernesto Geisel estava, de fato, se dando a combinação de três processos: primeiro, ele entregava literalmente o país com a esquerda aos trapos. A luta armada, nos centros urbanos, fora

¹⁹² Relativamente à descrição e história das correntes de esquerda do Brasil, tomando por referencial todo o período republicano, recomendamos a leitura do livro de Antônio Ozai da Silva “História das tendências no Brasil” (S/D).

sufocada. Restava somente a “Guerrilha do Araguaia”, uma espécie de representação local do modelo de Mao Tsé Tung de “Guerra Prolongada”, e que era dirigida pelo PCdoB, uma dissidência do PCB anterior ao golpe de Estado. Em segundo lugar, a vertente militar conhecida por “Linha Dura” saía de cena e era substituída pela corrente política dita “democratizante”, autoproclamada “Sorbonne”. No que diz respeito a esses dois agrupamentos militares, tem primado à abordagem histórica liberal que costuma atribuir as “coisas ruins” a “Linha Dura” e as “coisas boas” à suposta corrente liberalizante que forneceu três dos seus quadros à função maior do país nos tempos de ditadura: Castelo Branco, Ernesto Geisel e João Figueiredo. Evidentemente, havia disputas nas Forças Armadas. Do mesmo modo, existiam divergências dos grupos liderados por Castelo Branco e Costa e Silva, às vésperas da ação golpista, e essas discordâncias não desapareceram com a evolução dos fatos. Da nossa parte, comparamos essas duas vertentes do militarismo golpista a uma cobra de duas cabeças que, por seu turno, brigam pela mesma comida. Sem dúvida, uma cabeça não é a outra, mas as duas pertencem ao mesmo corpo e era este corpo que estava no centro das decisões políticas. Por fim, na transição Médici-Geisel o “milagre econômico” se afogava em mar bravio e esse trajeto declinante da economia se reforçou devido à crise do petróleo, que estava apenas começando. Pode-se dizer que o dinheiro que entrou para financiar o logro do “milagre”, por exigência do seu proprietário de origem, teria que voltar à casa paterna. Os primeiros sinais da crise da dívida externa estavam apenas sugerindo aos mais incautos que a “festa” chegara ao fim.

Esse foi o país que o 4º presidente-ditador recebeu no dia 15 de março de 1974, pouco mais de um mês antes da queda da última casamata política que se formara ainda no governo Médici, tendo por cenário a região do Cariri e por força política um precário ajuntamento de esquerda.

Precedendo os acontecimentos de 1974, vale lembrar que dois anos antes Sílvia Sobreira se candidatou ao cargo de vereador, obtendo, em suas palavras, uma votação superior ao número de seus leitores no jornal. Esse seu “colégio eleitoral” foi formado basicamente de professores e estudantes. A sua candidatura se deu pelo MDB e não seria exagero conjecturar que ela considerasse essa sua decisão no marco do esforço de resistência à descomunal máquina repressiva do regime, uma vez que, em sua opinião, a “resistência à ditadura podia ser notada em pessoas que emitiam sua opinião em

conversas ou por partidários do MDB”. Entre a experiência institucional e a deliberação de largar tudo (1975) e começar ¹⁹³de novo, enveredando pela psicanálise, houve o episódio do seu seqüestro por agentes da polícia federal, conforme nos relatou:

Em 1974, num curto período de tempo, houve uma sucessão de prisões no Nordeste, talvez no Brasil. Em Juazeiro, no mesmo dia, ou num dia depois do outro, não me lembro, Eudoro e eu. 28 de abril. Eu estava sozinha, era o fim da tarde, vinha de volta do sítio aonde fora levar o filho do morador que tinha sido batizado e seus padrinhos. Estacionei diante o Hospital São Lucas onde ia pegar um produto para colocar na água do sítio. Ao descer do carro fui abordada por dois homens que se disseram da Polícia Federal. Eu estava perto de casa, ainda tive a ingenuidade de propor para avisar a minha família. “Não queremos confusão com sua família”, responderam e me levaram para um quartel do Tiro de Guerra, em frente à Rodoviária. Lá chegando me algemaram e me vendaram os olhos. No dia seguinte fomos levados, Eudoro, duas pessoa que não sabia quem eram e eu. Não sabia para onde estava sendo levada, mas na cela onde fiquei com mais três mulheres, uma delas disse que estávamos em Recife por causa de um sino ou relógio que soava ali perto. Eu não as conhecia e não falávamos do que nos tinha levado até ali, só falávamos banalidades. Não fui levada para interrogatório nos primeiros dias, depois começaram só por perguntas, depois, uma vez só, pequenos choques elétricos, depois um álbum de fotos para identificar alguém, mas onde, para bem ou pra mal, não reconhecia ninguém. Nessa noite (os interrogatórios eram à noite), o carcereiro recebeu instrução para me deixar em pé, algemada à grade. Quando tudo ficou em silêncio, o carcereiro me mandou tomar um banho, me deu um copo de leite gelado e me disse para me deitar, aconselhando-me a identificar quem eu reconhecesse nas fotos, porque no dia seguinte seria mais pesado. O dia seguinte foi um dia longuíssimo, e não fui chamada para interrogatório. No outro dia seguinte de manhã, o carcereiro diz para eu tomar banho e trocar de roupa, enquanto me entrega uma bolsa de viagem com roupa e toalha de banho, sinal de que meu pai estava ali. E de fato, lá estavam meu pai e Ermengarda. No 13º dia voltamos juntos os quatro para Juazeiro. Eudoro não foi poupado e, quanto a mim, posso dizer que em relação às barbaridades cometidas com tantos presos políticos, não sofri muito, certamente por não estar numa rede de contatos que ultrapassasse o número dois: Eudoro e Ermengarda (SOBREIRA, 2009).

¹⁹³ Sobre isso, nos falou Sílmia em depoimento: *E em 1975, resolvi mudar de rumo e aprender a fazer outra coisa. E desde 1981 estou na psicanálise, quando li em um psicanalista francês, Jacques Lacan, sua formulação da descoberta freudiana: o inconsciente é estruturado como uma linguagem. E, assim, como dizem os franceses e para brincar um pouco, “la boucle est bouclée”...* (SOBREIRA, 2009).

Sequestro e tortura, eis o saldo de 13 dias tormentosos na vida da intelectual juazeirense. Analisando mais detidamente o fato e o seu entorno, além de não negligenciar o que nos disse Eudoro Santana em depoimento, tanto em relação ao sequestro quanto à Sílmiã, parece-nos coerente relacionar o acontecido à política de abrigar e garantir a fuga do ativismo perseguido. Dias antes do fato, Sílmiã Sobreira utilizara o seu fusca para recolher um casal de militantes vindo do Pará. Efetivamente, o carro já estava marcado, vez que fora empregado em outras tantas atividades. A dúvida que fica é: por que o aparelho repressivo não apanhou a intelectual e os dois foragidos a um só tempo? Ou seja: por que esperou? Em que pese estejamos diante de perguntas sem as devidas respostas, a realidade é que sobreveio a prisão, levada a cabo nas proximidades da residência da sequestrada.

A propósito, o sistema repressivo se profissionalizara e, naquela quadra, perseguia a esquerda - e a resistência clandestina que essa mantinha - pelos quatro cantos do país. A pedra de toque da ação repressiva - que se abateu sobre Sílmiã, Eudoro e outros - se centrou na descoberta feita pelo aparelho repressivo de que o Cariri estava sendo uma travessia para o deslocamento e fuga de militantes empurrados para clandestinidade. Esta é a nossa tese, visto que na região funcionava, sem dúvida, uma rede de apoio logístico aos resistentes perseguidos pelo Estado policialesco. Dentro do mapa regional, Barbalha se tornou o centro de uma rota de fuga que atraiu a atenção dos órgãos de inteligência da ditadura.

Sem dúvida, o papel cumprido por Eudoro Santana - organização política de opositores ao regime, localização profissional de militantes empurrados para ilegalidade e criação de uma rota de fuga para perseguidos políticos - lhe valeu os maiores suplícios. A intensidade dos choques que recebeu acumulou tal grau de eletricidade ao seu corpo que, ao primeiro contato com a torneira d'água para matar a sede, registrou-se um impacto que o empurrou contra uma parede próxima. As descargas sucessivas produziram efeitos sobre o corpo de tal modo que - mesmo findada a aplicação da tortura - ele haveria de transportá-las ainda por uma espécie de tempo suplementar. Existe, de resto, a confirmação do que lemos em "Brasil: nunca mais":

Na verdade, embora a tortura seja instituição muito antiga no país e no mundo todo, ela ocupou, no Brasil, a condição de instrumento rotineiro nos interrogatórios sobre atividades de oposição ao regime, especialmente a partir de 1964 (2001:53).

Desse drama, ainda, resultou a queda dos disfarces. Um deles, o do empresário pacato e civilizado. Por trás desse disfarce, por anos a fio, funcionou um esquema de rota de fuga e estruturação social de ativistas foragidos da sanha repressiva. Em 1974, ele foi duramente desbaratado.

O fato, decerto, chocou a região. Renato Dantas nos lembrou que se encontrava no Colégio Salesiano quando recebeu a notícia. Houve pânico na juventude e junto à intelectualidade, notoriamente entre aqueles reconhecidamente de oposição. Mesmo os intelectuais conservadores - Geraldo Menezes Barbosa e padre Murilo - pareceram atônitos frente ao fato. A família de Sílmi encerrava laços muito profundos junto aos círculos familiares mais bem aquinhoados de Juazeiro, embora, desde o seu pai, José Francisco da Silveira, adotasse um ponto de vista crítico em relação ao regime militar e às formas de dominação que se davam no âmbito da política local. Resta, assim, a considerar que mesmo se constituindo em um domínio familiar de certo prestígio no município, os seus membros deveriam ser observados por olhos acautelados, sobretudo pelo rigor intelectual e engajamento sócio-político da filha e a postura de criticidade do pai. Provavelmente, as audaciosas asserções de Sílmi Sobreira pudessem ter sido punidas ainda com maior severidade, e quem sabe até antes de 1974, se não contassem com a retaguarda dos laços de família. Esse fator, além do seu papel na aparência modesto na circunscrição de ativistas que resistia clandestinamente ao poder ditatorial, ajudou para que nesses treze dias o seu molestamento ficasse aquém daquele que acometeu a maior parte dos presos políticos, ainda que isso nos pareça bastante relativo. Eudoro Santana nos indicou que Sílmi chegou a sofrer hemorragia. Além do mais, a tortura não perde a sua significação, não se torna menos nefasta, por este ou aquele detalhe. A tortura - independente do seu tamanho e intensidade - produz as mesmas sensações de aflição e impotência.

Este breve apanhado desvenda o conteúdo de uma ditadura bonapartista cuja natureza arbitrariamente agressiva, de ordinário, não poupa sequer as pessoas oriundas das chamadas “boas famílias”; de resto, uma forma de se referir às famílias burguesas e de classe média. Ainda no caso de Sílmi, nunca é demais lembrar que, embora ela guarde silêncio a esse respeito, a sua rápida passagem pela “linha de proletarização” adotada por algumas poucas organizações de esquerda, incluindo a própria Ação Popular. Há indícios, que nos foram confirmados por Eudoro Santana, da sua

experiência de trabalhadora do setor de castanhas, em Fortaleza. Na leitura desenvolvida por Santana, ela teria nesse átimo se aproximado do PCdoB, embora seja esse dado algo que passou ao largo do seu depoimento. Tendo em mente essas questões, diremos somente que em tais indícios há um reforçamento da nossa caracterização de Sílmi Sobreira como uma intelectual orgânica. Isto é, a sua prática humano-histórica colocou o papel da atividade intelectual em um contexto plasmado pelo signo da organização e luta dos trabalhadores.

Voltando ao episódio da prisão, é interessante a observação do comportamento adotado por um dos principais políticos da direita na região, o deputado Leão Sampaio. Para ele, a sanha repressora do regime não explicaria o acontecimento, mas sim atividade transgressora desenvolvida pela intelectual. Em outras palavras: a responsabilidade fundamental não estaria com a ditadura. Interessante também a observação da resposta de Sílmi Sobreira ao parlamentar da Arena:

Quando falo em sequestro é para retomar o que disse ao Dr. Leão Sampaio, deputado federal, que veio fazer uma visita, não a mim propriamente, mas a meus pais, porém acentuando minha transgressão. Disse a ele que não tinha sido levada à prisão depois de culpa formalizada e direito de defesa, que aquilo tinha sido seqüestro e terrorismo.

Sequestro e terrorismo. Hoje, se discute se não deveria se reabrir o debate quanto à natureza terrorista do Estado militarizado. Ora, o que era o Estado militarizado senão um aparelho de terror institucionalizado. Não punir os responsáveis pelo terror estatal é preservar aberta a porta para que ele se repita. O episódio de “sequestro e terrorismo” de uma professora da Faculdade do Crato sinaliza para o *modus operandi* da ditadura bonapartista, mas também para necessidade de se abrir o debate em volta da punição dos terroristas estatais.

Compelida a falar acerca desse episódio, tanto tempo depois, Sílmi talvez minimize os suplícios a que foi submetida. Os depoimentos de padre Murilo e de Geraldo Menezes Barbosa apontam para um processo de supliciamiento de tal modo intenso que, em seus termos, a intelectual torturada parecia haver passado por uma transfiguração física e mental nada desprezível. A pele do tempo se acinzentou, mas é difícil não se ter uma idéia do significado de uma mulher ser sequestrada, ter os olhos vendados e os punhos algemados, viajar por mais de meio dia, sem que houvesse

convicção do rumo que seguia, e ter consciência para onde foi levada unicamente “pelo relógio que soava ali perto”. É difícil não se formar uma idéia da imagem dantesca de uma mulher “algemada à grade” e sofrendo a ação de “pequenos choques elétricos”. A isso temos tratado por institucionalização da tortura ou terrorismo de Estado. Quem melhor o expõe é quem o sofreu.

Nesse caso, as maiores atenções estiveram voltadas para Eudoro Santana, que, em princípio, parece haver passado pelas provações mais intensas. Antes de correr o fecho no tocante ao assunto das prisões, é uma constante temática a denúncia contra Fabriano Livônio Sampaio, eleito prefeito de Barbalha precisamente no ano de 1974. Contra ele pesam as firmes acusações de haver participado de torturas, haja vista, inclusive, a passagem de Fabriano, na condição de tenente do exército brasileiro, pela cidade de Olinda. Esses acessos de brutalidade do ex-chefe do executivo barbalhense são negados pelo médico e historiador, de verve conservadora, Napoleão Tavares. Por aí se verifica, vinte cinco anos depois da deblaque do regime militar, a disputa em torno da memória dos acontecimentos. Uma altercação que, invariavelmente, tem colocado em lados opostos¹⁹⁴ os defensores e opositores da ditadura policialesca.

D) DA RESISTÊNCIA POSSÍVEL À “TRANSIÇÃO CONSERVADORA”

Para sermos breves e avançarmos para o desfecho deste capítulo dedicado à resistência, recordemos que, miligrama por miligrama, o “conglomerado autocrático” conseguiu devastar a esquerda organizada do país. Uma parte, ao pôr-se em isolamento por via do exílio, se obrigou a esperar o ano de 1979, quando a Lei da Anistia permitiu o retorno de centenas de desterrados; uma segunda parte se dissimulou no interior do próprio país e não voltou à cena pública até o governo ser obrigado a conceder anistia, por conta de um dos mais amplos movimentos da República brasileira; um terceiro agrupamento decidiu se engajar na luta institucional contra a ditadura; um quarto agrupamento permaneceu ainda prisioneiro nos cárceres da ditadura; por fim, um quinto

¹⁹⁴ No blog <http://blogdocappacete.blogspot.com>, partindo inclusive de informações do professor João Quartim de Moraes, vê-se uma lista de torturadores do período militar, entre eles figurando o Sr. Fabriano Livônio Sampaio (acesso em 05/02/2010). Sobre o ex-prefeito de Barbalha, lê-se: “Tenente do Exército; servia no Grupo de Artilharia de Costa Motorizada em Olinda (PE)”.

grupo passou a compor a trágica lista de quase 400 nomes entre mortos (144 sob tortura) e desaparecidos.

De um modo geral, nos anos 1970, Zédebrito Filho, Sílmiã, Eudoro, Ermengarda e Jefferson se localizaram, efetivamente, no terceiro grupo, se pautando, então, pelo embate institucional contra a ditadura, sem, contudo, negar a sua participação em uma rede de apoio logístico à luta clandestina.

No governo Geisel, ao contrário do que alguns propagam, a repressão seguiu, e não por uma sinuosidade alheia às orientações supostamente democráticas e humanistas do chefe, mas por política deliberada de Estado.¹⁹⁵ Nesse ínterim, a Guerrilha do Araguaia foi aniquilada e, portanto, não têm fundamento os esforços de embelezamento, levados a cabo por certa literatura liberal, concernentes ao tal grupo de “Sorbonne”. Colling (1997) desmistificou esses esforços liberais, demonstrando que:

Com a entrada de Geisel a esquerda não perde o temor, e com razão, a “caça às bruxas” continua. PCB e PCdoB, as organizações mais antigas, perdem seus dirigentes, nos célebres casos das “gráficas clandestinas” do PCB no Rio de Janeiro e da “Chacina da Lapa” do PCdoB em São Paulo. O que sobrou da esquerda revolucionária foi desmantelado, desagregado. A impressão que dava era a de que as Forças Armadas pretendiam banir da face da Terra quem cruzasse seu caminho, feito de repressão e censura. A tesoura virou símbolo nacional (p. 31).

Esse foi o cenário do governo Geisel: fechamento do congresso e criação do senador biônico, que já não precisaria ser eleito, e a continuidade da sistemática repressora. Mesmo assim, e mais do que antes, a resistência seguiu num crescendo:

Apesar da censura, a indignação e a revolta continuavam presentes e vão explodir em protestos com as mortes de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho, em 1975 e 1976. Um culto ecumênico transforma-se na primeira manifestação pública após 68, empurrando a porta prometida da abertura (COLLING, 1997:31).

O busílis da questão era: a escalada repressiva já não conseguia deter o afluxo do movimento de resistência. Instituições como OAB e CNBB, que apoiaram formalmente

¹⁹⁵ A Ernesto Geisel é atribuído pleno conhecimento da “Operação Escorpião” que teria provocado a morte por envenenamento do ex-presidente João Goulart, fato que teria ocorrido mediante a troca da cápsula do remédio para pressão alta por uma contendo uma substância venenosa que o teria levado a morte.

o golpe de Estado, revisaram as suas posições originais e se somaram à luta pela chamada “redemocratização”. Por sua vez, em 1978, os metalúrgicos mudaram, em definitivo, a correlação de forças após a retomada das greves de massa. Começando na forma de lutas econômicas, os processos grevistas adquiriram a feição mais nítida de um combate abertamente político contra a ditadura. Em sua esteira, intelectuais e estudantes, bem como o movimento sindical do setor público, se colocaram em uma perspectiva de enfrentamento ao poder discricionário. A luta começou a sair dos porões e ganhar as ruas. Começava a agonia do regime militar.

No Ceará, a greve dos professores da rede estadual de ensino sinalizou para incorporação dessa parte do trem à locomotiva que vinha do ABC. Já no Cariri, a resistência que, na segunda metade dos anos 1970, houvera se limitado quase que às representações artísticas, ganhou um novo fôlego. Nesse contexto, ocorreu o início da recomposição das organizações de esquerda. Uma nova geração pedia passagem.

Para esquerda, e para a Nação, em geral, o período autoritário teve a significação de uma incalculável regressão histórica. As greves operárias de 1978, do mesmo modo que a sua consequência mais imediata, o ascenso de massas que varreu o país, de ponta a ponta, em fins dos anos 1970 e no decênio seguinte, engendraram um processo de reorganização sindical e político de alcance quase espantoso. Em 1980, surgiu o Partido dos Trabalhadores (PT), e dentro dele cresceu e prosperou uma infindável gama de correntes referenciadas na trajetória e idéias de Leon Trotsky. Eram as chamadas tendências trotskistas. Três anos depois, surgiu a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a quem coube comandar um movimento poderoso que varreu parte expressiva das direções sindicais comprometidas com uma orientação sindical de colaboração de classes. Eram as direções sindicais conhecidas popularmente por “pelegas”. Tornou-se comum entre os cutistas a expressão “varrer os pelegos”.

A esse curso da reorganização sindical e política correspondeu o esforço da juventude em recuperar as suas entidades representativas que tinham sido destroçadas pelo Estado Militar. Desse modo, a retomada de UNE e UBES, em fins da década 1970, não pode ser entendida senão no devenir de uma totalidade mais complexa. A sociedade girou à esquerda e nesse giro o regime dos generais começou a perder a capacidade de definir rumos e ritmos. Podemos assinalar, sem vacilação, que a idéia dos militares era a

de “eleger” um nome indicado por sua cúpula para completar a “transição para democracia”, via colégio eleitoral, em 1985.

Esse plano começou a ser contestado de cima a baixo, particularmente à luz do ascenso operário. Conforme vimos, nasceram desse ascenso as novas ferramentas que a classe trabalhadora construiu para que pudesse “ter vez e voz”. O PT e a CUT foram o corolário de um processo que agitou a vida social brasileiro. Doutro lado, o PCB - principal força da esquerda brasileira no período histórico anterior ao golpe de Estado - pareceu irremediavelmente desencaminhado. As rupturas ocorridas no “Partidão” durante a fase de dominação militar, agora que esta arrefecera e se preparava para sair de cena, não cessaram de crescer e se aprofundar. Ironicamente, à lenta agonia do regime era equivalente a queda do Partido Comunista Brasileiro.

Visto sob esse ângulo, no Cariri, o aparato de hegemonia do PCB na esquerda local cedeu de forma irremissível o lugar que antes fora seu ao PCdoB, que nascera da sua costela, e ao PT, surgindo de uma força irrefreável à esquerda da velha esquerda.

Seja como for, uma leva de jovens universitários transformou o PCdoB, por algum tempo, na agremiação política mais ativa no cerne da juventude do Crato. No início dos anos 1980, ganharam vulto lideranças estudantis: Tancredo Lobo, Roberto Siebra, Cacá Araújo etc. Antes disso, a influência que o partido exerceu sobre o jornal “Nação Cariri” criou as condições para o seu fortalecimento junto aos setores médios mais esclarecidos. Rosenberg Cariri, um dos principais agitadores culturais da região nos anos 1970 e cineasta, vestiu durante algum tempo a camisa do PCdoB, e assim o fizeram outros tantos artistas. Por outro lado, as bases para formação do PT virão da igreja católica, particularmente de grupos ligados à Associação Cristã de Base. Gradativamente, os sindicatos rurais da região, que surgiram sob órbita da diocese, se credenciarão, tornando-se espaço privilegiado para estruturação do trabalho social e político do Partido dos Trabalhadores. Nas condições que descrevemos acima, uma franja de intelectuais se abeirou do projeto de construção de um Partido dos Trabalhadores, sem patrões, a exemplo do professor Ronald Albuquerque. Em suma, as principais adesões vieram da experiência social de grupos da igreja, dos movimentos do magistério e do movimento rural. Surgiram dessas esferas nomes como os de Expedito Guedes e Mara Guedes.

Em Barbalha, há de se destacar a influência do polêmico advogado Josafá Magalhães, que flutuando entre o Rio de Janeiro e a terra dos canaviais, foi um dos primeiros a trazer a idéia de fundar o PT na cidade. Ao seu redor, se alinhou alguns trabalhadores rurais e estudantes que levaram a cabo a difícil tarefa de organizar o partido da estrela e da bandeira vermelha na terra em que as idéias monarquistas pareciam se agarrar ao chão como a cana-de-açúcar ao terreno brejoso. Josafá - resistente e prisioneiro da ditadura - trouxe consigo uma experiência de combate que não deixou de ter a sua importância na reorganização da esquerda no Cariri.¹⁹⁶

É quase desnecessário dizer que esse curso avassalador de recomposição política das forças de esquerda chegou igualmente à cidade de Juazeiro. Aqui, o papel de estudantes universitários, que estudavam fora do Cariri e voltavam no período das férias, desde já, deve ser destacado. Essa juventude universitária encontrou um canal de expressão, sobretudo, no Centro Acadêmico de Juazeiro do Norte (CAJUNO), inclusive o atual reitor da Universidade Federal do Ceará, Jesualdo Pereira Farias. Aparentemente unitária, a entidade marcou parte da sua existência pelo confronto entre estalinistas (PCdoB) e trotskistas¹⁹⁷ (então organizados no PT). Robert¹⁹⁸ Burns Moreira de Oliveira, estudante do PCdoB, que tem requerido reparação econômica pelos danos que teria sofrido pela oposição que exerceu contra a ditadura, era, dentro do CAJUNO, a voz do stalinismo, enquanto os trotskistas eram representados, dentre outros, por Raimundo Santana Neto (atual prefeito de Juazeiro do Norte) e Percival Palmeira.¹⁹⁹

¹⁹⁶ Josafá Magalhães, além de advogado, era um profundo animador das representações da cultura popular. Quando do seu falecimento, o enterro do bravo militante foi acompanhado por artistas populares que dançavam e cantavam em homenagem a quem, em vida, não deixou de lhes reconhecer a sua merecida importância. Não por acaso, existe hoje em Barbalha, em sua homenagem, o Centro Pró-Memória de Barbalha Josafá Magalhães, que, pouco antes de falecer, chegou a ser candidato a prefeito da sua cidade já no contexto da "redemocratização".

¹⁹⁷ Durante os anos 1980, quatro correntes que reivindicavam o trotskismo chegaram a ter certa atuação no Cariri: Convergência Socialista (chegou a dirigir o PT-Juazeiro e com forte influência no movimento sindical, constituindo-se no núcleo básico do movimento que deu origem ao atual PSTU); O Trabalho/OT (influenciou bastante, tanto no Crato quanto no Juazeiro, os primeiros anos da organização do PT, perdendo fôlego e desaparecendo depois de algum tempo); Causa Operária (chegou a ter o candidato a prefeito do PT, em Juazeiro do Norte, em 1988, mas foi definhando até praticamente desaparecer); Democracia Socialista/DS (nunca conseguiu, de fato, uma estruturação orgânica no Cariri, em que pese o surgimento de pessoas que a reivindicavam).

¹⁹⁸ Robert Burns, cuja família é originária de Juazeiro, ficou conhecido durante os eventos do CAJUNO, sempre identificado com o PCdoB, embora anos depois tenha se afastado do partido.

¹⁹⁹ Percival Palmeira é atualmente professor. Foi um dos mais destacados líderes da Convergência Socialista (CS), no Ceará. Ajudou na implantação e consolidação da CS no Cariri. No primeiro momento, teve o apoio de Santana, que em seguida se afastou da corrente, bem como de Raimundo Rosélio, que depois de romper com a Convergência, ficou nacionalmente conhecido em 1989, após participar do seqüestro do empresário Abílio Diniz.

Alguns jovens que moravam em Juazeiro também participavam das iniciativas eventuais do CAJUNO, como Francisco Flávio Queiroz (à época, liderança estudantil do conservador Centro Estudantal Juazeirense/CEJ; hoje, docente da URCA) e Francisco Reginaldo Sá/Chico Sá (hoje, colunista nacionalmente reconhecido). Ou seja: o CAJUNO era uma entidade que aglutinava diversas e divergentes correntes de opinião.

Concomitantemente, há de se reconhecer o trabalho daqueles que estudando fora do município, tomaram contato com a nova atmosfera política dos principais centros da luta de classes e reoxigenaram o ambiente político da cidade. Um exemplo disso foi Geraldo Monteiro, que estudou em Salvador e ao voltar à sua urbe de origem, não se furtou em socializar as novas idéias. Geraldo²⁰⁰ esteve entre os primeiros a defender a necessidade de criação do PT em Juazeiro.²⁰¹

Aqui um parêntese: em 1984, foram essas pessoas - petistas, católicos de esquerda, trotskistas, stalinistas etc. - que foram às portas das fábricas, correram às ruas do comércio, adentraram mercados e lojas, e sobremaneira, se dirigiram às portas de escolas e da universidade regional para conclamar cada um a se aliar à luta por eleições diretas para presidente. As “Diretas, já!” ganharam corações e mentes em todo país e não foi diferente no Cariri. As multidões que ganharam as ruas, aos milhões, decidiram o destino da ditadura, independente ou não se o congresso nacional deixou de aprovar a “Emenda Dante de Oliveira”, que assegurava a retomada do sufrágio universal para escolha do presidente da república.

²⁰⁰ Geraldo Monteiro começou a lecionar na Escola de 2º Grau Adauto Bezerra em 1982, ano em que influenciou decisivamente sobre o grupo de jovens que vinha da experiência do Grupo Teatral Acauã. Nos anos seguintes, fez movimento sindical, embora em anos recentes tenha reduzido significativamente o impulso da sua militância política.

²⁰¹ Trata-se de uma experiência que acompanhamos de dentro, visto que participamos dos últimos eventos do CAJUNO, ainda como estudante secundarista. O nosso contato com Percival Palmeira e Raimundo Santana se deu a partir desta entidade. Com o primeiro, entramos em contato (1982) com o jornal Alicerce da Juventude Socialista (AJS), ligado à Convergência Socialista (CS) e que pregava que o “voto útil” era o voto de classe, era o voto no PT. Com Santana, abrimos a primeira sede da CS em Juazeiro (1984). Atual prefeito de Juazeiro do Norte, Raimundo Santana Neto militou em correntes trotskistas, nos anos 1980, como a CS e OT (O Trabalho), antes de aderir à noção de “revolução democrática”, subproduto tardio do processo de social-democratização do PT. Além do CAJUNO, Geraldo Monteiro também nos ajudou – “um bando de secundaristas” procurando um caminho – a fazer a campanha eleitoral do PT, em 1982. O partido não teve candidato em Juazeiro e por isso se pregou o voto nulo para prefeito e vereador, mas aos novos que chegavam era motivo de orgulho saber, por exemplo, que “um carroceiro” era o candidato a prefeito pelo partido na cidade do Crato.

Ao contrário de 1964, as ruas de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha foram tomadas por uma juventude que gritava “Abaixo à Ditadura” a plenos pulmões. Novamente no Crato a Praça Siqueira Campos reuniu jovens e velhos, alunos e professores, reivindicando o retorno das liberdades democráticas. Em Juazeiro, jovens das camadas populares de escolas públicas, como o então Ginásio Municipal e, ironicamente, a Escola de 2º Grau Adauto Bezerra, se juntaram aos estudantes de classe média do Colégio Salesiano e ganharam as principais ruas da cidade, particularmente a São Pedro e a Padre Cícero. A passeata foi encerrada com um ato público na Praça do Municipal. Os dias eram outros. À noite, no prédio da Faculdade de Matemática, Francimar de Jesus e John Taylor²⁰² se juntaram aos trotskistas e outros grupos e fizeram uma vigília no momento em que o congresso apreciava a “Emenda das Diretas”. O ato da faculdade foi planejado em reuniões que ocorreram na sede social do Treze Atlético Juazeirense. No caso de Barbalha, a existência de poucos registros acerca dessa ocasião não é uma demonstração cabal de que esse curso de protestos e manifestações não se fez notar naquele município. Inversamente, parte dos que anos depois irão construir as correntes de esquerda na cidade surgiu exatamente nessa dolorosa transição.

Inabalável na convicção, essa nova linhagem de ativistas sociais, em circunstâncias mais favoráveis, tomaram para si a tarefa de reatar o diálogo com as generosas esperanças que alimentaram a geração pré-64. Comunistas, socialistas e católicos de esquerda, dentro daquilo que era possível, reconstituíram as organizações que, após o golpe de Estado, sofreram um desolador retrocesso político. Rigorosamente, se as circunstâncias eram mais favoráveis se comparadas às do período imediatamente anterior, cumpre ainda recordar as dificuldades de reatar tempos separados pelo estorvo de uma ditadura bonapartista que durou 21 anos. Nesse átimo, já não estamos a falar tanto de resistência, mas de uma etapa que lhe é posterior. Tratava-se de voltar a criar depois de um longo inverno de destruição. Pior: voltar a criar em meio a uma transição conservadora cujo símbolo mais adequado pode ser visto na eleição de Tancredo/Sarney pelo colégio eleitoral da ditadura. Não nos cabe aqui debruçarmo-nos sobre esta “etapa

²⁰² Francimar de Jesus esteve na linha de frente da organização do PT em Juazeiro. Foi militante da Tendência Marxista e dirigente sindical, primeiro dos previdenciários e depois dos bancários. Posteriormente, se retirou da militância política e faleceu em um desastre de automóvel. John Taylor, depois de se ligar – por um período extremamente curto - ao trotskismo, preferiu trilhar um caminho oposto em anos posteriores, aderindo a um dos grupos tradicionais da política local.

superior”, mas tão-somente como a ela se chegou debaixo do tacão de uma autocracia militar-burguesa que ceifou ou fez “desaparecer” a vida de cerca de quatro centenas de ativistas que ousaram resistir ao terror.

Tendo isso em mente, que não renunciemos ao espírito desta frase: “No local em que tombou o assassinado, espíritos vingadores espreitam o retorno do assassino”.²⁰³

²⁰³ Fala de Mefistófeles do livro Fausto de J.W.Goethe (2002:204)

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS: “SÍNTESES POSSÍVEIS”

É provável que este seja o primeiro trabalho, em nível de doutorado, a colocar como objetivo o estudo acerca do Cariri cearense no contexto da usurpação militarista. O nosso principal objeto de estudo, então, a região caririense, e mais exatamente o eixo Crajubar, à sombra do bonapartismo, não nos levou a renunciar a uma abordagem do problema em sua conexidade com o quadro mais geral. Nesse sentido, o tratamento dos aspectos empíricos se fez, ao longo do texto, de forma indissociada de um rigoroso tratamento teórico das questões suscitadas. Assim, o resultado da démarche se traduziu em um sistema de categorias analíticas que, a nosso ver, é a conquista (e legado) mais relevante da presente Tese.

De maneira geral, o que resumimos no parágrafo acima já pode ser considerado o reconhecimento da relevância das problemáticas que levantamos ao longo de todo trabalho.

De imediato, poder-se-ia supor que depoimentos, arquivos diversos, anotações pessoais, revistas, jornais, fotografias, trabalhos monográficos e livros apologéticos sobre a vida de membros das frações sociais dominantes, apesar da sua amplitude, não reuniriam as condições necessárias para alavancamento da pesquisa. Cremos, contudo, que a problematização adequada desses registros nos permitiu ir além do que as indicações iniciais, de fato, pareciam projetar. Em síntese, ainda que seja difícil estimar com precisão, a idéia é que alcançamos além do que parecera ser possível no campo iniciativo das probabilidades. Isso não significa, porém, que a pesquisa acerca do objeto se dê como finda. Ela, de feito, está somente começando.

Sem, em momento algum, nos mostrar desdenhosos em relação ao arco mais amplo de questões que abordamos ao longo do texto, na parte final da Tese intencionamos nos guiar somente pelas principais hipóteses teóricas que levantamos inicialmente e por um derradeiro esforço analítico em relação ao conjunto essencial de categorias que aqui foram trabalhadas.

De plano, escrevemos: o que adotamos por primeira hipótese é que uma aliança anticomunista empalmou as três urbes do Cariri ²⁰⁴ e o movimento organizado em escala nacional (e amparado internacionalmente). Ora, de feito, o anticomunismo se revelou um atributo muito forte de corporações como a igreja católica e as FFAA. Sem querer ignorar os princípios que têm orientado historicamente esses exemplares da superestrutura, não se deve desprezar alguns episódios que contribuíram para fortalecer a ideologia anticomunista dessas instituições ao longo do século XX. Aqui queremos destacar dois deles.

A Guerra Civil Espanhola é uma experiência que tem sido citada - e foi mencionada em depoimentos que colhemos - na qualidade de uma experiência que, num enorme grau, teria contribuído para sacramentação do anticomunismo nas duas corporações. No caso, os atritos entre revolução e catolicismo, num país em que este último gozava de uma indiscutível e longeva tradição, terminaram por ganhar uma repercussão que se manifestou além das fronteiras daquele país. Sem dúvida, hierarquia católica, oligarquia e militarismo somaram forças em terras espanholas dando origem a um regime político - Franquismo - que se pautou pelo mais absoluto anticomunismo. Daí o surgimento de lendas, dentre elas a do comunista “devorador de Crianças” e que se aprazia em violentar freiras indefesas. Tanto quanto a mitologia criada em volta da Revolução Russa, a Guerra Civil da Espanha (1936/39) contribuiu para formação desses mitos pouco refinados.²⁰⁵ No exemplo espanhol, igreja católica, exército e oligarquia se

²⁰⁴ Ainda que tenhamos dado mais peso, em determinados momentos do estudo, a uma cidade e não a outra não afasta a idéia inicial de estudar o Cariri à época da usurpação militarista tomando por referência Juazeiro, Crato e Barbalha. Ainda que esta última tenha recebido um destaque menor ao longo da Tese, nota-se a sua importância quando se enfatiza o seu papel decisivo no marco da transformação do Cariri em rota de fuga no auge da repressão militar.

²⁰⁵ A influência da Revolução Russa se tornou lugar-comum na tentativa de buscar em episódios do século XX materiais históricos aptos a esclarecer o aprofundamento da histeria anticomunista, seja na igreja católica, seja no exército. Efetivamente, não há como proceder de outro modo. A Revolução Russa é um divisor de águas, não somente no tocante a esse tema, mas é a linha divisória fundamental da História Contemporânea. Chamou-nos atenção, contudo, o destaque dado a Guerra Civil espanhola, fosse por um clérigo, como monsenhor Murilo de Sá Barreto ou por um intelectual leigo, de formação católica, no caso do professor e dramaturgo Renato Dantas. Perguntamo-nos, então, qual a razão a suscitar esse fato e relacioná-lo à temática do anticomunismo. A leitura de outros trabalhos permitiu defrontar-nos com essa mesma temática, ainda que de relance (vide RAGO FILHO: 2001). Num determinado momento estabelecemos prioridade – partindo de constatações empíricas e pressupostos teóricos - para o enfoque à luz de um paralelo entre o catolicismo oligárquico caririense e o seu congênere espanhol, apanhando isso da mesma forma que um suporte com vistas não só a esclarecer o sistema de aliança à volta do eixo anticomunista, prevacente no Cariri; com essa carta também conseguimos fixar o fator que permitiu às frações sociais locais empalmar-se ao movimento organizado em escala nacional. A escolha da Espanha se deveu à proeminência do catolicismo nesse país, tal qual no Cariri, ao contrário da Rússia, em que a saliência da Igreja Ortodoxa é uma realidade. Sem dúvida,

articularam em torno de um objeto: o “pronunciamento”, ou seja, da intervenção militar, oferecendo-nos um modelo muito parecido ao padrão historicamente seguido na América Latina. Nesse modelo, o antípoda do clericalismo era o comunismo. Assim, a este se cravou a idéia de anticlericalismo e com esta feição, por exemplo, ele chegou ao Cariri. A igreja, por seu turno, era parte indissociável da “Comunhão Tradicionalista”, cuja missão era “salvar” a Espanha e “regenerá-la”.²⁰⁶

Observando o que se passou no Cariri, pontuamos aspectos suficientemente próximos. De uma maneira geral, a hierarquia católica caririense colocou sobre a mesa as cartas da “salvação” e “regeneração”. As missas de ação de graça, com certeza, tinham esse conteúdo. De outro, os párocos acharam natural a via de uma “Comunhão Tradicionalista” com militares, oligarcas e intelectuais conservadores. As ruas do Cariri foram apinhadas de multidões lideradas precisamente por esses sujeitos sociais. Não seria absurdo relacionar essas práticas em uma região eivada de catolicismo e o que se passou em uma Espanha embevecida pela região católica e em meio a uma guerra civil. As noções de “regeneração” e “salvação” sempre compuseram o arsenal dos cristãos, mas não deixa de despertar a curiosidade do pesquisador o fato delas terem obtido a ênfase que alcançaram na Espanha dos anos 1930 e no Cariri, cerca de 30 anos depois.

No Cariri, tais e quais na Espanha, oligarquias, intelectuais conservadores e curas se aliaram aos militares para respaldar o pronunciamento à brasileira. Se no Crato houve um padre Frederico Nierhoof²⁰⁷ ajudando na fuga de um Arraes, na guerra civil espanhola houve párocos que não se deixaram conduzir pela hierarquia nitidamente franquista. Desde logo, consideramos que situações desse tipo se deram menos como regra do que como exceção. Pode-se dizer, de forma concisa, que a corporação católica, considerando a sua linha oficial e as suas forças majoritárias, em ambos os casos, não se aliou à causa popular. Tais constatações foram confirmadas do estudo de caso caririense e da analogia histórica estabelecida com a situação hispânica, ainda que não neguemos

esse fato não era – e não é – um elemento impeditivo para analogia, mas, há de se convir, poderia torná-la menos sugestiva.

²⁰⁶ Relativamente ao tema que aqui tocamos, não deixa de ter importância estudar a experiência espanhola. Em nosso caso, pagamos tributo a Broué (1992) e ao seu brilhante opúsculo “A Revolução Espanhola – 1931-1939”.

²⁰⁷ O mencionado clérigo, de origem alemã, passou largo tempo servindo na Diocese do Crato e há informações vagas de que ele teria ajudado a um membro da família Arraes a fugir do Crato. Teria, portanto, cumprido o papel – ainda que *ad hoc* – que um elenco não diminuto de religiosos exerceu no país no período militar: o de organizar rotas de fuga para perseguidos do regime bonapartista. Lamentamos, porém, não haver conseguido elementos que pudessem confirmar – ou desdizer – essa conjectura.

as ambivalências e contradições que dizem respeito não somente à institucionalidade católica, mas a toda e qualquer corporação. Desse modo, convém ressaltar a “filiação” dos padres caririenses, de ordinário, à embriaguez de um movimento que prometeu “regenerar” e “salvar” uma nação que era descrita na forma de um organismo contaminado por um pendor subversivo e pela corrupção, que deveriam ser vigorosamente erradicados.

Essa embriaguez, obviamente, não foi monopólio do Cariri, pois em outras partes do país esses sentimentos, que açularam os católicos, também deixaram as suas marcas. As marchas e as marchadeiras não surgiram em terras caririenses. Tudo começou em São Paulo. Acontece que estamos a falar do nosso Tejo. Parodiando Fernando Pessoa, esse é o nosso rio, e é dele que tratamos. Nesse sentido, o espírito do Cariri dos anos 1960 nada ficou a dever ao espírito que decidiu a sorte da guerra civil espanhola, aproximadamente trinta anos antes. Pairou sobre ambos a aura do clericalismo anticomunista. Nos dois casos, conveio à demanda por um eixo unificador: o anticomunismo.

Nessa mesma direção, há estudos indicando as conexões entre as interpretações de militares brasileiros e a Guerra Civil espanhola. Em artigo tratando da temática do “bonapartismo brasileiro”, Antônio Rago Filho²⁰⁸ nos oferece informações que sugerem uma conexão entre o anticomunismo de parcelas do exército brasileiro e as correlatas apreciações que faziam no tocante à experiência da guerra civil espanhola. A respeito dessas conexões, assim se pronunciou o marechal Odylio Denys, tentando obviamente justificar a intervenção bonapartista:

Em 1936, tendo a comunização da Espanha, protegida pela “legalidade constitucional”, alcançado extremos que nas suas violências foram além do ocorrido na Cuba de hoje, verificou-se claramente ser impossível qualquer resistência que não fosse a das armas (Apud RAGO FILHO, 2001:174).

Quer dizer, para justificar a intervenção armada de 1964, o marechal resgatou do imaginário produzido pela Guerra Civil espanhola um aspecto categórico que, na ótica do oficial, tenderia a respaldar o emprego das armas e da usurpação militarista.

Talvez entre os militares, influísse ainda mais os fatos relacionados ao que nos quartéis é nomeado de “Intentona Comunista”. Esse é o segundo episódio a ser

²⁰⁸ Opus cit.

destacado. De fato, tratou-se de uma sublevação popular, liderada pelo PCB, mas que praticamente se limitou às iniciativas em quartéis do Rio de Janeiro, Natal e Recife. Em torno da rebelião surgiu uma infinidade de mitos e todos eles apontando para suposta perfídia comunista. Desde então, se eram fortes as tendências anticomunistas no interior do exército, certamente elas se agudizaram.

Portanto, quando a histeria anticomunista se propagou, no início dos anos 1960, na esteira da Revolução Cubana, decerto, esse fato fora utilizado, não só para fomentar esses sentimentos confusos referentes aos acontecimentos de 1935; cuidava-se também de realimentá-los tendo por fim atualizá-los em presença dos novos desafios postos pela conjuntura. Isso exige, a nosso juízo, rememorar o feito de que, não raro, militares e padres se confraternizavam anualmente para lembrar as “vítimas” da hipotética aleivosia comunista. Sob essa atmosfera de mal estar em relação aos “comunas”, não há de surpreender a escolha do eixo unificador.

Ou seja: essa hipótese teórica perderia em vigor caso omitíssemos as relações estreitas entre esses dois episódios e o contexto marcado pela “Guerra Fria”, triunfo da Revolução Cubana e feroz campanha publicitária norte-americana contra o comunismo. Esses elementos estiveram presentes em brochuras que se espalharam pelo país anunciando o apocalipse comunista. Estiveram igualmente nas escolas que militares brasileiros eram estimulados a cursar, tanto em território americano quanto em outros territórios controlados pelos EUA (um exemplo emblemático era a Escola do Panamá). Com certeza, as ideologias mais petrificadas carecem de ser tornadas atuais para não correr o risco de fratura. Isso pode ser visto no Cariri.

Dessa forma, a história e a sua recontextualização foram excelentes materiais para que empresários, militares, clérigos, oligarcas, intelectuais conservadores e outros pudessem reunir as suas energias ao redor de um eixo unificador: o anticomunismo. Não há condição de mover céu e terra sem a existência de uma componente ideológica apta a atar os fios de forças, instituições, classes e estratos de classes de trajetória histórica e objetivos muitas vezes conflituosos. Em 1964, a cimentação da “Comunhão Tradicionalista” só teria que ser realizada, e o foi, na esteira do discurso anticomunista. Só este tinha o condão de juntar do cura da província ao mais finório executivo de multinacional. Por isso conseguiu empalmar o Cariri a uma estratégia que, sem querer fazer falsa polêmica, encerrava em si uma ascendência nacional e internacional.

Eis um aspecto capital das principais hipóteses que orientam esse estudo. Visto assim, tem a ver com a função cumprida pela ideologia anticomunista e as suas múltiplas implicações nos acontecimentos de 1964. Isto nos leva de pronto a uma segunda tese. Colada a essa primeira suposição há outra respeitante ao comportamento das classes e frações sociais dominantes.

Nesse sentido, já nas primeiras páginas levantamos a seguinte problematização: ainda que evitássemos, desde já, apostar em generalizações fechadas, caberia, à luz das considerações iniciais, uma segunda hipótese de carácter geral: a burguesia - urbana, moderna, industrial e/ou financista - pode até marchar, nas questões táticas, de forma separada do imperialismo e das oligarquias rurais, mas, no plano estratégico, se une a eles frente às possibilidades de uma mudança histórica.

Responder a isso exige ainda uma reflexão. Dez anos após o êxito dos golpistas, um agrupamento de ativistas brasileiros, exilados na Argentina e organizados na Liga Operária, de inspiração trotskista, escreveu para Revista da América um balanço que, a nosso ver, ainda hoje prima pela obstinada atualidade. Da avaliação dos fatos surgiram algumas conclusões: 1ª) o golpe de 1º de abril significou uma brutal e gigantesca derrota da classe operária e do povo brasileiro; 2ª) representou o fracasso do nacionalismo burguês; 3ª) mudou a correlação de forças a favor do imperialismo; 4ª) nasceu de uma frente burguesa que ganhou a classe média, que serviu de base social indispensável ao quartelazo; 5) contribuiu para o seu desfecho favorável às forças da reação, o fato do PCB haver atado o movimento popular à burguesia nacional; 6ª) o golpe deu origem a um governo bonapartista clássico.²⁰⁹

Efetivamente, a Frente Burguesa se caracterizou por seu carácter amplo e aberto. Não há possibilidade de a burguesia levar a cabo uma contra-revolução, tal obrou em 1964, sem arrastar atrás de si frações sociais significativas de outras classes. Era impossível a uma oligarquia de olhos presos ao passado se constituir na liderança dessa frente. Por outro lado, as camadas médias primam pela hesitação e a impossibilidade de apresentar uma proposta independente em relação às classes fundamentais da sociedade capitalista. Assim, a burguesia arrastou atrás de si as oligarquias ligadas à agropecuária, a velha pequena burguesia carregada de delírios de enriquecimento e a moderna classe

²⁰⁹ Revista da América, nº 13, abril-maio de 1974, p.p 43/50. O artigo foi originalmente escrito em espanhol, mas aqui o transcrevemos em português.

média temerosa de proletarização. Foi essa Frente, a imprimir ao movimento a sua marca, que lhe forneceu um sentido político e uma base social.

Solidamente fundamentada no *front* interno, essa frente, todavia, esteve, desde o seu nascedouro, condenada por um pecado original: a sua dependência em relação à estratégia e movimentação do imperialismo norte-americano e da sua política para América Latina. Por isso que, vitoriosa a reação bonapartista, esta elevou o capital imperialista a um grau de potência muitíssimo superior ao que já desfrutara no período histórico que antecedeu à intervenção militar.

É a fraqueza relativa da burguesia brasileira, espremida entre o proletariado mais numeroso da região latino-americana e as pressões externas do imperialismo yanque, o que torna inteligível a sua aliança com este para esmagar “o inimigo interno”. Era possível outro caminho? Sim, em alguns lugares se adotou o bonapartismo semidemocrático, com certas nuances antiimperialistas, consoante destacou Leon Trotski examinando o México, nos anos 1930. Por isso, seria difícil entender a opção política adotada pelas frações sociais dominantes sem se deter em um breve exame do entorno.

De fato, as escolas militares dos EUA já preconizavam, mesmo anos antes da quartelada brasileira, que o inimigo não estava fora, mas dentro das próprias fronteiras. Tratava-se da classe trabalhadora, das organizações de esquerda, particularmente, dos comunistas, sindicatos, intelectuais nomeados “progressistas” etc. Por fim, para fechar o cerco internamente ao inimigo era indispensável à moderna burguesia reforçar a sua política de compromisso em relação ao latifúndio e às oligarquias agrárias. Fechado o cerco, restou apenas atrair a instituição a quem caberia cimentar ideologicamente o movimento - a igreja católica - e à corporação militar, a quem caberia dar o golpe de misericórdia contra o que certa sociologia paulista nomeou de “populismo”.

Com isso veio abaixo as “insuficiências teóricas” sobre as quais escreveu Caio Prado Júnior. Insuficiências teóricas do seu próprio partido: o PCB. A burguesia nacionalista e os “militares patriotas” não poderiam substituir uma alternativa independente dos trabalhadores. E mais: a burguesia não se juntou ao proletariado contra o latifúndio e o imperialismo, mas a eles se juntou para fazer frente ao proletariado. A pergunta é: as ilusões, de uma vez por todas, estavam vencidas?

Decerto, devemos voltar a essa indagação tentando fornecer uma resposta objetiva e cabal ao problema colocado. Por enquanto, tentemos adentrar as questões de cunho categorial. Partindo da segunda hipótese levantamos três questões conceituais decisivas: usurpação militarista, bonapartismo periférico clássico e coronel-capitalista. Todas elas atam os seus fios “à brutal e gigantesca derrota da classe operária e do povo brasileiro”. Vejamos isso resumidamente.

Em momentos de crise, a burguesia brasileira tem recorrido a soluções extraparlamentares e outras, menos traumáticas, mas nem por isso menos rude. Isso aconteceu em momentos críticos da “República Velha”, em que o “Estado de sítio” quase virou rotina (Deodoro da Fonseca, Artur Bernardes etc.), nos anos 1930 (“Estado Novo”) e, finalmente, quando do golpe de Estado de 1964. Em instantes como esses, a democracia é sacrificada da condição de regime preferencial aos negócios capitalistas. Nesse sentido, a usurpação do poder se constituiu em um dos traços da dominação militar-burguesa.

Em primeiro de abril de 1964, as operações militares eram um lado da moeda, que tinha no verso a política; que era a política da direita (UDN), do empresariado (IPES/IBAD) e da embaixada norte-americana (personificada em Lincoln Gordon). Para parodiar Trotski (2007), naquele instante a burguesia mediu forças com a democracia e venceu, mas não venceu sozinha. Os militares, pela primeira vez, cobraram uma importância acima do preço de mercado.

Por sua situação especial na máquina estatal, em regiões politicamente instáveis, os militares tendem a cumprir um papel de relevo em momentos agudos de tensão social. No Brasil, em regra, os militares impunham a ordem e substituíam o governo de turno - de caráter civil - por outro de natureza semelhante. Em 1964, não se deu assim. Os militares usurparam o poder aos civis. Ao medir força com a democracia e vencer, JK, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto não julgaram, à primeira vista, que outra facção dos vencedores exigiria para si uma parte expressiva do butim político. O cancelamento da eleição presidencial de 1965 despertou essas representações políticas da burguesia para o novo cenário e para as novas regras em que estava sendo “jogado o jogo”. Era a usurpação militarista. Em seu cerne, não havia lugar para competitividade eleitoral, própria da democracia parlamentar. As grandes decisões não eram precedidas de uma

fumacinha que se dispersava de uma chaminé, mas acompanhadas pelos tanques que se esbaldavam pelas ruas. Esse é um modo de analisar o tema da usurpação.

Os benefícios particulares de uma análise desse tipo residem no seu potencial de apreciar o fenômeno em sua acepção latino-americana. Em definitivo, a usurpação militarista consolidou uma modalidade específica de regime político: o bonapartismo periférico clássico. Não era uma questão de ditadura em geral, mas de uma ditadura bonapartista. Supondo que estivéssemos a examinar, não apenas o Brasil, mas os regimes políticos que emergiram na América Latina, nos anos 1960/70, com raríssimas exceções, detectaríamos o predomínio da forma bonapartista periférica clássica.

Engels dizia que “o bonapartismo é a religião da burguesia” (apud RAGO FILHO, 2001: 168). Num certo sentido, essa frase elucida o porquê dessa alternativa antidemocrática haver atravessado o oceano atlântico e aportado na América Latina. Sob essa perspectiva, Trotski (2000) tratou com muita propriedade de um modelo específico da espécie geral, estudando o fenômeno do bonapartismo *sui generis*, isto é, um regime “semidemocrático”, comprimido entre as massas exploradas e o imperialismo, apresentando-se parcialmente resistente a uma dominação absoluta da parte deste último. Os governos nacionalistas, num enorme grau, se organizaram no marco de regimes bonapartistas *sui generis* (Perón, na Argentina; o segundo governo Vargas; etc.). O problema a ser equacionado é o seguinte: esses regimes não são majoritários na história da América Latina. Antes, constituem a exceção que confirma a regra. Em geral, prevalecem regimes políticos bonapartistas dependentes do imperialismo.

Voltando à concretude do conceito, tentando estabelecer o encadeamento entre o mundo da teoria e o mundo concreto, dir-se-ia que os regimes bonapartistas periféricos representam a linha típica do bonapartismo latino-americano. Sendo assim, a nossa conjectura teórica nos oferece a possibilidade de criar uma espécie de tipologia das principais facetas assumidas pelo bonapartismo na região. Das duas linhas principais de evolução do Bonapartismo nessa região do planeta - Trotski privilegiou a *sui generis* - a modalidade dependente (e aliada incondicional) do imperialismo parece-nos aquela dotada de caráter mais extensivo, o que lhe tem imprimido um “quê” de tipicidade. Em suma: o bonapartismo periférico é a forma típica, leia-se, clássica, de que se revestiu essa modalidade de organização da vida política em território latino-americano.

Dessa maneira, e só dessa maneira, é que podemos falar de bonapartismo periférico clássico. Sem embargo, a compreensão desse fenômeno só é possível se não o isolarmos da realidade histórica latino-americana subsumida à disposição metódica de dois fatores combinados: a emergência hipertardia do capitalismo e a presença hegemônica do imperialismo estadunidense. Essa, em linhas gerais, é a base sobre a qual tem se erguido, de tempo em tempo, o espectro de um tipo de bonapartismo em que as injunções externas, tanto quanto as contradições internas, não podem ser relevadas em sua explicação.

Ao contrário do bonapartismo clássico (europeu) que se apoiou nas conquistas dos camponeses pobres e se fez forte para disputar a hegemonia no front externo, o bonapartismo periférico clássico ergueu um dique contra as forças que reivindicavam reforma agrária e aliou-se de forma dependente à principal força presente no front externo: os EUA.

Sempre nos prevenindo de possíveis incompreensões, nesse estudo, tal qual Gramsci (1991) procedeu em relação ao conceito de cesarismo, tomamos o bonapartismo, não por um “cânone de interpretação histórica”, mas somente na condição de um referencial, um ponto de partida, do qual ascendemos à criação de categorias analíticas novas que dêem conta de fenômenos novos, uma vez que os antigos são irrepetíveis.

Assim, no marco de um capitalismo hipertardio e de uma modalidade de bonapartismo, rigoroso em relação aos camponeses empobrecidos, mas leniente para com os grandes proprietários de terra, se desenvolveram formas típicas de um capitalismo atrasado e dependente, manifesto nomeadamente na figura do coronel-capitalista. Em outras palavras: sob a sombra da ditadura bonapartista floresceu uma modalidade distinta do coronelismo, ao mesmo tempo, extemporâneo e contemporâneo, arcaico e moderno, pré-capitalista e capitalista. Em seu sentido mais cabal, o coronel-capitalista é produto direito dessa aparente estranha associação.

Nesta perspectiva, a velha esquerda não aprendeu com os seus erros do passado. Em 1986, procurando um “burguês progressista” buscou em Tasso Jereissati o capitalista moderno capaz de fazer frente a Adauto Bezerra, o oligarca arcaico, provavelmente “feudal”, quando, em última análise, o que estava colocado era a disputa de duas frações de uma mesma classe: a burguesia de um capitalismo hipertardio e

dependente. De feito, Tasso Jereissati e Adauto Bezerra representavam o mesmo projeto de um capitalismo dependente e associado. Do mesmo modo que se agarrou em um setor “democrático e progressista” da burguesia, em 1964, desprezando o que seria fundamental: a organização e mobilização independente dos trabalhadores. Isto é, repetiu-se o equívoco que não deixou de se constituir em um das partes capitais que auxiliam o esforço de explicação para o baixo grau de resistência da classe trabalhadora ao golpe de força de 1964.

Aqui retomamos a pergunta: as ilusões, de uma vez por todas, estavam vencidas? Não somente não estavam vencidas, mas seguiram acompanhando a política da esquerda tradicional (PCB, PCdoB etc.). Pior: seguiu-se vendendo tais ilusões ao movimento de massas. Em 1986, o binômio modernidade/atraso foi empregado à exaustão para mover os trabalhadores em torno da candidatura de um empresário que, supostamente, representaria “o novo” da política. Tratando-se de jogada de marketing, poderia até ser admissível, mas não como política de uma esquerda que deveria ter extraído das experiências passadas as lições mais mezinhas. Pior: do ponto de vista científico, esse binômio continha um sentido de mero passatempo. O coronel - nomeado de arcaico - era industrial e banqueiro. No geral, poderia ser classificado de moderno tanto quanto o seu concorrente, porquanto houvera se integrado ao circuito do capital financeiro, forma superior de domínio do capital, de acordo com Lênin.

As táticas servem as estratégias. Por conta disso, estas são poucas e gerais, enquanto as táticas são numerosas e muito distintas umas das outras. Taticamente, o que é válido em uma conjuntura pode se constituir num vitupério em outra de signo diferente. Em 1964, a tática de conciliação de classe com um setor da burguesia, levada a cabo pela principal direção da esquerda brasileira (leia-se: PCB) conduziu a classe trabalhadora ao matadouro. Por que, então, essa tática se repete (1986)?²¹⁰

A repetição se explica porque ela foi elevada à categoria de estratégia. O ponto-chave do problema é: o socialismo passou a ser tático e a colaboração de classe com a burguesia se tornou estratégica. Essa é a idiossincrasia da esquerda reformista.

²¹⁰ A repetição da tática tem ainda outro agravante: em 1964, poderia se argumentar que era a aliança com uma burguesia nacionalista, sinalizando rasgos antiimperialistas, desculpa que sequer poderia ser empregada em 1986, haja vista que Tasso Jereissati nada tinha de nacionalista ou antiimperialista. No fundo, adotava posições semelhantes ao que na década de 1990 recebeu epíteto de neoliberalismo. Pior: essa tática foi extensiva a todo país. Daí o apoio a Fernando Collor (AL) e Orestes Quêrcia (SP).

Em situações de disputa puramente parlamentar, parece algo inocente, sem grandes transtornos. Mas em conjunturas em que as questões já não podem ser resolvidas pelos métodos da democracia parlamentar, esse severo equívoco político cobra a fatura com juros e correção monetária. Em 1964, foi assim.

Ao examinarmos a adoção da falsa polêmica entre arcaico x moderno e coronel x industrial somos obrigados a sugerir repensarmos acerca desse antagonismo de fachada para resolver, de uma vez por todas, uma celeuma que, em definitivo, é desnecessária. De certa maneira, requer fazer o balanço do Cariri nos “anos de chumbo” para desmistificar uma evidente dissimulação teórica e política.

Nessa direção, a categoria de coronel-capitalista representa uma tentativa de disponibilizar outro caminho de análise, uma vez que as velhas ferramentas, úteis e fascinantes outrora, já não conseguem dar conta de um fenômeno transformado a exigir a construção de novas categorias analíticas. Ao permanecer em um nível de análise e generalidade, compatível ao que existiu no passado, o pensamento sociológico - e certa ciência política simplificada - se mantém refém de um tempo vencido. Nesse caso, nem a repetição das antigas fórmulas, nem a indeterminação pura e simples podem nos levar a uma saída política e cientificamente adequada.

A categoria do coronel-capitalista é evidentemente histórica e desse modo está fadada a perder a sua utilidade. Mais ainda por se tratar de uma formulação que atende a uma situação ultratransitória de um sistema histórico de duração patentemente longa. Útil para análise de uma particularidade da dinâmica da vida brasileira, mais precisamente do Cariri, nos anos 1960/1980, não nos parece encerrar proveito teórico caso tomemos referencialmente dos anos 1980 para cá. Sem linguagem cifrada, quem era coronel-capitalista se tornou capitalista ou se contentou em viver o seu outono em uma paisagem que certamente não consta de nenhum cartão postal digno desse nome.

O coronelismo na condição de uma política de compromisso, tal se efetuou na “República Velha”, murchou, extinguiu-se. Em definitivo, o coronel-burguês brotou da expansão do capitalismo que a ditadura bonapartista pilotou feito o Bonaparte transfigurado numa instituição. Isso quer dizer: o coronelismo aburguesado não resultou do seu apelo à reiteração da agropecuária, fonte vital do coronelato clássico, mas da sua integração ao processo global de acumulação de capital.

Ressaltar a figura do coronel-capitalista tem o significado de descrever o sinuoso caminho do capitalismo hipertardio brasileiro. Ele, de fato, é aquele que conseguiu se adequar às modificações estruturais experimentadas por esse regime social no Brasil. Os que não se adaptaram foram obrigados a tombar ante o poder do capital, não sem antes balbuciar a este impávido Imperador moderno: "Ave, César, morituri te salutant".

Convém lembrar que aquilo que restou do antigo sistema coronelístico se colocou no pós-64 em presença da seguinte disjuntiva: adaptar-se ou morrer! Os que morreram, pois, foram os que não se acomodaram ao novo quadro. Efetivamente, o coronel Aduino Bezerra inscreveu-se na categoria do coronelismo redivivo, isto é, do fenômeno da adaptação de uma arcaica modalidade social ao domínio do capital financeiro monopolista.²¹¹

Essa foi uma das formas assumidas pela organização capitalista no Nordeste, em particular, no sul cearense. Uma organização em que o velho e o novo não só flertaram, mas foram mais longe e esposaram-se. Quer dizer: o coronel-capitalista é o resultado dessas transformações em que a linha fronteira entre passado e presente se diluiu. Esta categoria é tão-somente um aspecto das transformações das frações sociais dominantes sob o signo da época militarista. O coronelismo atuou ao abrigo do bonapartismo, afirmando-se dentro do bloco dominante, embora na condição de fração não-hegemônica. Nesses termos, a ascensão do coronelismo burguês, isto é, em sua orientação capitalista, se fez sem quebrar a hegemonia dos capitalistas do centro-sul, mas em associação subordinada a esse setor da burguesia brasileira que, por sua vez, não isolou a sua sorte da fortuna do capital internacional.

Portanto, soou a hora das velhas cantilenas teóricas que não nos servem de instrumento de análise pertinente a uma categoria que sofreu "mutações adaptativas ao longo do desenvolvimento histórico" (CARVALHO, 1991:60). Essas mutações não se deram somente "nos aspectos formais ou secundários", mas no essencial. Em 1964 não primou o arcaico "pacto coronelista", mas a sobrevivência dos mais aptos em conjugação com a morte dos que persistiram prisioneiros das antigas razões econômicas. Os que sobreviveram, agregaram à classe capitalista a sua contribuição de origem - áspera e rude - por meio das velhas formas de dominação oligárquica. Doutra

²¹¹ Ao coronelismo redivivo cabe como uma luva a reflexão de Mannheim quando este falava da contemporaneidade do que não é coetâneo.

lado, da nova filiação sócio-econômica, adquiriram os vestuais da modernidade. Por isso, ressaltamos que a figura do coronel-capitalista tem o cabedal de descrever o sinuoso caminho do capitalismo hipertardio brasileiro.

Em suma, houve um deslocamento no interior das classes dominantes, permitindo uma renovação/modernização de camadas sociais francamente coronelísticas. Nesse sentido, a luta que a classe trabalhadora deve travar não é contra os moinhos de vento supostamente feudais e pré-capitalistas, ou coloniais, mas contra uma burguesia que, em sua origem, tanto quanto em seu desenvolvimento, é cabalmente diversa, não-homogênea. Ainda que se trate de uma região atrasada, que é o exemplo do Cariri cearense, a luta que os trabalhadores devem empreender é essencialmente anticapitalista.

Objetivamente, esse processo não deixou de estar posto nos “anos de chumbo” na região caririense. Aí, os estratos sociais e as forças políticas que enfrentaram a ditadura bonapartista, à larga, também exerceram essas mesmas prerrogativas quanto ao embate diário às frações da política local que, por seu turno, expressavam profundos laços em relação ao poder autocrático. Ainda que, em muitos casos, faltasse um projeto mais preciso de uma nova sociedade e a estratégia política estivesse reduzida a uma resistência puramente democrática, essa combinação pode ser pressentida. É patente também a existência de situações em que a resistência perante a ditadura não se traduziu em um combate, em nível local, ao coronelismo redivivo.

Essas considerações gerais, entretanto, não têm propósito de embaciar o fato central: houve, no Cariri, elementos de uma resistência efetiva ao militarismo, fosse por intermédio de grupos clandestinos e as suas rotas de fuga ou pelo uso de formas menos ostensivas de contra-arrestar a ditadura, concretizadas em artigos de jornais, manifestações artístico-culturais e protestos estudantis. Essas indicações sugerem relações a contrastar o espírito de uma época, qual seja, o espírito de uma dominação despótica de cunho militar.

Desse modo, à pergunta trazida à baila no princípio da Tese, se estabelecido o regime político de teor ditatorial, esteve definitivamente aberta uma via de mão única para a sua plena satisfação no plano regional, só há um modo de respondê-la: pela negativa. Diversos segmentos sociais e grupos à esquerda do espectro político, sem sombra de dúvida, contra-arrestaram a tutela militar evitando um quadro típico de via de

mão única. Veja bem: a debilidade em resistir não tem a significação de falta de resistência.

Essa escala relativamente diminuta da resistência, em particular, nos dias que se seguiram à intervenção bonapartista, não pode, todavia, prestar o serviço de ignorar a sua materialidade. Aqui, ainda cabe uma indagação: a reação estava na ofensiva. O que viesse de encontro a ela, não seria resistência? Foi por esse critério que nos orientamos e o seu uso nos permite afirmar, uma vez mais (em que pese os equívocos das direções políticas, especialmente stalinistas e trabalhistas): houve contra-arresto, sim, ainda que muito aquém do poderio imprimido aos fatos pela reação direitista.

Nacionalmente, a entrada em cena da classe operária do ABCD, por volta de 1978, modificou essa relação entre bonapartismo e resistência. Em ato contínuo, o entorno dessa relação começou a mudar de modo significativo, haja vista a mudança na correlação de forças no terreno da luta de classes. No Cariri, a fragilidade e a insignificância numérica do proletariado industrial não foram fatores capazes de obstruir a emergência de estratos sociais resistentes. Ativistas sociais das camadas médias urbanas - estudantes, professores, bancários etc. - exerceram, em última instância, o que aqui nomeamos de resistência proletária por substituição.

Ou seja: o baixo nível de desenvolvimento capitalista do Cariri e a quase ausência do proletariado industrial não foram obstáculos para que, em menor medida, indivíduos de extração operária e camponesa, e, sobretudo, oriundos das camadas médias urbanas assalariadas, pudessem dizer não à longa noite da usurpação militarista.

Em linhas gerais, sustentamos a tese da existência de laços políticos entre as camadas médias e a democracia reformista. De outro, os nexos entre as oscilações conjunturais e as oscilações típicas de classes sociais muito heterogêneas têm o condão de movê-las de um lado a seu oposto numa escala de tempo, às vezes, tremendamente curta. Durante o período de predomínio do sistema militar de poder, as camadas médias oscilaram entre a lucidez crítica e a adesão pura e simples ao bonapartismo. Sob essa perspectiva, consoante Trotski (1979), a chamada classe média é “incapaz de uma política independente”. Esse axioma, efetivamente, foi confirmado, uma vez mais, pelos acontecimentos, se é que havia necessidade de nova constatação.

Parece-nos impróprio não estabelecer alguma nuance entre as noções de pequena burguesia e classe média. Ao longo do século XIX, e em larga faixa do século XX, o primeiro termo foi incansavelmente empregado pelo pensamento sociológico, havendo um ligeiro recuo em sua aplicação nas últimas décadas. Em nosso entendimento, ele não perdeu atualidade. Inversamente, permanece uma categoria analítica válida. De feito, a proletarização, à larga, conduzida pelo capitalismo, sem sombra de dúvida, arrastou parcelas da pequena burguesia clássica - constituída sobremaneira de pequenos proprietários urbanos e rurais - para situações de assalariamento. Por isso mesmo, começou a se falar de nova classe média. Ela, em última hipótese, é formada de diversos núcleos. Vista sob esse ângulo, talvez devêssemos, para não pecarmos por imprecisão, falarmos de camadas médias e não de classes médias, embora não seja o nosso intuito polemizar à volta dessa questão. Essa noção, todavia, patenteia-se frutífera para dar conta de uma conformação social ampla e heterogênea, ao tempo que permite elucidar as suas oscilações e impossibilidade de levar a cabo uma política independente.

Em que pese essas observações críticas, não há por que não apreciar a sua incidência, isto é, a incidência das camadas médias urbanas nos acontecimentos que serviram de arrimo a esse estudo. Pondo isso em destaque, podemos voltar à análise de Trotski relativamente às camadas médias, as quais são por ele arroladas em uma única categoria teórica, a saber: a da pequena burguesia. Em suas palavras, “nas condições de decomposição capitalista e de situação econômica sem saída, a pequena burguesia tenta, procura, experimenta livrar-se dos grilhões dos velhos senhores e dirigentes da sociedade” (TROTSKI, 1979: 290).

Ora, ao longo da etapa contra-revolucionária, cujo signo político não foi outro senão o bonapartismo, as oscilações dos setores médios acompanharam, muitas vezes, as variações da economia e das crises sociais. Em 1964, o temor da mais impecável proletarização, aliada à confusão política, arrastaram esses setores para os braços ásperos da contra-revolução. Ao longo dos 21 anos, ocorreram movimentações - ora, para direita; ora, para esquerda - seguindo as variáveis de cada conjuntura.

A propósito, as camadas médias oscilam feito pêndulo, mas os efeitos dessas oscilações são decisivos para o desenlace da luta de classes. Em 1964, o giro à direita acabou no golpe de Estado; 20 anos depois, o giro à esquerda fortaleceu a campanha das diretas que jogou o regime dos generais para UTI.

Em uma perspectiva totalizante, não há possibilidade de a burguesia liquidar o proletariado industrial, num país onde a pequena burguesia - as ditas camadas intermediárias da sociedade - encerra em si a força de uma grande poder numérico, sem o apoio dela. Do mesmo modo, o proletariado industrial não tem condição de enfrentar a dominação burguesa sem o concurso das camadas médias urbanas que, em determinadas circunstâncias, giram à esquerda.

Doutro lado, em situações excepcionais, do ponto de vista objetivo e subjetivo, estratos das “classes médias” podem cumprir, provisoriamente e dentro de certos limites, uma função que historicamente é atribuída - pelo marxismo clássico - à classe operária. O fato de constituir uma imensa massa em relação ao conjunto da população, sem descurarmos de que parte delas se encontra em avançado processo de proletarização, confere a essas porções intermediárias da organização social um peso considerável. É exatamente aí que cumprem momentaneamente uma tarefa que o proletariado - por ser frágil e pouco extenso ou mesmo por razões de ordem subjetiva - não se encontrou em condições de realizá-la. Nessa perspectiva, podemos falar de resistência proletária por substituição que, em regra, não pode se expressar senão na forma de uma ação sinuosa, hesitante e marcadamente contraditória. Essa caracterização de classe é fundamental, por exemplo, para demarcarmos os limites da resistência que observamos no Cariri.

Historicamente, e isso já sinalizamos, há diversas situações que servem para demonstrar o potencial de intervenção dos setores médios na arena política. Nos primeiros anos do século XX, quando a classe operária começou a se organizar no Brasil, o papel cumprido pela intelectualidade pequeno-burguesa é emblemático, e dentro desta dos estratos médios assalariados. Agripino Nazaré, Benjamim Mota e Evaristo Moraes eram advogados, Joaquim Pimenta e José Oiticica eram professores, Astrogildo Pereira era escritor e todos eles, com maior ou menor empenho, participaram dos alvares da organização operária e socialista nos primeiros anos do século passado. Poucos eram operários, como Minevirno de Oliveira, que era marmoreiro. Em um sentido rigoroso, a classe operária estava confinada em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, com clarões da sua existência nos centros urbanos mais representativos da época.²¹² Esse aspecto geral da realidade, numa medida razoável, justifica a presença de

²¹² Há um estudo que permite compreender bem essa dinâmica que aqui apenas esboçamos. Ver Dulles (1977).

elementos da classe média em posição de protagonismo. À medida que a classe operária cresceu em número e capacidade política, os exemplares desta classe tenderam a exercer papel mais expressivo na vida nacional.

Doutro lado, o conhecimento prévio, a instrução, uma tendência de segmentos de estratos das camadas médias de girar a esquerda, em certas conjunturas e debaixo de circunstâncias particulares, tem colocado as camadas médias, ou parte delas, em posição de destaque na luta política.

Ampliemos o nosso foco.

As lutas operárias na Europa dos anos 40, do século XIX, impulsionaram setores da intelectualidade pequeno-burguesa em direção ao proletariado industrial e ao socialismo. O Manifesto Comunista de 1848 é produto desse giro e foi escrito por um advogado/jornalista e um filho da classe empresarial inglesa.

Na Rússia do início do século XX, a uma classe operária concentrada em duas ou três cidades veio de encontro uma intelectualidade forjada, de forma majoritária, nas camadas médias.

Portanto, se em situações em que a força do operariado não era desprezível, essas camadas intermediárias cumpriram bem o seu ofício político, suponhamos em uma região de um desenvolvimento industrial de pouca intensidade, ou seja, de débil grau de civilização burguesa?

Não há, pois, de surpreender a ação política de relevo arrematada por representações e estratos dessa classe, no Cariri, concernente a certa postura de combatividade ao autoritarismo de caserna.

Aí, a pouca pujança do capitalismo não conseguiu que a grande indústria se impusesse. Inversamente, primaram as médias e pequenas indústrias. Ao lado das pequenas e médias indústrias, seguiu existindo uma estrutura econômica em que o artesanato continuou operando com bastante viveza. Ora, Engels já reparara que “La pequeña industria creó la clase media, la gran industria creó la clase trabajadora” (1974, p. 42). No Cariri, a prevaência da indústria de pequeno porte e do artesanato, combinadamente ao desenvolvimento do comércio, não tinha condição de gerar um proletariado industrial possante, mas débil e diminuto. Doutro lado, tinha condição de

reproduzir - em um círculo mais e mais ampliado - uma multidão de elementos intermediários entre as duas classes fundamentais da sociedade capitalista. Derivou dessa multidão de elementos intermediários a principal força da resistência à ditadura na região caririense.²¹³

Nahuel Moreno, tentando entender a marginalidade política do trotskismo no período do pós-guerra, levou a termo uma caracterização e análise das relações de classe que pode descortinar um horizonte teórico para o exame do papel cumprido pelos setores médios na etapa histórica que se abriu depois da derrota do nazifascismo. Na ótica de Moreno (1987), as revoluções que ocorreram no largo intervalo de tempo, que vai de meados da década de 40 até meados dos anos 80 do século passado, não tiveram no proletariado o seu sujeito social decisivo. Foram massas camponesas, massas pobres urbanas das periferias das grandes cidades do mundo subdesenvolvido e camadas médias em processo de proletarização os sujeitos coletivos da maior parte dos processos revolucionários. O cenário preferencial das revoluções deixou de ser a Europa - onde estava um proletariado numeroso e que vivera grandes lutas em um passado não tão distante - e migrou para Ásia, África e América Latina, se combinando aos embates em torno das bandeiras do antiimperialismo e da descolonização. Ao ter um programa voltado para a mobilização do proletariado industrial, o trotskismo não teria conseguido dialogar com esses sujeitos sociais das Guerras e Revoluções do Pós-Guerra e ficou marginalizado.

Exceto o Cone Sul, em que o proletariado industrial se colocou no primeiro plano, prevaleceram às ações das massas camponesas e semi-proletárias. Não é que a classe operária tenha saído completamente de cena. Não é disso que Moreno falava. O operariado, comparativamente à etapa precedente em que ele fora protagonista, seguiu travando lutas, mas essas passaram a ter um caráter esporádico. As mobilizações de massas e revoluções encontraram a sua principal base social em setores não-proletários.

²¹³ Nos principais centros da luta de classes, o papel cumprido pelas camadas médias urbanas, em certos momentos do período militar, deveu-se, em primeiro lugar, à derrota física que sofreu o proletariado industrial sob as botas da ditadura bonapartista. Não custa rememorar que depois do golpe, intelectuais e artistas, de algum modo, seguiram se manifestando, sendo mais duramente reprimidos apenas com a edição do AI-5, que fechou as portas a qualquer manifestação. Já no Cariri - não seria temerário afirmar - o papel cumprido pelos setores médios, sobretudo assalariados urbanos, deveu-se, em primeiro lugar, a fragilidade do proletariado industrial e a força numérica, social e política dos estratos de classe média em uma região de escassa civilização burguesa. Por isso, mesmo quando a classe operária se levantou, por exemplo, no ABC - colocando a ditadura contra a parede - os segmentos médios caririenses seguiram dando as cartas no tocante ao combate à ditadura ou ao que dela restou.

Visto assim, o marxista argentino nos chama a atenção para o seguinte ponto: “a trama social é complexa, não se reduz ao enfrentamento entre burgueses e proletários” (MORENO, 1987: 14).

Nesse sentido, reiteramos a nossa tese de que, na região do Cariri, foi perceptível o processo de uma resistência proletária por substituição, resultante menos de motivações subjetivas do que propriamente objetivas. Sob esse signo, estratos das camadas médias urbanas renunciaram a medir o mundo pela régua do bonapartismo impertinente, afinal, como bem o disse Raduan Nassar, “Só os tolos tomam de empréstimo aos que estão por cima a régua que estes usam para medir o mundo” (1989: 135).

7 - DEPOIMENTOS

- * Dr. Napoleão Tavares, residente em Barbalha, é médico e historiador. Escreveu diversos trabalhos tendo como eixo de reflexividade a região do Cariri. Concedeu entrevista em 27.01.2009.
- * Terezinha Menezes Barbosa, professora aposentada da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, tinha 77 anos quando entrevistada em meados de 2005. Era docente da principal instituição de ensino do Juazeiro do Norte durante o predomínio do sistema de poder militar.
- * Maria Nisse Alencar Nunes, professora aposentada da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, tinha 77 anos quando entrevistada em meados de 2005. Era docente da principal instituição de ensino do Juazeiro do Norte durante o predomínio do sistema de poder militar.
- * Maria Neli da Silva Ferreira, professora aposentada da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, tinha 71 anos quando entrevistada em meados de 2005. Era docente da principal instituição de ensino do Juazeiro do Norte durante o predomínio do sistema de poder militar.
- * Monsenhor Murilo de Sá Barreto, barbalhense, vigário de Juazeiro do Norte durante décadas, notadamente no período militar. Cumpriu papel importante nas marchas que ocorreram em Juazeiro à época da intervenção bonapartista. Concedeu-nos entrevista em 06-04-2005, poucos meses antes de falecer.
- * Abdoral Jamacaru, 61 anos, cantor e compositor, com atuação política e tendência de esquerda. Tem uma das mais sólidas trajetórias entre os músicos regionais que começaram a mexer com arte nos anos da ditadura. Vive no Crato onde nos concedeu entrevista em janeiro de 2005.
- * *Anchieta Carlos Moraes, intelectual, professor, ex-funcionário do BNB, dramaturgo com intensa atividade teatral ao longo do período militar. Faleceu em 2009. Concedeu-nos entrevista em 2008.
- * Manoel Raimundo Santana Neto, 48 anos, dirigente do PT, ex-militante das correntes O Trabalho (OT) e Convergência Socialista (CS), participou da campanha pelas diretas, em 1984, e é atualmente prefeito de Juazeiro; o entrevistamos em 28/01/2005.
- * José de Menezes Barbosa, 76 anos, nasceu no Crato, mas passou a maior parte da sua vida em Juazeiro do Norte, atuando na Agência dos Correios, quando o acusaram de ser

informante da ditadura. Teve o irmão, Walter Menezes Barbosa, preso pela ditadura. Diretor da Rádio Progresso, concedeu-nos entrevista em 19-11-2007.

- * Geraldo Menezes Barbosa, 86 anos, dentista, homem de confiança de Adauto Bezerra, ex-vereador, acusado de pertencer aos quadros da Tradição, Família e Propriedade (TFP). Irmão de Walter Menezes Barbosa. Entrevista concedida em 19-11-2007.
- * Daniel Walker, escritor, professor aposentado da Universidade Regional do Cariri, foi correspondente do jornal O Povo, no Cariri, à época da ditadura, trabalhando também na Tribuna de Juazeiro e imprensa radiofônica. Concedeu-nos entrevista em 18/11/2007.
- * Renato Dantas, dramaturgo, poeta, compositor, professor, ex-secretário de cultura de Juazeiro do Norte, sendo por nós ouvido em 24/03/2005.
- * *Eudoro Santana, engenheiro, empresário, proprietário da CECASA (Barbalha), ex-secretário de agricultura do Ceará e ex-parlamentar, foi membro da Ação Popular, e principal responsável pela transformação do Cariri em rota de fuga durante o domínio militar. Entrevista realizada em fevereiro de 2010.
- * Raimundo Rodrigues Araújo, 72 anos, escritor, intelectual juazeirense, ex-funcionário da Câmara Municipal de Vereadores de Juazeiro do Norte. Entrevista realizada em 2007.
- * Geraldo de Lucena Militão, empresário do ramo gráfico, residente em Juazeiro, preso na Operação Limpeza que se seguiu ao golpe de Estado de 1964. Entrevista realizada em janeiro de 2005.
- * Aguinaldo Carlos de Souza, ex-vereador, foi aliado político do ex-prefeito Mauro Sampaio quando este criou um grupo político próprio que rivalizou com o da família Bezerra. entrevista realizada em 10/07/2007.
- * Mauro Castelo Branco Sampaio, duas vezes prefeito de Juazeiro do Norte, ex-secretário de estado, cinco vezes deputado federal, filho de Leão Sampaio, liderou uma dissidência na ARENA em Juazeiro do Norte, e só se afastou formalmente do regime militar para apoiar Tancredo-Sarney no colégio eleitoral. Entrevista realizada dia 29/02/2009.
- * Sílvia Sobreira, intelectual, foi docente da Faculdade de Filosofia do Crato e articulista do jornal Tribuna de Juazeiro; presa política da ditadura militar, escreveu os libelos mais contundentes contra o domínio do militarismo, contra o qual foi militante ativa. Hoje é profissional da área de psicanálise em São Paulo. Entrevista realizada dia 21/12/2009.

- * Jefferson Albuquerque, cineasta, ex-líder estudantil, preso político da ditadura militar, ex-militante da Ação Popular (AP), membro de uma tradicional família de intelectuais caririenses, radicados majoritariamente em Crato. Entrevista realizada em janeiro de 2009.
- * José de Brito Filho, ex-bancário e funcionário público, advogado, intelectual, ex-líder estudantil, foi um dos fundadores da Juventude Comunista na cidade do Crato; preso político da ditadura, fez contra ela o uso da militância legal e clandestina. Vive hoje em Fortaleza. Entrevistado em dezembro de 2010.

8 - BIBLIOGRAFIA

AÇÕES COMUNISTAS - OPOSIÇÃO MANTINHA RESISTÊNCIA NO INTERIOR, in: Diário do Nordeste, Fortaleza, terça feira, 11 de janeiro 2005.

ADORNO, Theodor. Indústria cultural e sociedade, São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AGOSTINHO, Gilberto. Aquela corrente pra frente, in: Nossa História, ano 2/nº 14, dezembro 2004.

AGUIAR, Flávio. A palavra no purgatório - literatura e cultura dos anos 70, São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

ALBUQUERQUE, Jefferson. Memórias de um tempo negro, in: Nação Cariri, ano I, Nº 4, Crato/Fortaleza, set./out. de 1981.

ALBUQUERQUE, Ronald de Figueiredo. Igreja, sindicato e a organização dos trabalhadores, Dissertação de Mestrado, Fortaleza: UFC, 1991.

AMORA, Zenilde Baima. Indústria e espaço no Ceará, in: Ceará: um novo olhar geográfico, 2ª Ed., Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

ANDRADE, Manuel Correia de. 1964 e o Nordeste - golpe, revolução ou contra-revolução, São Paulo: Contexto, 1989.

ANOS DOURADOS - PRAÇA SIQUEIRA CAMPOS. Eleonora Albuquerque Batista (coord.), Fortaleza: A Província, 2009.

ANTÔNIO CORRÊA CELESTINO/ Renato Casimiro (org.), Fortaleza; ABC Editora, 2008.

ARAÚJO, Tarso. Coluna Cariri, in: O Povo, 11-10-2009.

ARCARY, Valério. As esquinas perigosas da história - situações revolucionárias em perspectiva marxista, São Paulo: Xamã, 2004.

_____. O dia em que o PT morreu, in: www.marxismorevolucionárioatual.org, acessado em 31/01/2010.

ARRABAL, José. Anos 70: momentos decisivos da arrancada, in: anos 70: ainda sob a tempestade, Adauto Novaes (org.), Rio de Janeiro: aeroplano; Editora SENAC Rio, 2005.

ASSARÉ, Patativa do. Cante lá que eu canto cá, 7ª Ed., Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1989.

_____. Cordéis e outros poemas, organizado por Gilmar de Carvalho, Fortaleza, Edições UFC: 2008.

ASSEMBLEIA DE PROFESSORES DECRETA GREVE NO ESTADUAL, in: Tribuna de Juazeiro, nº 81, 19/03/1968.

ASSIS, Machado de. Ressurreição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS COMERCIÁRIOS DO CRATO TRANSFORMADA EM SINDICATO, in: A Ação, ano XXVIII, nº 1.173, 11 de fevereiro de 1967.

ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE (1963-1979).

ATAS DO APOSTOLADO DA ORAÇÃO DO MUNICÍPIO DO CRATO (1956-1967).

AYERBE, Luis Fernando. Estados Unidos e América latina - a construção da hegemonia, São Paulo: UNESP, 2002.

AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van Der. História da igreja no Brasil: terceira época - de 1930 a 1964, Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

A VISITA DO PRESIDENTE, in: Tribuna de Juazeiro, ano I, nº 17, 01-01-1967.

BAIANA, Ana Maria. A “linha evolutiva” prossegue - a música dos universitários, in: anos 70: ainda sob a tempestade, Adauto Novaes (org.), Rio de Janeiro: aeroplano; Editora Senac Rio, 2005.

_____. Importação e assimilação: Rock, soul, discoteque, in: anos 70: ainda sob a tempestade, Adauto Novaes (org.), Rio de Janeiro: aeroplano; Editora Senac Rio, 2005.

BARBALHO, Alexandre. Cultura e imprensa alternativa, Fortaleza: Editora UECE, 2000.

BARBOSA, Neusa. In www.uol.com.br. Acessado em 21/05/2009.

BARRETO, Túlio Velho; FERREIRA, Laurindo. Na trilha do golpe, Recife: A Fundação; Editora Massangana, 2004.

BATISTA, Abraão. Encontro do soldado Paraíba com o vigia da usina no outro mundo, Juazeiro do Norte, 1978.

BAUER, Carlos. Contribuição para a história dos trabalhadores brasileiros, vol. II: a hegemonia vermelha, São Paulo: Edições Pulsar, 1995.

BENSAID, Daniel. Marx, o intempestivo, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BESERRA, Fábio Ricardo Silva. O processo de industrialização do Cariri e o papel do estado rumo a uma “modernização conservadora”, artigo apresentado no 1º Encontro Internacional Trabalho e Perspectivas de Formação dos Trabalhadores, Fortaleza: UFC, 07 a 09 de setembro de 2006.

BETTO, Frei. Batismo de Sangue, 12ª Edição, São Paulo: Casa Amarela, 2003.

BIC BANCO in: <http://www.bicbanco.com.br>. (acessado em 06/01/2010).

BOAL, Augusto. Hamlet e o filho do padeiro - memórias imaginadas, Rio de Janeiro: Record, 2000.

BOITO JR, Armando. Cena política e interesse de classe na sociedade capitalista, in: Crítica marxista, nº 15, São Paulo: Boitempo Editora, outubro 2002.

BORGES, Nilson. “A doutrina de segurança nacional e os governos militares” in Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). O Brasil republicano, vol. 4, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2003.

BORIS, Tejo. Até breve, padre Vito! (com o apêndice O Estouro da boiada), 2ª Ed., 1981.

BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRAZIL: BACKLAND’S CAPITALISM, in: Time, EUA, 14-08-1964.

BRITO, Maria Socorro. Mudanças na organização do espaço: o novo e o velho Cariri canavieiro cearense, Fortaleza: IOCE, 1985.

BRUNEAU, Thomas C. O catolicismo brasileiro em época de transição, São Paulo: Ed. Loyola, 1974.

_____. Religião e politização no Brasil. A igreja e o regime autoritário, São Paulo: Vozes, 1979.

BROUÉ, Pierre. A revolução espanhola (1931-1939), São Paulo: Perspectiva, 1992.

BUARQUE, Chico. Tantas palavras, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BURSZTYN, Marcel. O poder dos donos - planejamento e clientelismo no Nordeste, 3ª Ed., Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

CADERNOS ESTRATÉGIA INTERNACIONAL BRASIL. A classe operária na luta contra a ditadura (1964-1980), São Paulo: Ferrari Editora e Artes Gráficas, S/D.

CAPITANI, Avelino Bioen. A rebelião dos marinheiros, São Paulo: Expressão Popular, 2005.

CARVALHO, Aderson Borges. Crônicas do Cariri, Juazeiro do Norte: Gráfica e Editora Royal, 1999.

CARVALHO, Gilmar de. Patativa do Assaré - um poeta cidadão, São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem/Teatro de sombras, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual, Dados Vol. 40, nº 2, Rio de Janeiro, 1997.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. O Estado, a terra e o coronelismo nordestinos, Coleção Mossoroense, Série “C”, Vol. DCCI, 1991.

CASTRO E SILVA, Themístocles. Adauto Bezerra, Fortaleza: ABC Editora, 2001.

CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi - memórias políticas, 2º vol., Recife: Guararapes, 1980.

CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular, in Revolução e democracia, as esquerdas no Brasil, Vol. 3, Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis (orgs.), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COGGIOLA, Osvaldo. América Latina: o presente em perspectiva histórica, in: IV Internacional, São Paulo: janeiro de 2003.

_____. Governos militares na América Latina, São Paulo: Contexto, 2001.

COLLING, Ana Maria. A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil, Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Ventos, 1997.

CONY, Carlos Heitor. A revolução dos caranguejos, São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CONVITE E PERFIS BIOGRÁFICOS DE EX-PRESOS POLÍTICOS, in: http://nehscfortaleza.com/noticias_cidade/noticias_040.htm /acessado em 07-08-2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano, 4ª Ed., São Paulo: Ática, 2002.

CORTEZ, Lucili Grangeiro. O drama barroco dos exilados do Nordeste, Fortaleza: Editora da UFC, 2005.

COSTA, Caio Túlio. Cale-se, São Paulo: A Girafa Editora, 2003.

COSTA, Sílvio. Marx: uma vida, muitas lutas, in: Antítese, nº 5, Goiana: CEPEC, 2008.

COSTA, Maria Clélia Lustosa (2007). Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço, in: Ceará: um novo olhar geográfico, 2ª Ed., Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura e sociedade no Brasil, Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

COUTINHO, Eduardo Granja. Música popular, tradição e política, in: Cultura crítica, revista cultural da APROPUC-SP, Nº 2, 2º semestre de 2005.

COUTROT, Aline. “Religião e política”, in: Por uma história política, René Rémond (org.), Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

- CUNHA, Diogo. Estado de exceção, igreja católica e repressão: o assassinato do padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto, Recife: Editora Universitária/UFPE, 2008.
- CUNHA, Maria Soares da. Cajueiro que esparrama pelo chão: FORMAÇÃO E LIMITES DE EXPANSÃO DA REGIÃO DO CAJU, in: Modernização excludente, Denise Elias e José Levi Furtado (orgs.), Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- CULTURA ERA CONSIDERADA SUBVERSÃO, in: Diário do Nordeste, Fortaleza, Ceará, quinta feira, 23/12/2004.
- DANTAS, Renato. Êxodo (texto teatral), Juazeiro do Norte, 1972.
- D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- DELLA CAVA, Ralph. A igreja e a abertura, 1974-1985, in: democratizando o Brasil, Alfred Stepan (org.), Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. Milagre em Joazeiro, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970) in: o Brasil republicano - o tempo da ditadura, Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (orgs.), vol. 4, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DEL ROIO, Marcos. “Os idos de março de 1964 e o significado da democracia”, in Revista da ADUSP, nº 33, outubro de 2004.
- DEMIER, Felipe Abranches. Do movimento operário para a universidade - Leon Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro, Dissertação de Mestrado, Niterói, RJ, 2008.
- _____. O fenômeno da “autonomização relativa do Estado em Trotsky e Gramsci: “bonapartismo” e “cesarismo”, in: <http://www.ifhc.unicamp.br/cemarxcolquio/docs/gj>. acessado em 31/01/2010.
- DIAS, Edmundo Fernandes {et.al.}. O outro Gramsci, São Paulo: Xamã, 1996.
- DINIS, Alberto; FERNANDES, Florestan; SALOMÃO, Nelma (orgs.). Histórias do poder - 100 anos de política no Brasil, Vol. 1: militares, igreja e sociedade civil, São Paulo: Editora 34, 2000.
- DINIZ, Aldiva Sales. A construção dos perímetros irrigados e a criação de novas territorialidades no sertão, in: Modernização excludente Denise Elias; e José Levi Furtado (orgs.), Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- DIREITO À VERDADE E À MEMÓRIA: Comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos, Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

- DONGHI, Halperin. História da América Latina, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- DOSSIÊ Brasil Nunca Mais, 32ª Edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe, 6ª Edição, Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2006.
- DROSDOFF, Daniel. Linha dura no Brasil - o governo Médici (1969-1974), São Paulo: Global, 1986.
- DULLES, John W. F. Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- ELIAS, Denise (org.). Integração competitiva do semi-árido cearense, in: Modernização excludente, Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- EMILIANO, José. Carlos Marighella - o inimigo número um da ditadura militar, 2ª Ed., São Paulo: Sol e chuva, 1997.
- ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, volume XVI, Rio de Janeiro: IBGE, 30/05/1959.
- ENCONTRO DE PROFESSORES, in: Tribuna de Juazeiro, ano I, nº 36, 28-05-1967.
- ENGELS, Federico. La situacion de la clase obrera en Inglaterra, Buenos Aires: Editorial Esencias, 1974.
- _____. Sobre o “capital” de Marx, S/L: Seara Nova, 1977.
- EUDORO SANTANA RECEBERÁ TÍTULO DE CIDADÃO DE FORTALEZA in: Última Hora (<http://verdesmares.globo.com>), acessado em 31/01/2010.
- EXECUTIVOS, in: Executiva, ano I, nº 1, órgão do PROAM, novembro/dezembro 1973.
- FAMÍLIA BEZERRA SEM SAÍDA, in: panfleto transcrito da Tribuna da imprensa, ano XXVIII, nº 8675, Rio de Janeiro, quinta feira, 09/02/1978.
- FARIAS, Airton de. Além das armas - guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-72), Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2007.
- _____. História da sociedade cearense, Fortaleza: livro técnico, 2004.
- FARIAS FILHO, Waldemar Arraes de. Crato: evolução urbana e arquitetura (1740-1960), Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2007.
- FERNANDES. Florestan. A revolução burguesa no Brasil - ensaio de interpretação sociológica, 5ª Ed., São Paulo: Editora Globo, 2006.
- FERNANDES. Florestan. Democracia e desenvolvimento, São Paulo: Ed. Hucitec, 1994.

FERREIRA, Emmanoel Lima. Os dominicanos e a política no Brasil, Dissertação de Mestrado, Fortaleza: UFC, 2002.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964, in: o Brasil republicano - o tempo da experiência democrática, Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (orgs.), vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar, Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2004.

_____. O grande irmão - da operação brother Sam aos anos de chumbo, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FILHO, Paulo Cannabrava. No olho do furacão - América Latina nos anos 60/70, São Paulo: Cortez, 2003.

FREDERICO, Celso. A esquerda e o movimento operário (1964-1984), Vol. 2: a crise do “milagre brasileiro”, Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

FREDERICO, Celso. “A presença de Lukács na política cultural do PCB e na universidade”, In: História do marxismo no Brasil, João Quartim de Moraes (org.), Campinas: Unicamp, 1995.

FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (orgs.). Tiradentes, um presídio da ditadura - memórias de presos políticos, São Paulo: Scipione, 1997.

FREIRE, Paulo. Conscientização 3ª Ed., São Paulo: Editora Moraes, 1980.

FOME E ANALFABETISMO: OUTROS NOMES DA SUBVERSÃO, in: Tribuna de Juazeiro, nº 63. 03/12/1967.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. In: <http://www.fgv.br/cpdoc> (acessado em 10/06/2009).

GABEIRA, Fernando. O crepúsculo do macho, 24ª Ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

GARCIA, Walter. Linha evolutiva da música popular brasileira - da canção ao jingle, in: Cultura crítica, revista cultural da APROPUC-SP, Nº 2, 2º semestre de 2005.

GASPARI, Elio. A ditadura derrotada, São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. A ditadura envergonhada, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GÊNESE SINDICAL SOB A MARCA DA REPRESSÃO, in: O Povo, Fortaleza, terça-feira, 20 de abril de 2004.

GIDDENS, Anthony. A estrutura de classes das sociedades avançadas, Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1975.

GIRÃO, Blanchard. Alacoque Bezerra - a madrinha de Juazeiro, Fortaleza: ABC Editora, 2007.

- GOETHE, J. W. Fausto/Werther, São Paulo: Nova Cultural, 2002.
- GORENDER, Jacob. A burguesia brasileira, São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. Combate nas trevas, 6ª Edição, São Paulo: Editora Ática, 1999.
- _____. O escravismo colonial, São Paulo: Ática, 2001.
- GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere, vol. 4, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. Maquiavel, a política e o Estado moderno, 8ª Ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- _____. Os intelectuais e a organização da cultura, S. P.: Circulo do Livro, 1985.
- GREEN, James N. Apesar de vocês - oposição à ditadura militar nos Estados Unidos, 1964-1985, São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- GRINBERG, Lúcia. “Uma memória política sobre a Arena: dos “revolucionários de primeira hora”, ao “partido do sim, senhor”, in: O golpe e a ditadura militar - 40 anos depois, Daniel Aarão Reis Filho et al (orgs.) Bauru-SP: Edusc, 2004.
- GULLAR, Ferreira. Poemas escolhidos, Rio de Janeiro: Ediouro, S/D.
- HIRANO, Sedi. Castas, estamentos e classes sociais - introdução ao pensamento sociológico de Marx e Weber, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.
- HOBBAWM, Eric. “A religião e a ascensão do socialismo”, in: Mundos do trabalho, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- HOLANDA, Chico Buarque de. Pedro pedreiro, in: letras.terra.com.br (acessado em 21/01/2009).
- HUGGINS, Martha K. Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina, São Paulo: Cortez Editora, 1998.
- IANNI, Octavio. Ensaio de sociologia da cultura, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- _____. Pensamento social brasileiro, Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- _____. Teorias de estratificação social (leituras de sociologia), São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
- IBGE. Relatórios 1967 - Dados sobre a economia de Juazeiro do Norte (consultas efetuadas na agência de Juazeiro do Norte em junho de 2009).
- KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa, 2ª Ed., São Paulo: EDUSP, 2003.

- KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda - jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988, São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- JOHNSON, Allan G. Dicionário de sociologia, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- JOSÉ DE FIGUEIREDO BRITO - LUTA E TRAJETÓRIA. Telma de Figueiredo Brilhante e Heitor Bezerra de Brito (orgs.), Olinda, PE: Edição dos organizadores, 2009.
- JUAZEIRO ORGANIZA-SE PARA FORMAÇÃO DA ARENA, in: O Povo, 31/01/1966.
- LAGE, Ilza Maria Grangeiro Xavier. Relações Brasil-Estados Unidos: o caso da aliança para o progresso no Ceará, Tese de Mestrado, Recife: 2001.
- LEAL, Murilo. À esquerda da esquerda - trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo, São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto, 5ª Ed., São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- LEFEBVRE, Henri. Lógica formal/lógica dialética, 6ª Ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. Família, tradição e poder, São Paulo: Annablume, 1996.
- LENINE, V.I. A falência da II Internacional, São Paulo: Kairós, 1979.
- _____. Obras escolhidas, 3ª Ed., Vol. 1, São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1986.
- _____. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia (os economistas), São Paulo: Abril Cultural, 1982
- LIGA OPERÁRIA. 10 años después: hacia un bonapartismo clásico?, in: Revista da América, nº 13, Buenos Aires, Argentina: Editora PST, abril-maio de 1974.
- LISTA DOS TORTURADORES DA DITADURA, in: <http://blogdocappacete.blogspot.com/> acessado em 02/01/2010.
- LOWY, Michel. Marxismo e teologia da libertação, São Paulo: Cortez, 1991.
- _____. O marxismo na América Latina - uma antologia de 1909 aos dias atuais, São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.
- LUDWIG, Antônio Carlos Will. Democracia e ensino militar, São Paulo: Cortez, 1988.
- LUKÁCS, Georg. Sociologia da literatura, in: Coleção grandes cientistas sociais, João Paulo Netto (org.), São Paulo: Ática, 1992.
- MADURO, Otto. Extração de mais-valia, repressão da sexualidade e catolicismo na América Latina, in: encontros com a civilização brasileira, vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. Religião e luta de classes, Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

MAIA JUNIOR, Edmilson Alves. Memórias de luta: ritos políticos do movimento estudantil universitário (Fortaleza, 1962-1969), Fortaleza: Edições UFC, 2008.

MANDEL, Ernest. Iniciação à Teoria Econômica Marxista. Lisboa, Antídoto, 1978

MANIFESTO ANTICOMUNISTA DO PADRE CÍCERO, in: WALKER, Daniel. Sabedoria do padre Cícero: conselhos, profecias e pensamentos, Juazeiro do Norte: HB, 2002.

MANN PEDE AO CONGRESSO DOS EUA MAIS VERBAS PARA O BRASIL, in: Última Hora, ano XIII, nº 1274, Rio de Janeiro, sexta feira, 10/04/1964.

MANNHEIM, Karl. Ideologia e utopia, 3ª Ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MARCIEL, David. A argamassa da ordem - da ditadura militar à Nova República (1974-1985), São Paulo: Xamã, 2004.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Sete ensaios de interpretação da realidade peruana, São Paulo: Expressão Popular; Clacso, 2008.

MARINI, Ruy Mauro. Vida e obra, Roberta Transpadini e João Pedro Stédile (orgs.), São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARQUES, Roberto. Contracultura, tradição e oralidade - reinventando o sertão nordestino na década de 70, São Paulo: Annablume, 2004.

MARTINS FILHO, João Roberto. A rebelião estudantil, Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.

MARTINS, José de Souza. O poder do atraso: ensaio de sociologia da história lenta, Rio de Janeiro: Hucitec, 1994.

MARTINS, Mônica Dias. A experiência desenvolvimentista do vale do Curu, in: Modernização excludente, Denise Elias e José Levi Furtado (orgs.), Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

MARX, Karl. O capital, livro I, São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. Os pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. O 18 brumário e cartas a Kugelmann, 6ª Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. Trabalho assalariado e capital, São Paulo: Global Editora, 1985.

_____; ENGELS, F. Cartas filosóficas e outros escritos. São Paulo: Grijalbo, 1977.

_____. História - coleção grandes cientistas sociais, Florestan Fernandes (Org.), São Paulo: Ática, 1984.

- _____. Manifesto comunista, São Paulo: Sundermann, 2003.
- _____. Textos sobre educação e ensino, São Paulo: Centauro, 2004.
- MAZZEO, Antônio Carlos; LAGOA, Maria Isabel (Orgs.). Corações vermelhos - os comunistas brasileiros no século XX, São Paulo: Cortez, 2003.
- MELLO, Zuza Homem de. A era dos festivais - uma parábola, São Paulo: Editora 34, 2003.
- MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virgínia Maria. História do Brasil recente (1964-1992), 3ª Ed., São Paulo: Ática, 1994.
- MENEZES, Edith Oliveira de. O Cariri cearense, in: Ceará: um novo olhar geográfico, 2ª Ed., Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.
- MICHALSKI, Yan. “A crise do teatro dentro da crise maior”, in: O trânsito da memória, Saul Sosnowski e Jorge Schwartz (orgs.), São Paulo: Edusp, 1994.
- MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto. Formação do império americano - da guerra contra a Espanha à guerra contra o Iraque, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. O golpe militar de 64 como fenômeno de política internacional, in: 1964: visões críticas do golpe, Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- MONTENEGRO, Abelardo F. História dos partidos políticos cearenses, Fortaleza, Ceará, 1965.
- MONTENEGRO, Francisco. As quatro sergipanas, Fortaleza: UFC, 1996.
- MOORE JUNIOR, Barrington. As origens sociais da ditadura e da democracia - senhores e camponeses na construção do mundo moderno, Lisboa: Edições Cosmos/Martins Fontes, 1967.
- MORAES, João Quartim de. A esquerda militar no Brasil, 2ª Ed., São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MORAIS, Antônio Anchieta de. Pequena história do teatro de Juazeiro do Norte, in: Boletim de cultura, ano I, nº 1, novembro de 1983.
- MORENO, Nahuel. A ditadura revolucionária do proletariado, São Paulo: Editora Sundermann, 2007.
- _____. Conversando com Nahuel Moreno, São Paulo: ACS Editora, 1987.
- _____. Dos métodos frente La revolución latinoamericana, in: <http://WWW.geocities.com/obreros.geo/> Edición eletrônica de dezembro de 2001, acessado em: 07/04/2010.
- _____. El golpe gorila de 1955, Buenos Aires, Argentina: Ediciones Pluma, 1974.
- _____. Las revoluciones del siglo XX, Buenos Aires, Argentina: Ediciones Antidoto, 1986.

_____. O partido e a revolução, São Paulo: Sundermann, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a crise de 1964 no traço da caricatura, in: O golpe e a ditadura militar - 40 anos depois, Daniel Aarão Reis Filho et al.(orgs.), Bauru-SP: Edusc, 2004.

MOURA, Gerson. Tio Sam chega ao Brasil - a penetração cultural norte-americana, São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOVIMENTO ESTUDANTIL REPERCUTE EM TODOS OS COLÉGIOS, in: jornal A Ação, ano XXVIII, nº 1.137, Crato, Ceará, 18 de março de 1967.

MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE/MONOGRRAFIA MUNICIPAL: IBGE, 1967.

NAPOLITANO, Marcos. Os festivais da canção como eventos de oposição ao regime militar brasileiro (1966/1978), in: O golpe e a ditadura militar - 40 anos depois (1964-2004), Daniel Aarão Reis Filho et al.(orgs.), Bauru, SP: EDUSC, 2004,

NASCIMENTO, F. S. História política de Juazeiro - do padre Cícero ao ano 2000, Fortaleza: ABC, 1998.

NASSAR, Raduan. Lavoura arcaica, São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

NETO, Manuel Domingos. Influência estrangeira e luta interna no exército (1889-1930), in: os partidos militares no Brasil, Alain Rouquié (org.), Rio de Janeiro: Record, 1980.

NETTO, José Paulo. Prólogo à edição brasileira de “Para a questão Judaica” (Karl Marx), São Paulo: Expressão Popular, 2009.

NEVES, Berenice Abreu de Castro. “Intrépidos romeiros do progresso”: maçons cearenses do Império, in: Intelectuais, Simone de Souza e Frederico Castro Neves (orgs.), Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

NEVES, Napoleão Tavares. Barbalha, comunidade adulta, in: Região, ano V, nº 10, Crato, Ceará, 18/07/1976.

_____. Primeiro templo católico do Cariri e outros fatos históricos, Fortaleza: UFC/Casa José de Alencar, 2000.

NOVAES, Adauto. (org.) Anos 70 - ainda sob a tempestade, Rio de Janeiro: Aeroplano/Senac, 2005.

NOVACK, George. Introdução à lógica marxista; Sundermann, 2006.

_____. A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade, São Paulo: Rabisco, 1988.

O CONTROLE IDEOLÓGICO NA USP, São Paulo: ADUSP, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião - Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes, 3ª Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, Papito de (org.). Vozes silenciadas, Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional, São Paulo: Brasiliense, 1986.

OS DONOS DO PODER, in: O Povo, ano LXXXIII, edição 4.122, caderno: política, Fortaleza, domingo, 14/02/2010.

“PADRES ERAM CALUNIADOS”, in: Diário do Nordeste, segunda feira, 3 de janeiro de 2005.

PARENTE, Josênio Camelo. A fé a razão na política - conservadorismo e modernidade das elites cearenses, Fortaleza: Edições UFC/Edições UVA, 2000.

_____. O Ceará dos “coronéis” (1945 a 1986), Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

PAZ, Carlos Eugênio. Viagem à luta armada - memórias da guerrilha, Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

PEIXOTO, Fernando. Revista Vintém. Especial Brecht, jul.-ago./1997.

PERSPECTIVA: COLUNA DO BASTOS, in: Tribuna de Juazeiro, 20/10/1968.

PETRUCCI, F. {et. al.}. As relações Igreja-Estado no Brasil, São Paulo: Loyola, 1986.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira {et al.}. Igreja Católica: 1945-1970, in: História geral da civilização brasileira, O Brasil republicano, t. 3, vol. 11, 4ª Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

PINHEIRO, Irineu. O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes, Fortaleza: FWA, 2009.

PINTO, Costa. As classes sociais no Brasil, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

PLEKHANOV, Guiorgui Valentinovitch. O papel do indivíduo na história, São Paulo: Expressão Popular, 2006.

POULANTZAS, Nicos. poder político e clases sociales em El estado capitalista, México: Siglo Veintuno Editores, 1971.

_____. O estado, o poder, o socialismo, 2ª Ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

PRADO JUNIOR, Caio. A revolução brasileira, São Paulo: Brasiliense, 2004.

PROFESSORES CONTRATADOS PRONTOS PARA GREVE, IN: Tribuna de Juazeiro, ano I, nº 81, 13 a 25-08-1967.

PROFESSORES DO CARIRI MORREM À MINGUA, in: Tribuna de Juazeiro, 11-02-1968.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo em uma interpretação sociológica, in: História geral da civilização brasileira, O Brasil republicano, t. 3, vol. 8, 8ª Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

QUEIROZ, Zuleide Fernandes de. Ensinando história da educação do Ceará e do Cariri cearense: pesquisa e ensino na graduação, artigo apresentado ao VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação na cidade de Uberlândia, em Minas Gerais, Brasil, entre os dias 17 e 20 de abril de 2006. In: <http://WWW.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/95>. Acessado em 10 de janeiro de 2010.

RAFAEL, Armando Lopes. Brigadeiro Leandro Bezerra Monteiro: o contra-revolucionário do Cariri de 1817, Crato: Tipografia do Cariri, 2000.

RAGO FILHO, Antônio. Sob este signo vencerás! A estrutura ideológica da autocracia burguesa bonapartista, in: Cadernos AEL - tempo de ditadura, Campinas, SP: UNICAMP/IFCH/AEL, vol. 8, nº 14/15, 2001.

RAGO, Laura de Paula. Estética de resistência: revisitando “Arena conta Zumbi”, in: Cultura crítica, revista cultural da APROPUC-SP, Nº 2, 2º semestre de 2005.

RAMALHO, Bráulio. O movimento estudantil no Ceará de 1928 a 1968, Rio-São Paulo-Fortaleza: ABC Editora, 2002.

“REDENTORA” COMPLETOU 3º ANIVERSÁRIO, in: jornal A Ação, ano XXVIII, nº 1.180, Crato, Ceará, 08/04/1967.

RELIGIOSOS FORAM PERSEGUIDOS NO CEARÁ, in: Diário do Nordeste, segunda feira, 3 de janeiro de 2005.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura militar, esquerda e sociedade, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

_____ ; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe e a ditadura militar, Bauru, SP: EDUSC, 2004.

_____ {et. al}. Versões e ficções: o sequestro da história São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1997.

RESSURGE A DEMOCRACIA. O Globo, editorial de 02/09/1964, in: <http://.paulohenriqueamorim.com.br>, acessado em 24/09/2009.

RIBEIRO, Francisco Moreira. O PCB no Ceará: ascensão e declínio (1922-1947), Fortaleza: Edições UFC/Stylus, 1989.

RIDENTI, Marcelo. Artistas e políticos no Brasil pós-1960 - itinerários da brasilidade, in: intelectuais e Estado, Marcelo Ridenti; Elide Ruga Bastos; Denis Rolland (orgs.), Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

_____. O fantasma da revolução brasileira, São Paulo: UNESP, 1993.

RIEDEL, Dirce Côrtes. Metáfora - o espelho de Machado de Assis, 2ª edição, São Paulo: Francisco Alves, 1979.

RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da guerra fria, in: revista brasileira de história, São Paulo, Vol. 22, nº 44, 2002.

RODRIGUES, Marly. O Brasil da abertura - de 1974 à constituinte, 4ª Ed., São Paulo: Atual, 1990.

ROLLEMBERG, Denise. Exílio - entre raízes e radares, Rio de Janeiro: Record, 1999.

ROSEMBERG CARIRI: UMA TRAJETÓRIA MARCADA PELA DEFESA DE UMA ARTE LIBERTÁRIA (entrevista a Alexandre Lucas) in: www.coletivocamarada.blogspot.com, acessado em 09/02/2010.

ROUQUIÉ, Alain. O Estado militar na América Latina, São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

_____. (coord.) Os partidos militares no Brasil, Rio de Janeiro: Record, 1980.

SABIÁ, José Sione. De artistas, grupos e canções, in: Panorama (órgão da ação cultural comunitária), ano I, nº 1, Juazeiro do Norte - Ceará, maio de 1979.

SADER, Eder. Um rumor de botas - a militarização do estado na América Latina, São Paulo: Polis, 1982.

SAES, Décio. República do capital, São Paulo: Boitempo, 2001.

SAID, Edward. Cultura e política, São Paulo: Boitempo, 2003.

SALA ESCURA DA TORTURA - uma experiência educativa no Museu do Ceará. Cadernos Paulo Freire, Vol. IX, Cristina Rodrigues Holanda (org.), Fortaleza: Secretaria de Cultura do Ceará/Museu do Ceará, 2006.

SANDRONI, Paulo (org.). Dicionário de economia, São Paulo: Editora Best Seller, 1985.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira, São Paulo: Hucitec, 1993.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969, São Paulo: Paz e terra, 2001.

SCLIAR, Moacyr. Mãe judia, 1964, São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SEGATTO, José Antônio. PCB: a questão nacional e a democracia, Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (orgs.), o Brasil republicano, Vol. 4 - o tempo da ditadura, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SERBIN, Kenneth P. Diálogos na sombra - bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

“SEU ARTUR” DE SOBREAVISO: FRENTE AMPLA ESTÁ NAS RUAS, in: Tribuna de Juazeiro, ano I, nº 55, 08-10-1967.

SEU ARTUR NO RECIFE DURANTE OITO DIAS, in: Tribuna de Juazeiro, ano I, nº 47, 11 de agosto de 1967.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SILVA, Antônio Josimar (editor). Roteiro de Barbalha/1971-1973.

SILVA, Antônio Ozai da. História das tendências no Brasil (origens, cisões e propostas), 2ª Ed., São Paulo: Proposta Editorial, S/D.

SILVA, Josier Ferreira. *O Círculo Operário de Barbalha como expressão do catolicismo social na educação e na cultura (1930-1964)*. Tese (Centro de Humanidades - Doutorado em Educação da Faculdade de Educação FACEDE) Universidade Federal do Ceará - UFC. Fortaleza, 2009.

SILVA, Luiz Fernando da. Pensamento social brasileiro - marxismo acadêmico entre 1960 e 1980, São Paulo: Corações & Mentas, 2003.

SINGER, Paul. A política das classes dominantes, in: Política e revolução social no Brasil, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. Dinâmica populacional e desenvolvimento, São Paulo: Hucitec, 1976.

SIRKIS, Alfredo. Os carbonários, 14ª Ed., Rio de Janeiro: Record, 1998.

SMITH, Adam. A riqueza das nações, Vol. 1, São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOBREIRA, Sílvia. Abrigo para a nossa arte popular, in: Tribuna de Juazeiro, ano I, 1º/07/1967

_____. Antes tarde do que nunca, in: Tribuna de Juazeiro, 06/05/1967.

_____. Artigo de luxo em casa de pobre, in: Tribuna de Juazeiro, Nº 2, 02/10/1967.

_____. A tribuna e a segurança nacional, in: Tribuna de Juazeiro, 23 de abril de 1967.

_____. Balanço, in: Tribuna de Juazeiro, nº 17, 1º/01/1967.

_____. Educação e desenvolvimento, in: Tribuna de Juazeiro, nº 6, 16/10/ 1966.

- _____. Educar ou domar? (I), in: Tribuna de Juazeiro, 25 a 31/08/ 1967.
- _____. Educar ou domar? (II), in: Tribuna de Juazeiro, 1º a 06/09/1967.
- _____. Façamos o nosso teatro, in: Tribuna de Juazeiro, nº 7, 23/10/1966.
- _____. Má hora para o lirismo, in: Tribuna de Juazeiro, nº 64,10/12/1967.
- _____. O rei está nu, in: Tribuna de Juazeiro, nº 18, 15/01/1967.
- _____. O voto é do povo, in: Tribuna de Juazeiro, nº 58, 31/10/1967.
- _____. Por uma história combatente, in: Tribuna de Juazeiro, 1967.
- _____. Sobre as “novas leis” que ascendem com Costa e Silva, in: Tribuna de Juazeiro, nº 28, 02/04/1967.
- _____. Tiro ao alvo, in: Tribuna de Juazeiro, nº 60, 12/11/1967.
- _____. Tópicos de uma conferência, nº 20, 29/01/1967.
- _____. Um apelo ao povo americano, in: Tribuna de Juazeiro, nº 24, 26/02/1967.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Contribuição à história do PCB, São Paulo: Global Editora, 1984.
- _____. O fascismo cotidiano, Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- SOSNOWSKI, Saúl; SCHWARTZ, Jorge (orgs.). Brasil: o trânsito da memória, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- SOUZA, Dayane Lima Rabelo de. Arranjo produtivo de calçados no Cariri, Ceará, Dissertação de Mestrado Profissional em Economia: UFC, 2003, in: http://www.ric.ufc.br/observatorio/dis_dayanesouza.PDF /acessado em 26-12-2009.
- SOUZA, Maria Adélia A. O II PND e a política urbana brasileira: uma contradição evidente, in: Csaba Deák & Sueli Ramos Schiffer (orgs.) / “O processo de urbanização no Brasil”, 1ª Ed., São Paulo: EDUSP, 1999.
- STALING, Heloísa Maria Murgel. “Coração americano, panfletos e canções do clube da esquina”, in: O golpe e a ditadura militar - 40 anos depois, Reis, Daniel Aarão et al (orgs.), Bauru-SP: Edusc, 2004.
- STEIN, J. Stanley; STEIN, Bárbara H. A herança colonial da América Latina - ensaios de dependência econômica, 3ª Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- STEPAN, Alfred (org.). Democratizando o Brasil, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOUZA, José Boaventura de. Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte - uma experiência pioneira, Juazeiro do Norte: Edições IPESC, 1994.

TEMÓTEO, Jurandy et.al {orgs.}. EDUCERE, in Libris Scrips, Crato: Departamento de Educação/URCA, 2005.

TEORIA E ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO - coletânea de textos de Lênin, Trotski e Moreno, William Felipe (org.), São Paulo: Sundermann, 2006.

TOLEDO, Caio Navarro de. Falácias sobre o golpe de 1964, in: Crítica Marxista, Nº 19, Campinas, SP: Editora Revan, outubro de 2004.

_____. O governo Goulart e o golpe de 64, 2ª Ed., São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. (Org.). 1964: Visões críticas do golpe, Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

TOLSTOI, Leon. Ana Karenina, vol. 1, São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1995.

TRABALHADORES PROTESTAM CONTRA INJUSTIÇAS SOCIAIS, in: jornal A Ação, ano XXVIII, nº 1.184, Crato, Ceará, 06/05/1967.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. http://www.tre/eleicoes/prefeitos/pref_1962 (acessado em 10/12/2009).

TROTSKI, Leon. A história da revolução russa, Vol. 1, Rio de Janeiro: Editora Saga, 1967.

_____. A revolução de 1905, São Paulo: Global Editora, S/D.

_____. A revolução permanente, São Paulo. Expressão Popular, 2007.

_____. A revolução russa: a natureza de classe da URSS, São Paulo: Informação Editora, 1989.

_____. Escritos latino-americanos, 2ª Ed., Buenos Aires, Argentina: CEIP, 2000.

_____. Programa de transição, São Paulo: Sundermann, 2004.

_____. Revolução e contra-revolução na Alemanha, São Paulo: Livraria Editora Ciências humanas, 1979.

VALDESLEY, José. Estudante heróico, in: O Ideal, ano III, Crato, 1º de maio de 1960.

VASCONCELOS, José Gerardo. Memórias do silêncio: Militantes de esquerda no Brasil autoritário, Fortaleza: EUFC, 1998.

VEM AÍ O ENCONTRO DE PROFESSORES, in: Tribuna de Juazeiro, ano I, nº 33, 06/05/1967.

VENTURA. Zuenir. 1968: O ano que não terminou, Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1988.

_____. Um voluntário da pátria, São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

VERÍSSIMO, Luis Fernando. A mancha, São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

VERSUS - páginas da utopia: antologia de reportagens, narrativas, entrevistas e artigos, Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007.

WALKER, Daniel. “Algumas implicações ecológicas das romarias de Juazeiro do Norte”, in: Boletim do Instituto Cultural do Vale Cariense, Nº 11, 1984.

_____. O vigário do nordeste - pequena biografia de monsenhor Murilo de Sá Barreto, S/D.

WEFFORT, Francisco. Qual democracia? São Paulo; Companhia das Letras, 1992.

WISNIK, José Miguel. O minuto e o milênio ou por favor, professor, uma década de cada vez, in: anos 70: ainda sob a tempestade (org.: NOVAES, Adauto), Rio de Janeiro: aeroplano; Editora Senac Rio, 2005.

ZÉDEBRITO. Como o homem se fez patrão, 1ª Ed., janeiro 2007.

_____. O bigode de Stálin, in: Rapadura Cultural (panfleto), Crato, 2008.

ZENTENO, Raul Benítez (coord.). As classes sociais na América Latina, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.